

Mario Marcos Sampaio Rodarte

O TRABALHO DO FOGO

Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e
reprodução na Minas Gerais Oitocentista

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Mario Marcos Sampaio Rodarte

O TRABALHO DO FOGO:
Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e
reprodução na Minas Gerais Oitocentista

Tese apresentada ao curso de doutorado em demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clotilde Andrade Paiva
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer
Co-orientador: Prof. Dr. João Antonio de Paula

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2008

Folha de Aprovação

À minha esposa Carina e à nossa filha Leticia

AGRADECIMENTOS

A conclusão da tese marca o fechamento de um ciclo muito importante da vida e, como é próprio desse momento, devo lembrar das pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para que tudo chegasse a um bom termo. Sei que as palavras nesse momento podem ser insuficientes para expressar o quanto sou grato a tantos, mas mesmo assim, vou tentar usá-las.

Agradeço, inicialmente, à minha orientadora Clotilde Paiva e aos co-orientadores Diana Sawyer e João Antônio. Todos eles foram meus mestres no mais amplo e melhor sentido do termo, pois além de proporcionarem inestimável apoio e orientação nas suas respectivas áreas de conhecimento para a constituição deste trabalho, concorreram de forma decisiva para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Por isso, sinto que o meu contato com essas três pessoas (iniciado há mais de uma década) marcou positiva e indelevelmente minha vida acadêmica.

De forma geral, sou muito grato a todos os professores do curso de demografia pela valiosa formação acadêmica, mas particularmente, devo mencionar Carla Jorge e Alisson Barbieri (ex-colega de graduação e agora brilhante professor). Em especial, sinto muita gratidão pelo Roberto Nascimento pelas importantes orientações no início da redação desta tese e pela sua contribuição no meu aprendizado de demografia histórica. Também devo externar minha imensa gratidão por José Alberto, pois além do tanto que contribuiu no meu aprendizado das técnicas de análise demográficas e em populações teóricas, me dedicou atenção quando precisei dos seus valiosos conselhos. Além disso, devo muito a ele pela sua ajuda decisiva para que eu tivesse em mãos algumas fontes de dados fundamentais para a tese.

Ao Roberto Martins tenho reconhecimento por ter me despertado interesse pela História Econômica desde as aulas de graduação e também pelas várias vezes em que me ajudou (e me socorreu) sugerindo e disponibilizando fontes primárias para pesquisa. Mas, além disso, devo-lhe agradecimento especial – e também à Duca (Maria do Carmo Martins) – pela cessão do acervo digital de várias listas nominativas.

Devo também manifestar que muito contribuíram para as reflexões sobre os domicílios mineiros do século XIX presentes neste estudo, os questionamentos, críticas e sugestões dos professores que compuseram a banca de qualificação, Tarcísio Botelho (PUC-Minas), Renato Venâncio (APM) e Bernardo Lanza (Cedeplar) e por isso lhes sou muito grato.

Aos colegas e professores da Economia e do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (Rodrigo Simões, Hugo Cerqueira, Frederico Gonzaga, Roberto Monte-Mór, Alexandre Cunha e Daniel Cosentino) sou grato a todos pelo companheirismo e solidariedade manifestados continuamente durante meu doutoramento.

Ao longo do doutoramento, desempenhei a grata função de acompanhar os trabalhos de iniciação científica de dois talentosos estudantes de economia Marcelo Mello Filho e José Maria Santos Júnior. Dessa profícua relação, surgiram artigos acadêmicos e, mais tarde, tive a honra de ser convidado a orientar suas monografias de conclusão de curso de graduação. Devo externar aqui minha gratidão a eles por ter vivenciado essa rica experiência e por tudo que pude aprender com eles.

De forma especial, manifesto muito apreço ao Marcelo Godoy, colega de pesquisa, amigo por tantos anos e co-autor de alguns trabalhos. Entre outras coisas, foi responsável por me ensinar muito do que hoje sei sobre os relatos de viajantes estrangeiros na Minas Gerais Oitocentista e diversas outras fontes primárias imprescindíveis para a execução deste e de outros trabalhos anteriores.

No rol de pessoas em que companheirismo acadêmico, profissional e amizade se mesclam, eu devo mencionar especialmente Frederico Melo. Listar todas as coisas pelas quais sou grato ao Fred demandaria algumas páginas. Sendo assim, me restrinjo a dizer das suas contribuições mais recentes e ligadas à tese, sobre sua inestimável contribuição no conhecimento que tenho sobre o GoM, sobre as dicas valiosas dadas no momento em que processava os dados e, posteriormente, na revisão cuidadosa na parte da tese referente ao método, com várias sugestões muito pertinentes.

Na relação de agradável convívio e trocas de experiências devo lembrar, nesses agradecimentos, de todos os alunos da demografia da coorte 2004, fazendo menção especial pelas afinidades acadêmicas ao André Mourthe, da área de mercado de trabalho, e Geovane Máximo, pelo interesse em história demográfica.

Devo agradecer, aqui, ao Cedeplar pela valiosa oportunidade de fazer o doutorado e aos órgãos CAPES e CNPq, que se revezaram na concessão de bolsa de doutorado no período em que me dediquei exclusivamente ao curso de doutorado. Também sou grato ao corpo de funcionários do Cedeplar pelo eficiente trabalho que prestam à instituição e aos alunos de pós-graduação, mas particularmente, ao Luiz (Informática), Mirtes (Biblioteca), Maristela Dória, Cecília, Sebastião e Andréa (Secretaria de Cursos). Em particular, devo agradecer a Fabiana Santos, bibliotecária, pela valiosa contribuição na revisão criteriosa das referências bibliográficas desta tese.

Sinto a necessidade de expressar, também, que foi fundamental o apoio do DIEESE para que eu pudesse concretizar o doutorado. Este apoio se manifestou diversas vezes, seja pela flexibilidade de horários, no período em que combinei os estudos com este trabalho, seja por ter propiciado preparo técnico e formação prévia. Menciono aqui pessoas que atuaram, de uma ou outra forma, nessa relação de compreensão, aprendizado e aprimoramento constante: Fatinha Guerra, do ER-MG, e da PED (de ontem e de hoje): Chiquinho Oliveira, Lúcia Garcia, Eduardo Schneider, Thaiz Braga, Edgard Fusaro, Ana Sperotto e Antônio Ibarra. Via DIEESE, travei contato com várias pessoas de outras instituições parceiras que também muito contribuíram para o meu crescimento profissional. Entre elas devo citar aqui Plínio Campos, Danilo Freitas e Kátia Castro (do CEI/FJP); a Nádia, Maria Alice e Marise Hoffmann (do SEADE-SP); Lúcia Marly e Heloísa (da PBH).

Aos membros do CORECON-MG, em especial, Concessa Vaz (também minha professora de graduação), conselheiros Jersone, Marcelo, Cândido Fernandes, Carlos Sidney, Presidente Wilson Benício e tantos outros, devo expressar gratidão pelo apoio e solidariedade.

Por último, mas não menos importante, eu devo lembrar dos meus queridos e amados pais José e Marina – que há exatos quarenta anos, se uniram para formar uma família, sempre preocupados em proporcionar sólida formação e educação aos seus filhos – e da Paty, minha mana querida. Mas ainda quero também agradecer, de forma muito especial, o meu irmão José Carlos, filósofo, bibliófilo e livreiro que muito me auxiliou nas diversas etapas de construção desta tese.

Há de dar para a Câmara,
de poder a poder.
No flanco, a Matriz,
de poder a poder.
Ter vista para a serra,
de poder a poder.
Sacadas e sacadas
comandando a paisagem.
Há de ter dez quartos
de portas sempre abertas
ao olhar e pisar do chefe.
Areia fina lavada
na sala de visitas.
Alcova no fundo
sufocando o segredo
de cartas e baús
enferrujados.
Terá um pátio
quase espanhol vazio
pedrento
fotografando o silêncio
do sol sobre a laje,
da família sobre o tempo.
Forno estufado
fogão de muita fumaça
e renda de picumã nos barrotes.
Galinheiro comprido
à sombra de muro úmido.
Quintal erguido
em rampa suave, flores
convertidas em hortaliça
e chão ofertado ao corpo
que adore conviver
com formigas, desenterrar minhocas,
ler revista e nuvem.
Quintal terminando
em pasto infinito
onde um cavalo espere
o dia seguinte
e o bambual receba
telex do vento.

Há de ter tudo isso
mais o quarto de lenha
mais o quarto de arreios
mais a estrebaria
para o chefe apeiar e montar
na maior comodidade.
Há de ser por fora
azul 1911.
Do contrário não é casa.

(Carlos Drummond de Andrade,
Boitempo, “Casa”)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM – Arquivo Público Mineiro

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

DGE – Diretoria Geral de Estatística

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GoM – *Grade of Membership* (Grau de Pertencimento)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MRP – Método do Resultado Predominante

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	FORMAS E SIGNIFICADOS DOS DOMICÍLIOS EM SOCIEDADES PRÉ-INDUSTRIAIS	26
2.1	O domicílio considerado como entidade de grupo de parentesco	26
2.1.1	Contexto europeu e mundial.....	26
2.1.2	De uma concepção de organização familiar monolítica à pluralidade de arranjos? Notícias de uma pseudo controvérsia no Brasil.....	33
2.1.3	Alguns indícios sobre evolução dos domicílios do século XVII ao princípio do XIX.....	37
2.2	O domicílio como grupo de parentes e unidade de produção	41
3	A REINVENÇÃO DAS MINAS PELAS GERAIS (PARTE I): AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NA MINAS GERAIS OITOCENTISTA	49
3.1	A montagem da base exportadora.....	49
3.2	Gênese do capital mercantil em Minas Gerais.....	51
3.3	A diversificação da base exportadora.....	54
3.3.1	Segunda metade do século XVIII	54
3.3.2	Primeira metade do século XIX	60
3.4	A acumulação de excedente econômico sob a égide do capital comercial.....	67
3.5	As transformações econômicas no decorrer do século XIX.....	69
4	A REINVENÇÃO DAS MINAS PELAS GERAIS (PARTE II): O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO MINEIRA DE 1832 A 1872.....	77
4.1	A inserção de Minas Gerais nos levantamentos demográficos e na população do Brasil entre as décadas de 1830 e 1870.....	77
4.1.1	O estado-da-arte na mensuração populacional, em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX.....	77
4.1.2	Por uma nova estimativa populacional nas províncias em 1832.....	88
4.1.2.1	Registros populacionais do Brasil no período proto-estatístico e o Censo de 1872	88
4.1.2.2	Da análise das componentes da dinâmica demográfica, no século XIX, para uma nova estimativa populacional nas províncias em 1832	89
4.1.4	A dinâmica demográfica no Brasil e em Minas Gerais – 1832-1872.....	92
4.2	O crescimento populacional das Minas e das Gerais entre 1832 e 1872.....	96
4.2.1	Uma tipologia para diferentes dinâmicas de crescimento.....	96
4.2.2	A conformação espacial da população moldada pela inércia demográfica e pelo dinamismo do crescimento populacional.....	104
4.3	Análise da composição da população mineira em censos do século XIX.....	108
4.3.1	As pirâmides etárias de Minas Gerais no século XIX.....	108
4.3.2	Composição regional da população por sexo e idade de Minas Gerais, em 1832.....	115
5	O URBANO PRECOCEMENTE DELINEADO: A NATUREZA URBANA DA POPULAÇÃO MINEIRA.....	122
5.1	A urbanização pretérita: o Brasil e Minas Gerais, no Século XIX.....	122
5.2	A trajetória de uma proposta metodológica para a definição do urbano e do rural, na Minas Gerais dos anos 1830	125
5.3	O urbano e o rural, em Minas Gerais, na década de 1830	135
5.4	A diferenciação da composição da população por sexo e idade, entre o urbano e o rural, em Minas Gerais, na década de 1830	138
6	METODOLOGIA	147
6.1	O caminho percorrido: antecedentes	147
6.2	O tratamento das fontes demográficas	151
6.2.1	As listas nominativas da década de 1830.....	152
6.2.2	O Recenseamento do Império de 1872.....	160
6.2.2.1	As condicionantes da realização do primeiro censo brasileiro	160
6.2.2.2	O acesso às informações disponíveis do Censo de 1872	162
6.2.2.3	O método do resultado predominante (MRP) para correção dos dados de 1872.....	164
6.3	O fogo como unidade familiar do passado	172
6.4	Métodos para análise de tipos domiciliares	179

6.4.1 O estágio atual dos estudos de domicílios pela elaboração de tipologias de arranjos domiciliares	179
6.4.2 Análise de GoM.....	186
7 DOMICÍLIOS NAS MINAS GERAIS DOS ANOS 1830.....	191
7.1 Tipologia de arranjos domiciliares enquanto unidades reprodutivas.....	191
7.1.1 Nupcialidade dos livres	191
7.1.2 Tamanho dos domicílios.....	198
7.1.3 Tipos de domicílios pela abordagem apriorística de Peter Laslett	200
7.2 Tipologia de arranjos domiciliares pela concepção plurifuncional de domicílios.....	207
7.2.1 Aspectos demográficos e socioeconômicos dos fogos: elementos para a montagem de uma tipologia multifacetada de arranjos domiciliares.....	207
7.2.2 Os perfis extremos de domicílios de uma sociedade pré-industrial e escravista.....	220
7.2.3 Os perfis puros e mistos de domicílios em uma sociedade polarizada em dois modelos paradigmáticos de organização domiciliar	233
7.2.3.1 Formas mistas de domicílios entre os escravistas e autônomos	236
7.2.3.2 Formas mistas de domicílios entre os camponeses e assalariados.....	240
7.2.3.3 Formas mistas de domicílios entre os autônomos e assalariados	243
7.2.3.4 Formas mistas de domicílios entre os camponeses e autônomos.....	245
7.3 Arranjos domiciliares e segmentos sociais e espaciais	248
7.4 Análise comparativa das tipologias fundadas nas concepções plurifuncional de domicílios e de Laslett.....	259
7.4.1 Os métodos plurifuncionais e de Laslett de tipologia de domicílios: um balanço.....	259
7.4.2 Experiências brasileiras de tipologias de domicílios do século XIX	261
7.4.3 A ascendência das decisões econômicas sobre tamanho e forma dos fogos: alguns registros na historiografia	263
8 CONCLUSÃO.....	267
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	276
Fontes primárias	276
Arquivo Público Mineiro – Listas nominativas	276
DGE.....	276
Outras publicações, livros de viajantes, dicionários.....	277
Fontes secundárias.....	277
APÊNDICE A – ESTIMATIVAS POPULACIONAIS BRASILEIRAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	290
APÊNDICE B – COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO, IDADE E CONDIÇÃO SOCIAL EM MINAS GERAIS, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	292
APÊNDICE C – A DIMENSÃO DO URBANO E DO RURAL EM MINAS GERAIS, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....	301
APÊNDICE D – CENSO DE 1872.....	318
APÊNDICE E – TIPOLOGIA APRIORÍSTICA	325
APÊNDICE F – GOM.....	335

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DE DOMICÍLIOS, PELA TIPOLOGIA DE LASLETT* – DISTRITOS OURO PRETO, MARIANA E SABARÁ – MINAS GERAIS – 1790/1804	40
TABELA 2 – DECOMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO E DISTRITOS RECENSEADOS SEGUNDO A FONTE UTILIZADA, POR DATA MÉDIA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	83
TABELA 3 – POPULAÇÃO ESTIMADA – MINAS GERAIS – 1872	85
TABELA 4 – POPULAÇÃO RECENSEADA TOTAL, POR CONDIÇÃO E TAXAS DE CRESCIMENTO – MINAS GERAIS – 1776/1805/1832/1855/1872/1890	86
TABELA 5 – POPULAÇÃO RECENSEADA SEGUNDO CONDIÇÃO – BRASIL E PROVÍNCIAS – 1832 E 1872	90
TABELA 6 – POPULAÇÃO SEGUNDO CONDIÇÃO, TAXAS DE CRESCIMENTO E TEMPO DE DUPLICAÇÃO – BRASIL E PROVÍNCIAS – 1832 E 1872	92
TABELA 7 – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO E TEMPO DE DUPLICAÇÃO, SEGUNDO CONDIÇÃO, POR TIPOS REGIONAIS E REGIÕES – MINAS GERAIS – 1832-1872	98
TABELA 8 – ESTIMATIVA POPULACIONAL, POR CONDIÇÃO; EXTENSÃO TERRITORIAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA – MINAS GERAIS – 1832	106
TABELA 9 – ESTIMATIVA POPULACIONAL, POR CONDIÇÃO; EXTENSÃO TERRITORIAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA – MINAS GERAIS – 1872	107
TABELA 10 – POPULAÇÃO ESTIMADA E RECENSEADA, POR FAIXA ETÁRIA E TAXAS DE CRESCIMENTO – MINAS GERAIS – 1832/ 1872/ 1890/ 1900	112
TABELA 11 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO RECENSEADA, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	117
TABELA 12 – DEZ PROVÍNCIAS COM MAIOR NÚMERO DE MUNICÍPIOS, PARÓQUIAS E POPULAÇÃO – BRASIL, 1871-72	126
TABELA 13 – DISTRITOS COM LISTAS NOMINATIVAS, SEGUNDO DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO LOCACIONAL DOS DOMICÍLIOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	129
TABELA 14 – TAMANHO MÉDIO DOS FOGOS, DISTRIBUIÇÃO DOS FOGOS E HABITANTES POR ÁREA – MINAS GERAIS – 1832	136
TABELA 15 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO RECENSEADA, SEGUNDO SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	139
TABELA 16 – IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO LIVRE, POR ÁREA SEGUNDO TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	141
TABELA 17 – TESTE DE HIPÓTESES SOBRE A DIFERENÇA DA IDADE MÉDIA ENTRE O URBANO E O RURAL – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	142
TABELA 18 – TESTE DE HIPÓTESES SOBRE A DIFERENÇA DA IDADE MÉDIA ENTRE O URBANO E O RURAL – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	143
TABELA 19 – POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS RECENSEADOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	149
TABELA 20 – INDIVÍDUOS SEGUNDO CORREÇÕES DA BASE DE DADOS DAS LISTAS NOMINATIVAS	158
TABELA 21 – DOMICÍLIOS SEGUNDO CORREÇÕES DA BASE DE DADOS DAS LISTAS NOMINATIVAS	160
TABELA 22 – TOTAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO O OFICIALMENTE DIVULGADO E SEGUNDO A SOMA NAS 11 SEÇÕES DAS TABELAS PAROQUIAIS – MINAS GERAIS – 1872	165
TABELA 23 – TOTAL DA POPULAÇÃO NAS 11 SEÇÕES DAS TABELAS PAROQUIAIS, SEGUNDO CONDIÇÃO E SEXO - PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR DE OURO PRETO - 1872 ...	166

TABELA 24 – PARÓQUIAS SEGUNDO OCORRÊNCIA DE TOTAIS DIVERGENTES AO NÚMERO MODAL NAS 11 SEÇÕES DE TOTALIZAÇÕES DAS TABELAS PAROQUIAIS, POR CONDIÇÃO E SEXO - MINAS GERAIS - 1872	166
TABELA 25 – DISTRIBUIÇÃO DAS PARÓQUIAS SEGUNDO O RESULTADO MODAL NAS 11 SEÇÕES DE TOTALIZAÇÕES DAS TABELAS PAROQUIAIS, EM RELAÇÃO AO NÚMERO MODAL E DIVERGÊNCIA PARA MAIS E PARA MENOS, POR CONDIÇÃO E SEXO – MINAS GERAIS – 1872	167
TABELA 26 – TOTAL DOS DADOS PAROQUIAIS CORRIGIDOS PELO MÉTODO MODAL, POR SEXO E CONDIÇÃO, SEGUNDO COR E ESTADO CIVIL – MINAS GERAIS - 1872	169
TABELA 27 – SOMA DOS DADOS POPULACIONAIS CORRIGIDOS DAS PARÓQUIAS, POR SEXO, CONDIÇÃO E COR, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE – MINAS GERAIS – 1872	170
TABELA 28 – DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA PELA SOMA DOS DADOS PAROQUIAIS, ORIGINAIS E CORRIGIDOS, POR CONDIÇÃO – MINAS GERAIS – 1872	171
TABELA 29 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RECENTEADA, POR RELAÇÃO COM CHEFE, SEGUNDO SEGMENTAÇÃO PELA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	185
TABELA 30 – INDICADORES DA RELAÇÃO ENTRE AS IDADES DOS CÔNJUGES CHEFES DE DOMICÍLIOS, POR FAIXA ETÁRIA DO CÔNJUGE DO SEXO MASCULINO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	193
TABELA 31 – POPULAÇÃO LIVRE ADULTA, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO SEXO E ESTADO MARITAL – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	194
TABELA 32 – TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, POR PERCENTIS, TAMANHO MÁXIMO E MÉDIO, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS, ÁREA DE LOCALIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO POR CONDIÇÃO SOCIAL DOS MEMBROS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	199
TABELA 33 – TAMANHO DOS DOMICÍLIOS POR ÁREA DE LOCALIZAÇÃO, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS E REGIÕES – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	201
TABELA 34 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS DA AMOSTRA (1), SEGUNDO PRESENÇA DE AGREGADOS E ESCRAVOS, POR TIPO (2) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	202
TABELA 35 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS DA AMOSTRA, POR FAIXA ETÁRIA DO CHEFE, SEGUNDO TIPO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	203
TABELA 36 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO SEXO E COR/ORIGEM DO CHEFE, POR TIPO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	204
TABELA 37 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, POR TIPO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	205
TABELA 38 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO ATRIBUTOS DOS CHEFES (BLOCO A DE QUESTÕES) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	209
TABELA 39 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO ATRIBUTOS DO NÚCLEO CHEFE (BLOCO B DE QUESTÕES) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	211
TABELA 40 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO ATRIBUTOS DOS MEMBROS LIVRES (BLOCO C DE QUESTÕES) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	212
TABELA 41 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO INDICADORES DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA (BLOCO D DE QUESTÕES) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	214
TABELA 42 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO ATRIBUTOS DO PLANTEL DE ESCRAVOS (BLOCO E DE QUESTÕES) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	215
TABELA 43 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO ATRIBUTOS LOCACIONAIS E OCUPACIONAIS DOS DOMICÍLIOS (BLOCO F DE QUESTÕES) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	219
TABELA 44 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA (1) DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	234
TABELA 45 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR PERFIS PUROS E MISTOS, SEGUNDO SEGMENTOS SOCIAIS E ESPACIAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	249

TABELA 46 – DOMICÍLIOS DA AMOSTRA (1), POR PERFIS PUROS E MISTOS DA TIPOLOGIA SOB O CONCEITO BIFUNCIONAL DE DOMICÍLIOS, SEGUNDO TIPOLOGIA APRIORÍSTICA DE LASLETT – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	259
TABELA 47 – POPULAÇÃO TOTAL RECENSEADA E ESTIMADA, POR PROVÍNCIA, EM ORDEM DE TAMANHO POPULACIONAL EM 1872, E TAXAS DE CRESCIMENTO - BRASIL E PROVÍNCIAS – 1818/1832/1872	290
TABELA 48 - POPULAÇÃO LIVRE RECENSEADA E ESTIMADA, POR PROVÍNCIA, EM ORDEM DE TAMANHO POPULACIONAL EM 1872, E TAXAS DE CRESCIMENTO - BRASIL E PROVÍNCIAS – 1818/1832/1872	291
TABELA 49 – ESTIMATIVA DE 1832 E POPULAÇÃO RECENSEADA, POR REGIÃO E TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	292
TABELA 50 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	293
TABELA 51 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, SEGUNDO SUBTIPOS REGIONAIS DO TIPO A – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	294
TABELA 52 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, SEGUNDO SUBTIPOS REGIONAIS DO TIPO B – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	295
TABELA 53 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	296
TABELA 54 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO SUBTIPOS REGIONAIS DO TIPO A – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	297
TABELA 55 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO SUBTIPOS REGIONAIS DO TIPO B – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	298
TABELA 56 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, SEGUNDO ÁREA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	299
TABELA 57 – COMPOSIÇÃO DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO ÁREA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	300
TABELA 58 – TAMANHO MÉDIO DOS FOGOS, DISTRIBUIÇÃO DOS FOGOS E HABITANTES POR ÁREA, SEGUNDO A DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO DE ÁREA E FONTE – MINAS GERAIS – 1832	301
TABELA 59 – TAMANHO MÉDIO DOS FOGOS, DISTRIBUIÇÃO DOS FOGOS E HABITANTES POR ÁREA, SEGUNDO A REGIÃO E A DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO DE ÁREA E FONTE – MINAS GERAIS – 1832	302
TABELA 60 – DISTRIBUIÇÃO DOS FOGOS E HABITANTES POR ÁREA, SEGUNDO DISTRITOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	307
TABELA 61 – SOMATÓRIA DOS DADOS PAROQUIAIS NÃO CORRIGIDOS CONTIDOS NO PRIMEIRO “QUADRO GERAL DA POPULAÇÃO” – MINAS GERAIS – 1872	318
TABELA 62 – SOMATÓRIA DOS DADOS PAROQUIAIS NÃO CORRIGIDOS CONTIDOS NO 2º QUADRO (POPULAÇÃO PRESENTE) E 3º QUADRO (POPULAÇÃO AUSENTE) – MINAS GERAIS – 1872	319
TABELA 63 – SOMATÓRIA DOS DADOS PAROQUIAIS NÃO CORRIGIDOS CONTIDOS NA PRIMEIRA PARTE DO 4º QUADRO (HOMENS BRASILEIROS) – MINAS GERAIS – 1872	320
TABELA 64 – SOMATÓRIA DOS DADOS PAROQUIAIS NÃO CORRIGIDOS CONTIDOS NA SEGUNDA PARTE DO 4º QUADRO (MULHERES BRASILEIRAS) – MINAS GERAIS – 1872	321
TABELA 65 – SOMATÓRIA DOS DADOS PAROQUIAIS NÃO CORRIGIDOS CONTIDOS NO 6º QUADRO (NACIONALIDADE ESTRANGEIRA) – MINAS GERAIS – 1872	322
TABELA 66 – SOMATÓRIA DOS DADOS PAROQUIAIS NÃO CORRIGIDOS CONTIDOS NO 7º QUADRO (DE PROFISSÕES) – MINAS GERAIS – 1872	323
TABELA 67 – POPULAÇÃO LIVRE ADULTA, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS, SEXO E ESTADO MARITAL – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	325

TABELA 68 – POPULAÇÃO LIVRE ADULTA, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO SITUAÇÃO NO DOMICÍLIO, SEXO E ESTADO MARITAL – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	326
TABELA 69 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, POR RELAÇÃO COM CHEFE DO FOGO, SEGUNDO DISTRITOS DE PAZ DA AMOSTRA *– MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	327
TABELA 70 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO PRESENÇA DE AGREGADOS E ESCRAVOS, POR TIPO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	334
TABELA 71 – FREQUÊNCIAS MARGINAIS, PROBABILIDADES ESTIMADAS (LAMBDA) E FATORES DELINEADORES DOS PERFIS EXTREMOS DE DOMICÍLIOS*, SEGUNDO VARIÁVEIS DE ESCOLHA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	335
TABELA 72 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR ATRIBUTOS DO CHEFE, DEMAIS MEMBROS E DO DOMICÍLIO, SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	340
TABELA 73 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR PERFIS PUROS E MISTOS, SEGUNDO DISTRITOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	349

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, POR TIPOS REGIONAIS MINAS GERAIS – 1832-1872.....	97
GRÁFICO 2 – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, POR CONDIÇÃO, POR TIPOS REGIONAIS MINAS GERAIS – 1832-1870.....	97
GRÁFICO 3 – PROPORÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DE ESCRAVOS, POR TIPO REGIONAL – MINAS GERAIS – 1832/1872	108
GRÁFICO 4 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO TOTAL – MINAS GERAIS – 1832 E 1872	110
GRÁFICO 5 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO TOTAL – MINAS GERAIS – 1832 E 1890	110
GRÁFICO 6 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO TOTAL - MINAS GERAIS – 1832 E 1900	111
GRÁFICO 7 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO LIVRE – MINAS GERAIS – 1832 E 1872	113
GRÁFICO 8 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO ESCRAVA – MINAS GERAIS – 1832 E 1872	113
GRÁFICO 9 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO BRANCA – MINAS GERAIS – 1832 E 1872	114
GRÁFICO 10 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO PARDA – MINAS GERAIS – 1832 E 1872	114
GRÁFICO 11 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO NEGRA – MINAS GERAIS – 1832 E 1872	115
GRÁFICO 12 – COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	117
GRÁFICO 13 – RAZÃO DE SEXOS POR IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	118
GRÁFICO 14 – COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, POR TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	119
GRÁFICO 15 – RAZÃO DE SEXOS POR IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	120
GRÁFICO 16 – COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, SEGUNDO ÁREA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	140
GRÁFICO 17 – RAZÃO DE SEXOS POR IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, SEGUNDO ÁREA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	144
GRÁFICO 18 – COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO ÁREA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	145
GRÁFICO 19 – RAZÃO DE SEXOS POR IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO ÁREA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	145
GRÁFICO 20 – PROPORÇÃO DE HOMENS CASADOS A COMPOR OS NÚCLEOS CHEFES DE DOMICÍLIOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	192

GRÁFICO 21 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO MASCULINA LIVRE ADULTA UMA VEZ CASADA, POR FAIXA ETÁRIA DOS 10 AOS 49 ANOS, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	195
GRÁFICO 22 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO FEMININA LIVRE ADULTA UMA VEZ CASADA, POR FAIXA ETÁRIA DOS 10 AOS 49 ANOS, SEGUNDO TIPOS REGIONAIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	195
GRÁFICO 23 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO MASCULINA LIVRE ADULTA UMA VEZ CASADA, POR FAIXA ETÁRIA DOS 10 AOS 49 ANOS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	197
GRÁFICO 24 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO FEMININA LIVRE ADULTA UMA VEZ CASADA, POR FAIXA ETÁRIA DOS 10 AOS 49 ANOS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	197
GRÁFICO 25 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO PERFIS PUROS E MISTOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	236
GRÁFICO 26 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR TIPO REGIONAL, SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS DE ESCRAVISTAS E AUTÔNOMOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	238
GRÁFICO 27 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR TAMANHO DO NÚCLEO DOS DISTRITOS (1), SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS DE ESCRAVISTAS E AUTÔNOMOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	238
GRÁFICO 28 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR TIPO REGIONAL, SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS DE CAMPONESES E ASSALARIADOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	241
GRÁFICO 29 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR TAMANHO DO NÚCLEO DOS DISTRITOS (1), SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS DE CAMPONESES E ASSALARIADOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	241
GRÁFICO 30 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR TIPO REGIONAL, SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS DE AUTÔNOMOS E ASSALARIADOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	244
GRÁFICO 31 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR TAMANHO DO NÚCLEO DOS DISTRITOS (1), SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS DE AUTÔNOMOS E ASSALARIADOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	244
GRÁFICO 32 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR TIPO REGIONAL, SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS DE CAMPONESES E AUTÔNOMOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	246
GRÁFICO 33 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR TAMANHO DO NÚCLEO DOS DISTRITOS (1), SEGUNDO TIPOLOGIA DE PREDOMINÂNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS EXTREMOS DE CAMPONESES E AUTÔNOMOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	247
GRÁFICO 34 – COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, POR SUBTIPOS DO TIPO A – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	294
GRÁFICO 35 – RAZÃO DE SEXOS POR IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, POR SUBTIPOS DO TIPO A – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	294
GRÁFICO 36 – COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, POR SUBTIPOS DO TIPO B – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	295
GRÁFICO 37 – RAZÃO DE SEXOS POR IDADE DA POPULAÇÃO LIVRE, POR SUBTIPOS DO TIPO B – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	295
GRÁFICO 38 – COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, POR SUBTIPOS DO TIPO A – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	297
GRÁFICO 39 – RAZÃO DE SEXOS POR IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, POR SUBTIPOS DO TIPO A – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	297

GRÁFICO 40 – COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, POR SUBTIPOS DO TIPO B – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	298
GRÁFICO 41 – RAZÃO DE SEXOS POR IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, POR SUBTIPOS DO TIPO B – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	298

MAPAS

MAPA 1 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO – MINAS GERAIS – PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....	62
MAPA 2 – PRINCIPAIS ROTAS COMERCIAIS INTERPROVINCIAIS E ÁREAS DE INFLUÊNCIA – MINAS GERAIS – PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	64
MAPA 3 – REGIONALIZAÇÃO, NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO E CENTRALIDADE URBANA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	71
MAPA 4 – REGIONALIZAÇÃO, NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO DE 1830 E CENTRALIDADE URBANA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1870.....	75
MAPA 5 – POPULAÇÃO DOS DISTRITOS, SEGUNDO REGIÃO E NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830.....	84
MAPA 6 – POPULAÇÃO DOS DISTRITOS, SEGUNDO REGIÃO E NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1870.....	86
MAPA 7 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO – BRASIL – 1832	93
MAPA 8 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO – BRASIL – 1872	93
MAPA 9 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL – BRASIL – 1832/1872	94
MAPA 10 – CRESCIMENTO ABSOLUTO DA POPULAÇÃO TOTAL – BRASIL – 1832/1872.....	94
MAPA 11 – PROPORÇÃO DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO ESTIMADA – BRASIL – 1832.....	94
MAPA 12 – PROPORÇÃO DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO ESTIMADA – BRASIL – 1872.....	94
MAPA 13 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO LIVRE – BRASIL – 1832/1872.....	95
MAPA 14 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ESCRAVA – BRASIL – 1832/1872.....	95
MAPA 15 – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL – MINAS GERAIS – 1832-1872	99
MAPA 16 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO LIVRE – MINAS GERAIS – 1832-1872..	102
MAPA 17 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ESCRAVA – BRASIL – 1832-1872.....	102
MAPA 18 – INCREMENTO ESTIMADO DA POPULAÇÃO TOTAL – MINAS GERAIS – 1832-1872	104
MAPA 19 – POPULAÇÃO ESTIMADA POR REGIÃO – MINAS GERAIS – 1832.....	105
MAPA 20 – POPULAÇÃO RECENSEADA POR REGIÃO – BRASIL – 1872	105
MAPA 21 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA – BRASIL – 1832	124
MAPA 22 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA – BRASIL – 1872	124
MAPA 23 – POPULAÇÃO COM MAIS DE 5 ANOS NAS PROFISSÕES LIBERAIS E ARTESANAIS – BRASIL – 1872	125
MAPA 24 – POPULAÇÃO COM MAIS DE 5 ANOS EM ATIVIDADES AGROPASTORIS – BRASIL – 1872	125
MAPA 25 – NÍVEIS DE URBANIZAÇÃO REGIONAL E DISTRITOS POR FAIXA DE FOGOS URBANOS – MINAS GERAIS - 1832.....	137
MAPA 26 – SEDES DOS DISTRITOS DE PAZ, POR ACERVO ELETRÔNICO DE LISTA NOMINATIVA – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	153
MAPA 27 – PARCELA DE DOMICÍLIOS CAMPONESES (TIPO PURO P1) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	251
MAPA 28 – PARCELA DE DOMICÍLIOS DE AUTÔNOMOS (TIPO PURO P2) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	252

MAPA 29 – PARCELA DE DOMICÍLIOS DE ESCRAVISTAS (TIPO PURO P3) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	253
MAPA 30 – PARCELA DE DOMICÍLIOS DE ASSALARIADOS (TIPO PURO P4) – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	254
MAPA 31 – PARCELA DE DOMICÍLIOS MISTOS ENTRE AUTÔNOMOS E ESCRAVISTAS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	255
MAPA 32 – PARCELA DE DOMICÍLIOS MISTOS ENTRE CAMPONESES E ASSALARIADOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	256
MAPA 33 – PARCELA DE DOMICÍLIOS MISTOS ENTRE AUTÔNOMOS E ASSALARIADOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	257
MAPA 34 – PARCELA DE DOMICÍLIOS MISTOS ENTRE CAMPONESES E AUTÔNOMOS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	258

QUADROS

QUADRO 1 – ALGUMAS INFORMAÇÕES COLETADAS NOS DOIS PRIMEIROS CENSOS DEMOGRÁFICOS DO BRASIL E NAS LISTAS NOMINATIVAS DA DÉCADA DE 1830 ⁽¹⁾ DE MINAS GERAIS	148
QUADRO 2 – ILUSTRAÇÃO DE UM FOGO EM VARIÁVEIS SELECIONADAS DO BANCO DE DADOS DAS LISTAS NOMINATIVAS – CIDADE DE MARIANA – MINAS GERAIS – DEZ/1831	156
QUADRO 3 – ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DIVULGADAS NO CENSO DE 1872, POR ATRIBUTOS PESSOAIS E SOCIOECONÔMICOS, SEGUNDO QUADRO PADRONIZADO DISPONÍVEL POR PARÓQUIA	162
QUADRO 4 – ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DO CENSO DE 1872, POR ÁREA DE ABRANGÊNCIA, SEGUNDO O VOLUME DA EDIÇÃO ORIGINAL	163
QUADRO 5 – RELAÇÃO DE EDIFÍCIOS SELECIONADOS POR TEREM MAIS DE UM FOGO – 2º QUARTEIRÃO DO DISTRITO DA FREGUESIA DE SÃO CRISTÓVÃO DO MUNICÍPIO DA CORTE – ABRIL DE 1870	174
QUADRO 6 – TIPOLOGIA DE DOMICÍLIOS DE LASLETT (1972A), POR CATEGORIAS E CLASSES	180
QUADRO 7 – “ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS: CATEGORIAS E CLASSES” DE SAMARA (1989).....	182
QUADRO 8 – CARACTERIZAÇÃO DOS PERFIS EXTREMOS DE DOMICÍLIOS SEGUNDO MAIORES PROBABILIDADES DE RESPOSTA ÀS VARIÁVEIS – MINAS GERAIS – DÉCADA DE 1830	222
QUADRO 9 – EXEMPLO DE DOMICÍLIO TOTALMENTE PERTENCENTE AO PERFIL 1 (MÉDIO OU GRANDE DOMICÍLIO RURAL-CAMPONÊS) – PEÇANHA, MINAS GERAIS – 1832	225
QUADRO 10 – EXEMPLO DE DOMICÍLIO TOTALMENTE PERTENCENTE AO PERFIL 3 (DOMICÍLIO ESCRAVISTA) – OURO PRETO, MINAS GERAIS – 1838	228
QUADRO 11 – EXEMPLO DE DOMICÍLIO TOTALMENTE PERTENCENTE AO PERFIL 2 (PEQUENO DOMICÍLIO URBANO) – SANTA LUZIA, MINAS GERAIS – 1831	230
QUADRO 12 – EXEMPLO DE DOMICÍLIO COM ELEVADO PERTENCIMENTO AO PERFIL 4 (PEQUENOS DOMICÍLIOS RURAIS E ASSALARIADOS) – CACHOEIRA DO CAMPO, MINAS GERAIS – 1831	232
QUADRO 13 – EXEMPLO DE DOMICÍLIO QUE MESCLA CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS 4 (RURAL/ASSALARIADO) E 2 (URBANO/AUTÔNOMO) – MINAS NOVAS, MINAS GERAIS – 1839	232

RESUMO

Investigar os tipos mais freqüentes de domicílios na província de Minas Gerais, na década de 1830, é o objetivo principal do presente estudo. O fogo, que era o termo normalmente utilizado em registros censitários do século XIX para designar a unidade domiciliar, se diferia do domicílio contemporâneo. Além de ter a função reprodutiva e de ser grupo de parentesco, o fogo quase sempre constituía um conjunto de pessoas com outras funções sociais e também econômicas, em especial, a de ser unidade produtiva, dado o contexto de uma sociedade pré-industrial.

Sendo o fogo, portanto, uma forma arcaica e híbrida de organização doméstica, em que se fundiam as finalidades de produção e reprodução, econômicas e demográficas, a proposta de tipologia de domicílios aqui apresentada buscou captar essa plurifuncionalidade dos fogos, adotando, como ponto de partida, a concepção mais abrangente de domicílio (*das ganze Haus*) dos pesquisadores da Áustria, como Mitterauer e Sieder (1982). Dessa forma, esse novo método alternativo representa uma inovação em relação às formas convencionais de classificação de domicílios, que concebiam a organização doméstica apenas como grupo de parentesco, a exemplo do método de Laslett (1972a).

Para se realizar o presente trabalho, precisava-se de registros históricos detalhados dos domicílios e de cada um dos seus membros, o que foi encontrado em manuscritos (denominados listas nominativas) remanescentes de dois censos demográficos realizados na década de 1830. O fato de Minas Gerais ter sido a província mais populosa do Brasil e, simultaneamente, ter logrado conservar até o presente grande parte desse acervo documental, propiciou a formação de um banco de dados de domicílios de proporções incomparáveis com os de outros lugares do Brasil e mesmo de outros países. Assim, a partir dos cerca de 85 mil domicílios contidos nesse banco de dados, que compreendem aproximadamente 10% dos estimados para o Brasil, gerou-se uma tipologia de domicílios em que se empregou 35 variáveis, mediante aplicação do método *Grade of Membership* (GoM), que se baseia na teoria dos conjuntos nebulosos (*fuzzy sets*), de Zadeh (1965).

Entre outros resultados alcançados, mostrou-se que a sociedade estava dividida em quatro formas bem distintas de fogos, sendo os **escravistas** e os **camponeses** os tipos mais representativos e paradigmáticos da virtuosidade do crescimento demo-econômico da Província. Em seguida, vinham os fogos de **autônomos**, de **assalariados** e domicílios com perfis mistos entre esses quatro tipos emblemáticos. Cumpre ressaltar que em cada um desses tipos de fogos, descortinou-se uma estreita ligação entre as suas características econômicas e demográficas.

Palavras-chave: Minas Gerais, século XIX, domicílios, método de Laslett

ABSTRACT

This work deals with the understanding of households' organization and dynamics in Minas Gerais, Brazil, in the decade of 1830. In the pre-industrial societies the 'fogo', which is how the domestic unit is most commonly referred in the 19th century documents, differed of the modern household, by having aside its reproductive function other social and economic productive functions.

Given the specificity of 'fogo' as a multi-functional and hybrid domestic group it is important to take into consideration all these aspects when dealing with the understanding of the past societies. Instead of using the conventional form of household and family classification following Laslett's seminal work published in 1972, the framework used here is based on a different conception of household (das Ganze Haus) developed by Austrian researchers, like Mitterauer and Sieder (1982).

The database is formed by a large set of lists of inhabitants available for Minas Gerais in the 1830 decade. It is the largest database for that period known in Brazil, also. This peculiar (and happy) situation could be related to the role of Minas Gerais within the country as the most populous province. The database included around 85 thousand households, approximately 10% of Brazil's, and these domestic unities represent satisfactorily the regional diversity of Minas Gerais. A typology of household was generated with 35 variables, by application of the method of Grade of Membership (GoM), based in fuzzy sets theory of Zadeh (1965).

The most important result is to appoint that this society was divided in four kinds of household. In each one of them, there was a narrow relationship among its economical and demographic characteristics. Firstly, there were the **slaves' owners** and the **peasant**, that were households more numerous and symbolic of the economical and demographic growth of the Province. Secondly, there were the **autonomous, salaried households** and of mixed profiles among those four emblematic kinds of 'fogos'.

Keywords: Minas Gerais, 19th century, households, Laslett's method

1 INTRODUÇÃO

A família é um dos principais objetos de interesse multidisciplinar nas ciências humanas. Já no século XIX, os primeiros pesquisadores da sociologia, em especial, Frédéric Le Play, viam nela a menor unidade constitutiva da sociedade. A sociedade é o que a família é. No campo da demografia, em particular, a forma de organização familiar, por vezes de forma subjacente, quase sempre esteve presente – desde o Ensaio sobre a População, de Malthus (1986) – em estudos sobre temas caros à ciência como a fecundidade e migração.

Essa área do conhecimento demográfico ganhou maior consistência com os trabalhos inovadores de Peter Laslett, juntamente com outros pesquisadores do seu *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure* nos idos das décadas de 1960 e 1970. Os resultados das pesquisas desse período deram origem à coletânea de estudos *Household and family in the past time* de Laslett e Wall (1972), no qual se destaca a proposta de uma tipologia de domicílios em sociedades pré-industriais. Devido ao seu rigor metodológico, tal tipologia foi consagrada por vários pesquisadores em diversos países, que se lançaram a aplicá-la nos seus estudos para análise das composições dos domicílios e das famílias do pretérito. Em relação à Inglaterra e a outros países próximos, o método logrou sucesso em evidenciar que a noção de família numerosa, com estruturas complexas, era menos freqüente do que pensava Frédéric Le Play para a sociedade do passado.

Tempos depois, outro grupo de pesquisadores – entre eles, Michael Mitterauer, de Viena – formulou uma crítica a essa tipologia de Laslett. Ela baseava-se na noção de que os conceitos que fundamentam tal tipologia eram datados e se referiam mais ao presente do que ao passado. Isso porque o método de Laslett elegia como relevante no agrupamento domiciliar apenas a relação de parentesco. Esquecia-se, dessa forma, do significado mais abrangente da palavra família em sociedades pré-industriais. Assim, segundo os críticos do método de Laslett, para se compreender de fato a antiga unidade domiciliar, fazia-se necessário resgatar as outras funções próprias desse agrupamento que foram se perdendo na esteira dos acontecimentos constitutivos do processo modernização, que, por sua vez, envolvia a industrialização, a urbanização e a substituição de modos de produção. Entre essas funções já extintas no modelo atual de família, ao menos nas sociedades ocidentais,

destaca-se a função produtiva. Não fazer isso e analisar a família do passado com o olhar do presente significaria incorrer grave anacronismo.

Em trabalho mais recente, Laslett não só reconheceu essa crítica como legítima, como também aderiu a essa concepção alternativa. Nesse estudo, admitiu que a natureza dual dos domicílios e famílias (por serem, ao mesmo tempo, unidades econômicas produtoras e procriadoras) esteve presente nas diversas sociedades ainda não industrializadas em maior ou menor grau:

“Como a procriação implica parentesco (...) e como a produção implica trabalho, família e domicílio eram, assim, nas sociedades tradicionais, grupos de trabalho e grupos de parentesco. Porém, com a industrialização, eles deixaram de sê-lo” (Laslett, 1984: 137).

O presente trabalho objetiva analisar o domicílio, em Minas Gerais, na década de 1830 sob essa nova perspectiva de agrupamento plurifuncional de pessoas, uma vez que se considera a função econômica que possuíam, ao lado, é claro, da função procriativa. Vista dessa forma, a história de domicílios e da família passa a ganhar ainda maior importância como elemento para a interpretação do passado.

Evidências apontam que as unidades residenciais confundiam-se com unidades produtivas identificadas, via de regra, com o desenvolvimento de uma ou mais atividades econômicas. Nesse sentido, a hierarquia domiciliar correspondia-se com a hierarquia ocupacional de um estabelecimento produtivo. O chefe dedicava-se a alguma atividade mais elaborada ou de maior prestígio social, ao passo que os demais membros (cônjuge, filhos, demais parentes, agregados e escravos), a atividades hierarquicamente inferiores, acessórias ou complementares, por vezes.

Desta forma, a definição de tipologias de arranjos domiciliares interessa tanto ao campo de estudo da organização produtiva da economia provincial, na esfera micro, quanto ao estudo demográfico, uma vez que essa abordagem possibilita a compreensão das interações entre a economia e as componentes da dinâmica demográfica, sobretudo em relação à fecundidade, pela nupcialidade.

No Brasil essa nova concepção de unidade domiciliar pouco se desenvolveu. Pode-se mesmo dizer que os estudos sobre domicílios do passado, incluindo aí os mais recentes, continuaram reféns da concepção anacrônica de domicílios de Laslett, encarando-os apenas como grupo de parentesco e negando-lhes a natureza de entidade econômica que, muitas

vezes, era elemento essencial a determinar sua constituição. Isso é o que se constata percorrendo os estudos mais relevantes sobre a população brasileira no século XIX, como também pode ser depreendido na reflexão sobre o tema contida nos “Quarenta anos de demografia histórica” de Bacelar, Scott e Bassanezi (2005: 346).

Evidentemente, uma concepção mais abrangente de domicílio, como a trabalhada por Mitterauer, acaba por introduzir um desafio metodológico a quem deseja tipificar os domicílios sob essa perspectiva, qual seja, a de considerar, simultaneamente, uma miríade de características de cada domicílio, tanto de natureza relativa ao grupo de parentesco (estado marital do chefe e presença de crianças, por exemplo); quanto de ordem econômica (reconhecendo no domicílio a empresa econômica de antanho) como setor de atividade econômica e forma adotada de recomposição do plantel de escravos.

Nesse trabalho a superação desse desafio de se gerar uma tipologia de domicílios baseada na concepção de unidade plurifuncional deu-se pelo emprego da análise multivariada conhecida como método de GoM “*Grade of Membership*”. As fontes primárias das quais foram extraídas a quase totalidade dos dados dos domicílios correspondem aos fragmentos de dois censos realizados na década de 1830, designados listas nominativas de habitantes.

O acervo dos originais das listas nominativas, pertencente ao Arquivo Público Mineiro, foi transcrito para computador, formando uma base de dados digital que, vale frisar, é o maior conjunto de informações nominais de natureza censitária remanescente para o período no Brasil. Na sua forma atual contém pouco mais de meio milhão de indivíduos listados em cerca de 85 mil domicílios, o que representa 10% dos brasileiros estimados.

Coube ao trabalho recente de Cristiana Andrade (2001) a primazia na aplicação do método de GoM nessas listas nominativas na elaboração de tipologias de domicílios. A base de dados à época, contudo, era menor (57,6 mil domicílios) e o interesse do estudo, diverso, pois se buscava focar a questão de gênero na formação dos domicílios.

O objetivo basilar do presente estudo foi, então, elaborar uma nova tipologia de domicílios que atendesse, em especial, os quesitos de: 1) criar tipos que levassem em conta as funções domiciliares naquele contexto social e histórico; 2) maximizar a utilização dos dados das listas nominativas, ao incorporar mais atributos individuais e dos grupos domiciliares, todos coerentes com a concepção mais ampla de domicílio; 3) por meio de um procedimento capaz de processar essa grande quantidade de informações por domicílio (o

que foi atendido pelo método de GoM, por oferecer algumas vantagens em relação aos métodos mais convencionais); 4) sobre uma maior base empírica, em relação aos trabalhos anteriores, quer pelo acréscimo substancial de domicílios incorporados na nova base de dados de listas nominativas, quer pelo cuidado de se adotar procedimentos de análise da qualidade e correção de erros, o que, entre outros benefícios, permite fazer mais desagregações, com maior segurança. Mas o objetivo do trabalho não se circunscreve a isso. Pretende-se também avaliar quais os ganhos que se obtinha com o novo método, na análise de domicílios, em relação à forma tradicional de Laslett (1972a).

Acredita-se que, ao final, o conhecimento sobre os domicílios mineiros proporcionado por essa tipologia alternativa possibilite trazer mais respostas para um dos principais desafios atuais da História da Família, que seria fazer, na avaliação de David Reher:

“(...) a exploração em profundidade da capacidade da família para criar estratégias viáveis de sobrevivência em circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas variadas e muitas vezes em transformação” (Reher, 1997: 111-112).

De forma sucinta, o capítulo dois descreve a evolução do pensamento sobre domicílio em sociedades pré-industriais, no que diz respeito à área de demografia. Procura-se mostrar os avanços nas reflexões sobre o tema com as visões de Cambridge e de Viena e os seus reflexos sobre os estudos brasileiros. Além disso, procura-se apresentar alguns dados já levantados por outros estudos, para a população mineira, de modo a se proporcionar o estado-da-arte dessa área de conhecimento.

Posto que, no passado, as relações entre a economia e os domicílios eram diferentes das atuais – e de certo modo, mais estreitas, já que os domicílios assumiam a função de agentes produtivos – era imprescindível tratar a economia na Minas Gerais Oitocentista. Assim, o terceiro capítulo dedica-se a descrever as diferenças econômicas regionais e urbanas da Província. Mais do que apresentar cenário sob o qual protagonizavam essas unidades produtivas, a função desse capítulo também é de apresentar parte das variáveis econômicas que foram utilizadas, mais à frente, na constituição da tipologia alternativa de domicílios, que é o tema central do trabalho.

Crescentemente, ao menos a partir de Le Play, escrevia-se que o tamanho e tipos dos domicílios estavam associados à dinâmica demográfica, ora refletindo, ora determinando os movimentos demográficos. Foi assim com Hajnal (1982), por exemplo, quando ele

apontou que o padrão de formação dos domicílios no noroeste europeu resultava num crescimento mais moderado e mais constante da população. Dessa forma, buscou-se, no capítulo quarto, apresentar as taxas de crescimento da população e o método desenvolvido para obtê-las. O fato de se dispor de boas informações demográficas sobre as décadas de 1830 e 1870 possibilitou traçar diferenças regionais de crescimento populacional, o que foi um elemento importante adicionado ao estudo de domicílios.

Tão ou mais importante que o conhecimento sobre a dinâmica demográfica para o estudo da conformação dos domicílios era a distinção entre o urbano e o rural, freqüentemente apontada como determinante na constituição dos tipos domiciliares em várias sociedades e tempos. O levantamento dessa questão tem particular importância para a sociedade e os espaços em foco, pois é corrente a percepção, já apontada por Francisco Iglésias (1985: 371), sobre o “caráter urbano da formação mineira”. Dessa forma, no quinto capítulo, procurou-se não somente quantificar a proporção de pessoas e domicílios nos núcleos urbanos – que só foi possível fazer pelo desenvolvimento de uma metodologia e de fontes inéditas – como também apontar as principais características demográficas a distinguirem o urbano do rural.

No sexto capítulo são apresentadas as principais fontes primárias em que se baseou o presente estudo de domicílios, o tratamento das fontes e a metodologia empregada no uso dos dados. Destaca-se nessa parte do texto a pesquisa sobre o significado de fogo, que era a unidade doméstica constante nos arrolamentos censitários do século XIX normalmente associada aos domicílios. Muitas das escolhas metodológicas adotadas aqui são justificadas pelo resgate do sentido dessa entidade.

Na seqüência, o capítulo sétimo apresenta e descreve os tipos de domicílios obtidos na forma tradicional de tipologia, elaborada por Peter Laslett (1972a: 31), e pela nova proposta de tipificação baseada na concepção plurifuncional dos domicílios, inspirada pelos trabalhos dos pesquisadores de Viena. Em seguida, faz-se um balanço dos avanços obtidos pela nova tipologia e discutem-se as possibilidades de diálogo com o que já foi produzido de conhecimento sobre domicílios do século XIX. Por fim, algumas considerações conclusivas são tecidas no último capítulo.

2 FORMAS E SIGNIFICADOS DOS DOMICÍLIOS EM SOCIEDADES PRÉ-INDUSTRIAIS

2.1 O domicílio considerado como entidade de grupo de parentesco

2.1.1 Contexto europeu e mundial

Uma civilização é constituída por famílias e não, propriamente, por indivíduos. Esta máxima constituiu a viga mestra da vida e obra de Frédéric Le Play (1806-1882), um dos fundadores da sociologia moderna e um dos primeiros mais influentes estudiosos da família. A centralidade do tema família para o estudo sociológico justificava-se então no princípio de que a família, menor unidade social, refletia, necessariamente, a sociedade como um todo (Le Play, 1989: 132).

Partindo dessa premissa, os “males da sociedade” poderiam ser mitigados ou mesmo eliminados, de modo mais eficaz, pela intervenção de políticas públicas no microcosmo da entidade familiar. Essa suposição também proporcionava certas vantagens aos analistas que desejavam estudar a constituição da sociedade por meio de pesquisa empírica, pois bastava analisar uma amostra de famílias para se obter um diagnóstico da sociedade como um todo.

Ainda que o método de estudo definido por Le Play fosse calcado na pesquisa de campo, de inspiração etnográfica, acredita-se que por ter sido o conhecimento muito posto a serviço de um projeto ideológico, tenha acabado por acrescentar um viés em seus resultados. Essa particularidade, aliás, está longe de ser exclusiva desse cientista social.

Na concepção de organização familiar de Le Play (1989: 507), pelos dados da pesquisa de campo que coordenava, emergiam três tipos emblemáticos de famílias: 1) a patriarcal, que era constituída pelo casal que formava o núcleo chefe e seus filhos, mesmo casados; 2) a família estirpe, que se distinguia do primeiro modelo tão somente pelo fato de apenas um

filho ser eleito na sucessão do pai na chefia da família¹ e 3) a família instável, constituída pelo casal e seus filhos solteiros. Uma vez em idade adulta, estes sairiam da casa paterna para constituir novos lares e, assim, a unidade familiar original feneceria com a morte dos pais (Laslett, 1972a: 16-17).

Caracterizados pela estabilidade, os dois primeiros modelos eram os preferenciais de Le Play, sendo o segundo, mais adaptado para as condições materiais da Europa Ocidental. A razão dessa preferência era imanente da construção teórica e ideológica do laplaysianismo, como frisou Botelho (2002: 526). Segundo essa formulação, o segredo dos “governos fundados na paz” residia na disponibilidade do “pão cotidiano” a todos os indivíduos e na prática da “lei moral”, constituída pelo conjunto de normas de conduta que disciplinaria o livre-arbítrio, que seria mais bem transmitida, de pai para filho, de geração para geração, em famílias estáveis que poderiam durar séculos.

Le Play não tencionava analisar, com os modelos de famílias acima descritos, a composição dos arranjos na população em estudo, mas sim apresentá-los, ora como emblemáticos de regiões, ora como etapas de um processo evolutivo da organização familiar. Nessa concepção de transformação marcada pela contínua e gradual redução e simplificação da unidade doméstica, a família patriarcal evoluiria para o tipo estirpe e, depois, para o tipo nuclear, ou instável. Com isso, Le Play (1989:142-143) queria alertar que esse processo evolutivo, ainda em curso em vários países, iria trazer conseqüências deletérias, quando atingido o último estágio:

“Le Play believed that the stem family took the place of the patriarchal family as society changed, but with no ill effects on the race or nation. The unstable family succeeded the stem family when bad customs and laws undermined patriarchal authority and led to property division at each succession. This did bring about instability, decay and the decline of the nation especially” (Laslett, 1972a: 17).

Como a Europa não tinha evoluído de maneira uniforme, era possível, segundo Le Play, identificar cada um dos tipos de famílias com regiões distintas do Continente. Deve-se considerar, nas duas primeiras formas, a estreita relação da disponibilidade de recursos (e meio ambiente) com o tipo de família que caracterizaria a região. Assim, as regiões de estepes, que eram qualificadas pela abundância de recursos, propiciavam a existência da numerosa família patriarcal (Le Play, 1989: 50-51), ao passo que no litoral, a limitação

¹ Negada a possibilidade de manterem-se casados no lar paterno, aos demais filhos cabia a escolha entre o celibato e a fundação de uma nova família com seu cônjuge, com o recebimento do dote ou parte da herança.

relativa de meios de subsistência restringia a formação de famílias patriarcais, sendo a família estirpe mais adaptada a esse meio (Le Play, 1989: 57-58).

Por fim, nas regiões onde assopravam os ventos modernizantes que redefiniam a paisagem européia pelos acelerados processos de urbanização e industrialização, predominavam as pequenas e instáveis famílias nucleares, condicionadas pelo solapamento das instituições tradicionais e pela “corrupção dos costumes”, expressa, de forma exemplar, na doutrina de Rousseau, que correspondia à “três falsos dogmas: a liberdade sistemática, a igualdade providencial e o direito à revolta” (Le Play, 1989: 149).

Duas considerações devem ser feitas sobre a passagem desse último estágio de encolhimento da família padrão em Le Play. A primeira seria o reconhecimento de que o processo de urbanização e industrialização era um caminho sem volta, pois seria a única forma de gerar condições de sobrevivência para o tamanho da população atingido. Dessa forma, o autor preconizava a revalorização dos valores ligados ao “espírito de tradição” e não uma volta às condições concretas do passado rural.

Em segundo lugar, deve-se ressaltar o papel da migração das regiões tradicionais para os grandes centros urbanos e industriais, na propagação do novo modo de organização familiar, pois ele não só ampliava o processo nas regiões de destino, como também inviabilizava a formação de famílias extensas nas regiões de origem, pelas perdas populacionais. Por isso mesmo, Le Play considerava tais transformações irreversíveis, sendo que “caberia às autoridades (oficiais ou não) buscarem empreender reformas que reconciliassem o homem do século XIX com a felicidade perdida pela rapidez das transformações²” (Botelho, 2002: 527).

Desde então, e por muito tempo, o estudo de domicílios e famílias havia ficado sob influência de uma concepção patriarcal de organização da sociedade. Na Alemanha, os ensinamentos de Le Play encontravam eco nos estudos do sociólogo Wilhelm H. Riehl, cuja atitude crítica em relação à sociedade contemporânea, também se fazia enaltecendo um tipo ideal de família germânica numerosa, que se supunha predominante no passado (Mitterauer, Sieder, 1982: 25).

² Regras de herança, liberdade de testamento e propriedade matrimonial unificada sob mando do pai seriam alguns dos focos em que o governo deveria atuar, pela visão de Le Play, para que as famílias não se degenerassem para uma estrutura instável, ou seja, nuclear (Theborn, 2006: 19).

Essa área do conhecimento demográfico ganhou maior consistência empírica com os trabalhos inovadores de Peter Laslett, juntamente com os de outros pesquisadores que formavam o *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, nas décadas de 1960 e 1970. Os resultados das pesquisas desse período deram origem à coletânea de estudos *Household and family in the past time* (Laslett, Wall, 1972), em que se evidenciou, por exemplo, a noção de que a família estirpe da categorização de Frédéric Le Play, era menos freqüente do que se pensava na sociedade européia pré-industrial, sobretudo a britânica.

Por meio de uma tipologia desenvolvida a partir do conceito atual de família, Laslett demonstrou que, muito antes dos processos de urbanização e industrialização, a maior parte dos domicílios era já composta por famílias simples ou nucleares, o que corresponderia ao que Le Play chamava de instável. Vale como exemplo a referência de que na comunidade Ealing, numa Inglaterra quase medieval (1599), 78% dos domicílios tinham essa composição “instável” e 14% tinham formas ainda menores, como os domicílios solitários (12%). Com isso, pouco menos de 10% dos domicílios tinham uma constituição mais complexa, que poderia abarcar a forma patriarcal e, também, a estirpe (Laslett, 1972a: 85).

Lutz Berkner (1972) ofereceu um importante argumento contrário à visão de Peter Laslett em célebre trabalho sobre os domicílios camponeses da Áustria do século XVIII. De certa forma, o autor defende a posição de Le Play em relação à relevância da família estirpe, ao menos em alguns segmentos sociais. Segundo essa concepção, as análises em que se tomavam um ponto no tempo (propiciadas, por exemplo, pelos censos demográficos) tendiam a negligenciar a importância dessa constituição de família. Mas o mesmo não se daria com um acompanhamento ao longo do tempo das famílias, posto que a família estirpe, seria, na verdade, uma fase que a maioria dos domicílios camponeses passaria, embora pouco duradoura, já que o tempo de convívio de gerações era limitado pela baixa expectativa de vida da população.

Essa ressalva, contudo, não invalidava as principais conclusões de Laslett, pois como Berkner mesmo deixa claro, a “fase de família estirpe” era uma particularidade do segmento mais abastado do campo (Berkner, 1972: 400); e se os domicílios nucleares viviam apenas uns breves momentos de sua existência na condição de “famílias estirpes”, o contato entre gerações seria fugaz e, dessa forma, seriam, essencialmente, domicílios

nucleares, pouco distintos daqueles que Le Play associaria ao processo de degeneração social dos novos tempos. Contudo, a idéia de se considerar o ciclo de vida do domicílio, em contraposição a uma simples freqüência de tipos de domicílios é um ponto importante a ser destacado no trabalho.

Apesar de se ter, de fato, uma estrutura própria de família simples, os domicílios da Inglaterra e de outras regiões européias próximas, no período pré-industrial, apresentavam um tamanho que, em média, se igualavam ao número de pessoas em domicílios de países onde se tinha, tipicamente, formas mais complexas (como os patriarcais e estirpes). Exemplos disso eram observados em algumas regiões européias mais ao oriente, como na Rússia e na Ásia, como na Índia e China, que conservavam essas características ainda na primeira metade do século XX, em algumas comunidades rurais.

Para responder a essa questão paradoxal, John Hajnal (1982) desenvolveu um importante trabalho, cujo objetivo principal do estudo era demonstrar, justamente, que havia dois “sistemas de formação de domicílios”, ou seja, dois modos de comportamento sociais que resultavam na formação de tipos específicos de domicílios, apesar de poderem manter algumas semelhanças, como o pequeno número de membros, perto de 5 pessoas.

Segundo Hajnal (1982: 452) as regras que constituíam o “sistema de formação de domicílios simples” em lugares como no Noroeste da Europa³, eram as seguintes:

1A – casamentos tardios para ambos os sexos (para homens, acima de 26 e para as mulheres, acima de 23 anos⁴);

1B – após o casamento, o casal constitui o seu próprio domicílio (sendo o elemento masculino, o chefe);

1C – antes do casamento, em geral, jovens saem da casa paterna e trabalham como servos em outros domicílios, por vezes, de parentes.

Por sua vez, as regras que compunham o “sistema de domicílios compostos” seriam as seguintes:

³ Compreende os países escandinavos (incluindo Islândia e excluindo Finlândia), as Ilhas Britânicas, os Países Baixos, a área coberta pelo idioma Germânico e a porção norte da França. (Hajnal, 1982: 449)

⁴ Essas diferenças quanto aos padrões e níveis de nupcialidade já tinham sido investigadas em Hajnal (1965).

2A – casamentos precoces para homens (abaixo dos 26) e principalmente para as mulheres (abaixo de 21 anos);

2B – o casal jovem inicia a vida a dois num domicílio com um casal mais velho, que permanece na chefia, ou mesmo num domicílio com uma pessoa mais velha não casada (como viúvo ou viúva), que continua sendo o cabeça do domicílio. Frequentemente, a jovem esposa se junta ao seu esposo no domicílio em que ele já fazia parte.

2C – domicílios com vários núcleos podem se fragmentar em dois ou mais domicílios, sendo que cada um desses novos domicílios seriam constituídos por um ou mais núcleos.

Uma possível justificativa para igualdade de tamanhos de domicílios entre esses dois tipos de sociedade era que absorção de servos em domicílios no sistema de Noroeste da Europa equipava ao efeito da entrada de pessoas pelo casamento no sistema de domicílios compostos (Hajnal, 1982: 463). Mas o mais crucial para responder a essa questão residia na idade média em que o homem se torna chefe do domicílio, que é diferente entre os dois sistemas, pelas regras 1A e 1B, para o sistema do Noroeste da Europa e pelas regras 2A e 2B dos sistemas de domicílios compostos⁵. Com a igualdade abaixo, essa justificativa torna-se mais clara:

$$\text{Número de pessoas por domicílio} = \frac{\text{Total da população}}{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios}} = \frac{\text{Total da população}}{\text{Número de chefes}}$$

Embora os domicílios sejam simples, o casamento tardio para os homens no sistema de domicílios do Noroeste da Europa retinha o surgimento de um número maior de domicílios, tornando o número médio de pessoas por domicílio similar ao encontrado no sistema de domicílios compostos (Hajnal, 1982: 465).

As flutuações econômicas acabavam por regular esse mecanismo de obstrução ao surgimento de novos casamentos, pela influência disso sobre o nível de emprego da mão-

⁵ Mediante estudo da população da Rússia (1782-1858), onde vigia o sistema de domicílios compostos, a idade média dos novos chefes de domicílios, resultados de da fragmentação de domicílios maiores, era de 46 anos.

de-obra servil⁶, de forma que, em períodos de crise, os trabalhadores jovens mantinham-se mais tempo como servos e só saíam dessa condição nos momentos de recuperação econômica e de maior prosperidade⁷ (Hajnal, 1982: 479).

Assim, segundo Hajnal (1982: 478), teria sido a instituição da servidão a eventual responsável pelos casamentos tardios, que, em última análise, caracterizou o comportamento nupcial das sociedades em que vigiam o “sistema de formação de domicílios simples”. Devido a isso, esta instituição também teria sido responsável por ter amortecido os impactos das flutuações econômicas sobre as demográficas, uma vez que não se observava nesses lugares, taxas de natalidade e mortalidade tão instáveis quanto eram em outras sociedades pré-industriais.

Em certo sentido, é tentador associar a idéia duas formas de constituição de domicílios às duas maneiras distintas de controle do crescimento populacional, que haviam sido detectadas por Malthus (1986), ainda no final do século XVIII, embora Hajnal (1982) sequer o citasse. Segundo aquele autor, os xeques preventivos, verificados em estágios mais superiores de civilização, consistiriam no adiamento ao casamento ou mesmo na adoção de uma vida celibatária, em situações de baixo crescimento econômico.

O obstáculo preventivo – que se caracterizaria, então, por restringir a natalidade – atuava “em certo grau, em toda a escala social da Inglaterra”. Mesmo entre as pessoas mais abastadas, protelava-se ou mesmo evitava-se o casamento pelo temor da perda de status social, pelo aumento de despesas com futuros filhos (Malthus, 1986: 205), sendo um método de controle do crescimento populacional mais indolor que os xeques positivos. Estes, por sua vez, recaíam principalmente sobre as classes menos abastadas e constituíam um ajuste mais forçado aos reveses econômicos, pela via da mortalidade, seja diretamente,

⁶ O servo era uma categoria restrita a um determinado tempo e espaço, muito encontrado em arrolamentos censitários da Europa e do Oriente. Como definição, servos eram membros do domicílio envolvidos em atividades econômicas integradas com os outros membros do grupo domiciliar, seja na agricultura e pecuária, seja em atividades artesanais. Em geral, os servos eram adolescentes e jovens, de ambos os sexos e solteiros, pois, em muitos casos, não o casamento era impeditivo da contratação. Pela proporção que ocupavam na sociedade, pode-se afirmar que a servidão era um estágio do ciclo vital das pessoas, compreendido entre os momentos de saída da casa paterna e seu casamento. Não existe suposição que o servo provenha de família mais pobre que o domicílio que o abrigava enquanto servo (Hajnal, 1982: 470-471).

⁷ Para completar o raciocínio de mostrar as interações entre economia e o comportamento demográfico da forma como Hajnal apregoava, Smith (1981) mostra que, nesse período, eram semelhantes as evoluções da taxa de casamentos com o rendimento real do trabalho, apesar de se observar algumas defasagens entre as duas variáveis: “it strongly suggests that nuptiality responded to changes in the trend in real wages with a lag about 30 yeas (Smith, 1981: 602). Para esse autor, o comportamento dessas variáveis são suficientes para por em suspeição a visão de regulação homeostática (defendida por outros autores), uma vez que a fecundidade responderia mais às mudanças do ambiente econômico que à mortalidade, em sociedades pré-industriais.

pela subnutrição, seja indiretamente, pelas epidemias facilmente alastradas pela miséria e fome, ou mesmo pela guerra por disputa de recursos escassos.

Não era sem propósito, então, que aqueles que temiam o baixo crescimento populacional não simpatizassem com a disseminação da organização de domicílios nucleares:

“Le Play assumed the stem family to be more fertile than others in view of the fact that a decline of the population of France was one of his great fears. When all resident relatives were included, a stem family household would frequently consist, he tells us, in fifteen members” (Laslett, 1972a: 18).

O fato de considerar que entre os dois sistemas formadores de domicílios, poderia haver categorias intermediárias, em lugares, ou mesmo, em tempos diferentes (Hajnal, 1982: 452), de certo modo, reabilita Le Play na sua suposição em que comunidades européias teriam vivido diferentes estágios de organização dos domicílios (de patriarcal para estirpe e, em seguida, para nuclear) em resposta a diferentes disponibilidades de recursos e meios de subsistência. No entanto, ao contrário do que este pensava, as transformações dos domicílios para uma estrutura simplificada não estaria se dando com as mudanças econômicas que ele estava assistindo, uma vez que era um processo secular iniciado há muito mais tempo em seu país e em demais regiões da Europa Ocidental.

2.1.2 De uma concepção de organização familiar monolítica à pluralidade de arranjos? Notícias de uma pseudo controvérsia no Brasil

O debate recente sobre domicílios e famílias na historiografia brasileira assemelhou-se, em alguns aspectos, àquele ocorrido no cenário europeu. Ao modo de Le Play, num primeiro momento, vários autores – antropólogos e sociólogos, em sua maioria – puseram-se a estudar família sublinhando à sua estrutura patriarcal, na formação da sociedade brasileira, ainda que não tivesse, exatamente, os mesmos traços europeus, em que se originou, pois que havia sofrido uma necessária aclimação ao novo contexto.

“Populações meridionais no Brasil” e “Instituições políticas brasileiras”, ambos escritos por Oliveira Vianna (2005,1999) e a obra clássica de Gilberto Freyre (1963), “Casa Grande & Senzala” constituem alguns dos primeiros estudos a tratarem mais detidamente sobre a questão do papel da família patriarcal e rural na formação social no Brasil.

Esses autores, segundo Freitas (1986b: 205) proporcionaram uma visão “impressionista” de família patriarcal, numerosa e composta de forma hierárquica. Assim, a família que dominaria uma propriedade rural e latifundiária se subdividiria em diversos extratos, a começar pelo casal branco, filhos, demais parentes, outros membros livres como concubinas, bastardos, agregados e, por fim, os escravos. O brasileiro Stuart Schwartz diria, como um dos seus méritos, que:

“Casa Grande & Senzala capturou uma imagem reveladora de uma ampla gama de atitudes e atividades no seio da esfera rural e doméstica dos senhores de engenho e (...) ela se tornou o modo como os brasileiros passaram a conceber seu passado rural” (Schwartz, 1988: 237).

Tal concepção de organização familiar não se restringia apenas às regiões de *plantation*, mas também se aplicava para Minas Gerais, com mudanças marginais para se adaptar a uma economia diversa da encontrada na Bahia e em Pernambuco. Diria Alceu Amoroso Lima, em ensaio sociológico, que:

“(...) a moralidade mineira é a solidez da vida doméstica. A família é o centro da sociedade mineira e a hierarquia patriarcal o centro da vida doméstica mineira” (Lima, 1946: 191).

Além dos já citados, na primeira vertente de estudos sobre a família no Brasil poderiam ser incluídas as obras “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda (1976) e “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior (1973).

A segunda vertente dos estudos sobre família data, sobretudo, da década de 1980, em que se destaca Samara (1989) e Freitas (1986a e 1986b). Essas análises se caracterizam pelo embasamento empírico maior que os trabalhos anteriores. Amparada por fontes quantitativas mais representativas de toda a sociedade (como listas nominativas, inventários *post mortem* e documentos paroquiais) processadas com recursos de computação, uma das principais colocações dessa vertente de pesquisa foi questionar a visão de domicílios e famílias aparentemente monolítica e apresentar a multiplicidade de formas de organização doméstica⁸. Estes estudos municiaram outras análises tais como as de Corrêa (1982).

Segundo esses pesquisadores, os estudos sobre famílias da vertente mais antiga de autores baseavam-se nos relatos de viagens, obras de memorialistas e outras fontes qualitativas.

⁸ Em comum, tais estudos se inspiraram na tipologia de Laslett (1972), tal como Costa (1981), o que é tratado de forma mais detalhada, no capítulo metodológico.

Em que pese essas importantes fontes possibilitarem construir um quadro vivo e eloquente de como as sociedades antigas se formavam e funcionavam do nível micro (famílias) ao macro (Igreja, Estado, etc.), na opinião desses críticos, tais fontes induziam ao viés de se retratar apenas os segmentos mais organizados da sociedade. Assim, tais análises podiam, eventualmente, incorrer no erro de se tomar o todo (síntese da família brasileira) pela parte (famílias de elite). Além dessa generalização, o método empregado de estudo inviabilizava a percepção de diferenciações regionais e temporais do objeto de estudo.

Uma primeira observação que inspira cautela nessa aparente controvérsia refere-se a diferentes períodos focados por cada uma das vertentes, uma vez que a maior parte dos registros demográficos examinados pela segunda vertente se concentra no período de finais do século XVIII a meados do XIX, posterior, portanto, ao tempo que os primeiros estudos mais se ativeram. Ronaldo Vainfas, todavia, é mais incisivo no balanço dos novos achados:

“O ceticismo que os estudos recentes demonstram em face do modelo patriarcal, a descoberta de outros tipos de família que não a da casa-grande, as observações sobre a variedade de papéis que as mulheres desempenhavam em nosso passado, tudo isso contribui efetivamente para o avanço dos conhecimentos acerca do período colonial brasileiro. Parece-nos, contudo, que a moderna crítica ao nosso antigo patriarcalismo correta em numerosos aspectos, não resiste a uma avaliação de conjunto, a começar pela maneira com que muitos vêem a “família patriarcal” de Gilberto Freyre e outros historiadores” (Vainfas, 1997: 117-118).

O que torna “Casa grande & senzala” alvo preferencial dos “estudos revisionistas” seriam trechos como esses:

“A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros (...)”.

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desdobrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia mais poderosa da América” (Freyre, 1963: 82-83).

Tais afirmações de Gilberto Freyre não constituem algo marginal, acessório, mas está no âmago da sua obra. Contudo, como ressalta Vainfas:

“É certo que a maioria dos que afirmou a importância da família patriarcal na Colônia tendeu a incluir entre seus traços característicos, o

copioso número de criados, escravos, parentes pobres e agregados submetidos à autoridade senhorial. Mas é igualmente certo, por outro lado, *que nenhum deles identificou família patriarcal e extensa*, já que a dimensão dos lares, em si, em nada lhes importava considerar, salvo como indício de poder patriarcal” (Vainfas, 1997: 118).

Ainda nessa visão, também compartilhada por Mattos (1998), as formas alternativas ao modelo de família patriarcal já estavam contempladas na primeira vertente de famílias. Segundo Vainfas, “até o próprio Freyre, a quem se atribui um particular apreço pela família patriarcal, sequer negou a eventual ocorrência de outras formas familiares” (Vainfas, 1997: 118), apontando tipos que poderiam ser denominados “para-patriarcais”, “semi-patriarcais” e até mesmo “anti-patriarcais”.

Além do já destacado lapso temporal entre sociedades em que ambas as vertentes privilegiam, o que também ofusca o caráter inovador da produção da nova vertente (e que também interdita o debate com a corrente mais antiga de pensamento sobre a família), seria o fato de se tratarem de sociedades localizadas em espaços diferenciados. Não se trata apenas de capitânicas/províncias diferentes, mas de áreas com níveis de urbanização distintos, uma vez que a primeira vertente investigava, sobretudo, o espaço rural da Bahia e Pernambuco, ao passo que a vertente mais recente analisava a população não só rural, mas a urbana, como a vila de São Paulo. Sabe-se, porém, que as diferenças de tamanho dos domicílios entre o campo e a cidade não eram exatamente uma surpresa. Como o próprio Peter Laslett já destacava, a diferença de tamanho e complexidade dos domicílios nos dois tipos de espaços quase sempre foi verificado em várias sociedades pré-industriais:

“Por toda parte e em todas as épocas, pode-se supor que os domicílios de artesãos são menores, com menores possibilidades de conterem parentes, do que os domicílios rurais, agrários (...)” (Laslett, 1984: 152-153).

Por isso, ao invés de “Casa grande & senzala” melhor teria sido se os novos estudos sobre a família brasileira tivessem buscado interlocução com “Sobrados e mucambos”, do mesmo autor (Freyre, 1961), que visava caracterizar as mudanças da sociedade brasileira com o incipiente processo de urbanização.

2.1.3 Alguns indícios sobre evolução dos domicílios do século XVII ao princípio do XIX

Teria sido a diversidade familiar – tão propalada pela nova vertente e, de certo modo, já antevista pela corrente mais tradicional – uma constante na sociedade pré-industrial, no Brasil? Ao que tudo indica, sim, mas provavelmente, nos dois primeiros séculos do período colonial, fatores tanto de ordem econômica como sociais estimulavam, ao menos na elite a formação de famílias extensas, de modelo patriarcal. Nesse sentido, deve-se destacar a transmissão de valores originários da Metrópole, aliada às condições econômicas favoráveis e baixa densidade demográfica, inerente ao início do processo de colonização. Segundo Stuart Schwartz:

“A posse de vastas extensões de terra, apoiada no controle de numerosos dependentes, caracterizava a nobreza em Portugal, e os colonos do Brasil que estabeleciam propriedades açucareiras consideravam-se a nobreza da colônia. Em certo sentido, eles eram uma classe social querendo passar por uma ordem ou estado medieval – novos ricos que almejavam formas tradicionais de legitimação social” (Schwartz, 1988: 224).

O brasilianista procurava, dessa forma, caracterizar o processo de ocupação, principalmente, das regiões então pujantes do Recôncavo Baiano e do Recife. Mas isso, de certa forma, valia até mesmo para São Paulo, que, vale ressaltar, não era o centro econômico e, muito menos, populacional da Colônia.

Um dos expedientes mais importantes usados pelas famílias para a incorporação de mais homens na família do patriarca era o dote, que foi analisado exaustivamente em um estudo feito pela Muriel Nazzari (2001). Segundo essa autora, também brasilianista, no alvorecer da ocupação do território de São Paulo pelos portugueses, a economia era mais centrada em grandes propriedades de terra (sesmarias) e, para ocupá-las, faziam-se necessárias famílias igualmente de grandes proporções. Na capitania de São Vicente, o dote, entregue à filha no ensejo do seu casamento, era, via de regra, maior que as partes da herança que o pai destinava aos filhos homens:

“O extremo favorecimento das filhas pelos proprietários da São Paulo do século XVII constituía evidentemente uma estratégia empregada para ampliar e consolidar o clã, princípio organizador do empreendimento militar, político e produtivo. Os grandes dotes estimulavam os homens a casar-se e os casamentos acrescentavam genros à família, ao mesmo tempo que ajudavam os filhos a se estabelecer” (Nazzari, 2001: 65).

Num olhar mais abrangente, de um ponto de vista demográfico, o dote podia ser visto como um instrumento disciplinador aplicado às novas gerações, pelas mais velhas, para que aquelas fossem fecundas, não só pelo ambiente econômico favorável, mas também para fazer frente à elevada mortalidade⁹:

“Quando os genitores concediam dotes a suas filhas, mas não faziam doações equivalentes a seus filhos, o que os tornaria independentes, estavam mantendo o controle sobre o modo pelo qual a família e a classe se reproduziam” (Nazzari, 2001: 66).

Entre o final do século XVII e o início do XVIII, a descoberta do ouro e o concomitante afluxo de imigrantes para o território que viria a tornar a capitania de Minas Gerais exerceram uma força desagregadora nessa forma de organização das famílias de elite, em São Paulo. Cumpre explicitar que a mineração propiciou a eclosão de uma nova e profícua forma de exploração econômica na Colônia. Com isso, o foco dos interesses econômicos havia se deslocado parcialmente das grandes propriedades agrárias (que traziam subjacente a necessidade de ter família grande) para o domínio das rotas de comércio com as áreas mineradoras, ou mesmo, da própria atividade de exploração de ouro e pedras preciosas, através da fixação da família (ou parte dela) em Minas. Acresce a isso, o fato de que as distâncias proporcionadas pelo desempenho de tais atividades acabavam por redundar, em certa medida, no afrouxamento das relações patriarcais que mantinham as famílias mais coesas, visto no contexto anterior (Nazzari, 2001: 86-87).

O descobrimento das Minas, então, pode ser considerado como um marco importante na redefinição dos arranjos domiciliares, ao menos nas regiões mais envolvidas com o fenômeno. Embora essas transformações fossem mais bem documentadas para as famílias da elite paulista, isso deve também ter refletido nos demais extratos econômicos. Percebe-se a partir daí o lento processo de desaparecimento do dote:

“No início do século XVII, as únicas famílias que não concediam dotes eram as de viúvos ou viúvas, cujas filhas, embora não levassem dotes,

⁹ O efeito do estímulo econômico sobre o aumento da fecundidade pelas reduções da idade ao casar e diminuição de celibatários, em sociedades pré-industriais é tratado exaustivamente por Eversley. Na relações do comportamento demográfico frente às injunções econômicas, tem-se que a nupcialidade e fecundidade respondem às flutuações da renda em relação direta, mas às vezes, de forma inversa. Para explicar essa inversão de relações, o autor adverte que se deve considerar os fatores sociais intervenientes que atuam entre o fenômeno econômico e o demográfico, como convenções sociais, tradições, hábitos religiosos. Tais fatores são históricos e, para não incorrer em anacronismo, as relações devem ser entendidas também naquele contexto histórico (Eversley, 1965: 67). Por sua vez, Moreda e Reher (1985) tendem a sublinhar a flutuação da fecundidade como resposta às variações da mortalidade. Segundo os autores, sob um regime de alta pressão da mortalidade, a fecundidade aumentaria, em geral, pelas mudanças dos padrões e níveis de nupcialidade.

iam para o casamento com bens provindos de sua legítima. Seis das treze famílias do século XVIII que não dotaram suas filhas também eram chefiadas por viúvas ou viúvos cujas filhas se casavam simplesmente com sua herança. A novidade é que as outras sete famílias permitiram que suas filhas se casassem de mão abanando. Com estas se iniciava uma tendência, pois no começo do século XIX a maioria das filhas de proprietários não levava bens para o casamento” (Nazzari, 2001: 111-112).

Pode-se dizer que aqui em Minas Gerais, como em São Paulo, as condicionantes socioeconômicas das famílias de modelo patriarcal eram contrabalançadas por outros fatores, como a razão de sexos desequilibrada pelas migrações.

Muito tempo depois de passado esse primeiro momento de instabilidade, já na primeira metade do século XIX, alguns fatores desagregadores da formação familiar foram mitigados. Outros permaneceram, porém, como a vocação urbana da sociedade mineira. Segundo Figueiredo:

“Até então, tudo faz crer que nas regiões tradicionais da colonização portuguesa o patriarcalismo dos grandes proprietários rurais substituíra a necessidade de ação mais efetiva do Estado para garantia da disciplina social. Contudo a sociedade que nasce nas Minas Gerais detinha traços de grande originalidade. Seu caráter urbano concentrando enormes contingentes populacionais, a extrema diversificação de atividades que se impõem quase naturalmente, e a presença maciça de desclassificados sociais, homens livres, mestiços e escravos por jornal afastam a possibilidade do domínio patriarcal” (Figueiredo: 1997: 24).

Para se conhecer, de fato, a estrutura familiar dos lares mineiros, foram decisivos estudos sobre registros demográficos do final do período colonial. Exemplo disso foi o realizado por Costa (1981), que trabalhou com 4.489 domicílios constantes em um pequeno conjunto de listas nominativas de alguns distritos de Ouro Preto e Mariana, de 1804 e com a relação de confessados de Santa Luzia, datada de 1790. Devido à abrangência espacial das fontes, os resultados alcançados devem ser vistos como representativos não de Minas Gerais, mas apenas dos primeiros núcleos que surgiram com a mineração aurífera (Tabela 1).

Além de estudar a composição da população por sexo e idade e analisar outros atributos pessoais e socioeconômicos, como cor, condição social e ocupação, Costa (1981) realizou um exame detalhado da estrutura dos domicílios utilizando, para tanto, a tipologia de Laslett (1972a: 31). O fato de se adotar uma metodologia com rigor conceitual e reconhecida por outros estudiosos, abriu a possibilidade de se comparar as composições de domicílio locais e de outras diferentes sociedades.

Tabela 1 – Composição de domicílios, pela tipologia de Laslett* – Distritos Ouro Preto, Mariana e Sabará – Minas Gerais – 1790/1804

Tipos de domicílios		Urbano			Intermediária/Rural			Total
		Vila Rica (1)	Outros (2)	Total	Santa Luzia (3)	Outros (4)	Total	
Total	N.	1.753	459	2.212	1.757	520	2.277	4.489
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Solitários		39,3	37,0	38,8	33,9	27,1	32,4	35,6
Sem família		7,1	3,7	6,4	4,9	8,3	5,7	6,0
Família simples		43,9	53,6	45,9	52,2	56,7	53,3	49,6
Só núcleo		7,2	7,0	7,1	30,6	10,4	26,0	16,7
Núcleo e filhos		15,8	21,8	17,0	16,6	31,5	20,0	18,6
Monoparentais		20,9	24,8	21,7	5,0	14,8	7,2	14,4
Família estendida		5,5	4,4	5,3	5,9	6,3	6,0	5,6
Múltiplas famílias		3,5	1,1	3,0	1,7	0,8	1,5	2,2
Indeterminados		0,6	0,2	0,5	1,4	0,8	1,2	0,9

Fontes dos dados básicos: Costa (1981). * Ver tipologia completa de Laslett no Quadro 6, pág. 180.

(1) Lista nominativa de 1804 dos distritos do núcleo urbano de Vila Rica, compreendendo Antônio Dias, Ouro Preto, Alto da Cruz, Padre Faria, Morro, Cabeças; (2) Listas nominativas de 1804 de distritos de Passagem de Marina e um distrito não identificado do núcleo urbano de Mariana; (3) Domicílios constantes na relação de confessados de Santa Luzia, de 1790; (4) Listas nominativas de 1804 dos distritos de Furquim, N. Sra. dos Remédios, Capela do Barreto, Abre Campo e Gama.

Como já pontuavam Ramos (1978), que analisou as listas nominativas de Ouro Preto de 1804 e 1838 e Costa (1981: 87), os domicílios da população residente nos antigos núcleos de povoamento de Minas Gerais, ao final do período colonial, constituíam-se, na maior parte, de domicílios de família simples – tanto em Vila Rica (43,9%) quanto nos demais distritos urbanos (53,6%) e nos rurais (53,3%). Um outro aspecto considerado foi o elevado número de domicílios solitários, que era maior quanto mais urbano era o distrito, chegando a representar 39,3% dos existentes em Vila Rica e 35,6% no total.

Nota-se dessa forma, algumas particularidades importantes de Vila Rica – que se caracterizava por uma formação urbana maior e mais cristalizada – frente aos demais distritos recenseados. Por um lado, a começar pelos domicílios solitários, a Capital da Capitania diferenciava-se pela maior proporção de domicílios de categorias e classes que denotam alguma desagregação, que é o caso também dos domicílios sem família (7,1%) e os de famílias simples monoparentais (20,9%); mas por outro lado, continha uma parcela um pouco maior de domicílios com famílias múltiplas (3,5%) que na média dos distritos pesquisados (2,2%).

Em comparação com domicílios de outras sociedades pré-industriais analisadas por Laslett, cumpre dizer que os distritos mineiros possuíam características que os aproximavam dos perfis apresentados nas sociedades com “padrão Noroeste da Europa de formação de domicílios”, quer pela reduzida parcela de domicílios com famílias estendidas e ou de múltiplas famílias, quer pela maior abundância de domicílios de solitários. Pelos mesmos

motivos, os domicílios de Vila Rica e entorno diferiam dos existentes em localidades com “padrão de formação dos domicílios compostos”, como o sul da França e de países eslavos, em que havia formas particulares de organização de grandes domicílios, respectivamente denominados *fréréch* e *zadruga*, resultando em maiores parcelas dos domicílios de formação mais complexa, como apontou Laslett (1977: 22-25).

Contudo, alguns questionamentos emergem com esses dados. Essas características dos domicílios mineiros – muito próximas das do “padrão Noroeste da Europa” – estariam refletindo aspectos estruturais dessa sociedade, ou apenas, o momento de resposta à crise da extração aurífera? Qual seria a influência do elevado nível de urbanização na composição de domicílios? Quão diferentes seriam as estruturas domiciliares das áreas mais afastadas das áreas de mineração? Novas evidências da década de 1830, apresentadas no capítulo 7, podem dar mais elementos para subsidiar as respostas a essas e outras questões.

2.2 O domicílio como grupo de parentes e unidade de produção

Em muitos textos que abordam a caracterização dos domicílios europeus no passado relativamente recente, é comum o emprego do termo “pré-industrial” para se diferenciar daqueles existentes no momento atual. Isso vale quando se trata de domicílios de uma Inglaterra do século XVI a meados do XVIII e, em algumas regiões, até do século XIX, quando o conjunto das mudanças sociais e econômicas – que se convencionou chamar de Revolução Industrial – encontrava-se em estágio pouco avançado e que, portanto, eram pertencentes, genericamente, a uma sociedade tradicional e rural. Por vezes, o foco excessivo sobre o objeto de estudo, obliterando o contexto em que este se encontrava, acabava por tornar difícil não tomá-lo como algo condicionado apenas a si mesmo.

Ensina Alvaro Pinto (1973) que na demografia (como de resto, nas demais ciências sociais) deve-se sempre buscar depreender a abrangência que envolve os fenômenos investigados pela ciência, que muitas vezes transcende essas fronteiras fictícias que demarcam as áreas de conhecimento. A reprodução humana é um dos principais temas da demografia e também um dos exemplos mais conspícuos disso:

“Hemos visto que la expresión reproducir la existencia posee doble sentido: el producir, por el individuo, su existencia personal, en rigor su supervivencia; y el producir la existencia en general, la de la especie, o sea, reproducirse. Tanto uno como otro sentido indican claramente que las diferenciaciones cualitativas en el curso del proceso general de la historia son las que se caracterizan por las formas de producción de los bienes que el hombre utiliza para sobrevivir y para reproducirse, para producir su substitución” (Pinto, 1973: 401).

Nesse sentido, voltando ao objeto de análise em questão, existe certa ilusão em acreditar que o uso de uma tipologia de domicílios de aplicação supostamente universal, como a de Laslett (1972a), por si só, permitisse captar, plenamente, as particularidades dos arranjos domiciliares e conteúdo das transformações ao se confrontar os dados com outros de tempo e espaço distintos. Deve-se considerar, com isso, a historicidade do objeto de análise:

“La demografía está directamente vinculada a la demarcación del tiempo histórico, pues (...) las condiciones de trabajo, de explotación del mundo, la cantidad y cualidad de los objetos creados por el hombre, las relaciones sociales que se ligan a estas relaciones, son el fundamento de un doble movimiento productivo humano, el de la supervivencia individual y el de la supervivencia de la especie” (Pinto, 1973: 401).

Não se quer, dessa forma, negar por completo os benefícios em se utilizar o método proposto por Laslett (1972a: 31), mas sim adotá-lo como uma porta de entrada para a compreensão do objeto de estudo, e complementar a análise adicionando outros elementos que recolocque o objeto no seu contexto, ou seja, no tempo e espaço a que pertence. As insuficiências dessa tipologia em captar, de fato, as diferenças domiciliares residem na definição desse objeto apenas como unidade de procriação e de parentesco, embora o domicílio fosse, também, uma unidade produtiva, nesse período definido como pré-industrial. Essa crítica é muito bem fundamentada por Michael Mitterauer e Reinhard Sieder (1982), que iniciaram suas análises com estudos de antigas comunidades austríacas.

A família simples, que como se discute no capítulo metodológico, é o elemento basilar da tipologia de Peter Laslett, era algo que até pouco tempo atrás, não tinha palavra que o denominasse, no Brasil, assim como em outros países da Europa:

“When we go back into history, we discover the interesting fact that in the late Middle Ages, and even in early modern times, the German language had no word for the group of parents and children that we understand as ‘family’ and that is characterized by sociologists as the nuclear or simple family. For lack of a suitable word, the complicated description ‘with wife and child’ was used” (Mitterauer, Sieder, 1982: 6).

Portanto, não é simples e direto o diálogo dessa metodologia – baseada em conceitos contemporâneos de domicílio e família – com as sociedades do passado – feita por via dos seus registros remanescentes – que definiam família de forma muito particular, plurifuncional¹⁰. É essa transitoriedade do objeto de pesquisa que se deve frisar:

“Nevertheless, the family has assumed so many forms in the course of history that it is impossible to consider it in any way a natural unit of human communal life, remaining the same over time. Obviously, the influence of biological factors in the development of family life cannot be ignored. But in essence the family is a social creation and, as such, a legitimate object of historical research, just as it has been for a long time a central preoccupation of sociology and ethnology” (Mitterauer, Sieder, 1982: 2).

Nas sociedades pré-industriais, a função econômica de unidade produtiva dos domicílios resultava na valorização do estabelecimento físico – que era o *locus* da produção – e de todas as pessoas, parentes ou não do chefe, enquanto membros constitutivos dessa unidade. Deriva daí, o fato de que os sobrenomes – hoje utilizados para distinguir famílias – estavam mais associados às residências na Europa medievá e até mesmo dos séculos XVIII e XIX, do que às próprias pessoas pertencentes à linhagem:

“The original connection between house and family is clearly discernible in specific forms of proper names, for the oldest family names are usually the names of houses. We see this particularly among members of the aristocracy, who called themselves after their castles and fortified manor houses; when the property changed hands, the noble family changed its name too. (...) In many parts of the Austrian country side, where there were scattered farms, the family name become permanent only in the nineteenth century ” (Mitterauer, Sieder, 1982: 9).

Com isso, não surpreende o relato de Gilberto Freyre de que alguns escravos mais próximos aos senhores de engenhos recebessem o seu sobrenome aristocrático no Recôncavo Baiano ou no Recife:

“Deve-se porém distinguir entre os escravos de trabalho agrícola e os do serviço doméstico – estes beneficiados por uma assistência moral e religiosa que muitas vezes faltava aos do eito. (...) Esses negros batizados e constituídos em família tomavam em geral o nome de família dos senhores brancos: daí muitos Cavalcantis, Albuquerque, Melos, Mouras, Wanderleys, Lins, Carneiros Leões, virgens do sangue ilustre que seus nomes acusam. No Brasil, ainda mais do que em Portugal, não há meio

¹⁰ Além das funções de grupo de parentesco, de unidade biológica reprodutiva e de unidade econômica produtiva, Mitterauer e Sieder (1982: 71-90) apontam outras funções que as aglutinações familiares continham em sociedades pretéritas, em especial algumas da Antiguidade e que se foram perdendo, pouco a pouco, ao longo do tempo, tais como a religiosa e judicial.

mais incerto e precário de identificação de origem social do que o nome de família” (Freyre, 1963: 483).

Em seu clássico artigo “Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco” Laslett (1984) reconhece essa crítica de Mitterauer em relação à tipologia de domicílios e passa, a partir daí, a trabalhar a conceituação desse domicílio e o contexto em que este se inseria. Segundo Laslett (1984: 137) a natureza dual dos domicílios (por serem, ao mesmo tempo, unidades produtoras e procriadoras) pôde ser notada, em maior ou menor grau, nas diversas sociedades intocadas pelo processo de industrialização. Assim, essa duplicidade funcional dos domicílios só deixaria de existir, na medida em que a função produtiva passasse a ser exercida pelas empresas, no modo de produção capitalista. A partir daí, o domicílio passaria a assumir a conformação atual, sendo, essencialmente, apenas um grupo de parentesco.

Das ganze Haus, a expressão germânica que poderia se traduzir como “a casa toda”¹¹ é que o que melhor define o domicílio no formato mais harmônico a uma sociedade pré-industrial. Brunner (1968, citado por Laslett, 1984) foi quem primeiro definiu esse conceito domicílio e sua forma mais estilizada é assim descrita:

“Geralmente se pensa nesse tipo de grupo doméstico como sendo aquele composto por cinco ou dez pessoas, encabeçadas por um lavrador (ou um mestre-artesão) vivendo com sua esposa e filhos, empregados domésticos (aprendizes e jornaleiros), dirigidos em base cooperativa, cultivando os campos, criando animais ou fabricando objetos para o consumo ou uso no lar ou para o mercado. Todas elas são atividades produtivas dos membros dos domicílios; estes não trabalham fora do lar, mediante salários” (Laslett, 1984: 139).

Comparado ao domicílio do presente, “*das ganze Haus*” teria mais independência, autonomia e auto-suficiência. Não se quer, com isso, negar a existência de trocas mercantilizadas, pois a auto-suficiência, aqui colocada, se refere à incorporação de todas (ou as principais) etapas produtivas das atividades econômicas em que o domicílio se especializou; e não no sentido de que tudo que se consome, se produz na própria unidade produtiva e domiciliar. Além disso, uma forma particular de mercado de trabalho deveria existir para houvesse alocação de mão-de-obra das unidades domiciliares com ociosidade para aqueles com insuficiência de braços:

¹¹ Mitterauer e Sieder (1982: 7), que também descreveram o conceito de *das ganze Haus* elaborado por Otto Brunner, apontam que, para o inglês, a melhor tradução seria “*the whole house*”.

“É significativo para nosso tema que o conceito de *das ganze Haus* incluía um mercado de produtos e um mercado de pessoas. O primeiro existe porque o domicílio de trabalho especializado tem que vender praticamente toda a sua produção. (...) O mercado de pessoas existe, pois os empregados domésticos, lavradores, aprendizes e outros trabalhadores devem ser constantemente trocados entre os domicílios, cuja independência e autonomia não ficam, de forma alguma, afetadas” (Laslett, 1984: 140).

Em determinadas atividades econômicas que necessitem, tecnicamente, de maior número de mão-de-obra, pode-se conceber a cooperação de duas ou mais unidades domiciliares. Além desses casos, também não se deve ignorar que em outras atividades, os trabalhadores podiam não se aglutinar em grupos domésticos, assumindo uma conformação mais semelhante às empresas capitalistas. Exemplo disso eram observados em algumas minas, fundições, estaleiros, etc. ou seja, as fábricas na acepção mais antiga da palavra, segundo Max Weber (2006: 163). Para Laslett, nessas situações, os contemporâneos – presos ao seu modo de ver um tipo do ideal de unidade produtiva – tendiam a conceber essas unidades produtivas como um tipo especial de família, ou uma “família simulada”:

“Quando Gregory King [1648-1712] descreveu a anatomia de uma sociedade nacional, pensava ela ser constituída exclusivamente de famílias. Nenhuma outra forma de associação era permitida. Ele e muitos de seus contemporâneos conceberam o próprio Estado em termos de uma burocracia central de tipo familiar” (Laslett, 1984: 161).

Citando o exemplo dos domicílios de meeiros contratadas pelos proprietários de terra na Itália pré-industrial, Laslett (1984: 141) considera que em alguns casos, as relações que se estabeleciam entre uma e outra unidade poderiam ser desiguais, abrindo a possibilidade de que uma explorasse (e mesmo depauperasse) a outra. Mas mesmo assim, segundo o mesmo autor, para os domicílios sob o jugo de outro, “sua auto-suficiência pode manter-se a despeito do fato da queda do padrão de vida”.

Contudo, a maior proporção de domicílios “*das ganze Haus*” em uma sociedade pré-industrial parecia estar condicionada a determinados níveis de igualdade social e também de reduzida parcela de domicílios com baixas condições de vida existentes. Isso porque a condição de desigualdade excessiva desencadeava (ou então, refletia) assimetrias nas relações de força que infringiriam as condições de autonomia e independência, ao passo que a redução das condições de sobrevivência ao nível da miserabilidade certamente desarticulava o domicílio enquanto grupo de trabalho, violando assim, o quesito de auto-suficiência.

Na Inglaterra dos séculos XIII e XIV, a diferenciação social agravou-se em algumas comunidades, como em Suffolk e Gloucestershire, o que parece ter acelerado o processo de formação do mercado de trabalho, tal como conhecido no modo de produção capitalista, segundo Laslett (1984: 145-146), citando estudos monográficos de outros autores¹².

Mas outros elementos, além de pobreza e concentração de renda, seriam necessários para a sociedade formada por essa forma arcaica de domicílio se transmutasse para uma outra. Lembra João Antônio de Paula que:

“O processo de constituição do capitalismo [e do mercado de trabalho próprio de relações capitalistas] não se resume ao que é mais imediato e aparente nas relações econômicas. Trata-se da *imposição de uma ordem* – isto é, da imposição de determinadas relações sócio-econômico-político-culturais que articula, sistêmicas, como se diz hoje, garantem a reprodução dos interesses de uma determinada classe, que, para dominar plenamente, deve, ao lado do monopólio da força da coerção e da riqueza, buscar o consentimento e a legitimação. Daí o importante papel da ideologia e das instituições que a produzem” (Paula, 2002: 13).

No Brasil, em princípios do século XIX, nem as relações econômicas e muito menos as condições institucionais eram próprias para a constituição do capitalismo. É certo que, desde a independência, em 1822, o Estado adotou algumas medidas no sentido de “instaurar no Brasil relações mercantis em substituição às velhas instituições do Antigo Regime”, como as abolições das corporações de ofício, em 1824, a extinção do morgado, em 1835 (Paula, 2002: 32).

Mas somente em 1850 é que se registrou um esforço decisivo para se estabelecer a ordem capitalista, manifesto pelas promulgações da Lei de Terras, da Lei Eusébio de Queiroz e pelo estabelecimento do Código Comercial. A Lei de Terras, que substituiria o antigo sistema de doação de sesmarias a pessoas de posse, entre outras coisas, estabelecia que o acesso às terras públicas dar-se-ia, a partir daquele momento, apenas pela sua compra e que os fundos do Estado derivados dessa venda de terras financiariam a imigração européia (Paula, 2002: 23); ao passo que a Lei Eusébio de Queiroz fechou, definitivamente, o tráfico Atlântico de escravos. Dessa forma, as duas mudanças institucionais, de forma combinada,

¹² No capítulo XIII, na seção intitulada “o trabalho domiciliar moderno”, Marx (1985: 74-77) narra o definhamento das unidades produtivas domésticas do setor têxtil, já em meados do século XIX, na Inglaterra, com a ameaça da independência e autonomia dessas domicílios. Nesse caso, o estiolamento das unidades produtivas não se devia, de fato, à exploração da parte de outras unidades produtivas domésticas, mas sim à concorrência com as fábricas já organizadas sob modo de produção capitalista, com a produtividade elevada, embalada pelas inovações tecnológicas expressas na mecanização do processo produtivo.

propiciaram a criação do mercado de terras e do trabalho, essenciais no modo de produção capitalista.

Contudo, o Código Comercial de 1850 representou uma transformação institucional ainda mais emblemática e direta da mudança de natureza dos domicílios como unidade de produção e procriação uma vez que esse Código “e as leis posteriores contribuíram para a separação entre família e negócios em termos de responsabilidade financeira por dívidas” (Nazzari, 2001: 174). Ainda na avaliação da autora:

“À medida que mais sociedades foram se formando [beneficiadas pela lei de 1862] os homens passaram gradativamente de um compromisso primordial com a família patriarcal extensa, ou clã, a um compromisso primordial consigo próprios e com sua família nuclear” (Nazzari, 2001: 175).

Nesse contexto, julga-se, então, apropriado considerar os domicílios de Minas Gerais da década de 1830 ao modo definido como “*das ganze Haus*” que aqui existiu, é claro, com algumas particularidades. A escravidão seria a mais notória das singularidades, com reflexos na determinação de uma forma também particular de “mercado de pessoas”, que, por sua vez, continha vasos comunicantes com o “mercado de bens”.

Apesar do artigo de Laslett (1984), que marca a sua mudança de posição na concepção de domicílio, ter tido grande repercussão no Brasil, essa discussão não refletiu em transformações significativas do tratamento metodológico, podendo constatar que muitos estudos sobre domicílios e famílias mais recentes ficaram, em geral, apegados à forma metodológica anterior. Das raras exceções a essa postura, destacam-se os trabalhos de Kuznesof (1986) e de Andrade (2001).

Esse trabalho de Cristiana Andrade (2001) inovou ao incorporar um outro método de elaboração de tipologia no estudo de domicílios na sociedade pré-industrial brasileira. Trata-se do método de GoM “*Grade of membership*”, que se diferencia da forma apriorística¹³ até então praticada na construção de tipologia, por ser constituída de forma à posteriori, ou seja, depois da análise das fontes, o que é discutido de forma mais aprofundada no capítulo metodológico.

¹³ Diz-se apriorísticos os métodos de classificação em que o sistema de classificação não partiu necessariamente da análise da população em questão, mas de um conhecimento prévio e independente.

Utilizando as listas nominativas da década de 1830 de Minas Gerais, Andrade (2001) levantou importantes considerações sobre a relação de gênero e os diferentes papéis que a mulher assumia no domicílio segundo a posição econômica deste. Embora não tivesse estudado a diferenciação dos domicílios entre o urbano e o rural, Andrade (2001) aferiu contrastes regionais relevantes, como a prevalência de domicílios unitários ou pequenos chefiados por mulheres nas regiões de alto desenvolvimento econômico (Andrade, 2001: 80). Tais resultados são cotejados com os do presente estudo na última seção do capítulo 7.

3 A REINVENÇÃO DAS MINAS PELAS GERAIS (PARTE I): AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NA MINAS GERAIS OITOCENTISTA

3.1 A montagem da base exportadora

O processo de ocupação do território que veio a se tornar Minas Gerais se acentuou entre o final do século XVII e início do XVIII, com a descoberta de ouro. As criações das três primeiras vilas – em 1711, Vila Real de N. Sra. do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real da Conceição de Sabará – sinalizam os primeiros focos de extração aurífera e o principal destino dos imigrantes. No segundo momento, de 1713 a 1750, as ereções das vilas de São João e São José del Rei, Caeté, Pitangui, Minas Novas e Serro marcaram a consolidação do “núcleo minerador principal de Minas Gerais” (Paula, 1988: 58).

Esse período é caracterizado pela velocidade da ocupação, a “*Grande Invasão* de reinóis e colonos, homens livres e escravos” (Paula, 1988: 55-56), causando, temporariamente, desequilíbrios tanto na esfera econômica, pelo descompasso entre o rápido crescimento da demanda de víveres frente a sua incipiente produção e irregular importação (Zemella, 1990) quanto na demográfica, refletida na elevada razão de sexos já mencionada no capítulo anterior (item 2.1.3) e que também é tratada nos dois capítulos seguintes.

Considera-se que os desequilíbrios econômicos mais graves foram rapidamente corrigidos pela criação e regularização de grandes rotas comerciais e pelo gradual aumento da produção própria de bens, sobretudo mantimentos, voltados ao consumo local. Datam da segunda década do século XVIII as primeiras cartas de sesmarias destinadas a reconhecer propriedades rurais voltadas à criação e ao cultivo de milho e outras culturas e, em especial, a da cana-de-açúcar para produção de açúcar, rapadura e aguardente. Miguel Costa Filho, em célebre trabalho sobre a história do complexo açucareiro de Minas Gerais – que, diferentemente das *plantations* do Recife e do Recôncavo Baiano – era mais voltado

ao abastecimento interno, pôde analisar de forma privilegiada a gênese do mercado interno, pela evolução dessa atividade econômica. Segundo o autor:

“Um aspecto importante a assinalar nos magnos acontecimentos da última década do século XVII e primeira da seguinte (...) no concernente ao açúcar e a outros produtos dos engenhos, foi a criação de novo ou novos mercados, formando, aliás, dentro em breve, em conjunto, o maior mercado da colônia, nas profundezas do interior, em sertões remotos até onde algum tempo antes nada havia que tivesse nexos com a civilização” (Costa Filho, 1963: 79).

A visão do estabelecimento de um mercado interno em Minas Gerais, na forma como se imagina atualmente, não é consensual. Numa outra concepção, o pujante dinamismo econômico não resvalou na formação, de fato, de um mercado interno, devido ao ambiente institucional, isto é, em decorrência das condições inerentes à economia escravista e colonial, entre outros fatores, pela inexistência dos mercados de trabalho, de terras e pela falta da institucionalização da empresa capitalista, devidamente desvincilhada da unidade familiar:

“Centrada na mineração do ouro e dos diamantes com base no trabalho escravo, [Minas Gerais] teve uma estrutura diversificada – que contemplou atividades manufatureiras e agro-pecuárias – considerável para a época e local, além de um nível de urbanização, e outros traços de uma certa modernidade, que a singularizaram no contexto colonial. Contudo, todas estas características potencializadoras do dinamismo e crescimento da economia mineira, sua articulação com as economias nordestina e sulina, tudo isto, afinal, não iria resultar em efetiva constituição do mercado interno, na medida mesmo em que isto não implicou mudanças estruturais” (Paula, 2002: 19).

O pouco robustecimento do mercado interno justifica-se por Minas Gerais integrar a colônia e, nessa condição, ter sua riqueza expropriada para atender ao seu objetivo básico: “dar lucros à Metrópole e nela propulsionar a acumulação de capital através do exclusivo de comércio e do tráfico negreiro” (Souza, 1986: 61). Além disso, devem-se considerar os efeitos do regime de trabalho escravo sobre a economia, que interditava a distribuição mais equânime da riqueza entre a população. Mas a exclusão não se dava apenas pela existência de um contingente de pessoas sob a condição cativa. Havia que se considerar os efeitos indiretos do escravismo que contribuíam para gerar toda uma classe de livres excluídos, denominados por Laura de M. e Souza de “desclassificados do ouro”¹⁴.

¹⁴ Vários outros autores vêm nessa camada de livres despossuídos os limites para a constituição efetiva de um mercado interno, entre os quais se destacam os trabalhos de Prado Júnior (1973) e Lima Júnior (1965).

“(…) o escravismo desempenhava neste processo um papel igualmente importante [ao de ser Colônia], bloqueando na maior parte das vezes as possibilidades de utilização da mão-de-obra livre, limitada assim aos interstícios que, por um motivo ou outro, não podiam ser ocupados pelo trabalho escravo. Mais ainda: esteio da economia e princípio articulador da sociedade, o escravismo gerava uma desqualificação do trabalho aos olhos do homem livre, e provocava, no escravo recém-egresso do cativo, uma situação bastante peculiar e que não raro assumia as características de um verdadeiro deslocamento” (Souza, 1986: 62).

Essas ponderações são importantes para se ter uma medida mais exata de como os efeitos dinamizadores da economia mineradora – por, entre outros fatores, gerar moeda e uma sociedade urbana – foram limitados, mas não abortados, pelo sistema colonial e escravista, como se observa a seguir.

3.2 Gênese do capital mercantil em Minas Gerais

"Quem ganha menos é o produtor, prosseguiu o senhor de engenho. O lucro vai todo para os revendedores, para os atravessadores"
(Eduardo Frieiro, O Mameluco Boaventura)

Do necessário exercício de unir a demanda e oferta dessas incipientes economias regionais, formou-se uma classe de comerciantes e de agentes atravessadores, sendo alguns destes tão ou mais influentes que os produtores dos segmentos mais importantes dessas economias. Gilberto Freyre considera a emergência do segmento mercantil, com perfil mais urbano, um movimento mais abrangente, que ocorreu não só em Minas Gerais, mas também no Recife:

“Nos documentos brasileiros do século XVIII, já se recolhem evidências de uma nova classe, ansiosa de domínio: burgueses e negociantes ricos querendo quebrar o exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terras, no domínio sobre as Câmaras ou os Senados. Aventureiros nas minas, alguns deles reinóis, dos chamados pés-de-chumbo, bem sucedidos nos negócios, “marinheiros” que começaram vendendo alho e cebola, ou mascateando pelo interior e pelas ruas, para terminarem *mercadores de sobrados* – são esses os novos elementos brancos ou quase brancos, ansiosos de domínio. Ricaços de *casas nobres*, que às vezes, por imitação à nobreza rural, tornam-se também donos de fazendas ou proprietários de engenhos de cana ou de sítios, onde suas famílias vão passar a festa. O desdém da gente das casas-grandes de engenho e de fazenda confunde-os, às vezes, com os outros, com os mercadores de quitandas ou de casas térreas, a todos considerando *mascates*. Mas eles são do *sobrado*. Fazem-se identificar e distinguir por um tipo nobre de casa urbana ou semi-urbana, utilizando também pelos

senhores rurais mais opulentos nos meses de chuvas, quando vêm com as famílias para as cidades” (Freyre, 1961: 8).

Isso também teria se repetido em Salvador, segundo Stuart Schwartz:

“Em princípios do século XVIII, a elite baiana tornara-se um grupo mais heterogêneo; embora ainda predominassem os senhores de engenho, outros setores da economia e outras profissões propiciavam a ascensão social. Os comerciantes de Salvador haviam sido importantes nas esferas econômica e social já no século XVII, as por volta de 1700 seu *status* e influência política eram inegáveis” (Schwartz, 1988: 227).

Na gênese desses mercadores em Minas Gerais, Júnia Furtado aponta que, a princípio, foram alguns grandes comerciantes de Portugal¹⁵ e da colônia os primeiros a explorarem o comércio de Minas:

“Na estratégia de expansão dos negócios, várias casas de comércio da Corte, algumas já estabelecidas no Rio de Janeiro, enviaram seus representantes para os novos achados auríferos para que vendessem mercadorias e, se possível, estabelecessem casas comerciais. Por exemplo, Francisco Pinheiro enviou seu irmão, Antônio Pinheiro Netto para as Minas. Em 1715, Antônio Pinheiro Netto mandou seu filho João Pinheiro Netto, para as Minas e, dois anos mais tarde, abriram aí um negócio em sociedade. Entre outros agentes, Francisco Pinheiro Netto mandou para as Minas, estabelecendo-se em Sabará, em 1725, seu compadre Francisco da Cruz” (Furtado, 1999: 198).

Furtado (1999), inspirando-se em Dias (1982), desenvolve uma pertinente posição – na verdade, já antevista por Freyre (1961) – sobre a “interiorização da metrópole na colônia”, segundo a qual, o comércio era um dos pontos centrais no processo de colonização, entre outras coisas, por se ligar mais diretamente a duas formas de captação de recursos: a importação de produtos e a tributação:

“A política de constituição de Companhias, monopólios, mas sobretudo a cobrança de impostos sobre os gêneros comerciados, para as Minas especialmente, foi a forma de contornar as dificuldades que a Coroa encontrava na cobrança do imposto sobre a produção dos metais e das pedras preciosas e serviu para aumentar a sua participação na fatia da riqueza que era aí produzida em ouro” (Furtado, 1999: 200).

Em relação aos mantimentos, para se manter o fluxo de recursos arrecadados e, ao mesmo tempo, preservar o controle social, era imprescindível tanto criar e incrementar a agricultura e a pecuária local quanto, bem como estabelecer, regularizar e fortalecer os fluxos de comércio entre as áreas produtoras e os núcleos mineradores, para se evitar

¹⁵ De fato, a elevada participação de brancos nas casas de negócio, ainda no século XIX, prendia-se á larga participação de portugueses no comércio fixo (Graça Filho, 2002).

desabastecimento e carestia. Corrobora essa idéia, também apresentada por Flávio Marcus da Silva (2002), uma série de medidas reguladoras, como o controle do preço da carne e a fiscalização de pesos e medidas empregados nos estabelecimentos comerciais:

“O aumento conjuntural dos preços, a ação dos especuladores e de práticas monopolistas eram constantemente combatidas pelas autoridades, em nome do bem-estar dos súditos e da manutenção da ordem social” (Furtado, 1999: 209).

Havia grande heterogeneidade entre os comerciantes. Zemella (1990) os classificava entre fixos e volantes, ao passo que de Boxer (1969) depreende-se uma estratificação segundo o tamanho do empreendimento comercial, que teria três tipos básicos: 1) *os negociantes de grosso trato*, em que as atividades estavam ligadas ao grande comércio e às atividades financeiras; 2) os proprietários de estabelecimentos comerciais; e 3) toda sorte de vendedores ambulantes ou mascates. Mas ambos os sistemas de classificação, segundo Furtado (1999: 232), eram insuficientes e rígidos demais para abarcar todos os tipos de comerciantes amiúde encontrados nos registros. Segundo a sistematização alternativa da autora, os tipos mais emblemáticos no período colonial eram:

1) *negociantes de grosso trato*, constituídos por uma camada superior dos comerciantes formada por “homens, brancos e portugueses, dedicados particularmente ao comércio atacadista e varejista, geralmente possuindo estabelecimentos fixos” (Furtado, 1999: 238). A atividade financeira, provavelmente, os associava à figura dos cristãos-novos.

2) pequenos comerciantes varejistas de víveres, “estabelecidos em vendas e tavernas nos morros e nos serviços minerais. Eram com freqüência mulheres, muitas negras, escravas ou forras” (Furtado, 1999: 238).

3) comerciantes volantes que “gravitavam” entre os dois casos anteriores. “Eram na sua maioria brancos e livres, geralmente submetidos a um grande comerciante, que lhes dava crédito para comprar mercadorias ou os colocava a seu serviço, transportando cargas” (Furtado, 1999: 239).

É importante ressaltar aqui a organicidade entre as diferentes esferas do capital mercantil e a sua participação definitiva no continuado processo de povoamento e de crescente diversificação de diversas atividades econômicas em Minas Gerais. Tal participação se dava nas diversas etapas, a começar pela montagem das novas unidades produtivas (pelo

adiantamento de crédito). Depois, pelo escoamento dos seus produtos e suprimento de insumos com produtos importados ou da terra¹⁶.

3.3 A diversificação da base exportadora

3.3.1 Segunda metade do século XVIII

A ocupação do território mineiro, com a ação dos comerciantes, se desdobrava, mais e mais, para além do “núcleo minerador principal” à medida que transcorria o século XVIII. O período de 1789 a 1814, segundo Paula (1988: 58), constituiria o terceiro momento do processo de criação de vilas e “é caracterizado por uma forte presença de vilas com vocação agrária. É momento de franca decadência da mineração aurífera”. Deve-se, contudo ponderar que, na verdade, as sete vilas erigidas refletiam o surgimento de novos núcleos de povoamento oriundos da descoberta de lavras de ouro (Paracatu, Campanha e Tamanduá, atual Itapeçerica). Tempos depois, alguns desses núcleos se firmaram pela criação de importantes entrepostos comerciais, por estarem localizados nas principais estradas (Barbacena e Queluz, atual Conselheiro Lafaiete). Outros se voltaram para a produção agrária tão logo se esgotava o ouro de aluvião (Baependi), segundo Barbosa (1995).

De fato, a diversificação e o aumento das atividades, na segunda metade do século XVIII, assumia tal proporção que já era possível identificar divisões regionais do trabalho, pela análise dos relatos de memorialistas e viajantes e de outras fontes primárias sistematizadas no trabalho de Mafalda Zemella. A primeira diferenciação de espaços parece ter se dado entre o núcleo minerador, representado pelas primeiras vilas e a antiga ocupação do vale do Rio São Francisco pela criação extensiva de gado *vacum*, considerada um

¹⁶ Nessa articulação entre produção e comércio, deve-se considerar, contudo, que nem sempre as figuras dos comerciantes e produtores eram distintas. De um lado, os comerciantes mais bem sucedidos buscavam projeção social pela aquisição de terras, como bem tratou Freyre (1961), objetivando a desvinculação de imagem negativa ainda vigente com relação ao universo mercantil. De outro lado, verificou-se o movimento inverso, a tendência crescente de constituição de tropas e lojas pelos grandes produtores rurais com vistas à independência frente a intermediários (Chaves, 1999: 57-61). Muitos deles se converteram, eles próprios, em importantes comerciantes locais e atravessadores dos produtores vizinhos, dada a também habitual presença de casas de negócio de potentados rurais em centros urbanos (Lenharo, 1979: 36-37 e 73-74; Graça Filho, 1998; Furtado, 1999: 243-249; e Meneses, 2000: 135-137).

“prolongamento natural da zona sertaneja baiana” (Zemella, 1990: 224), com o desenvolvimento de elos comerciais entre ambos os espaços.

Os arredores de Paracatu, por sua vez, redirecionavam suas atividades também para a pecuária sendo, desde o final do século XVIII, voltada para o abastecimento do Rio de Janeiro (Zemella, 1990: 224). Por seu turno, Minas Novas e núcleos adjacentes passavam a se especializar no cultivo e em algum beneficiamento do algodão, visando comercialização em diversos lugares da Capitania, para o suprimento do pulverizado setor de fiação e tecelagem artesanal (Zemella, 1990: 221).

Essas diferenciações são muito bem retratadas pela regionalização de Cunha (2007:110), ao segmentar o território de Minas Gerais entre as regiões do Sertão (de Paracatu), de Curraleira (no vale do rio São Francisco), Sertão (de Minas Novas) e a região de Minas (equivalente ao “núcleo minerador principal”). Os contornos de uma economia mineradora de enclave, que o autor credita, contudo, aos núcleos de Paracatu e Minas Novas, tornavam-se cada vez mais esmaecidos à medida que ambos os lugares redefiniam seu papel econômico, por ação do capital mercantil, estimulados pelas dotações de recursos naturais próprios às atividades da pecuária e ao cultivo de algodão respectivamente. Tais atividades, como mostraram inúmeros trechos de relatos de viajantes, estimulavam uma interação maior com o seu entorno, convertendo o enclave em uma economia articulada com a sua região.

Por fim, a agricultura e a pecuária intensiva praticadas na porção meridional da Capitania, formando um celeiro para o abastecimento da região de Minas, a princípio, conformou o que Cunha (2007: 110) denominou de Campos Sul. Cabe destacar ai o cultivo de fumo, de elevado valor comercial, sobretudo em Baependi, mas também em adjacências como Pouso Alto e Aiuruoca (Zemella, 1990: 222).

Cunha (2007:110) apresenta ainda em seu mapa a sobreposição de espaços. Indica por exemplo, a vila de São João del Rei integrando o núcleo minerador das Minas, mas ao mesmo tempo, também inserida numa sociedade mais agropastoril do Campos Sul. De fato, Zemella (1990), Maxwell (1995) e outros estudos já sublinhavam o papel precoce desse espaço como cinturão verde das vilas mineradoras. Mais ao norte, Pitangui notabilizava-se pela qualidade de sua aguardente, produzida em quantidade suficiente para ser muito comercializada em outras vilas (Zemella, 1990: 221).

É fato que a produção agropastoril também foi dinamizada pelo capital mercantil dentro dos contornos da região das Minas, como se tratou anteriormente, desde a cessão das primeiras sesmarias no início do século XVIII. No entorno da vila de Sabará, o terreno fértil possibilitava a concomitância das atividades de mineração, de cultivo e pastagem, por vezes desempenhados na mesma unidade produtiva, com uma “espécie de simbiose”, na qual escravos eram alocados ora para mineração, ora para o cultivo da terra, conforme ordenava o calendário agrícola (Zemella, 1990: 216). Miguel Costa Filho (1963:160) denominava essas unidades produtivas diversificadas de “fazendas mistas” e os seus primeiros registros já datavam da segunda década do século XVIII.

Não é incomum a visão de que a diversificação das atividades econômicas e a ocupação de outros espaços além das Minas tenham sido induzidas ou estimuladas no último quartel do século XVIII pela perda de vigor da mineração aurífera. Incapaz de inovar tecnologicamente, ela não lograva explorar veios mais profundos, como alternativa ao esgotamento do ouro aluvião.

Essa propalada suposição de substituição de atividades tem origem nos diagnósticos da economia de Minas Gerais elaborados pelos memorialistas, alguns deles homens públicos, preocupados com a evolução dos acontecimentos e sequiosos por manter o ritmo da produção aurífera. Apontando o aumento do custo e das incertezas dessa extração como elementos principais para a mudança de atividade econômica das unidades produtivas, alguns desses memorialistas chegavam a propor à metrópole a regulação, limitação, ou mesmo a completa eliminação do exercício de algumas atividades, com a expectativa de que essas obstruções redirecionassem os esforços, novamente, para a mineração aurífera.

A pujante produção aguardenteira era um dos setores mais apontados para se submeter a um controle mais rígido. Além de demandar grande parcela de mão-de-obra, constituía um produto de consumo popular, tido como nocivo à tranquilidade social, “pelas desordens provocadas por negros embriagados” (Zemella, 1990: 212).

As principais linhas desses diagnósticos contemporâneos à involução da produção mineradora, em diferentes medidas, pautaram alguns estudos produzidos no século XX sobre a história econômica de Minas Gerais no período colonial. O próprio texto de Zemella (1990) é um exemplo disso. Outros estudos – o de Celso Furtado (1977) é o mais emblemático – afirmaram o contrário, ou seja, que o declínio da extração aurífera havia

solapado toda a economia de Minas Gerais, jogando-a numa crise e estagnação por mais de um século de duração¹⁷.

Compreender o processo de crescimento e formação das regiões em Minas Gerais não é tarefa simples. Primeiro porque esse caso não se reflete no modelo explicativo proposto pela Teoria Clássica de Lugares Centrais, nos trabalhos de Walter Christaller (1966), Johann Von Thünen, Alfred Weber e August Lösch, de certa forma, consubstanciados no “processo evolutivo” de Walter Isard (Ferreira, 1989: 151-152) ou mesmo na “seqüência normal de estágios de desenvolvimento em uma região”, como descreve Hoover e Fischer (1977: 284-290).

Em síntese, por essa concepção, as regiões evoluiriam partindo de um estágio inicial caracterizado pela economia de subsistência, sendo auto-suficientes e produtoras de bens rústicos e primários. O desenvolvimento do comércio inter-regional, no estágio seguinte, iniciaria um processo de especialização da produção orientado pelas dotações regionais. Os retornos decrescentes do setor primário, combinados com o crescimento populacional, motivariam a criação do setor secundário, propiciando o processo de urbanização. Isso implicaria a formação de um setor terciário com papel cada vez mais destacado na economia. Aí sim, ter-se-ia uma região amadurecida, com a especialização de atividades terciárias. Ainda segundo essa formulação, “nesse estágio, a região exporta capital, mão-de-obra qualificada e serviços especiais para as regiões menos desenvolvidas”, segundo North (1977: 294).

A singularidade de Minas Gerais, que Diogo de Vasconcelos sintetiza ao dizer que “as Minas não tiveram infância” (Iglésias, 1985: 366), em primeiro lugar, é marcada pela inversão no processo de criação do campo e da cidade – como bem ressaltou Cunha (2007: 74-96) – e tem a mineração na raiz dessa particularidade. Nas palavras de Roberto Monte-Mór:

“A cidade nascida da atividade mineradora questiona na base a compreensão amplamente difundida e aceita de que as cidades necessariamente surgiram dos avanços tecnológicos no campo – na agricultura – dando origem ao excedente (alimentar) coletivo que

¹⁷ A idéia de involução econômica e esvaziamento demográfico, de decadência, tão logo declinasse a economia mineradora se justifica na concepção de que a colônia, como parte de um sistema internacional mais amplo, seria incapaz de qualquer tipo de acumulação interna. Além de Furtado (1977), as clássicas proposições de Simonsen (1977), Caio Prado Júnior (1976) e Fernando Novais (1993), com algumas diferenças, convergem na aceitação da dependência externa e na vulnerabilidade às crises internacionais, da ausência de ritmos próprios, do mercado interno ausente ou reduzidíssimo.

permitiu liberar uma parcela da população das atividades imediatamente ligadas à reprodução, transformada assim em classe dominante em controle do mais-produto coletivo” (Monte-Mór, 2001: 6).

Em segundo lugar, há a inversão da lógica em que se dá a transmutação de um espaço de economia de subsistência para uma região exportadora:

“O povoamento das regiões novas e seu crescimento subsequente foram determinados pelo crescimento mundial. O resultado foi um tipo de desenvolvimento bastante diferente do descrito pela teoria de crescimento regional, segundo a qual as regiões, partindo da economia de subsistência, vão gradualmente ampliando seus mercados. Desde as primeiras sociedades anônimas, ao longo de toda a expansão em direção ao oeste, objetivo básico era explorar a terra e seus recursos, com o fim de produzir bens que pudessem ser comercializados *fora* e que se transformariam em renda monetária” (North, 1977: 294).

Ao se substituir o termo “sociedades anônimas” por “unidades domésticas” e, ao lado de “renda monetária”, adicionar “crédito”, o que Douglas North descreveu sobre como se deu a expansão dos Estados Unidos, ao longo do XIX, seria muito apropriado para explicar a diversificação da base exportadora de Minas Gerais.

Assim como a mineração, as outras atividades econômicas que foram surgindo com a ação do capital mercantil, com a conivência da Coroa, também tinham como fim não uma economia de subsistência, mas sim o mercado externo à região de produção, a princípio, para o abastecimento das vilas mineradoras, e, na seqüência, para outros mercados, como o do Rio de Janeiro¹⁸.

A crise do setor de mineração aurífera, no último quartel do século XVIII, em alguma medida, deve ter tido efeito negativo sobre os demais setores econômicos – quer pela redução do poder de compra das unidades extrativas minerais, quer pela mudança de orientação dessas mesmas unidades de produção, aumentando a concorrência das outras atividades não-mineradoras. Mas esse revés econômico não se deu ao ponto de gerar uma crise completa e definitiva em toda a economia. Outros mercados emergiram e passaram a

¹⁸ A discussão sobre a crescente diversificação econômica com formação de excedentes comercializáveis também foi tratada por Carrara (2007).

ser atendidos por essas economias nascentes, entre finais do século XVIII e início do seguinte¹⁹.

A formação da rede de cidades em Minas Gerais, polarizada no antigo núcleo central minerador, já havia ganhado alguma autonomia da economia aurífera, constituindo assim, em fonte permanente de demanda de produtos de outras regiões. Nesse aspecto, cumpre ressaltar, ainda, que parte dessa rede de cidades também seguia embalada pela extração de diamantes em Diamantina e no seu entorno, no Distrito Diamantino. Mais ao sul e a oeste, a pecuária e outras atividades econômicas seriam ainda mais estimuladas pela vinda da Família Real, em 1808, ao consolidar o Rio de Janeiro como o centro urbano mais dinâmico do Brasil. Para os viajantes Spix e Martius, isso era claramente percebido na vila de São João del Rei, um dos mais importantes entrepostos comerciais de Minas Gerais com a Corte²⁰:

“Em vez da mineração de ouro, é agora o comércio do sertão que alimenta diariamente a riqueza dessa pequena cidade [de São João del Rei]; dizem que, noutros tempos, a Comarca [de Rio das Mortes] devia ao Rio de Janeiro quarenta mil cruzados; atualmente, porém, depois da vinda do rei, a antiga dívida foi não somente remida, mas ali ela tem depositado um capital de igual importância. Quanto é aqui animado o comércio, logo se vê pelo fato de fazerem quatro tropas, cada uma de cinqüenta mulas cargueiras, contínuas viagens para lá e para cá da capital, anualmente, levando toicinho, queijos, algum tecido de algodão, chapéus de feltro, gado bovino, mulas, galinhas e barras de ouro para vender ali; pelo valor dos seus produtos, trazem de volta mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Poter, licores, etc.” (Spix, Martius, 1981a: 195).

Para Sérgio Buarque de Holanda o número de filhos das famílias de elite que se formavam nas universidades da Europa era um importante indicador da pujança econômica regional. Em meados do século XVIII, Minas Gerais se destacava entre as demais capitanias nesse quesito – inclusive em comparação com a Bahia e o Rio de Janeiro – tomando o número de estudantes mineiros enviados a Coimbra. Mas ao contrário do que se pensava, a princípio,

¹⁹ Ainda que se deva considerar o peso das relações entre metrópole e colônia, alguns autores observaram a existência de setores internos estruturados e dinâmicos capazes de reter nesta última, parte do excedente acumulado, como se observa em Cardoso (1982), Gorender (1980) e mais recentemente, nos trabalhos de João Fragoso (1992), ao estudar o funcionamento da economia do Rio de Janeiro entre 1790 e 1830. De várias evidências sobre preços e volume de comércio concluiu que “*a economia colonial é um pouco mais complexa que uma plantation escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais (...) É isso que constatamos através dos números que atestam o peso e a importância do mercado interno colonial e das produções para ele voltadas (...) Esse fenômeno nos informa, através de uma situação limite, a possibilidade de realização de acumulações endógenas no espaço colonial*” (Fragoso, 1992: 23). Não obstante, um maior vigor desse mercado interno seria cerceado pela estrutura desigual e excludente (Fragoso, Florentino: 1998).

esse número não se declinou com a retração da economia aurífera. Houve apenas a diversificação das regiões mineiras de origem dos estudantes:

“Além da zona diamantífera, e sem falar em Vila Rica, centro administrativo, onde se concentram comerciantes sólidos e funcionários bem aquinhoados, outro grande núcleo fornecedor de candidatos, durante a mesma fase, é São João del Rei, que no ano de 1786 contribui com metade de dez estudantes originários de Minas” (Holanda, 1985, 306).

3.3.2 Primeira metade do século XIX

A crescente diversificação econômica em todo o território de Minas Gerais, já perceptível em meados dos Setecentos e que se acentuou e, em parte, se reorientou na primeira metade dos Oitocentos está espelhada na proposta de regionalização elaborada por Godoy (1996), observado no Mapa 1.

Trata-se, com efeito, do maior esforço de compreensão da heterogeneidade espacial já realizado sobre a Minas Gerais Oitocentista e baseou-se na sistematização das informações econômicas, sociais, demográficas e relativas à geografia constantes nos mais importantes relatos de viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX:

“As regiões resultam da combinação de elementos físicos, humanos, econômicos e histórico-administrativos. Cada região foi definida pela peculiar configuração destes elementos e, sobretudo, pela específica interpenetração entre eles” (Godoy, 1996: 26).

Em algumas regiões de vazios demográficos, como o Sertão Alto Rio São Francisco, descrita por Godoy (1996: 38), a homogeneidade dos aspectos físicos e naturais, além, é claro, da baixa ação antrópica sobre o meio ambiente, parecem ter sido determinantes na sua constituição.

Em outras regiões, de ocupação demográfica incipiente, a homogeneidade geográfica acaba por moldar uma relativa uniformidade da exploração econômica que muitas vezes implica, também, uma sociedade de baixa diferenciação interna, como parece se aproximar o caso da Mineradora Central Leste²¹.

²⁰ Luccock (1975: 312) e Saint-Hilaire (1974a: 111) também faziam menções ao aumento desse comércio, em 1808.

²¹ Ver RODARTE, Mario M. S.; MATOS, Geraldo L. **Estudo das regiões da província de Minas Gerais pelos viajantes estrangeiros**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996. Mimeografado, págs. 32-35.

Quanto às regiões mais densamente povoadas, tal como a de Diamantina, ou a Mineradora Central Oeste, os quesitos que conferem identidade regional dos casos anteriores são, em alguma medida, necessários, porém insuficientes. O critério mais levado em consideração passa a ser, então, o fato de serem áreas geográficas com grau mais elevado de interdependência de atividades econômicas, ou seja, de maior divisão do trabalho entre os seus habitantes. Isso implica, quase sempre, um papel mais destacado do urbano.

Foge ao objetivo deste trabalho descrever as características de cada região. Outros trabalhos já o fizeram, como o próprio estudo que originou as regiões, na sua primeira versão (Godoy, 1996) e, também, outros trabalhos subseqüentes, em especial, Paiva (1996), Rodarte, Matos²² e Godoy, Paiva (2001).

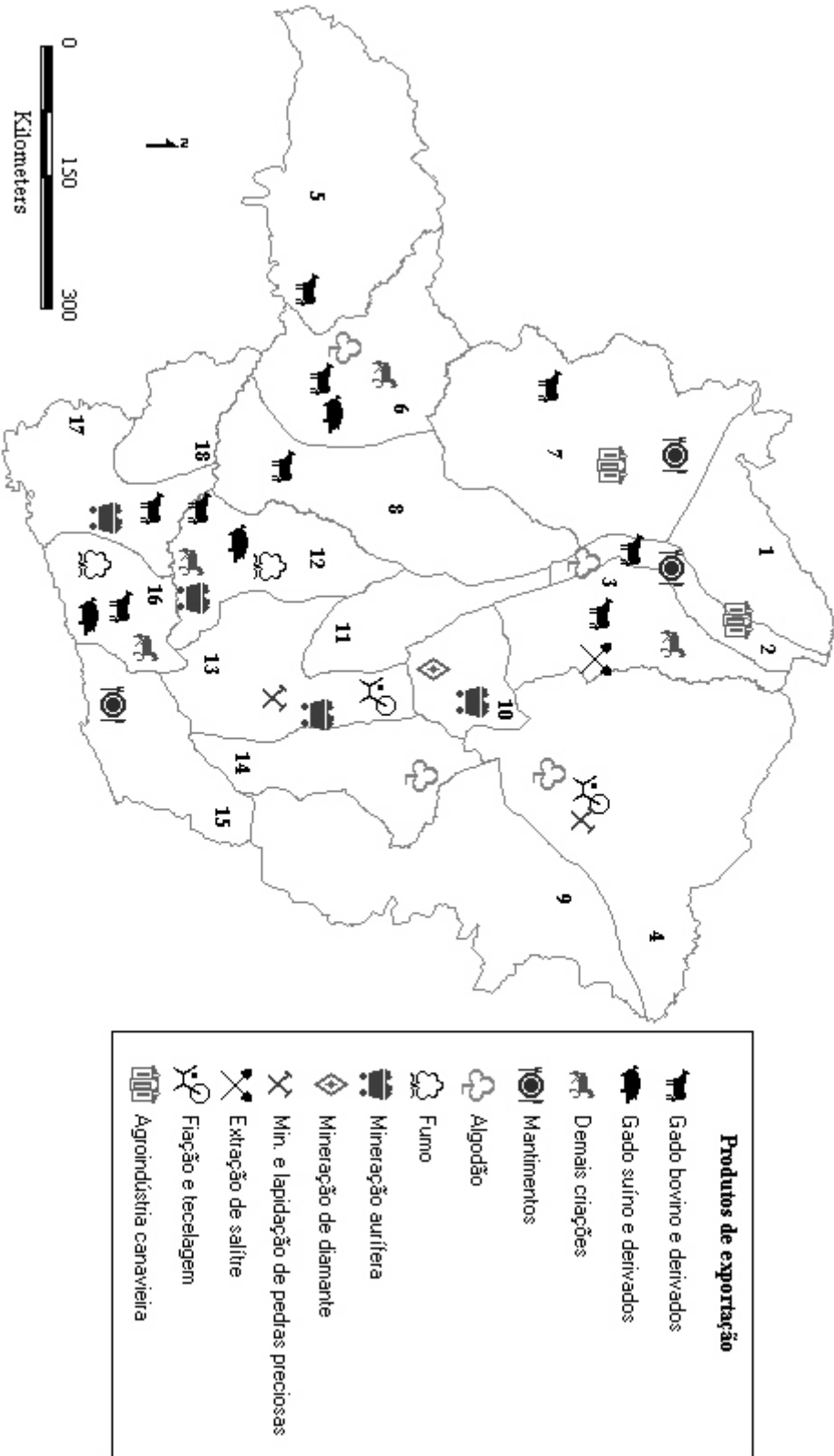
O que se quer destacar aqui é a articulação das regiões, focando o estágio atingido de diversificação da base exportadora, nesse período, pelo desenvolvimento de atividades econômicas que geravam excedentes comercializáveis fora das respectivas regiões, o que também é apresentado no Mapa 1.

Excetuando as atividades de mineração, deve-se considerar que todas as demais atividades econômicas mencionadas eram onipresentes, ou melhor, eram uma constante na paisagem econômica mineira. Na maioria dos lugares, contudo, se apresentavam apenas como atividades de autoconsumo. Entretanto, as unidades produtivas que davam volume aos bens e locais identificados no Mapa abaixo geravam, sistematicamente excedentes comercializáveis com outras regiões do Brasil e do exterior e parecem ser resultado de um processo de erro e acerto na busca de atividades mais vantajosas, tal como descreve Douglas North:

“O procedimento típico dos colonizadores das regiões pioneiras era a experimentação de várias culturas diferentes, até que se determinasse a economicamente viável. O sucesso de uma atividade na produção de artigos de exportação pode ser compreendido pelos princípios da teoria da localização” (North, 1977: 299).

²² RODARTE, Mario M. S.; MATOS, Geraldo L. **Estudo das regiões da província de Minas Gerais pelos viajantes estrangeiros**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996. Mimeografado.

Mapa 1 – Principais produtos de exportação – Minas Gerais – Primeira metade do século XIX



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tanandá; 13-Mineraladora Central Oeste; 14-Mineraladora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. Fontes dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia.

Exemplifica isso a produção de gado lanígero na região de Araxá, que não tinha sido desenvolvido para abastecer a população local, posto que ela não apreciava tal carne. Não obstante o emprego da lã na elaboração de tecidos grosseiros para consumo próprio, a criação destinava-se, de fato, a atender o mercado do Rio de Janeiro, que passava a abrigar a Família Real e outros europeus que tinham o hábito de consumir carne de carneiro:

“Antes da chegada de D. João VI ao Brasil ninguém jamais tinha pensado em criar ovelhas na região, mas a predileção dos europeus pela carne desses animais e o alto preço que se dispunham a pagar por ela incentivaram os criadores. Eles próprios não comem os seus carneiros e em geral mostram repugnância pela sua carne” (Saint-Hilaire, 1975c: 121).

O Mapa 2 esforça-se para condensar as informações sobre fluxos comerciais interprovinciais de Minas Gerais constante nos relatos de viagens e sistematizados nos textos de Paiva (1996), Rodarte, Matos²³ e, particularmente, em Godoy e Paiva (2001). Dessa forma, procurou-se resgatar as principais rotas de longo curso e suas respectivas áreas de influência e entrepostos comerciais.

A rota oeste caracterizava-se, basicamente, pelo escoamento de produtos da pecuária, sobretudo das regiões de Paracatu, Araxá, Intermediária Pitangui-Tamanduá e Sudeste, para a Corte, adjacências e, em menor quantidade, São Paulo. Outros produtos originários de localidades da área de influência dessa rota, como ouro, algodão e fumo também seguiam o mesmo destino, embora nem sempre conduzidos pelos mesmos mercadores. Cumpre ressaltar que parte dessa comercialização também era destinada ao mercado internacional.

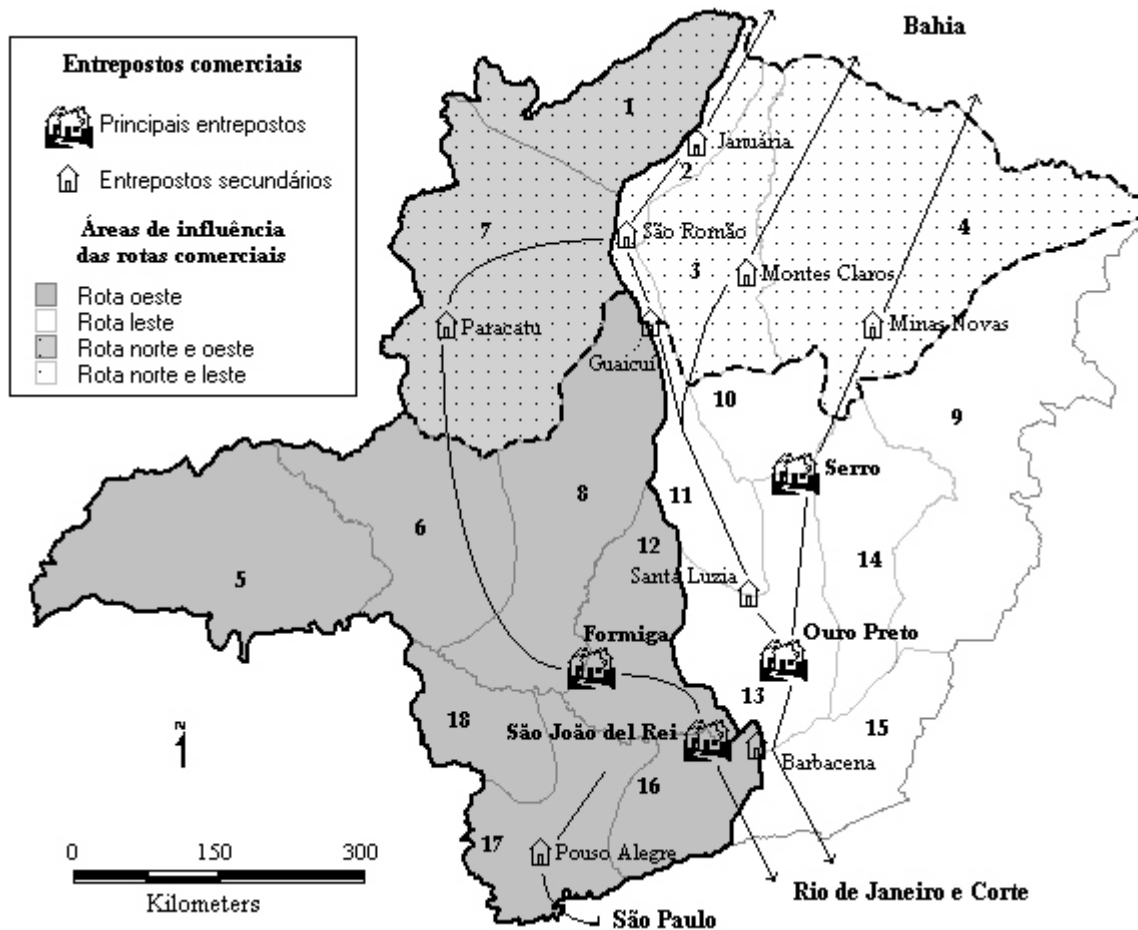
Como dito antes, essa produção, em especial, a pecuária e seus derivados, foi desenvolvida originalmente visando ao abastecimento dos primeiros núcleos mineradores. Só depois passou a ser escoada para outros lugares, notadamente, o pujante mercado do Rio de Janeiro, a partir do último quartel do século XVIII e início do seguinte, sob a égide do capital mercantil. Essas transformações regionais são harmônicas com a visão de North sobre a ampliação da base exportadora:

“À medida que cresce a renda da região, as poupanças locais tenderão a se extravasar para novos tipos de atividades. Em primeiro lugar, essas atividades satisfazem a demanda local, mas ulteriormente, algumas delas

²³ RODARTE, Mario M. S.; MATOS, Geraldo L. **Estudo das regiões da província de Minas Gerais pelos viajantes estrangeiros**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996. Mimeografado.

se tornarão indústrias de exportação. Esse movimento é reforçado pela tendência dos custos de transferência de se tornarem menos importantes” (North, 1977: 313).

Mapa 2 – Principais rotas comerciais interprovinciais e áreas de influência – Minas Gerais – Primeira metade do século XIX



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. Fontes dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia.

A rota leste, na verdade, constituía uma série de fluxos comerciais que se afinilavam em direção ao mesmo destino, que era a praça do Rio de Janeiro. Na verdade, essa localidade constituía o ponto de partida para a exportação de uma parcela dos bens comercializados, que se compunha de ouro, diamante, pedras preciosas, algodão em rama, fiado ou tecido. Comparado à pauta de exportação da rota oeste, os produtos que impulsionavam a rota que tinha Ouro Preto e Serro como principais entrepostos não eram, na sua maior parte, gerados pela agroindústria ligada à pecuária, mas à elaboração de produtos da agricultura e indústria extrativa mineral, como a fiação e tecelagem e lapidação de pedras preciosas.

Por sua vez, a rota norte, superposta às duas outras que se estendiam pela porção central e meridional de Minas Gerais, era complementar e, ao mesmo tempo, concorrente aos demais fluxos e tinha a Bahia como destino, onde também se acessava o mercado internacional.

O caráter complementar da rota norte advém do fato de que alguns insumos necessários à produção destinada ao abastecimento do Rio de Janeiro eram provenientes da Bahia. Pelos relatos dos viajantes, o sal que alimentava o gado em Paracatu (Saint-Hilaire, 1975c: 151-152) era o mesmo encontrado em outras regiões, como Sertão e Minas Novas (Pohl, 1976: 321) e provinha dessa rota. Em troca, os “comerciantes do sal” recebiam víveres e produtos derivados da agroindústria canavieira:

“Seja como for, não é unicamente para seu consumo que os habitantes de Salgado [atual Januária] e São Romão compram sal; anualmente vão de Formigas [Montes Claros], Contendas [Brasília de Minas], etc., abastecer-se de sal nesses povoados, e é de lá também que se abastece grande parte da Província de Goiás. O açúcar e a aguardente são os principais gêneros que Salgado oferece em troca aos mercadores de sal” (Saint-Hilaire, 1975b: 347).

Por abastecer um mercado externo amplo, a produção canavieira na porção setentrional de Minas, em especial, em Paracatu e, mais ainda, no Vale do São Francisco – diferentemente das demais regiões mineiras – assumia papel destacado na composição das atividades praticadas no local:

“Para além da povoação [de Januária] a planície (...) forma uma espécie de alça onde o terreno é inteiramente cultivado, e, onde se vêem por toda a parte habitações que, na maioria, possuem engenhos de açúcar. Desde o Rio de Janeiro, não vira ainda tão considerável extensão de terreno cultivado” (Saint-Hilaire, 1975b: 347).

Para Spix e Martius essa produção derivada da cana-de-açúcar também não se circunscrevia ao entorno de Januária:

“Para beneficiar esse produto, acham-se, ao longo do Rio São Francisco, numerosos pequenos engenhos, nos quais entretanto muito pouco açúcar branco se fabrica, e quase exclusivamente rapadura parda, sendo a maioria desta despachada rio abaixo para a Província da Bahia” (Spix, Martius, 1981b: 91).

O aspecto concorrencial da rota norte pode ser sugerido pelo fato de que parte da produção de pedras preciosas, do algodão de Minas Novas (Saint-Hilaire, 1975b: 236; Spix, Martius, 1981b, 60) e, até mesmo, do diamante que, em geral, engrossavam as rotas do leste, era

redirecionada para o comércio com a Bahia. Em relação ao Sertão, um segmento da criação do gado bovino e equino era voltado também para o comércio com a Bahia (Saint-Hilaire, 1975b: 347). Isso também pode ser entendido como uma concorrência dessa rota, já que os recursos produtivos empenhados nessas atividades poderiam ter sido alocados para a produção voltada para o Rio de Janeiro.

As funções dos comerciantes dos entrepostos menores, como em Minas Novas e Pouso Alegre eram, entre outras, fazer o comércio intra-regional, com o ajuntamento da produção de exportação das localidades do entorno, para posterior beneficiamento, preparando-a para a comercialização de longo curso. Além disso, tais comerciantes protagonizavam o abastecimento nos lugares onde as vantagens da excessiva especialização na produção de algum bem de exportação inviabilizava as iniciativas de diversificação, promovendo o abastecimento local com a comercialização de mantimentos produzidos em localidades vizinhas. Exemplifica o primeiro tipo de comércio, a menção de Saint-Hilaire sobre o fluxo de comércio intra-regional de algodão, ao longo do rio Jequitinhonha, pelos comerciantes de Minas Novas:

“Não me omitirei de dizer, rapidamente, que pela época de minha viagem, os comerciantes de Vila do Fanado [atual Minas Novas] e S. Domingos [Virgem da Lapa] iam comprar o algodão, pagando-o à vista, aos cultivadores de S.Miguel [Jequitinhonha], e o preço, sem sementes, regulava 4.000 réis (25 fr.) pela arroba de 32 libras e 600 réis por igual peso do produto bruto. A mesma qualidade vendia-se na Bahia de 6 a 8.000 réis” (Saint-Hilaire, 1975b: 280).

Quanto ao segundo tipo de comércio intra-regional, é ilustrativo o abastecimento de víveres em Minas Novas por algumas localidades do entorno – como Itamarandiba (Saint-Hilaire, 1975b, 203) e Piedade, atual Turmalina (Saint-Hilaire, 1975b, 295) – uma vez que os habitantes dessa vila haviam se especializado sobremaneira na produção e no beneficiamento do algodão e na lapidação de pedras preciosas.

As funções dos comerciantes dos entrepostos maiores, como São João del Rei e Serro, além daquelas já observadas para os menores, eram fazer o comércio de longo alcance, negociando os bens exportados de Minas Gerais em outras praças, como Rio de Janeiro, Bahia e intercambiando tais mercadorias, sobretudo, com outras importadas, sal e escravos africanos.

Para a maioria dos comerciantes, existia intransponíveis barreiras à entrada nesse comércio de longo curso, que era, na verdade, o segmento mais lucrativo da atividade mercantil. Ele ficava reservado a poucas unidades mercantis posicionadas nos entrepostos maiores. Deriva daí a divisão articulada e hierarquizada da atividade comercial, em que grandes, médios e pequenos mercadores se dividiam na exploração de segmentos, os mais rentáveis sendo ocupados pelos grandes. Corrobora essa afirmativa o depoimento de Saint-Hilaire de como se dava o comércio num dos mais importantes entrepostos de Minas Gerais:

“Os comerciantes [de São João del Rei], muitos dos quais bem ricos, compram no Rio de Janeiro todos os objetos que podem ser consumidos no interior; os vendeiros das pequenas vilas da comarca de Rio das Mortes e das comarcas mais distantes tem certeza de encontrar numa mesma casa em S. João, quase todos os artigos de que necessitam; enquanto que, se fossem ao Rio de Janeiro perderiam muito tempo, fariam despesas consideráveis e, menos conhecidos, não gozariam do mesmo crédito” (Saint-Hilaire, 1974a: 111).

Já sobre Paracatu, o entreposto da rota oeste, de proporção menor, diria o mesmo viajante que:

“Vê-se em Paracatu um número considerável de botequins, bem como varias lojas com razoável sortimento de mercadorias. Poucos comerciantes negociam diretamente com o Rio de Janeiro, e em geral mandam buscar em S. João del Rei os artigos de que necessitam, enviando em troca couros crus, e algodão” (Saint-Hilaire, 1975c: 150).

Cumprе sublinhar, por fim, que os produtos de exportação constantes no Mapa 1 respondiam por 94,5% do total exportado em valores, no período entre 1818 e 1828, e 80,7%, no final da primeira metade do século XIX, entre 1839 e 1849, segundo os cálculos de Restitutti (2006: 82). Paulatinamente, a pauta de exportação sofreria mudança com o exponencial aumento de participação do café. Entre 1839 e 1849, o produto já respondia por 19,2% do total, o que equivale a uma soma inferior apenas ao ouro extraído no período (24,0%).

3.4 A acumulação de excedente econômico sob a égide do capital comercial

O que fica evidente nos relatos de viagens é que o papel do negociante na economia não se resumia à mera função de escoar a produção e transportar de volta os insumos que a economia mineira não provia. Mais do que isso, como já se tratou para o século XVIII, ao

desenvolver suas funções, o capital mercantil capitaneava o processo de crescimento econômico e acumulação de excedentes.

Tal hegemonia dava-se, a princípio, pela montagem das novas unidades produtivas exportadoras (pelo adiantamento de crédito a juros) e, depois, com a produção já operante, pelo escoamento dos bens produzidos. Por último, pelo suprimento de insumos, negociando com o produtor quase sempre em posição de vantagem, perpetuando a relação entre credor e devedor. Sobre isso, é elucidativa a reflexão de Saint-Hilaire sobre os fazendeiros pecuaristas de Araxá:

“O mais provável é que esses homens, cujas propriedades são todas novas, não tenham disposto de capital no princípio, comprando a crédito e talvez pagando com elevados juros os seus escravos e tudo o mais que compõe os seus bens. Consequentemente são pobres, já que não são propriamente donos de tudo o que lhes parece pertencer” (Saint-Hilaire, 1975c: 126).

As relações entre os produtores e os comerciantes também não era muito diferente em Diamantina, segundo o depoimento de outro viajante:

"Raro é encontrar um mineiro [em Diamantina] que não esteja devendo a um negociante, a quem é obrigado a entregar em pagamento o produto de suas lavagens por preço inferior ao que obteria se tivesse as vantagens de oferecê-lo em mercado livre, a quem mais desse. A vida do negociante, embora menos excitante que do mineiro, é também menos sujeita a riscos: o negociante logo enriquece, ao passo que o pobre mineiro luta com a pobreza, tendo em esperanças que raro se realizam sua maior fonte de felicidade" (Gardner, 1975: 209).

Acumulando o papel de agente financeiro e creditício da economia, a supremacia dos comerciantes – hierarquizada e enraizada em todo o território da Província – transcendia a esfera econômica e assumia feições de dominação social e política²⁴. Isso transparece, de forma particular, em trecho ilustrativo sobre a economia de Minas Novas:

“(…) um obstáculo opõe-se ao bem estar dos habitantes dessa região [de Minas Novas]; é o costume que há de vender-se tudo a crédito. Os cavalos, os escravos, se compram a prazo de vários anos; o vendedor, que corre risco, não quer desfazer-se de sua mercadoria senão por preços superiores ao seu valor real; o comprador deixa-se seduzir por esperanças enganadoras; impaciente de possuir, não se preocupa com o futuro, e concorda sem dificuldade com o preço que lhe pedem; mas muitas vezes o escravo ou os animais morrem antes que o novo proprietário tenha deles retirado o menor proveito, e é obrigado a entregar o que possui quando chega o momento de saldar sua dívida. Em cada povoação existe,

²⁴ Na primeira metade do século XIX, a ascendência social e política dos comerciantes mineiros não se dava apenas localmente, nos núcleos de origem, mas também na capital do Império, como discute Lenharo (1993).

geralmente, um homem rico, que vende assim mercadorias a crédito a todos os seus vizinhos, e que por isso, os mantém em completa dependência. O comprador de poucos recursos não ousa recusar nada a quem, por assim dizer, se tornou o árbitro da sorte de sua família, e esse domínio é tanto mais prejudicial, visto como aquele que o exerce é freqüentemente um aventureiro sem educação, que enriqueceu por processos vergonhosos” (Saint-Hilaire, 1975b: 291).

O outro lado desse processo era a pujança das localidades que funcionavam como grandes entrepostos comerciais, das quais Formiga era um dos exemplos. O caráter dinâmico das atividades refletiam o crescimento econômico urbano²⁵ do lugar:

“Uma prova de que a população de Formiga está sempre aumentando é o fato de que quando por ali passei estava sendo construído no arraial um grande número de casas. O povoado contava então com pouco mais de mil habitantes, uma quarta parte dos quais, aproximadamente, era constituída por pessoas da raça branca. Entretanto, em meados do século anterior o arraial ainda nem existia” (Saint-Hilaire, 1975c: 91).

Em síntese, a exegese de relatos de viajantes corrobora a idéia – já desenvolvida em Rodarte (1999: 21-22) e aludida nos trechos de relatos anteriores – de que, no processo de circulação de mercadoria, a riqueza rural se convertia em riqueza urbana. E assim se explica, também, o deslocamento de parcela substancial da renda das regiões produtoras de Minas Gerais, para as regiões mais centrais (o antigo núcleo central minerador).

3.5 As transformações econômicas no decorrer do século XIX

Da periferia para o centro, do rural para o urbano. Tais eram as orientações da acumulação do excedente econômico sob a égide do capital mercantil, que, por extensão, definiam o funcionamento da economia mineira no transcurso do século XIX. O Mapa 3 apresenta, de forma inequívoca, a espacialização dessas duas faces do processo de transferência de renda, na primeira metade do século XIX, ao apontar: 1) o maior desenvolvimento econômico nas regiões centrais, de ocupação mais antiga²⁶ e 2) o perfil mais urbano das regiões receptoras de renda, uma vez que continham porção mais relevante da rede de

²⁵ Parte expressiva do excedente apropriado pelo comércio não voltava para a produção rural e sim para aquisição de títulos nobiliárquicos e imóveis urbanos: “Portanto, não é de se estranhar que grandes comerciantes, como Francisco Pereira Penna e Francisco Pereira Mesquita, ambos pertencentes ao minoritário grupo dos mercadores de longo curso, tenham os seus inventários constituídos majoritariamente por prédios urbanos; esses bens correspondem, respectivamente, a 50,1% e 56,9% do valor de seus montes-brutos.” (Fragoso, 1992: 287).

idades, com núcleos de maiores níveis de centralidade urbana, representados por Ouro Preto e Serro²⁷.

Cumprе ressaltar, todavia, que a hierarquização das regiões por nível de desenvolvimento não era apenas resultante da ação isolada do capital mercantil na comercialização dos produtos de exportação. Melhor seria supor o inverso, ou seja, que a acumulação prévia e concentração do desenvolvimento nas regiões centrais – com sua já complexa rede de cidades – havia criado uma importante forma de manter sua posição pela exploração das atividades em outras áreas.

Dada a existência de uma complexa rede de cidades, hierarquizadas nos seus diferentes níveis de centralidade urbana, deve-se supor um amplo mercado interno que operasse uma vigorosa, intensa e intrincada rede de comércio, com transações entre o urbano e o rural, entre os núcleos com iguais ou diferentes dimensões e também entre os diversos segmentos espaciais do rural. Parte expressiva desse comércio inter-regional e vicinal, empreendido pelos tropeiros, não passou despercebida aos viajantes estrangeiros, como consta em Paiva (1996), Rodarte e Matos²⁸ e Paiva e Godoy (2001). Como bem sintetiza Godoy:

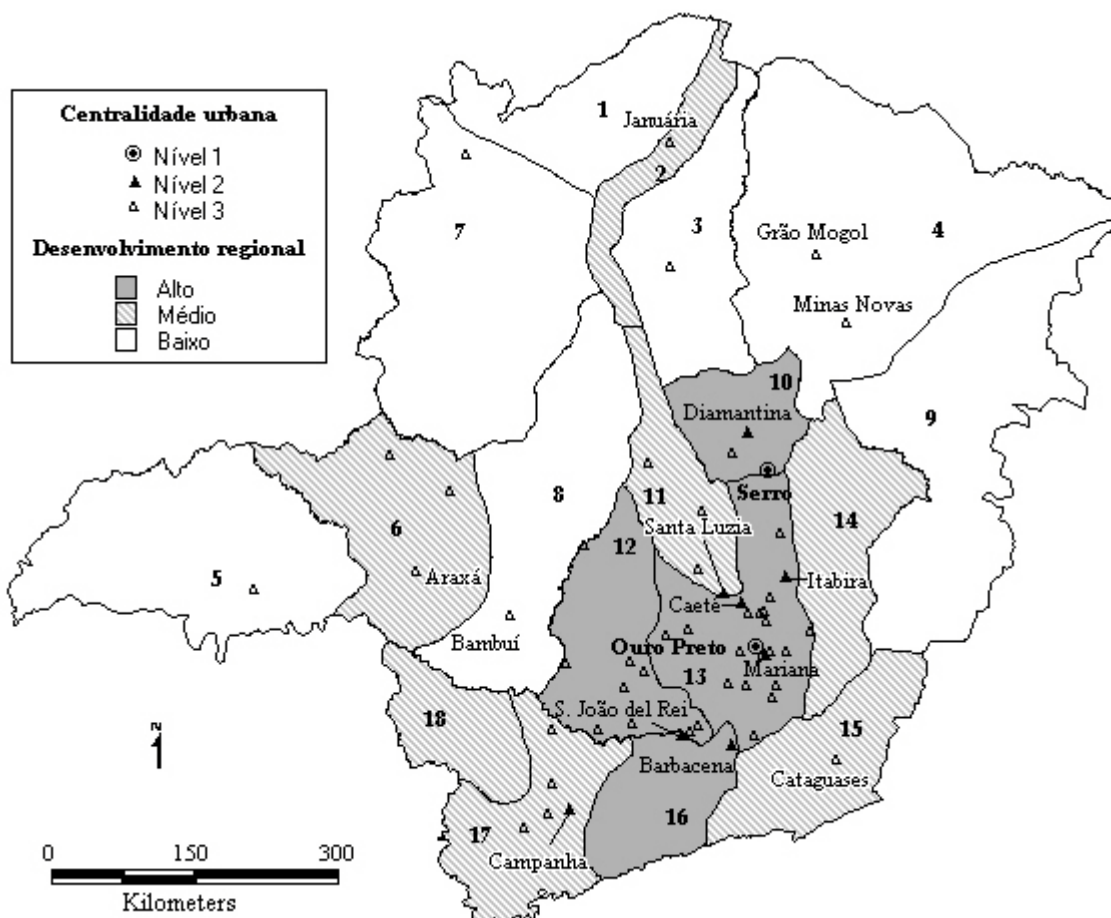
“Nenhuma outra porção do território da Colônia, depois Império, desenvolveu o tropeirismo na escala e complexidade de Minas Gerais. A extensa e intrincada malha viária que progressivamente foi se formando exigia vasta rede de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços de estrada que, juntamente com os congêneres dos centros urbanos cortados pelas vias de comunicação, atendiam às necessidades da vultosa circulação de pessoas e mercadorias” (Godoy, 2004: 407).

²⁶ A hierarquização das regiões segundo seu estágio de desenvolvimento econômico foi concebida por Clotilde Paiva (1996: 113-114), tendo como fontes principais os relatos dos viajantes e, de forma subsidiária, as Relações de Engenhos e Casas de Negócio de 1836.

²⁷ O estudo da rede urbana da província de Minas Gerais no século XIX – constante em Rodarte (1999) e de forma mais sintética, em Rodarte, Paula e Simões (2004) – realizou-se com base em duas teorias da economia regional: a dos lugares centrais e a de sistemas de cidades. O emprego do método Ward de análise de cluster nos dados de profissão extraídos de documentos censitários das décadas de 1830 (censos de 1831/32 e 1838/40) e 1870 (censo do Império de 1872) possibilitou apontar para a conformação da rede urbana nesses dois períodos. Constatam, para cada período, quatro grupamentos hierárquicos de localidades segundo as funções centrais que detinham (níveis de centralidade), ou seja, pela concentração de atividades indicativas de localidades centrais, caracterizadas pela maior densidade econômico-urbana e área de influência.

²⁸ RODARTE, Mario M. S.; MATOS, Geraldo L. **Estudo das regiões da província de Minas Gerais pelos viajantes estrangeiros**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996. Mimeografado.

Mapa 3 – Regionalização, níveis de desenvolvimento e centralidade urbana – Minas Gerais – década de 1830



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** – Ouro Preto e Serro; **Nível 2:** Itabira do Mato Dentro, vila de Campanha, Mariana, Santa Luzia, Diamantina, Barbacena, Caeté, S. João del Rei; **Nível 3:** Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Brumado, São Gonçalo, Santana do Sapucaí, Passagem, Guarapiranga, Forquim, Catas Altas, Grão Mogol, Minas Novas, Cachoeira do Campo, Araxá, Januária, Brumado, Queluz, Matosinhos, Dolores da Boa Esperança, Cláudio, Prados, vila de São José (Tiradentes), Bom Sucesso, Oliveira, Gouveia, Bambuí, Formiga, Espírito Santo, Nossa Senhora do Socorro, Mutuca, Desterro do Mello, Santa Rita da Meia Pataca, Nossa Senhora de Oliveira, São Sebastião, Nossa Senhora da Saúde, Itatiaia, Dolores do Campo Formoso, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Buritis, Nossa Senhora da Abadia, Itaverava, Santana de Traíras, Santo Antônio da Mouraria, Santíssimo Coração de Jesus, Morro da Garça, São Sebastião do Itatiaia, Perdões, Carmo do Japão, Santo Antônio Abaixo; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelos demais 177 distritos pesquisados, não visualizados no mapa (Rodarte, 1999: 89 e 126).

Fontes dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Níveis de desenvolvimento elaborados por Paiva (1996) e de centralidade urbana, por Rodarte (1999).

Assim, os produtos gerados direta e indiretamente para manter os fluxos de exportação e as importações estavam bem aquém do total de bens comercializados de Minas Gerais, pois uma vasta quantidade de vários produtos eram voltados para o comércio interno. Nas regiões de alto desenvolvimento e mais urbanizadas, uma ampla gama de artesãos produzia diversos tipos de bens manufaturados, consumidos localmente e no entorno. Mesmo nas regiões de médio e baixo desenvolvimento, porém, havia grande circulação de produtos mineiros, como aqueles ligados à indústria têxtil e de vestuários.

Para esse aspecto, vale destacar a siderurgia e o setor agroaçucareiro como setores emblemáticos de atividades econômicas de peso na economia, mas que eram voltadas, sobretudo, para o abastecimento interno.

Como se sabe, a indústria siderúrgica mineira caracterizava-se pela produção de instrumentos de trabalho empregados na mineração e na agricultura. Contava-se a existência de pequenos fornos de fundição de ferro em Bento Rodrigues, Cocais, Catas Altas, Santa Bárbara, Inficionado (Pohl, 1976: 383) e diversos outros núcleos localizados na região Mineradora Central Oeste²⁹. Os mais importantes, todavia, referiam-se ao empreendimento estatal da Fábrica Real de Ferro, no Morro do Pilar (Spix, Martius, 1981b: 24; Gardner, 1975: 217; Saint-Hilaire, 1975b: 132), às Forjas do Prata, em Congonhas (Saint-Hilaire, 1974a: 93-94) e às Forjas de Bonfim, em Bocaiúva³⁰ (Saint-Hilaire, 1975b: 300-301).

Em estudo mais recente, Marcelo Godoy realizou uma análise minuciosa do segmento agroaçucareiro, que corroborou a afirmativa de Costa Filho (1963) de que esse, desde seu surgimento, esse setor tinha uma “íntima associação com o abastecimento do mercado interno em expansão” (Godoy, 2004: 560). Mais ainda:

“Consoante aos traços estruturais da demografia e economia de Minas, engenhos e engenhocas disseminaram-se pelo território na mais perfeita simetria possível com a distribuição da população. A desconcentração da produção era imposição da dispersão demográfica ou dos mercados consumidores e do ônus dos transportes. Os reduzidos custos de montagem de pequenas unidades transformadoras da cana e arraigados hábitos de consumo de açúcares e destilados estimularam crescimento constante do número de unidades produtivas e do tamanho da produção. Os circuitos mercantis internos de derivados da cana de Minas Gerais eram especialmente sustentados por vigorosa rede urbana a ensejar fluxos comerciais de média e longa distância” (Godoy, 2004: 560).

A dicotomia entre comércio interno e exportação parece estar mais presente nos estudos de história econômica de Minas Gerais do que de fato se observava, posto que fossem fenômenos sinérgicos, que se fortaleciam mutuamente³¹. Se é inegável a utilidade do

²⁹ Para citar mais exemplos, mais forjas foram percebidas em Ouro Preto (Pohl, 1976: 400), Itabira (Saint-Hilaire, 1975b: 127), Antônio Pereira (Spix, Martius, 1981a: 247), Ouro Branco (Pohl, 1976: 410) e Conceição do Mato Dentro (Gardner, 1975: 216).

³⁰ Embora se localizasse na região do Sertão, parcela de sua produção era voltada ao Distrito Diamantino – embora se encontrasse a cerca de 130 quilômetros de Diamantina – e Minas Novas (Saint-Hilaire, 1975b: 301).

³¹ De um lado, tem-se trabalhos como de Roberto Borges Martins (1980) segundo o qual, a manutenção da pujança econômica, embora mais voltada para o consumo interno, justificaria o crescimento populacional, principalmente do seu segmento escravo, mantido principalmente pelo tráfico atlântico e interno de escravos.

emprego da Teoria da Base Exportadora, de Douglas North (1977), para a compreensão da economia da Província, tomando-a como um todo, o mesmo se dá com a concepção de Sistemas de Cidades, de Allan Pred (1979), para se depreender o papel dos diversos espaços para a organicidade do sistema. Segundo esse geógrafo, o crescimento dos núcleos mercantis – pela expansão da sua atividade de comércio – propulsionava o comércio interno e vice-versa:

“A ênfase que este modelo coloca na interdependência de grandes cidades mercantis não deveria esconder o fato de que tais centros também cresceram e mantiveram sua posição elevada na escala em parte devido à sua interdependência com cidades menores, muitas das quais situadas em suas proximidades. O crescimento local de uma cidade pequena no interior poderia propagar multiplicadores de emprego para a cidade mercantil maior, sob cujo domínio se encontrava quando o crescimento local decorre do envio de bens agrícolas ou industriais a serem posteriormente distribuídos ou exportados pelo complexo comercial atacadista do centro dominante que os recebeu. O crescimento local de uma pequena cidade do interior poderia também gerar multiplicadores de emprego na cidade mercantil dominante quando a expansão da população desta aumentasse a demanda de bens normalmente adquiridos nesse (ou através desse) grande centro” (Pred, 1979: 75-76).

Essa forma de funcionamento da economia, em que mercados internos e externos se articulavam de forma complementar, é sugerida pelo estudo de Rodarte e Godoy (2005a) sobre a localização das unidades comerciais de estabelecimentos fixos e de tropeiros. Segundo ele, as unidades de comércio fixo tendiam a estar mais próximas dos pontos de maior demanda, isto é, nos grandes centros das regiões mais desenvolvidas; ao passo que as unidades de comércio por tropas – muitas das quais envolvidas com o comércio de longo curso – tendiam a se localizar nas periferias desses grandes centros. Isso possivelmente se explica pelo fato terem também as unidades comerciais volantes a função de estabelecer trocas entre os centros e as localidades menores, a elas subordinadas, possibilitando a intensa articulação do sistema de cidades³².

Na segunda metade do século XIX (Mapa 4), houve expansão e alguma redefinição da malha urbana. Os núcleos de centralidade intermediária (níveis 2 e 3) mais que se

De outro lado, tem-se estudos que questionam o caráter introvertido da economia, como o de Robert Slenes (1985).

³² As escolhas locacionais dos empreendimentos comerciais fixos foram mais detidamente tratadas em Rodarte e Godoy (2005b). Nesse estudo, constatou-se haver uma relação direta do número de estabelecimentos comerciais com o número de habitantes e do plantel de escravos, em cada núcleo, observando também um crescimento mais acentuado de lojas e demais casas comerciais nos núcleos de maior centralidade urbana e de regiões de alto desenvolvimento, o que corrobora a idéia de envolvimento do capital mercantil envolvido não só com o mercado externo, mas também com o mercado interno.

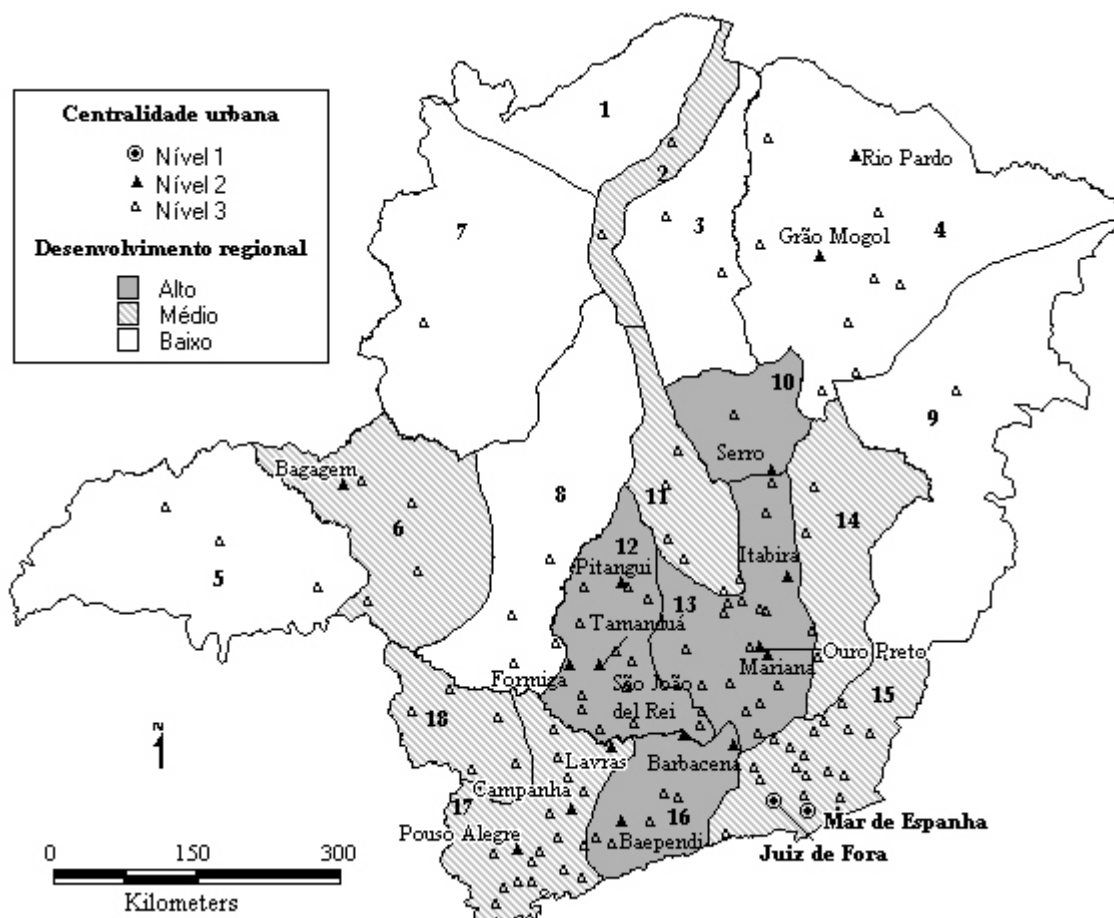
duplicaram. Enquanto isso, os núcleos de maior centralidade passaram a se localizar na Mata, sendo estes, Juiz de Fora e Mar de Espanha. Essas transformações eram, contudo, parciais, uma vez que se percebeu, em grande medida, a permanência da centralidade urbana em localidades do antigo núcleo minerador. Assim, como já se antevia pelas implicações do modelo de Pred (1979), constatou-se que, no último quartel do século, continuava mantida a importância do antigo núcleo minerador central na rede de cidades, tendo como pólos centrais Ouro Preto, Sabará, Mariana, São João del Rei e tantos outros (Rodarte, 1999: 91 e Rodarte, Paula, Simões, 2004).

As cidades que despontaram como grandes centros na década de 1870 floresceram com as novas oportunidades econômicas criadas pela economia do café na Mata e nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Em Restitutti (2006: 82), observa-se que o contínuo aumento da importância do café o tornava o principal produto de exportação entre 1850 e 1860, já que representava 27,9% das divisas geradas pela exportação de produtos de Minas Gerais. Mais tarde, entre 1870 e 1884, esse percentual aumentaria para 69,4%.

A exportação de parte de sua produção, a elevada parcela da população residindo no urbano e o rápido crescimento populacional – o que se analisa nos dois próximos capítulos – são claros indícios de uma economia que gerava grande excedente econômico e não de uma sociedade que se estagnara, produzindo apenas o necessário para a subsistência.

Diferentemente do processo de acumulação capitalista – em que a geração de excedente se dava, sobretudo, pela divisão social do trabalho e inovação tecnológica, em um fenômeno conhecido pela industrialização e urbanização, envolvendo concentração demográfica em pólos industriais – a acumulação de excedente econômico sob a égide do capital mercantil assentava-se tão somente na articulação de diferentes áreas com vantagens comparativas diferenciadas. Conseqüentemente, a dinamicidade econômica dessas sociedades pré-industriais consistia na especialização regional do trabalho, o que redundava em desconcentração populacional, como no caso de Minas Gerais.

Mapa 4 – Regionalização, níveis de desenvolvimento de 1830 e centralidade urbana – Minas Gerais – Década de 1870



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** – Juiz de Fora e Mar de Espanha; **Nível 2:** Ouro Preto; São João del Rei; Barbacena; Baependi; Itabira; Mariana; Conceição do Serro; Grão Mogol; Formiga; Lavras; Rio Pardo; Tamanduá; Campanha; Pitangui; Pouso Alegre; Bagagem; **Nível 3:** Queluz; Sabará; Dolores da Boa Esperança; Conceição do Pouso Alto; Sto. Ant. de Arassuahy; Ponte Nova; Paracatu; São Romão; Contendas; Santa Luzia; Curvelo; Uberaba; Três Pontas; São Miguel do Pomba; Leopoldina; Ubá; Bom Fim; Piranga; Santana dos Ferros; Taboleiro Grande; Salinas; Santana do Onça do Rio de São João; Sete Lagoas; Prados; Presídio; Brumado de Suassuhy; Piedade do Pará; Santa Bárbara; Cocais; Congonhas do Sabará; Carmo do Pouso Alto; São Gonçalo da Campanha; Campo Belo; Arcos; Oliveira; Cláudio; Sta. Rita de Sapucaí; Carmo da Borda da Mata; Santana de Capivari; Perdões; Espírito Santo do Pomba; N. Sra. da Piedade; Div. Esp. Sto. do Mar de Espanha; São João Nepomuceno; Aflitos; Sr. dos Passos do Rio Preto; São José do Tijuco; São João da Chapada; Carmo do Rio Claro; São Seb. do Paraíso; Lagoa Dourada; São José do Rio Preto; Bom Despacho; Madre de Deus do Angú; Além Parahyba; Chapéu d’Uvas; Rio Novo; Montes Claros; São Bartolomeu; Capela Nova; Piedade da Boa Esperança; Saúde; Dolores de Indaiá; Santa Margarida; Caeté; Taquarussu; Santo Antônio do Rio do Peixe; São Miguel e Almas; Minas Novas; Capelinha; Philadelphia; Brejo do Salgado; Carmo da Bagagem; Patrocínio; Varginha; Cristina; Santa Catarina; Três Corações; Alfenas; Piumhy; Cabo Verde; N. Sra. do Desterro; Candeas; Bambuí; São José do Paraíso; São João Batista da Cachoeira; Carmo do Cambuí; Itajubá; Soledade de Itajubá; Santa Rita de Boa Vista; Bom Sucesso; João Gomes; Porto do Turvo; São Vicente Férrer; Mercês do Pomba; Sacramento; Sto. Ant. do Monte; Carmo do Prata; Papagaio; São João Batista; Arassuahy; Muriaé; Dolores da Vitória; Ribeirão Vermelho; Brejo das Almas; Januária; Araxá; Aiuruoca; Jaguarí; Conceição do Mato Dentro; Passos; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelas demais 225 paróquias pesquisadas, não visualizadas no mapa (Rodarte, 1999: 89 e 127).

Fontes dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia.

O período encerra um fenômeno muito particular da história de Minas Gerais: as regiões das Minas, isto é, o seu antigo centro, já sem contar com o vigor da atividade mineradora

de outrora, se reinventava pela exploração das atividades econômicas das Gerais, ou seja, das regiões localizadas mais na periferia, de ocupação ainda incipiente.

Esse processo não é só econômico, mas também demográfico, uma vez que a exploração das novas atividades econômicas, sob domínio do capital mercantil mobilizava pessoas e famílias para a abertura dessas novas áreas de exploração, sobretudo nas regiões de médio e baixo desenvolvimento. O efeito disso sobre essas regiões era o excepcional crescimento populacional. Reproduzia-se, assim, em menor escala, o que havia ocorrido tempos atrás nas regiões centrais, com a descoberta das minas. Com mais detalhes, esse tema será retomado no próximo capítulo.

4 A REINVENÇÃO DAS MINAS PELAS GERAIS (PARTE II): O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO MINEIRA DE 1832 A 1872

4.1 A inserção de Minas Gerais nos levantamentos demográficos e na população do Brasil entre as décadas de 1830 e 1870

4.1.1 O estado-da-arte na mensuração populacional, em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX

O desejo veemente da metrópole de descobrir metais e pedras preciosas na colônia, mantido por quase duzentos anos de colonização, havia enfim se materializado a partir da última década do século XVII com as primeiras incursões de paulistas e aventureiros originários da Bahia, nas cabeceiras do Rio das Velhas e nos vales dos rios das Mortes e Doce (Boxer, 1969: 59). Isso resultou num rápido movimento de povoamento, refletido no surgimento das primeiras vilas e arraiais em Minas Gerais, com imigrantes vindos de outras regiões da Colônia e do império português³³.

Mas para que a riqueza proporcionada pelo ouro fosse canalizada, efetivamente, para o tesouro da Coroa, por meio da arrecadação e de outras vias, dever-se-ia, também, recrudescer o controle sobre a colônia. Isso dar-se-ia tanto pelas estruturas institucionais como por várias outras vias informais, que se consistiriam os movimentos de “interiorização da metrópole na colônia”, tratados por Furtado (1999: 57-58) e Dias (1982).

³³ Uma breve, porém completa descrição sobre a profundidade e importância dos movimentos migratórios decorrentes dos achados das minas, com base em relatos de memorialistas, viajantes e ofícios manuscritos é encontrada em Zemella (1990, 45-54). Encontra-se nos manuscritos do memorialista Caetano da Costa Matoso, o relato de que após as primeiras descobertas auríferas, “e pelo tempo em diante se foram franqueando mais os caminhos com a muita gente que para elas veio de toda América, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo e também do sertão, que é muito extenso e tem muita gente. E fizeram arraiais onde achavam melhores conveniências, que alguns são hoje vilas, como seja esta Vila Rica, a Cidade Mariana, duas no Rio das Mortes, a do Sabará, Caeté, Pitangui, Serro do Frio” (Códice Costa Matoso, 1999: 196-197).

Um desses canais informais de controle corresponderia ao estreitamento de relações pessoais, em especial, entre a Coroa e os extratos sociais superiores da população, que começavam a assumir o controle da atividade econômica local. A existência e a perpetuação dessa elite local eram dificultadas, porém, pela elevada razão de sexos na população branca, que era justificada pela prevalência de jovens do sexo masculino entre estes imigrantes³⁴. A miscigenação com negras e índias, era vista com preocupação pela Metrópole, temerosa de que as novas gerações, derivadas dessa mestiçagem, identificassem-se mais com os valores da terra que com os de Portugal.

As preocupações da metrópole com a constituição da população não se restringiam, contudo, à manutenção da elite branca. A Coroa estava imbuída da idéia de que a constituição de famílias regulares era “peça vital da paz social que deveria sustentar o funcionamento do sistema colonial” (Figueiredo, 1997: 25). Havia, pois, a dupla preocupação de manter e preservar uma elite branca e, simultaneamente, impor ao restante da população a estruturação de famílias baseadas em uniões estáveis:

“A insistência em estimular a realização de matrimônios entre a população de pura descendência portuguesa, possuidora de expressão social e de alguma forma beneficiada com o sistema colonial, é apenas uma face da política familiar adotada em Minas. A outra face reflete uma ação em direção àqueles grupos sociais desassossegados e desobedientes, nunca ‘suficientemente civilizados’ (os ‘povos’). Ao contrário da ‘gente’, não se poderia exigir deles pureza racial e, assim, as autoridades trabalhavam para, ao lado de um complexo e severo aparelho repressivo, difundir a prática do matrimônio, assegurado pela Igreja em bases legais. O casamento traria para esses grupos a estabilidade, amor à terra e a disciplina moral, imaginava o Rei em sua instrução ao Governador” (Figueiredo, 1997: 29).

Além de controles mais diretos sobre a vida sexual e reprodutiva da população³⁵, a Coroa procurava, também, introduzir “elementos de urbanidade” com a criação de escolas de ensino elementar nos principais núcleos populacionais. O controle social também se dava pelo poder discricionário da metrópole de, entre outras ações, deportar indigentes e delinqüentes para Angola (Boxer, 1969: 190).

³⁴ A migração, como se sabe, promove transformações da composição demográfica tanto na área de atração quanto na de origem. Estudos, como o de Ramos (1993, citado por Furtado, 1999: 152-153), sobre a população no norte de Portugal – de onde partiu segmento mais substancial da corrente migratória em direção às Minas Gerais – mostram, além do esvaziamento demográfico, mais baixa razão de sexos e casamentos mais tardios *vis-à-vis* o sul do país, onde a emigração foi menor.

³⁵ Deve-se considerar aqui, a atuação da Inquisição na punição da vida conjugal de “trato ilícito” sem o sacramento do matrimônio (Vainfas, 1997; Figueiredo, 1997), ou ao menos, dos esponsais e a proibição de moças brancas na Colônia se tornarem freiras nos conventos de Portugal (Boxer, 1969: 185).

Essas preocupações da metrópole com a miscigenação e a manutenção da ordem social parecem ter sido responsáveis pela geração dos primeiros registros demográficos de Minas Gerais:

“Em 1733 o governador de Minas Gerais teve ordens para proceder a inquérito sigiloso sobre o número existente de negros e mulatos libertos, os últimos dos quais, em particular, eram acusados de gozar de ‘excessiva liberdade’” (Boxer, 1969: 191).

Pouco mais tarde, entre 1735 e 1750, o interesse em se dimensionar a população forra se somou à necessidade de se recensear o número de escravos, para fins fiscais. Nesse período, vigorou o “imposto de capitação”, que tinha como base de cálculo para tributação dos mineradores o número de escravos que possuíam. Segundo Bergad (2004: 148), esses censos que ocorriam duas vezes a cada ano – com os totais das comarcas, constantes no Códice Costa Matoso (Códice Costa Matoso, Figueiredo, Campos, 1999: 407-413) – constituíam, na verdade, os primeiros dados demográficos empíricos levantados para a Capitania. Eram, contudo, incompletos, por não conterem o segmento livre da população.

O estado de relativo desconhecimento sobre a população de Minas Gerais que caracterizou os primeiros anos de sua formação foi perdendo espaço, lentamente, para uma noção menos obscura das dimensões populacionais, sobretudo a partir do último quartel do século XVIII. Essa mudança deve-se às iniciativas dos governos locais e centrais para, mais sistemática e pormenorizadamente, gerar registros demográficos relativos à população de Minas Gerais e também ao restante do Brasil, muitos dos quais preservados até nossos dias.

Tais transformações estão de acordo com a periodização demográfica elaborada por Marcílio (1986: 14) e também apresentada de forma mais sintética no texto de Paiva, Carvalho e Leite (1990). Segundo ela, haveria três fases distintas: 1) a pré-estatística (de 1500 a cerca de 1750), em que há escassez de registros de levantamento populacional baseados em contagem direta da população; 2) a proto-estatística (de 1750, aproximadamente, a 1872), caracterizada pela abundância de censos regionais e séries estatísticas vitais provenientes de registros paroquiais; e 3) a estatística (a partir de 1872), com a criação dos censos nacionais, inicialmente por órgãos estatísticos centrais e pela secularização das estatísticas vitais, com a institucionalização dos cartórios.

Data de 1752 o primeiro exercício de avaliação do tamanho da população completa de Minas Gerais, já desmembrada de São Paulo. Segundo tal levantamento populacional, ela estaria estimada em 276.666 habitantes (Siqueira, 1981: 373). O marco da mudança para o período proto-estatístico, no entanto, seguramente foi dado com a realização do primeiro levantamento de caráter censitário, simultaneamente, em toda a colônia portuguesa, em 1776, por meio de mapas de população com formato provavelmente inspirado no levantamento espanhol de 1768 (Botelho, 1998: 17). Atribui-se o esforço de realização desse primeiro censo à influência do caráter modernizante da gestão do marquês de Pombal. Ainda segundo o autor:

“Desde as reformas pombalinas, descrever e conhecer a realidade brasileira começaram a fazer parte das preocupações dos seus letrados. Inseridos em uma lógica pragmática que buscava promover o renascimento agrícola da colônia e fomentar a produção de matérias primas para a industrialização de Portugal, partia-se para o estudo da realidade brasileira” (Botelho, 1998: 32).

Apesar de baseados na efetiva contagem *in loco* da população, os primeiros arrolamentos demográficos tinham a qualidade limitada por vários fatores relativos ao seu contexto histórico. Em documentos coevos, os capitães-mores (administradores municipais) e vigários paroquiais, responsáveis últimos pelos levantamentos locais da população, manifestavam a existência de subcontagem, pelo temor do fisco, do recrutamento militar e mesmo pela impossibilidade de recensear as áreas rurais mais isoladas de forma plena (Botelho, 1998: 18).

A exatidão desses documentos em aferir as dimensões populacionais também era comprometida, segundo Botelho (1998: 19-20), pelo interesse das autoridades locais em omitir o verdadeiro tamanho da população, causado pelo receio de subdivisão, pelos conflitos entre as instâncias administrativas, pela falta de preparo técnico dos envolvidos na organização do trabalho demográfico e pela ausência de coordenação entre os agentes. Tudo isso, vez por outra, também resultava em duplicação de tarefas. Pode-se dizer que, em maior ou menor grau, esses elementos afetaram a qualidade de todos os recenseamentos ao longo do período proto-estatístico.

Pelo levantamento de 1776, Minas Gerais tinha uma população de 341.869 habitantes, segundo os cálculos de Bergad (2004: 157-158), que adicionou a população recenseada no distrito de Minas Novas – originalmente excluída das estatísticas de Minas Gerais, por

constituir um território em disputa judicial com a Bahia no período do censo – e, em seguida, estimou os segmentos dos livres e cativos.

Por cerca de um século, depois de 1776, os levantamentos demográficos passaram a ser regionais e desarticulados entre as unidades da Colônia/Império. Um documento anônimo elaborado, provavelmente em 1833, transcrito na Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM, 1899: 294-296) apresenta sínteses das contagens gerais da população de Minas Gerais, para os anos de 1786, 1805, 1808, 1821 e 1823 desagregadas por condição e sexo, segundo cor. Segundo os números apresentados, em 1805, data da primeira contagem do século XIX, Minas Gerais já tinha uma população de cerca de 407 mil pessoas.

Em breves palavras, o mesmo documento aponta para o fato de que os dados de 1823 tinham sido extraídos de “relações nominais”, mais conhecidas como listas nominativas. Esse enunciado pode estar sugerindo uma mudança importante nos procedimentos para levantamentos populacionais. Ela seria a substituição de mapas de população, documentos de síntese de população, normalmente com totais por sexo, faixa etária, condição e cor, por um documento mais minucioso. Supostamente, ele trazia, linha por linha, a relação de todos os habitantes com as respectivas informações de nome, idade, cor, condição social³⁶, domicílio de pertencimento e outras³⁷.

A adoção das listas nominativas, que resultava em maior confiabilidade aos arrolamentos populacionais, foi advogada pelo major Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), um dos principais organizadores das estatísticas de Minas Gerais por quase quatro décadas³⁸. Lotado no cargo de secretário de Governo, desde o ano da Independência, Luiz Maria, que também havia sido presidente da província, justificava a mudança alegando que na elaboração dos seus mapas de população, as autoridades dos municípios e distritos de paz freqüentemente agregavam as informações em categorias estranhas ao padrão previamente definido pelo governo da província. Isso impossibilitava as totalizações provinciais de

³⁶ Entre as condições sociais, livre e escravo eram as mais freqüentes. Forros (cativo liberto) e quartados (cativo em processo de alforriamento) eram menos incidentes, inclusive pela menor freqüência dessas condições, mas também por não constituir em categorias exigidas no ofício que solicitava o levantamento das listas. Por isso, forros poderiam ser classificados, simplesmente, como livres e quartados, como escravos. A ausência dessa informação, em geral, foi tomada como indicação do indivíduo ser livre, pelo elevado número de casos de não informação de condição entre os brancos.

³⁷ Em Paiva e Arnaut (1990), consta uma descrição mais detalhada sobre as características das listas nominativas mineiras.

forma satisfatória e rápida (Botelho, 1998: 22). Já com as listas nominativas, as próprias autoridades provinciais poderiam calcular e tabular as informações da forma como lhes conviesse.

O mesmo secretário, entretanto, advertia que os números apurados pelas listas nominativas deveriam ser expandidos em, aproximadamente, 1/3, ou no mínimo, 1/4, “pois é sabido, que muitos chefes de famílias ocultam o que podem aos empregados nestas diligências”³⁹. Esse mesmo raciocínio esteve presente na avaliação do censo de 1823, supostamente o primeiro baseado em listas nominativas⁴⁰. Segundo consta no documento transcrito na RAPM, a população arrolada era de 563.671 pessoas. O autor pondera, entretanto, que a razão de pessoas por domicílio era baixa (cerca de onze indivíduos por fogo), já que dentre os aproximadamente 50 mil fogos existentes, “10 mil continham famílias maiores de 10 até 380 indivíduos”. Por isso, a população deveria ter por volta de 800.000 habitantes (RAPM, 1899: 296).

O maior acervo atualmente conhecido de listas nominativas é da década de 1830 e referem-se a duas tentativas de recensear a população nos anos de 1831 e 1832 e entre 1838 e 1840. A elevada cobertura espacial dessas listas nominativas remanescentes motivou alguns autores à construção de uma estimativa populacional para o período. A primeira iniciativa partiu de Paiva (1996: 49-51), sendo revista por Godoy (2004: 679-697) e Rodarte⁴¹, posteriormente. Deve-se considerar que, nesse período e de forma isolada, nenhum arrolamento populacional cobriu todo o território de Minas Gerais e os seus cerca de 430 distritos e povoados⁴². Com isso, o trabalho de estimativa consistiu na união de

³⁸ A atuação do Major Luiz Maria da Silva Pinto na constituição de estatísticas demográficas, socioeconômicas e elaboração cartográfica foi reconhecida por um dos coordenadores da parte econômica do censo de 1920 e, depois, um dos diretores do IBGE, Mário Augusto Teixeira de Freitas, ao ponto de chamá-lo “pai da estatística geral mineira”. (Freitas, 1932: 171).

³⁹ Arquivo Nacional – Códice 808, volume 1, folha 200, citado por Botelho (1998: 23).

⁴⁰ Apesar de mais frequentes após a independência, existem remanescentes de listas nominativas em períodos anteriores, como nos termos de Ouro Preto e Mariana, em 1808, estudadas, dentre outros, por Costa (1981). Mesmo para a década de 1770 foram encontradas algumas listas nominativas, em Minas Gerais e em outras capitanias, sobretudo em São Paulo.

⁴¹ Ver RODARTE, Mario M. S. **Relatório de recomendação de revisão do mapa básico das regiões e estimativa populacional de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006. Mimeografado

⁴² Em relação ao número oficial de distritos de paz, Paiva (1996) menciona a contagem do Presidente de Província Antônio Limpo de Abreu, segundo o qual, Minas Gerais possuía, aproximadamente, 420 distritos de paz, em 1835. Contudo, havia incerteza quanto ao número exato de distritos, que decorria, segundo Martins (2002: 54) da dinâmica acelerada de instalações, reagrupamentos e supressões de diversas instâncias de unidades administrativas.

informações de todos os levantamentos populacionais da década e na avaliação criteriosa dos números de cada distrito pelo cotejamento das fontes.

As listas nominativas de 1831 e 1832, contudo, constituem a principal fonte de dados da estimativa demográfica (52,0%). O percentual de cobertura populacional eleva-se para 57,5% com a adição das listas do período entre 1838 e 1841⁴³ (Tabela 2). A segunda fonte na escala de importância para a construção dessa estimativa refere-se aos dados mais agregados dos mapas de população dos anos entre 1833 e 1835⁴⁴ (36,5%). Por fim, os contingentes populacionais de 29 distritos, não contempladas nos remanescentes das listas nominativas e mapas de população, foram obtidos a partir dos dados absolutos constantes na “Corografia histórica de Minas Gerais”, elaborada por Cunha Matos (1979), ou, residualmente, calculadas por forma indireta.

Tabela 2 – Decomposição da população e distritos recenseados segundo a fonte utilizada, por data média – Minas Gerais – Década de 1830

Fontes	Ano médio (1)	População		Distritos	
		Nº	%	Nº	%
Listas Nominativas de 1831/1832	1831,3	393.388	52,0	240	55,8
Listas Nominativas de 1838/1841	1839,0	41.709	5,5	21	4,9
Mapas de população de 1833/1835	1834,0	276.311	36,5	140	32,6
Corografia Histórica de Minas Gerais	1826,0	37.602	5,0	25	5,8
Método indireto (2)	-	7.647	1,0	4	0,9
Total	1832,5	756.657	100,0	430	100,0

Fonte dos dados básicos: Estimativa da população elaborada por Paiva (1996) e revista por Godoy (2004) e Rodarte⁴⁵, mediante uso das listas nominativas de 1831/32 e de 1838/41, mapas de população de 1833/35 (Martins, M. 2002) e dados populacionais de 1826 (Matos, 1981);

(1) Datação média dos levantamentos foi obtida pela média ponderada das datas pelas respectivas populações;

(2) Média da população dos demais distritos do município, com a exceção da sede municipal.

Calculada em 756.657 habitantes, a população recenseada concentrava-se nas áreas centrais da Província, de povoamento mais antigo e mais alto nível de desenvolvimento econômico, como mostra o Mapa 5, que contém a distribuição espacial da população – obtida por meio do georreferenciamento das sedes dos distritos de paz – as regiões concebidas por Godoy (1996) e os níveis de desenvolvimentos de Paiva (1996).

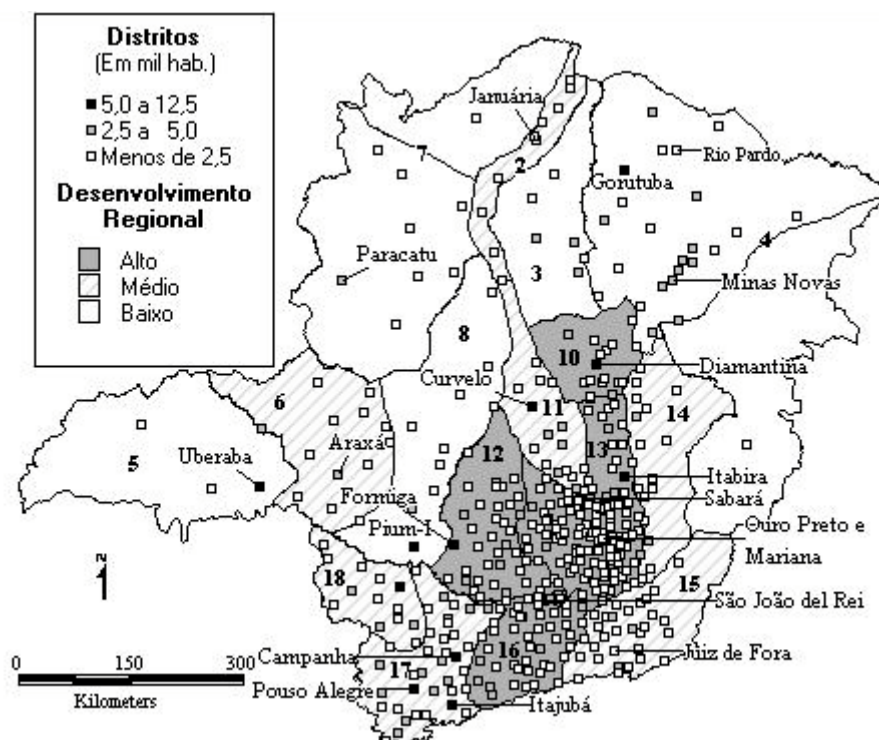
⁴³ Comparativamente às estimativas anteriores, Rodarte (2006) adicionou mais Listas Nominativas de 1838/41 à estimativa. Correspondem, principalmente, à distritos emancipados após o início da década e cujas populações não foram cobertas nos levantamentos de 1831/32.

⁴⁴ Os mapas de população de 1833 a 1835 são documentos censitários mais sintéticos que as listas nominativas e são constituídos por tabelas padronizadas, com os totais de habitantes dos distritos de paz, com cruzamentos das informações de sexo, cor (branca, preta e parda), condição social (livre e escravo), estado marital e quadro grandes grupos etários (Martins, M. 2002: 55).

⁴⁵ RODARTE, Mario M. S. **Relatório de recomendação de revisão do mapa básico das regiões e estimativa populacional de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006. Mimeografado.

Em meados da década de 1850, outro levantamento de números sobre população foi realizado pelo governo da província. Trata-se dos inquéritos provinciais, documentos de resposta às autoridades máximas da província de Minas Gerais remetidos pelas autoridades locais, como vereadores, párocos, juízes de paz e outros, a respeito da situação econômica, social e populacional do termo, paróquia ou distrito de paz. Em relação aos dados demográficos os inquéritos não eram tão minuciosos quanto às listas nominativas, mas chegavam a ser mais detalhados que os mapas de população encontrados na primeira metade do século XIX. Tais informações foram organizadas e disponibilizadas por Roberto Martins (2002) e, totalizadas, mostram uma população de 1.302.152 pessoas na Província⁴⁶.

Mapa 5 – População dos distritos, segundo região e nível de desenvolvimento – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Estimativa de 1830: ver Tabela 2. Nota: Regiões pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

⁴⁶ Para uma descrição mais aprofundada dessas fontes, ver Rodarte et al. (2003). Esses inquéritos provinciais sobre população provavelmente foram uma resposta à circular do Ministério dos Negócios do Império de 23 de outubro de 1854. Tempos depois, em 1856, os resultados, para todo o Brasil, foram divulgados no relatório do Ministro do Império pelo Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, em que consta Minas Gerais com uma população estimada em 1.300.000 habitantes, em 1854, conforme quadro apresentado por Oliveira Vianna no seu “Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil” (1986: 176).

Para a década de 1870, tem-se o Recenseamento do Império de 1872, considerado o levantamento censitário mais completo e abrangente realizado no período do Império⁴⁷. Das 370 paróquias existentes em Minas Gerais no ano de 1872, apenas 14 não foram recenseadas, omissão correspondente a 4% da população total (Tabela 3). As informações referentes a essas paróquias ausentes foram calculadas por meio de interpolação com o censo de 1890, com procedimentos metodológicos apresentados em relatório de Rodarte, Mello Filho e Santos Júnior⁴⁸.

Com as sedes das paróquias georreferenciadas, observa-se, pelo Mapa 6, que a população, calculada em 2.083.545 habitantes, ainda estava concentrada nas áreas centrais da Província, em 1872, aproximadamente como se apresentava há quatro décadas. Pode-se notar, contudo, uma ocupação maior de espaços pouco explorados nos períodos anteriores, tais como o Triângulo, fato tratado detidamente mais à frente (item 4.3).

Tabela 3 – População estimada – Minas Gerais – 1872

Província e regiões	População Estimada						Cobertura de 1872 (Em %)
	Recenseada (1)		Omitida (2)		Total		
	N	%	N	%	N	%	
Minas Gerais	2.039.735	100,0	43.810	100,0	2.083.545	100,0	97,9
Noroeste	-	-	-	-	-	-	-
Vale A. M. S. Franc.	30.843	1,5	0	0,0	30.843	1,5	100,0
Sertão	36.886	1,8	0	0,0	36.886	1,8	100,0
Minas Novas	184.128	9,0	3.962	9,0	188.090	9,0	97,9
Triângulo	42.069	2,1	0	0,0	42.069	2,0	100,0
Araxá	109.895	5,4	0	0,0	109.895	5,3	100,0
Paracatu	34.398	1,7	0	0,0	34.398	1,7	100,0
Sertão A. S. Franc.	74.503	3,7	0	0,0	74.503	3,6	100,0
Sertão R. Doce	24.057	1,2	0	0,0	24.057	1,2	100,0
Diamantina	31.092	1,5	15.512	35,4	46.604	2,2	66,7
Médio Baixo R. das Velhas	66.216	3,2	2.734	6,2	68.950	3,3	96,0
Intermediária P.-Tamanduá	159.337	7,8	1.343	3,1	160.680	7,7	99,2
Mineradora Central Oeste	372.928	18,3	0	0,0	372.928	17,9	100,0
Mineradora Central Leste	144.987	7,1	4.171	9,5	149.158	7,2	97,2
Mata	276.372	13,5	6.080	13,9	282.452	13,6	97,8
Sudeste	144.860	7,1	0	0,0	144.860	7,0	100,0
Sul Central	232.350	11,4	3.964	9,0	236.314	11,3	98,3
Sudoeste	74.814	3,7	6.044	13,8	80.858	3,9	92,5

Fonte dos dados básicos: Estimativa da população elaborada por Rodarte, Mello Filho e Santos Júnior (2006); DGE – Censos demográficos de 1872 e 1890;

(1) Dados do censo de 1872, corrigidos pelo método do resultado predominante (ver item 6.2.2.3, pág. 164);

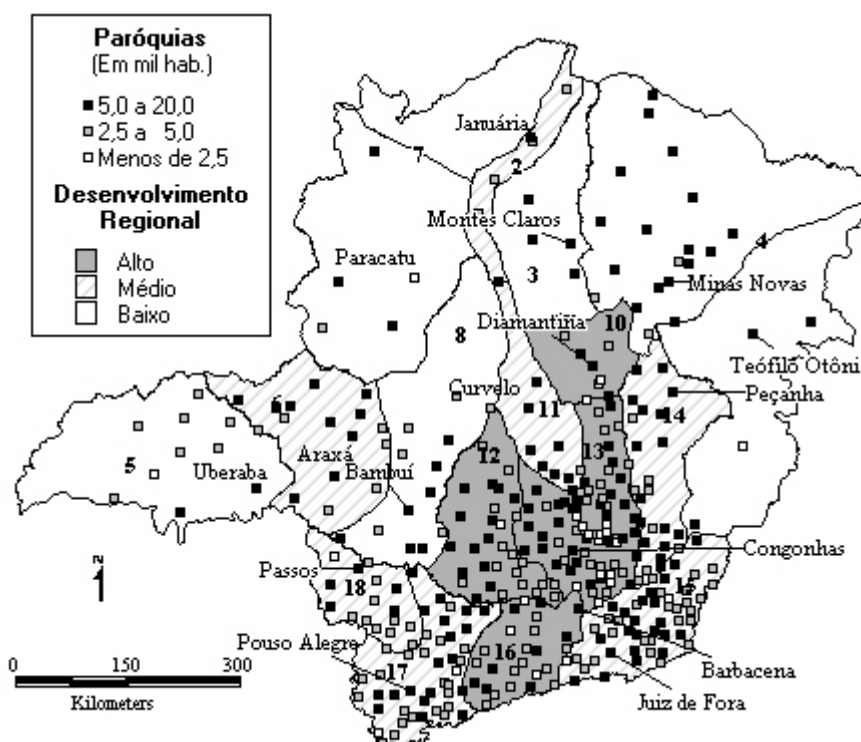
(2) População omitida de 14 paróquias estimada através de interpolação com os dados do Censo de 1890, com taxas geométricas de crescimento obtidas pelo acompanhamento da evolução das paróquias do mesmo município contempladas em ambos os censos.

⁴⁷ Apresenta a contagem da população, presente e ausente, organizada por paróquias. Além disso, classifica a população conforme sexo, idade, estado civil, nacionalidade, religião, raça, condição, ocupação. Sobre o processo de digitalização do censo e uma avaliação crítica do mesmo, ver Paiva e Martins, *idem*.

⁴⁸ RODARTE, Mario M. S.; MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; SANTOS JÚNIOR, José M. **Relatório de proposta de correção dos dados do recenseamento do império de 1872**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006. Mimeografado

Pelos dados do segundo censo brasileiro, de 1890 – realizado dois anos após a abolição e um de proclamação da república – Minas Gerais teria 3.594.471 habitantes. Assim, como mostra a Tabela 4, o crescimento observado da população mineira em mais de um século que separa o primeiro levantamento demográfico mais confiável do Brasil, em 1776 e o final do período imperial, em 1890, seria de 2,1% a.a., um ritmo muito superior ao que se considera ter sido o brasileiro.

Mapa 6 – População dos distritos, segundo região e nível de desenvolvimento – Minas Gerais – Década de 1870



Fonte dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Estimativa de 1830: ver Tabela 3. Nota: Regiões pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Tabela 4 – População recenseada total, por condição e taxas de crescimento – Minas Gerais – 1776/1805/1832/1855/1872/1890

Condição	Ano						Taxa de crescimento (em % a. a.)						
	1776	1805	1832	1855	1872	1890	Períodos					Total	
							1776-1805	1805-1832	1832-1855	1855-1872	1872-1890	1776-1872	1776-1890
Livres	184.657	218.223	510.310	984.392	1.705.419	-	0,6	3,2	2,9	3,3	-	2,3	-
Escravos	157.212	188.786	246.347	317.760	378.126	-	0,6	1,0	1,1	1,0	-	0,9	-
Total	341.869	407.009	756.657	1.302.152	2.083.545	3.594.471	0,6	2,3	2,4	2,8	3,1	1,9	2,1

Fonte dos dados básicos: 1776: Bergad (2004: 156); 1808: (RAPM, 1899: 294); 1832: ver Tabela 2; 1855: (Martins, R. 2002); 1872: Tabela 3; 1890: DGE – Censo demográfico de 1890.

Esse vigor do crescimento populacional de Minas Gerais, constantes nesses principais dados de levantamentos populacionais sugere: 1) que o ritmo de crescimento da população

passou a ser relativamente constante por condição social, mas se acelerando gradativamente tomando-a como um todo, à medida que se distanciava do período de crise da mineração (entre 1776 e 1805) e avançava sobre o século XIX; e/ou 2) que os levantamentos demográficos ao longo do tempo foram, gradualmente, ampliando a cobertura.

A suspeita de menor cobertura dos documentos censitários, principalmente nos mais antigos, adiciona um ruído na leitura dos números que compromete – quando não inviabiliza – uma análise de dinâmica de crescimento espacial da população, que é o principal objetivo desse trabalho. Tal suspeita, apontada tanto pelo secretário da província Luiz Maria da Silva Pinto quanto pela avaliação de outros estudos mais antigos⁴⁹, é corroborada pela análise dos elementos que determinam a velocidade do crescimento da população. De fato, as prováveis taxas brutas de natalidade, mortalidade e migração resultariam em uma taxa de crescimento populacional muito menor que a obtida pelo confronto entre a população inicial e final do período em questão, dado que o efeito da elevada fecundidade sobre o crescimento dessa população era, em grande parte, contrabalançado pela também elevada mortalidade.

Inexistem, até o momento, estudos que demonstrem, com alguma segurança, as taxas de mortalidade, natalidade e migração para Minas Gerais, conquanto análises tais como as de Mortara (1941b) e Merrick e Graham (1981) estimem esses componentes da dinâmica demográfica para o Brasil durante o século XIX. O objetivo do item seguinte é justamente demonstrar como se obteve uma estimativa da população mineira combinando as informações dos registros censitários de Minas Gerais com o que se considera ser o efetivo crescimento da população brasileira no período.

⁴⁹ Dois autores do início século XX (Nelson de Senna, pelo “Anuário de Minas Geraes” e Rodolpho Jacob, com “Minas Geraes no XX seculo”) apresentaram estimativas populacionais de Minas Gerais entre as décadas de 1770 a 1900, com base em arrolamentos populacionais e projeções, sendo que, em ambos os casos, a população, em 1833, era estimada em 900.000 pessoas (Vianna, 1986: 221).

4.1.2 Por uma nova estimativa populacional nas províncias em 1832

4.1.2.1 Registros populacionais do Brasil no período proto-estatístico e o Censo de 1872

Buscou-se, aqui, levantar os registros censitários das demais províncias brasileiras para o início do século XIX, para aqueles anos em que possuía desagregação espacial da informação populacional de Minas Gerais, ou seja, em 1832 e 1872. O problema, porém, é que não se encontra um único levantamento populacional para todas as províncias, em 1832. Foi preciso, então, que, para cada província, se considerasse dois levantamentos censitários mais confiáveis de anos ou décadas mais próximas e, assim, por meio de interpolação, calcular a população de 1832.

Como já tratado antes, depois de 1776, entre a vinda da Família Real, em 1808 e a realização do Censo de 1872, no II Reinado, surgiram diversos levantamentos demográficos, mas que eram, contudo, regionais e desarticulados entre as unidades do Brasil⁵⁰. Apesar disso, ao longo desse período, a historiografia apresenta algumas tentativas, próximas de uma dezena, de sistematização dos dados gerados regionalmente, para todo o Brasil. As estimativas mais conhecidas referem-se aos anos de 1808, 1818, 1823 e 1854. Em geral, as somas das capitanias/províncias apresentam-se, com frequência, arredondadas, o que sugere pouca exatidão dos levantamentos populacionais, um produto mais próximo de uma conjectura do que de algo fundamentado em uma contagem populacional efetiva.

A estimativa de 1818 é uma exceção a essa regra. Municiado com mapas de população de 1809 e de 1815 a 1818, além de outros documentos, o Conselheiro Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira elaborou estimativa populacional corrigindo os totais locais segundo a data dos levantamentos, o subregistro de crianças menores de sete anos e de população sem residência fixa. Realizada quando o Brasil havia ascendido à condição de reino, o trabalho foi considerado o “primeiro censo do país, pela aproximação da verdade, pelo possível

⁵⁰ As clássicas “Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império”, de Silva (1986) e o “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil” (Vianna, 1986), trabalhos de recapitulação dos levantamentos populacionais para subsidiar o planejamento dos censos de 1872 e 1920, respectivamente, mencionam diversas contagens populacionais importantes. Mais recentemente, o trabalho de Botelho (1998) apresenta as experiências e relatos desses diversos recenseamentos e contagens populacionais em cada capitania/província da colônia/nação, ao longo do século XIX.

esmero na sua organização e pela fé que se pode nele depositar” por Joaquim Norberto Silva⁵¹ (1986: 7), embora tenha sofrido críticas recentes⁵².

Esse foi o ponto de partida para se calcular a população brasileira, dividida por província, em 1832. Para essa atividade, deve-se destacar, também, o uso do levantamento de 1854, já tratado no item anterior e que foi originado de uma solicitação do número de habitantes, feita em circular pelo Ministério dos Negócios do Império e encaminhada aos presidentes de província (Vianna, 1986: 175). A seleção desses dados para grande parte das províncias é decorrente do elevado grau de qualidade do levantamento censitário, depreendido pelo que foi apurado em Minas Gerais, em 1855, como se observa no trabalho de Roberto Martins (2002). Dessa forma, a taxa geométrica de crescimento obtida na interpolação dos dados de 1818 com os de 1854 – ou de outros levantamentos populacionais em período próximo, para alguns casos – foi utilizada para a primeira etapa da estimação da população de 1832, que se apresenta na Tabela 5.

Com relação aos dados de 1872, nas províncias de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Sergipe e Piauí, que continham paróquias não recenseadas, foram utilizadas as correções do Conselheiro Manoel Francisco Correia, recomendadas pela DGE (Vianna, 1986: 182).

4.1.2.2 Da análise das componentes da dinâmica demográfica, no século XIX, para uma nova estimativa populacional nas províncias em 1832

Mantém-se atual a afirmativa de Merrick e Graham (1981: 45) de que “a análise das tendências a longo prazo do crescimento populacional brasileiro é, na melhor das hipóteses, um exercício perigoso”, mesmo que, mais recentemente, tenham sido levantadas mais fontes e feitas novas reflexões sobre o tema.

No estudo sobre estimativas populacionais e dinâmicas demográficas, além dos cuidados relativos à cobertura dos levantamentos populacionais em que se baseia a análise, deve-se considerar o contexto em que essas populações se desenvolveram, o que implica considerar

⁵¹ Se, como visto, os objetivos dos primeiros inquéritos censitários eram relacionados à “extração de recursos” (fiscais e humanos, para o poderio militar), pode-se conjecturar, a partir do último quartel do século XVIII, o uso crescente dos censos como instrumentos de planejamento para aparelhamento do Estado, sendo que o de 1818 objetivava, explicitamente, subsidiar a tarefa de reorganizar e subdividir os bispados (Botelho, 1998: 20-21).

os indicadores de nascimentos, mortes e dos movimentos no espaço, que, de forma combinada, conformavam a dinâmica populacional.

Tabela 5 – População recenseada segundo condição – Brasil e províncias – 1832 e 1872

Províncias e Brasil	1832 (1)						1872 (2)					
	Livres		Escravos		Total		Livres		Escravos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1-Minas Gerais	510.310	16,0	246.347	18,2	756.657	16,6	1.705.419	19,9	378.126	24,5	2.083.545	20,6
2-Bahia	489.045	15,3	171.866	12,7	660.911	14,5	1.211.792	14,2	167.824	10,9	1.379.616	13,7
3-Corte e RJ	357.054	11,2	230.669	17,0	587.723	12,9	739.212	8,6	355.364	23,0	1.094.576	10,8
Rio de Janeiro	282.785	8,8	173.109	12,8	455.894	10,0	513.179	6,0	306.425	19,9	819.604	8,1
Corte	74.269	2,3	57.560	4,2	131.829	2,9	226.033	2,6	48.939	3,2	274.972	2,7
4-Pernambuco	408.738	12,8	123.808	9,1	532.546	11,7	752.511	8,8	89.028	5,8	841.539	8,3
5-São Paulo	190.683	6,0	82.662	6,1	273.345	6,0	680.742	8,0	156.612	10,1	837.354	8,3
6-Ceará	215.047	6,7	58.123	4,3	273.170	6,0	689.773	8,1	31.913	2,1	721.686	7,2
7-Rio Grande do Sul	98.252	3,1	39.552	2,9	137.804	3,0	377.277	4,4	69.685	4,5	446.962	4,4
8-Paraíba	114.927	3,6	21.329	1,6	136.256	3,0	354.700	4,1	21.526	1,4	376.226	3,7
9-Maranhão	113.548	3,6	137.816	10,2	251.364	5,5	285.367	3,3	75.273	4,9	360.640	3,6
10-Alagoas	79.449	2,5	68.592	5,1	148.041	3,3	312.268	3,7	35.741	2,3	348.009	3,4
11-Pará	113.035	3,5	33.071	2,4	146.106	3,2	247.779	2,9	27.458	1,8	275.237	2,7
12-Sergipe	107.533	3,4	30.410	2,2	137.943	3,0	204.524	2,4	30.119	2,0	234.643	2,3
13-Rio Grande do N.	77.415	2,4	12.375	0,9	89.790	2,0	220.959	2,6	13.020	0,8	233.979	2,3
14-Piauí	69.719	2,2	17.122	1,3	86.841	1,9	186.897	2,2	24.925	1,6	211.822	2,1
15-Goiás	54.615	1,7	25.885	1,9	80.500	1,8	149.743	1,8	10.652	0,7	160.395	1,6
16-Santa Catarina	50.052	1,6	11.684	0,9	61.736	1,4	144.818	1,7	14.984	1,0	159.802	1,6
17-Paraná	54.700	1,7	9.809	0,7	64.509	1,4	116.162	1,4	10.560	0,7	126.722	1,3
18-Espírito Santo	46.564	1,5	16.995	1,3	63.559	1,4	59.478	0,7	22.659	1,5	82.137	0,8
19-Mato Grosso	26.682	0,8	12.066	0,9	38.748	0,9	53.750	0,6	6.667	0,4	60.417	0,6
20-Amazonas	20.696	0,6	5.605	0,4	26.301	0,6	56.631	0,7	979	0,1	57.610	0,6
Brasil	3.198.064	100,0	1.355.786	100,0	4.553.850	100,0	8.549.802	100,0	1.543.115	100,0	10.092.917	100,0

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 47, pág. 290. (1) Para Minas Gerais, ver Tabela 2. (2) Para Minas Gerais: ver Tabela 3.

O estágio atual de desenvolvimento de pesquisa permite traçar a evolução dos componentes da dinâmica demográfica ao nível da população brasileira, pelos métodos indiretos, com o respaldo de algumas evidências diretas locais, resultado da análise de registros paroquiais e de censos distritais.

O trabalho clássico de síntese dos estudos sobre as estimativas e tendências populacionais de Merrick e Graham (1981: 51) ressalta que um dos aspectos mais notáveis da população brasileira é o seu continuado crescimento. Segundo os autores, poucos países, nos séculos XIX e XX, experimentaram taxas de crescimento elevadas, por décadas, como as observadas aqui, pelos seguintes períodos:

- 1800-1850: crescimento de 1,56% ao ano. Nesse período, assume-se que as taxas brutas de natalidade estavam próximas de 50 por mil, como já havia sido apontado por

⁵² Em Paiva (1996: 17) censura-se o fato de Oliveira ter empregado o mesmo fator de correção para livres e escravos para estimar o número de crianças, quando se sabia que, em função do tráfico de escravos ser

Mortara (1941a: 44). Dessa forma, segundo Merrick e Graham (1981: 53), o crescimento seria limitado por uma taxa de mortalidade pouco superior a 35 por mil, supondo população fechada⁵³.

- 1850-1900: crescimento anual médio de 1,85%. A aceleração do ritmo de crescimento em relação ao período anterior seria atribuída à gradual redução da mortalidade e aumento do afluxo de imigrantes, bem como seus efeitos indiretos sobre a fecundidade e a mortalidade⁵⁴ (Merrick, Graham, 1981: 59-60).

Até esse ponto do estudo, apresentaram-se três importantes elementos para se completar o conjunto de informações necessárias ao estudo da população entre as quatro décadas compreendidas entre 1832 e 1872, que são: 1) a população recenseada, total e por província, de 1872; 2) as taxas de crescimento da população brasileira, ao longo do século XIX; e 3) a distribuição da população brasileira, por província, em 1832.

Os dados da Tabela 6 são resultados dos procedimentos adotados de posse dessas informações disponíveis. Primeiramente, estimou-se a população brasileira de 1850 em 6.743.323 pessoas⁵⁵, considerando-se a taxa de crescimento de 1,85% a.a. sobre a população de 1872 e, na seqüência, estimando a população brasileira em 5.103.469 pessoas em 1832, tendo-se o crescimento anual médio de 1,56%, no período. Em seguida, distribuiu-se *pro rata* essa estimativa entre as províncias, utilizando as evidências apresentadas, anteriormente, na Tabela 5.

A revisão da estimativa de 1832 em Minas Gerais representou um acréscimo de 12,1% sobre o contingente que anteriormente se previa em outros trabalhos. Como já se tratou antes, tal revisão encontra justificativa nas suspeitas de subregistros – provavelmente

seletivo por idade, a parcela de crianças cativas ser menor que entre os livres.

⁵³ Em relação à migração, deve-se considerar que o tráfico de escravos, a transferência da corte portuguesa, em 1808 e a vinda de europeus para algumas cidades litorâneas – com o reaquecimento do comércio açucareiro, como no Recife – colocam em suspeição a hipótese de população fechada, embora se credite ao aumento natural o principal componente do crescimento da população, no período (Merrick, Graham, 1981: 57). Tal hipótese é amparada nos números de Mortara (1941b: 276), segundo o qual, entre 1840 e 1870, o crescimento da população (1,521% a.a.) seria mantido por taxas de natalidade de 46,5 por mil, imigração de 0,098% a.a., combinados com taxas brutas de mortalidade de 32,27 por mil. Apesar das divergências quantos aos componentes da dinâmica demográfica, deve-se frisar a semelhança das taxas de crescimento, a despeito de não se referirem a períodos inteiramente coincidentes (Merrick, Graham, 1981: 58).

⁵⁴ Segundo Mortara (1941a: 276) entre 1870 e 1890, o ritmo de crescimento da população havia subido para 1,905% ao ano. Na comparação com o período anterior, isso foi decorrente da redução da mortalidade (de 32,27 para 29,48 por mil), pelo aumento do saldo migratório (de 0,098 para 0,194% a. a.) e pela ligeiro aumento da natalidade (de 46,50 para 46,59 por mil).

⁵⁵ A estimativa é menor que o número apurado no levantamento de 1854, que correspondia a 7.677.800 pessoas (Vianna, 1986: 177).

maiores na primeira metade do século XIX – em decorrência dos fatores discutidos no item anterior.

Tabela 6 – População segundo condição, taxas de crescimento e tempo de duplicação – Brasil e províncias – 1832 e 1872

Províncias e Brasil	1832 (1)			1872 (2)			Taxa de crescimento (em % a. a.)			Tempo de Duplicação (Em anos)
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	
1-Minas Gerais	572.099	276.098	848.197	1.705.419	378.126	2.083.545	2,8	0,8	2,3	30,5
2-Bahia	548.113	192.400	740.513	1.211.792	167.824	1.379.616	2,0	-0,3	1,6	44,2
3-Corte e RJ	400.112	258.746	658.858	739.212	355.364	1.094.576	1,5	0,8	1,3	54,3
Rio de Janeiro	316.925	193.932	510.857	513.179	306.425	819.604	1,2	1,2	1,2	58,3
Corte (Mun. Neutro)	83.187	64.303	147.490	226.033	48.939	274.972	2,5	-0,7	1,6	44,2
4-Pernambuco	458.292	138.304	596.596	752.511	89.028	841.539	1,2	-1,1	0,9	80,2
5-São Paulo	213.835	92.373	306.208	680.742	156.612	837.354	2,9	1,3	2,5	27,2
6-Ceará	240.884	65.324	306.208	689.773	31.913	721.686	2,7	-1,8	2,2	32,0
7-Rio Grande do Sul	110.235	44.400	154.635	377.277	69.685	446.962	3,1	1,1	2,7	25,8
8-Paraíba	128.607	23.987	152.594	354.700	21.526	376.226	2,6	-0,3	2,3	30,4
9-Maranhão	127.076	154.635	281.711	285.367	75.273	360.640	2,0	-1,8	0,6	111,9
10-Alagoas	88.800	77.063	165.863	312.268	35.741	348.009	3,2	-1,9	1,9	37,1
11-Pará	126.566	37.255	163.821	247.779	27.458	275.237	1,7	-0,8	1,3	53,1
12-Sergipe	120.442	34.193	154.635	204.524	30.119	234.643	1,3	-0,3	1,0	66,1
13-Rio Grande do N.	86.759	13.779	100.538	220.959	13.020	233.979	2,4	-0,1	2,1	32,5
14-Piauí	78.083	19.393	97.476	186.897	24.925	211.822	2,2	0,6	2,0	35,4
15-Goiás	61.242	29.089	90.331	149.743	10.652	160.395	2,3	-2,5	1,4	47,9
16-Santa Catarina	56.138	13.269	69.407	144.818	14.984	159.802	2,4	0,3	2,1	32,9
17-Paraná	61.242	11.227	72.469	116.162	10.560	126.722	1,6	-0,2	1,4	49,3
18-Espírito Santo	52.055	19.394	71.449	59.478	22.659	82.137	0,3	0,4	0,3	198,5
19-Mato Grosso	30.110	13.269	43.379	53.750	6.667	60.417	1,5	-1,7	0,8	83,3
20-Amazonas	22.966	5.615	28.581	56.631	979	57.610	2,3	-4,3	1,8	39,2
Brasil	3.583.656	1.519.813	5.103.469	8.549.802	1.543.115	10.092.917	2,2	0,0	1,7	40,3

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 47. (1) Para Minas Gerais, ver Tabela 2. (2) Para Minas Gerais: ver Tabela 3.

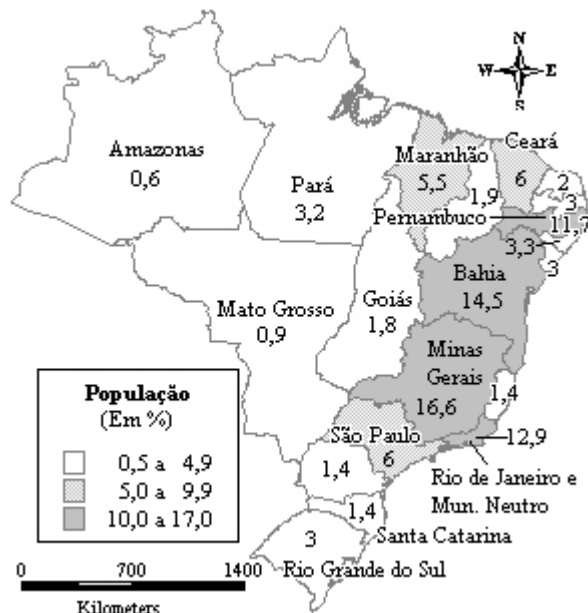
4.1.4 A dinâmica demográfica no Brasil e em Minas Gerais – 1832-1872

Em 1832 as províncias de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro (contando com a Corte) e Pernambuco eram as mais populosas, sendo que cada uma dessas tinham contingentes que respondiam por mais de 10% do total do Império (Mapa 7). A hierarquização da população pouco se alterou ao fim de quatro décadas, com Minas Gerais mantendo a posição de província mais populosa (Mapa 8). Deve-se, entretanto considerar que enquanto essa província ampliava sua participação – de 16,6% para 20,6% as três outras maiores províncias declinavam seus respectivos pesos.

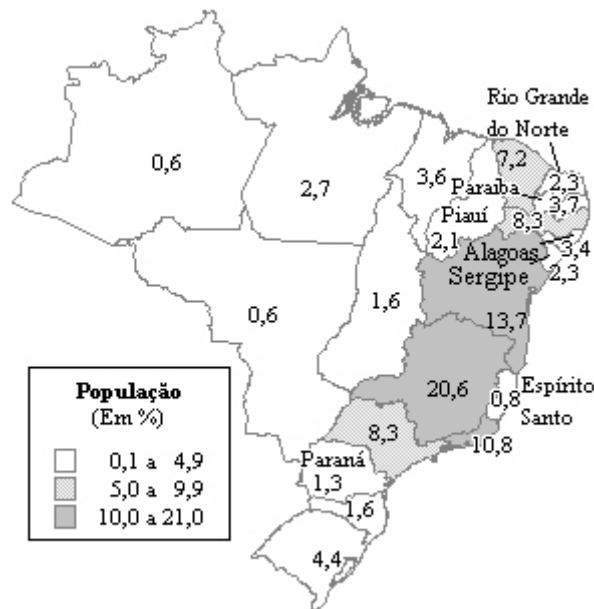
As dinâmicas demográficas diferenciadas entre as províncias sugerem expressiva mobilidade da população. Observou-se crescimento populacional mais acelerado que a média brasileira em três grandes áreas: 1) nas três províncias contíguas do Ceará, Rio

Grande do Norte e Paraíba; 2) em São Paulo e Minas Gerais; e 3) Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Mapa 7 – Distribuição relativa da população – Brasil – 1832



Mapa 8 – Distribuição relativa da população – Brasil – 1872



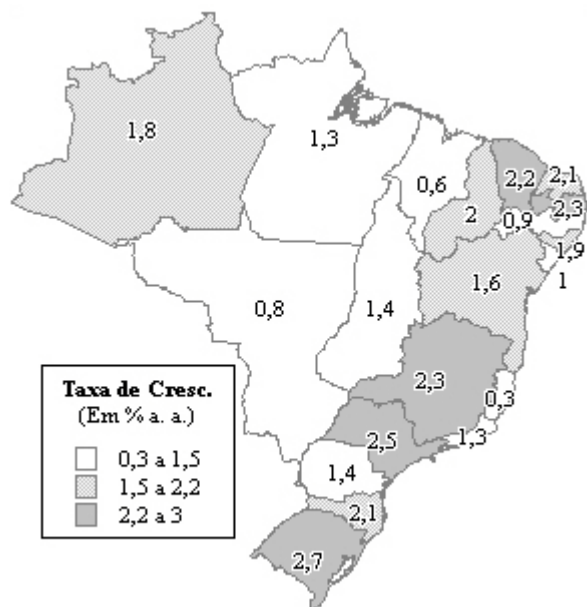
Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 5.

Em relação às quatro províncias mais populosas, deve-se considerar que apenas Minas Gerais manteve uma taxa média de crescimento anual (2,3%) acima da média do Império (1,7%), ao longo do período, pelo Mapa 9, o que, em termos absolutos, resultou no incremento de 1,2 milhões de pessoas. Tal volume de pessoas – aproximadamente o dobro do incremento da Bahia, que foi a segunda maior em crescimento absoluto – torna ainda mais notável o ritmo de crescimento de Minas Gerais e a diferenciava dos casos em que a taxa de crescimento era elevada, mas que a população era, inicialmente, pequena (Mapa 10).

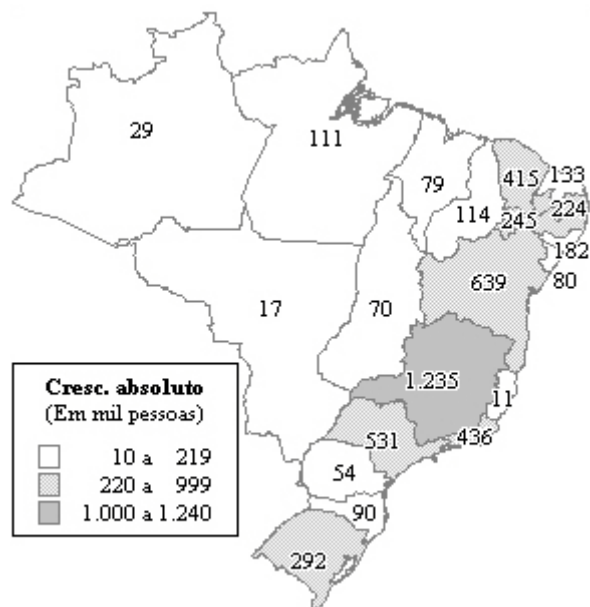
No início do período de análise, a instituição do trabalho servil achava-se muito enraizada na sociedade brasileira, sendo que o segmento mancipio chegava a representar mais que a metade da população total do Maranhão (54,9%) e 46,5% em Alagoas. A Paraíba e o território que viria a ser o Paraná eram as áreas menos apegadas à escravidão, mas apesar disso, tinham contingentes cativos pouco superiores a 15% da população total (Mapa 11). Minas Gerais estaria em situação intermediária, com uma proporção de escravos ligeiramente maior que a média brasileira (32,6% e 29,8%, respectivamente). Da mesma forma encontravam-se as províncias fronteiriças de Goiás (32,2%), São Paulo (30,2%), Bahia (26,0%), Espírito Santo (27,1%). Rio de Janeiro, entretanto, destoava parcialmente

do conjunto dessas províncias mais próximas, por ter a terceira província com maior número relativo de escravos (39,3%).

Mapa 9 – Taxa de crescimento da população total – Brasil – 1832/1872

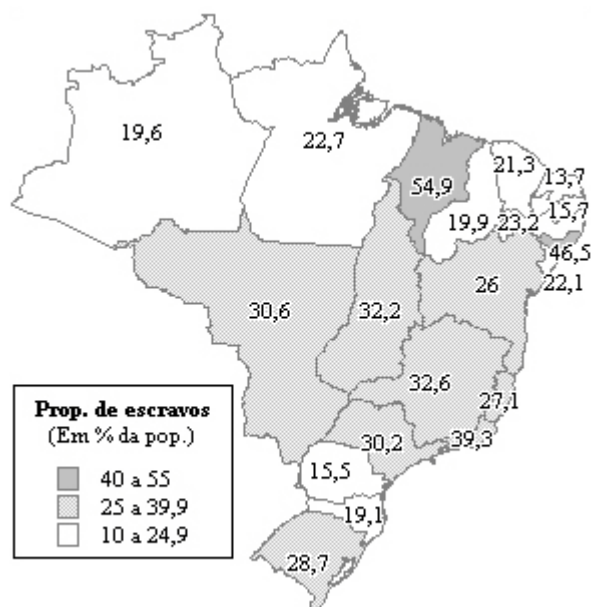


Mapa 10 – Crescimento absoluto da população total – Brasil – 1832/1872

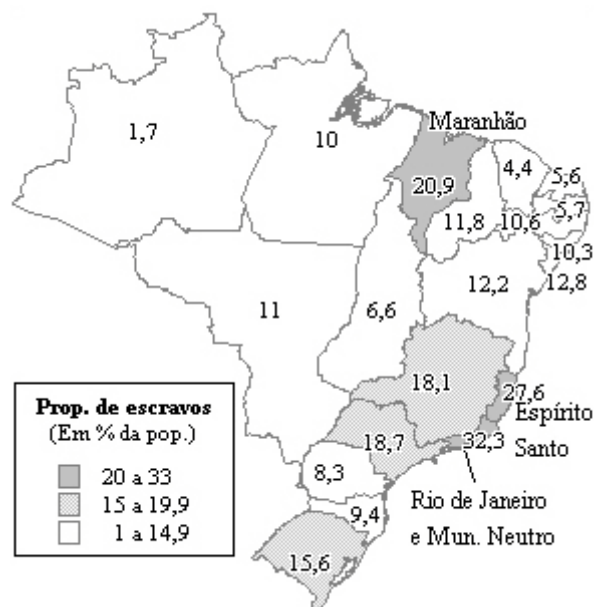


Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 6

Mapa 11 – Proporção de escravos na população estimada – Brasil – 1832



Mapa 12 – Proporção de escravos na população estimada – Brasil – 1872



Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 5

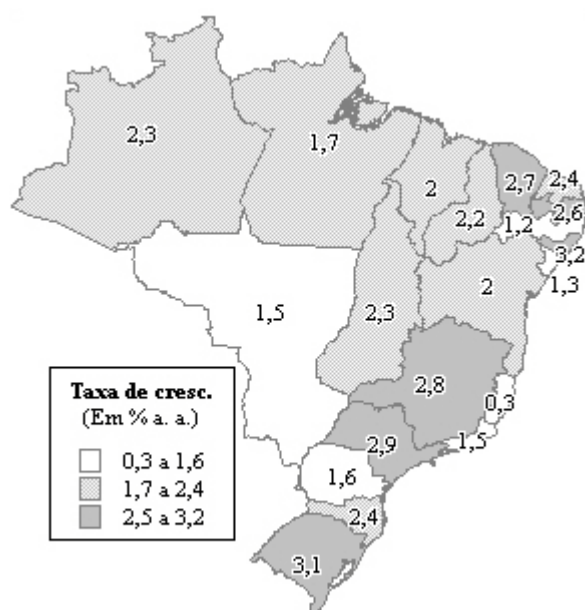
Passadas duas décadas do fechamento definitivo do tráfico atlântico e um ano da Lei do Ventre Livre, o Brasil ainda apresentava 15,3% da sua população na condição cativa. Grande maioria das províncias já apresentava proporções menores que a média do Império. Em situação contrária, estavam com razões de cativos mais elevadas o Rio de Janeiro

(32,3%), Espírito Santo (27,6%) e Maranhão (20,9%). Minas Gerais novamente estaria em situação intermediária (18,1%), ao lado de São Paulo (18,7%) e Rio Grande do Sul (15,6%).

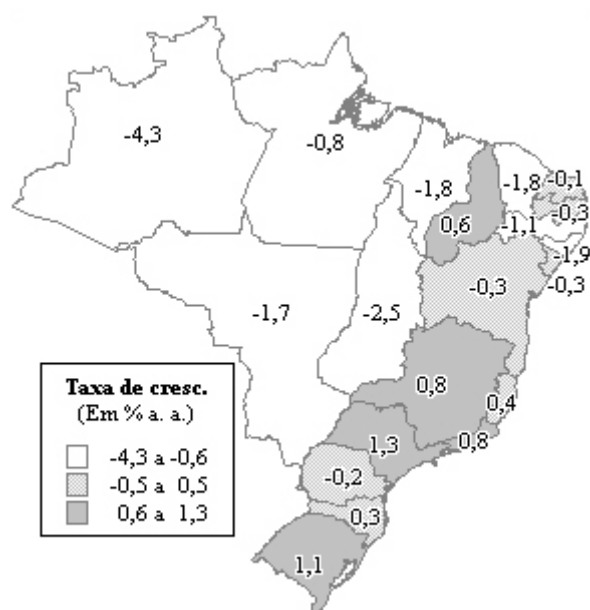
Em Alagoas, Ceará, Goiás e Amazonas as reduções mais intensas do número de cativos, ao longo dos quarenta anos, associadas com acelerados processos de crescimento da população livre, podem ser indícios de que houve transição para o trabalho livre, especialmente, via alforria (Mapa 13 e Mapa 14). Já em províncias como o Maranhão, Pernambuco, Pará, Mato Grosso, a associação entre baixas taxas de crescimento do segmento livre e intensos decrementos de escravos, sugere a venda destes ao mercado de outras províncias de economia mais dinâmica, como São Paulo, que manteve um crescimento expressivo de livres (2,9%) concomitante ao de cativos (1,3%).

Quanto à dinâmica populacional, Minas Gerais se assemelhava à província paulista pois mantinha uma taxa de crescimento do segmento livre muito elevada (2,5%), combinada com o aumento da população servil, embora em ritmo mais moderado (0,5%). Rio Grande do Sul e, em menor intensidade, Piauí, também se colocam em posição semelhante e podem ter se constituído compradores de escravos das províncias menos prósperas, além, é claro, de se converterem em eventuais pólos regionais de atração populacional.

Mapa 13 – Taxa de crescimento da população livre – Brasil – 1832/1872



Mapa 14 – Taxa de crescimento da população escrava – Brasil – 1832/1872



Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 6

Foge aos objetivos deste trabalho explicar a tão peculiar evolução demográfica de Minas Gerais, a mais populosa do Império e, que, diferentemente das demais províncias com esse mesmo perfil, logrou crescer em ritmo mais acelerado que o nacional, elevando sua participação na população brasileira de 16,6% para 20,6%, em quatro décadas (Mapa 7 e Mapa 8). Tal crescimento refletiu, em grande parte, o aumento da população livre, mas também da população mancipia, num momento em que muitas províncias reduziam seus contingentes de escravos.

O fato é que Minas Gerais estava passando por um processo de expansão econômica, indissociável desse fenômeno de crescimento populacional, com o desenvolvimento de várias novas atividades econômicas, reinventando as suas bases econômicas, como foi tratado no capítulo anterior. No próximo item, buscou-se tratar como se deu esse rápido crescimento demográfico no interior da Província, em que ficam mais claras as suas múltiplas relações com a expansão econômica.

O tema central desse estudo, que são os perfis de domicílios, acaba por amalgamar essas duas esferas da expansão de Minas Gerais, posto que fossem as microestruturas que gestavam, ao mesmo tempo, os incrementos produtivos e populacionais.

4.2 O crescimento populacional das Minas e das Gerais entre 1832 e 1872⁵⁶

4.2.1 Uma tipologia para diferentes dinâmicas de crescimento

Como visto acima, Minas Gerais era a província mais populosa durante todo o Império e, ao contrário das outras províncias com grandes contingentes populacionais, manteve ritmo elevado de crescimento, dobrando de tamanho a cada três décadas e ampliando sua participação no total do país. Nesse momento, busca-se descrever a conformação espacial dessas transformações demográficas dentro do território da Província.

Para se compreender a conformação da dinâmica demográfica nos diversos espaços da Província de livres e escravos, sem se ater sempre às especificidades de cada região,

⁵⁶ Esse item foi originalmente desenvolvido em Mello Filho, Rodarte e Santos Júnior (2007). As diferenças de alguns resultados decorrem das reavaliações das estimativas realizadas no presente trabalho.

elaborou-se uma tipologia de regiões, com a definição de grupos de entidades espaciais que tiveram evoluções populacionais semelhantes, tendo em vista não só a população total, como também o recorte por condição social. Tal tipologia, apresentada no Gráfico 1, é composta de três agrupamentos de regiões, com subdivisões nos dois primeiros grupos (Gráfico 2).

As regiões classificadas como tipo A encarnavam as áreas menos dinâmicas de Minas Gerais, do ponto de vista demográfico, ao dobrar de tamanho a cada 45 anos (com crescimento de 1,6% a.a.); ao passo que as regiões do tipo B notabilizavam pela evolução explosiva de seu ritmo de crescimento populacional, duplicando de tamanho a cada 18 anos (3,9% a.a.). Em posição intermediária, as regiões de tipo C tinham um crescimento próximo da média provincial (2,6% a.a.). Pelo Gráfico 2, o tipo A segmentar-se-ia nos subtipos A.1 e A.2, sendo este ainda menos dinâmico que aquele, inclusive com perda de contingente escravo. Nas regiões mais dinâmicas (tipo B), por sua vez, o segmento tipo B.1 distinguia-se do B.2 pelo crescimento mais intenso da população cativa.

Gráfico 1 – Taxas médias anuais de crescimento da população total, por tipos regionais Minas Gerais – 1832-1872

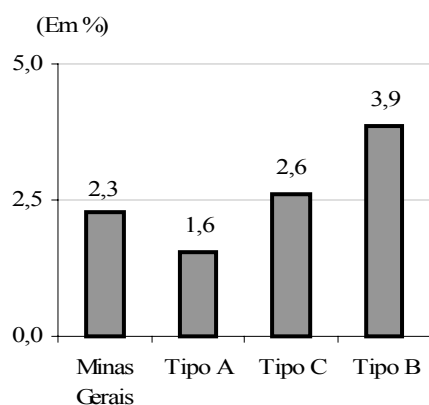
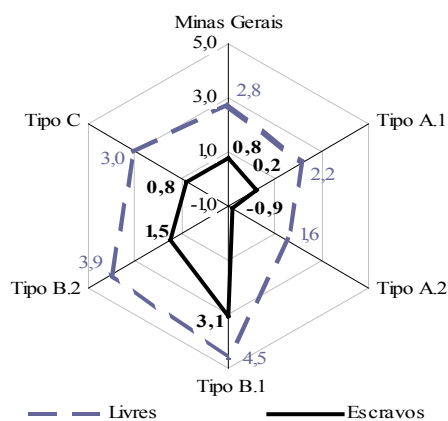


Gráfico 2 – Taxas médias anuais de crescimento da população, por condição, por tipos regionais Minas Gerais – 1832-1870



Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 7.

O tipo A compreendia as regiões caracterizadas pela povoação mais antiga, erigida no *boom* aurífero do século XVIII e de toda a economia que surgiu em seu entorno. Como já dito, eram regiões que se identificavam com os espaços de menor crescimento populacional da Província, podendo tipificar um quadro de quase estagnação (0,4% a.a., em Diamantina) ou mesmo crescendo a razoáveis taxas médias anuais de até 2,1% a.a. (no Sul Central), embora abaixo da média provincial, entre as décadas de 1830 e 1870. Essa área, mais larga na sua porção central e meridional, subia até o extremo norte pelos vales

dos rios das Velhas e São Francisco, dividindo em dois o território provincial (Tabela 7 e Mapa 15).

Tabela 7 – Taxas médias anuais de crescimento e tempo de duplicação, segundo condição, por tipos regionais e regiões – Minas Gerais – 1832-1872

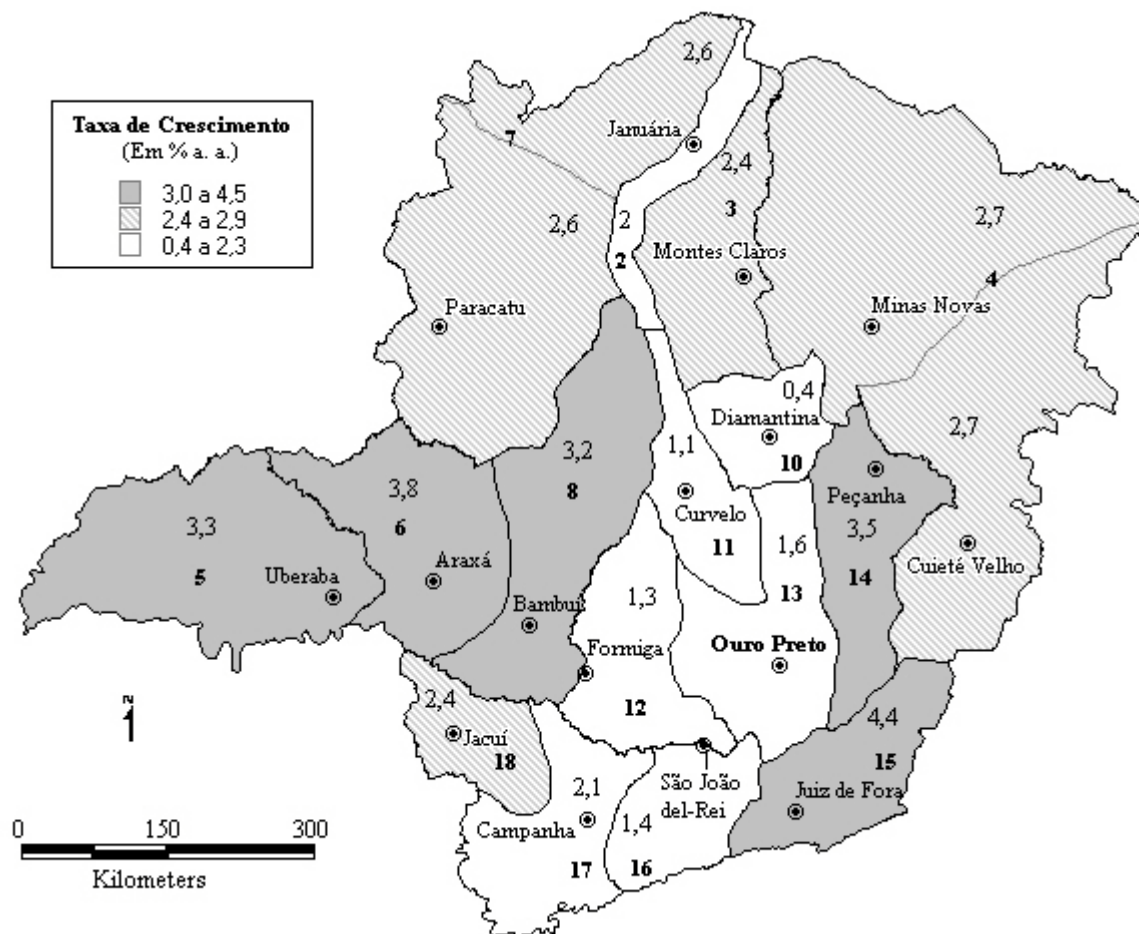
Regiões/ tipos regionais	Taxa de crescimento (Em % a.a.)			Tempo de duplicação (em anos)
	Condição		Total	
	Livres	Escravos		
Tipo A	2,1	0,0	1,6	45
Tipo A.1	2,2	0,2	1,6	42
13. Mineradora Central Oeste (MCO)	2,2	-0,1	1,6	43
12. Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT)	1,9	-0,2	1,3	52
16. Sudeste	2,1	0,1	1,4	48
17. Sul Central	2,5	1,0	2,1	33
Tipo A.2	1,6	-0,9	1,0	67
10. Diamantina	1,3	-1,9	0,4	156
02. Vale Alto-Médio R. S. Francisco (VAMRSF)	2,6	-1,5	2,0	34
11. Vale Médio Baixo R. das Velhas (VMBRV)	1,4	0,2	1,1	62
Tipo B	4,3	2,6	3,9	18
Tipo B.1	4,6	3,2	4,2	17
15. Mata	4,9	3,4	4,4	16
06. Araxá	4,1	2,6	3,8	18
Tipo B.2	3,9	1,5	3,4	20
08. Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF)	3,6	1,6	3,2	21
05. Triângulo	3,9	1,6	3,3	21
14. Mineradora Central Leste (MCL)	4,1	1,5	3,5	20
Tipo C	3,0	0,8	2,6	27
04. Minas Novas e Sertão R. Doce (MN e SRD)	3,1	0,5	2,7	26
03. Sertão	2,7	1,0	2,4	28
07. Paracatu e Noroeste (P e N)	2,8	0,7	2,6	27
18. Sudoeste	2,7	1,3	2,4	29
Minas Gerais	2,8	0,8	2,3	31

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 8 e Tabela 9.

Na perspectiva dos viajantes da primeira metade do século XIX, o antigo fausto proporcionado pela economia do ouro ainda atraía imigrantes para núcleos de algumas dessas regiões do tipo A. Mas quando se constatava a diminuição das oportunidades econômicas, dirigiam-se a outras partes da Província, sobretudo para as regiões de fronteira agrícola, conforme mostra o depoimento de Luccock sobre Ouro Preto:

“Quando a vila se torna tão repleta de vício e miséria que chega a inspirar cuidados, faz-se circular o rumor da descoberta de que, em local distante, e nas florestas, se encontra ouro em abundância. Os inquietos e aventureiros ficam ansiosos por ir empós de tal lugar; juntam-se em turbas e, (...) abalam à procura dessas minas novas e sem igual. Alguns, cansados pelo que lhes parece jornada inútil, estacam pelo caminho e estabelecem-se em locais diversos. Outros há, no entanto, que prosseguem até a meta, ou bem o que tal lhes parece, verificam ter havido enorme exagero, mas à pesar disso ali permanecem e, dentro em pouco, consideram a região como deles. E assim Vila Rica se alivia e novas colônias se fundam” (Luccock, 1975: 337).

Mapa 15 – Taxas médias anuais de crescimento da população total – Minas Gerais – 1832-1872



Fonte dos dados básicos: Rodarte⁵⁷ e Rodarte, Mello Filho e Santos Júnior⁵⁸. (Ver Tabela 8 e Tabela 9); Nota: **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Com efeito, ao longo de 40 anos, a população cresceu mais intensamente nas periferias da Província, particularmente na sua porção ao leste e a oeste, do que no seu centro. Isso sugere um intenso movimento migratório para as regiões de fronteira agrícola, seja para o desenvolvimento da pecuária, que caracterizou a paisagem econômica do oeste, seja pela combinação dessa atividade com o café e outras culturas, nas porções a leste. O vultoso incremento populacional dessas áreas, classificadas de tipo B, chegava a atingir um ritmo próximo de 4,4% a.a. (na Mata) e nunca inferior a 3,2% a.a. (Sertão do Alto Rio São Francisco).

⁵⁷ RODARTE, Mario M. S. **Relatório de recomendação de revisão do mapa básico das regiões e estimativa populacional de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006. Mimeografado.

⁵⁸ RODARTE, Mario M. S.; MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; SANTOS JÚNIOR, José M. dos; **Relatório de proposta de correção dos dados do recenseamento do império de 1872**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006. Mimeografado.

Saint-Hilaire apontava a presença do imigrante na fronteira agrícola da região Mineradora Central Leste, provavelmente que tinha originalmente tentado a sorte nas lavras de Ouro Preto e de outros centros mais conhecidos:

“Uma coisa bastante curiosa é que, guardada as proporções, encontrei entre Vila do Príncipe [atual Serro] e Passanha [Peçanha] muito maior quantidade de europeus do que até então vira. Chega um momento em que aquele que errou pelo mundo, como contínuo joguete de suas esperanças, acaba por sentir necessidade do repouso e da solidão; fale-lhe dessas florestas, em que poderá possuir vastas terras, e viverá tranqüilo ao abrigo da miséria; renuncia a seus ambiciosos projetos, e o perigoso aventureiro, fixando-se ao solo torna-se um cidadão útil” (Saint-Hilaire, 1975b: 173).

No lado oposto de Minas Gerais, em Uberaba, no Triângulo, a rápida ocupação dava-se também por levadas de população provenientes do centro da mesma Província:

“Farinha Podre [atual Uberaba] foi fundado pelos mineiros por volta de 1812. Caminhando sempre em direção do oeste, alguns caçadores de Minas Gerais chegaram a essa região, onde encontraram pastagens excelentes, fontes de águas minerais que poderiam dispensar os criadores de dar sal para os animais e finalmente extensos e numerosos capões que indicavam terras muito férteis. A fama do lugar em breve espalhou-se pelas comarcas de S. João del Rei e Vila Rica, e homens que já não dispunham de terra suficiente em sua região ou cujas terras achavam esgotadas pelo errôneo sistema de agricultura geralmente adotado, trataram de obter sesmarias no novo lugar” (Saint-Hilaire, 1975a: 151-1).

Na descrição desses e de outros lugares de fronteira agrícola, os viajantes deixam claro o papel ativo que os comerciantes tinham nesses movimentos populacionais, pois que não se resumia à mera função de escoar a produção e transportar, de volta, os insumos que a economia local não provia. Mais do que isso, ao desenvolver suas funções, o capital mercantil capitaneava o processo de crescimento econômico e acumulação de excedentes.

Como já dito, tal hegemonia dava-se, a princípio, pela montagem das novas unidades produtivas exportadoras (pelo adiantamento de crédito às famílias recém chegadas) e, depois, com a produção já operante, pelo escoamento dos bens produzidos e, também, pelo suprimento de insumos, negociando com o produtor quase sempre em posição de vantagem, dado os seus poderes tão característicos dos atravessadores.

Em relação às regiões do tipo C, pode-se observar pelo Mapa 15 que esses espaços referiam-se a um conjunto extenso de áreas que cobria quase metade do território de Minas Gerais, localizado na sua parte setentrional, com crescimento demográfico mediano,

embora expressivo, variando entre médias anuais de 2,4% (Sertão e Sudoeste) e 2,7% (Minas Novas e Sertão do Rio Doce).

Vale também destacar que nessas regiões, até então pouco exploradas, havia um grande estímulo ao crescimento natural dado pela economia e pelos recursos naturais abundantes. Quando em viagem à região do Sertão, Saint-Hilaire, ao referir-se à pequena população entrada naquele distrito, comentou que:

“É de presumir (...) que essa fraca população aumente rapidamente, pois que os casamentos são, nessa região, de extraordinária fecundidade. Nada é tão comum como encontrar pais de doze, quinze, e até mais filhos, e o cura afirmou-me que havia em sua paróquia uma mulher que, após ter tido dezoito filhos, contava com a idade de 85 anos, duzentos e treze descendentes, entre filhos, netos e bisnetos.

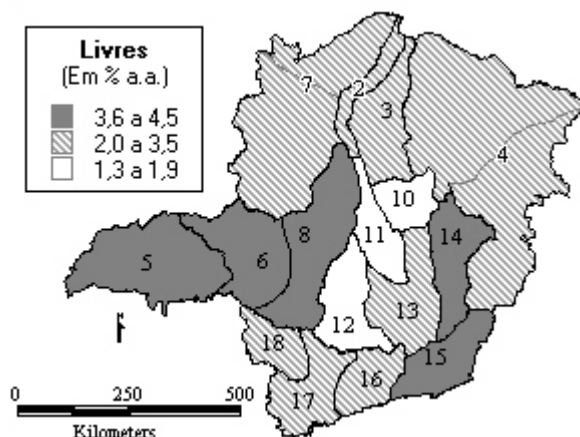
O ar da sucursal de Contendas [atual Brasília de Minas] é de tal modo puro, as moléstias aí são tão pouco comuns, e a fecundidade das mulheres tão grande, como já vimos, que para quarenta nascimentos, não se contam mais de duas mortes. Aliás, pode dizer-se o mesmo de todas as zonas descobertas do sertão que não estão próximas do Rio S. Francisco, e dos rios que se lhe reúnem” (Saint-Hilaire, 1975b: 331).

Além da abundância de recursos naturais e de terras devolutas, Spix e Martius estabelecem outra condicionante econômica, no âmbito da organização do trabalho nas famílias, para explicar o vultoso crescimento demográfico dessa região. Segundo esses viajantes, a escassez de mão-de-obra estimulava a constituição de grandes proles para dinamizar a produção camponesa e familiar:

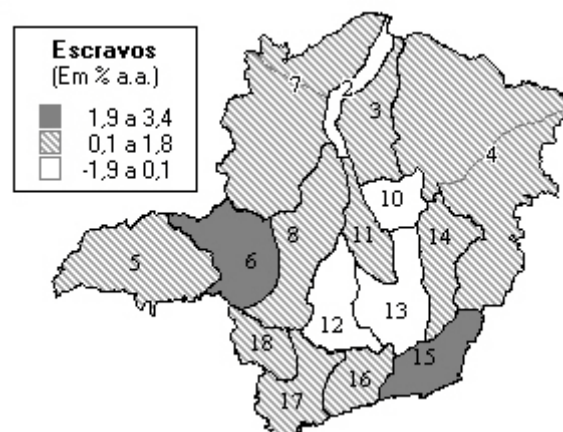
“Como o pai de família nos seus filhos cria seus auxiliares de trabalho, a prole numerosa não constitui motivo de miséria e queixa, como nos nossos países civilizados; é, antes, o orgulho dos pais” (Spix, Martius, 1981b: 86).

Quando se analisa, separadamente, as evoluções demográficas de livres e escravos, pelos Mapa 16 e Mapa 17, observa-se movimentos semelhantes, embora com algumas particularidades. Enquanto a população cativa crescia em ritmo mais acentuado em apenas duas das regiões de fronteira aberta (Araxá e Mata), a abrangência da área de maior expansão do segmento livre da população era mais ampla, ao agregar mais outras três regiões (Triângulo, Sertão do Alto Rio S. Francisco e Mineradora Central Leste). Tais diferenças justificaram a segmentação das regiões mais dinâmicas em B.1 e B.2.

Mapa 16 – Taxa de crescimento da população livre – Minas Gerais – 1832-1872



Mapa 17 – Taxa de crescimento da população escrava – Brasil – 1832-1872



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. (ver Tabela 7, Tabela 8 e Tabela 9). Nota: **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Em síntese, as regiões do subgrupo B.1, refletiam o lado dinâmico da economia escravista, de uma das províncias que mais crescia no Império. A região da Mata caracterizava-se por apresentar as taxas mais elevadas de crescimento da população livre (4,9% a.a.) e escrava (3,4% a.a.) na Província. Isso se dava, provavelmente, como reflexo tanto do *boom* cafeeiro, a partir da segunda metade do século XIX, como também dos efeitos de um fluxo comercial intenso de Minas Gerais e a Corte, já evidente na primeira metade dos Oitocentos e que passava pelo seu território. Segundo Saint-Hilaire:

“Antigamente [próximo à localidade de Simão Pereira] apenas compreendia o pequeno número de casas situadas à margem do caminho; mas desde a chegada do Rei D. João VI ao Rio de Janeiro, recebeu um considerável acréscimo de população. Mais de quatrocentos homens livres com outros tantos escravos aí vieram estabelecer-se de diferentes partes da Província de Minas, atraídos pela fertilidade das terras, pelas vantagens que oferece a vizinhança da capital, e a de não pagar nenhuma taxa, morando além do registro de Matias Barbosa” (Saint-Hilaire, 1974b: 50).

Como contraponto a esse modelo, tem-se as regiões de perfil mais camponês, do subgrupo B.2. Vizinhas às regiões B.1, o crescimento dos livres (3,9% a.a.) em B.2 foi expressivamente superior ao dos escravos (1,5% a.a.), o que tipifica um processo de ocupação de áreas de fronteira levada a termo por mão-de-obra predominantemente livre, embora o crescimento de escravos fosse ainda expressivo, em um ritmo quase duas vezes maior que o provincial.

Num contexto bem diferente, entre as regiões menos dinâmicas, o subtipo A.1 compreendia as quatro regiões da metade meridional e tinham em comum, um crescimento moderado do segmento livre, abaixo do nível de crescimento provincial (2,2% a.a. contra 2,8% a.a., respectivamente). Embora fossem regiões predominantemente identificadas com os extratos mais elevados de desenvolvimento econômico, na primeira metade do século XIX, seu contingente de cativos manteve-se praticamente estável, uma vez que esse segmento variou 0,2% a.a.

A Mineradora Central Oeste era emblemática da dinâmica do subgrupo A.1. Esta região sediava a capital da Província, bem como grande parte dos principais centros urbanos de Minas, sendo também a região mais populosa e extensa desse grupo. O seu crescimento demográfico, nas quatro décadas de análise, numa média de 1,6% a.a., decorreu apenas em consequência do crescimento da população livre, de 2,2% a.a., posto que segmento cativo quase não se alterasse.

As regiões tipo A.2, localizadas mais à porção setentrional, com a exceção de Diamantina, pertenciam ao extrato mediano de desenvolvimento econômico, na primeira metade do século XIX, eram menos dinâmicas, no âmbito populacional, do que o subgrupo A.1. O ritmo de crescimento dos livres foi de apenas 1,6% a.a. e foi o único grupo de regiões a perder população mancipia, com o crescimento negativo de 0,9% a.a.

O baixo crescimento da população livre dessa porção do território, unido à fraca capacidade de reter a mão-de-obra cativa previamente existente, sugerem a perda de vigor da economia local relatada pelos viajantes estrangeiros, que envolvia, entre outras atividades, o comércio de sentido norte-sul feita, sobretudo, no vale do Rio São Francisco e a própria economia da mineração diamantífera.

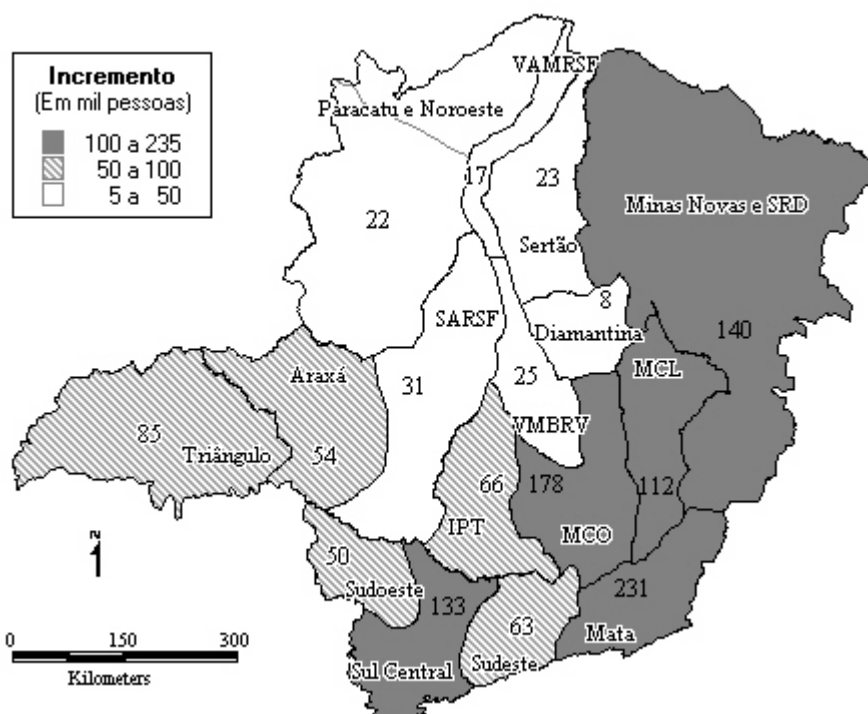
O grupo C, identificado pelo conjunto de regiões que cobriam praticamente toda a metade setentrional de Minas Gerais tinha, como já se afirmou, uma evolução demográfica muito próxima da média provincial, um pouco acima para os livres (3,0% a.a. contra 2,8% a.a., respectivamente) e idêntica para os escravos (com ambas em 0,8% a.a.).

4.2.2 A conformação espacial da população moldada pela inércia demográfica e pelo dinamismo do crescimento populacional

Quatro décadas depois de 1832, a população de Minas Gerais havia mais que dobrado de tamanho, sendo os maiores incrementos populacionais originados nas regiões a leste da Província. Por sua vez, foram observados os menores incrementos populacionais mais ao noroeste, nas sete regiões contíguas do Sertão do Alto São Francisco, Vale do Médio Baixo Rio das Velhas, Diamantina, Sertão, Vale do Alto Médio Rio São Francisco, Paracatu e Noroeste. O Mapa 18 explicita a contribuição de cada região, em número de habitantes, para o incremento da população de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870.

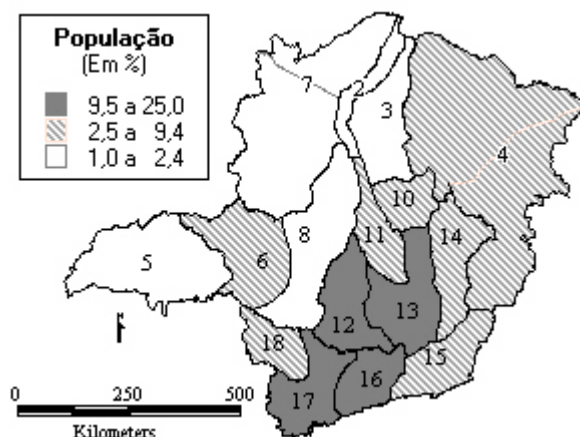
O que justifica a conformação espacial das taxas de crescimento ser tão distinta desse mapa dos incrementos populacionais é que a distribuição desigual da população, observada em 1830, acabava interferindo nesses resultados. Em outras palavras, devido à inércia demográfica, o tamanho da população preexistente deve ser considerado tanto quanto as diferentes taxas de crescimento nessas análises.

Mapa 18 – Incremento estimado da população total – Minas Gerais – 1832-1872

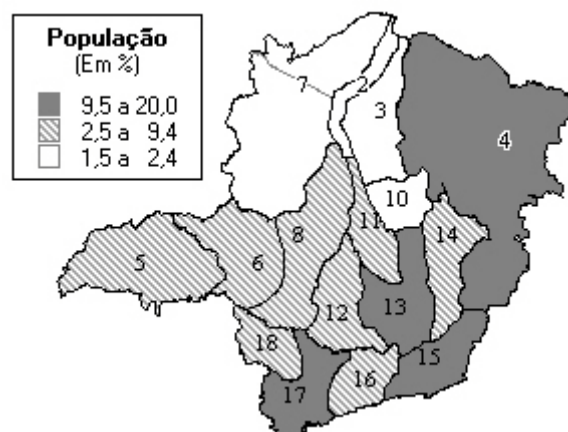


Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 8 e Tabela 9.

Mapa 19 – População estimada por região – Minas Gerais – 1832



Mapa 20 – População recenseada por região – Brasil – 1872



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. (ver Tabela 7, Tabela 8 e Tabela 9). Nota: Regiões pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Passado cerca de meio século da *debacle* da economia aurífera observou-se, em 1832, que mais da metade da população estimada (67,5%) ainda estava concentrada em apenas 23,8% do território da Província, que correspondia às regiões de tipo A, de povoamento mais antigo e consolidado. Entre essas regiões, a Mineradora Central Oeste se destacava por ser a mais populosa (23,0%), pela sua maior concentração demográfica (6,5 hab./Km²), pelo Mapa 19 e Tabela 8.

Mesmo mantendo as menores taxas de crescimento da Província, após quarenta anos, metade da população mineira ainda se concentrava nas regiões de tipo A (50,9%), pelos Mapa 20 e Tabela 9. A Mineradora Central Oeste, emblemática desse movimento, manteve-se a mais populosa (17,9%), em 1872, apesar da perda de participação no total de Minas Gerais.

Essa permanência da concentração populacional nas regiões de tipo A deve ser lida à luz do dinamismo econômico da Província, que estava sendo robustecido pela incorporação de novas atividades nas regiões periféricas, mas que, por sua vez, eram estruturadas nas regiões centrais, pelo capital mercantil, que auferia parte dos recursos gerados. Assim, a sociedade mineradora se reinventava com a diversificação e complexificação da economia, o que reflete o fato de ter permanecido o centro da rede urbana de Minas Gerais.

Tabela 8 – Estimativa populacional, por condição; extensão territorial e densidade demográfica – Minas Gerais – 1832

Regiões	População						Proporção de escravos (Em %)	Território e população		
	Condição				Total			Extensão		Densidade (Hab./Km2)
	Livres		Escravos					Km2	%	
	N.	%	N.	%	N.	%				
Tipo A	375.005	65,5	197.731	71,6	572.736	67,5	34,5	140.210	23,8	4,1
Tipo A.1	308.099	53,9	167.700	60,7	475.799	56,1	35,2	97.358	16,5	4,9
13. MCO	126.810	22,2	68.605	24,8	195.415	23,0	35,1	30.279	5,1	6,5
12. IPT	61.721	10,8	33.114	12,0	94.835	11,2	34,9	25.046	4,3	3,8
16. Sudeste	47.954	8,4	33.824	12,3	81.778	9,6	41,4	17.067	2,9	4,8
17. S. Central	71.614	12,5	32.157	11,6	103.771	12,2	31,0	24.966	4,2	4,2
Tipo A.2	66.906	11,7	30.031	10,9	96.937	11,4	31,0	42.852	7,3	2,3
10. Diamantina	23.775	4,2	15.262	5,5	39.037	4,6	39,1	14.221	2,4	2,7
02. VAMRSF	10.149	1,8	3.651	1,3	13.800	1,6	26,5	11.794	2,0	1,2
11. VMBRV	32.982	5,8	11.118	4,0	44.100	5,2	25,2	16.837	2,9	2,6
Tipo B	96.582	16,9	48.591	17,6	145.173	17,1	33,5	177.140	30,1	0,8
Tipo B.1	48.241	8,4	27.545	10,0	75.786	8,9	36,3	57.432	9,8	1,3
15. Mata	29.882	5,2	21.237	7,7	51.119	6,0	41,5	22.979	3,9	2,2
06. Araxá	18.359	3,2	6.308	2,3	24.667	2,9	25,6	34.453	5,9	0,7
Tipo B.2	48.341	8,4	21.046	7,6	69.387	8,2	30,3	119.708	20,3	0,6
08. SARSF	15.670	2,7	5.162	1,9	20.832	2,5	24,8	44.100	7,5	0,5
05. Triângulo	7.383	1,3	4.146	1,5	11.529	1,4	36,0	50.452	8,6	0,2
14. MCL	25.288	4,4	11.738	4,3	37.026	4,4	31,7	25.156	4,3	1,5
Tipo C	100.512	17,6	29.776	10,8	130.288	15,4	22,9	271.033	46,1	0,5
04. MN e SRD	55.272	9,7	17.207	6,2	72.479	8,5	23,7	139.661	23,7	0,5
03. Sertão	11.628	2,0	2.446	0,9	14.074	1,7	17,4	28.481	4,8	0,5
07. P e N	10.466	1,8	1.957	0,7	12.423	1,5	15,8	88.061	15,0	0,1
18. Sudoeste	23.146	4,0	8.166	3,0	31.312	3,7	26,1	14.830	2,5	2,1
Minas Gerais	572.099	100,0	276.098	100,0	848.197	100,0	32,6	588.384	100,0	1,4

Fonte dos dados básicos: Estimativa da população elaborada por Rodarte⁵⁹, com o uso das listas nominativas da década de 1830, mapas de 1833/35 (Martins, M. 2002) e dados populacionais de 1826 (Matos, 1979), aqui ajustada pelas taxas de crescimento de Mortara (1941b: 276) e Merrick e Graham (1981: 57).

É notório o crescimento da participação das regiões do tipo B, de 17,1%, em 1832, para 31,6%, em 1872. No conjunto dessas regiões, a Mata se notabilizava por ter se convertido na segunda mais populosa (13,6% do total), ao final do período. Tal feito não se deve apenas ao fato de essa população ter crescido com as maiores taxas observadas na Província, como visto, mas também por contar, originalmente, com uma população relativamente grande, beneficiando-se, assim, da inércia demográfica.

Nota-se que, em 1832, as regiões do subtipo A.1, centro econômico e urbano da Província e com maior densidade demográfica (4,9 hab/km²), também eram as mais escravistas, uma vez que comportavam pouco menos de 2/3 do plantel de escravos (60,7%) e que tinham, no seu conjunto, a segunda mais elevada proporção de escravos (35,4%) na população local (Tabela 8 e Gráfico 3).

⁵⁹ RODARTE, Mario M. S. **Relatório de recomendação de revisão do mapa básico das regiões e estimativa populacional de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.

Em 1872 quase a metade do plantel de escravos de Minas Gerais ainda estava concentrada nas mesmas regiões do tipo A.1 (47,2%), pela Tabela 9 e Gráfico 3, embora seu contingente absoluto tivesse permanecido relativamente constante ao longo do tempo.

O subtipo A.2 detinha 10,9% dos escravos, em 1832, e uma elevada proporção de cativos na população (31,0%), refletindo o perfil escravista de Diamantina, onde essa percentagem era de 39,1%. A crise da extração de diamantes e da rota comercial através do Rio São Francisco – que desde os primórdios da ocupação da Capitania, abastecia Minas – são fatores explicativos do baixo crescimento de livres, sendo, também, o único grupo de regiões a apresentar decréscimo da mão-de-obra servil (0,9% a.a.).

Tabela 9 – Estimativa populacional, por condição; extensão territorial e densidade demográfica – Minas Gerais – 1872

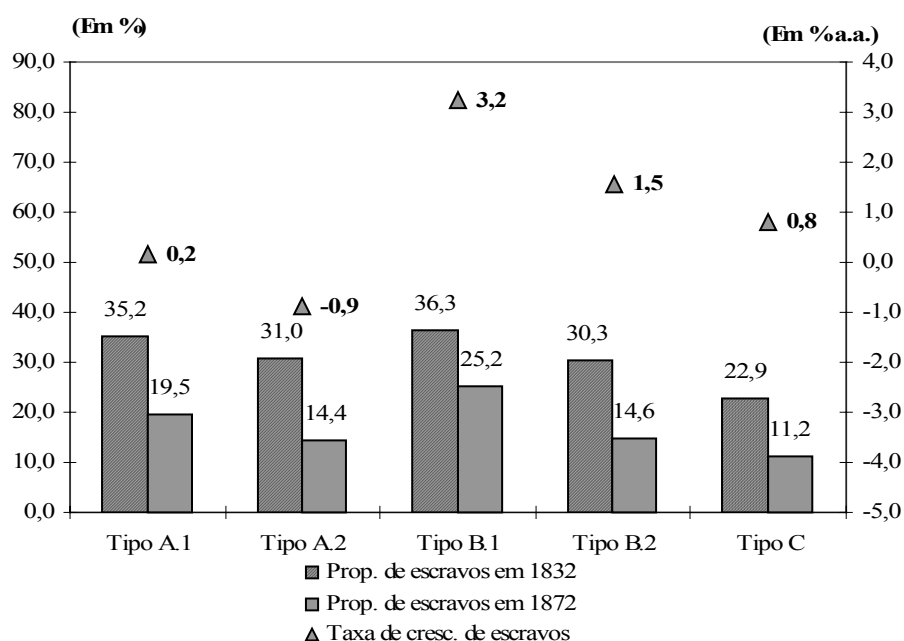
Regiões	População						Proporção de escravos (Em %)	Território e população		
	Condição				Total			Extensão		Densidade (Hab./Km2)
	Livres		Escravos					Km2	%	
	N.	%	N.	%	N.	%				
Tipo A	861.704	50,5	199.475	52,8	1.061.179	50,9	18,8	140.210	23,8	7,6
Tipo A.1	736.436	43,2	178.346	47,2	914.782	43,9	19,5	97.358	16,5	9,4
13. MCO	307.480	18,0	65.448	17,3	372.928	17,9	17,5	30.279	5,1	12,3
12. IPT	130.628	7,7	30.052	7,9	160.680	7,7	18,7	25.046	4,3	6,4
16. Sudeste	109.587	6,4	35.273	9,3	144.860	7,0	24,3	17.067	2,9	8,5
17. S. Central	188.741	11,1	47.573	12,6	236.314	11,3	20,1	24.966	4,2	9,5
Tipo A.2	125.268	7,3	21.129	5,6	146.397	7,0	14,4	42.852	7,3	3,4
10. Diamantina	39.420	2,3	7.184	1,9	46.604	2,2	15,4	14.221	2,4	3,3
02. VAMRSF	28.811	1,7	2.032	0,5	30.843	1,5	6,6	11.794	2,0	2,6
11. VMBRV	57.037	3,3	11.913	3,2	68.950	3,3	17,3	16.837	2,9	4,1
Tipo B	520.255	30,5	137.822	36,4	658.077	31,6	20,9	177.140	30,1	3,7
Tipo B.1	293.351	17,2	98.996	26,2	392.347	18,8	25,2	57.432	9,8	6,8
15. Mata	201.145	11,8	81.307	21,5	282.452	13,6	28,8	22.979	3,9	12,3
06. Araxá	92.206	5,4	17.689	4,7	109.895	5,3	16,1	34.453	5,9	3,2
Tipo B.2	226.904	13,3	38.826	10,3	265.730	12,8	14,6	119.708	20,3	2,2
08. SARSF	64.874	3,8	9.629	2,5	74.503	3,6	12,9	44.100	7,5	1,7
05. Triângulo	34.103	2,0	7.966	2,1	42.069	2,0	18,9	50.452	8,6	0,8
14. MCL	127.927	7,5	21.231	5,6	149.158	7,2	14,2	25.156	4,3	5,9
Tipo C	323.460	19,0	40.829	10,8	364.289	17,5	11,2	271.033	46,1	1,3
04. MN e SRD	191.068	11,2	21.079	5,6	212.147	10,2	9,9	139.661	23,7	1,5
03. Sertão	33.298	2,0	3.588	0,9	36.886	1,8	9,7	28.481	4,8	1,3
07. P e N	31.760	1,9	2.638	0,7	34.398	1,7	7,7	88.061	15,0	0,4
18. Sudoeste	67.334	3,9	13.524	3,6	80.858	3,9	16,7	14.830	2,5	5,5
Minas Gerais	1.705.419	100,0	378.126	100,0	2.083.545	100,0	18,1	588.384	100,0	3,5

Fonte dos dados básicos: DGE – Censos demográficos de 1872 e 1890. Ver Tabela 3, pág. 85.

A Mata, desde 1832, era a região mais escravista. 41,5% da sua população era composta por cativos, o que elevou essa proporção para 36,3%, no subtipo B.1. Parte do apego à escravidão de Minas Gerais, durante o período analisado, deveu-se à evolução dessas regiões que experimentaram elevado crescimento econômico, chegando a possuir, em 1872, ¼ da sua população composta por escravos.

As regiões de B.2 e C se caracterizavam por baixas proporções de mancipios na população, respectivamente 14,6% e 11,2%, em 1872. Esse baixo percentual de escravos na população e o elevado dinamismo de crescimento do segmento livre da população sugerem padrões diferenciados de relações sociais de produção no espaço mineiro, que já estavam sendo engendrados desde a primeira metade do século.

Gráfico 3 – Proporção e taxa de crescimento de escravos, por tipo regional – Minas Gerais – 1832/1872



Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 7, Tabela 8 e Tabela 9.

4.3 Análise da composição da população mineira em censos do século XIX

4.3.1 As pirâmides etárias de Minas Gerais no século XIX

Via de regra, os estudos de composição da população têm o objetivo inicial de descrever a situação populacional com o propósito de gerar elementos para subsidiar a análise da dinâmica populacional, dada pelos seus três componentes, correspondentes à natalidade, mortalidade e migração. No caso presente, a análise de composição da população tem dupla função, pois além de compreender as particularidades demográficas daquele tempo e espaço, propõe, também, investigar a coerência interna dos dados dos arrolamentos

censitários. Nessa etapa do trabalho é importante verificar se a composição da população encontrada nos registros demográficos reflete o tipo de população que se julga, a princípio, encontrar, dado o contexto histórico em que se encontravam. Na seqüência procura-se investigar se os diferentes censos do século XIX são semelhantes pela qualidade e cobertura.

A população, em questão, enquadra-se no tipo pré-transicional⁶⁰, ou seja, com uma composição e dinâmica populacional delineadas pelas elevadas taxas de fecundidade e mortalidade. Como tal, essa população caracterizava-se por ser jovem e com uma parcela diminuta de pessoas acima de 65 anos, inferior a 5%. Sua pirâmide etária, forma clássica de representação gráfica de composição da população, por idade e sexo, assumiria a forma piramidal, com base larga e topo estreito, indicando, respectivamente, maior proporção de jovens e pequena parcela de idosos.

No Gráfico 4 observa-se que os recenseados na década de 1830 apresentavam o perfil próprio de uma população pré-transicional. Primeiramente, a base da pirâmide, constituída pelas crianças até 9 anos, por ser o maior segmento por grupo de idade decenal, indica alta fecundidade. Em segundo lugar, o fato de o arrolamento populacional ter apreendido a presença de gerações mais jovens, sucessivamente maiores que as imediatamente mais velhas, sugere não só a elevada fecundidade de uma população em expansão, mas também taxas de mortalidade muito intensas em todas as idades.

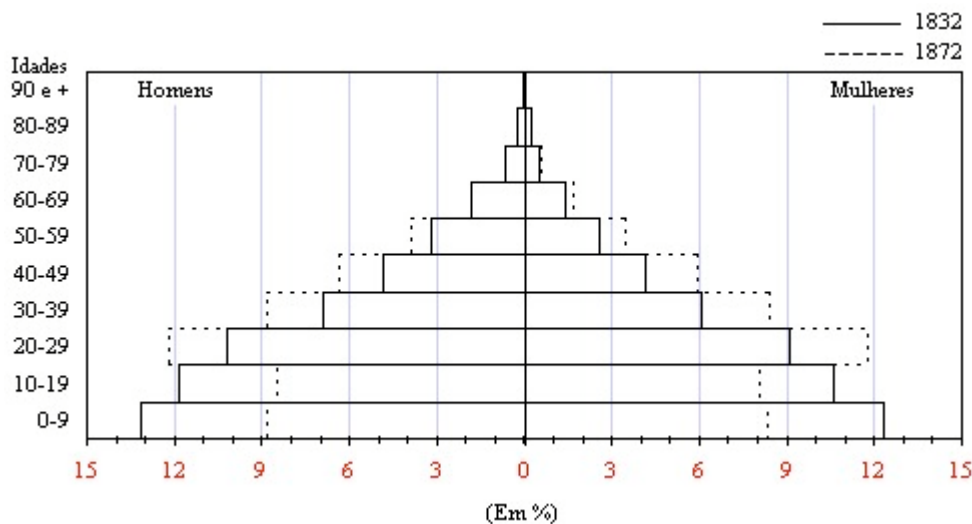
Esse último atributo da dinâmica demográfica é ainda mais evidente pela forma convexa do gráfico, em ambos os sexos, indicando, perdas acentuadas de contingente populacional, em especial, entre as faixas de 20 a 29 e de 30 a 39 anos. Porém, deve-se considerar que essa característica da pirâmide etária também pode estar refletindo a entrada sistemática de jovens na população, sobretudo em decorrência do tráfico de escravos.

Em relação ao recenseamento de 1872, ainda pelo Gráfico 4, observa-se uma estrutura etária semelhante ao caso anterior, com a exceção da base mais estreita, relativa aos indivíduos de 0 a 9 e de 10 a 19 anos de idade. Tal característica poderia estar indicando um crescimento populacional pela imigração de adultos, sobretudo aqueles com 20 a 29

⁶⁰ A pré-transição está vinculada ao conceito de transição demográfica, formulado inicialmente no texto seminal de Notestein (1945). Na sua forma original, propunha que a fase de transição seria o período em que a respectiva população, saindo de seu estado tradicional e rural, reduziria sua taxa de mortalidade e, depois, a de fecundidade, assumindo, assim, as características próprias de uma população urbana e industrial.

anos, ou um processo de redução da fecundidade nos 10 anos que antecederam o recenseamento, combinado ou não, com um aumento da mortalidade na primeira infância.

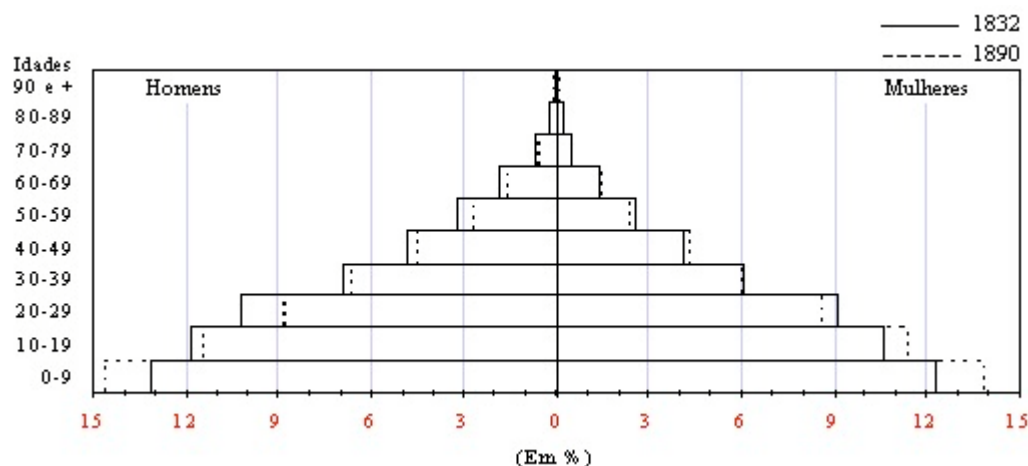
Gráfico 4 – Pirâmide etária da população total – Minas Gerais – 1832 e 1872



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830; DGE – Censo de 1872.

As hipóteses de alterações intensas nos componentes da dinâmica demográfica seriam corroboradas pelas reafirmações dos efeitos dessas mudanças na estrutura demográfica apontadas nos censos subsequentes, o que de fato, não ocorre, como se observa no Gráfico 5. Com efeito, a composição da população no Censo de 1890 apresenta-se mais semelhante à relativa ao arrolamento censitário da década de 1830, ao assumir, novamente, a forma piramidal.

Gráfico 5 – Pirâmide etária da população total – Minas Gerais – 1832 e 1890

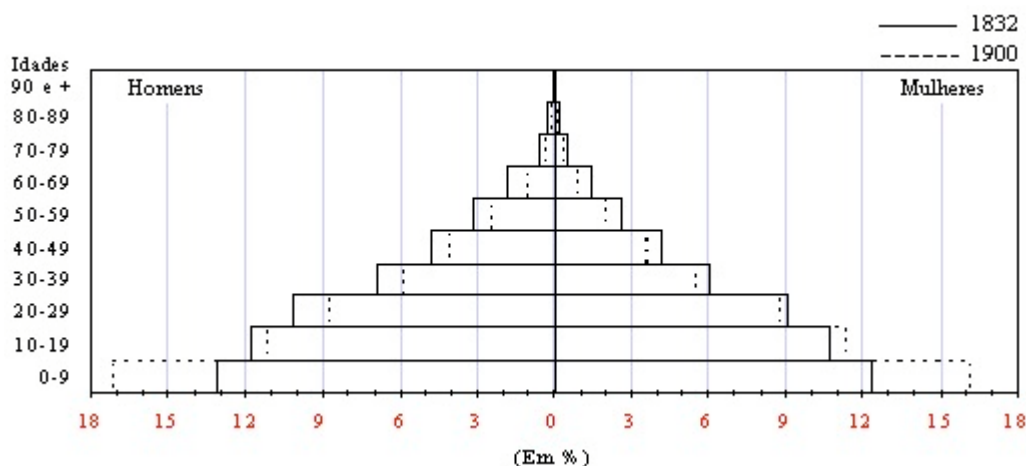


Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830; DGE – Censo de 1890.

Mais do que isso, a composição demográfica de 1890 apresenta os contornos de uma população ainda mais condicionada pela dinâmica demográfica de uma sociedade pré-transicional, marcada pelas elevadas taxas de fecundidade e de mortalidade, uma vez que a

pirâmide etária apresenta-se com base mais ampla e com a forma mais convexa que há de seis décadas. Tais características da estrutura populacional são ainda mais acentuadas no censo posterior, em 1900 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Pirâmide etária da população total - Minas Gerais – 1832 e 1900



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830; DGE – Censo de 1900.

Uma forma alternativa do estudo comparado da estrutura etária da população dá-se pela análise das taxas geométricas de crescimento por faixa de idade, ao longo do século XIX. Como discutido em item anterior, os sucessivos levantamentos demográficos apontam um acelerado crescimento populacional ao longo de todo o século XIX. Em relação às taxas de crescimento por faixas etárias decenais, entre 1832 e 1872, pela Tabela 10, observa-se um crescimento mais intenso nas faixas etárias médias, entre 20 a 59 anos, e taxas menores nos extremos das faixas. Esse comportamento diferenciado pode estar indicando, para os dados do censo de 1872: 1) sub-registro das faixas de 0-9 e 10 a 19 anos, 2) sobre-registro dos três segmentos etários imediatamente superiores e 3) deformação da faixa etária superior ocasionada pela aplicação do método escolhido para o ajuste das faixas etárias regulares.

A dinâmica de crescimento da população, entre 1832 e 1890, entretanto, chama a atenção pela regularidade das taxas em todas as faixas etárias, variando entre 2,4% e 2,3%, com ligeiro desvio da média global apenas nas duas faixas limites. A conformação dessas taxas de crescimento sugere um crescimento constante da população, ao longo do tempo, o que já tinha sido antevisto pela análise das pirâmides etárias.

Subjacente a essas afirmações está a suposição de que a população de Minas Gerais seguia uma dinâmica muito próxima ao regime de uma população malthusiana, termo empregado por Lotka (United Nations, 1968: 1) para designar uma população em que 1) a mortalidade

é constante, 2) a estrutura da população, por sexo e idade é constante e, como decorrência, 3) que a taxa de crescimento também é constante.

Tabela 10 – População estimada e recenseada, por faixa etária e taxas de crescimento – Minas Gerais – 1832/ 1872/ 1890/ 1900

Faixa Etária	Período					Taxas de crescimento			
	1832(1)	1872	1890	1900	1940	1832-1872	1832-1890	1832-1900	1832-1940
0-9	215.004	358.034	906.939	1.199.034	2.106.559	1,3	2,5	2,5	1,6
10-19	190.550	344.214	726.810	808.974	1.655.296	1,5	2,3	2,1	1,3
20-29	164.013	500.051	554.629	633.153	1.175.028	2,8	2,1	2,0	1,3
30-39	110.190	359.097	401.167	409.152	766.055	3,0	2,2	1,9	1,2
40-49	76.530	256.061	278.286	275.520	532.692	3,1	2,2	1,9	1,2
50-59	48.880	153.252	162.681	159.211	312.406	2,9	2,1	1,7	1,1
60-69	27.852	73.125	98.123	70.187	166.215	2,4	2,2	1,4	0,9
70-79	10.039	27.016	36.607	26.850	59.702	2,5	2,2	1,4	0,9
80-89	4.044	10.631	13.687	8.384	19.371	2,4	2,1	1,1	0,7
90 e mais	1.095	2.064	5.170	4.006	6.348	1,6	2,7	1,9	1,2
Total	848.197	2.083.545	3.184.099	3.594.471	6.803.410	2,3	2,3	2,1	1,3

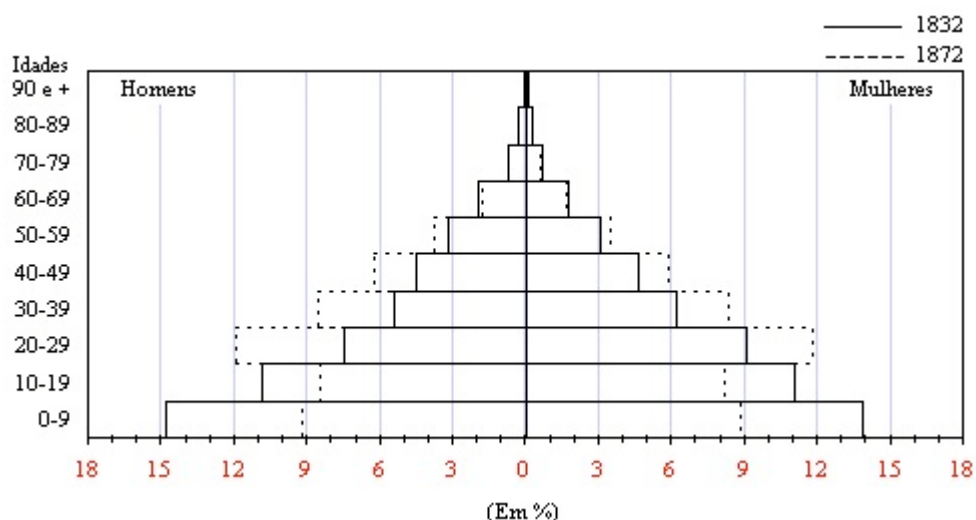
Fonte dos dados básicos: 1832: Ver Tabela 8; DGE – Censos demográficos de 1872, 1890 e 1900; IBGE – Censo demográfico de 1940. (1) A estimativa apresentada na Tabela 6 foi aplicada, pro rata, à distribuição etária da população, observada na Tabela 11.

As taxas de crescimento entre 1832 e 1900 apresentam-se mais aceleradas nas primeiras faixas etárias, de 0 a 59 anos, e menores nas seguintes, com a exceção da última. Tal conformação, provavelmente decorre de dois fatores, em relação ao censo de 1900. De um lado, o sub-registro decorrente da menor cobertura espacial, grave ao ponto de apresentar segmentos populacionais numericamente menores que nos dois censos anteriores, nas idades com mais de 60 anos; e de outro lado, a melhora da captação do registro de crianças, fenômeno já evidente no censo anterior. Em que pese a cobertura deficiente, que coloca em suspeição as taxas de crescimento calculadas a partir desse levantamento, é possível que esse mesmo censo, que tem como data de referência, o último dia do século XIX, reflita, de forma mais acurada, a estrutura populacional existente em todo século.

Apesar da desaceleração do crescimento populacional, na primeira metade do século XX, e, abstraindo o sub-registro de crianças nas listas nominativas da década de 1830, observa-se a manutenção da estrutura demográfica, em mais de um século, pela comparação entre estes dados, e os de 1940, ainda pela Tabela 10. Isso corrobora a suposição de que a população de Minas Gerais era semelhante a uma população malthusiana, com taxas brutas de natalidade e mortalidade constantes e fluxo migratório incapaz de distorcer, em escala expressiva, a composição da população delineada pelos outros dois componentes da dinâmica demográfica.

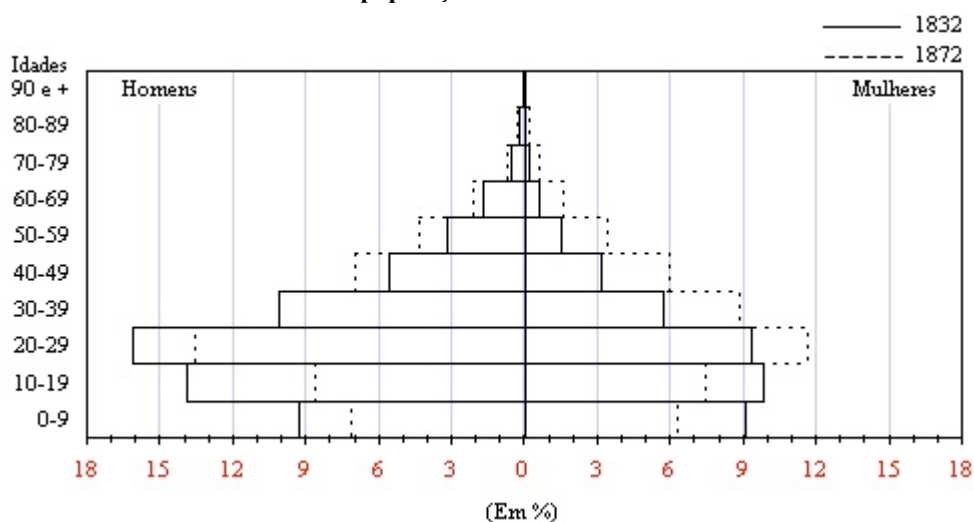
A idéia de lidar com uma população próxima dos atributos de uma malthusiana pode sugerir, equivocadamente, a noção de que ela possui características semelhantes nos seus principais segmentos. O cotejamento da composição dos contingentes por condição social, na década de 1830 mostra que a estrutura da população livre era forjada, principalmente, pela dinâmica de nascimentos e mortes (Gráfico 7), ao passo que a entrada de pessoas de outras áreas, sobretudo do sexo masculino, era um elemento importante na determinação da composição da população escrava, em Minas Gerais (Gráfico 8).

Gráfico 7 – Pirâmide etária da população livre – Minas Gerais – 1832 e 1872



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830; DGE – Censo de 1872.

Gráfico 8 – Pirâmide etária da população escrava – Minas Gerais – 1832 e 1872



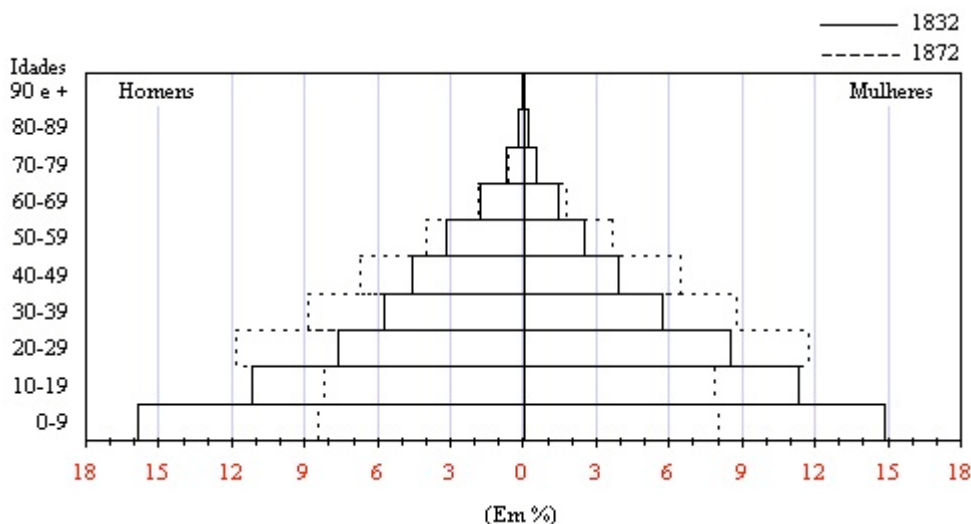
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830; DGE – Censo de 1872.

A análise de composição por condição social pode, entretanto, propiciar uma noção incorreta dos indicadores de mortalidade, principalmente nos segmentos etários mais avançados, na medida, em que quantidade considerável de indivíduos cativos transitavam

para a população livre, pelo expediente da alforria. Nesse sentido, a análise por cor da população, que também reflete, em parte, a condição social, apresenta a vantagem de ser um atributo fixo, em que pese sua declaração ser influenciada pelas condições socioeconômicas dos indivíduos.

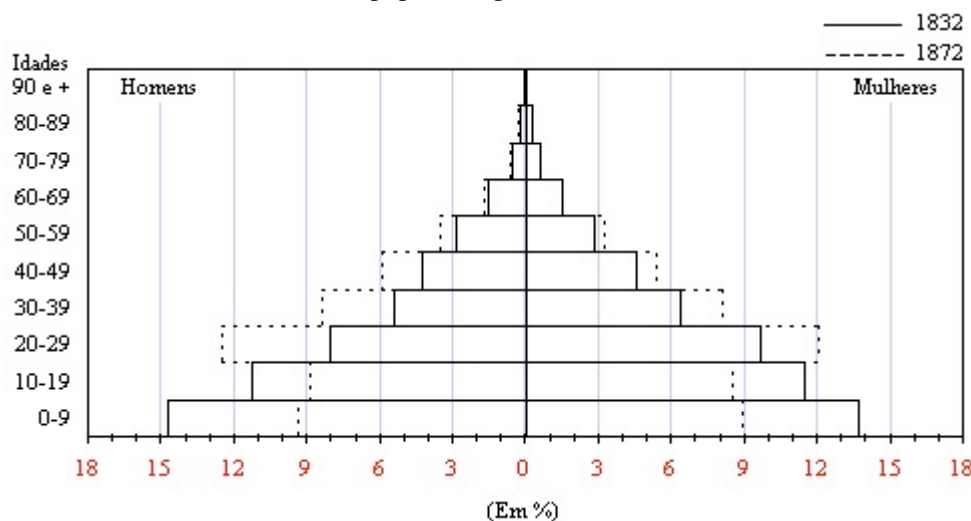
Ao se considerar apenas o segmento branco da população livre (Gráfico 9), depara-se com uma estrutura mais jovem que a dos livres como um todo. A base mais larga da pirâmide etária pode estar indicando, simultaneamente, a melhor declaração das crianças brancas e a menor mortalidade desse segmento, em geral, identificado com um nível socioeconômico mais elevado, por exemplo, que o segmento da população parda (Gráfico 10).

Gráfico 9 – Pirâmide etária da população branca – Minas Gerais – 1832 e 1872



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830; DGE – Censo de 1872.

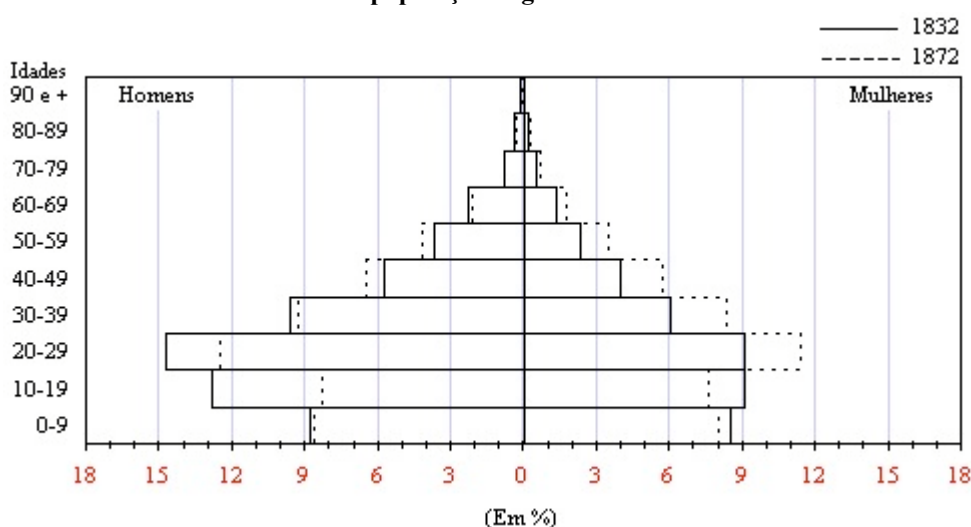
Gráfico 10 – Pirâmide etária da população parda – Minas Gerais – 1832 e 1872



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830; DGE – Censo de 1872

A população negra, por sua vez, composta de africanos e crioulos, tinha uma composição muito influenciada pelo perfil trazido da África, ou seja, de jovens entre 10 e 29 anos do sexo masculino (Gráfico 11). Entretanto, a pirâmide etária, ao explicitar uma razão de sexos elevada nas faixas etárias em idade de reprodução, sugere o esforço de formação de uma população crioula, uma vez que se deparava com uma grande parcela de indivíduos de 0 a 9 anos igualmente distribuída entre os sexos. Isso, ao lado do fechamento do tráfico de escravos, na década de 1850, contribuiu para explicar uma pirâmide mais equilibrada entre homens e mulheres, quarenta anos depois.

Gráfico 11 – Pirâmide etária da população negra – Minas Gerais – 1832 e 1872



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830; DGE – Censo de 1872.

Além dos indícios de obliteração do desequilíbrio entre sexos na população negra, observado no período inicial do estudo, os dados de 1872 pouco contribuem para a apreensão da dinâmica demográfica a partir daí, dada a má qualidade da informação de idade em todos os segmentos analisados. Devido a isso, o próximo item concentra-se na análise das diferenças regionais da distribuição etária e por sexo da população apenas em 1832.

4.3.2 Composição regional da população por sexo e idade de Minas Gerais, em 1832

Os dados apresentados no item anterior dão alento à suposição de que a uma população mineira, pré-transicional, tinha uma dinâmica próxima de uma população malthusiana. Sob tal hipótese, supõe-se que as diferenças demográficas captadas nos arrolamentos

censitários da década de 1830 assumiam um caráter mais permanente e menos transitório e que, por isso, estavam relacionadas aos diferentes ritmos de crescimento populacional regionais, observadas nos 40 anos seguintes.

Em outras palavras, as diferenças de composição da população em 1832 acabam por subsidiar o estudo da importância de cada componente da dinâmica demográfica na determinação dos ritmos de crescimento populacional regional. Deve-se como nota, observar que a composição da população é extraída das listas nominativas que respondem por 63,3% da população estimada, com representatividade elevada em todas as regiões de Minas, entre 35,2% (Triângulo) e 92,9% (Sertão), pela Tabela 49, no Apêndice.

Dois aspectos populacionais diferenciadores das regiões merecem destaque ao se analisar a composição por sexo e idade entre os três grandes tipos regionais, pela Tabela 11, que são: 1) a maior proporção de pessoas mais velhas nas regiões de povoação mais consolidada (do tipo A), sobretudo com 30 anos e mais, do que nas regiões mais dinâmicas e/ou de povoamento recente (tipos B e C); e 2) a maior proporção de homens em idades mais produtivas (entre 10 e 49 anos) nas regiões mais dinâmicas, principalmente as do tipo B, relativamente às outras regiões. Combinados, os dois aspectos constituem um indício de atração de migrantes e/ou escravos nas regiões B e C e de dispersão nas áreas de mais antigo povoamento (tipo A) e os efeitos desses movimentos populacionais sobre o número de nascimentos.

O recorte por condição social, como já comentado acima, é importante para a compreensão mais aprofundada da dinâmica demográfica. Em relação aos livres, observam-se estruturas etárias semelhantes entre os tipos regionais, na sua caracterização geral, embora com algumas diferenciações importantes. Pelo Gráfico 12 observa-se, no tipo A, uma população relativamente mais envelhecida que os tipos regionais B e C, que por sua vez, guardavam semelhanças entre si. Apesar disso, o primeiro diferenciava-se do segundo pela proporção ligeiramente maior de crianças e jovens entre 10 a 19 anos (23,4% e 22,3%, respectivamente), o que torna a população do tipo C a mais jovem entre as categorias analisadas.

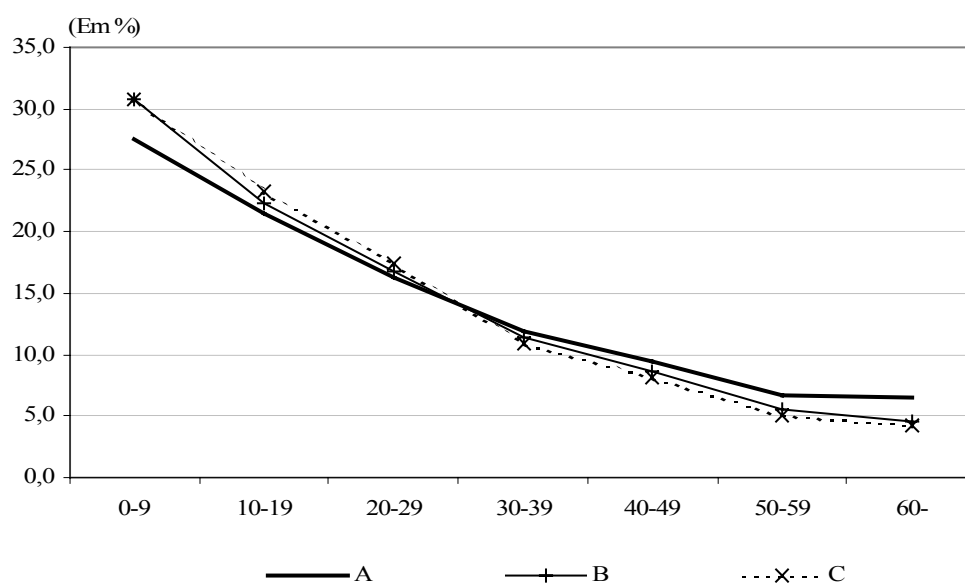
Tabela 11 – Composição de sexo e idade da população recenseada, segundo tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830

Idades	Tipos regionais (em número)											
	A			B			C			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	46.715	44.048	90.763	12.393	11.601	23.994	11.026	10.322	21.348	70.134	65.971	136.105
10-19	43.728	39.113	82.841	10.862	9.509	20.371	8.961	8.452	17.413	63.551	57.074	120.625
20-29	37.826	33.916	71.742	10.095	8.059	18.154	6.986	6.944	13.930	54.907	48.919	103.826
30-39	26.174	23.332	49.506	6.484	4.940	11.424	4.598	4.226	8.824	37.256	32.498	69.754
40-49	18.544	16.409	34.953	4.222	3.153	7.375	3.347	2.771	6.118	26.113	22.333	48.446
50-59	12.512	10.378	22.890	2.569	1.770	4.339	2.095	1.619	3.714	17.176	13.767	30.943
60-69	7.423	5.986	13.409	1.389	887	2.276	1.127	819	1.946	9.939	7.692	17.631
70-79	2.674	2.262	4.936	437	300	737	393	289	682	3.504	2.851	6.355
80-89	1.018	897	1.915	184	136	320	176	149	325	1.378	1.182	2.560
90-	230	265	495	56	45	101	51	46	97	337	356	693
Total	196.844	176.606	373.450	48.691	40.400	89.091	38.760	35.637	74.397	284.295	252.643	536.938

Idades	Tipos regionais (em percentagem)											
	A			B			C			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	12,5	11,8	24,3	13,9	13,0	26,9	14,8	13,9	28,7	13,1	12,3	25,3
10-19	11,7	10,5	22,2	12,2	10,7	22,9	12,0	11,4	23,4	11,8	10,6	22,5
20-29	10,1	9,1	19,2	11,3	9,0	20,4	9,4	9,3	18,7	10,2	9,1	19,3
30-39	7,0	6,2	13,3	7,3	5,5	12,8	6,2	5,7	11,9	6,9	6,1	13,0
40-49	5,0	4,4	9,4	4,7	3,5	8,3	4,5	3,7	8,2	4,9	4,2	9,0
50-59	3,4	2,8	6,1	2,9	2,0	4,9	2,8	2,2	5,0	3,2	2,6	5,8
60-69	2,0	1,6	3,6	1,6	1,0	2,6	1,5	1,1	2,6	1,9	1,4	3,3
70-79	0,7	0,6	1,3	0,5	0,3	0,8	0,5	0,4	0,9	0,7	0,5	1,2
80-89	0,3	0,2	0,5	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,4	0,3	0,2	0,5
90-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	52,7	47,3	100,0	54,7	45,3	100,0	52,1	47,9	100,0	52,9	47,1	100,0

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 7.716 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

Gráfico 12 – Composição por idade da população livre, segundo tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830

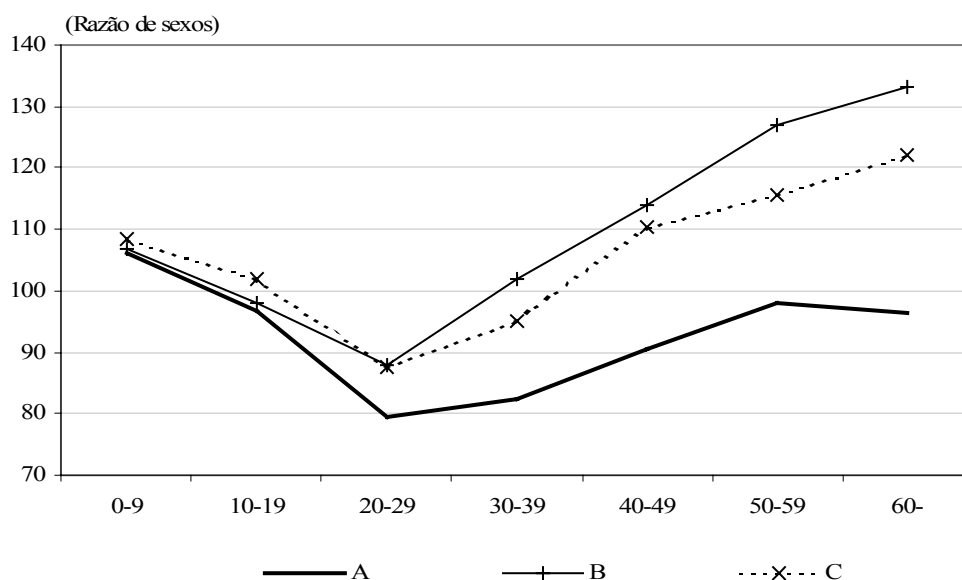


Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. Ver Tabela 50, pág. 293.

Em populações fechadas, as curvas da razão de sexos por idade tendem a iniciar-se um pouco acima de 100, apontando um número de nascimentos e sobrevivência um pouco maior de meninos que de meninas. A partir daí, as curvas assumem uma forma descendente, diminuindo gradualmente, na medida em que se eleva a idade, indicando a sobremortalidade masculina. Em Minas Gerais, na década de 1830, isso se verifica parcialmente, para a população livre, como mostra o Gráfico 13. A razão de sexos de 0 a 9 anos indicava a proporção de 106 (tipo A) a 108 (tipo C) meninos para cada 100 meninas. Essa proporção atingia um equilíbrio na faixa etária seguinte, de 10 a 19 anos, e continuava reduzindo, de forma acentuada na faixa etária subsequente, de 20 a 29 anos, o que sugere ser o efeito acumulado da sobre-mortalidade masculina nas populações jovens. O nível mais baixo desse indicador dava-se no tipo A, onde se registrava 79 homens para cada 100 mulheres.

A partir dos 30 anos, aproximadamente, havia uma inflexão da curva da razão de sexos, que passava a assumir uma forma ascendente, em todos os tipos regionais, mas em especial no tipo B e C, ao ponto de se atingir na população idosa, de 60 anos e mais, a proporção de 133 (tipo B) e 122 homens para cada 100 mulheres (tipo C).

Gráfico 13 – Razão de sexos por idade da população livre, segundo tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830



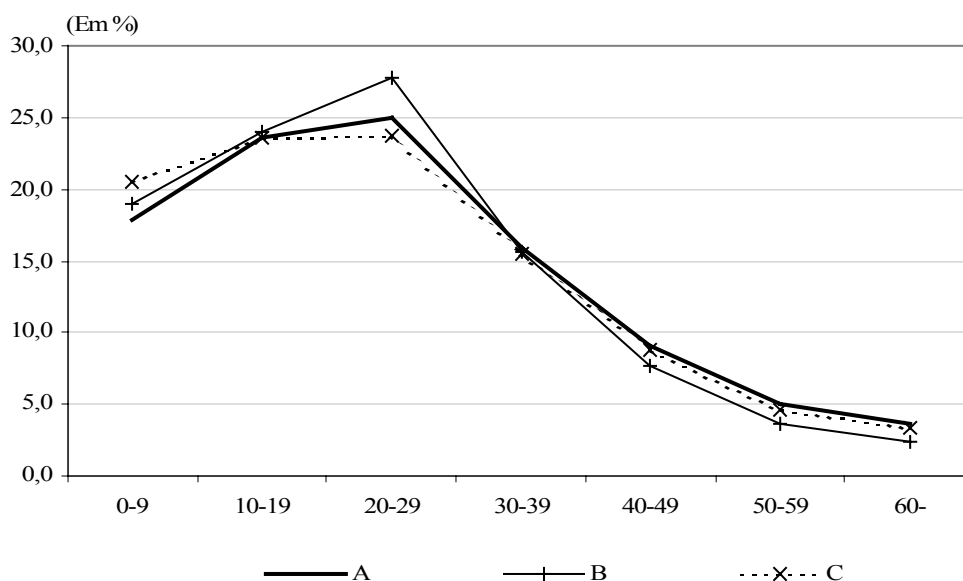
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. Ver Tabela 50, pág. 293.

Essa forma em “v” da razão de sexos por idade é semelhante ao das traçadas pelos registros censitários brasileiros do século XIX e primeira metade XX da população total e pode ser indício do sub-registro sistemático de mulheres adultas – em especial, acima de

30 anos – e/ou da sobre-mortalidade feminina. No caso em tela, o crescimento acelerado da razão de sexos a partir dos 30 anos, nas regiões de tipo C e, particularmente, de B sugere, além das razões apontadas acima, um movimento migratório masculino.

A conformação da distribuição etária dos escravos, como já discutido no item anterior, mostra-se indicativo de expressivo afluxo de pessoas, via tráfico, pela maior parcela dos segmentos etários de 10 a 19 (23,6%) e de 20 a 29 anos (25,3%), em relação ao primeiro grupo etário (18,3%) (Tabela 53, no Apêndice). Pelo Gráfico 14, observa-se que esse formato era encontrado nas populações escravas dos três tipos regionais. O influxo de escravos, contudo, parecia ser mais intenso nas regiões mais dinâmicas no aspecto demográfico (tipo B), por ostentar a população mais jovem e com a maior presença do segmento jovem de 20 a 29 anos (27,8%).

Gráfico 14 – Composição por idade da população escrava, por tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830



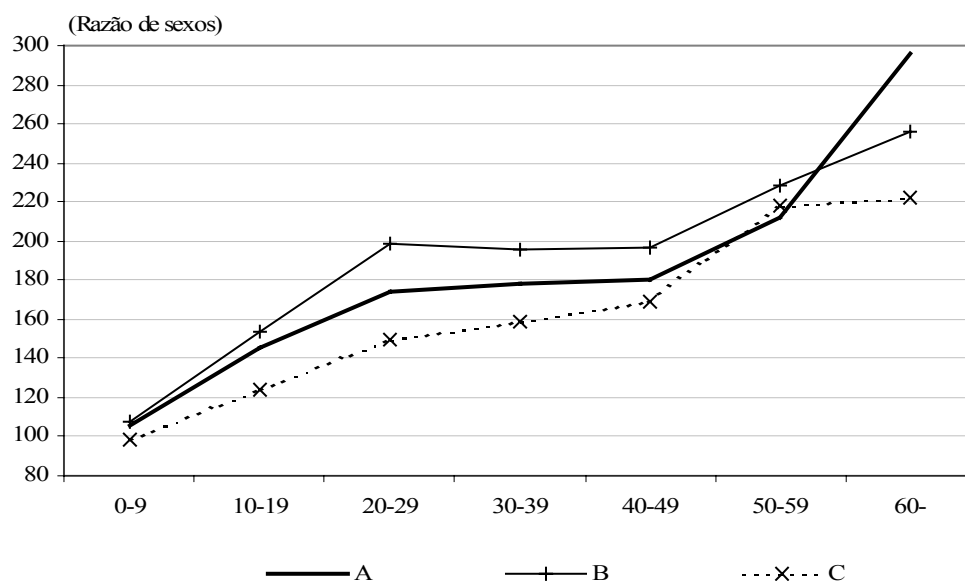
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. Ver Tabela 53, pág. 296.

As regiões mais estagnadas em relação ao crescimento populacional (tipo A), mas que constituíam o centro econômico da Província tinham uma estrutura escrava ambivalente, uma vez que era uma população mais envelhecida, ao mesmo tempo em que apresentava uma proporção elevada de jovens de 20 a 29 anos, comparativamente ao tipo C. Esta, por sua vez, diferenciava-se das demais por apresentar a maior parcela de crianças de 0 a 9 anos, o que sugere o crescimento natural ter sido mais importante para a manutenção do crescimento dessa população cativa do que nos outros dois tipos regionais.

O desequilíbrio entre os sexos, a partir dos 10 anos, característico da população mancipia, na primeira metade do século XIX, encontrava seu paroxismo nas regiões do tipo B, constituindo mais um elemento a corroborar a importância do tráfico de escravos homens para o crescimento da população cativa, nessas áreas (Gráfico 15). Em situação oposta, encontravam-se as regiões do tipo C, que apresentavam uma razão de sexos menos desequilibrada, entre os jovens, o que poderia favorecer, em tese, a reprodução natural como elemento de manutenção dessa população.

O Apêndice B apresenta as variações das composições de sexo e idade ao nível dos subtipos regionais de A e B. A população livre do subtipo A.1 diferenciava-se do subtipo A.2 por ser mais jovem e por ter razão de sexos menos desequilibrada nas faixas etárias de 20 anos ou mais, o que deveria favorecer a reprodução dessa população (Gráfico 34 e Gráfico 35). Nas regiões A.2, a baixa razão de sexos na população livre de 20 anos e mais provavelmente refletia a saída de parte do contingente de homens adultos, em busca de oportunidades econômicas em outros lugares.

Gráfico 15 – Razão de sexos por idade da população escrava, segundo tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. Ver Tabela 53, pág. 296.

Ainda em relação aos livres, as mesmas diferenças encontradas nas subdivisões de A estavam presentes nos subtipos B.1 e B.2, uma vez que B.1 possuía mais crianças e uma razão de sexos maior no segmento dos adultos – de 30 anos e mais – pelos Gráfico 36 e Gráfico 37.

Em relação ao segmento município do subtipo A.1, observa-se uma presença maior nos segmentos jovens – de 10 a 19 e de 20 a 29 anos – *vis-à-vis* os escravos das regiões A.2, que tinham um perfil mais envelhecido (Gráfico 38). Posto que os formatos das curvas de razão de sexos por idade se apresentavam semelhantes em ambos os subtipos regionais de A (Gráfico 39), pode-se conjecturar que o tráfico de escravos para a região do tipo A.1 fosse menos seletivo por sexo.

Por fim, as diferenças da distribuição etária e sexo do segmento cativo entre os subtipos B.1 e B.2 são tênues e ambos sugerem tratar-se de populações com crescimento fortemente marcado pelo tráfico – como já se tratou anteriormente – com preferência do elemento masculino, o que pode ser explicado pelas vocações econômicas dessas economias em rápido processo de expansão.

Até esse ponto do trabalho, o estudo de população de Minas Gerais deu-se pelo cotejamento dos contingentes populacionais, taxas de crescimento e análise da sua composição por sexo e idade. No decorrer da apresentação das evidências empíricas algumas questões, antes não colocadas, foram ganhando *status* de hipótese de trabalho.

A princípio, achava-se que as regiões mais dinâmicas tinham esse ritmo de crescimento acelerado apenas pelo movimento migratório e pelo tráfico de escravos, com a suposição tácita de fecundidade invariável entre as regiões. A composição etária da população colocou essa visão em suspeição e apontou para a necessidade de se considerar os reflexos da migração sobre a dinâmica de nascimentos. Essa complexidade introduzida pela interação entre os componentes da dinâmica demográfica também foi sugerida nas regiões que se colocavam em situação oposta – com baixo crescimento populacional – e até mesmo naquelas que tiveram um comportamento demográfico mediano.

Essas e outras questões poderão ser mais bem compreendidas pelo exame da composição domicílios, que é o objetivo principal desse trabalho. Mas antes de se ater a esse ponto, investigar-se-á, no próximo item, o nível de urbanização das regiões, que é um aspecto freqüentemente apontado como responsável pela mudança de comportamento dos componentes da dinâmica demográfica.

5 O URBANO PRECOCEMENTE DELINEADO: A NATUREZA URBANA DA POPULAÇÃO MINEIRA

5.1 A urbanização pretérita: o Brasil e Minas Gerais, no século XIX

No capítulo intitulado “A urbanização pretérita”, Milton Santos (1996) narra o fenômeno do surgimento e desenvolvimento das primeiras cidades e vilas no Brasil, no período compreendido entre o início da colonização pelos europeus e o ano de 1940. Essa demarcação do limite superior do seu recorte temporal decorre, em primeiro lugar, da necessidade de se distinguir uma urbanização tímida, rarefeita, espasmódica e conduzida por uma lógica econômica essencialmente rural, do processo acelerado e contínuo de urbanização, que se deu no momento seguinte, conseqüente do impulso modernizante da industrialização, que se acentuou no imediato pós-Segunda Guerra, com desdobramentos até o presente.

A segunda razão para essa periodização encontra-se na diferença da quantidade e da qualidade dos dados sobre urbanização, comparativamente mais precária e escassa no período inicial. De fato, o primeiro censo demográfico do IBGE, em 1940, inaugurou a fase em que a distinção entre população residentes em núcleos urbanos e no meio rural, de um mesmo município, passou a existir, de forma sistemática, nas estatísticas demográficas brasileiras (Santos, 1996).

No período de urbanização pretérita, mais especificamente, no final da colonização, as cidades de São Luiz do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, tomadas isoladamente, consubstanciavam a urbanização brasileira, segundo Santos (1996: 20). Essa situação quase não se alterou durante o Segundo Império:

“Em 1872, apenas três capitais brasileiras contavam com mais de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Somente Belém (61.997) contava mais de 50.000 residentes. São Paulo, então, tinha uma população de 31.385 pessoas” (Santos, 1996: 21).

Com o crescimento urbano em ritmo lento, a hierarquia das cidades permanecia relativamente estável e, novamente, Rio de Janeiro, Salvador e Recife eram tidas como as mais importantes, no início do período republicano, em 1900, enquanto que cidades de São Paulo, Porto Alegre e Belém eram lembradas como núcleos urbanos de posição intermediária.

Nos estudos das sociedades brasileiras pré-industriais, a questão da urbanização não era tema central, como se observa, por exemplo, em Vianna (1956), Marx (1991) e também em Santos (1996). Havia, sim, um consenso quanto ao caráter rural da organização socioeconômica no Brasil e que a urbanização era um tema recente, próprio do período que se iniciava em meados do século XX.

O Brasil que emerge dessa visão é um território dividido em subespaços não articulados, com lógicas próprias de funcionamento, em geral, fundamentadas pela exploração de algum produto primário para exportação. As cidades apareceriam, nesse contexto, como os centros dinâmicos dessas regiões, com o fim de mediar as suas relações com o mundo exterior. Com isso, essas cidades insulares eram incapazes de formar uma rede de cidades, no seu conjunto.

A visão aqui defendida é a de que a eclosão da economia aurífera, a partir de finais do século XVII, em Minas Gerais, subverteu essa forma de organização da sociedade e da economia, ao provocar o surgimento de uma ampla rede de cidades no interior do Brasil, de dimensões supra-regionais. Tal rede seria polarizada pelo Rio de Janeiro e, mais tarde, já em finais do século XIX, por São Paulo. Esse fenômeno escapou ao Santos (1996) e esse lapso contrasta com a opinião de alguns autores⁶¹ que o precederam e que ressaltaram o caráter urbano do povoamento de Minas, desde sua gênese, em decorrência da mineração:

“Em oposição à civilização do Nordeste, a civilização das Minas Gerais foi uma civilização urbana. O ouro prendeu os homens às zonas auríferas. (...) Cidades de mercadores, cidades de funcionários também. Era preciso vigiar os brancos e negros para impedir o contrabando, obrigar ao pagamento dos impostos, administrar as cidades. Enquanto as raras cidades do Nordeste, que eram sobretudo portos, desenvolviam-se ao sabor do terreno, sem nenhum plano preestabelecido, aqui, ao contrário, há um esforço de urbanização” (Bastide, 1979, p. 117).

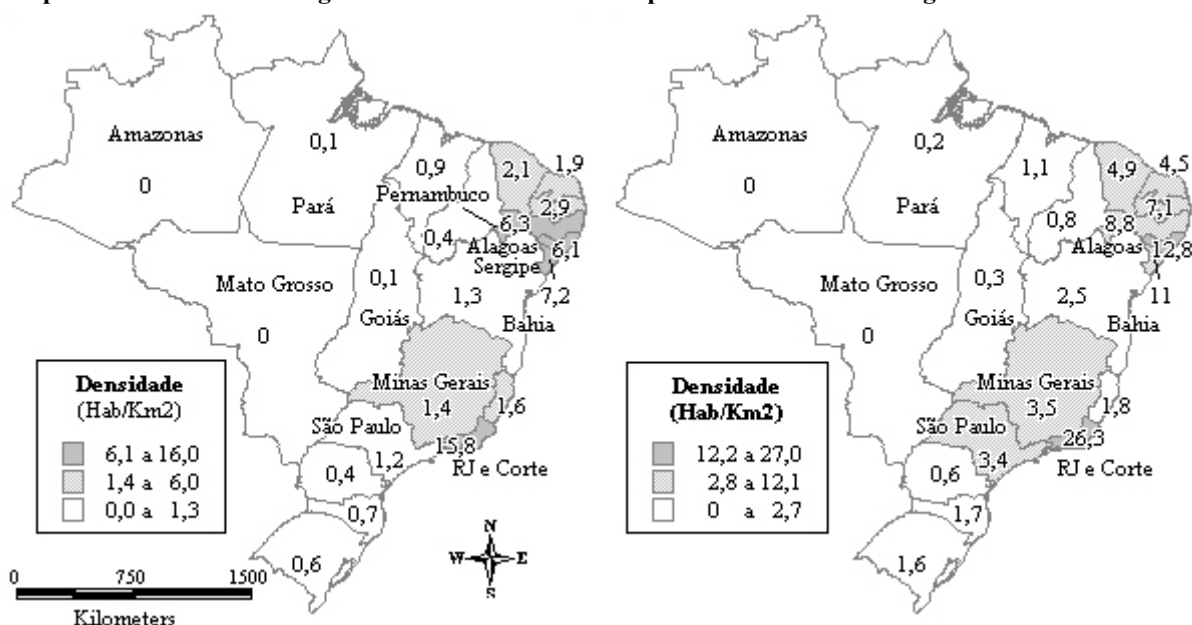
⁶¹ Além do ensaio de Bastide (1979), deve-se mencionar, aqui, trabalhos tais como os de Iglésias (1985), Holanda (1985) e mesmo de Freyre (1961).

Embora alguns trabalhos ressaltem o caráter efêmero da experiência urbana mineira, que mal teria se sustentado até o final do século XVIII, com um processo de ruralização no século XIX, como em Furtado (1959) e Martins (1982), trabalhos mais recentes, com base empírica mais consolidada, apontaram a longevidade do aspecto urbano em Minas Gerais, como o do próprio Roberto Martins (2002), Rodarte (1999), Rodarte et al. (2004) e Mello Filho et al. (2006).

Comparativamente às demais partes do Império, como já mencionado no capítulo anterior, Minas Gerais se apresentava, entre 1832 e 1872, como a província mais populosa e, apesar de sua grande extensão, era dotada de elevada densidade demográfica, conforme é ilustrado no Mapa 21 e, também, no Mapa 22.

Mapa 21 – Densidade demográfica – Brasil – 1832

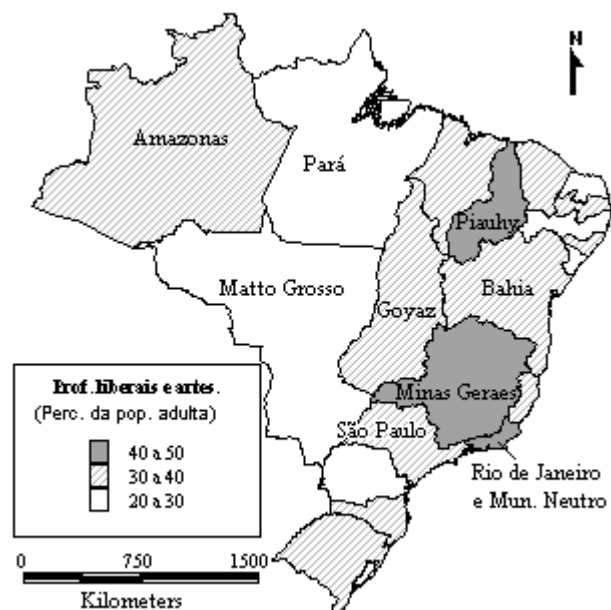
Mapa 22 – Densidade demográfica – Brasil – 1872



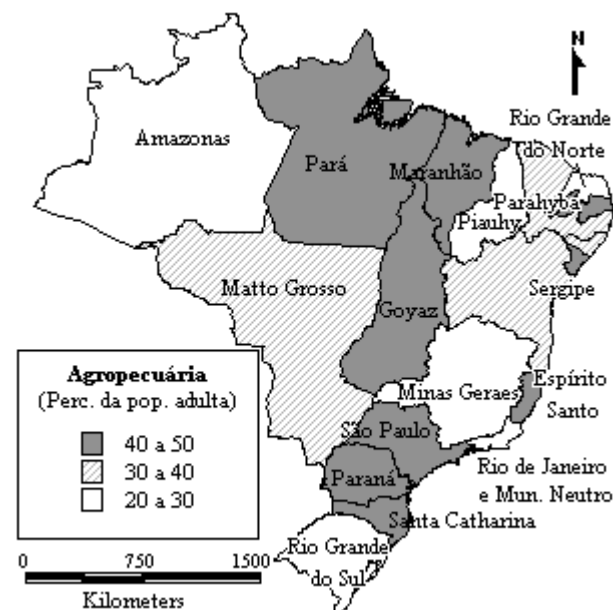
Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 6, pág. 92.

Serve como índice de urbanidade também, a composição dos setores. Se, por um lado, Minas Gerais possuía uma das maiores concentrações em ocupações relacionadas ao setor secundário (artesanais e proto-industriais) e terciário (constituído pelas profissionais liberais) (Mapa 23); por outro lado, a população mineira adulta ocupada em atividades diretamente relacionada ao setor primário – seja na agricultura, seja na pecuária – era uma das menores, ao lado das províncias do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (Mapa 24).

Mapa 23 – População com mais de 5 anos nas profissões liberais e artesanais – Brasil – 1872



Mapa 24 – População com mais de 5 anos em atividades agropastoris – Brasil – 1872



Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872.

A vocação urbana de Minas Gerais também é amplamente sugerida pela Tabela 12. Em 1871, apesar de São Paulo já contar, nesse período, com o maior número de municípios, era Minas Gerais a província que liderava em número de paróquias, que era a subdivisão eclesial dos municípios⁶² e chegava a ter pouco mais que o dobro do número de paróquias da Bahia, a segunda província em maior número. Esses números, além daqueles apresentados sobre centralidade urbana, apontam para o fato de que havia uma trama urbana, em Minas Gerais, muito mais densa e complexa que em qualquer outro lugar do Brasil (ao contrário do que poderia sugerir o número de municípios) e que, com esta estrutura urbana, conseguia açambarcar 20,6% da população do Império.

5.2 A trajetória de uma proposta metodológica para a definição do urbano e do rural, na Minas Gerais dos anos 1830

Inexiste, na maioria dos distritos recenseados no século XIX, o registro da situação dos domicílios, que permitiria estudar as diferenças entre o urbano e o rural. Tal omissão das

⁶² Vários documentos oficiais do Segundo Império utilizavam a subdivisão eclesial de municípios, ao invés da administrativa, que seriam os distritos. No entanto, a correspondência entre as duas categorias não era perfeita, pois o que se observava, no século XIX, era que uma paróquia podia conter um ou mais distritos. Como exemplo, tem-se que Minas, em 1858, tinha 268 paróquias, mas o número de distritos chegava a 454. Dessa forma, a Província mineira tinha, nesse período, uma média de 1,7 distrito por paróquia (Barbosa, 1979, p. 570 - 72).

listas nominativas justifica-se, em grande medida, por essa informação estar ausente do rol de atributos requeridos para a elaboração das mesmas, no ofício do governo provincial destinado aos executores locais do recenseamento, conforme se observa no capítulo seguinte.

Tabela 12 – Dez províncias com maior número de municípios, paróquias e população – Brasil, 1871-72

Províncias	Municípios (A)				Paróquias (B)		População (C)		(D) = (C)/(B)
	Sediados por		Total		N	%	N	%	
	Cidades	Vilas	N	%					
Minas Gerais	48	23	71	11,5	345	24,5	2.083.545	20,6	6.039
Bahia	9	62	71	11,5	162	11,5	1.379.616	13,7	8.516
Rio de Janeiro e Corte	15	19	34	5,5	139	9,9	1.094.576	10,8	7.875
São Paulo	36	45	81	13,1	123	8,7	837.354	8,3	6.808
Rio Grande do Sul	11	18	29	4,7	73	5,2	446.962	4,4	6.123
Pará	7	25	32	5,2	72	5,1	275.237	2,7	3.823
Pernambuco	7	29	36	5,8	70	5,0	841.539	8,3	12.022
Maranhão	8	28	36	5,8	54	3,8	360.640	3,6	6.679
Goyaz	8	17	25	4,0	54	3,8	160.395	1,6	2.970
Ceará	10	31	41	6,6	51	3,6	721.686	7,2	14.151
Sub-total 10 províncias	159	297	456	73,8	1.143	81,0	8.201.550	81,3	7.175
Total	202	416	618	100,0	1.411	100,0	10.092.917	100,0	7.153

Fonte dos dados básicos: unidades administrativas em 1871: Directoria do Serviço de Estatística (1913: p. XIV); dados de população: DGE – Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872 (ver Tabela 6).

Na medida em que a iniciativa de coletar essa informação partia da vontade própria de algumas autoridades paroquiais mais zelosas em captar essa informação, apenas algumas poucas listas nominativas apresentavam registro sobre a posição das unidades domiciliares recenseadas. Nesse conjunto documental, mereceu atenção de Leonardo Silva (2002: 162) e Rodarte (1999: 48-50) a lista nominativa do distrito de São Bartolomeu, no município de Ouro Preto, de 1838, pela acuidade da informação da localização dos domicílios. Nesse censo, assinado pelo juiz de paz Caetano Luiz de Souza, os primeiros fogos recenseados situavam-se nos dois quarteirões que formavam o “arraial”. Na seqüência, eram arrolados os domicílios fora do “arraial”, por ordem crescente de distanciamento em relação à Matriz, tida, tacitamente, como ponto central do distrito⁶³.

A omissão do registro de localização domiciliar do ofício demandante do recenseamento não pode ser entendida como uma despreocupação do governo provincial com essa informação. Nota-se, ao longo do século XIX, que o tamanho dos chamados cidades, vilas e arraiais eram, por vezes, mencionados em documentos oficiais, quando não, objeto de

⁶³ Não por acaso, o primeiro fogo recenseado, tinha como chefe o vigário de São Bartolomeu. De fato, os chefes dos primeiros fogos de cada uma das 313 listas nominativas que compõe a base de dados do presente estudo eram, em sua maioria, o agricultor, supostamente, de maior prestígio naquela sociedade (31,9%), o sacerdote (15,7%), ou um comerciante (10,5%).

inquérito provincial submetido às autoridades locais. Em meados da década de 1990, Silva (2002: 160) registrava o achado de uma “Relação dos fogos que contêm o município da Fidelíssima Vila de Sabará”, na qual constava o número de fogos “na povoação” e “fora da povoação” para 20 distritos do município de Sabará, em 1832⁶⁴.

De posse desses dados, em meados da década de 1990, Silva (1995 e 2002) passou para a etapa de elaboração de um método que possibilitasse segmentar a população entre o urbano e o rural. Uma vez que havia indícios⁶⁵ de que, nas listas nominativas, os domicílios eram arrolados por ordem de localização, iniciando no centro urbano, para as áreas rurais, a “Relação” proporcionava o ponto de delimitação os fogos “dentro da povoação” e os restantes situados “fora da povoação”. Nascia, assim, a forma para se estudar o urbano e o rural.

As informações do número de fogos urbanos constantes na “Relação” do município de Sabará, em algumas listas nominativas de outros municípios e de alguns distritos na “Corografia histórica da província de Minas Gerais” de Cunha Matos (1979) possibilitava ampliar o estudo da diferença entre a população urbana e rural em 57 distritos, ao aplicar a metodologia de Silva⁶⁶ (2002). Deve-se considerar que o estudo das ocupações que conferiam centralidade aos núcleos urbanos, em Rodarte (1999), baseou-se na análise das ocupações dessa amostra de listas nominativas.

O conjunto dos 57 distritos permitia que se fizessem inúmeros estudos sobre as diferenciações entre cidade e campo. Entretanto, sabia-se que esses distritos com informação locacional dos fogos representavam apenas 13,3% das localidades existentes e estavam mal distribuídos no espaço, com concentração nas áreas provavelmente mais urbanizadas da Província. Tal constatação ofuscava o brilho dos resultados alcançados e inviabilizava o exercício de fazer generalizações para Minas Gerais.

⁶⁴ Afora a lista de Sabará, Silva (1995: 18) relata a descoberta de outros dois documentos semelhantes, com datas próximas, referentes aos municípios de São João del Rei e Tamanduá.

⁶⁵ Além de algumas listas nominativas que explicitam o ordenamento dos fogos do urbano para o rural, como a de S. Bartolomeu, tem-se também as normas de elaboração das listas nominativas contidas no ofício de 25 de agosto de 1831 do governo provincial, que determinava o recenseamento. Como já dito, esse documento não solicitava a localização dos fogos, mas, contudo, determinava que os fogos fossem listados “pela ordem dos respectivos quarteirões, ou quando estes não se acharem divididos, pela dos fogos, ou famílias” (Paiva, 1996:55).

⁶⁶ Em Silva (1995) encontra-se uma discussão mais detalhada sobre a metodologia do estudo comparativo do urbano e rural.

Essas limitações ao estudo comparativo entre o urbano e o rural na Minas Gerais Oitocentista praticamente desapareceram quando veio à luz mais uma relação de fogos urbanos. Desta vez, a lista não se referia aos distritos de um município, como a de Sabará, mas sim de todos os municípios da Província. Tratava-se da “Relação das cidades, villas e povoações da Província de Minas Geraes com declaração de fogos de cada uma – 1830”, elaborada pelo então secretário de governo da província Major Luiz Maria da Silva Pinto, cuja atuação no levantamento das estatísticas demográficas já havia sido mencionada no capítulo anterior (item 4.1). Nesse documento compilado pela revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM, 1897: 18-28), declarava-se o número de fogos existentes nas povoações de 306 lugares, o que, vale dizer, representava uma cobertura de 71,2% do total de distritos existentes.

Como reflexão sobre o alcance e as possibilidades de análise com os dados recentemente levantados, pode-se dizer que isso antecipou, em pouco mais de 100 anos, o período estatístico sobre o tema urbanização, referido por Santos (1996), para Minas Gerais. Tal antecipação dá-se em condições de análise, inclusive, mais vantajosas que as encontradas no Censo de 1940, pois os dados das listas nominativas da década de 1830 estão disponíveis ao nível dos indivíduos recenseados (isto é, os chamados microdados) e não agregados por município, que é o caso dos primeiros censos demográficos do IBGE.

Para se formar um painel mais completo das dimensões do urbano e do rural, em Minas Gerais, além da “Relação das Cidades, Vilas e Povoações...” de Luiz Maria (RAPM, 1897: 18-28) e das próprias listas nominativas, foram, de forma complementar, compulsados os relatos de viagens e a corografia elaborada por Cunha Matos (1979). Em decorrência das novas evidências coletadas sobre o tamanho dos núcleos urbanos em Minas Gerais, pode-se, até o presente momento, avaliar o nível de urbanização de 287 distritos e povoados (Tabela 13) e estudar, por meio das listas nominativas, as diferenciações entre campo e cidade em 213 distritos.

A qualidade e a própria natureza da informação do nível de urbanização, bem como as dimensões do rural, em cada uma das fontes, podem ser sugeridas pelo cotejamento das evidências empíricas nos distritos com abundância de informação. Entre as fontes de dados empregadas nesse estudo, os livros de relatos de viajantes estrangeiros, apesar de serem, não raro, pouco precisos na definição do tamanho dos núcleos urbanos, fornecem uma rica

descrição qualitativa dos mesmos e são imprescindíveis para uma análise mais consistente dessa natureza da sociedade mineira do século XIX.

Tabela 13 – Distritos com listas nominativas, segundo disponibilidade de informação locacional dos domicílios – Minas Gerais – Década de 1830

Fonte de informação locacional dos domicílios entre urbano e rural	Distritos (A)		População total (B)		Média populacional (C) = (B)/(A)
	N	%	N	%	
Com informação de localização	287	66,6	560.511	74,1	1.953
Relação de Luiz Maria da Silva Pinto	258	59,9	493.728	65,3	1.914
Listas nominativas	14	3,2	20.030	2,6	1.431
Viajantes estrangeiros	11	2,6	35.055	4,6	3.187
Corografia Histórica de Minas Gerais	4	0,9	11.698	1,5	2.925
Sem informação de localização	144	33,4	196.146	25,9	1.362
Total	431	100,0	756.657	100,0	1.756

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830; RAPM (1897: 18-28); Matos (1979); e Banco de Dados de Viajantes Estrangeiros do Século XIX, em Minas Gerais (1996).

Inicialmente, toma-se o exemplo de Mariana, por ser o lugar mais emblemático do urbano em Minas Gerais. Isso por que a primeira capital de Minas Gerais foi, também, o primeiro núcleo mineiro a elevar à condição de cidade, e, por muito tempo, o único a manter nessa condição na Capitania/Província⁶⁷. Sob essas condições, Mariana, desde o princípio, mereceu a atenção das estatísticas oficiais e da maioria dos viajantes estrangeiros.

Pouco mais de uma década antes do recenseamento, Saint-Hilaire, o eminente viajante da primeira metade do século XIX pelo extenso volume de informações nos seus diversos relatos de viagens no Brasil, descrevia a cidade de Mariana como...

“(…) rasgada por duas ruas longitudinais, que cortam outras ruas oblíquas relativamente às primeiras, e, aproximadamente, paralelas entre si (...) Todas são regularmente pavimentadas e, em geral, direitas e bastante largas, principalmente as duas ruas longitudinais chamadas Rua Direita e Rua das Cortes” (Saint-Hilaire, 1975b: 79).

Depois de descrever os prédios públicos e religiosos mais importantes do centro urbano, relatava que “as casas dessa cidade, cujo número se eleva a cerca de 500, parecem em geral mais bem conservadas que as de Vila Rica; são menos tristes e os tetos não avançam além das paredes”, o que remete ao menor prestígio socioeconômico dos seus habitantes *vis-à-vis* os da capital, por não construírem as casas com eira, nem com beira-sobeira. Sobre a

⁶⁷ João A. de Paula menciona o fato de que o rígido controle social de Portugal sobre a exploração aurífera incluía a sonegação do título de cidade aos núcleos urbanos dinâmicos da capitania de Minas Gerais. Mariana escapou a esse controle pelo fato de abrigar, desde 1745, a sede do bispado da Capitania (Paula, 1988: 60). Isso implicava o tratamento diferenciado de Mariana, pois o bispo não poderia residir em nenhum lugar que tivesse apenas o título de vila, como ocorria com as demais sedes de termo, como Vila Rica e Sabará (Paula, 2000: 37). Mesmo depois da independência, no início da década de 1830, período do recenseamento, apenas Ouro Preto usufruía, com Mariana, a posição de cidade.

infra-estrutura urbana, acrescentava que “Mariana possui[a] vários chafarizes, mas nada apresenta[va]m de notável” (Saint-Hilaire, 1975b: 79).

As avaliações sobre o tamanho do núcleo – medido em número de casas – bem como sobre o estado geral da cidade eram praticamente as mesmas de Luccock, que esteve em Minas Gerais pouco antes de Saint-Hilaire, ao narrar que...

“As casas, que ascendem a quinhentas, apresentam aspecto aseado, por motivo de serem regularmente caiadas. As igrejas são bonitas e, entre elas, acha-se uma espaçosa Catedral” (Luccock, 1975: 340).

Em período próximo, essa visão também era compartilhada por Pohl:

“As casas que surgem na extremidade norte da cidade são de péssima construção, porém vão melhorando a cada passo que se avança. Em pouco, chega-se a uma bela calçada, cujas casas, limpamente caiadas se enfileiram lado a lado. Muitas delas são inteiramente construídas de pedra, de notável tamanho, assobradadas. Três pontes de pedra atravessam o já não mais aurífero Ribeirão do Carmo...” (Pohl, 1976: 385).

E continuava descrevendo sobre o aspecto físico da cidade e seu tamanho, ao dizer que:

“Além do Ribeirão (...) há sete chafarizes que abastecem a cidade. A outra parte da cidade, que fica sobre uma colina, tem aspecto agradável e imponente devido às muitas igrejas e torres que nela se comprimem, e se distinguem pela beleza da construção. Pode-se considerá-la a parte mais bonita da cidade. Contribuem ainda mais para embelezá-la os muitos jardins e pomares existentes na encosta ocidental da colina. O número de casas é de 550” (Pohl, 1976: 385).

Até aqui, dois aspectos presentes nos depoimentos dos viajantes valem destacar, a respeito do urbano no século XIX. O primeiro diz respeito à diversidade das habitações percebidas por Emanuel Pohl entre a entrada da cidade de Mariana, uma área suburbana e o seu centro, que, vale dizer, pode ser tido como o reflexo da riqueza concentrada sobre o espaço urbano. Em Silva (2002: 162), no seu estudo sobre o florescente núcleo urbano de Santa Luzia, no município de Sabará, essa faixa de transição também foi percebida, embora não fosse ressaltado o aspecto da apropriação de riqueza, mas sim, seu caráter ambivalente, que conciliava algumas características urbanas, outras rurais⁶⁸. Essa diversidade do urbano provavelmente esteve na raiz de algumas divergências de números sobre o tamanho das

⁶⁸ Em Silva (1995: 27 e 36), entretanto, o elemento da concentração de riqueza pode ser visto pela composição da população segundo a condição social e a posse de escravos, entre as áreas. Nos quatro distritos analisados, situados em pontos distintos de Minas Gerais, foi observado que o número de escravos atingia seu menor nível nos subúrbios, o que refletia, também, o fato dessa área conter o menor número de proprietários de escravos e por apresentar, nos domicílios proprietários, apenas pequenos plantéis de cativos.

idades, no confronto de várias fontes, que podem, ora tomar o suburbano como parte do núcleo central, ora assumi-lo como pertencente ao rural.

O segundo ponto a destacar refere-se às unidades de medida empregadas na avaliação da dimensão dos núcleos urbanos. Como visto, os viajantes tendiam a expressar o tamanho dos centros pelo número de casas, ou de casas habitadas existentes. Contudo, observa-se nos levantamentos estatísticos do governo, como a “Relação das Cidades, Vilas e Povoações...” (RAPM, 1897: 18-28) o uso da expressão “fogos das povoações”. Como se discutirá no capítulo metodológico, o termo “fogo” é próximo do que se convencionou chamar atualmente de domicílio, que por sua vez, identifica-se, em parte, com uma casa habitada, como é tratado no capítulo seguinte (item 6.3). Tal observação também vale ser considerada nas ocasiões em que os números, para um mesmo lugar, se divergirem.

Contudo, observou-se que para a maioria das localidades havia grande proximidade da dimensão do urbano, a exemplo de Mariana, quando se confrontou os dados dos viajantes, com os registros oficiais, em que pese o lapso temporal de aproximadamente uma década dos registros. Segundo o documento de Luiz Maria (RAPM, 1897: 18), Mariana contava com 515 fogos dentro da povoação, o mesmo número inferido por Cunha Matos⁶⁹ (1979: 75).

Conselheiro Lafaiete, então uma decadente vila de Queluz, é um outro exemplo que deve ser considerado, por enquadrar-se nos poucos casos com grandes divergências de opiniões quanto à dimensão do urbano. Segundo o viajante Pohl:

“Esta vila, que conta umas trezentas casas, começa por algumas pobres choças dispersas, mas, já no centro, apresenta várias casas assobradadas, edifícios construídos de barro e madeira que ainda revelam vestígios da antiga opulência. Exatamente no ponto central encontra-se a igreja matriz, construída de pedra e com duas torres. As duas capelas que se acham nos extremos da cidade, a Casa de Justiça e a Cadeia, estão à beira da ruína, o que se vê em todos os edifícios daqui. Consiste toda a vila propriamente dita numa rua única, formando uma curva, estendendo-se sobre o dorso de uma colina e muito mal calçada” (Pohl, 1976: 410).

Ao visitar a mesma vila, Luccock pareceu desconsiderar a sua periferia ao relatar que “A vila de Queluz consta de umas cem casas, dispostas ao longo do espigão de um morro, cuja

⁶⁹ A coincidência da maioria das informações de fogos urbanos entre a “Relação das Cidades, Vilas e Povoações...” do Major Luiz Maria Pinto (RAPM, 1897: 18-28), com as constantes na Corografia Histórica de Minas Gerais (Matos, 1979) sugere que aquele foi um documento amiúde compulsado pelo autor deste. Deve-se registrar, contudo, que Cunha Matos substituía o termo “fogos das povoações” por “casas” em quase todos os casos.

largura é exatamente bastante para uma rua.” (Luccock, 1975: 323). Passada uma década, Luiz Maria (RAPM, 1897: 20) considerava existir 144 fogos urbanos em Queluz, o que foi confirmado pelo autor da Corografia Histórica de Minas Gerais (Matos, 1979: 83).

Não muito longe de Queluz, outro núcleo urbano despertava atenção de todos os viajantes, exatamente por apresentar dinamismo e contrastar com o aspecto decadente do caso anterior. Sobre a vila de São João del Rei, dir-se-ia que:

“Esta cidade figura entre as mais limpas e alegres que já encontrei no Brasil. Situada em clima suave, apresenta uma vista risonha com as suas 1.000 casas, na maioria de um só andar, limpamente caiadas e com pomares verdes, exuberantes, em que se erguem belas bananeiras. As igrejas, inteiramente construídas de pedra, com torres bem proporcionadas, algumas ornadas com relógios, o que é uma raridade no país, ultrapassam os próprios templos da cidade do Rio de Janeiro (...) As ruas são amplas e bem calçadas, mas um tanto desiguais por ter o terreno acidentado” (POHL, 1976: 86-7).

Um pouco mais abaixo do que inferia o viajante europeu, o núcleo urbano teria 891 fogos, em 1830, nas avaliações do Major Luiz Maria (RAPM, 1897: 22) e do Brigadeiro Cunha Matos (Matos, 1979: 90).

Ainda sobre São João del Rei, Pohl, que era o mais atento quanto à pobreza da periferia dos outros núcleos urbanos, surpreendeu ao mostrar, também, um quadro distinto dos arredores de dessa vila:

“Uma estrada boa, carroçável, conduz, ao longo do Córrego Tijuco, para o agradavelmente situado Arraial de Matosinhos, onde os habitantes abastados de São João têm muitas e belas casas de campo com jardins” (Pohl, 1976: 88).

Além da descrição física dos arredores da vila de São João, esta citação sobre a mobilidade espacial da população amplia a percepção das diversas interações entre o urbano e o rural, quanto à mobilidade da população. Outra referência entre o consumo urbano de produtos primários também é observada por Saint-Hilaire, em sua visita a São João del Rei:

“Os víveres que se consomem em São João vêm das fazendas vizinhas em carros de bois, que transitam pelas ruas até que toda a carga seja vendida. (...) Apesar dos habitantes [da Comarca] do Rio das Mortes dedicarem-se geralmente à agricultura, sendo os víveres abundantes em S. João del Rei, não pensem que os arredores desta vila apresentam, como as da França e da Alemanha, uma série quase ininterrupta de campos e pomares. Eles são, pelo contrário, geralmente nus e parecem pouco habitados; mas não é menos verdadeiro que um grande número de fazendas se acham espalhadas nas grotas e duvido que haja, próximo das

outras vilas de Minas Gerais, tantas plantações quanto as que vi no delicioso vale que vai do Rancho do Marçal a S. João del Rei.”⁷⁰ (Saint-Hilaire, 1974a: 112).

Embora não esgote o tema, acredita-se que as múltiplas visões apresentadas sobre a consolidada cidade burocrática-ecclesial de Mariana, a empobrecida vila de Queluz e a ascendente vila de São João del Rei sugeriram a multiplicidade do urbano, do seu entorno, bem como o grau de subjetividade contido nas fontes utilizadas.

Tais localidades pertenciam ao conjunto dos principais núcleos urbanos da Província. Porém, os povoados existentes, na sua maioria, eram de dimensões mais modestas, com menos de 100 casas. Serve, aqui, como exemplo dessas pequenas nucleações o povoado de Senhor do Bonfim (atual Bocaiúva), na região do Sertão e que se encontrava no caminho entre os arraiais de Formigas (atual Montes Claros) e do Tejuco (Diamantina).

Em 1817, Saint-Hilaire, em sua jornada pelas porções setentrionais da Província, registra que:

“A duas léguas da fazenda de S[anto] Elói, encontrei o pequeno povoado de Bom Fim, que se compõe de uma igreja e uma quarentena de casas dispostas quase sem nenhuma ordem. Com a exceção de uma delas, que pertencia ao Sr. Verciani, todas estavam fechadas, e presumo que tivessem por proprietários agricultores que, certamente, a elas só vinham aos domingos” (Saint-Hilaire, 1975: 325).

Passados vinte anos, um outro viajante, o inglês George Gardner, chegava à mesma localidade, não sem antes manifestar os vazios demográficos que separavam Bonfim dos demais núcleos:

“(…) Depois de uma légua de viagem em região um tanto plana chegamos ao Arraial do Bonfim irregularmente edificado, com uma igreja e quarenta ou cinqüenta casas, muitas delas com aspecto bem ruinoso” (Gardner, 1975, 197).

Essa quase imutabilidade do núcleo urbano por duas décadas coaduna com o registro de apenas 27 fogos no povoado, pelas contas de Luiz Maria (RAPM, 1897: 26). Um outro ponto a se destacar diz respeito ao que se poderia denominar de uma centralidade intermitente desses pequenos núcleos, cheios aos domingos e outras datas festivas do calendário religioso e esvaziados nos outros dias. Provavelmente, os fogos urbanos

⁷⁰ Uma descrição semelhante dos arredores de São João del Rei é encontrada no relato “Viagem pelo Brasil”, sobre a viagem, realizada entre 1817 e 1820, dos cientistas Spix e Martius (1981a: 194).

apresentados no documento oficial referiam-se aos pertencentes a indivíduos que habitavam permanentemente o arraial⁷¹.

Voltando ao primeiro viajante, em relação ao comércio desse pequeno povoado e sobre os vínculos desse arraial com o rural, ao seu entorno, relatava-se que:

“Na sua casa do Bom Fim, o Sr. Verciani mantinha uma loja em que se encontravam quinquilharias, artigos de mercearia e fazendas; um empregado era encarregado de vender essas mercadorias por conta do dono. Grande número de lavradores ricos seguem esse exemplo. Permanecem em suas fazendas, e tem nas povoações vizinhas casas de negócio em que mantém agentes” (Saint-Hilaire, 1975: 325).

Gardner, por sua vez, aponta a longevidade dos antigos laços entre o rural e o pequeno povoado:

“A principal casa de comércio da aldeia pertencia, como vinte anos antes, ao tempo em que a visitou Mr. Auguste de St.-Hilaire, ao Coronel Pedro José Versiani, proprietário de uma grande fazenda, a umas duas léguas de distância, onde reside, estando a loja entregue a pessoa de sua confiança, prática bem comum entre os ricos fazendeiros desta província” (Gardner, 1975, 197).

Na medida em que os nexos entre campo e cidade, no caso de Bonfim, são personificados na figura de um fazendeiro, nas páginas dos relatos de viagem, uma investigação mais detalhada sobre os registros desses atores pode trazer mais elementos para subsidiar o assunto em tela.

O fogo do Capitão Pedro José Versiani foi identificado como sendo o primeiro recenseado, na lista nominativa de Bonfim, elaborada em outubro de 1832. O fato de contar com um plantel de 156 cativos o colocava no restrito grupo de 1% dos chefes de domicílios com maiores números de escravos, no conjunto das 313 listas nominativas pesquisadas, o que corrobora a noção de rico proprietário rural transmitida nos dois relatos, não só ao nível local, como também provincial.

Na lista nominativa, a ocupação do Capitão é definida genericamente como “fazendeiro”. Somente pelos depoimentos dos viajantes, como visto acima, é que se tem a informação

⁷¹ A centralidade intermitente dos pequenos arraiais de Minas Gerais também é sugerida em outro relato de Saint-Hilaire, quando descreve a vida urbana de Araxá, que continha perto de 75 casas. Dizia ele que “durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada (...) Só permanecem na cidade, nos dias de semana, os artesãos – alguns dos quais bastante habilidosos – as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da Província de Minas Gerais” (Saint-Hilaire, 1975c: 130).

das demais atividades relacionadas ao comércio da localidade, assim como dos principais produtos de sua propriedade rural⁷². O que se quer enfatizar aqui é que o fato de se constar fazendeiros como os primeiros fogos arrolados em algumas listas nominativas, tal como em Bonfim, poderia colocar em dúvida a validade da metodologia de Silva (2002), aqui empregada, que tem como suposição o princípio de que os fogos são listados do urbano para o rural. As informações complementares dos viajantes sobre as atividades comerciais de José Versiani, entretanto, sugerem os vínculos econômicos e sociais⁷³ que esses agricultores de maior poder econômico tinham com os respectivos povoados.

5.3 O urbano e o rural, em Minas Gerais, na década de 1830

O nível de urbanização é um aspecto investigado com especial atenção nesse estudo não só porque Minas Gerais, juntamente com o Rio de Janeiro e, mais tarde, São Paulo, compunham a maior rede de cidades no Brasil Império, mas também por ser a segmentação entre o urbano e o rural muito relacionada com as diferenciações demográficas, em estudos anteriores.

Indicador implícito do estágio de desenvolvimento, o nível de urbanização torna-se uma variável tão interessante quanto de difícil definição. Número de habitantes nos aglomerados, disponibilidade de serviços, estrutura ocupacional dos moradores, densidade demográfica são alguns critérios para a definição do nível de urbanização.

A adoção diferenciada no tempo e no espaço desses critérios dificulta a comparação entre várias regiões ou de uma mesma localidade ao longo de um período. No estágio atual de pesquisa sobre o tema, inclusive, desconhece-se o nível de urbanização para outras províncias na década de 1830, da forma como agora se apresenta para Minas Gerais.

No presente estudo, para se desvencilhar do anacronismo, adotaram-se as convenções contemporâneas ao período em estudo, ao assumir que o urbano coincidia com a população

⁷² Gardner (1975, 198) e Saint-Hilaire (1975: 324) destacavam a pecuária, o cultivo da cana-de-açúcar e a produção no engenho de açúcar como as atividades que mais geravam receita na fazenda Santo Elói, embora se plantassem também outros cultivos de subsistência.

⁷³ Consta em Barbosa (1995: 52) que o primeiro vigário de Bonfim chamava-se José Maria Versiani, na década de 1850. Este, provavelmente, deveria ser o terceiro filho vivo do Capitão Versiani declarado na lista nominativa de 1832, com o mesmo nome, tendo na época, 15 anos. Tal fato reforça ainda mais a importância dos domicílios dos grandes fazendeiros na formação da sociedade das pequenas nucleações urbanas de Minas Gerais.

residente em fogos existentes “nos povoados”. Por seu turno, a população rural seria aquela pertencente a fogos localizados “fora do povoado” ou “extramuros”. Esse procedimento metodológico é, na verdade, o mesmo observado em estudos anteriores de Silva (1995; 2002) e Rodarte (1999). A Tabela 14 apresenta, em síntese, os principais números sobre o nível de urbanização da população de Minas Gerais, na década de 1830. Surpreende que o número de domicílios no urbano equivalesse a cerca de ¼ do total, tendo em vista, a estrutura econômica tradicional, desprovida dos elementos aglutinadores propiciados pela industrialização.

Tabela 14 – Tamanho médio dos fogos, distribuição dos fogos e habitantes por área – Minas Gerais – 1832

Fogos e população	Unidade	Área		
		Urbano	Rural	Total
Fogos	N.	32.750	101.800	134.550
	%	24,3	75,7	100,0
Tamanho médio dos fogos	(em pessoas)	5,6	6,7	6,4
População	N.	179.973	668.224	848.197
	%	21,2	78,8	100,0

Fonte dos dados básicos: Estimativa da população elaborada por Rodarte⁷⁴, com o uso das listas nominativas da década de 1830, mapas de 1833/35 (Martins, M. 2002) e dados populacionais de 1826 (Matos, 1979), posteriormente ajustados pelas taxas de crescimento de Mortara (1941b: 276) e Merrick e Graham (1981: 57). Dados de localização dos fogos: ver Tabela 13. Distribuição segundo disponibilidade de informação: ver Tabela 58.

A análise das listas nominativas referentes aos distritos com informação de localização dos domicílios permite afirmar que os mesmos, quando situados no urbano, tendiam a ser menores que os rurais (com médias de 5,6 e 6,7 pessoas, respectivamente), o que sugere formas diferenciadas de estruturação das unidades domiciliares. Devido a essas diferenças de porte médio dos fogos, o grau de urbanização da população, de 21,2%, é ligeiramente menor do que a apresentada para os domicílios⁷⁵.

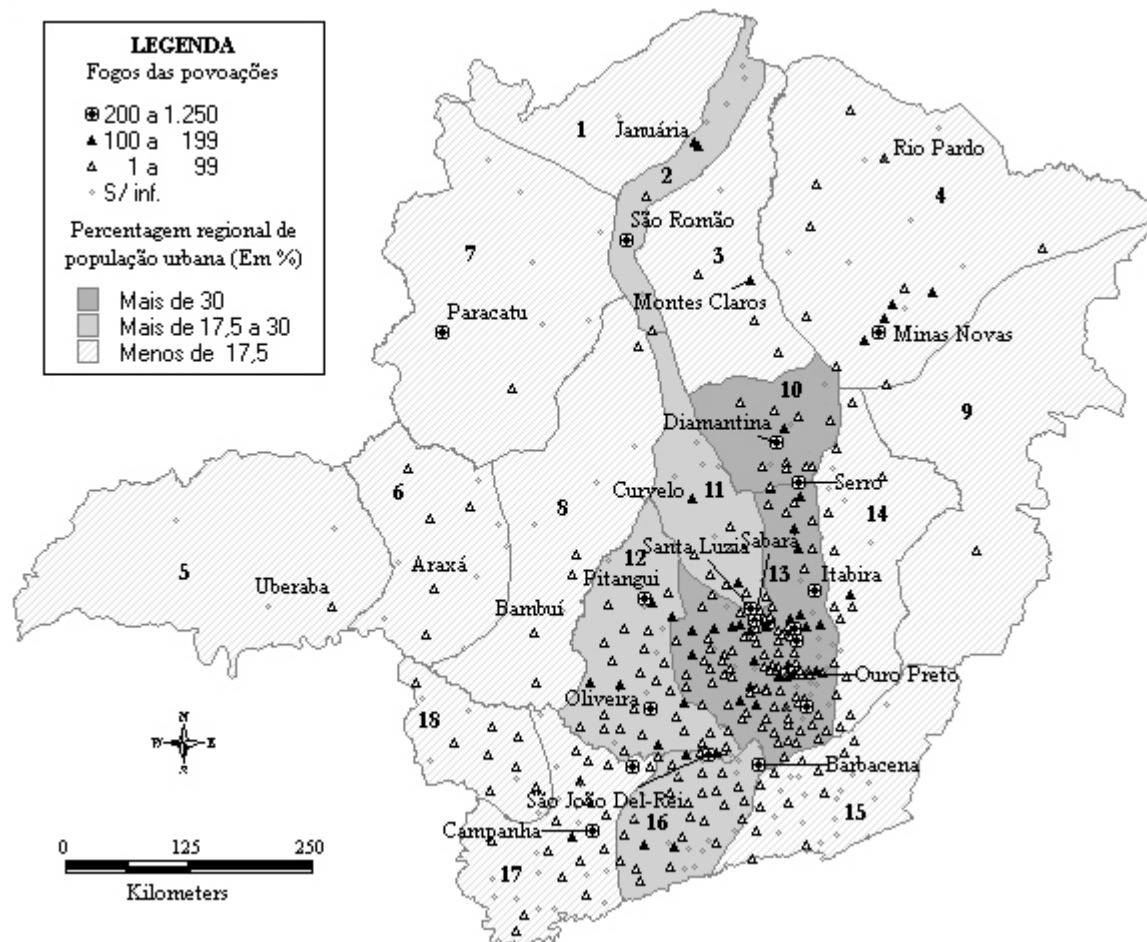
Posto que o processo de povoamento houvesse ocorrido de modo diverso nas várias regiões da Província, até a década de 1830, o mesmo se observava em relação ao nível de urbanização. Constatou-se que o grau de urbanização atingia níveis superiores a 30% da população nas regiões historicamente mais identificadas com a mineração e com as regiões que primeiro se dedicaram às atividades acessórias às explorações auríferas e de diamantes (Mapa 25). O grau de urbanização da população atingiu níveis mais elevados nas regiões

⁷⁴ RODARTE, Mario M. S. **Relatório de recomendação de revisão do mapa básico das regiões e estimativa populacional de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006. Mimeografado.

de Diamantina (36,2%) e na Mineradora Central Oeste (34,0%), de povoamento mais antigo (Tabela 59, no Apêndice, pág. 302).

Em situação oposta, as regiões que estavam apresentando um rápido processo de povoamento tinham os níveis mais baixos de urbanização, como eram os casos da Mata (9,8%) e do Sertão do Alto São Francisco (5,3%).

Mapa 25 – Níveis de urbanização regional e distritos por faixa de fogos urbanos – Minas Gerais - 1832



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. (ver Tabela 13). Nota: **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Distritos por faixa fogos urbanos: Com 200 ou mais fogos – Ouro Preto, São João dei Rei, Diamantina, Sabará, Paracatu, vila do Príncipe (Serro), Mariana, Campanha, Santa Luzia, Pitangui, Minas Novas, Lavras, Itabira, Santa Bárbara, Piranga, Caeté, Oliveira, Catas Altas do Mato Dentro, Barbacena, São Romão; Com 100 a 199 fogos: 50 distritos; Até 99 fogos: 217 distritos; Sem informação do número de fogos urbanos: 144 distritos.

A conformação regional encontra-se intrinsecamente relacionado com a localização das principais nucleações urbanas, ainda pelo Mapa 25. Nesse aspecto, a Mineradora Central

⁷⁵ Em que pese as diferenças conceituais sobre o recorte entre o urbano e o rural, o quadro apresentado em 1832 parece pouco se diferir do de 100 anos depois, com o Censo de 1940, quando se apurou que 25,1% da

Oeste se destacava pela grande concentração não só de núcleos pequenos e médios como também dos grandes, com mais de 200 fogos intramuros, entre os quais se destacavam Ouro Preto (1.206 fogos) e Sabará (617 fogos).

Não obstante a rígida regulação do Estado sobre a Região de Diamantina em relação ao processo de ocupação, para o controle da extração de diamantes, havia nessa região dois núcleos de grande expressão na Província, que eram o Serro (537 fogos) e Diamantina (800 fogos). Tais resultados corroboram a avaliação feita anteriormente em Rodarte (1999). Segundo ela, a extensa e complexa rede de cidades de Minas Gerais tinha como centro o antigo núcleo central minerador, tendo Ouro Preto e Serro como os núcleos de maior centralidade urbana.

Mesmo nas regiões com baixo grau de urbanização (com menos de 17% da população residindo nas aglomerações) havia núcleos de destaque, como Campanha (398 fogos) e Lavras (264 fogos), no Sul Central; Paracatu (592 fogos) e Minas Novas (329 fogos), nas respectivas regiões homônimas (RAPM, 1897: 18-28).

Vale destacar que o atual estágio de levantamento dos dados já contemplou os principais núcleos urbanos, com a exceção apenas de Pouso Alegre⁷⁶, no Sul Central, de modo que o quadro apresentado pelo Mapa acima expressa, de fato, a conformação do urbano e do rural em Minas Gerais da primeira metade do século XIX.

5.4 A diferenciação da composição da população por sexo e idade, entre o urbano e o rural, em Minas Gerais, na década de 1830

Os livros que relatam as expedições científicas e comerciais de Saint-Hilaire, Spix e Martius e de outros viajantes permitiram conhecer mais, no presente, as expressivas diferenças culturais, sociais e econômicas entre o campo e a cidade, nas Minas Gerais da primeira metade do século XIX e sugerem, por sua vez, a aplicabilidade da noção do urbano como indicador de desenvolvimento. O aspecto demográfico, contudo, é menos

população era urbana (IBGE, 1950: 157).

⁷⁶ Entre os viajantes estrangeiros mais conhecidos, Spix e Martius foram os únicos que visitaram Pouso Alegre. Apesar de não mencionarem o número de casas na povoação, relatavam que era um núcleo incipiente e que estava sendo constituído pelo comércio que Minas Gerais estava estabelecendo com São Paulo e pela exploração das fontes termais próximas, mas que, à época, não passava de “uns miseráveis casebres de barro” (Spix, Martius, 1981a: 182)

perceptível por essa forma de observação⁷⁷, sendo mais apropriado o uso exaustivo das listas nominativas com informação de área de localização dos domicílios.

A composição da população por sexo e idade, segundo a área de localização dos domicílios, está expressa na Tabela 15. As colunas em que se distribuem a população entre o urbano e o rural sintetizam os dados das 210 localidades recenseadas com informação de localização, listadas, uma a uma, na Tabela 60 (no Apêndice, pág. 307), ao passo que a população constante nas colunas “sem informação” de localização refere-se aos distritos com listas nominativas, mas sem identificação do tamanho dos povoados.

Tabela 15 – Composição de sexo e idade da população recenseada, segundo situação dos domicílios – Minas Gerais – Década de 1830

Idades	Área do domicílio (em número)											
	Urbano			Rural			S/ inf.			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	10.887	10.207	21.094	38.413	36.200	74.613	20.834	19.564	40.398	70.134	65.971	136.105
10-19	11.595	10.173	21.768	34.397	31.238	65.635	17.559	15.663	33.222	63.551	57.074	120.625
20-29	9.604	9.328	18.932	30.109	26.265	56.374	15.194	13.326	28.520	54.907	48.919	103.826
30-39	6.643	6.898	13.541	20.367	17.358	37.725	10.246	8.242	18.488	37.256	32.498	69.754
40-49	4.732	5.157	9.889	14.389	11.849	26.238	6.992	5.327	12.319	26.113	22.333	48.446
50-59	3.491	3.548	7.039	9.454	7.165	16.619	4.231	3.054	7.285	17.176	13.767	30.943
60-69	2.189	2.164	4.353	5.480	4.012	9.492	2.270	1.516	3.786	9.939	7.692	17.631
70-79	863	861	1.724	1.868	1.459	3.327	773	531	1.304	3.504	2.851	6.355
80-89	298	374	672	786	574	1.360	294	234	528	1.378	1.182	2.560
90-	63	82	145	182	200	382	92	74	166	337	356	693
Total	50.365	48.792	99.157	155.445	136.320	291.765	78.485	67.531	146.016	284.295	252.643	536.938

Idades	Área do domicílio (em percentagem)											
	Urbano			Rural			S/ inf.			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	11,0	10,3	21,3	13,2	12,4	25,6	14,3	13,4	27,7	13,1	12,3	25,3
10-19	11,7	10,3	22,0	11,8	10,7	22,5	12,0	10,7	22,8	11,8	10,6	22,5
20-29	9,7	9,4	19,1	10,3	9,0	19,3	10,4	9,1	19,5	10,2	9,1	19,3
30-39	6,7	7,0	13,7	7,0	5,9	12,9	7,0	5,6	12,7	6,9	6,1	13,0
40-49	4,8	5,2	10,0	4,9	4,1	9,0	4,8	3,6	8,4	4,9	4,2	9,0
50-59	3,5	3,6	7,1	3,2	2,5	5,7	2,9	2,1	5,0	3,2	2,6	5,8
60-69	2,2	2,2	4,4	1,9	1,4	3,3	1,6	1,0	2,6	1,9	1,4	3,3
70-79	0,9	0,9	1,7	0,6	0,5	1,1	0,5	0,4	0,9	0,7	0,5	1,2
80-89	0,3	0,4	0,7	0,3	0,2	0,5	0,2	0,2	0,4	0,3	0,2	0,5
90-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	50,8	49,2	100,0	53,3	46,7	100,0	53,8	46,2	100,0	52,9	47,1	100,0

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 7.716 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

Em linhas gerais, a população urbana se diferenciava da rural por ser mais envelhecida e por conter uma proporção de mulheres relativamente maior. Ainda pela Tabela 11, observa-se que a população daqueles distritos recenseados que escaparam às estatísticas do

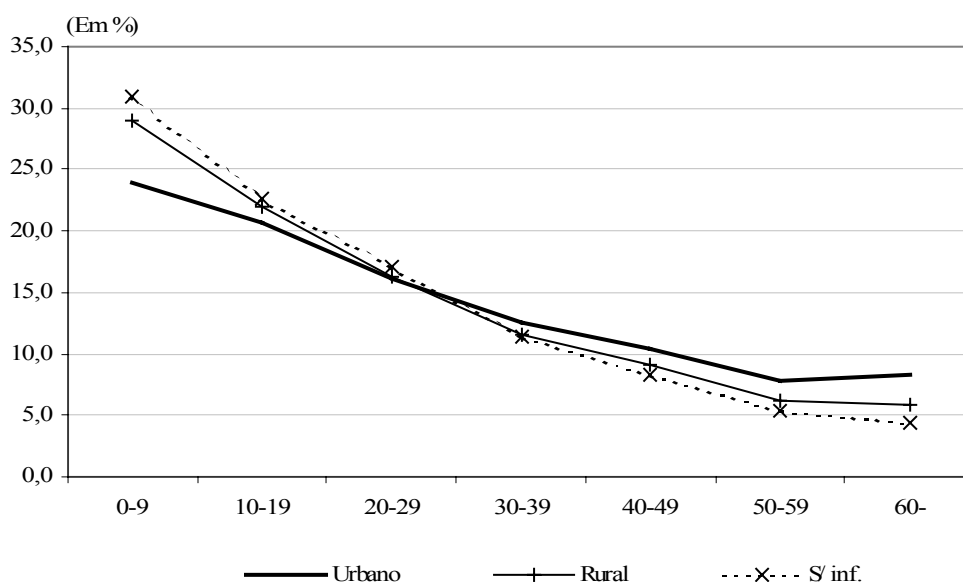
⁷⁷ Foge a essa regra alguns trechos dos relatos do inglês Richard Burton. Aos olhos desse viajante, a preeminência feminina nas cidades mineiras não passou despercebida, que, em atenção a essa característica da população de São João del Rei, na década de 1860, chegou a admoestar a prática da poligamia, pois sem a qual, ainda na visão do viajante, “como poderia a estirpe de Abraão ter-se multiplicado tanto?” (Burton, 1976: 111).

Luiz Maria da Silva Pinto (RAPM, 1897: 18-28) – e das outras fontes sobre o tamanho dos núcleos – continham essas duas características presentes no segmento rural, inclusive de forma mais marcante. Essas evidências sugerem que essas localidades contivessem uma população de perfil mais rural, porém ainda mais isolada que aquelas claramente identificadas como tal.

Analogamente à análise de composição da população por tipos regionais de dinamismo demográfico, também no estudo das diferenças demográficas entre o campo e cidade procedeu-se à segmentação da população entre livres e escravos, uma vez que o recorte por condição social implicava dinâmicas diferenciadas.

A análise da composição da população livre por idade confirma o que já foi antecipado pela Tabela anterior, ao mostrar uma estrutura etária mais envelhecida nas cidades, *vis-à-vis* a distribuição da população rural e, principalmente, das localidades com tamanho dos respectivos povoados desconhecidos (Gráfico 16). Vale destacar que as estruturas etárias mostram-se mais distintas nos extremos, particularmente entre as crianças de 0 a 9 anos e no segmento de 60 anos e mais.

Gráfico 16 – Composição por idade da população livre, segundo área – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 56, pág. 299)

As diferenças de estrutura etária entre o urbano e o rural, podem, a princípio, ser interpretadas como um simples reflexo dessas diferenças entre os tipos regionais, na medida em que o tipo A, anteriormente apontado como tendo uma população mais

envelhecida (no capítulo 4, item 4.3), também era mais urbanizada e compreendia o segmento mais substantivo da rede de cidades da Província.

As evidências relativas à idade média, porém, sugerem que tanto o recorte por área de localização quanto por tipo regional exerciam, de formas independentes e simultâneas, influências sobre a composição etária (Tabela 16). Em outras palavras, na medida em que se passava das regiões tipo C para A, passando por B, e, na medida em que se transitava do rural para o urbano, mais envelhecida era a estrutura etária local.

Uma forma de certificar que as diferenças de idade entre o urbano e o rural são significativas, estatisticamente e não apenas casuais, é pela elaboração de um teste de hipóteses de dados emparelhados, como ensina Soares, Farias e Cesar (1991: 195). Nesse experimento, considera-se, como hipótese nula, que a diferença das médias de idade da população livre entre o rural e urbano, em cada um dos distritos, tem média (μ) igual a zero ($H_0: \mu = 0$) e como hipótese alternativa, a suposição que essa mesma média teórica das diferenças (μ) é maior que zero ($H_1: \mu > 0$).

Tabela 16 – Idade média da população livre, por área segundo tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830

Tipos Regionais	Área			Total
	Urbano	Rural	S/inf.	
A	26,1	25,0	23,2	24,7
B	25,5	22,7	21,1	21,9
C	23,1	20,7	21,7	21,4
Total	25,8	24,4	22,3	23,9

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Para minimizar o risco de se rejeitar H_0 , sendo esta hipótese verdadeira (Erro Tipo I), ou seja, de considerarmos, equivocadamente, a relação entre o urbano com uma população mais envelhecida e o rural com uma população mais jovem, assume-se o nível de significância (α) de apenas 1% (isto é, apenas 1% de probabilidade de cometer o Erro Tipo I). Uma vez que o desvio padrão do total dos distritos é desconhecido, adota-se a distribuição t (t de Student), para o teste de hipóteses. Dessa forma, a estatística a ser usada é:

$$T = \frac{d - 0}{s / \sqrt{n}}$$

sendo d a média das diferenças, s o desvio padrão amostral dessas diferenças e n o número de distritos pesquisados.

Dessa forma, deveremos contar com duas situações:

Situação 1: Não rejeitar H_0 , se $T \leq t_{n-1; 1-\alpha}$ ou;

Situação 2: Rejeitar H_0 , se $T > t_{n-1; 1-\alpha}$.

A Tabela 17 aponta que a segunda situação foi observada em todos os tipos regionais e, sobretudo, para o total da amostra. Com isso, conclui-se pela rejeição de H_0 , ao nível de 1% de significância, ou seja, pela relevância estatística da diferença entre as médias de idades nos distritos da amostra entre o urbano e o rural.

Tabela 17 – Teste de hipóteses sobre a diferença da idade média entre o urbano e o rural – Minas Gerais – Década de 1830

Tipo Regional	Valores			$t_{n-1; 0,99}$	Resultado da Estatística T
	d	s	n		
A	1,1192	2,96346	162	2,326	4,807
B	2,8278	3,38763	22	2,518	3,915
C	2,4304	3,07373	17	2,583	3,260
Total	1,4171	3,06732	201	2,326	6,550

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Obs.: valores de $t_{n-1; 1-\alpha}$ obtidos em (Soares, Farias e César, 1991: 366)

Outro teste que vale ser desenvolvido é o que avalia as diferenças de média de idade entre a população livre urbana e aquela, de mesma condição, residente em distritos sem informação de localização dos domicílios, uma vez que se supõe, pelas evidências anteriormente levantadas, que os distritos sem informação preservam uma semelhança com a população rural e não com a urbana. Adota-se como hipótese nula (H_0), a suposição que não exista diferenças entre as médias e como hipótese alternativa (H_1), a de que a média de idades dos livres nos distritos com domicílios sem informação de área seja menor que a apresentada entre os livres nos núcleos urbanos. Havia dessa forma, duas situações, supondo desvio padrão populacional desconhecido e, portanto, com distribuição t:

Situação 1: Não rejeitar H_0 , se $T \leq t_{n-1; 1-\alpha}$ ou;

Situação 2: Rejeitar H_0 , se $T > t_{n-1; 1-\alpha}$.

Como não se trata de dados emparelhados, a estatística do teste passa a ser:

$$T = \frac{x - m}{s / \sqrt{n}}$$

onde x é a média de idade da população livre urbana, m equivale à média de idade da população sem informação de localização dos domicílios, s o desvio padrão amostral desse conjunto sem informação e n o número destes distritos pesquisados (Soares, Farias e César, 1991: 182).

Pelos dados da Tabela 18 apontou-se que a hipótese alternativa tinha significância estatística em todos os tipos regionais e também no conjunto da amostra. Com isso, concluiu-se pela rejeição de H_0 , ao nível de 1% de significância, ou seja, pela relevância estatística da afirmação de que a média de idade dos livres dos distritos sem informação da localização do domicílio era mais baixa do que a média das idades dos núcleos urbanos.

Tabela 18 – Teste de hipóteses sobre a diferença da idade média entre o urbano e o rural – Minas Gerais – Década de 1830

Tipo Regional	Valores				$t_{n-1; 0,99}$	Resultado da Estatística T
	x	m	s	n		
A	26,1234	23,1568	2,87901	57	2,423	7,780
B	25,5159	21,0751	1,37675	30	2,462	17,667
C	23,1366	21,6779	1,6029	16	2,602	3,640
Total	25,8043	22,3207	2,5257	103	2,326	13,998

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

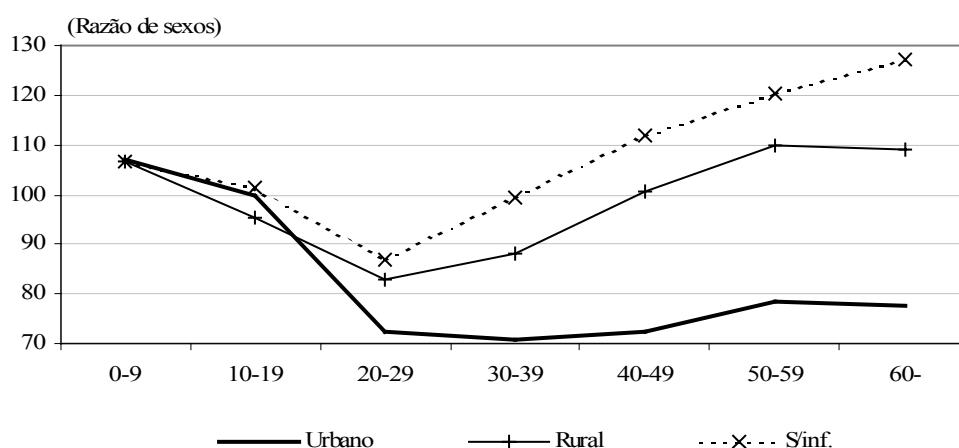
Obs.: valores de $t_{n-1; 1-\alpha}$ obtidos em (Soares, Farias e César, 1991: 366)

Em relação à composição por sexo da população livre, observa-se que o recorte por área é fundamental para a compreensão de determinados desequilíbrios ou mesmo de segregações quanto ao sexo dos indivíduos, entre os espaços, o que pode, principalmente em determinadas faixas etárias, implicar e refletir comportamentos distintos das três componentes da dinâmica demográfica.

A princípio, deve-se destacar que as curvas etárias das razões de sexo, expressas no Gráfico 17, apontam níveis e inflexões semelhantes entre as áreas, a partir das primeiras idades. Mas já na faixa dos 20 a 29 a razão de sexos mostra-se expressivamente menor nas áreas urbanas (72 homens para cada 100 mulheres) que no rural (83) e nos distritos sem informação de área (87). A partir dessa faixa etária, as razões de sexo das áreas rurais e supostamente rurais assumem tendências de elevação, em direção ao equilíbrio entre os sexos, ao passo que a mesma curva mantém-se relativamente estável nessa posição de desequilíbrio, com a maior prevalência de mulheres, nas faixas etárias seguintes.

A maior concentração maior de mulheres nas cidades – devido, inclusive à migração seletiva por sexo⁷⁸ – pode ser uma razão para o fato de ser a população urbana dotada de uma estrutura mais envelhecida, dada a maior longevidade das mulheres. O maior equilíbrio entre os sexos nas idades reprodutivas no campo, por sua vez, pode também ser um fator a contribuir para o maior número de nascimentos nessas áreas, o que é expresso na sua estrutura etária.

Gráfico 17 – Razão de sexos por idade da população livre, segundo área – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 56, pág. 299)

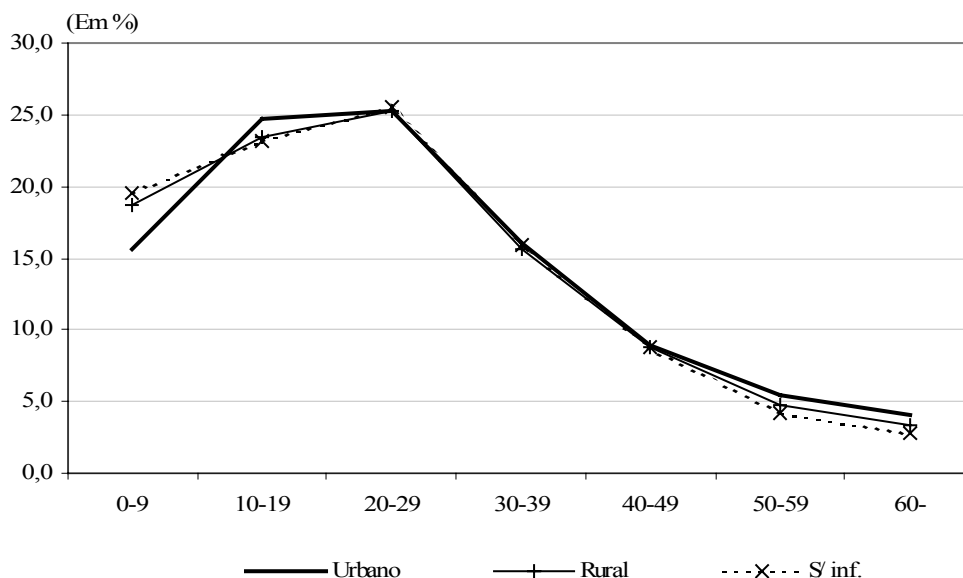
Apesar da estrutura etária e da razão de sexos dos cativos serem bem distintas em relação ao dos livres, como já visto anteriormente, algumas diferenças observadas entre os livres segundo a área de situação dos domicílios também são encontradas para os escravos. Em relação à estrutura etária (Gráfico 18), deve-se destacar a presença maior de crianças nas áreas rurais e supostamente rurais (distritos sem informação de área), como foi observado entre os livres e também o fato de ser a população urbana mais envelhecida.

Quanto à curva da razão de sexos por idade (Gráfico 19), pode-se constatar que, como no caso dos livres, esse indicador assume valores menores nas áreas urbanas que nas rurais, sobretudo nas faixas etárias mais produtivas, de 20 a 59 anos. Uma vez que as cidades eram mais femininas, tomando em conta a população livre, tal comportamento pode estar refletindo as afinidades por sexo na organização da produção e das atividades econômicas, uma vez que as mulheres livres nas cidades poderiam demandar, preferencialmente,

⁷⁸ Para suprir a falta de informações nos relatos viajantes, devem-se considerar, sobre essa questão, os trabalhos como de Kuznesof (1998), que considera muito expressiva a mobilidade espacial da população e, também, de Metcalf (1983, citada por Freitas, 1986b: 220) que identificou, no interior de São Paulo, a cultura de migração do campo para cidade de mulheres solteiras originárias de famílias camponesas, após a morte dos seus pais.

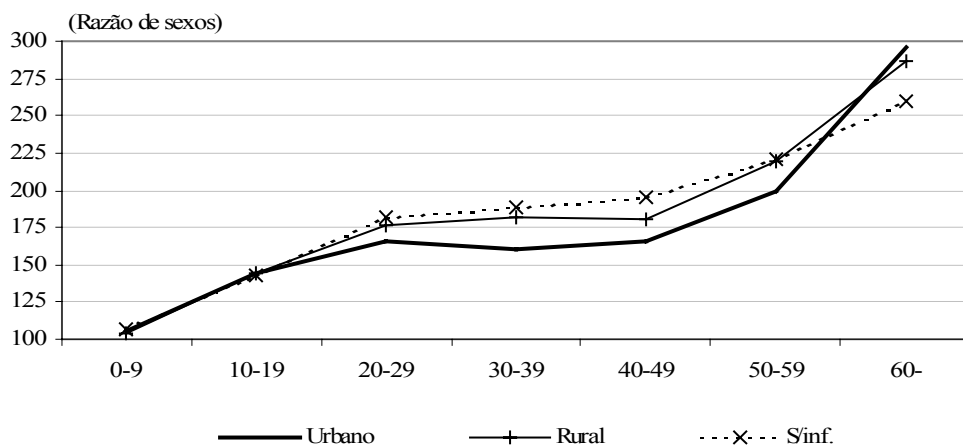
escravos e não escravos, para o auxílio de suas atividades. Deve-se considerar, contudo, que entre os escravos todas essas diferenciações apontadas nos âmbitos da estrutura etária e da composição por sexo são mais discretas que entre os livres.

Gráfico 18 – Composição por idade da população escrava, segundo área – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 57, pág. 300)

Gráfico 19 – Razão de sexos por idade da população escrava, segundo área – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 57, pág. 300)

A guisa de síntese, a segmentação dos registros demográficos entre campo e cidade, obtida mediante procedimentos aqui descritos, mostrou ter havido diferenças marcantes dos contingentes populacionais desses dois espaços. O perfil mais envelhecido e feminino dos indivíduos que habitavam os núcleos urbanos, em flagrante contraste com a caracterização mais jovem e equilibrada entre os sexos nas áreas rurais, sinaliza estruturas domiciliares

diversas, o que já era antevisto, inclusive, pela menor dimensão dos domicílios urbanos *vis-à-vis* os rurais. Por isso, essa segmentação torna-se ainda mais pertinente na análise de domicílios, tema central da tese, além, é claro, da vocação urbana de Minas Gerais, o que, por si só, já habilitava a inserção desses atributos no estudo atual.

6 METODOLOGIA

6.1 O caminho percorrido: antecedentes

O presente trabalho é, em grande medida, uma conseqüência natural de uma trajetória de levantamentos de dados, estudos e reflexões sobre a economia e população na Minas Gerais Oitocentista, conduzida pelo núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG, ao longo das últimas quase três décadas. Enquanto resultado de um acúmulo de decisões e resultados de trabalhos anteriores, a parte inicial desse capítulo metodológico visa explicitar, sinteticamente, os eventos e decisões mais marcantes que contribuíram, de forma decisiva, para a concretização dessa tese.

No início da década de 1980, quando o uso da computação não era tão disseminado quanto agora, o Núcleo antevia a necessidade de digitalizar o Recenseamento do Império de 1872. Isso possibilitaria a realização de futuros estudos demográficos e econômicos de Minas Gerais e do Brasil, pela riqueza de informações que esse documento apresentava – e que os dois censos posteriores não conseguiram reproduzir – para a segunda metade do século XIX, ao nível das paróquias (Quadro 1). O banco de dados eletrônico gerado por essa pesquisa⁷⁹ foi aqui empregado para a classificação das regiões mineiras segundo o nível de dinamismo, ao longo do século XIX.

A partir do conhecimento adquirido com a bem sucedida experiência do trabalho com o primeiro censo brasileiro, o Núcleo passou a voltar-se para a montagem de banco de dados dos levantamentos censitários da década de 1830, de Minas Gerais, cujos documentos originais o Arquivo Público Mineiro (APM) era repositório. O trabalho, extenso, envolveu a dedicação de inúmeros pesquisadores e durou de finais da década de 1980 a meados da década de 1990. O trabalho se dividiu em três frentes: a primeira, que consistiu na base original do Cedeplar, compreendeu um conjunto de 240 listas nominativas do período

⁷⁹ Pesquisa financiada pelo INPES/IPEA dentro do Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE), sob coordenação dos professores Clotilde A. Paiva e Roberto B. Martins. Ver PAIVA, Clotilde A.; MARTINS, Roberto B. **Um estudo crítico do recenseamento de 1872**. Belo Horizonte: PNPE, 1983. Relatório de Pesquisa. Mimeografado.

1831-1832. Na segunda parte do trabalho, foram digitalizadas 140 listas nominativas do período de 1838-1841. Por fim, uma terceira parte do trabalho foi resultado de uma nova incursão no acervo do APM, que resultou no levantamento e digitalização de mais 32 listas nominativas do período 1831-1832, sob financiamento do IPEA. As unidades espaciais de informação das listas nominativas eram os distritos de paz, divididos em fogos, com elenco de informações para os habitantes exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Algumas informações coletadas nos dois primeiros censos demográficos do Brasil e nas listas nominativas da década de 1830⁽¹⁾ de Minas Gerais

Informação	Listas nominativas de 1830		Censos	
	Listas 1831/32	Listas 1838/41	1872	1890
Atributos pessoais				
1. Sexo	X	X	X	X
2. Idade	X	X	X	X
3. Estado marital	X	X	X	X
4. Relação com chefe domicílio	X	X	X(2)	X(2)
5. Nacionalidade	X	X	X	
6. Lugar de nascimento			X	X(2)
7. Condição de presença			X	X(2)
8. Cor	X	X	X	X
9. Religião			X	X
10. Incapacidade física	X	X	X	X
11. Alfabetização		X	X	X
12. Frequência escolar			X	
13. Condição (livre ou escravo)	X	X	X	-
Atividade econômica				
14. Ocupação principal individual	X	X	X	X
15. Ocupação suplementar individual	X	X		
16. Ramo de atividade do domicílio	X	X		
Atributos do domicílio				
17. Localização geográfica	X	X	X	X
18. Fogos existentes	X	X	X	
19. Domicílios ocupados			X	
20. Residências vagas			X	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830, censos demográficos de 1872 e 1890; e Altmann e Ferreira (1979: 404).

(1) As informações indicadas como existentes nas listas nominativas são encontradas na maioria dos distritos recenseados, mas não necessariamente em todos. (2) Informações coletadas, porém, não tabuladas.

Um dos aspectos que garantem o ineditismo deste trabalho monográfico é o fato de ser o primeiro estudo sobre domicílios e famílias a utilizar a base de dados ampliada⁸⁰, produto da recente união dos três acervos eletrônicos das listas nominativas, decorrente da junção do banco de dados do Cedeplar com os outros dois últimos conjuntos de listas nominativas digitalizadas (Tabela 19). Se, por um lado, o estudo beneficiou-se do inédito uso do conjunto das fontes – que trás o evidente benefício da maior robustez dos resultados, por ter maior base empírica – por outro lado, houve um dispêndio maior de esforços nas

⁸⁰ Deve-se considerar que, mesmo na sua versão original, contanto apenas com o acervo do Cedeplar, a base de dados das listas nominativas de Minas Gerais já era o maior conjunto de microdados digitalizados dessa natureza para o período imperial brasileiro.

atividades de compatibilização das codificações das informações, análise de consistência e qualidade das informações, que são tratadas no item seguinte.

Tabela 19 – População e domicílios recenseados – Minas Gerais – Década de 1830

Acervos de origem da base de dados - listas nominativas da década de 1830	População		Domicílios		Distritos de paz	
	N.	%	N.	%	N.	%
Acervo 1: Listas nominativas da base de dados Cedeplar	398.304	74,2	62.348	73,5	232	81,4
Acervo 3: Listas nominativas de 1838/41	101.269	18,9	16.825	19,8	53	18,6
Acervo 2: Listas nominativas restantes, de 1831/32	37.365	7,0	5.637	6,6	28	9,8
Total	536.938	100,0	84.810	100,0	285	100,0

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Simultaneamente à tarefa de montagem dos bancos de dados de listas nominativas, elaborou-se nova forma de tratamento do espaço na Província. A necessidade do Núcleo de se repensar o espaço na Minas Gerais Oitocentista, advinha da consideração de que as divisões regionais ordinariamente utilizadas nos estudos daquela sociedade eram baseadas em critérios parciais de espacialidade (como as divisões político-administrativas), ou por critérios não fundados em elementos que respeitassem a historicidade das entidades regionais (Godoy, 1996: 25). Não raro, o emprego desses recortes espaciais fictícios tinha, por conseqüência, a valorização da homogeneidade espacial dos fenômenos demográficos e socioeconômicos, pois acabava por não unir o que era igual e não separar o que era diferente.

As regiões apresentadas ao longo do texto – inicialmente representadas no Mapa 1, pág. 62 – referem-se a essa nova proposta de regionalização adotada pelo Núcleo, que foi elaborada exclusivamente com base na percepção do espaço de viajantes estrangeiros⁸¹ que percorreram o território mineiro na primeira metade do século XIX. Do inter-relacionamento de fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos, o espaço de Minas Gerais foi segmentado em 18 regiões. Ressalta-se que, embora aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais resultaram de combinações específicas de múltiplos aspectos⁸².

⁸¹ Para uma descrição mais detalhada das condições históricas em que ocorreram as viagens e expedições científicas do século XIX, seus propósitos, assim como do conteúdo dos relatos de viagem, ver Godoy (1996), especialmente o capítulo sobre “O redescobrimto do novo mundo”.

⁸² A versão original da proposta de construção das regiões consta no estudo monográfico de conclusão de bacharelado em história e que, com algumas revisões, resultou em um texto de discussão do Cedeplar (Godoy, 1996).

Um passo a mais na percepção dos espaços diferenciados de Minas Gerais foi dado com o trabalho de tese de doutorado de Clotilde Paiva (1996). Coube a esse estudo, a primazia de se divulgar os principais aspectos populacionais da Província e das regiões – concebidas por Godoy (1996) – com dados extraídos da base de dados original das listas nominativas do Cedeplar, então recém-constituída.

Além disso, “População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX” avançou no terreno econômico, ao propor, em primeiro lugar, um escalonamento de níveis de desenvolvimento por regiões; e em segundo lugar, um conjunto de relações sociais e econômicas que se estabeleciam entre as regiões e que eram responsáveis pela geração ou manutenção dos desníveis de desenvolvimento econômico, em contraposição a uma visão simplista de funcionamento estanque e autônomo de cada região de Minas Gerais, contido na historiografia até aquele momento⁸³. Tais reflexões sobre as articulações econômicas entre as regiões foram fundamentais para sustentar as idéias, aqui defendidas, sobre o processo de povoamento e ocupação do território.

No estágio já avançado que a pesquisa havia atingido, ao identificar os nítidos contrastes econômicos das regiões, era imperativo que se voltassem esforços para o estudo da urbanização, tema coirmão, indissociável dos diferenciais de desenvolvimento econômico. Três passos importantes foram dados em direção à apreensão do fenômeno da urbanização em Minas Gerais, pelo Núcleo.

O primeiro passo deu-se com os trabalhos de Leonardo V. Silva, na investigação de alguns distritos com disponibilidade de informações demográficas segmentadas entre o urbano e o rural, passando pelo suburbano (Silva, 1995 e Silva, 2002). O segundo avanço concretizou-se pelos estudos que resultaram na percepção da extensa e importante rede de cidades mineiras, com o mapeamento dos núcleos centrais nas décadas de 1830 e 1870⁸⁴. O

⁸³ Os principais pontos defendidos na tese de Paiva (1996) foram posteriormente bem sintetizados no artigo “Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX” de Paiva e Godoy (2001). Deve-se considerar que os relatos de viajantes estrangeiros foram as principais fontes a subsidiar os aspectos econômicos tratados em Paiva (1996). Mediante uma releitura dos livros dos viajantes com uma metodologia inspirada na Contabilidade Social, constituiu-se um banco de dados e um extenso relatório de diagnóstico das regiões. Ver RODARTE, Mario M. S. **Uma proposta de estudo da economia mineira do séc. XIX e de análise das fontes históricas**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996. 56 f. Mimeografado; e RODARTE, Mario M. S.; MATOS, Geraldo L. **Estudo das regiões da província de Minas Gerais pelos viajantes estrangeiros**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996. Mimeografado.

⁸⁴ O estudo da rede urbana da província de Minas Gerais no século XIX realizou-se com base em duas teorias da economia regional: a dos lugares centrais, de Christaller (1966) e a de sistemas de cidades, de Pred (1979). O emprego do método *Ward* de análise de *cluster*, utilizando dados de profissão extraídos de documentos censitários das décadas de 1830 (isto é, os censos de 1831/32 e 1838/40) e de 1870, censo do Império de

terceiro e último avanço deu-se no presente, com a adição dos dados da “Relação das Cidades, Vilas e Povoações da província de Minas Gerais...” de Luiz Maria (RAPM, 1897: 18-28), nas listas nominativas – pela metodologia de Silva (2002), conforme tratado no capítulo anterior – o que permitiu incorporar quase a totalidade dos distritos recenseados no estudo das diferenciações de domicílios entre campo e cidade.

Por fim, coloca-se como algo fundamental para o estado-da-arte, a série de estudos⁸⁵ elaborados entre 2002 e 2005 que focalizaram os comerciantes de Minas Gerais, importantes agentes da organicidade das regiões no funcionamento da economia provincial e do processo de povoamento e ocupação demográfica do território provincial, como aqui se defende no terceiro capítulo. Pelos comerciantes, abrem-se novas possibilidades de se depreender a lógica do capital comercial, tão crucial para a compreensão de uma sociedade com elevado grau de mercantilização e de industrialização incipiente.

6.2 O tratamento das fontes demográficas

O Censo de 1872 e, em especial, as listas nominativas da década de 1830 constituíram as principais fontes de dados no desenvolvimento do presente estudo. No capítulo 4, mostrou-se que as listas de 1830 foram as principais fontes de informação para se construir a estimativa populacional de 1832. Uma vez que se disponibilizava dos dados populacionais de 1872, tornou-se possível levantar as taxas de crescimento em 40 anos e classificar as regiões de Minas Gerais segundo o nível de dinamismo demográfico. Mas além desse uso, os dados das listas nominativas foram empregados para mensurar o nível de urbanização

1872, possibilitou apontar para a conformação da rede urbana nesses dois períodos. A análise de cluster possibilitou construir, para cada período, quatro grupamentos hierárquicos de localidades segundo as *funções centrais* que detinham (níveis de centralidade), ou seja, pela concentração de atividades indicativas de localidades centrais, caracterizadas pela maior densidade econômico-urbana e área de influência. Esse trabalho deu corpo à dissertação de mestrado em economia (Rodarte, 1999). Destaca-se, ainda, o esforço de se inferir as a dinâmica de conexões entre os principais centros, pela conformação das malhas de correios e de outros indicadores da atividade postal, apresentada primeiramente, em Rodarte (1998). Os principais resultados, unidos a uma maior reflexão sobre o tema, encontram-se em Rodarte, Paula e Simões (2004). Esses estudos foram produzidos no âmbito da pesquisa “Processo de Urbanização em Minas Gerais”, a partir de 1996, sob coordenação do Prof. João Antônio de Paula.

da população, mediante desenvolvimento de metodologia e combinação com outras fontes – como visto no capítulo 5 – e, por fim, analisar os perfis de domicílios de 1830, que é o objetivo principal desse trabalho.

Nesse item, procura-se explicitar os principais procedimentos de análise da qualidade das informações e medidas de intervenção necessárias para mitigar eventuais inconsistências dos dados. Conquanto os objetivos de uso das fontes das décadas de 1830 e 1870 fossem diferentes e as bases de dados também se diferenciassem nas suas estruturas, os métodos empregados na análise de qualidade também possuíam particularidades, como se mostra a seguir.

6.2.1 As listas nominativas da década de 1830

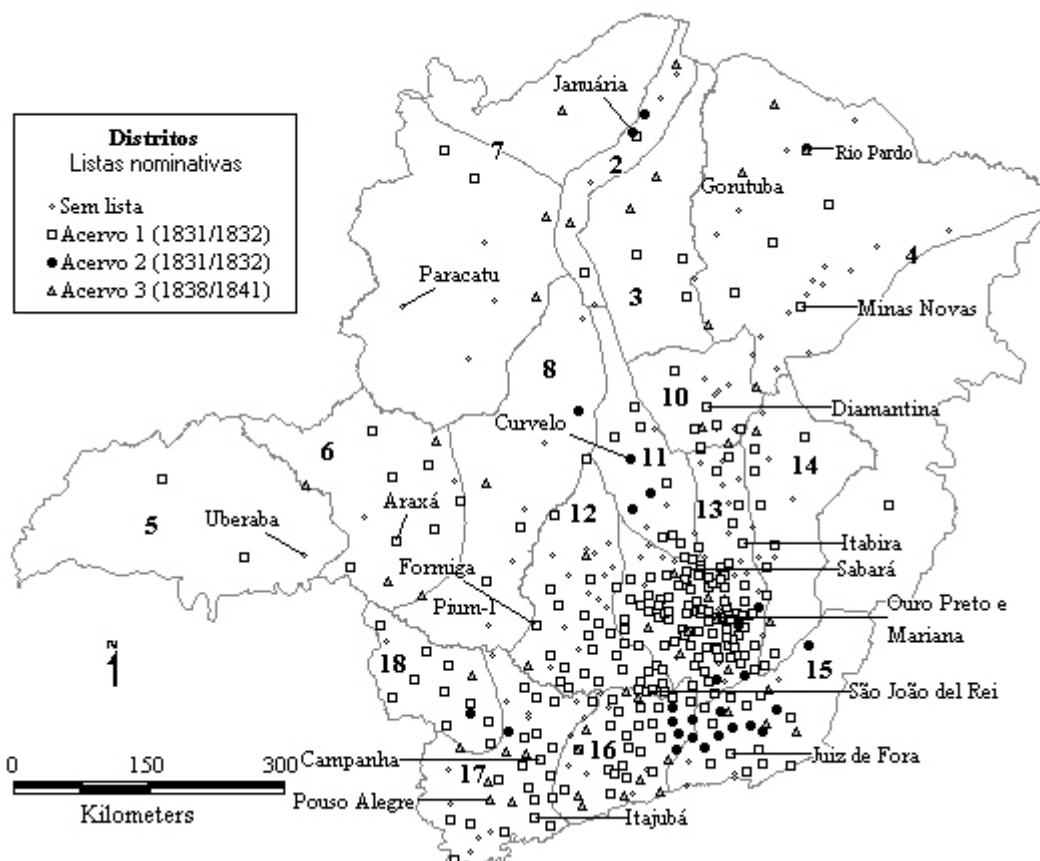
Como já tratado, a junção de bases de dados dos três acervos eletrônicos das listas nominativas da década de 1830 criou o maior fragmento de censo demográfico que se tem notícia no Brasil, para o período, ao compor cerca de $\frac{1}{2}$ milhão de pessoas e cerca de 85 mil domicílios. Contudo, isso implicou um trabalho de compatibilização das formas de classificação das informações, sendo as referentes à ocupação as que dispensaram mais atenção, dado a diversidade das categorias listadas.

Seguiu-se a etapa de georreferenciamento das sedes distritais, que foi necessário para a segmentação da população por regiões, como se observa no Mapa 26. As listas nominativas que integravam a base original do Cedeplar (Acervo 1) respondiam por $\frac{3}{4}$ do total e eram bem distribuídas na Província. As listas nominativas de 1831/32 recentemente descobertas (Acervo 2), por sua vez, ampliaram a cobertura do censo no território mais populoso, ao contemplar mais distritos do município de Barbacena, sediados na Mata e no Sudeste, além de distritos pertencentes a outros municípios, como o de Curvelo, no Vale do Médio Baixo Rio das Velhas. Por fim, as listas nominativas remanescentes de 1838/41 supriram algumas lacunas importantes deixadas pelo censo anterior, do início da década,

⁸⁵ Vale mencionar aqui, o estudo de perfil individual dos comerciantes e dos seus estabelecimentos (Godoy, Rodarte, Paiva, 2003), dos seus domicílios (Godoy, Rodarte, 2004), da localização das unidades comerciais, fixas ou volantes, frente aos principais pontos de demanda e dos entrepostos comerciais da Província (Rodarte, Godoy, 2005a) e das relações estatísticas entre o tamanho do aparato comercial local e das principais características econômicas e demográficas dos distritos (Rodarte, Godoy, 2005b). Tais estudos, além da tese de Godoy (2004) que também trata do comércio, agregando mais fontes, foram realizados no

como as referentes aos distritos de importantes vilas e centros mineiros, como vila do Príncipe, Pouso Alegre, São João del Rei e Ouro Preto.

Mapa 26 – Sedes dos distritos de paz, por acervo eletrônico de lista nominativa – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Nota: Regiões pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

A digitalização das listas nominativas (que são documentos manuscritos mantidos no Arquivo Público Mineiro) consistiu em um árduo trabalho, de mais de década, que envolveu esforços de vários professores, pesquisadores e bolsistas de iniciação científica. O português arcaico, entremeado com abreviaturas dúbias, diferentes caligrafias, estado de conservação do material, por vezes pouco ou não inteligíveis, na parte ou no todo, e registros que fugiam ao convencional e ao recomendado eram alguns dos desafios vividos diariamente nesse trabalho. Na execução dessa atividade, buscava-se, sempre, o equilíbrio

entre organizar as informações de forma padronizada e manter a fidedignidade ao registro histórico⁸⁶.

Das primeiras leitura e avaliação do manuscrito à efetiva incorporação das informações no banco de dados eletrônico, havia várias etapas a serem cumpridas, em que se destacavam a compilação dos dados em formulário padronizado, a conferência dos mesmos preenchidos por outrem, a digitalização e nova conferência dos dados, já impressos e codificados. Tais procedimentos garantiram a elevada qualidade dessa base de dados.

Contudo, entre 2005 e início de 2006, um primeiro exercício de aplicação dos métodos de estudo de domicílios, aqui empregados, apontou a necessidade de se fazer uma análise mais exaustiva dos registros das informações domiciliares, uma vez que se avaliou que determinadas inconsistências das informações estavam afetando gravemente os resultados almejados, que consistiam na elaboração dos perfis de domicílios. Era como se, ao invés de refletir a multiplicidade de formas de organização domiciliar pelos tipos mais emblemáticos, o experimento estatístico passasse a produzir perfis de erros ou inconsistências mais presentes nos registros domiciliares, o que, naturalmente, fugia ao objetivo original do trabalho.

Naquele momento, optou-se por abrir mão do uso de toda a base de dados – que ainda se constituía apenas da base original do Cedeplar (Acervo 1) – e realizar um estudo preliminar de tipos de domicílios com um número restrito, porém representativo, de 15 listas nominativas, consideradas com melhor qualidade das informações⁸⁷. Ao mesmo tempo, preparou-se um método para diagnosticar e – eventualmente, corrigir – toda a base de dados das listas nominativas, baseado na consistência eletrônica das informações.

Cumprir dizer que as inconsistências presentes no banco de dados não eram, necessariamente, falhas na transcrição dos documentos, ou mesmo na sua digitalização, pois poderiam ter ocorrido também no momento do recenseamento e que foram propositalmente incorporadas, visando manter a fidedignidade aos originais manuscritos.

⁸⁶ Uma discussão mais aprofundada das diretrizes que orientaram todo o processo de construção da base de dados das listas nominativas encontra-se em Paiva e Arnaut (1990).

⁸⁷ Os resultados obtidos com o estudo dessa amostra listas, com 4,5 mil fogos, deram origem ao trabalho de Rodarte (2006). Uma vez desvencilhado dos problemas relativos à qualidade da base de dados, pôde-se, de forma antecipada, ater-se mais ao problema central dessa tese. Com isso, esse estudo cumpriu o objetivo de um trabalho preliminar, que era de amadurecer as reflexões sobre composição domiciliar, o uso das variáveis do censo e, de certa forma, pode-se dizer que esse estudo antecipou alguns resultados efetivamente obtidos com o uso de toda a base de dados disponível.

Por isso, a consistência eletrônica dos dados já estava, a princípio, prevista pelos idealizadores do banco de dados:

“Durante todo o trabalho de transcrição dos dados, procuramos reduzir, ao mínimo, a interpretação das informações que estavam sendo copiadas. Nosso objetivo foi de preservar a fidelidade ao documento, reproduzindo sua forma original, mantendo inclusive aquelas informações que nos pareciam inconsistentes (pessoas de 3 anos, casadas, por exemplo). Entendemos que este e outros tipos de inconsistências poderiam ser contornados quando do processamento das informações” (Paiva, Arnaut, 1990: 91).

O próprio exemplo apontado por Paiva, acima, possibilita refletir os dilemas envolvidos no processo de correção das inconsistências. O indivíduo citado poderia ser, de fato, uma criança de 3 anos e, com isso, ser solteira. Mas o recenseador (pesquisador, ou então, o digitador) poderia ter omitido um dígito e o indivíduo ser, na verdade, um casado com 23 ou 31 anos, por exemplo.

Somente um exame detalhado de todas as informações do domicílio poderia dar elementos para subsidiar um processo mais criterioso de correção. Como se mostra no Quadro 2, a regularidade da forma de registrar as informações dos membros de um fogo na lista nominativa – transcritas no banco de dados – propicia avaliar a melhor forma de eliminar a inconsistência.

Grosso modo, as pessoas, no fogo, tendiam a ser listadas pela ordem de condição (começando dos livres, e, depois, os escravos), pela idade e pelo sexo (primeiramente os homens). Pelas evidências apontadas, freqüentemente era o “chefe de família” o indivíduo que declarava a informação dos demais e o primeiro indivíduo a ser listado no fogo.

Assim, voltando ao exemplo citado acima – dos registros de crianças casadas –, a posição do indivíduo no fogo poderia auxiliar a identificação de qual informação era efetivamente incorreta. Se ele estivesse listado junto a outras crianças (nos casos de um fogo mais numeroso), o mais correto seria tê-lo como solteiro. Do contrário, se essa pessoa fosse o primeiro indivíduo do fogo, sendo acompanhado de um cônjuge, o mais apropriado seria considerar a sua idade incorreta.

Quadro 2 – Ilustração de um fogo em variáveis selecionadas do banco de dados das listas nominativas – Cidade de Mariana – Minas Gerais – Dez/1831

(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(A)&(B)&(C)&(D)&(E)	(F) = Identificador do fogo	(G)	(H) = (F)&(G) Identificador do indivíduo	(I) = (H)&(G) Relação com o chefe	(J)	(K)	(L)	(M)	(N)	(O)	(P)	(Q)
Acervo	Município	Distrito	Quarteirão	Fogo			Nº do indivíduo			Sexo	Cor	Condição	Idade	Estado marital	Ocupação	Nacionalidade	Nome
1	06	02	000	148	10602000148	10602000148	1	10602000148001	100	1	1	1	22	2	153	0	Theodolindo Antônio Ferreira
1	06	02	000	148	10602000148	10602000148	2	10602000148002	200	2	1	1	16	2	0	0	Dona Felicidade Rosalina
1	06	02	000	148	10602000148	10602000148	3	10602000148003	300	2	1	1	2	0	0	0	Maria
1	06	02	000	148	10602000148	10602000148	4	10602000148004	900	1	2	2	60	1	0	0	Francisco
1	06	02	000	148	10602000148	10602000148	5	10602000148005	900	2	2	2	20	1	0	0	Maria

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. Categorias apresentadas no exemplo: Relação com o chefe: 100: chefe; 200: cônjuge; 300: filho; 900: escravo; Cor: 1: branco; 2: preto; Condição: 1: livre; 2: escravo; Ocupação: negociante com estabelecimento de venda.

Em casos como o descrito acima, desde o início, sabia-se que não haveria tempo hábil para se voltar às fontes – o que implicaria compulsar os documentos manuscritos, no APM – para dirimir dúvidas ou eliminar as inconsistências. Daí optou-se por uma solução intermediária, que consistiria em três formas alternativas de intervenção sobre o banco de dados, adotadas caso a caso e seriam: 1) eliminação de uma(s) das informações geradoras da inconsistência; ou 2) substituição da informação inconsistente, pelo que se supunha ser a informação correta; ou, mesmo, 3) eliminação do fogo com informação inconsistente. Esta última alternativa, mais extrema, na verdade, só ocorreu em dois fogos.

Deve-se ressaltar a consciência de que todas as formas de intervenção podem trazer algum impacto indesejado sobre o objeto em estudo, mesmo porque nem sempre se conhece a fronteira entre o que é um registro incorreto e o que é um caso peculiar, quase improvável, de indivíduo ou de arranjo domiciliar. Por isso, procurou-se interferir, com parcimônia, nos casos com suspeição de inconsistências, focando apenas os casos mais flagrantes.

Para se fazer uma idéia das modificações feitas, buscou-se cotejar as diferenças entre as bases de dados corrigida e original. A idéia era, num segundo momento, voltar aos originais manuscritos nas partes conflituosas entre essas duas versões de bancos de dados, para, então, fazer a correção definitiva e avaliar se, de fato, as intervenções feitas foram legítimas.

No princípio do processo de depuração da base de dados, três listas nominativas foram excluídas por não conterem a segmentação da população por fogo, que era crucial para a análise. Entre as listas que passaram efetivamente a constituir a base de dados corrigida, foram excluídas 138 unidades domiciliares (que abarcava, supostamente, 1.507 indivíduos), pelo excesso de omissão de informações, ou, o que era mais freqüente, por se tratarem de registros cujas informações não conferiam *status* de fogo, como tratado a seguir, no próximo capítulo. Exemplifica isso as unidades constituídas apenas por escravos, o que sugere terem sido listados separadamente do restante do domicílio.

Na maioria das vezes, isso refletia uma segmentação espacial entre os membros do mesmo fogo, que ocorria pela posse de duas ou mais propriedades, como nos casos de agricultores que possuíam um sobrado no núcleo urbano mais próximo de sua fazenda. Nesse exemplo, o absentéismo poderia induzir o recenseador a listar os escravos no eito como um fogo, na

área rural, independente da parte previamente recenseada no povoado, constituída, por sua vez, pelo chefe e outros livres com relação de parentesco mais estreita.

Como já tratado, a consistência eletrônica foi uma programação idealizada para detectar inconsistências ao fazer cruzamentos das informações do mesmo indivíduo ou deste com o conjunto dos demais membros do mesmo fogo. Os principais cruzamentos eram:

- 1) Comparação do número do último indivíduo do fogo com a soma dos membros do mesmo. A rigor esses dois valores deveriam se igualar. A eventual diferença poderia apontar várias possibilidades de falhas de registro, como: omissão de um membro; ou o registro incorreto de alguma(s) das variáveis que compunham a variável “identificador do indivíduo (H)”, no Quadro acima, como o quarteirão ou número do fogo. Por ser uma informação com menor teor de subjetividade e por ser essencial em todo o processo de operacionalização da base, todas as inconsistências sofreram intervenção e isso implicou a alteração de registros de 101.895 indivíduos, que correspondia a 19,0% do total (Tabela 20);

Tabela 20 – Indivíduos segundo correções da base de dados das listas nominativas

Estado das informações	Indivíduos	
	N.	%
Total	536.938	100,0
Com informações originais mantidas	419.314	78,1
Com inconsistências detectadas	117.624	21,9
Pontos de interferência:		
1 - De identificadores	101.895	19,0
2 - Relação com o chefe	12.961	2,4
3 - Estado marital	1.141	0,2
4 - Condição	911	0,2
5 - Sexo	142	0,0
6 - Cor	109	0,0
7 - Mais de uma variável (de nº 2 a 6)	465	0,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

- 2) Relação com o chefe: Determinadas relações com o chefe eram únicas, como o cônjuge, o seu pai e outras. Contudo, o programa de consistência eletrônica detectou fogos com registro de mais de um chefe ou mais de um cônjuge, por exemplo. As alterações da relação com o chefe – por essas e outras inconsistências – constituiu o segundo mais freqüente tipo de intervenção sobre a base de dados, com 12.961 casos.
- 3) Relação com chefe e estado marital: determinadas relações com o chefe pressupunham os estados de casados – ou de viúvos – como cônjuge, genro, nora, etc. Os

recenseadores, porém, amiúde declaravam a situação de casado para o primeiro membro do núcleo e omitia a informação do estado marital para o cônjuge. Com isso, o número de maridos era superior ao de esposas na base de dados original, o que resultou em interpretações incorretas, presentes em Andrade (2001, 32), por exemplo. Feitas as correções necessárias, o número de esposas torna-se levemente maior que o de maridos, o que é lícito pensar para aquela sociedade, dado o seu padrão de nupcialidade, recasamentos e desnível de liberdade entre os sexos⁸⁸.

- 4) Relação com o chefe, condição social e cor. Algumas relações de parentesco eram indissociáveis de algumas condições sociais e mutuamente excludentes de outras. Por exemplo, a situação de cativo deveria ser registrada tanto no campo da relação com o chefe, como também, no campo da condição social. Acontece, por exemplo, que o escravo, nos casos em que adquiria o *status* de quartado (isto é, em processo de aquisição de sua liberdade, pela alforria) parecia se ascender na escala de prestígio social e tinha um tratamento diferenciado dos demais cativos, talvez com acréscimo de responsabilidades perante a organização da produção doméstica. Com isso, era freqüente que esses escravos quartados fossem declarados como agregados e não, efetivamente, como escravos. Por outro lado, o cônjuge ou o filho do chefe nunca poderiam ser declarados como escravos, o que ocorreu, em certas ocasiões. No processo de solução das inconsistências, a cor dos indivíduos também era levada em conta, dado que um branco não poderia ser escravo.
- 5) Relação com o chefe, sexo, nome e ocupação. A consistência eletrônica também contemplava a percepção de incoerências relativas aos sexos dos membros dos núcleos conjugais, ora acusando dois homens casados, ora duas mulheres casadas. Nesses casos, a análise do conjunto dos dados do domicílio, particularmente, os nomes dos indivíduos e a ocupação que exerciam eram importantes na dissolução das inconsistências.

Reitera-se aqui, que a correção dessas e de algumas outras inconsistências de menor número não foram resolvidas por programação. A consistência eletrônica apenas apontava os casos e naturezas das incompatibilidades dos registros e as soluções para os problemas apresentados davam-se após a análise de todos os elementos disponíveis do domicílio. Pela

⁸⁸ Esse tema será tratado, com mais detalhe, no capítulo seguinte. Dados corrigidos são apresentados na Tabela 31, pág. 194.

Tabela 21, nota-se que 26,2% dos domicílios tiveram esse tratamento, com efetivas intervenções no registro original. Esse foi o caminho escolhido para que, ao final do estudo, se obtivesse uma tipologia de domicílios e não uma tipologia das imperfeições dos censos oitocentistas.

Tabela 21 – Domicílios segundo correções da base de dados das listas nominativas

Estado das informações	Domicílios		Membros	
	N.	%	N.	%
Total	84.810	100,0	536.938	100,0
Com informações originais mantidas	62.561	73,8	386.089	71,9
Com inconsistências detectadas	22.249	26,2	150.849	28,1
Interferência em 1 membro	4.809	5,7	27.025	5,0
Interferência em 2 ou mais membros	17.440	20,6	123.824	23,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

6.2.2 O Recenseamento do Império de 1872

6.2.2.1 As condicionantes da realização do primeiro censo brasileiro

O Recenseamento Geral do Império de 1872 foi a única experiência de arrolamento populacional que logrou sucesso em contemplar quase que toda a população do Brasil, no seu período imperial e escravista. Antes desse Censo, o máximo que se tinha obtido em termos de arrolamentos populacionais eram censos de abrangências regionais e tentativas de se fazer algo mais ambicioso e amplo que, porém, foram abortadas antes de se concretizarem⁸⁹.

A modernização da gestão do estado requeria a disponibilidade de informações sobre a totalidade da população e suas principais características. Pode-se dizer, mesmo, que “o interesse o governo imperial brasileiro em realizar o censo geral da população de 1872 está dentro do espírito que predominava em todo o mundo ocidental no decorrer do Século XIX”. Os dois passos determinantes para que o censo se concretizasse foram dados com a promulgação da lei nº. 1829 de 09 de setembro de 1870 – que estabelecia a constituição de

⁸⁹ As clássicas “Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império”, de Silva (1986) e o “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil” (Vianna, 1986) – que constituem trabalhos de recapitulação dos levantamentos populacionais para subsidiar o planejamento e descrever os estados-da-arte às vésperas dos censos de 1872 e 1920, respectivamente – e mais recentemente, o trabalho de Botelho (1998) apresentam as experiências e relatos desses diversos recenseamentos e contagens populacionais em cada capitania/província do país, que precederam o Censo de 1872.

censos decenais, que seriam executados pela Diretoria Geral de Estatística (DGE), também criada por essa lei – e do decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871, que tratava da fixação dos detalhes da execução do censo⁹⁰.

Por esse decreto, “ficou determinado que, em cada paróquia do Império, haveria uma comissão censitária composta de 5 membros e um corpo de agentes recenseadores, a ela subordinado, cujo número seria fixado pelos presidentes de província, tendo em vista a população de cada paróquia e sua distribuição no espaço”⁹¹. As comissões censitárias receberiam da DGE, os lotes de “boletins de família”, que eram os questionários do censo e os redistribuiriam para os agentes recenseadores.

Eles iriam de casa em casa encaminhar, para cada chefe de família, um “boletim de família”, durante os 15 dias anteriores a 1º de agosto de 1872, data de referência do censo. Na seqüência, ainda pelo decreto nº 4856, os “boletins de família”, uma vez preenchidos, seriam recolhidos pelos mesmos agentes recenseadores, no prazo de 10 dias após a data de referência⁹². Os dados constantes nos “boletins de família” seriam checados e os erros, corrigidos. Por fim, nos 5 dias seguintes, as comissões receberiam o material e, após uma conferência e cumpridos outros trâmites legais, os expediriam de volta para a DGE, na Corte⁹³.

A autodeclaração censitária, adotada no Censo de 1872, por trazer graves deficiências aos dados, é um procedimento banido dos censos contemporâneos, mesmo em se tratando de sociedades mais letradas. Além disso, deve-se considerar que os problemas referentes à falta de uniformidade das respostas, omissão e de erros de interpretação das questões se agravavam pelo fato de que o número de pessoas que sabiam ler e escrever, pelos próprios dados do Censo de 1872, era quase igual ao número de famílias. Daí imagina-se o farto volume de trabalho na checagem e correção das informações produzidas pelos próprios chefes de família, ou por algum outro residente alfabetizado, caso este existisse.

⁹⁰ Segundo relatório de pesquisa de Paiva e Martins, as normas previstas no decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871 procuravam contornar algumas dificuldades enfrentadas pelos recenseadores da recém criada DGE na execução do arrolamento da população do Município da Corte, de abril de 1870, que por isso, pode ser considerado a pesquisa de ensaio para o Recenseamento de 1872. Ver PAIVA, Clotilde A.; MARTINS, Roberto B. **Um estudo crítico do recenseamento de 1872**. Belo Horizonte: PNPE, 1983. Relatório de Pesquisa. Mimeografado, p. 4.

⁹¹ Ver PAIVA, MARTINS, *idem*, p. 4.

⁹² O decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871 também previa algumas sanções legais (multas) para aqueles que se recusassem a fornecer as informações ou que respondessem erroneamente.

⁹³ Ver PAIVA, MARTINS, *idem*, p. 15.

Além da questão da baixa escolarização da população a contribuir, provavelmente, para os erros de planejamento logístico para a execução do censo, estes derivaram, sobretudo, da subestimação dos problemas inerentes ao desafio de se recensear um país de proporções continentais, com a infra-estrutura de meios de transporte e comunicação daquela época. Com isso, os prazos muito curtos inicialmente estipulados para o levantamento do censo não foram cumpridos e quatro das 21 províncias adiaram a data de execução do censo⁹⁴. A não realização simultânea do censo em todo o território pode também ter comprometido a qualidade do censo, como foi ressaltado por Paiva e Martins⁹⁵.

6.2.2.2 O acesso às informações disponíveis do Censo de 1872

Para que não atrasasse ainda mais o término da contagem e publicação do Censo de 1872, optou-se por não esperar o levantamento e a chegada dos dados de 32 paróquias. A despeito do enorme volume de informações a serem trabalhadas, a DGE conseguiu finalizar seus trabalhos ainda em 1876.

Para cada uma das 1.440 paróquias recenseadas, foram gerados seis quadros padronizados contendo as principais informações produzidas a partir da síntese dos dados contidos nos “boletins das famílias”, como se observa no Quadro 3.

Quadro 3 – Organização das informações divulgadas no Censo de 1872, por atributos pessoais e socioeconômicos, segundo quadro padronizado disponível por paróquia

Quadros paroquiais	Atributos pessoais e socioeconômicos
1. Quadro geral da população	Condição, sexo, cor, estado civil, religião, nacionalidade, nível de alfabetização, defeitos físicos e número casas (habitas e desabitadas) e de fogos
2. População presente em relação à idade	Sexo, condição, cor, idades
3. População ausente em relação à idade	Sexo, condição, cor, idades
4. População em relação à nacionalidade brasileira	Sexo, condição, estado civil, cor, província de origem
5. População em relação à nacionalidade estrangeira	Sexo, condição, estado civil, cor, país de origem
6. População em relação à profissão	Nacionalidade, condição, sexo, estado civil, profissões

Fonte: DGE – Recenseamento do Império de 1872.

A edição original da publicação do Censo de 1872 foi organizada em 12 volumes, como apresenta o Quadro 4. Conta-se que apenas 50 exemplares foram postos à venda. Com isso, esses exemplares da edição original do censo transformaram-se em obras raras,

⁹⁴ São Paulo foi a província que mais atrasou o levantamento de informações, que se deu, por fim, em janeiro de 1874. Em Minas Gerais, o censo só foi aplicado em agosto de 1873.

⁹⁵ Ver PAIVA, MARTINS, *idem*, p. 7-8.

encontradas em poucas bibliotecas e constituíram nas únicas referências aos dados do Recenseamento, uma vez que os “boletins das famílias” não foram conservados.

Quadro 4 – Organização dos dados do Censo de 1872, por área de abrangência, segundo o volume da edição original

Volume	Área de abrangência	Volume	Área de abrangência
1.	Império do Brasil (quadros sínteses)	7.	Minas Gerais (parte 1)
2.	Amazonas e Alagoas	8.	Minas Gerais (parte 2)
3.	Bahia	9.	Paraná, Piauí e Pernambuco
4.	Ceará	10.	Rio de Janeiro
5.	Espírito Santo, Paraíba e Pará	11.	Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina
6.	Goiás, Maranhão, Mato Grosso	12.	São Paulo e Sergipe

Fonte: DGE – Recenseamento do Império de 1872.

Atualmente, além das fontes secundárias com dados do Recenseamento de 1872, o acesso às informações ampliou-se com a disponibilização, por internet, do acervo referente aos seus 12 volumes originais de 1876, na biblioteca virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cabe ressaltar, contudo, que não se trata de dados compilados em planilhas eletrônicas, mas de arquivos digitais de imagem das páginas do Censo, nem sempre inteligíveis.

Como já se aludiu no primeiro item desse capítulo, em princípios da década de 1980, um importante passo em direção à maior disponibilização, permitindo o manuseio computacional dos dados foi dado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) que transcreveu, em meio digital, todo o acervo dos dados das paróquias recenseadas, o que representou a digitalização dos 8.640 quadros paroquiais.

O uso dessa versão em meio magnético do Censo de 1872 foi crescendo ao longo do tempo, na medida em que se difundia o uso do computador e que mais pesquisadores da demografia histórica travavam conhecimento sobre a existência desse acervo virtual.

Na segunda metade da década de 1990, visando dar maior publicidade ao banco de dados previamente produzido, nova pesquisa foi realizada, no âmbito da Fundação João Pinheiro e, posteriormente, no IPEA, que consistiu na conferência e correção de digitação, pela comparação com os microfimes da publicação original, dos dados de algumas províncias que restavam ser checados na pesquisa original do Cedeplar⁹⁶. Além da revisão para uma maior fidelidade do acervo digital em relação aos originais, a nova pesquisa objetivava

⁹⁶ Do banco de dados em meio magnético inicialmente construído, restava fazer a checagem dos dados das paróquias das províncias do Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Corte.

gerar um segundo banco de dados, semelhante ao primeiro, mas com algumas alterações visando mitigar os erros de soma e de impressão constantes na obra impressa do Censo. Tais alterações foram documentadas em um relatório, que também continha a metodologia desenvolvida para a correção dos dados.

Concomitante ao processo de revisão e robustecimento da base de dados do Censo de 1872, empreendido pela Fundação João Pinheiro e IPEA, o Cebrap, que já tinha tido acesso à base original do Cedeplar, elaborou um novo banco de dados e o disponibilizou pela internet. Segundo o texto que acompanha esse acervo digital, para a constituição da base de dados de 1872, consta que:

“Utilizamos numa primeira fase (ainda que parcialmente) a digitação realizada pela equipe de pesquisadores do CEDEPLAR, no início dos anos 1980. No estudo crítico realizado pelo CEDEPLAR, constatou-se, através do tratamento informatizado dos dados publicados, que havia distorções nos dados provinciais, resultantes de erros no processo de agregação realizado no século XIX. Procuramos ir mais a frente com este nosso estudo e, além de corrigirmos estas distorções nas agregações totais (no nível das províncias e do Império), realizamos um exame minucioso da consistência interna dos dados no nível das paróquias, utilizando recursos da estatística e da informática, e comparando os dados digitados com os originais para verificar e corrigir possíveis erros.” (CEBRAP, s.d.).

A disponibilização da base de dados de 1872 na internet, pelo Cebrap – ainda que sujeita a uma revisão em que não se publicou a documentação da metodologia de correção dos dados originais – representou outro grande avanço na remoção de dificuldades de acesso à base por parte dos pesquisadores. Juntamente com essa base de dados, foram disponibilizados os dados do censo de 1890 e os arquivos, em imagem, dos 12 volumes da publicação original do censo de 1872.

O texto a seguir trata de descrever a proposta de metodologia alternativa de correção dos dados do Censo de 1872, bem como de apresentar os impactos que sua aplicação proporciona em relação aos dados originais.

6.2.2.3 O método do resultado predominante (MRP) para correção dos dados de 1872

O primeiro problema que se depara ao se buscar utilizar os dados mais gerais da Província pelo Censo de 1872 relaciona-se à decisão de qual número privilegiar. Isso porque, como se observa na Tabela 22, para cada atributo pessoal ou característica socioeconômica a

soma dos números paroquiais dificilmente correspondiam ao total que a Diretoria Geral de Estatística (DGE) divulgou para Minas Gerais, chegando ao paroxismo de se defrontar com números divergentes sobre um mesmo aspecto analisado, em dois momentos da exposição das estatísticas, para uma mesma unidade paroquial.

Tabela 22 – Total da população segundo o oficialmente divulgado e segundo a soma nas 11 seções das tabelas paroquiais – Minas Gerais – 1872

Seções dos quadros paroquiais	Natureza dos resultados	Livres		Escravos		Total (1)	Diferença do oficial
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
A) Total provincial (oficial DGE)	Divulgação oficial	847.592	821.684	199.434	171.025	2.039.735	-
B) Quadros paroquiais							
1º Quadro geral							
1 - Total - "Almas"	Coluna de total	847.592	821.682	199.434	171.025	2.039.733	-2
2 - Cor "Raças"	Soma das categorias	847.824	821.595	199.537	171.825	2.040.781	1.046
3 - Estado marital	Soma das categorias	847.087	821.563	199.435	171.217	2.039.302	-433
4 - Religião	Soma das categorias	845.592	822.363	199.934	171.115	2.039.004	-731
5 - Nacionalidade	Soma das categorias	847.518	821.919	199.346	170.991	2.039.774	39
6 - Instrução	Soma das categorias	847.497	825.586	199.503	171.043	2.043.629	3.894
2º e 3º quadros - por grupos de idade							
7 - Pop. Presente/ausente por idade	Soma das categorias	847.569	821.476	199.412	170.905	2.039.362	-373
8 - Total da pop. presente/ausente	Colunas de totais	847.589	821.654	199.434	195.171	2.063.848	24.113
4º e 5º quadros - por província ou nação de origem							
9 - População por local de origem	Soma das categorias	847.436	822.696	198.740	171.299	2.040.171	436
6º quadro - por profissão							
10 - População por profissão	Soma das categorias	854.843	819.148	199.911	170.803	2.044.705	4.970
11 - Total da população	Colunas de totais	847.400	821.693	199.434	171.025	2.039.552	-183

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

As seções de 1 a 6 correspondem à 1º “quadro geral” (ver Tabela 61, no Apêndice); As duas seções seguintes referem-se aos segundo e terceiro quadros de distribuição etária (ver Tabela 62); A nona seção mescla dados do quarto e quinto quadros, sobre população por origem de província ou nação (Ver Tabela 63, Tabela 64 e Tabela 65). As duas últimas seções originam do 6º quadro (ver Tabela 66).

(1) Pela soma dos dados apresentados e não pela coluna de somatória original da publicação das paróquias.

Se as divergências predominam em cada seção de totalização dos dados da população no conjunto das paróquias mineiras, como indica a Tabela acima, o mesmo não se sucede com os números apresentados em cada paróquia, que se mostram mais coerentes entre si. Os dados censitários de uma das duas paróquias que formam a sede municipal da capital de Minas Gerais, na Tabela 23, ilustram essa afirmação. Na Paróquia de N. Sra. do Pilar de Ouro Preto, não havia divergência de totais entre as mulheres escravas. Mesmo nos outros três segmentos populacionais por sexo e condição, que apresentaram ocorrências de totais discrepantes em relação ao resultado predominante, a maioria dos resultados mantiveram-se coerentes uns com os outros.

Tabela 23 – Total da população nas 11 seções das tabelas paroquiais, segundo condição e sexo - Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto - 1872

Seções dos quadros	Natureza dos resultados	Livres		Escravos		Total (1)
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
	Moda	3.661	3.089	480	471	7.701
Quadros paroquiais						
1º Quadro geral						
1 - Total - "Almas"	Coluna de total	3.661	3.089	480	471	7.701
2 - Cor "Raças"	Soma das categorias	3.661	3.089	480	471	7.701
3 - Estado marital	Soma das categorias	3.661	3.089	480	471	7.701
4 - Religião	Soma das categorias	3.661	3.089	480	471	7.701
5 - Nacionalidade	Soma das categorias	3.661	3.089	480	471	7.701
6 - Instrução	Soma das categorias	3.661	3.089	480	471	7.701
2º e 3º quadros - por grupos de idade						
7 - Pop. Presente/ausente por idade	Soma das categorias	3.661	3.089	479	471	7.700
8 - Total da pop. presente/ausente	Colunas de totais	3.661	3.089	480	471	7.701
4º e 5º quadros - por província ou nação de origem						
9 - População por local de origem	Soma das categorias	3.661	3.089	480	471	7.701
6º quadro - por profissão						
10 - População por profissão	Soma das categorias	3.657	3.093	480	471	7.701
11 - Total da população	Colunas de totais	3.661	3.089	480	471	7.701

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar. Números divergentes em relação à moda estão em negrito.

(1) Pela soma dos dados apresentados e não pela coluna de somatória original da publicação das paróquias.

Com efeito, as discrepâncias são exceções à regra, como mostra a análise de todas as 356 paróquias mineiras recenseadas, pela Tabela 24. Entre os livres, para ambos os sexos, notou-se que as totalizações de quase 60% das paróquias não se divergiram entre si, tanto entre homens (58,4%) quanto para mulheres (59,8%). O número máximo de divergências em relação ao resultado modal em uma mesma paróquia foi equivalente a três e isso só se observou em apenas três paróquias, o que corresponde a menos de 1% das paróquias.

Tabela 24 – Paróquias segundo ocorrência de totais divergentes ao número modal nas 11 seções de totalizações das tabelas paroquiais, por condição e sexo - Minas Gerais - 1872

Ocorrências de discrepâncias em relação à moda	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Sem desvio	208	58,4	213	59,8	275	77,2	259	72,8
1 Ocorrência	113	31,7	115	32,3	75	21,1	91	25,6
2 Ocorrências	32	9,0	25	7,0	6	1,7	5	1,4
3 Ocorrências	3	0,8	3	0,8	0	0,0	1	0,3
Total	356	100,0	356	100,0	356	100,0	356	100,0

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

Inicialmente, suspeitava-se que os desvios da moda decorriam da omissão da população sem informação para determinados atributos pesquisados, como profissão. Mediante análise da Tabela 25, refutou-se essa hipótese como única responsável pelos desvios em relação à moda, uma vez que os mesmos eram, ora positivos, ora negativos. Com isso, os resultados expostos sugerem a existência de outras razões para os erros, como os advindos

de impressão e, também, de soma. É provável que este último tenha uma responsabilidade menor do que apregoava Paiva e Martins⁹⁷. No caso dos desvios superiores à moda, seria preciso supor correta a soma das categorias e desprezar as outras 10, nove ou oito totalizações das demais tabelas, o que parece pouco razoável.

Tabela 25 – Distribuição das paróquias segundo o resultado modal nas 11 seções de totalizações das tabelas paroquiais, em relação ao número modal e divergência para mais e para menos, por condição e sexo – Minas Gerais – 1872

Seções dos quadros	Natureza dos resultados	Livres		Escravos	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
		Desvio da	Desvio da	Desvio da	Desvio da
		(-) Moda (+)	(-) Moda (+)	(-) Moda (+)	(-) Moda (+)
1º Quadro geral					
1 - Total - "Almas"	Coluna de total	0 356 0	1 354 1	0 356 0	0 356 0
2 - Cor "Raças"	Soma das 4 categorias	5 347 4	2 353 1	3 353 0	3 353 0
3 - Estado marital	Soma das 3 categorias	2 351 3	3 347 6	1 353 2	4 349 3
4 - Religião	Soma das 2 categorias	0 354 2	3 350 3	2 353 1	2 354 0
5 - Nacionalidade	Soma das 2 categorias	7 343 6	4 348 4	1 352 3	0 351 5
6 - Instrução	Soma das 2 categorias	3 351 2	3 344 9	1 354 1	4 351 1
2º e 3º quadros - por grupos de idade					
7 - Pop. Presente/ausente por idade	Soma das 30 categorias	41 276 39	39 268 49	22 312 22	17 305 34
8 - Total da pop. presente/ausente	Colunas de totais	0 355 1	0 355 1	0 356 0	1 354 1
4º e 5º quadros - por província ou nação de origem					
9 - População por local de origem	Soma das categorias ⁽¹⁾	6 339 11	5 347 4	2 347 7	5 345 6
6º quadro - por profissão					
10 - População por profissão	Soma das 37 categorias	23 304 29	12 321 23	13 337 6	6 340 10
11 - Total da população	Colunas de totais	1 354 1	1 355 0	0 356 0	1 354 1

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

(1) Para brasileiros, 22 categorias; para estrangeiros livres, 27; e escravos africanos, 1.

De posse das evidências apresentadas, passou-se para a tarefa de elaboração de uma forma de correção dos dados do censo que valorizasse os resultados predominantes das estatísticas paroquiais quanto ao sexo e condição social, e, mais do que isso, tomasse como ponto de partida esses valores modais.

O princípio do processo de correção, com efeito, consistiu no estabelecimento do valor modal da população segmentada por sexo e condição social como os valores que deveriam ser considerados como corretos. Não deixou de surpreender o fato de que a soma dos valores modais das paróquias havia correspondido com os valores totais da população divulgados pela DGE, constante na primeira linha da Tabela 22.

Uma vez que os resultados do procedimento de correção corresponderam ao total oficialmente divulgado pelo Recenseamento, concluiu-se que o método provavelmente resgatava o expediente adotado pelos técnicos da DGE, que consistiria em empregar, nas

⁹⁷ Ver PAIVA, MARTINS, idem, p. 2.

somatórias de províncias, o resultado predominante a nível paroquial, desvencilhando-se das inconsistências e dos problemas de soma, vez por outra encontrados.

Os dados paroquiais da população por sexo e condição bastariam, em princípio, para inferir sobre os níveis de dinamismo demográfico das regiões entre 1830 e 1870, como foi, de fato, realizado no capítulo 4. Entretanto, para se fazer o necessário estudo de composição da população, era forçoso conhecer, também, a distribuição da população por cor, estado marital, e, sobretudo, idade. Tais atributos, entretanto, não eram passíveis de serem obtidas pelo mesmo processo de extração da moda. Daí formulou-se outros dois métodos, interdependentes, para a correção dos dados mais desagregados do censo e que mantivessem a coerência com o processo de correção da primeira etapa.

O segundo módulo do método consistiria na correção de atributos que se repetiriam nas seis tabelas do censo, ao menos em três momentos tal como “raças” – presente no Quadro Geral (Tabela 61, no apêndice, pág. 318); e duas vezes nos 2º e 3º quadros do censo, das quais, uma era distribuída por faixas etárias, nas categorias de 1 a 30; e outra, como total, na categoria 31 (Tabela 62, pág. 319).

Trata-se de um processo de escolhas automáticas, feitas por programa de computador, em que se confrontam os valores de cor nas três partes do censo, sendo escolhidas aquelas distribuições por cor, a nível paroquial, cujas somas correspondessem aos valores modais obtidos na primeira parte do método.

O “estado civil” – presente no Quadro Geral e duas vezes nos 4º e 5º quadros (das populações por província de origem e “nacionalidade”) (da Tabela 63 a Tabela 65, págs. 320 a 322) – também foi obtido mediante aplicação do segundo módulo do método.

A Tabela 26 apresenta a soma dos dados paroquiais corrigidos pelo método modal, aqui tratado. Uma implicação lógica do modelo de correção é a de que, pela primeira vez, as somas dos dados das partes (paróquias) passavam a ser correspondentes aos dados totais divulgados (de províncias e Império). Num exercício posterior, foi mostrado que essa correspondência entre os valores modais e os oficialmente divulgados aplicava-se não só a Minas Gerais, como também às demais províncias.

Tabela 26 – Total dos dados paroquiais corrigidos pelo método modal, por sexo e condição, segundo cor e estado civil – Minas Gerais - 1872

Atributos pessoais	Livres			Escravos			Total
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Minas Gerais	847.592	821.684	1.669.276	199.434	171.025	370.459	2.039.735
Cor	847.592	821.684	1.669.276	199.434	171.025	370.459	2.039.735
Branco	422.956	408.545	831.501	-	-	-	831.501
Pardo	302.212	296.445	598.657	57.197	48.549	105.746	704.403
Preto	105.152	101.466	206.618	142.237	122.476	264.713	471.331
Caboclo	17.272	15.228	32.500	-	-	-	32.500
Estado Civil	847.592	821.684	1.669.276	199.434	171.025	370.459	2.039.735
Solteiro	574.023	555.569	1.129.592	174.138	149.104	323.242	1.452.834
Casado	230.645	219.133	449.778	18.229	15.435	33.664	483.442
Viúvo	42.924	46.982	89.906	7.067	6.486	13.553	103.459

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

Por fim, para corrigir atributos mais específicos que não se repetiam como idade (Tabela 62, pág. 319) e profissões (Tabela 66, pág. 323), desenvolveu-se o terceiro módulo de correção, dependente dos dois módulos anteriores. Para o desenvolvimento desse trabalho, foi essencial ter a composição da população por idade corrigida, para o estudo por regiões segundo o nível de dinamismo demográfico ao longo do século XIX.

Tal como na etapa anterior, o método de correção das idades ao nível de paróquias prevê manutenção dos dados das colunas da somatória dos 2º e 3º quadros que corresponderam com os dados mais agregados obtidos no módulo anterior e uma alteração criteriosa apenas das demais colunas com discrepância de resultados, obedecendo ao princípio de se minimizar intervenções realizadas sobre os dados originais. A programação por computador prediz duas situações distintas nos casos em que se requeriam correções:

- 1) Nas paróquias em que essa diferença em relação ao dado “correto” era pequena (inferior a 1%), corrigiam-se os valores de cada categoria dos grupos de idade, distribuindo o dado “correto” pro rata à distribuição original;
- 2) Nos casos mais graves de distorção, em que a soma de pessoas por faixa etária era muito acima, ou muito abaixo, dos totais indicados nos dois módulos anteriores de correção, pressupunha-se que a função de distribuição estava corrompida e, por isso, deveria ser substituída por outra, supostamente, mais “realista”. No caso, a programação excluía a distribuição distorcida e a trocava por uma nova composição etária, calculada com base no conjunto das demais paróquias que formavam o município da paróquia sob processo de correção. Na seqüência, o processamento repetia uma operação semelhante à prevista na

primeira situação, ao tomar o valor total corrigido e distribuí-lo pro rata à nova distribuição.

A seguir, na Tabela 27, apresenta-se a distribuição etária da população total (presentes e ausentes) para a Província, corrigida pelo método proposto. Deve-se ressaltar, como uma decorrência da aplicação do método de correção, que as totalizações das idades, por condição, sexo e cor, passam a corresponder – dos níveis paroquiais aos provinciais – com os números corrigidos apresentados na Tabela 26.

Tabela 27 – Soma dos dados populacionais corrigidos das paróquias, por sexo, condição e cor, segundo grupos de idade – Minas Gerais – 1872

Grupos de idade	Livres						Escravos				Total
	Homens			Mulheres			Homens		Mulheres		
	Branços	Pardos e caboclos	Pretos	Branças	Pardas e caboclas	Pretas	Pardos	Pretos	Pardas	Pretas	
Menos de 1 ano	16.868	14.092	6.455	15.907	13.598	6.510	13	21	8	21	73.493
1 ano	4.436	4.014	1.550	4.061	3.624	1.500	385	891	320	809	21.590
2 anos	5.283	4.663	1.811	4.974	4.430	1.672	844	2.105	812	1.804	28.398
3 anos	6.053	5.333	1.868	5.599	5.043	1.797	1.132	2.558	997	2.207	32.587
4 anos	7.130	6.390	2.115	6.829	6.014	2.183	1.224	2.968	1.199	2.701	38.753
5 anos	9.302	7.798	2.536	8.433	7.938	2.638	1.588	3.725	1.505	3.221	48.684
6-10 anos	25.536	22.044	6.195	24.901	21.794	6.348	3.485	8.264	3.126	6.935	128.628
11-15 anos	32.827	27.918	8.240	32.158	26.479	7.961	4.459	10.567	4.005	8.875	163.489
16-20 anos	40.315	31.715	9.598	37.989	31.902	9.698	5.685	13.109	4.847	11.655	196.513
21-25 anos	46.806	36.145	10.980	44.782	36.285	11.012	6.848	15.939	5.674	13.975	228.446
26-30 anos	53.680	41.413	13.022	54.914	40.998	12.929	8.665	19.920	7.168	17.096	269.805
31-40 anos	70.080	47.647	15.938	69.551	46.679	14.911	10.058	25.296	8.809	22.201	331.170
41-50 anos	53.435	35.015	11.080	51.714	32.658	9.774	6.462	17.864	5.063	15.762	238.827
51-60 anos	30.809	20.154	7.143	28.057	19.372	6.440	3.680	11.277	2.696	8.777	138.405
61-70 anos	13.401	9.143	3.788	12.781	8.835	3.334	1.592	5.131	1.294	4.042	63.341
71-80 anos	4.294	3.538	1.577	3.529	3.561	1.448	602	1.574	513	1.412	22.048
81-90 anos	1.650	1.533	653	1.459	1.442	707	244	575	216	519	8.998
91-100 anos	567	565	266	545	477	244	99	233	119	203	3.318
Maiores de 100	182	187	109	150	159	97	43	70	34	78	1.109
Não determinados	302	177	228	212	385	263	89	150	144	183	2.133
Total	422.956	319.484	105.152	408.545	311.673	101.466	57.197	142.237	48.549	122.476	2.039.735

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

Pela Tabela 28, duas constatações podem ser feitas mediante o cotejamento dos dados originais e corrigidos. A primeira refere-se ao aumento do número de “não determinados”, que é visto como uma consequência adversa do processo de se aplicar proporções em números inteiros, no processo de correção. A segunda, mais importante, é que a correção dos dados não implicou alteração substancial das proporções, ao menos para os valores agregados paroquiais.

Tabela 28 – Distribuição etária pela soma dos dados paroquiais, originais e corrigidos, por condição – Minas Gerais – 1872

Idades	Dados originais				Dados corrigidos			
	Livres		Escravos		Livres		Escravos	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
0-10 anos	317.923	19,0	55.185	14,9	317.265	19,0	54.868	14,8
11-20 anos	297.135	17,8	63.451	17,1	296.800	17,8	63.202	17,1
21-30 anos	402.835	24,1	95.332	25,7	402.966	24,1	95.285	25,7
31-40 anos	264.359	15,8	66.142	17,9	264.806	15,9	66.364	17,9
41-50 anos	194.068	11,6	45.125	12,2	193.676	11,6	45.151	12,2
51-60 anos	112.035	6,7	26.474	7,1	111.975	6,7	26.430	7,1
61-70 anos	51.552	3,1	12.095	3,3	51.282	3,1	12.059	3,3
71-80 anos	18.134	1,1	4.127	1,1	17.947	1,1	4.101	1,1
81-90 anos	7.529	0,5	1.571	0,4	7.444	0,4	1.554	0,4
91-100 anos	2.711	0,2	681	0,2	2.664	0,2	654	0,2
Maiores de 100	923	0,1	240	0,1	884	0,1	225	0,1
Não determinados	2	0,0	0	0,0	1.567	0,1	566	0,2
Total	1.669.206	100,0	370.423	100,0	1.669.276	100,0	370.459	100,0

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar. (ver Tabela 27 e Tabela 62)

Em síntese, a correção pelo MRP para os dados de 1872 é um método que visa eliminar as contradições internas aos dados do censo, existentes na publicação, devido aos erros de contagem, no processo de sistematização das informações, que foram somados, mais tarde, aos erros tipográficos. Estes últimos existem em menor quantidade no primeiro volume da publicação, que contém a síntese dos dados do Império, mas são freqüentemente notados nos volumes seguintes, referentes às províncias, que continham os dados mais desagregados das paróquias, que são, justamente, as fontes mais interessantes para se trabalhar organizando as informações em regiões, ou sob outras formas de agregação.

Tomou-se a decisão por adotar a correção pelo MRP ao invés de, simplesmente, usar os dados originais do Censo de 1872. Isso porque se avaliou que o emprego do método era ainda mais oportuno em estudos espacialmente mais desagregados. Nesses casos, os erros devem assumir uma dimensão maior que aqueles presentes em unidades mais agregadas, pois as chances de um sub-registro ser compensado por outro sobre-registro, ou vice-versa, diminuem na medida em que se reduzem os tamanhos das unidades espaciais de análise.

Cumprido destacar, contudo, que a correção pelo MRP não pode ser vista como ajuste final e decisivo para os dados de 1872. É, sim, o começo. Uma vez corrigidos os dados, percebeu-se que deformidades da distribuição etária persistiam em algumas paróquias. Por isso, a aplicação do MRP não prescinde dos métodos de análises e ajustes convencionais da demografia, existentes para a avaliação de qualquer censo.

6.3 O fogo como unidade familiar do passado

Em documentos censitários oitocentistas, antes do período republicano, o termo fogo era largamente utilizado para designar agrupamento domiciliar de pessoas. Desse modo, não se pode prescindir de conceituar esse termo, ao tratar do tema central desse estudo. Assim, nesse segmento, procura-se conceituá-lo para que a maior clareza quanto ao seu significado oriente melhor as escolhas metodológicas tomadas. Nesse sentido, faz-se necessário sublinhar que a definição de fogo, que se resgata nesse item, motivou a construção da tipologia aqui proposta, em contraposição às já existentes.

O ofício do governo provincial de determinação para que as autoridades dos distritos procedessem aos levantamentos censitários que deram origem às listas nominativas de 1831 e 1832, já citado, em suas palavras, expressava que:

“Convindo muito ao Serviço Nacional e ao bem dos povos, o exacto e detalhado conhecimento do estado da população e da Industria de cada um dos districtos da Província, o Presidente da mesma ordena ao Sr. Juiz de Paz (...) que com a maior brevidade envie uma relação conforme o exemplo seguinte dos habitantes do mencionado Districto, pela ordem dos respectivos quarteirões, ou quando estes não se acharem divididos, pela dos fogos, ou famílias, com os nomes de cada um dos indivíduos deles, e declarações marginaes de idades, condições, estados e occupaões em que se empregam, e dos que são libertos ou cativos”.

I. C. do Ouro Preto em 25 de agosto de 1831.

Manoel Ignácio de Mello e Souza. (APM, Sessão Provincial, Presidência da Província, código 81, p. 146).

Das listas nominativas remanescentes, elaboradas para cumprir essa ordem, apenas três distritos não segmentaram o arrolamento populacional por fogos⁹⁸ ou, o que também era raro, por termos assemelhados. A menção no ofício à família, supostamente como sinônimo de fogo, deve ser lembrada e alude, a princípio, a grupos de pessoas que coabitavam uma residência, por vezes unidas em casamento ou com relações de parentesco. Na verdade, o sentido do termo é mais abrangente, como se observa a seguir.

No acervo de listas nominativas do início da década de 1830, a de Mateus Leme é uma das poucas a se distinguir das demais pela particularidade de segmentar os habitantes não por fogos, mas por casas. Nessa lista pertencente ao termo de Sabará, chegava-se ao cuidado de se fazer, vez por outra, um espaçamento entre as informações de duas casas, com o

dizer “casa fechada”, como a sugerir que o ordenamento no arrolamento censitário seguia a disposição das casas nas ruas e estradas em que se ia recenseando.

A “Relação das cidades, villas e povoações da Provincia de Minas Geraes com declaração de fogos de cada uma – 1830”, do Major Luiz Maria da Silva Pinto (RAPM, 1897: 18-28), analisado no capítulo anterior, era outro documento de natureza censitária, contemporâneo às listas nominativas de Minas Gerais, com grande importância para entender o emprego do termo fogo. Como já indica o nome, esse documento objetivava hierarquizar, demograficamente, os núcleos urbanos com a menção do seu tamanho, não pelo número de habitantes, mas pelo de fogos, o que corrobora a idéia de importância dessa entidade. Mais do que demonstrar o quão freqüente era empregada em documentos do gênero, esse documento sugere a supremacia da organização social definida por fogo, em contraposição ao individual.

Dada a coincidência dos números e, pelo lapso temporal, é possível que Raimundo Cunha Matos (1979) tenha se municiado com os dados dessa Relação para a elaboração da sua “Corografia histórica da província de Minas Gerais”, no que tange à menção à dimensão populacional dos povoados. Mas esse autor, em sua obra, procurava substituir o termo fogo pelo de casa, o que fortalece a idéia de igualdade de sentido desses dois termos.

Mas a relação de equivalência exata entre casa ocupada e fogo é questionada quando se adicionam novas evidências. Considerando que o significado de fogo como conjunto de pessoas tenha se mantido o mesmo, ao longo do século XIX, o Censo do Município da Corte, de 1870⁹⁹ – que serviu de teste para se efetuar o primeiro censo brasileiro, em 1872 – sugere existir, na verdade, uma relação de hierarquia entre casas (ou “edifícios” habitados) e fogos.

No quadro resumo de dados parciais da segunda folha desse censo, desenhou-se um quadro intitulado “Relação dos edifícios e fogos do 2º quarteirão do único distrito da Freguesia de São Cristóvão do Município da Corte”. Este continha quatro colunas, referentes à rua, número ou à letra do imóvel, ao número de fogos ali existentes e, por fim, um espaço para observações, sobre a unidade recenseada. Abaixo, ao pé da folha impressa, havia uma

⁹⁸ Listas sem informação de fogo referem-se aos distritos de Santo Amaro e São Caetano de Paraopeba (ambos do termo de Queluz); e Senhora do Carmo de Paracatu.

⁹⁹ DIRETORIA GERAL de Estatística. Censo da Freguesia de São Cristóvão – Município da Corte, de 1870. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br/coleção_digital_publicacoes.php> Acesso em: 19 abr. 2008.

instrução dirigida ao agente recenseador, advertindo-o de que: “Contendo a casa um só fogo pode-se omitir a declaração”. No Quadro 5, apenas os casos em que havia mais de um fogo habitando as casas foram reproduzidos.

Como se pode observar, excluindo três casos relacionados a casas de particulares, as ocorrências de prédios que abrigavam mais de um fogo referiam-se a estalagens e cortiços, em que, cada quarto ocupado equivalia a um fogo.

Quadro 5 – Relação de edifícios selecionados por terem mais de um fogo – 2º Quarteirão do Distrito da Freguesia de São Cristóvão do Município da Corte – Abril de 1870

"Ruas" [Logradouro]	"Edifícios" [Número ou letra]	Fogos	Observações
Rua da Feira	-	2	Residência de Ant. Magalhães Evangelho e de A. Luiz
Rua da Feira	-	2	Residência de José Moreira da Silva e de Ant. Maria de Souza
Rua da Feira	-	3	Cortiço que contém 3 quartos todos ocupados
Rua da Feira	cortiço	10	Contém 13 quartos, dos quais, 3 vazios
Rua do Curtume	-	4	Estalagem Mauá, contém 8 quartos, tem 4 vazios
Rua Bela de S. João	cortiço	3	Contém 3 quartos, todos ocupados
Rua dos Lázaros	Nº 32	2	Sobrado
Rua dos Lázaros	Nº 50A	27	Estalagem (...), que contém 42 quartos dos quais tem 15 vazios

Fonte dos dados básicos: DGE – Censo demográfico do Município da Corte – 1870.

Dois anos mais tarde, o Censo do Império de 1872 viria reforçar a idéia de que fogo como subdivisão de imóveis residenciais, ao divulgar que em Minas Gerais, havia 275.625 casas habitadas e 281.657 fogos, mostrando que a cada cem casas, encontrar-se-ia uma habitação abrigando dois fogos. No total do Império, essa razão subiria um pouco mais (103 fogos para cada 100 casas).

Dessa forma, pode-se supor o termo fogo mais ligado ao conteúdo que ao continente, mais ao grupo social que à estrutura física que o abrigava. Seria uma pequena agremiação coesa de pessoas e que, via de regra, coabitava um mesmo lugar e se alimentava de forma coletivizada: duas atividades, que, em tempos remotos e lugares como a Europa (de onde o termo parece ter surgido) implicavam a existência de um fogo ou de uma fogueira. Deriva daí, provavelmente, o surgimento do termo lar, que se originou de lareira, e que tem significado semelhante.

No primeiro dicionário da língua portuguesa, de Raphael de Bluteau (1712), entre as muitas acepções de fogo, a única mais próxima ao sentido investigado referia-se ao termo família, colocando-o como sinônimo, e, como exemplo de emprego do termo, citava a frase: “Villa, que tem cem, ou duzentos fogos”. Outros dicionários produzidos nos séculos

XVIII e XIX são menos exatos¹⁰⁰ mas associavam fogo à família, não como o objeto em si, mas de uma habitação condicionada ao fato de essa conter uma família. Aulete (1925) parece ser mais preciso, ao designar fogo como “lar, casa, sede de uma família”.

Mas qual era o significado de família? No século XIX, teria o mesmo sentido de hoje? Em análises históricas sobre população, existe sempre o risco de anacronismo ao se tomar o conceito antigo pelo significado atual dos termos mais longevos, como é o caso de família. Ensinam Michael Mitterauer e Reinhard Sieder que:

“The Latin word familia is very old and is derived, by way of Oscan term famel, from a common Indo-Germanic root. The basic meaning of the word is ‘house’ – that is, the total number of people living in a house, including domestic servants and slaves. The position of children is, in principle, not distinct from that of slaves, though the term liberi indicates that by birth they are legally considered free. Likewise, pater and mater are notions that express not genealogical connection but dependence on authority” (Mitterauer, Sieder, 1982: 6).

Tal asserção vai ao encontro do que consta no dicionário etimológico de Constâncio (1863), cuja primeira edição é de 1836. Também nesta obra, família derivava do latim, da palavra *famulus*, em português, fãmulu, que era o mesmo que criado, servo. Constâncio era ainda mais incisivo em mostrar como o termo se diferenciava, na sua origem, da designação de grupo com relação de parentesco, ao afirmar que:

“Família (...) primitivamente significava os servos ou criados de uma casa; depois significou também as crianças e a mãe ou dona de casa, a mãe de família; as pessoas que vivem na casa debaixo da proteção do pai de família ou dono; os descendentes de um indivíduo, a linhagem; os parentes e aliados (...) o que está sob o pátrio poder, não emancipado” (Constâncio, 1863).

Em síntese, o significado de família no passado era muito distinto do atual, pois designava todos os membros de uma unidade domiciliar, unidos por laços de parentesco ou não, e, principalmente, que estavam sob o domínio de um chefe, que originalmente, para Bluteau

¹⁰⁰ Em Silva (1831) a acepção de fogo no sentido em questão referia-se a “casa” ou “família”; em Figueiredo (1936), designaria “família”, ou “residência de uma família”; em Constâncio (1863), “casa habitada”; em Vieira (1871), “casa com família”. Em meio a estes exemplos de tratamento do significado de fogo enquanto agrupamento domiciliar, pelos dicionários da época, surpreende que Luiz Maria da Silva Pinto – que estava a frente do governo provincial de Minas Gerais na produção e uso dos dados das listas nominativas – houvesse, em seu pequeno dicionário (Pinto, 1996), restringido a designar fogo, no sentido em questão, apenas como “casa”.

(1712) era “aquele em que se conserva a baronia da família”, uma palavra vinda do francês “*Chef*” que, entre outras acepções, também significa “cabeça”¹⁰¹.

Esta família, que conferia ao lugar onde residia, o *status* de fogo, no século XIX, tinha, então, esse sentido mais amplo que possui atualmente. Isso não era uma particularidade da língua portuguesa, mas sim, um ponto comum a outras línguas românicas, como o espanhol¹⁰² e o francês¹⁰³.

Os técnicos da DGE que haviam produzido o Recenseamento do Império de 1872 trabalhavam com este sentido mais antigo de família, uma vez que a conceituava da seguinte forma:

“Constitui uma família a pessoa livre que vive só e sobre si, em uma habitação, ou um certo número de pessoas que, em razão de relações de parentesco, de subordinação ou de simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, dono ou locatário da habitação e com economia comum” (Oliveira, 2003: 11).

Cumprе ressaltar, porém, uma pequena diferença observada do conceito de unidade familiar (ou fogo) empregado na década 1870, em relação ao que vigia antes, na década de 1830. No primeiro caso, os fogos ou famílias, pelo conceito apresentado, nunca poderiam transcender os limites de uma habitação, ao passo que no período em que as listas nominativas foram produzidas, tendia-se, em alguns casos, a aglutinar pessoas de mais de uma habitação, caso elas tivessem subordinadas ao mesmo chefe:

“Na lista nominativa de habitantes de Ouro Branco [de 1839] o juiz de paz os enumera por ‘cazas’. Neste documento existe uma coluna com a ‘morada’, onde se designa o local de residência de cada uma das pessoas listadas nos fogos existentes. Embora todas as pessoas tenham sido listadas naquela ‘caza’, não necessariamente residiam na mesma ‘morada’” (Paiva, Arnaut, 1990: 95).

¹⁰¹ Esse sentido mais amplo de família no passado brasileiro também foi apresentado em Raízes do Brasil, de Holanda (1976: 49).

¹⁰² No verbete de *fuego*, no Diccionario de la Lengua Española, a sexta acepção referia-se a “hogar” e “familia”, com o exemplo: “*Este lugar tiene 100 fuegos*”. Família, por sua vez, podia designar, também, “*número de criados de alguien, aunque no vivan dentro de su casa*” (Real Academia Española, 2001). Em Alonso (1958) observa-se que a palavra *fuego*, nessa acepção, foi detectada pela primeira vez, no espanhol, em 1539 e que ainda é empregado na região de Navarra. Para esse autor, o sentido mais antigo de família, com registros entre os séculos XIII e o XX referia-se a “*gente que vive en una casa bajo la autoridad del señor de ella*”.

¹⁰³ Como mencionavam Paiva e Arnaut (1990: 95) as listas de habitantes encontradas em algumas localidades da França, do século XVII, empregavam a palavra *feu* na segmentação da população, sendo compreendida por Biraben (1972: 237) como o mesmo que domicílio. A mesma correspondência de significados entre *feu* e domicílio foi adotada por Dupâquier e Jadin (1972: 286) e Hélin (1972: 333) respectivamente para Corsica, entre 1769 e 1771 e Liège, em 1801.

É entre o fim da monarquia e o início do período republicano que o termo fogo caiu em desuso, em documentos censitários. No Censo de 1890 o termo já não era encontrado no boletim de coleta das informações e, tampouco, nas suas estatísticas divulgadas, o que é sintomático do processo de mudança do próprio sentido de família que provavelmente se acelerou ao final do século XIX.

O que se quer resgatar aqui é a natureza dessa forma particular de organização familiar intrinsecamente associada ao termo fogo e que só poderia existir em sociedades pré-industriais, caracterizadas por não terem um mercado de trabalho plenamente constituído, com relativa mercantilização da economia, porém, pré-capitalistas.

Uma vez que o modo de produção capitalista ainda não vigorava e que, portanto, os produtores não estavam completamente privados dos meios de produção, unidades domésticas eram, também, unidades produtivas, ou seja, uma organização doméstica que Otto Brunner (1968, citado por Laslett, 1984: 139-140) enquadraria, a princípio, como “*das ganze Haus*”, conforme tratado anteriormente, no capítulo 2. Nesta família arcaica, então, imperativos de reprodução humana mesclavam-se com necessidades de produção econômica e as demandas de ambas as funções acabavam por definir tamanho e forma desses agrupamentos.

Devido a isso, as listas nominativas desempenham o papel não só de censo demográfico, mas também de censo econômico, posto que os fogos conciliassem os papéis grupo de parentesco e grupo de trabalho, que só mais a frente seria assumido plenamente pelas empresas capitalistas.

Certos trabalhos que utilizaram as listas nominativas da década de 1830, como o de Libby (1988), tendem a diferenciar alguns setores de atividades como “produção oficial ou artesanal” daqueles tais como o setor têxtil, que seria a “indústria têxtil doméstica” ou a “produção caseira”. Tais segmentações podem sugerir que alguns setores são mais identificados com a unidade domiciliar que outras, como a eleger o local de trabalho como algo importante para diferenciação das unidades produtivas. O instigante estudo de Conessa Vaz de Macedo sobre o setor têxtil também usa esse recurso para diferenciá-lo dos demais, inclusive advertindo o leitor que:

“Ocasionalmente as expressões ‘indústria familiar’ e ‘indústria domiciliar’ serão utilizadas como categorias analíticas, ou seja, para

indicar a transformação do domicílio em unidade produtiva” (Macedo, 2006: 213).

Seguindo o conceito adotado por Laslett (1984), contudo, o local de trabalho não é um critério nem necessário, nem suficiente para credenciar o domicílio como unidade produtiva, ou o contrário. Com efeito, a perda da função produtiva das unidades familiares estaria mais relacionada, como já dito antes, com o nível de expropriação dos produtores, ou, em outras palavras, com o fenômeno da proletarização, que se sabe praticamente inexistente no contexto em que as listas nominativas de 1830 foram elaboradas.

Um claro indicativo disso, entre tantos outros, é o que contém (e também o que falta) nas “Relações de Fábricas”, que era um documento complementar às listas nominativas de 1830. Segundo Clotilde Paiva¹⁰⁴, o ofício que ordenava a realização do recenseamento também pedia ao juiz de paz que “anexasse ao documento a relação de ‘fábricas’ existentes na sua jurisdição com a indicação de quantos livres e escravos trabalhavam em cada uma”. O fato, porém, é que esse documento não foi, efetivamente, lavrado para muitos distritos, ao passo que nos outros casos, predominava, de forma quase absoluta, os engenhos, em especial, os de cana-de-açúcar.

Depreende-se daí, que, provavelmente, houve o entendimento de que por “fábrica” tratava-se o estabelecimento produtivo com alguma construção de vulto, o que corresponde à primeira acepção desse termo no dicionário de Bluteau (1712), que seria “estrutura”, “construção”, devendo, portanto, serem arroladas as fazendas com rudimentos de agroindústria. Outros, porém, que não mandaram a dita relação junto com o censo, poderiam ter entendido “fábrica” enquanto unidade de produção de bens, ou pela sexta acepção do termo no mesmo dicionário “a casa, ou a oficina em que se fabricam alguns gêneros”. Dessa forma, a “relação de fábrica” provavelmente foi tomada como redundante, posto que as unidades produtivas, ou seja, os fogos, já estavam sendo recenseados, com todas (e mais) informações solicitadas.

De tudo o que foi tratado aqui, conclui-se que a palavra fogo, enquanto unidade doméstica, não encontra correspondência na nossa língua de uso corrente, pois que se presta a denominar um grupo de pessoas com uma lógica muito própria de organização, associada a um modo de produção pretérito. Porém, para fins simplificação e seguindo o procedimento

¹⁰⁴ PAIVA, Clotilde A. **Relatório de atividades, para fins de exame de qualificação para obtenção do título de doutor**. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR. 1995. Mimeografado, p. 61.

adotado por outros pesquisadores, assume-se aqui a equivalência de fogo com domicílio, sendo tratados ambos como sinônimos, ao passo que se evita, doravante, o emprego do termo família, devido às mudanças de significado que sofreu, entre o período tratado e o atual.

6.4 Métodos para análise de tipos domiciliares

6.4.1 O estágio atual dos estudos de domicílios pela elaboração de tipologias de arranjos domiciliares

A elaboração de uma tipologia de domicílios, aparentemente de fácil aplicação e compreensão a todas as sociedades do presente e do passado, foi a forma encontrada por Laslett (1972a: 31) para comparar a composição dos domicílios em diversas partes do mundo. Por meio disso, ele conseguiu tornar evidente que, apesar de serem grandes, os domicílios na Europa Ocidental e, particularmente, na Inglaterra, não tinham uma estrutura complexa, em sua maioria, como se acreditava até então.

Sabe-se até agora que o conceito de família, ao longo dos últimos 3 séculos, sofreu significativa mudança, acompanhando as profundas transformações da entidade que se queria designar – como caudatário da eclosão do modo de produção capitalista, traduzida em muitos estudos pelos fenômenos da urbanização e industrialização.

Para se entender a lógica subjacente à tipologia de Peter Laslett, deve-se recorrer ao conceito mais moderno de família, que é bem distinto daquele ligado ao conceito de fogo, no século XIX. Além do significado mais amplo de linhagem, ou seja, de conjunto de pessoas com laços de parentesco, família passou a designar, mais e mais, o pequeno agrupamento de pessoas formado pelo núcleo conjugal e os respectivos filhos, que corresponderia à família simples de Laslett:

“The expression simple family is used to cover what is variously described as the nuclear family, the elementary family or (not logically, since spouses are not physiologically connected), the biological family. It consists of a married couple or a married couple with offspring, or of a widowed person with offspring” (Laslett, 1972a: 29).

Nessa tipologia elaborada por Laslett (1972a: 31), os domicílios, cujos limites coincidiam com os de uma família simples, enquadravam-se na terceira categoria, pelo Quadro 6. Observa-se ali que os membros tinham uma relação primária de parentesco, seja pelo estabelecimento da união marital, seja pelo elo biológico entre pais e filhos.

Quadro 6 – Tipologia de domicílios de Laslett (1972a), por categorias e classes

Categorias		Classes
(1) Solitários		(a) viúvo (b) solteiro ou estado marital desconhecido
(2) Sem família		(a) irmãos co-residentes (b) parentes co-residentes (c) pessoas sem informação de relação de parentesco
(3) Domicílios de família simples		(a) apenas o núcleo familiar (b) núcleo familiar com criança(s) (c) viúvos com criança(s) (d) viúvas com criança(s)
(4) Domicílios de família estendida		(a) extensão ascendente (b) extensão descendente (c) extensão lateral (d) combinações de 4a, 4b e 4c
(5) Domicílios de múltiplas famílias		(a) unidades secundárias ascendentes (b) unidades secundárias descendentes (c) unidades do mesmo nível (d) “frèrèches” ⁽¹⁾ (e) outras famílias múltiplas
(6) Indeterminadas		
Definições alternativas	- família estirpe	(a) 5b (b) 5b + 5a (c) 5b + 5a + 4a
	- “frèrèches”	(a) 5d (b) 5d + 5c (c) 5d + 5c + 4c (c) 5d + 5c + 4c + 2a

Fonte: (Laslett, 1972a: 31). (1) domicílios camponeses, em geral, de grande dimensão denominados fraternos, por serem compostos, via de regra, por famílias de irmãos, mais encontrados na França. Ver Mitterauer e Sieder (1982: 13) e Laslett (1972a: 30).

Nesta tipologia, as duas primeiras categorias, que correspondiam aos domicílios “solitários” e “sem família”, reuniam classes de domicílios sem uma organização familiar, por estarem ausentes o núcleo (chefe e cônjuge) e, também, a relação primária que se estabelecia entre pais e filhos.

A quarta categoria, de famílias estendidas, diferencia-se da antecessora, por ter, adicionalmente à família simples, outros tipos de membros co-residentes, como o pai do chefe (4a), o neto (4b), ou mesmo um irmão do chefe (4c). Entretanto, quando esses membros fora dos limites da família simples passavam a constituir outra família, a unidade domiciliar elevava-se à categoria seguinte, ou seja, de domicílio com múltiplas famílias.

Isso também poderia ocorrer, por exemplo, caso o filho do chefe unisse a uma esposa, constituindo nova família o que elevava o domicílio à classe 5b.

Por essa tipologia, a presença de servos (isto é, fâmulos) não alterava nada de substancial, pois a sua coabitação não subvertia a organização dos domicílios, que era então, determinada, exclusivamente, pelos tipos existentes de relações de parentesco, entre as pessoas que detinham esse tipo de laço com o chefe. Dessa forma, a separação entre domicílios com e sem servos¹⁰⁵ seria feita abrindo colunas desse quadro e não gerando mais categorias ou classes.

Vale salientar aqui o mérito de Laslett (1972a: 31) em elaborar uma tipologia simples, mas de grande rigor conceitual e seu esforço para estabelecer o debate com outras sociedades¹⁰⁶. Isso pode ser observado na menção a formas categóricas alternativas aglutinar algumas classes, de modo a se poderem captar, com essa plasticidade, estruturas domiciliares características de algumas regiões (como as fraternas, na França) ou mesmo as fases pelas quais se passava o tipo domiciliar que Frédéric Le Play definiu como família estirpe, tida como predominante na Europa pré-industrial, por este autor.

No Brasil, Iraci del Nero da Costa (1981: 88) foi um dos pioneiros a analisar domicílios da primeira metade do século XIX com o arcabouço teórico proposto por Laslett (1972a). Ao processar a base de dados de 1804 das listas nominativas de Vila Rica e de outros distritos mineiros próximos, o estudo procurou adaptar a tipologia de Laslett (1972a) àquela sociedade escravista, de forma a não alterar o significado das categorias e classes originais e, assim, manter a comparabilidade internacional, como já se observou na Tabela 1 (pág. 40). Tal adaptação consistiu, dessa forma, em adicionar colunas para segmentar os domicílios entre escravistas e não escravistas; e também, distinguir aqueles que possuíam ou não agregados.

Mais recentemente, Eni Samara (1989: 27) elaborou nova tipologia – primeiramente apresentada em outro artigo (Samara, 1986: 191) e parcialmente inspirada em Laslett (1972a: 31) – para analisar os 1.516 fogos arrolados em listas nominativas da cidade de São Paulo, em 1836 (Quadro 7). Pelo fato de ser mais atual e muito divulgada, faz-se necessário explicitar algumas considerações sobre essa tipologia.

¹⁰⁵ O servo, no século XVIII, se diferenciava daquele existente no feudalismo e se aproximava mais ao sentido de fâmulos, que era uma das acepções do termo, em Bluteau (1712: 5996). Ver nota de rodapé 6, da pág. 32.

O principal aspecto desfavorável ao emprego dessa metodologia reside na incomparabilidade da tipologia com outras sociedades, pois não se trata, na verdade, de um esforço de adaptação do método de Laslett às peculiaridades locais, com a preocupação de se manter os conceitos básicos. Trata-se, efetivamente, de uma formulação diferenciada, que envolve a substituição dos fundamentos existentes em sua concepção, embora não fique muito claro o que, de fato, está por trás dessa proposta de segmentação de domicílios.

Um outro problema que se deve destacar é a imprecisão das denominações das categorias e classes, a começar pelo próprio título do quadro que apresenta a tipologia (Samara, 1989: 27). Na medida em que a concordância no feminino sugere se tratar de categorias de famílias (como “famílias extensas” e não “domicílios extensos”) torna-se supérfluo o uso do termo domicílio, por serem sinônimos e não complementares.

Quadro 7 – “Estrutura das Famílias e Domicílios: Categorias e classes” de Samara (1989)

Categorias	Classes
(1) Singulares	(a) indivíduo só
(2) Desconexas	(a) indivíduo com escravos, agregados e outros ou composições várias com esses elementos (b) casal (idem) (c) fogos com chefe definido mas ausente (idem)
(3) Nucleares	(a) casal (b) casal com filhos e netos ou composições várias com esses elementos (c) indivíduo (idem)
(4) Extensas	(a) idem 3a, 3b, 3c mais parentes
(5) Aumentadas	(a) indivíduo (com filhos, netos ou parentes) mais agregados, escravos e outros ou composições várias com esses elementos, desde que incluíssem parte das primeiras categorias e uma ou mais das últimas. (b) casal (idem)
(6) Fraternos	(a) domicílios sem chefe com vários elementos parentes ou não (b) idem mais escravos e agregados ou qualquer uma das categorias

Fonte: (Samara, 1989: 27).

Em relação à composição das categorias, o exemplo mais evidente sobre a imprecisão conceitual é o fato de a classe relativa às famílias chefiadas por um indivíduo com filhos e/ou com netos e sem cônjuge (classe 3c) se inserir na categoria das famílias denominadas “nucleares”. Sabe-se que nessas populações a fecundidade fora do casamento não era desprezível e que, portanto, muitos desses chefes de famílias não tenham tido uma relação nuclear, sequer por um momento, ao contrário do que aconteceria com as viúvas, por exemplo.

¹⁰⁶ Domicílios de mais países e regiões, entre os séculos XVI e XIX puderam ser estudados e comparados por

Um outro problema na tipologia de Samara se evidencia quando consideradas as categorias enquanto etapas de desenvolvimento dos domicílios. Voltando à tipologia de Laslett (1972a: 31), observa-se que a ordenação das categorias (de 1 a 5) reflete, de fato, graus de dificuldades vencidas na estruturação dos domicílios, supondo a vontade dos membros em constituir um grupo maior, como apontado em Burch (1972). Esses desafios seriam de várias naturezas, como o econômico (ou seja, a capacidade de geração das condições básicas de subsistência dos membros) e o demográfico (representado, por exemplo, pelas elevadas taxas de mortalidade e a baixa expectativa de vida que limitavam o tempo de convivência de mais de uma geração no mesmo domicílio). Essa hierarquia, contudo, não é observada na tipologia de Samara (1989: 27), e, assim, por exemplo, um jovem casal, com um escravo poderia passar da categoria 2 (família desconexa) para a categoria 5 (família aumentada), com o nascimento do primeiro filho e, na semana seguinte, voltar a se enquadrar na categoria 2, com a morte desse bebê, pelo mal-de-sete-dias.

Como visto, existe uma distância entre as propostas de tipologia de Samara (1989: 27) e de Laslett (1972a: 31) grande o suficiente para tornar a leitura dos resultados da aplicação de ambos os sistemas classificatórios incomparáveis entre si. Mas isso não implica, contudo, que a tipologia de Samara se aproxime de um tratamento metodológico mais apropriado ao sentido de fogo, defendido aqui. Esse estranhamento à natureza do fogo, enquanto unidade procriativa e, ao mesmo tempo, unidade produtiva, se evidencia, por exemplo, na justificativa pela denominação de família desconexa (categoria 2) para aquelas unidades “que não havia uma relação direta de parentesco entre o núcleo central e os demais componentes” por serem escravos e/ou agregados (Samara, 1989: 29).

Assim, existe, por certo, um anacronismo nesse elevado grau de importância que é dada à relação de parentesco, pois isso não era tão fundamental para as famílias daquele período. Isso porque os imperativos econômicos certamente influenciariam a percepção (de forma diversa à que se tem no momento presente) sobre quais membros conferiam integralidade a uma família, para que a mesma unidade domiciliar possa existir de forma funcional:

“In former times a peasant or artisan family enterprise that was dependent on additional labour must surely be described as incomplete because its predominantly productive function could not be carried out adequately” (Mitterauer, Sieder; 1982: 14)

Em meados da década de 1980, Freitas (1986a e 1986b) realizou novas adaptações à tipologia criada por Samara, mas que padecia das mesmas imprecisões de conceitos, além de ter mantido o problema da incomparabilidade metodológica.

Pelo que foi tratado acima, julgou-se que seguir as escolhas metodológicas de Costa (1981) – que também são de Henry (1977) – daria, ao final, resultados mais profícuos. Assim se teria, em primeiro lugar, uma composição de domicílios que poderia ser comparada com a de outras sociedades e, em segundo, um melhor ponto de partida para se avaliar a proposta alternativa de tipificação de domicílios, por ser estruturado com maior rigor conceitual.

Definida essa estratégia, passou-se para a segunda etapa na classificação dos domicílios, que consistia em avaliar se o conjunto de listas nominativas continha as informações mínimas necessárias para os domicílios fossem tipificados e atendiam dois quesitos basilares, que seriam: 1) ausência de omissão de membros do domicílio e 2) informação clara de todos os membros do domicílio quanto à sua relação com o chefe.

Supôs-se, a princípio, que o primeiro quesito era contemplado por todas as listas nominativas. Muito embora se saiba, pelas evidências já apontadas sobre a distribuição etária e razão de sexos, que havia subregistro de crianças e mulheres adultas, considerou-se que o nível de omissões não era elevado o suficiente para interferir nos resultados obtidos.

O segundo quesito merece ser tratado com mais detalhe. Primeiramente, deve-se considerar que a informação sobre a condição social – que já continha uma parte da informação sobre a relação com o chefe – era de boa qualidade, por muitas razões, mas, sobretudo, porque era uma solicitação explícita do ofício do governo provincial que ordenava o levantamento censitário. Essa informação auxiliava no processo de classificação dos domicílios na medida em que servia para restringir (ao número de livres) as pessoas no domicílio com necessidade de detectar, de forma mais detalhada, a relação com o chefe.

O principal atributo pessoal para a classificação de domicílios era, de fato, a própria relação com o chefe. Porém, frequentemente essa informação tinha qualidade inferior, como se pode observar na Tabela 29. Da população recenseada, pouco mais de $\frac{1}{4}$ da população era formada de livres que não tinham informação da relação com chefe, podendo ser um parente ascendente (como o pai), descendente (neto), ou mesmo um

indivíduo sem relação consangüínea com o chefe, como agregado, sendo uma frequência muito reduzida (0,7%) os indivíduos declarados com sendo “outros parentes do chefe”.

Tabela 29 – Distribuição da população recenseada, por relação com chefe, segundo segmentação pela qualidade da informação – Minas Gerais – Década de 1830

Especificações	Relação com o chefe							Total	
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Outro parente do chefe	Livre sem inf. da relação com chefe	Agregados	Escravos		
Total	N.	84.810	49.936	79.129	3.738	139.454	8.486	171.385	536.938
	%	15,8	9,3	14,7	0,7	26,0	1,6	31,9	100,0
Amostra (1)	N.	22.598	12.823	42.773	2.035	11.069	5.093	46.225	142.616
	%	15,8	9,0	30,0	1,4	7,8	3,6	32,4	100,0
Demais listas	N.	62.212	37.113	36.356	1.703	128.385	3.393	125.160	394.322
	%	15,8	9,4	9,2	0,4	32,6	0,9	31,7	100,0

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Amostra composta de 66 distritos. (Ver Tabela 69, pág. 327)

A baixa qualidade dessa informação deve ser justificada não só, meramente, por ter sido uma das características que o governo da província não desejava investigar pelo levantamento das listas nominativas, mas também porque isso não era um elemento central da constituição dos fogos. Acresce a isso, o fato de que não havia, nesse período, um sistema de classificação de fogos segundo a relação com o chefe dos seus membros, o que, por sua vez, ajuda a compreender a falta de interesse do governo por essa informação. Dessa forma, o sucesso da classificação de domicílios pela metodologia adaptada de Laslett ficava condicionado aos casos em que o juiz de paz, mais voluntarioso, seguia a registrar essa informação, por vontade própria, no documento censitário.

Assim, selecionou-se um subconjunto de 66 distritos com listas nominativas que apresentassem menor frequência de omissão dessa informação e que, ao mesmo tempo, identificasse os agregados. Nessa amostra, em que se aplicou a tipologia de domicílios de Laslett, observa-se numa proporção expressivamente menor de livres sem informação de parentesco (7,8%).

Uma suposição necessária para tipificar os domicílios era de que, uma vez que essas listas apresentavam maior qualidade da informação de relação com o chefe – o suficiente para não omitir a inserção de agregados nos domicílios – todos os demais livres com omissão de informação da relação com o chefe teriam algum grau de parentesco com o mesmo.

Combinando essa suposição com o estado marital dos livres que não eram agregados, foi possível diferenciar, pelo método de Laslett, todos os casos mais complexos, entre

domicílios com famílias estendidas (categoria 4) e aqueles dotados de múltiplas famílias (categoria 6).

6.4.2 Análise de GoM

O resgate do sentido de fogo proporcionou, enquanto agrupamento domiciliar, elementos para avaliar as tipologias existentes e propor uma nova. A principal constatação em relação às metodologias em voga, como já tratado, é a de que são anacrônicas, ou, no mínimo, parciais, por focar unicamente a relação de parentesco. O fato é que o significado do fogo remete à família arcaica designada como *das ganze Haus* de Brunner (1968, citado por Laslett, 1984) e, como tal, sugere tratar-se de estruturas domiciliares polimórficas, orientadas e conformadas não só pela lógica da reprodução humana, como também pelos imperativos econômicos próprios de unidades produtivas.

Assim posto, considera-se que uma proposta alternativa de tipologia deveria respeitar essa natureza dualizada dos domicílios, ao contemplar muitos outros atributos além da relação de parentesco, o que só seria possível com o emprego de algum método estatístico de classificação. Entre os métodos de classificação mais utilizados, o modelo “Grade of Membership”¹⁰⁷ – GoM – de uso mais recente, apresenta a vantagem de gerar resultados mais robustos ao processar grandes bases de dados, compostos de elevado número de elementos (no caso, domicílios) e de com muitos atributos (ou variáveis), como é caso do banco de dados gerado a partir das listas nominativas.

Um outro aspecto a se considerar refere-se à própria delimitação dos conjuntos gerados pelo método de Laslett e tipologias assemelhadas. Trata-se de conjuntos discretos (*crisp sets*) de domicílios, ou seja, de conjuntos disjuntos, de forma que um domicílio só pode – e deve – pertencer a um determinado conjunto quando aquela unidade domiciliar não pertencer a nenhum dos demais conjuntos de domicílios. No método alternativo proposto, a justaposição de conjuntos nem sempre ocorre. Por vezes, alguns domicílios, pela sua composição híbrida, podem parcialmente pertencer a um e a outro conjunto. Tal formulação baseia-se na teoria dos conjuntos nebulosos (*fuzzy sets*) de Zadeh (1965), que assim conceitua:

¹⁰⁷ Grau de Inclusão, ou de pertinência.

“A fuzzy set is a class of objects with a continuum of grades of membership. Such a sets is characterized by a membership (characteristic) function which assigns to each object a grade of membership ranging between zero and one. The notions of inclusion, union, intersection, complement, relation, convexity, etc. are extended to such sets, and various properties of these notions in the context of fuzzy sets are established.” (Zadeh, 1965: 338).

Dessa forma, pela aplicação do método “Grade of Membership”, cada um dos i domicílios, teriam um escore de grau de pertencimento para cada um dos k conjuntos, denotado como g_{ik} , que assumiriam valores entre zero e um. Com grau de pertinência zero ($g_{ik} = 0$) o domicílio em questão não teria nenhum pertencimento ao conjunto k , ao passo que com grau de pertencimento igual a um ($g_{ik} = 1$) o referido domicílio seria 100% membro do conjunto k (Manton, Woodbury, Tolley, 1994: 3). Sob tais situações, esses elementos se associariam aos conjuntos de uma forma *crisp*. Contudo, o mesmo domicílio poderia pertencer apenas parcialmente ao conjunto k , por exemplo, com 65% de pertencimento ($g_{ik} = 0,65$) relacionando-se a este conjunto de uma forma *fuzzy*.

Na segmentação *fuzzy* dos elementos – no caso, os domicílios – os conjuntos seriam denominados perfis extremos, enquanto que os domicílios integralmente identificados com qualquer desses k conjuntos, seriam aqueles considerados com perfis puros aos respectivos conjuntos.

Formalmente, o modelo prevê duas restrições aos graus de pertencimento, denominados de **condição I** por (Manton et al. 1994: 11):

$g_{ik} \geq 0$ para todo i domicílio e para todo k perfil extremo

$\sum_{k=1}^K g_{ik} = 1$ para todo i domicílio

Em outras palavras, para cada um desses k perfis extremos, o grau de pertencimento de cada domicílio poderá variar de 0 a 100%, com a condição que a soma dos graus de pertencimento não superem 100%. Tal condição permite conceber os domicílios dispostos em um plano de $k-1$ dimensões, estando cada domicílio disposto tanto mais próximo a um dos extremos quanto maior a sua pureza em refletir esse extremo.

Esses conjuntos ou perfis extremos são definidos não por apenas uma variável, como no caso da tipologia de Laslett, mas por j variáveis, definidas pelo pesquisador, sendo essas quantas forem necessárias – e possíveis de se obter – para o estudo de domicílios para se captar sua natureza, por definição, multifacetada. Em cada uma das j variáveis, são definidos números finitos de categorias (L_j). Tais categorias já são preestabelecidas em variáveis, por definição, discretas, como sexo do chefe, ao passo em que em variáveis contínuas, tais como idade do chefe, os dados são agregados em intervalos, formando um número limitado de categorias¹⁰⁸.

Para cada j variável, ou atributo dos domicílios pesquisados, o valor assumido para o i domicílio – dentro de um conjunto de L_j categorias – é representada por uma variável aleatória binária definida por Y_{ij} , que, por suposição, é independente para diferentes valores de i . Dessa forma, um determinado atributo de um domicílio é independente do valor do mesmo atributo nos demais domicílios.

Também se assume que os g_{ik} , para todos os k perfis extremos, são obtidos pelo vetor aleatório $\xi_i = (\xi_{i1}, \xi_{i2}, \dots, \xi_{ik})$, com função de distribuição $H(x) = \Pr(\xi_i \leq x)$. Segundo Manton et al. (1994: 12), a distribuição amostral das realizações (os g_{ik}) possibilita estimar a função de distribuição $H(x)$, embora se deva ressaltar que diferentes amostras gerarão diferentes conjuntos de g_{ik} numa segmentação *fuzzy*.

Por fim, supõe-se que, com o g_{ik} conhecido, os valores de cada i domicílio para as questões Y_{ij} são independentes para os diferentes valores de j .

Passando dos i domicílios para os k perfis extremos, considera-se que a probabilidade de resposta l para a j -ésima variável (ou atributo do domicílio) para o k -ésimo perfil extremo é dada por λ_{kjl} . Como ainda lembram Manton et al. (1994: 13), muitos elementos (no caso, domicílios) poderão ter um grau de pertencimento elevado em relação ao k -ésimo perfil extremo, mas ao menos um domicílio, por princípio, terá um perfil puro (*a crisp member*), ou seja, inteiramente identificado com o referido perfil extremo. São restrições (denominadas **condição II**) impostas a λ_{kjl} :

¹⁰⁸ A categorização de variáveis contínuas é uma necessidade específica do método de GoM. Contudo, já existem outros métodos baseados na teoria dos conjuntos nebulosos, tal como o método de FANNY (*Fuzzy Analysis*) que prescindem da categorização, o que pode dar maior precisão aos resultados, com uma maior diferenciação dos “graus de pertencimento” em cada elemento do estudo, segundo (Miranda-Ribeiro, Garcia, 2008: 13). No caso em tela, supõe-se que a categorização de variáveis contínuas não traria melhoria dos resultados, dado que os dados censitários do século XIX tinham baixa qualidade.

$\lambda_{kjl} \geq 0$ para cada k perfil extremo, j variável e l categoria;

$$\sum_{l=1}^{L_j} \lambda_{kjl} = 1 \quad \text{para cada } k \text{ perfil extremo e } j \text{ variável.}$$

Assume-se que a probabilidade de resposta l para a j -ésima variável para o i domicílio, condicionada aos valores de \mathbf{g}_{ik} , é dada por:

$$\Pr(Y_{ijl} = 1) = \sum_{k=1}^K g_{ik} \lambda_{kjl}$$

Ainda segundo Manton et al. (1994: 14), os pressupostos aqui apresentados formam a base para se obter o modelo de estimação simultânea de \mathbf{g}_{ik} e λ_{kjl} dado por:

$$L(y) = \prod_{i=1}^I \prod_{j=1}^J \prod_{l=1}^{L_j} (\sum g_{ik} \lambda_{kjl})^{y_{ijl}}$$

Cabe ao pesquisador a definição do número de perfis extremos que o experimento deve conter. A esse respeito, o caráter flexível do método de GoM, como bem ressalta Frederico Melo, torna possível a realização de diversos testes para determinar o número mais adequado de perfis extremos para refletir a diversidade dos elementos estudados, no caso, os domicílios. Segundo o autor:

“O número de perfis a ser obtido ao final da investigação depende, em última instância, dos objetivos da análise e da capacidade, conhecimentos e decisão do pesquisador” (Melo, 2006: 48).

Como decorrência do método, a caracterização de cada um dos k perfis extremos dá-se pelo cotejamento entre a distribuição de frequência marginal de cada variável j e sua respectiva probabilidade para cada categoria l estimada (λ_{kjl}). Seguindo procedimentos adotados em outros estudos, em especial, os de Sawyer et al. (2002: 760) e Melo (2006: 51), considerou-se que l seria característica de k se a relação entre λ_{kjl} e a frequência

marginal fosse igual ou superior a 1,2. Os dados, processados pelo *software* GoM 3.4 ¹⁰⁹, encontram-se na Tabela 71 (pág. 335).

Para o desenvolvimento do presente estudo, recorreu-se ao método aleatório para a geração das probabilidades iniciais (*inlambda random*), ponto de partida para os processos iterativos até se chegar à máxima verossimilhança. Cumpre ressaltar que não se verificou, em nenhum dos sucessivos testes realizados, instabilidade dos resultados, que eventualmente decorreriam da convergência do processo para um máximo local de log-verossimilhança. Credita-se à robustez dos resultados, o elevado número de elementos investigados (84.810 domicílios) e de variáveis incorporadas ao modelo (35, no experimento final). Além disso, o fato da sociedade em estudo estar fortemente polarizada pelos quatro perfis extremos deve ter contribuído para a convergência de um máximo absoluto de log-verossimilhança. Na ausência de definição prévia dos graus de pertencimento iniciais, delegou-se ao método a estipulação desses valores (*ingamma default*).

¹⁰⁹ O programa foi desenvolvido por Peter Charpentier, da Escola de Medicina da Universidade de Yale e adaptado para a plataforma Unix, por Rafael Kelles Vieira Lage (Sun Microsystems).

7 DOMICÍLIOS NAS MINAS GERAIS DOS ANOS 1830

7.1 Tipologia de arranjos domiciliares enquanto unidades reprodutivas

7.1.1 Nupcialidade dos livres

“Ninguém se casa só por seu prazer e vontade; casamo-nos também, senão mais, por causa da família e da posteridade, pois as condições em que se realiza o casamento (e seus resultados) interessam à raça bem mais do que a nós mesmos. Eis por que penso que deva ser negociado, antes por intermediários do que pelos futuros cônjuges. Não vos parece isso contrário às inclinações amorosas? Daí constituir um como que incesto entregar-se às violências da paixão (como já expliquei anteriormente) no decurso das relações veneráveis e sagradas entre marido e mulher, e que visam à procriação.”
(Montaigne, Ensaaios, Livro III).

“Meu avô aceitava para as filhas o marido que lhe agradasse e as casava sem consultá-las. Ele tinha dez filhas. Os pretendentes pediam às vezes uma das filhas e ele respondia: ‘Esta, não; está muito moça. Vá aquela que é mais velha’. Todos pediam Dindinha e ele guardou-a para o fazendeiro mais rico da redondeza.”
(Helena Morley, Minha Vida de Menina).

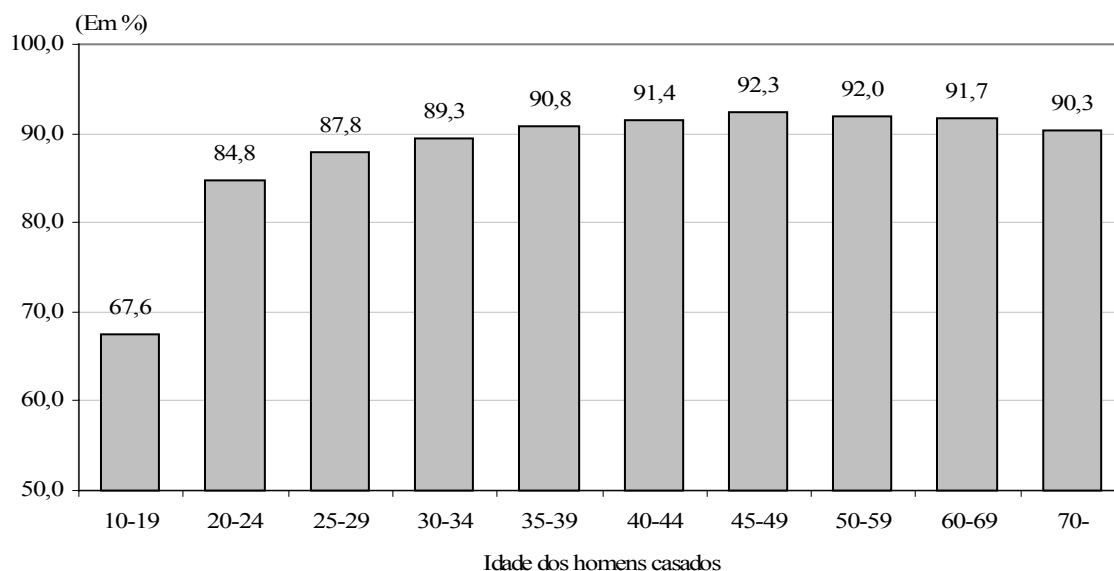
Duas razões devem ser consideradas para se focar, inicialmente, a nupcialidade dos livres, no presente capítulo sobre arranjos domiciliares. Primeiro porque muitos domicílios eram constituídos pela formação de um núcleo e, segundo, porque a maioria dos domicílios em Minas Gerais era chefiada por um núcleo ou por um membro remanescente de uma união marital, fosse como viúvo, fosse como parceiro de um cônjuge que já não coabitava o mesmo lar à data do recenseamento.

Quando existe referência a casados, nos arrolamentos censitários, não se está tratando, em todos os casos, de uniões formalizadas pela Igreja, mas sim do registro de pessoas que viviam como marido e mulher efetivamente. Em relação a isso, os relatos de viajantes da época informam que a formalização da união nem sempre ocorria, devido, principalmente, ao fato de ser uma cerimônia com preço não acessível à grande parte da população mineira. Embora permeada por uma visão exageradamente determinística do recorte por cor, quanto a esse assunto, diria o viajante alemão que:

“O casamento é muito dispendioso. As mulatas não costumam casar, contentando-se com os amantes, que chamam de companheiros; os pretos seguem o exemplo, mas é mais raro um preto viver em concubinato do que um mulato” (Burmeister, 1980: 61).

Contrair matrimônio (ou amancebar-se) implicava assumir a chefia de um fogo em 90% dos casos. As exceções a essa regra ocorriam principalmente entre os homens mais jovens, que formavam um núcleo conjugal tendo entre 10 e 19 anos, o que talvez se sucedesse pela permanência na casa paterna, sua ou de sua esposa. Mas mesmo nesses casos, era elevada a proporção dos que estavam à frente de um – quase sempre novo – domicílio (67,6%), como se observa no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Proporção de homens casados a compor os núcleos chefes de domicílios – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Em geral, mas nem sempre, o elemento masculino do casal mais velho no fogo era o primeiro indivíduo listado no arrolamento censitário do domicílio, fato que o tornava, por

convenção, o chefe de domicílio. Pela Tabela 30, isso ocorria em 99,7% dos domicílios encabeçados por um núcleo.

Tabela 30 – Indicadores da relação entre as idades dos cônjuges chefes de domicílios, por faixa etária do cônjuge do sexo masculino – Minas Gerais – Década de 1830

Especificações	Indicadores e categorias	Idade do cônjuge do sexo masculino										Total
		10-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-59	60-69	70-	
Núcleos chefes		386	3.986	6.336	7.559	5.515	7.386	4.236	8.093	4.321	1.971	49.789
Chefia masculina (em %)		98,7	99,8	99,7	99,9	99,7	99,8	99,7	99,7	99,7	99,6	99,7
Indicadores da diferença entre a idade do homem e da mulher do núcleo chefe	Mínimo	-33,0	-36,0	-35,0	-35,0	-34,0	-36,0	-22,0	-30,0	-21,0	-20,0	-36
	Mediana	1,0	2,0	4,0	5,0	8,0	9,0	10,0	10,0	12,0	18,0	7
	Média	0,2	1,9	3,5	4,8	7,3	7,8	9,9	11,2	13,6	19,0	7,9
	Máximo	8	13	16	20	25	29	38	45	52	70	70
	Desvio Padrão	4,85	4,53	5,06	5,84	6,45	7,48	8,11	9,20	10,80	13,50	8,77
Distribuição da diferença entre a idade do homem e da mulher do núcleo chefe	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	-36 a -1 anos	23,8	17,7	14,5	12,6	10,5	10,2	9,3	7,7	6,1	4,4	10,8
	0 a 7 anos	75,9	76,9	67,4	54,7	37,0	34,5	29,2	26,7	22,6	13,3	42,1
	8 a 15 anos	0,3	5,4	18,1	31,3	43,3	41,0	36,9	35,8	32,7	26,0	31,2
	16-70 anos	0,0	0,0	0,0	1,4	9,2	14,3	24,6	29,8	38,6	56,3	15,9

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Em relação às diferenças de idade entre os cônjuges, pode-se dizer que as escolhas nupciais dos casamentos e recasamentos tardios diferiam-se dos mais precoces, ao menos entre os casais chefes. Nota-se que a média das diferenças de idade dos cônjuges, que era praticamente nula, entre os jovens esposos de 10 a 19 anos, crescia gradualmente até chegar a 19 anos, entre esposos com 70 anos ou mais. Nesse último segmento etário a parcela de núcleos com as maiores diferenças de idade (entre 16 e 70 anos) correspondia a mais da metade dos casos recenseados (56,3%). O caso de um conhecido tecnocrata da Corte ilustra isso:

"Em Juiz de Fora, conheci o Comendador Henrique Guilherme Halfeld (...) Ele me deu algumas informações sobre o Rio São Francisco e contou-me, quando me despedia que, com 72 anos de idade, ia casar-se com uma jovem de 16. Oxalá seja satisfatório o resultado!" (Burton, 1976: 61).

Ao considerar toda a população adulta, acreditava-se, a princípio, que o número de casados do lado masculino fosse idêntico ao do lado feminino. Como mostra a Tabela 31, isso não se observou. Na verdade, a pequena vantagem do número de esposas em relação ao de esposos, de 460 pessoas, deve ser creditada, sobretudo, aos domicílios de chefia feminina, em que não se constava a presença do cônjuge, talvez em decorrência do abandono do lar.

Tabela 31 – População livre adulta, por faixa etária, segundo sexo e estado marital – Minas Gerais – Década de 1830

Sexo e estado marital	Faixa etária											Total	
	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-59	60-69	70-	N.	%
Homens	24.137	15.426	15.099	12.086	11.891	7.935	10.497	5.853	11.616	6.942	3.941	125.423	-
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
Solteiro	99,8	96,5	68,6	39,6	27,4	21,2	19,7	17,1	17,5	20,3	25,9	66.608	53,1
Casado	0,2	3,5	31,1	59,7	71,1	76,5	77,0	78,4	75,8	67,8	55,4	55.378	44,2
Viúvo	0,0	0,0	0,3	0,7	1,5	2,3	3,3	4,5	6,7	11,9	18,7	3.437	2,7
Mulheres	22.421	18.000	19.118	13.984	14.003	8.729	11.234	5.693	11.159	6.586	3.963	134.890	-
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
Solteira	98,2	74,3	43,5	32,8	31,1	29,9	31,1	28,8	32,3	36,5	41,3	68.039	50,4
Casada	1,8	25,4	55,3	64,3	63,7	63,0	56,4	56,2	44,1	28,3	14,3	55.838	41,4
Viúva	0,0	0,3	1,2	2,9	5,2	7,1	12,5	15,0	23,6	35,2	44,4	11.013	8,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Embora esses dados sejam extraídos de uma base elaborada num determinado ponto do tempo, ou seja, a década de 1830, a distribuição da população por faixa etária, segundo sexo e estado marital, permite depreender o comportamento médio dos indivíduos em relação à nupcialidade ao longo de suas vidas, sob algumas hipóteses¹¹⁰.

Nota-se que os homens tendiam a desposar-se a partir dos 20 até os 34 anos de idade, ao passo que, entre as mulheres, isso se dava mais cedo, sobretudo, entre os 15 e 24 anos. Mas a vida conjugal, embora predominante, não era uma experiência vivida por todos, sendo muito altas as proporções de celibatários entre 45 e 49 anos, de homens (17,1%) e principalmente de mulheres¹¹¹ (28,8%).

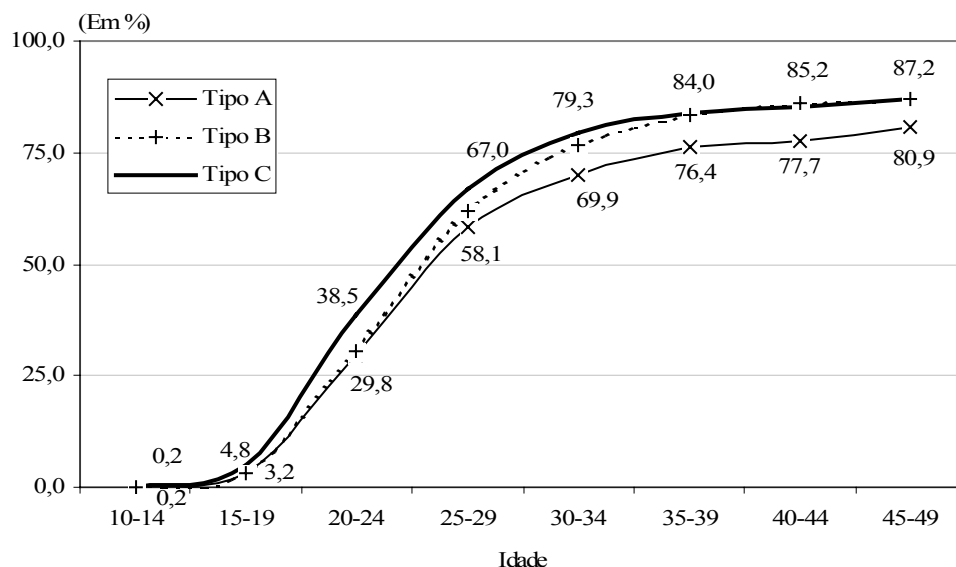
Por fim, a sobremortalidade masculina, associada ao padrão das escolhas nupciais observado na escolha de mulheres mais jovens pelos maridos mais velhos, são algumas das principais razões para que, entre as mulheres, a proporção de viúvas fosse expressivamente maior que entre os homens. De fato, as viúvas correspondiam a 44,4% das mulheres com 70 anos e mais, contra 18,7% entre os homens de igual faixa etária.

Em uma sociedade que, embora pré-transicional, se expandia rapidamente, seria esperado que houvesse uma menor idade ao casar, pequena parcela de celibatários e, também, menor ou nenhum controle da fecundidade conjugal, caso coubesse ao crescimento natural papel determinante na manutenção desse ritmo mais acelerado de crescimento demográfico.

¹¹⁰ Supõe-se que não tenha havido ruptura do comportamento da população, nos quase 100 anos anteriores ao levantamento censitário e que a população seja fechada, ou ao menos, que o comportamento nupcial dos emigrantes seja parecido com o dos nativos.

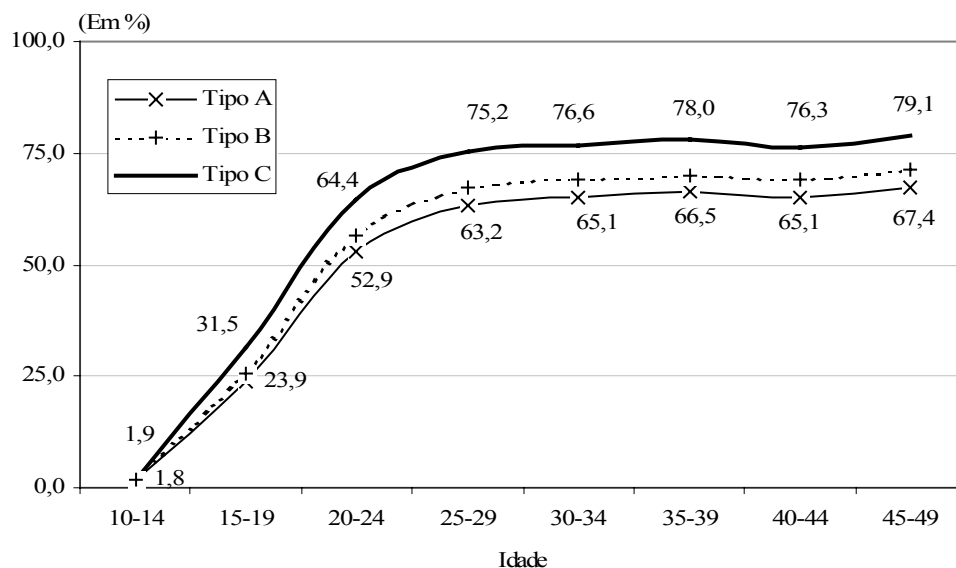
Na segmentação espacial de Minas Gerais, segundo a dinâmica demográfica, nota-se que as diferenças do comportamento nupcial de homens (Gráfico 21) e mulheres (Gráfico 22) eram condizentes com os ritmos de crescimento populacional, tratados no capítulo 4.

Gráfico 21 – Proporção da população masculina livre adulta uma vez casada, por faixa etária dos 10 aos 49 anos, segundo tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 67, pág. 325)

Gráfico 22 – Proporção da população feminina livre adulta uma vez casada, por faixa etária dos 10 aos 49 anos, segundo tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 67, pág. 325)

¹¹¹ O crescimento da parcela de solteiros a partir de 49 anos deve ser atribuído ao aumento da não declaração do estado marital, mas, principalmente, à declaração de solteiro de pessoas uma vez casadas, mas sem o núcleo constituído no momento do recenseamento, por viuvez ou outro motivo.

As regiões do tipo A caracterizavam pelo adiamento ao casamento e pelo maior número proporcional de celibatários, o que coaduna com o fato de serem regiões caracterizadas pelo crescimento demográfico abaixo da média provincial. Ainda assim, eram taxas elevadas (2,1% ao ano, entre os livres, pela Tabela 7, pág. 98) para uma população em que, supostamente, os efeitos sobre o crescimento proporcionados pela alta natalidade eram, em grande medida, contrabalançados pelas igualmente elevadas taxas de mortalidade.

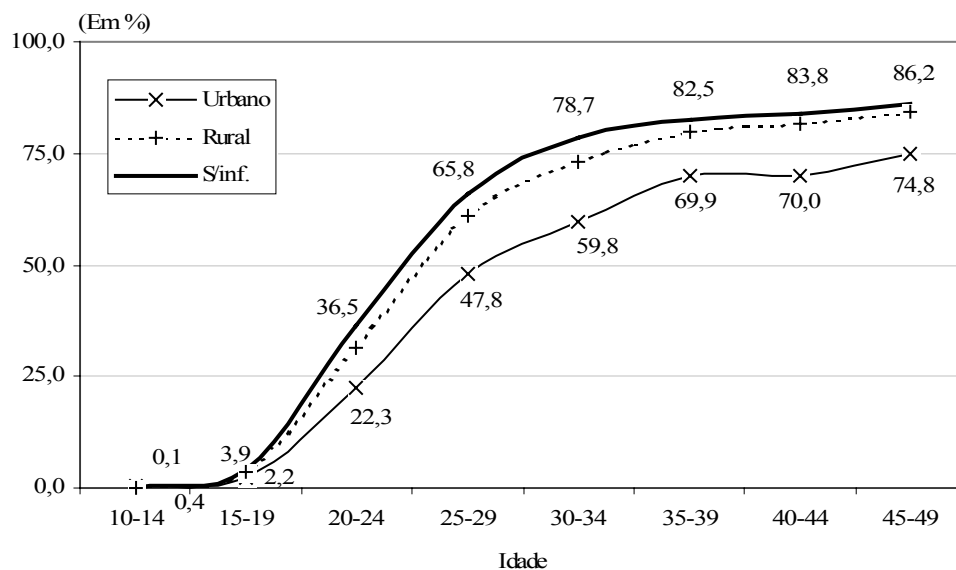
Na medida em que se tratava de regiões de elevado desenvolvimento econômico, mas provavelmente, com menor ritmo de crescimento econômico, esse comportamento poderia ser entendido como a manifestação de um xeque preventivo malthusiano.

Em situação oposta estavam as regiões do Tipo C, por apresentarem casamentos mais precoces e menor proporção de solteiros ao longo do período reprodutivo. Apesar de não serem as regiões de maior expansão demográfica, detinham um crescimento próximo ao da média de Minas Gerais. Por alguns relatos de viagens (mencionados no capítulo 4), esse elevado crescimento (de 3,0% a.a.) seria atribuído ao próprio crescimento natural da população livre.

Surpreendentemente, as regiões do tipo B, que apresentavam as maiores taxas de crescimento do segmento livre (4,3% a.a.), continham um padrão de nupcialidade mais moderado, misto entre os apresentados nos tipos A e C, para os homens e intermediário, entre as mulheres. Isso corrobora a suposição de que teria sido a imigração e não a elevada fecundidade propiciada por casamentos precoces, o fator preponderante no processo de ocupação demográfica dessas regiões.

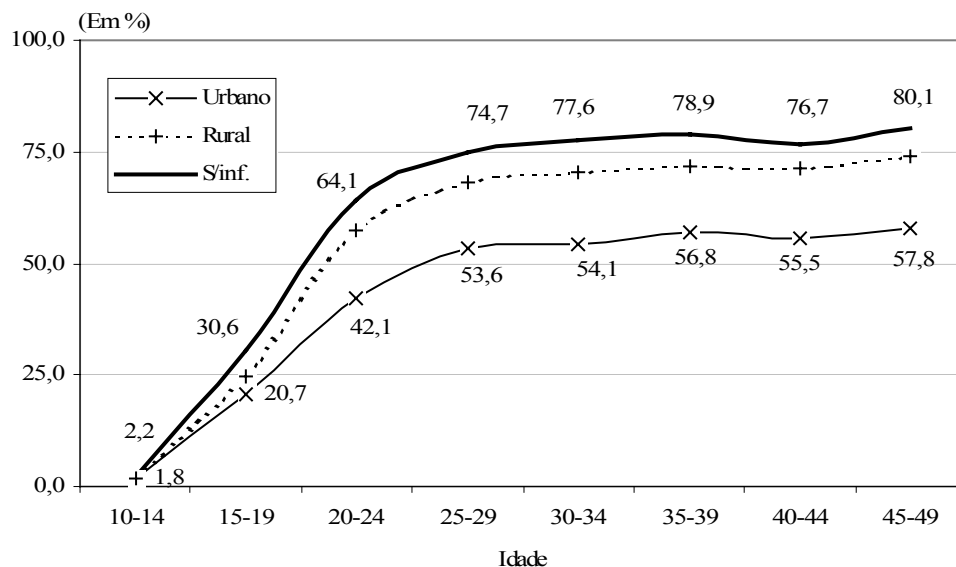
Entre o campo e a cidade, as variações entre os padrões e níveis de nupcialidade eram ainda mais marcantes do que as verificadas entre os tipos regionais (Gráfico 23 e Gráfico 24). O estilo de vida existente nas cidades, mas também em vilas e arraiais, em alguma medida, permitia aos jovens desvencilharem-se das imposições sociais por casamentos precoces, para se fazer frente à elevada mortalidade. Também poderia ocorrer que as inserções econômicas nas cidades implicassem custos mais elevados aos que tivessem prole maior, o que admoestaria aos jovens de se manterem mais tempo solteiros.

Gráfico 23 – Proporção da população masculina livre adulta uma vez casada, por faixa etária dos 10 aos 49 anos, segundo situação do domicílio – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 68, pág. 326)

Gráfico 24 – Proporção da população feminina livre adulta uma vez casada, por faixa etária dos 10 aos 49 anos, segundo situação do domicílio – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 68, pág. 326)

Entre os homens, no meio urbano, chama a atenção o fato de menos da metade dos indivíduos de 25 a 29 anos terem se casado (47,8%) e uma súbita aceleração do ritmo de casamentos, já extemporâneos, entre os de 35 e 39 anos e, mais tarde, entre os de 45 a 49 anos.

A população dos distritos que fugiram à segmentação do urbano e do rural, por não constarem nos levantamentos oficiais sobre tamanho dos seus povoados e de outras fontes pesquisadas, parece encarnar o comportamento nupcial das áreas rurais, só que de forma ainda mais exacerbada que a população das próprias áreas classificadas como tais. Dessa forma, essa parte da população se caracterizaria pelo casamento em idade mais jovem e pela pequena proporção de pessoas celibatárias por toda a vida.

7.1.2 Tamanho dos domicílios

No Brasil a corrente revisionista da historiografia sobre famílias e domicílios emergiu, sobretudo, na década de 1980. Ela tinha, entre outros propósitos, o de banir a idéia de “família extensa”, supostamente concebida por obras clássicas, como *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1963) como exemplar das que existiam na “sociedade agrária do passado brasileiro”, nos termos de Freitas (1986b: 205).

Em certa medida, ao colocar grande diversidade de composições domiciliares e a predominância de pequenos domicílios coexistindo com outros de maior dimensão, estar-se-ia pretendendo substituir a “família extensa” pela “amplitude extensa de família” para melhor conceituar a estrutura de organização doméstica no período pré-industrial, no Brasil.

Essa diversidade apontada pelos revisionistas está espelhada nas estatísticas da Minas Gerais Oitocentista, como se observa na Tabela 32. Embora o tamanho médio dos domicílios equivalesse a 6,3 pessoas e que metade dos domicílios comportasse, no máximo, 4 pessoas, a mesma sociedade abrigava fogos de grandes proporções, que chegavam a abarcar 408 membros. Essa amplitude de dimensões de domicílios encontraria justificativa nas múltiplas funções dos domicílios e nas diferentes intensidades em que essas funções assumiam em cada unidade domiciliar, podendo observar domicílios que prevaleciam funções de reprodução humana, e outros com predomínio das funções de produção econômica.

Os domicílios denominados escravistas tendiam a ser maiores, e, a princípio, se identificavam mais claramente com o papel das unidades de produtivas, por conterem a figura do cativo, pessoa obviamente sem vínculos de parentesco com o chefe, cuja

presença justificava-se apenas em prestar trabalho compulsório ao seu proprietário. Conquanto os domicílios com escravos fossem maiores, na média, deve-se considerar que havia, também, uma diversidade interna muito grande de tamanhos.

Tabela 32 – Tamanho dos domicílios, por percentis, tamanho máximo e médio, segundo tipos regionais, área de localização e composição por condição social dos membros – Minas Gerais – Década de 1830

Especificações	Percentis						(Em pessoas)	
	10	25	50	75	90	99	Tamanho máximo	Média
Total	2	3	4	7	12	35	408	6,3
Tipos regionais								
Tipo A	2	3	4	7	12	37	345	6,4
Tipo B	2	3	5	8	13	35	408	6,9
Tipo C	2	2	4	7	10	24	169	5,4
Áreas								
Urbano	1	2	4	6	10	34	235	5,6
Rural	2	3	5	8	13	36	345	6,7
S/inf.	2	3	5	7	12	32	408	6,3
Composição								
Livres	1	2	3	5	7	11	42	4,0
Livres e cativos	4	5	8	13	21	55	408	11,4

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

As funções procriativas humanas pareciam, em tese, predominar para a existência dos fogos que continham apenas livres. Os seus tamanhos eram expressivamente mais modestos, com média de apenas 4 membros. Contudo, mesmo nesse tipo, as funções produtivas pareciam, por vezes, influenciar seu tamanho, que chegaria, em casos extremos, a dimensões 10 vezes maiores que a sua média.

Em relação à segmentação espacial, os domicílios assumiam, em média, proporções maiores nas áreas de maior dinamismo demográfico (tipo B), o que provavelmente estaria relacionado à virtuosidade do crescimento econômico desses lugares. Detectou-se menor tamanho dos domicílios nas regiões de crescimento moderado (tipo C) e tamanho próximo da média nas regiões de povoamento mais antigo e, em geral, de maior desenvolvimento econômico (tipo A).

Como em outras sociedades, em Minas Gerais do século XIX, os indivíduos residentes nos núcleos urbanos organizavam-se em domicílios, em média, menores que nas áreas rurais (5,6% e 6,7%, respectivamente). Mesmo assim, pelos procedimentos adotados aqui para distinguir a população urbana e rural, alguns domicílios de grande extensão – chegando a abrigar até 235 pessoas – eram urbanos, embora se deva acreditar que se tratasse de

domicílios com imóvel na cidade e com propriedade rural e que parte desse contingente estivesse alocado nesta última.

Além das naturezas distintas de atividades econômicas e outros aspectos, essas diferenças de dimensões dos fogos urbanos e rurais sugerem um fenômeno de substituição entre funções centrais urbanas e necessidade de mais pessoas nos domicílios. Quando distante dos centros, não raro, as unidades produtivas teriam de se valer de sua própria mão-de-obra para produzir a maior parte dos bens e serviços para se subsistirem. Em contraposição a isso, nas cidades, as divisões do trabalho e as trocas inerentes a esse meio eliminavam (ou mitigavam) essa necessidade de mais pessoas nos fogos aí residentes. Sob outra perspectiva, as cidades também poderiam oferecer formas de trabalho e de vida para indivíduos desarraigados das suas famílias de origem.

Pela Tabela 33, a análise simultânea de tipos regionais e situação do domicílio (por áreas) proporciona a percepção de certas particularidades regionais quanto ao tamanho que os domicílios assumiam. As diferenciações de tamanho dos fogos entre campo e cidade eram mais nítidas nas regiões demograficamente mais dinâmicas, tanto para livres quanto para escravos (subtipo B.1), ao passo que se ofuscavam nas regiões caracterizadas pela situação oposta, ou seja, pela estagnação do tamanho da população (subtipo A.2).

7.1.3 Tipos de domicílios pela abordagem apriorística de Peter Laslett

Os padrões e níveis de nupcialidade e os tamanhos dos domicílios lançam luzes sobre os tipos de domicílios existentes nas diversas regiões de Minas Gerais, em 1830. Como exemplo, a menor idade ao casar associada à pequena dimensão dos domicílios nas regiões de crescimento moderado (tipo C) sugerem ganhar mais expressão domicílios nucleares, acompanhados ou não de seus filhos. Em situação oposta, pelo recorte de áreas dos distritos de paz, nas cidades, o adiamento ao casamento, a existência de mais celibatários e pequenos domicílios eram indícios de uma população estruturada, sobretudo, por fogos sem núcleos, de composição mais simples, quando não, unipessoais.

Tabela 33 – Tamanho dos domicílios por área de localização, segundo tipos regionais e regiões – Minas Gerais – Década de 1830

Regiões/ tipos regionais	(Em pessoas)							
	Mediana				Média			
	Urbano	Rural	S/inf.	Total	Urbano	Rural	S/inf.	Total
Tipo A	4	5	5	4	5,7	6,8	6,3	6,4
Tipo A.1	4	5	5	5	5,7	7,0	6,7	6,6
13. Mineradora Central Oeste (MCO)	4	5	5	4	5,5	6,6	7,6	6,3
12. Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT)	4	5	4	5	6,0	7,5	6,0	6,9
16. Sudeste	3	5	5	5	5,8	7,6	7,9	7,2
17. Sul Central	4	5	5	5	6,1	6,8	6,1	6,5
Tipo A.2	4	4	4	4	5,6	5,9	5,0	5,6
10. Diamantina	4	4	4	4	6,0	5,7	6,4	5,9
02. Vale Alto-Médio R. S. Francisco	3	3	3	3	4,5	4,5	4,1	4,3
11. Vale Médio Baixo R. das Velhas	4	4	4	4	5,5	6,5	4,9	5,8
Tipo B	4	5	5	5	5,2	6,8	7,4	6,9
Tipo B.1	3	5	5	5	4,6	6,7	7,5	7,0
15. Mata	5	5	6	5	5,5	6,7	8,2	7,6
06. Araxá	3	5	5	5	3,8	6,7	6,1	6,2
Tipo B.2	4	5	5	5	5,9	6,9	6,9	6,8
08. Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF)	3	5	4	5	4,9	6,6	5,7	6,3
05. Triângulo	-	-	5	5	-	-	7,8	7,8
14. Mineradora Central Leste (MCL)	4	5	5	5	6,1	7,0	6,8	6,9
Tipo C	4	5	4	4	4,9	5,7	5,2	5,4
04. Minas Novas e Sertão R. Doce	3	5	4	4	4,6	5,7	5,4	5,4
03. Sertão	3	4	4	4	5,0	5,3	4,8	5,1
07. Paracatu e Noroeste (P e N)	-	-	3	3	-	-	4,1	4,1
18. Sudoeste	4	5	5	5	5,4	5,8	6,8	6,0
Minas Gerais	4	5	5	4	5,6	6,7	6,3	6,3

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

O propósito dessa seção é aprofundar a investigação acerca da estrutura e dimensão dos domicílios recenseados em 1830, à luz da tipologia de Peter Laslett (1972a: 31), anteriormente apresentada no Quadro 6 (pág. 180). Como discutido no capítulo metodológico, alguns procedimentos fizeram-se necessários para categorizar os domicílios segundo essa tipologia. A primeiro consistiu em limitar o número de distritos investigados, tendo como parâmetro, a qualidade da informação sobre a relação dos indivíduos com os chefes de domicílio das listas nominativas. Pelos critérios adotados, foram selecionados 66 distritos para o estudo, que respondia por 21,1% das listas remanescentes. O segundo procedimento foi assumir que a presença de escravos e/ou de agregados não redundaria na elaboração de mais categorias, tendo como suposto que a presença desses elementos não subverteria a tipologia previamente estabelecida¹¹². Por fim, o último procedimento

¹¹² Esse procedimento foi adotado por Laslett (1972a: 32) no tratamento dos servos em relação aos domicílios que pertenciam e, por analogia, foi adotado por Costa (1981:89), para agregados e escravos, na categorização dos domicílios da capitania de Minas Gerais recenseados em 1804.

consistiu em criar subcategorias para adaptar situações não contidas no sistema original, como os casados que viviam solitariamente, sem a presença do cônjuge.

Corroborando os achados de estudos anteriores sobre tipos de domicílios brasileiros no século XIX, as domicílios de famílias simples prevaleciam numericamente sobre os demais (62,7%), o que refletia, sobretudo, a grande parcela de domicílios nucleares com filhos (36,1%), mas também, a expressividade de domicílios monoparentais (15,0%) e nucleares sem filhos (11,6%), pela Tabela 34.

Tabela 34 – Distribuição dos domicílios da amostra (1), segundo presença de agregados e escravos, por tipo (2)– Minas Gerais – Década de 1830

Tipos de domicílios	Sem agregados e sem escravos		Com agregados e sem escravos		Sem agregados e com escravos		Com agregados e com escravos		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Total	13.781	100,0	1.446	100,0	6.283	100,0	1.088	100,0	22.598	100,0
Solitários	1.744	12,7	510	35,3	1.023	16,3	245	22,5	3.522	15,6
Sem família	1.189	8,6	130	9,0	441	7,0	107	9,8	1.867	8,3
Família simples	9.105	66,1	680	47,0	3.831	61,0	551	50,6	14.167	62,7
Só núcleo	1.755	12,7	149	10,3	616	9,8	104	9,6	2.624	11,6
Núcleo e filhos	5.138	37,3	293	20,3	2.419	38,5	312	28,7	8.162	36,1
Monoparentais	2.212	16,1	238	16,5	796	12,7	135	12,4	3.381	15,0
Família estendida	1.500	10,9	89	6,2	818	13,0	156	14,3	2.563	11,3
Múltiplas famílias	243	1,8	37	2,6	170	2,7	29	2,7	479	2,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Amostra de 66 distritos com melhores listas de informação de parentesco. Ver Tabela 69, pág. 327; (2) Tipos mais desagregados: ver Tabela 70, pág. 334.

O cenário de uma sociedade formada não por domicílios extensos, mas por formas simples e pequenas de organização das unidades domésticas torna ainda mais nítido quando se observa que a parcela de domicílios relativa aos solitários (15,6%) era maior que a soma dos domicílios de família estendida (11,3%) e daqueles que comportavam múltiplas famílias (2,1%).

Ao se comparar os domicílios por posse de escravos, nota-se que entre os escravistas ganham mais expressão os domicílios com formações mais complexas (aqui representados pelos de família estendida e de múltiplas famílias) e virtualmente maiores, em detrimento daqueles formados por família simples, embora também seja verdade que estes predominassem em todos os segmentos analisados. Esta presença ligeiramente maior de domicílios mais complexos entre os proprietários de escravos pode sugerir identificação dessas formas com segmentos sociais mais ricos.

Contudo, surpreende o fato de que também eram maiores as parcelas correspondentes aos domicílios solitários nos segmentos com escravos, e, ainda mais, entre os não escravistas mas com agregados, chegando a representar 35,3% do total, o que alude para a

possibilidade de se procurar suprir a falta de parentes por outras pessoas para a condução das atividades econômicas centrais da unidade domiciliar.

A distribuição por faixa etária dos chefes, segundo o tipo de domicílio permite fazer conjecturas sobre as transformações dos domicílios ao longo de sua existência, pela Tabela 35. A parcela de domicílios formados apenas de um só núcleo era maior entre os chefes de até 29 anos (21,4%) e declinava até a faixa de 40 a 49 anos (8,3%). Isso sugere ser este o tipo de estrutura própria de domicílios novos, formados com a união conjugal, mas também, dos domicílios mais envelhecidos, uma vez que seu peso aumentava, ligeira e gradualmente, nas duas faixas etárias seguintes, provavelmente pela saída dos filhos, já adultos.

Tabela 35 – Distribuição dos domicílios da amostra, por faixa etária do chefe, segundo tipo – Minas Gerais – Década de 1830

Tipos de domicílios	Faixa etária do chefe										Total	
	Até 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		60 e mais			
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Total	4.008	100,0	5.207	100,0	5.200	100,0	4.112	100,0	4.071	100,0	22.598	100,0
Solitários	603	15,0	619	11,9	672	12,9	628	15,3	1.000	24,6	3.522	15,6
Sem família	275	6,9	337	6,5	406	7,8	380	9,2	469	11,5	1.867	8,3
Família simples	2.734	68,2	3.672	70,5	3.394	65,3	2.445	59,5	1.922	47,2	14.167	62,7
Só núcleo	859	21,4	526	10,1	429	8,3	373	9,1	437	10,7	2.624	11,6
Núcleo e filhos	1.505	37,5	2.421	46,5	2.064	39,7	1.338	32,5	834	20,5	8.162	36,1
Monoparentais	370	9,2	725	13,9	901	17,3	734	17,9	651	16,0	3.381	15,0
Família estendida	350	8,7	534	10,3	632	12,2	530	12,9	517	12,7	2.563	11,3
Múltiplas famílias	46	1,1	45	0,9	96	1,8	129	3,1	163	4,0	479	2,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Como esperado, a participação dos domicílios simples de núcleo com filhos evoluía de forma inversa ao do tipo analisado anteriormente, sendo maior nas faixas etárias mais maduras do chefe, sobretudo entre aqueles de 30 a 39 anos (46,5%). A partir dessa faixa etária, seu peso decrescia continuamente, cedendo importância para outros tipos, não apenas para os núcleos sem filhos, mas também para os monoparentais, os domicílios sem família e os solitários, o que mostra certa efemeridade, ou instabilidade, da constituição mais completa de família simples e sugere haver um segmento idoso mais desamparado pela desintegração dos laços familiares.

Em relação aos domicílios mais extensos, que compreendem aqueles de famílias estendidas ou que comportam mais de uma família (ou seja, de múltiplas famílias), percebe-se seu gradual aumento de representatividade com o avanço da idade do chefe, chegando a responder por 16,7%, entre os chefes com 60 anos e mais. Isso associa, ainda mais, tais arranjos domiciliares com a idéia de situação econômica mais favorável, uma vez que a

idade mais avançada do chefe pressupõe, em alguns casos, acúmulo de riqueza amealhada ao longo do período de vida mais produtivo.

O estudo por alguns recortes de segmentos sociais possibilita uma maior compreensão de como se estruturava a sociedade nos domicílios (Tabela 36). Por sexo do chefe, nota-se que a chefia masculina, além de predominante, tinha maior prevalência nos tipos mais estruturados e, dessa forma, respondia pela quase totalidade dos domicílios nucleares com filhos, ao passo que as mulheres estavam mais à frente de domicílios monoparentais (44,2%), solitários (27,1%) e sem família (16,2%). Contudo, ainda entre as mulheres chefes, a viuvez, por certo, também as colocava no papel de matriarcas, à frente de uma proporção considerável de domicílios mais extensos, seja os referentes às famílias estendidas (9,0%) ou com múltiplas famílias (3,0%).

Em relação à cor, observou-se entre os brancos a prevalência de domicílios mais estruturados, especialmente, de núcleo com filhos (43, 4%) e de família estendida (12,6%). Os pretos estavam em situação oposta, com uma proporção maior de domicílios solitários (26,1%) e sem família (11,3%), o que sugere a maior vulnerabilidade desse segmento do tecido social. A composição dos domicílios entre os pardos caracteriza-se por uma situação intermediária, com a particularidade de que os monoparentais tinham uma predominância ligeiramente maior que entre os domicílios chefiados por negros (de 17,4% e 17,1%, respectivamente).

Tabela 36 – Distribuição dos domicílios, segundo sexo e cor/origem do chefe, por tipo – Minas Gerais – Década de 1830

Tipos de domicílios	Sexo do chefe				Cor do chefe								Total	
	Masculino		Feminino		Branco		Pardo		Preto		S/inf.			
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Total	16.234	100,0	6.364	100,0	8.883	100,0	10.089	100,0	2.848	100,0	778	100,0	22.598	100,0
Solitários	1.795	11,1	1.727	27,1	1.093	12,3	1.582	15,7	744	26,1	103	13,2	3.522	15,6
Sem família	839	5,2	1.028	16,2	613	6,9	839	8,3	323	11,3	92	11,8	1.867	8,3
Família simples	11.323	69,7	2.844	44,7	5.848	65,8	6.367	63,1	1.461	51,3	491	63,1	14.167	62,7
Só núcleo	2.604	16,0	20	0,3	976	11,0	1.138	11,3	421	14,8	89	11,4	2.624	11,6
Núcleo e filhos	8.148	50,2	14	0,2	3.851	43,4	3.472	34,4	554	19,5	285	36,6	8.162	36,1
Monoparentais	571	3,5	2.810	44,2	1.021	11,5	1.757	17,4	486	17,1	117	15,0	3.381	15,0
Família estendida	1.992	12,3	571	9,0	1.119	12,6	1.106	11,0	251	8,8	87	11,2	2.563	11,3
Múltiplas famílias	285	1,8	194	3,0	210	2,4	195	1,9	69	2,4	5	0,6	479	2,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Em que pese o fato de estarem quase sempre associados às melhores posições econômicas, os domicílios mais extensos eram encontrados em todos os segmentos de cor analisados, embora fosse maior o número absoluto desses domicílios chefiados por brancos.

Em relação ao nível de dinamismo demográfico, pela Tabela 37, observou-se, nas áreas de maior crescimento populacional (tipo B), a prevalência de domicílios mais estruturados, ou seja, daqueles formados pelo núcleo e seus filhos (49,3%), e com uma teia de relações mais densa, ou seja, os de família estendida (13,1%) e de múltiplas famílias (3,8%). Isso alude sobre os efeitos das novas possibilidades econômicas de ocupação sobre a estruturação de domicílios maiores e sobre o estímulo à procriação.

Tabela 37 – Distribuição dos domicílios, segundo tipos regionais e situação do domicílio, por tipo – Minas Gerais – Década de 1830

Tipos de domicílios	Tipos regionais						Situação do domicílio						Total	
	Tipo A		Tipo C		Tipo B		Urbano		Rural		S/inf.		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%		
Total	16.894	100,0	2.865	100,0	2.839	100,0	5.287	100,0	11.555	100,0	5.756	100,0	22.598	100,0
Solitários	2.879	17,0	421	14,7	222	7,8	1.255	23,7	1.613	14,0	654	11,4	3.522	15,6
Sem família	1.564	9,3	164	5,7	139	4,9	737	13,9	852	7,4	278	4,8	1.867	8,3
Família simples	10.147	60,1	2.021	70,5	1.999	70,4	2.569	48,6	7.395	64,0	4.203	73,0	14.167	62,7
Só núcleo	1.956	11,6	370	12,9	298	10,5	510	9,6	1.399	12,1	715	12,4	2.624	11,6
Núcleo e filhos	5.596	33,1	1.167	40,7	1.399	49,3	1.144	21,6	4.337	37,5	2.681	46,6	8.162	36,1
Monoparentais	2.595	15,4	484	16,9	302	10,6	915	17,3	1.659	14,4	807	14,0	3.381	15,0
Família estendida	1.964	11,6	228	8,0	371	13,1	614	11,6	1.424	12,3	525	9,1	2.563	11,3
Múltiplas famílias	340	2,0	31	1,1	108	3,8	112	2,1	271	2,3	96	1,7	479	2,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Nas regiões de tipo A, caracterizadas por serem economicamente mais estruturadas porém, com menor dinamismo demográfico, combinavam-se estruturas domiciliares, em certo sentido, opostos pois, ao mesmo tempo em que possuíam parcelas maiores de domicílios de solitários (17,0%) e sem família (9,3%) que nos outros tipos regionais, também continham parcelas expressivas de seus domicílios constituídos por famílias estendidas (11,6%) e com múltiplas famílias (2,0%), ainda que a maior parte dos domicílios fossem aí constituídos de famílias simples (60,1%).

Esses domicílios de famílias simples eram, contudo, ainda mais predominantes nas regiões de tipo C, marcadas pelo crescimento intermediário, próximo da média da Província, e chegavam a corresponder a 70,5% do total, não só pelo grande peso dos nucleares com filhos (40,7%), mas também por conter domicílios nucleares sem filhos (12,9%) e monoparentais (16,9%) em proporções superiores que nos outros dois tipos regionais.

As diferenças dos domicílios entre o campo e a cidade também eram muito nítidas. No urbano, os domicílios de solitários chegavam a responder por 23,7% do total e prevalecia sobre os nucleares com filhos (21,6%). Outras formas simples e com menos teias de relações eram proporcionalmente maiores nos núcleos urbanos que nas áreas rurais, como os domicílios sem família (13,9%) e monoparentais (17,3%), embora os domicílios de

famílias estendidas (11,6%) e aqueles que comportavam múltiplas famílias (2,1%) também tivessem expressão. À medida em que se afastava das cidades em direção ao campo, notava-se a redução dos domicílios menores, a predominância daqueles formados por núcleos, com seus filhos e até das formas mais complexas de organização domiciliar.

Por fim, de posse desses números, deve-se aqui confrontá-los com as formações de domicílios mineiros vindos à luz por Costa (1981), por ser o trabalho que aplicou a mesma tipologia de Laslett sobre registros demográficos, sobretudo, de 1804 de Ouro Preto e de alguns outros distritos do seu entorno e das vilas de Sabará e Mariana, conforme apresenta a Tabela 1 (na pág. 40).

Em 1804 o elevado número de domicílios solitários salta aos olhos por ser nada menos que o dobro do apresentado na década de 1830. Mesmo tomando apenas dados de 1830 para os distritos das regiões de tipo A e os domicílios urbanos, (que devem se identificar mais com as localidades recenseadas em 1804) não se teria as proporções de domicílios solitários tão elevadas. Qualidade dos documentos, influência da cobertura e mesmo o tratamento das informações podem estar por trás das discrepâncias apresentadas, embora tais diferenças também possam ter sido decorrentes de transformações dos arranjos domiciliares ao longo dessas três décadas que separam os dois recenseamentos, talvez como consequência (e causa) das melhoras econômicas ocorridas ao longo do período.

Como consequência dessa composição domiciliar tão peculiar, em 1804, menos da metade dos fogos (45,8%) teriam estruturas compatíveis com a presença de crianças, ou seja, os domicílios de famílias simples nucleares com filhos, as monoparentais, os domicílios de famílias estendidas e de múltiplas famílias. Trinta anos depois, esse percentual era expressivamente maior (64,5%), sendo elevado mesmo nas regiões de tipo A (62,1%) e nos domicílios urbanos (52,7%), o que alude a uma população com maior fecundidade.

Apesar dos arranjos domiciliares terem composições bem distintas, vale destacar que as diferenças entre campo e cidade, nos respectivos períodos, obedeciam, basicamente, um mesmo sentido. Dessa forma, assim como nos anos 1830, em 1804 diminuía-se as freqüências de domicílios solitários, sem família e elevavam-se as proporções de domicílios de famílias simples ao se passar do urbano para o rural. Domicílios de constituição mais complexa e eventualmente maiores (de famílias estendidas e de múltiplas

famílias), em ambos os períodos, respondiam por um número relativamente pequeno do total, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

7.2 Tipologia de arranjos domiciliares pela concepção plurifuncional de domicílios

7.2.1 Aspectos demográficos e socioeconômicos dos fogos: elementos para a montagem de uma tipologia multifacetada de arranjos domiciliares

Neste segmento do trabalho procura-se apresentar os aspectos demográficos e socioeconômicos empregados de modo a construir uma tipologia de domicílios apropriada à sua condição histórica, que os identifica não apenas como *locus* da procriação, como também, da produção econômica, com vistas a subsidiar a análise da dinâmica populacional, no século XIX. Esses aspectos foram obtidos de três formas, sendo a primeira diretamente dos dados do censo, como sexo do chefe; a segunda mediante cruzamento de informações, como a diferença de idade entre os cônjuges que compõe o núcleo chefe; e a terceira através de análises que demandaram utilização de mais fontes tratadas nos capítulos 4 e 5, ou seja, os tipos regionais e a segmentação dos domicílios em urbanos e rurais e de estudos anteriores, a exemplo dos níveis de desenvolvimento econômico das regiões elaborados por Paiva (1996).

Deve-se aqui reiterar que essa nova proposta busca superar duas importantes limitações da tipologia apresentada no item anterior, quais sejam: 1) de não considerar a historicidade da entidade “domicílio”, ao supô-lo apenas como grupo de parentesco, de reprodução humana, como admitiu o próprio Laslett¹¹³ (1984); e 2) de depender, de forma central, dos registros sobre a relação dos membros com o chefe do domicílio, que é, sabidamente, um tipo de informação considerado de baixa qualidade para a maioria das listas nominativas.

¹¹³ A autocrítica de Laslett é explicitada quando este mencionou que “Michael Mitterauer e seus colegas de Viena descrevem o domicílio familiar em termos de uma constelação de funções: função procriativa, de trabalho, de parentesco, etc. Para eles, uma tipologia (como a que elaboramos, 1872) é inadequada para seus fins e leva a equívocos, sobre a compreensão do grupo doméstico (...) A crítica é pertinente” (Laslett, 1984: 166).

Por seu turno, os dados empregados na metodologia alternativa são de melhor qualidade e estão presentes para a maioria dos casos, o que permitiu que se usasse, de forma mais exaustiva, essas importantes fontes primárias. Os aspectos selecionados, 38 ao todo, estão organizados em seis blocos, que compreendem: A) os atributos pessoais do chefe; B) características do casal chefe; C) indicadores dos atributos do conjunto dos membros livres do domicílio; D) indicadores de dependência econômica do domicílio; E) características do plantel de cativos, nos domicílios escravistas e F) atributos ocupacionais e locacionais dos domicílios.

O Bloco A foca atenção no principal membro do domicílio e, quando não solitário, pode sintetizar as características do conjunto dos membros do fogo. Isso se deve ao fato de o domicílio congregar pessoas com certas afinidades ao chefe, ora inerentes às ligações consanguíneas e escolhas matrimoniais, ora necessárias ao exercício da atividade central da economia domiciliar.

Sexo do chefe é a primeiro atributo desse Bloco A, pela Tabela 38. Ainda que no século XIX, as relações de gênero reservassem às mulheres um papel mais subalterno nos fogos, deve-se considerar que parcela expressiva (26,2%) dos 84.810 fogos recenseados na década de 1830 eram domicílios sob chefia de mulheres. Esse atributo, em geral, estava associado ao nível de riqueza, uma vez que a inserção social coadjuvante feminina refletia numa baixa acumulação dos domicílios sob sua chefia, em comparação aos de chefia masculina.

A idade do chefe de domicílio (A02) constitui um dos principais aspectos a indicar o acúmulo de riqueza do domicílio, além de estar intimamente associado à sua conformação. Assim como se observa em outras sociedades, a melhora das condições materiais do domicílio dar-se-ia com o envelhecimento dos seus responsáveis. Concomitante a isso, os domicílios se transmutariam ao longo do tempo, com o crescimento do número de membros.

Além do próprio tempo de existência do domicílio e de acumulação da sua riqueza, o aumento da idade do chefe pode indicar aumento da produtividade e da experiência no exercício de sua atividade econômica, o que justificaria uma maior média de escravos em domicílios com chefes na maturidade, *vis-à-vis* os mais jovens. Em que pese o perfil jovem

da população, a elevação de um indivíduo ao status de chefe de domicílio ocorria tardiamente e pouco menos da metade dos chefes (45,9%) tinham entre 30 a 49 anos.

Tabela 38 – Distribuição dos domicílios, segundo atributos dos chefes (Bloco A de questões) – Minas Gerais – Década de 1830

Nº	Atributos pesquisados	Categorias	Distribuição		
			N.	Em perc. do total	Porcentagem das categorias válidas
Total			84.810	100,0	-
A) Atributos do chefe					
A01	Sexo do chefe	Masculino	62.624	73,8	73,8
		Feminino	22.186	26,2	26,2
A02	Grupo etário do chefe	até 29	15.507	18,3	18,3
		30-39	19.557	23,1	23,1
		40-49	19.302	22,8	22,8
		50-59	15.162	17,9	17,9
		60 e mais	15.117	17,8	17,9
		S/inf	165	0,2	-
A03	Cor do chefe	Branco	33.695	39,7	40,2
		Crioulo/africano/preto	10.356	12,2	12,4
		Pardo(1)	39.715	46,8	47,4
		S/inf	1.044	1,2	-
A04	Condição do chefe	Presumido livre(2)	31.613	37,3	37,3
		Livre	47.890	56,5	56,5
		Forro/quartado	5.307	6,3	6,3
A05	Estado conjugal do chefe	Presumido solteiro(3)	634	0,7	0,7
		Solteiro	18.596	21,9	21,9
		Casado	53.541	63,1	63,1
		Viúvo	12.039	14,2	14,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Inclui mestiços, cabras, caboclos e índios; (2) Chefes sem informação de condição social; (3) Chefes sem informação de estado marital, que se verifica, em especial, nas faixas etárias mais jovens.

A cor do chefe (A03) é um aspecto central para a caracterização socioeconômica do domicílio. Sabe-se que a desigualdade de condições de acesso material pelas pessoas e pelos grupos domiciliares era marcada pelo corte de cor, uma vez que o sistema escravista favorecia as pessoas identificadas pela cor branca, herdeiras das posições de maior prestígio social e proprietárias dos setores chave do aparelho produtivo (e que representava 39,7% do total de chefes). Em 1851, o alemão Hermann Burmeister esteve em Minas Gerais e, num item intitulado “Costume e hábitos dos mineiros”, de seu relato de viagem, observou que:

“O mais surpreendente (...) é a distinção de cor dentro da sociedade e das diversas camadas da população. Latifúndios em mãos de gente de cor são caso excepcional. Os proprietários de terras e minas são, na quase totalidade, brancos. É difícil ver-se um branco casado com uma mulher de cor, pois cada um trata de conservar na família a pureza de sua raça, evitando qualquer parentesco com gente de outra.” (Burmeister, 1980: 271).

Desse modo, a desigualdade social preexistente era perpetuada pelas estratégias nupciais e de transmissão de propriedade entre gerações, como assevera o viajante, na seqüência:

“As terras que foram cultivadas e exploradas pelos brancos continuam quase sempre em poder dos mesmos, e um negro ou um mulato dificilmente chegará a ser dono de uma fazenda ou de uma mina. Pode acontecer que um fazendeiro morra sem deixar herdeiros, legando então os bens ao seu feitor, um negro ou mulato de capacidade; mas que um destes adquira uma fazenda a um branco arruinado por uma administração deficiente é caso excepcional; em regra, encontramos sempre brancos como donos de terras” (Burmeister, 1980: 271).

Complementa a informação sobre a cor do chefe, a sua condição social (A04). Observa-se que 6,3% dos domicílios eram chefiados por indivíduos declarados forros, ou em processo de aquisição da liberdade. Estes, chamados quartados, ainda que escravos, pareciam usufruir alguma autonomia quase sempre negada aos demais cativos, uma vez que chegavam a chefiar domicílio, mas tal situação era pouco comum e foram contados apenas 10 casos nas listas nominativas.

A última característica do chefe pesquisada refere-se ao estado marital do chefe (A05), que pode refletir, entre outros pontos, diferentes níveis de envolvimento com a atividade econômica e, com isso, situações diferenciadas quanto à acumulação de riqueza. O tamanho e a composição dos domicílios podem se diferenciar devido ao comportamento reprodutivo e outros fatores específicos de cada um dos estados. Esta questão é classificatória para o bloco de questões seguinte, que trata das características do casal responsável pela chefia do domicílio e, portanto, é direcionado para os chefes casados, que representam 63,1% do total.

O Bloco B, com questões criadas a partir da combinação de informações dos atributos pessoais dos chefes com os correspondentes ao seu cônjuge, foi elaborado para subsidiar a análise do comportamento nupcial de grupos distintos. Pela Tabela 39, na questão B01, observa-se que 6,7% dos chefes casados tinham seus respectivos cônjuges ausentes – ou não recenseados – o que pode denotar necessidade de mobilidade de determinados grupos, ou até a fragilidade de determinadas uniões maritais.

Entre os domicílios que tinham os casais chefes completos, foram investigados se ambos os cônjuges tinham a mesma cor (questão B02), condição (B04) e a diferença de idade do marido em relação ao da esposa. A citação acima de Burmeister (1980) sobre as escolhas matrimoniais encontra amparo nos dados apresentados, na medida em que apenas 6,7% dos

casais eram de cores diferentes e que apenas 1,3% dos maridos não compartilhavam a mesma condição da esposa. Como apresentado em item anterior, a maioria dos casais (42,1%), tinham pequena diferença de idade, entre 0 e 7 anos.

Tabela 39 – Distribuição dos domicílios, segundo atributos do núcleo chefe (Bloco B de questões) – Minas Gerais – Década de 1830

Nº	Atributos pesquisados	Categorias	Distribuição		
			N.	Em perc. do total	Porcentagem das categorias válidas
Total			84.810	100,0	-
B01	Se casado, cônjuge coabita domicílio?	Não aplica	31.269	36,9	-
		Não	3.605	4,3	6,7
		Sim	49.936	58,9	93,3
B02	Se casado e coabita, conj. tem mesma cor?	Não aplica	34.874	41,1	-
		Sim	45.351	53,5	93,3
		Não	3.245	3,8	6,7
		S/inf.	1.340	1,6	-
B03	Se casado e coabita, a diferença das idades do marido e da esposa do núcleo chefe?	Não aplica	34.874	41,1	-
		Esposa mais velha	5.370	6,3	10,8
		0 a 7 anos	20.985	24,7	42,1
		8 a 15 anos	15.535	18,3	31,2
		16 e mais	7.899	9,3	15,9
	S/ inf	147	0,2	-	
B04	Se casado e coabita, há diferença de condição no casal?	Não aplica	34.874	41,1	-
		Não	49.291	58,1	98,7
		Sim	645	0,8	1,3

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Na seqüência, o Bloco C é o mais extenso em número de questões e versa sobre as principais características de todos os membros livres do domicílio, por meio de indicadores sintéticos. A primeira questão refere-se ao número de pessoas livres no domicílios (Tabela 40). Sabe-se que a informação do tamanho do domicílios – aqui obtida, pelo menos entre os domicílios não escravistas – é um dos principais indicadores, embora não inequívoco – de tipos diferentes de domicílios, como pontua Laslett (1972b: 126).

As três questões seguintes (C02, C03 e C04) visam captar a componente da idade entre os membros livres do domicílio, sendo uma forma de complementar a questão A02, referente à idade do chefe. O foco de interesse é o de identificar o estágio evolutivo do domicílio, além de investigar essa unidade enquanto *locus* da reprodução humana.

O item C05 objetiva investigar a existência de domicílios que se perenizavam com a troca da posição de chefe, entre duas gerações, em especial, de pai para filho. Isso seria sugerido nos casos em que se constatava que o chefe era, pelo menos, 14 anos mais jovem que algum outro membro livre e que, por isso, poderia ser seu pai, sua mãe viúva, ou sogro, por exemplo. A princípio, a suposição era de que esse fenômeno poderia ser observado em

muitos casos. Constatou-se, entretanto, que apenas 5,2% dos domicílios tinham essa característica, indicativa da substituição intergeracional de chefes.

Tabela 40 – Distribuição dos domicílios, segundo atributos dos membros livres (Bloco C de questões) – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº	Atributos pesquisados	Categorias	Distribuição		
			N.	Em perc. do total	Porcentagem das categorias válidas
	Total		84.810	100,0	-
C01	Quantos livres no domicílio?	1 pessoa (dom. unipessoal)	9.753	11,5	11,5
		2 pessoas	16.685	19,7	19,7
		3 pessoas	13.715	16,2	16,2
		4 pessoas	11.398	13,4	13,4
		5 pessoas	9.455	11,1	11,1
		6 pessoas	7.268	8,6	8,6
		7 a 8 pessoas	9.480	11,2	11,2
		9 pessoas e mais	7.056	8,3	8,3
		C02	Idade média dos livres	Até 13 anos	8.601
14 a 16 anos	11.087			13,1	13,4
17 e 18 anos	6.808			8,0	8,2
19 a 21 anos	9.283			10,9	11,2
22 a 24 anos	8.000			9,4	9,6
25 a 30 anos	12.362			14,6	14,9
31 a 35 anos	6.822			8,0	8,2
36 a 50 anos	12.476			14,7	15,0
51 anos e mais	7.511			8,9	9,1
S/ inf.	1.860	2,2	-		
C03	Possui crianças no domicílio?	Não possui registro de crianças	41.315	48,7	48,7
		Possui crianças de 0-4 anos	10.820	12,8	12,8
		Possui crianças de 5-9 anos	13.156	15,5	15,5
		Possui crianças de 0-4 e de 5-9 anos	19.519	23,0	23,0
C04	Possui idosos no domicílio?	Não	66.880	78,9	78,9
		Sim	17.930	21,1	21,1
C05	Chefe mora com outro livre, pelo menos 14 anos mais velho, e que pode ser seu progenitor?	Não aplica (1)	19.223	22,7	-
		S/ inf.	340	0,4	-
		Não	61.885	73,0	94,8
		Sim	3.362	4,0	5,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Inclui domicílios unipessoais e nucleares, sem a presença de mais pessoas além do casal.

Conquanto os domicílios eram, na sua maioria, unidades produtivas e que, portanto, não se limitavam a congregar apenas pessoas consangüíneas, objetivou-se, no item C06, investigar em que medida os domicílios se formavam pela divisão sexual do trabalho, o que seria inferido pela proporção de mulheres livres.

A questão C07, que inquiria a cor dos livres membros do domicílio também objetiva investigar a constituição das unidades domiciliares, tendo em conta a sua dupla função (reprodução humana e produção econômica). Os dados apresentados corroboram a afirmação de Burmeister (1980: 271) sobre a predominância dos casamentos de mesma cor, dado que 86,4% dos domicílios eram formados, exclusivamente por brancos (33,5%),

pardos¹¹⁴ (43,0%) e pretos (9,9%). Os domicílios restantes (13,6%) teriam essa formação em decorrência dos casamentos entre pessoas de diferentes cores ou pela associação de pessoas identificadas com um tipo de trabalho, mas sem relação de parentesco e de cor.

Tabela 40 – Distribuição dos domicílios, segundo atributos dos membros livres (Bloco C de questões) – Minas Gerais – Década de 1830

Nº	Atributos pesquisados	Categorias	Distribuição		
			N.	Em perc. do total	Porcentagem das categorias válidas
Total			84.810	100,0	-
C06	Proporção de mulheres livres	S/ mulheres	6.881	8,1	8,1
		Menos 50%	23.243	27,4	27,4
		50%	22.426	26,4	26,5
		51% e menos de 75%	17.218	20,3	20,3
		75% e mais	5.943	7,0	7,0
		Só mulheres	9.065	10,7	10,7
		S/ inf	34	0,0	-
C07	Cor dos membros livres do domicílio	Branco	27.406	32,3	33,5
		Pardos	35.226	41,5	43,0
		Pretos	8.143	9,6	9,9
		Branco e pardos	4.940	5,8	6,0
		Pardos e pretos	4.194	4,9	5,1
		Branco e pretos c/ ou s/ pardos	1.951	2,3	2,4
		S/ inf	2.950	3,5	-
C08	Quanto livres casados?	Nenhum casado	29.156	34,4	34,4
		1 pessoa	3.871	4,6	4,6
		2 pessoas	49.651	58,5	58,5
		3 ou mais casados	2.132	2,5	2,5
C09	Possui livres viúvos?	Não	71.028	83,7	83,7
		Sim	13.782	16,3	16,3
C10	Quanto livres uma vez casados?	Nenhum casado ou viúvo	17.611	20,8	20,8
		1 pessoa	14.482	17,1	17,1
		2 pessoas	49.013	57,8	57,8
		3 ou mais uma vez casados	3.704	4,4	4,4

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Finalizando o bloco sobre os membros livres do domicílio, as três últimas questões tratam da relação entre número de casados ou de pessoas egressas de uma relação nuclear e subsidiam a análise sobre a formação de domicílios mais complexos. Destaca-se aqui, que apenas 20,8% dos domicílios eram constituídos apenas de solteiros.

As três questões contidas no Bloco D, apresentadas na Tabela 41, destinam-se a caracterizar os grupos domiciliares segundo o nível de sustentabilidade econômica domiciliar, pela idade e condição social dos seus membros. Implícito a esse propósito está

¹¹⁴ A prevalência dos pardos na sociedade foi observada por Burmeister. Isso, na opinião do viajante, era explicado, não pelas uniões de pessoas de diferentes cores, mas sim pelo elevado número de nascimentos fora do casamento, principalmente no meio urbano, ao mencionar que “as concubinas são geralmente jovens mulatas, de 16 a 20 anos, sendo este um dos motivos para que a população de cor aumentar sempre nas cidades. Raras vezes [os maridos] recorrem às escravas, embora estas sejam especialmente inclinadas a entrar

a idéia de que esses dois dados contidos nas listas nominativas podem, em alguma medida, classificar os indivíduos entre produtores e consumidores e que, quanto menor a razão destes sobre aqueles, mais economicamente sustentável eram os domicílios.

Tabela 41 – Distribuição dos domicílios, segundo indicadores de dependência econômica (Bloco D de questões) – Minas Gerais – Década de 1830

Nº	Atributos pesquisados	Categorias	Distribuição		
			N.	Em perc. do total	Porcentagem das categorias válidas
Total			84.810	100,0	-
D) Atributos de dependência do domicílio					
D01	Razão de dependência domiciliar de livres (RDDL)	0 dep. para cada 100 não-dependentes	37.151	43,8	44,8
		1 a 49 d. para cada 100 n. d.	11.041	13,0	13,3
		50 a 99 d. para cada 100 n. d.	14.969	17,7	18,0
		100 a 199 d. para cada 100 n. d.	15.318	18,1	18,5
		200 e mais d. para cada 100 n. d.	4.471	5,3	5,4
		S/ inf.	1.860	2,2	-
D02	Possui escravos no domicílio?	Não	57.159	67,4	68,4
		Sim	26.449	31,2	31,6
		S/ inf. (1)	1.202	1,4	-
D03	Razão de dependência domiciliar de condição (RDDC)	Sem escravos	57.159	67,4	-
		1 a 49 livres para cada 100 escravos	5.894	6,9	22,3
		50 a 99 l. para cada 100 escravos	4.776	5,6	18,1
		100 a 199 l. para cada 100 escravos	6.268	7,4	23,7
		200 a 299 l. para cada 100 escravos	3.396	4,0	12,8
		300 e mais l. para cada 100 escravos	6.115	7,2	23,1
		S/ inf. (1)	1.202	1,4	-

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Inclui todos os domicílios da vila de São João del Rei, cuja lista nominativa omitiu o segmento cativo das unidades domiciliares.

Na questão D01, aplicada apenas para os membros livres dos domicílios, procura-se mensurar a razão de dependência domiciliar de livres, que é inspirada na clássica razão de dependência. Supõem-se, nesse cálculo, que as crianças de 0 a 9 anos e os indivíduos de 60 anos e mais que não fossem chefes estariam, sobretudo na condição de consumidores e dependentes, economicamente, dos demais membros que estariam na fase da vida mais ativa, entre 10 e 59 anos, ou senão, dos chefes, mesmo com 60 anos ou mais. Estes também são considerados produtores, uma vez que a posição de chefe implica exercício de atividade, ao menos de comando e coordenação das atividades produtivas domiciliares.

Em relação à condição social, que, em outro âmbito, também permite segmentar os indivíduos entre consumidores (livres) e produtores (escravos), a questão D02 vem abordar esse tema, ao investigar a posse de escravos, que se vê restrita a 31,6% dos domicílios.

Na questão D03, inspirada na formulação original da razão de dependência, estabelece-se uma relação similar entre produtores e consumidores para mensurar a composição

em tais relações. Os brasileiros estão de tal forma acostumados a este modo de vida que nem pensam ocultá-

domiciliar entre livres e cativos, supondo que quanto menor a razão daqueles sobre estes, melhores as condições econômicas. Nesse sentido, os domicílios com 1 a 49 livres para cada 100 escravos (ou menos de um livre para cada dois escravos) – verificado em somente 22,3% dos domicílios escravistas – detinham a razão mais vantajosa entre produção e consumo e, por isso, poderiam, em tese, gerar maior excedente econômico.

O Bloco E, Tabela 42, é voltado apenas para domicílios escravistas e visam, com efeito, caracterizar, sob múltiplos aspectos, o segmento cativo dos domicílios. Essas questões são similares às do Bloco C, relativo às características da população livre, mas devido as particularidades encontradas na instituição da escravidão, os significados das variáveis podem alterar-se sensivelmente, como se observa a seguir.

Tabela 42 – Distribuição dos domicílios, segundo atributos do plantel de escravos (Bloco E de questões) – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº	Atributos pesquisados	Categorias	Distribuição		
			N.	Em perc. do total	Porcentagem das categorias válidas
Total			84.810	100,0	-
E01	Qual o tamanho do plantel de escravos?	Não possui escravos	57.159	67,4	-
		Um escravo	6.498	7,7	24,6
		Dois ou três escravos	7.091	8,4	26,8
		4 a 7 escravos	6.493	7,7	24,5
		8 e mais escravos	6.367	7,5	24,1
		S/ inf. (1)	1.202	1,4	-
E02	Idade média do plantel de escravos	Não aplica	57.159	67,4	-
		Até 13 anos	2.876	3,4	11,5
		14 a 16 anos	2.824	3,3	11,3
		17 a 19 anos	3.323	3,9	13,3
		20 a 22 anos	3.702	4,4	14,8
		23 a 25 anos	3.017	3,6	12,0
		26 a 28 anos	2.202	2,6	8,8
		29 a 39 anos	4.475	5,3	17,9
		40 anos e mais	2.637	3,1	10,5
S/ inf. (1)	2.595	3,1	-		
E03	Possui crianças escravas no domicílio? (2)	Não aplica	57.159	67,4	-
		Não	15.363	18,1	58,1
		Sim	11.086	13,1	41,9
		S/ inf. (1)	1.202	1,4	-
E04	Possui escravos idosos no domicílio? (3)	Não aplica	57.159	67,4	-
		Não	22.823	26,9	86,3
		Sim	3.626	4,3	13,7
		S/ inf. (1)	1.202	1,4	-

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Inclui domicílios unipessoais e nucleares de duas pessoas. (2) Inclui todos os domicílios da vila de São João del Rei, cuja lista nominativa omitiu o segmento cativo das unidades domiciliares e domicílios com omissão da informação para todo ou parte dos escravos; (3) Inclui indivíduos de 0 a 9 anos; (4) Inclui indivíduos de 60 anos e mais; (5) Inclui indivíduos de 15 anos e mais.

A primeira questão (E01) versa sobre a classificação dos domicílios segundo o tamanho dos plantéis de escravos, agrupados por quartis, ao passo que a questão E02 trata de aferir a

idade média do grupo de mancipios. Embora essas características nos livres guardem alguma relação com as condições econômicas da unidade, quando aplicadas para os escravos, tal ligação apresenta-se mais direta. O tamanho do plantel, via de regra, reflete o nível de riqueza dos seus proprietários e a idade média complementa essa informação, ao sugerir a capacidade dos mesmos em renovar, continuamente, essa mão-de-obra compulsória de suas respectivas unidades produtivas.

Tabela 42 – Distribuição dos domicílios, segundo atributos do plantel de escravos (Bloco E de questões) – Minas Gerais – Década de 1830

(fim)

Nº	Atributos pesquisados	Categorias	Distribuição		
			N.	Em perc. do total	Porcentagem das categorias válidas
	Total		84.810	100,0	-
E05	Proporção de escravas mulheres no plantel	Não aplica	57.159	67,4	-
		S/ mulheres	5.988	7,1	22,6
		Menos 50% do plantel	9.505	11,2	35,9
		50% e mais	7.446	8,8	28,2
		Só mulheres	3.504	4,1	13,3
		S/ inf. (1)	1.208	1,4	-
E06	Proporção de escravos africanos no plantel	Não aplica	57.159	67,4	-
		S/ africanos	7.316	8,6	28,8
		Menos 50% do plantel	6.390	7,5	25,2
		50% e mais	6.148	7,2	24,2
		Só africanos	5.546	6,5	21,8
		S/ inf. (1)	2.251	2,7	-
E07	Proporção de escravos pardos no plantel	Não aplica	57.159	67,4	-
		S/ pardos	17.744	20,9	69,9
		Menos 50% do plantel	5.025	5,9	19,8
		50% e mais	1.486	1,8	5,9
		Só pardos	1.145	1,4	4,5
		S/ inf. (1)	2.251	2,7	-
E08	Proporção de escravos adultos (4) uma vez casados no plantel	Não aplica	58.728	69,2	-
		S/ uma vez casado	15.420	18,2	73,8
		Até 50% do plantel	3.289	3,9	15,7
		Mais de 50%	2.196	2,6	10,5
		S/ inf. (1)	5.177	6,1	-

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Inclui domicílios unipessoais e nucleares de duas pessoas. (1) Inclui todos os domicílios da vila de São João del Rei, cuja lista nominativa omitiu o segmento cativo das unidades domiciliares e domicílios com omissão da informação para todo ou parte dos escravos; (2) Inclui indivíduos de 0 a 9 anos; (3) Inclui indivíduos de 60 anos e mais; (4) Inclui indivíduos de 15 anos e mais.

A questão E03, referente à informação sobre a presença de crianças (aqui observada em 41,9% dos fogos escravistas), não se presta em apenas fornecer mais elementos para compreender a idade média dos escravos. Mais do que isso, essa variável pode subsidiar a análise dos tipos de domicílios escravistas segundo as formas buscadas de reposição do plantel, que poderia ir daqueles que optam pela compra de escravos jovens adultos aos casos que estimulam a reprodução natural dos seus escravos e de formas mistas entre esses dois expedientes de manutenção do contingente mancipio.

O item E04 trata de averiguar a presença de escravos idosos entre os membros cativos dos domicílios. Unida a outras evidências, essa informação poderia tipificar os domicílios escravistas pela longevidade de seu plantel, além de sugerir o grau de precariedade do trabalho escravo. O percentual de domicílios escravistas com cativos idosos, pequeno se comparado ao de livres idosos (13,7% e 21,1%, respectivamente), pode estar refletindo não só a manumissão em idade avançada (talvez para redução do ônus com o plantel e/ou recompensa pela vida produtiva gasta no cativeiro), mas também a menor expectativa de vida dos escravos. Corroborar isso a afirmação de Cunha Matos de que:

“Certamente, se não entrassem anualmente para as Minas muitos milhares de africanos a suprir o lugar daqueles que sucumbem ao peso dos trabalhos e às enfermidades adquiridas por diversos modos, a província de Minas estaria unicamente ocupada pela raça branca. Ou, pelo menos, esta seria uma força mui superior à dos pretos e pardos” (Matos, 1981: 82).

A questão seguinte, sobre a proporção de mulheres no plantel (E05) teria a dupla finalidade de reunir mais evidências acerca da atividade econômica para a qual os cativos eram alocados, tendo em vista a divisão sexual do trabalho, e investigar as condições de reprodução natural dentro dos domicílios, que seriam mais favoráveis em contexto de relativo equilíbrio entre os sexos¹¹⁵.

Por seu turno, as questões E06 e E07 objetivam, de uma forma mais direta, caracterizar os domicílios escravistas segundo a cor e origem dos seus cativos, o que alude às formas de constituição e reposição da força de trabalho mancipada. Na E06, inquire-se a proporção de pretos – isto é, africanos – no contingente escravo, o que constitui indicativo da formação e manutenção do plantel por via, direta e indireta, do tráfico atlântico; ao passo que a E07, ao quantificar a proporção de pardos, torna-se um indicativo de reprodução interna, ou suprimento de escravos por meio de um mercado interno. Nesse sentido, é sintomático da importância do tráfico internacional de escravos o fato de que apenas 28,8% dos fogos escravistas não possuem cativos africanos e que 69,9% não contassem com nenhum pardo entre seus escravos.

¹¹⁵ Citando o trabalho de Slenes (1999), que liderou uma nova vertente da historiografia que enfatizava a importância das famílias de escravos, Corrêa (2005: 102) afirma que os chefes de domicílios escravistas não impunham casamentos, mas os estimulavam em certos casos e os proibiam em outros. Como eram pouco frequentes casamentos entre escravos de diferentes propriedades, o desejo de se estruturarem famílias nos respectivos plantéis, por parte dos proprietários, poderia resultar em uma outra fonte de demanda de escravos, diferente daquela relativa à motivação econômica imediata, ditada pela necessidade do uso dessa mão-de-obra.

Por fim, a razão do número de indivíduos uma vez casados sobre o total de adultos (E08) retoma o esforço de investigação sobre reprodução interna das questões anteriores e tem a função de aferir a proporção de pessoas submetidas ao risco da concepção. Embora se trate de um segmento populacional cerceado pela instituição da escravidão, observa-se que um quarto dos fogos escravistas continha cativos uma vez casados. Vale destacar, como nota de cautela, que essa informação não tem o mesmo nível de qualidade que a encontrada no segmento livre da população. Isso é demonstrado pela elevada proporção de domicílios com omissão de declaração de estado marital entre os mancipios adultos.

O sexto e último bloco de variáveis, relativo aos atributos locacionais e ocupacionais, se diferencia dos demais pelo fato de que suas questões, com a exceção da última, não serem extraídas diretamente das informações das listas nominativas. Na verdade, são elementos levantados por estudos anteriores e, parte, pelo trabalho atual. Essas variáveis permitiram qualificar os domicílios segundo a localização dos mesmos, pois de tais estudos, em linhas gerais, extraíram-se evidências que demonstravam as expressivas diferenciações espaciais, no âmbito socioeconômico e demográfico e, por vezes, as relações que se estabeleciam entre estas diferentes partes da Província (Tabela 43).

A primeira questão (F01) identifica o nível de desenvolvimento da região em que se situa o domicílio. As regiões – definidas por Godoy (1996) – foram hierarquizadas em três níveis de desenvolvimento, no que constituiu um dos principais resultados do trabalho de Paiva (1996), sendo a população mais concentrada naquelas de alto desenvolvimento econômico, respondendo por cerca de metade dos domicílios (49,5%).

O foco sobre o tema da urbanização determinou o estabelecimento de quatro questões. Na F02 identificou-se a localização dos domicílios em relação ao nível de centralidade urbana, definida em Rodarte (1999). A segmentação dicotômica entre cidade e campo – obtida pelas fontes e método apresentados no capítulo 5 desta tese – por sua vez, classificou os domicílios na questão F03. Essa divisão é desdobrada nas duas questões seguintes (F04 e F05), quando se considera o tamanho, em número de fogos, dos povoados, que se justifica pela suposição – amparada em algumas evidências (Rodarte, Santos Júnior, Mello Filho, 2007) – de que a dimensão dos núcleos influía na criação e distribuição espacial de tipos de unidades produtivas (e domiciliares), tanto no urbano (F04), quanto no rural (F05).

Tabela 43 – Distribuição dos domicílios, segundo atributos locais e ocupacionais dos domicílios (Bloco F de questões) – Minas Gerais – Década de 1830

Nº	Atributos pesquisados	Categorias	Distribuição		
			N.	Em perc. do total	Porcentagem das categorias válidas
Total			84.810	100,0	-
F) Atributos ocupacionais e locais do domicílio					
F01	Nível de desenvolvimento regional do distrito	Alto	42.020	49,5	49,5
		Médio	31.228	36,8	36,8
		Baixo	11.562	13,6	13,6
F02	Nível de centralidade urbana do distrito	Alta (Níveis 1 e 2)	8.394	9,9	13,6
		Média	16.902	19,9	27,4
		Baixa	36.365	42,9	59,0
		S/ inf. (1)	23.149	27,3	-
F03	Área de localização do domicílio	Área urbana	17.717	20,9	28,8
		Área rural	43.823	51,7	71,2
		S/ inf.	23.270	27,4	-
F04	Se fogo é urbano, qual o tamanho do núcleo?	Não aplica	67.093	79,1	79,1
		100 e mais fogos urbanos	10.967	12,9	12,9
		De 50 a 99 fogos urbanos	4.344	5,1	5,1
		Até 49 fogos urbanos	2.406	2,8	2,8
F05	Se fogo é rural, qual o tamanho do núcleo?	Não aplica	17.717	20,9	20,9
		100 e mais fogos urbanos	11.890	14,0	14,0
		De 50 a 99 fogos urbanos	14.766	17,4	17,4
		Até 49 fogos urbanos	17.167	20,2	20,2
		S/ inf do tam. do núcleo	23.270	27,4	27,4
F06	Localização do domicílio segundo o tipo regional	A (pop. consolidada)	58.184	68,6	68,6
		C (dinamismo moderado)	13.792	16,3	16,3
		B (dinâmicas)	12.834	15,1	15,1
F07	Localização do domicílio segundo o subtipo regional	A.1 (pov. consolidada)	47.722	56,3	56,3
		A.2 (pov. consolidada/decadente)	10.462	12,3	12,3
		C (dinamismo moderado)	13.792	16,3	16,3
		B.1 (dinâmicas - escravistas)	7.597	9,0	9,0
		B.2 (dinâmicas - camponesas)	5.237	6,2	6,2
F08	Setor de atividade econômica pela ocupação do chefe	Serviços (2)	2.876	3,4	3,7
		Mineiro	3.246	3,8	4,2
		Artesanal-tecidos (3)	8.355	9,9	10,8
		Artesanal-urbanos (4)	5.748	6,8	7,4
		Artesanal-outros (5)	3.847	4,5	5,0
		Comerciante	5.677	6,7	7,3
		Agricultor e/ou pecuarista	41.270	48,7	53,4
		Demais atividades (6)	5.413	6,4	7,0
		Desocupado	851	1,0	1,1
S/inf	7.527	8,9	-		

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) inclui distritos com listas nominativas adicionadas posteriormente ao exercício de hierarquização segundo centralidade urbana, em Rodarte (1999), pertencentes ao segundo e terceiro acervos de listas nominativas (vide Tabela 19, p. 149); (2) inclui funcionários públicos e profissionais liberais como religiosos, juizes, advogados, notários e escrivães, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores, empregados públicos, artistas; (3) contém costureiras, fiandeiras, operários em tecidos e no serviço doméstico; (4) inclui operários de edificações, oleiros, em couros e peles, alfaiates, de calçado; (5) contém capitalistas e proprietários, manufatureiros e fabricantes, operários, em metais, carpinteiros e outras atividades manuais; (6) inclui assalariados; extrativistas; carreiro; feitor e outras atividades.

Nas duas questões da seqüência, os domicílios foram classificados segundo o nível de dinamismo demográfico das regiões em que se situavam. Os tipos e subtipos regionais, depreendidos pela evolução da população entre as décadas de 1830 e 1870, foram tratados no capítulo 4 desta tese. Assim como na divisão entre urbano e rural, supõe-se que as

diferenças demográficas entre os tipos regionais de dinamismo populacional implicavam arranjos domiciliares específicos.

A ocupação do chefe do domicílio, a última questão F08 a ser utilizada na tipologia de domicílios, poderia estar contida no primeiro bloco, referente aos atributos dos chefes. No entanto, pesou mais o fato de que: 1) é uma característica muito associada aos aspectos socioeconômicos subjacentes aos atributos locacionais, contidos no Bloco F; 2) ser uma atividade que, via de regra, define e condiciona as atividades dos demais membros do domicílio, dado que os grupos domiciliares, em geral, poderiam ser enquadrados como grupo de trabalho.

7.2.2 Os perfis extremos de domicílios de uma sociedade pré-industrial e escravista

Apresentam-se aqui, os resultados da metodologia empregada para se ter uma abordagem de estudo de domicílios que transcenda a forma unidimensional de aferição dos tipos, pautada, quase exclusivamente, na informação da relação dos seus membros com o chefe, como dito acima. Mais especificamente, propõem-se aqui, obter uma classificação de domicílios que contemple os múltiplos aspectos envolvidos na conformação dessas unidades, tendo em vista, as singularidades inerentes àquela sociedade pré-industrial e escravista do século XIX.

Contam-se alguns instrumentos estatísticos que possibilitam classificar elementos quando existe o desafio de se considerarem, simultaneamente, várias de suas características, como é o caso em tela. Análises fatorial e de *cluster* são alguns dos métodos mais utilizados em classificações dessa natureza, sendo o *Grade of Membership* (GoM) – que se traduziria em Grau de Pertencimento ou de Pertinência – um método relativamente recente de classificação multivariada.

Apesar de já tratado no capítulo metodológico desta tese, reitera-se aqui, as virtudes do GoM que foram decisivas para a sua escolha como instrumento de classificação no presente estudo. Por um processo de máxima verossimilhança – o que garante o rigor estatístico necessário – são gerados dois ou mais grupos ou perfis extremos. O conjunto destes perfis extremos conteria as combinações de características que refletiriam, na sua

plenitude, a heterogeneidade imanente do universo de elementos – no caso, os domicílios recenseados. Daí ressalta-se um aspecto positivo do método, que, ao gerar os perfis extremos, possibilitaria evidenciar a heterogeneidade mais recôndita de um universo de elementos aparentemente homogêneo.

Simultaneamente, o método afere o grau de pertencimento de cada um dos elementos em relação a esses perfis extremos. Daí um outro aspecto inovador do método, que, por ter como substrato a lógica *fuzzy*, enfatiza a importância de se reconhecer a existência de elementos com naturezas intermediárias entre um grupo extremo e outro. Posteriormente à apresentação dos perfis extremos, o estudo dos elementos intermediários, já agrupados, permitiria compreender, ainda mais, o objeto de pesquisa, ao observar se existe uma relevância numérica de tais situações intermediárias, ou se os grupos extremos são tão antagônicos ao ponto de ser pouco freqüente a existência de elementos que combinem, na sua essência, uma natureza mista.

Em síntese, como ressalta Manton e Vertrees (1984: 1.071), o GoM se sobressai entre os demais métodos supra citados por proporcionar uma melhor identificação dos grupos e de descrever as diferenças que os separam. Um outro aspecto, como destacam esses autores, refere-se ao fato de que o GoM consegue processar grande número de casos (isto é, domicílios) e de variáveis (ou, atributos). Mais enfaticamente, deve-se mencionar que os resultados tornam-se mais robustos quanto maior o número de casos e de variáveis, o que torna apropriado o seu uso na classificação de domicílios em questão, que conta com uma ampla base de dados, composta por 84.810 casos e 35 variáveis¹¹⁶.

O conhecimento prévio de que os domicílios eram heterogêneos admoesta a determinação de um número maior de perfis extremos. Entretanto, a escolha do número de perfis extremos deve ser balizada pela imposição de se limitar o número de perfis, para que não se tenha um número excessivo de tipos de domicílios, que acabe por minar o propósito principal de se fazer agrupamento, que é o de sintetizar a diversidade de elementos para um maior domínio cognitivo do universo em estudo. Ao seguir tais diretivas, optou-se pela criação de quatro perfis extremos.

¹¹⁶ Por diferentes motivos, que vão desde a pouca representatividade de algumas categorias, ao caráter subjetivo de outras, os atributos A04, B04 – relativos à condição social – e C05 – sobre idades comparadas entre membros do domicílio – não foram incluídos no modelo que desenhou os perfis. Entretanto, os perfis se distinguiam segundo essas variáveis, conforme mostra a Tabela 72 (pág. 340).

O delineamento dos perfis extremos – no Quadro 8 – é obtido, para cada atributo, pelo cotejamento entre as probabilidades estimadas (λ s) em cada perfil extremo e a distribuição marginal, isto é, a distribuição do atributo no total de domicílios, o que é apresentado na Tabela 71 (pág. 335). A razão entre ambos, quando igual ou superior a 1,2 – ou seja, quando a probabilidade estimada for, pelo menos, 20% superior à distribuição marginal – indicaria uma característica própria desse perfil extremo.

Quadro 8 – Caracterização dos perfis extremos de domicílios segundo maiores probabilidades de resposta às variáveis – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Atributos pesquisados	Perfis de domicílios			
	1 - Camponês	2 - Autônomo	3 - Escravista	4 - Assalariado
A) Atributos do chefe				
A01 Sexo do chefe	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino
A02 Grupo etário do chefe	Jovem e adulto, até 39 anos	Adulto na maturidade e idoso (50 anos e mais)	Não discrimina	Idoso (60 anos e mais)
A03 Cor do chefe	Pardo ou "S/ inf."	Preto	Branco	Preto
A05 Estado conjugal do chefe	Casado	Solteiro ou viúvo	Casado	Solteiro
B) Atributos do casal chefe				
B01 Se casado, cônjuge coabita domicílio?	Sim	"Não aplica" ou não coabita	Sim	"Não aplica"
B02 Se casado, conj. tem mesma cor?	Sim, não ou "S/ inf."	"Não aplica"	Sim	"Não aplica" ou não
B03 Diferença das idades do marido e da esposa do núcleo chefe	Larga ou baixa amplitude de diferença de idades	"Não aplica"	Com esposa mais jovem	"Não aplica" ou diferença de 16 anos e mais
C) Atributos dos membros livres do domicílio				
C01 Quantos livres no domicílio?	De 3 pessoas ou mais	1 ou 3 pessoas	6 pessoas ou mais	Unipessoal ou 2 pessoas
C02 Idade média dos livres	Idade média baixa (até 21 anos) ou "S/ inf."	Idade média moderada ou elevada: de 25 anos ou mais	Idade média baixa (14 a 16 anos) ou "S/ inf."	Idade média moderada ou elevada: de 25 anos ou mais
C03 Possui crianças no domicílio?	Possui crianças de 0-4 e/ou de 5-9 anos	Domicílio sem registro de crianças	Possui crianças de 0-4 e de 5-9 anos	Domicílio sem registro de crianças
C04 Possui idosos no domicílio?	Não	Sim	Não discrimina	Predomínio de sim
C06 Proporção de mulheres livres	Proporção moderada ou acentuada de mulheres	Sem mulheres ou formado só por mulheres ou com proporção acentuada	Proporção moderada de mulheres	Domicílio sem mulheres ou com metade
C07 Cor dos membros livres do domicílio	Pardos ou "S/ inf."	Pardos; pretos ou pardos e pretos	Branco; brancos e pardos; ou brancos e pretos c/ ou s/ pardos	Pretos; ou pardos e pretos

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 71, p. 335).

Quadro 8 – Caracterização dos perfis extremos de domicílios segundo maiores probabilidades de resposta às variáveis – Minas Gerais – Década de 1830

(fm)

Atributos pesquisados	Perfis de domicílios			
	1 - Camponês	2 - Autônomo	3 - Escravista	4 - Assalariado
C) Atributos dos membros livres do domicílio				
C08 Quantos livres casados?	2 casados ou 3 e mais casados	Sem membro casado ou apenas 1 casado	2 casados ou 3 e mais casados	Sem membros casados
C09 Possui livres viúvos?	Não	Sim	Não discrimina	Não
C10 Quantos livres uma vez casados?	2; 3 ou mais livres uma vez casados	Só solteiros ou apenas 1 uma vez casado	2; 3 ou mais uma vez casados	Sem membros uma vez casados
D) Atributos de dependência do domicílio				
D01 Razão de dependência (etária) de livres	Moderada ou elevada razão de dependência	Sem dependentes	Baixa razão de dependência ou "S/ inf."	Sem dependentes
D02 Possui escravos?	Não	Não	Sim ou "S/ inf."	Não
D03 Razão de dependência escravos/livres	Sem escravos	Sem escravos	Baixa ou elevada razão de livres por escravos	Sem escravos
E) Atributos dos membros escravos do domicílio				
E01 a E08 Todas as questões sobre escravos	"Não aplica"	"Não aplica"	Todas as categorias, exceto "Não aplica"	"Não aplica"
F) Atributos ocupacionais e locacionais do domicílio				
F01 Nível de desenvolvimento regional	Médio ou baixo nível de desenvolvimento	Alto nível de desenvolvimento	Não discrimina	Baixo nível de desenvolvimento
F02 Nível de centralidade urbana	Distritos "S/ inf."	Alta centralidade	Não discrimina	Baixa
F03 Área de localização do domicílio	Área "S/ inf."	Área urbana	Não discrimina	Área "S/ inf."
F04 Fogos urbanos segundo o tamanho dos núcleos	"Não aplica"	Todas as dimensões de núcleos	Não discrimina	"Não aplica"
F05 Fogos rurais segundo o tamanho dos núcleos	Rural dos médios e pequenos núcleos: de até 49 fogos; e de 50 a 99 fogos; ou S/ inf. do tamanho do núcleo	"Não aplica" ou rural dos grandes centros (de 100 ou mais fogos)	Rural dos pequenos núcleos: de até 49 fogos	Rural dos pequenos núcleos: de até 49 fogos; ou S/ inf. do tamanho do núcleo
F06 Tipos regionais	Tipo C (dinamismo moderado)	Tipo A (pop. consolidada)	Tipo B (dinâmico)	Tipos C e B
F07 Subtipos regionais	Tipo C ou subtipo B.2 (dinamismo camponês)	Subtipos A.1 e A.2	Subtipo B.1 (dinamismo escravista)	Tipo C ou subtipos B.1 e B.2
F08 Setor de atividade econômica	Art.-outros; agricultor e/ou pecuarista	Serviços, mineração, fabr. têxtil, artesanal-urbano; desocupado ou sem informação.	Agricultor; comerciante; minerador	Serviços; artesanal-outros; demais atividades; ou desocupado.

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver Tabela 71, p. 335)

O primeiro dos quatro perfis extremos poderia ser denominado como o domicílio camponês, pelas características sintetizadas no Quadro 8. Tais fogos eram compostos por pardos, na sua maioria, e eram estruturados por um núcleo familiar, acompanhado de outros membros, como crianças, provavelmente seus filhos. Com isso, eram domicílios, médios ou grandes, com mais de dois indivíduos, podendo abrigar, além do casal chefe,

sete ou mais pessoas, solteiras, na sua maioria, mas também algumas casadas, mas não viúvas.

A chefia era exercida pelo elemento masculino do casal. A multiplicidade das escolhas nupciais caracteriza esse perfil: as esposas, eventualmente, tinham cor diferente dos respectivos maridos e as diferenças de idade entre eles podiam ser grandes ou pequenas, havendo casos de esposas mais velhas que os chefes.

O fato de o chefe ser ainda jovem (com até 39 anos), ter crianças e não contar com idosos entre os seus membros conferia ao domicílio um perfil jovem, com idade média não superior a 21 anos. Ainda sobre a composição dos membros do domicílio, a predominância dos laços de parentesco também é sugerida, pela homogeneidade de cor entre os seus residentes.

Em relação às características locacionais dos domicílios, havia associação desse perfil de domicílio com as regiões de médio e baixo desenvolvimento econômico. Em geral, situavam-se nas áreas rurais, nos arredores dos pequenos núcleos e povoados. Na segmentação do território segundo o dinamismo demográfico, relacionavam-se mais com as regiões de moderadamente dinâmicas (tipo C) e dinâmicas no segmento camponês da população (subtipo B.2). Tal perfil locacional parecia harmonizar com as atividades dos chefes desse tipo de domicílio, que eram agricultores ou criadores, na sua maioria, quando não eram carpinteiros ou outro tipo de artesão listado no segmento “Artesanal-outros”.

Os distritos com predomínio do perfil camponês de domicílio, como já sugere a identificação desse perfil com os tipos de regiões, eram menos abastados e, em geral, não eram alvo de maior atenção dos viajantes estrangeiros. A ausência dos seus registros, em grande medida, prejudica a concepção de como eram essas localidades camponesas. Foge a essa regra, alguns casos por estarem incluídos dentro das rotas dos viajantes, como é o caso de Sto. Antônio do Bom Sucesso de Peçanha, visitada por Saint-Hilaire, e localizada na porção norte da região Mineradora Central Leste, de médio desenvolvimento econômico e classificada como subtipo B.2 (Tabela 73, pág. 349).

Peçanha era, então, um distrito de povoamento recente, situado em terras agricultáveis e não muito distante dos prósperos núcleos urbanos de Vila do Príncipe e Arraial do Tijucu, o que lhe garantia mercado para seus produtos da sua agricultura e pecuária incipientes, como algodão, trigo, feijão, suínos e manteiga, nas palavras de Saint-Hilaire. A elevada

qualidade dos seus produtos, como do trigo, também encontrava escoamento para mercados mais afastados, como de Ouro Preto. Por ser uma área de fronteira agrícola, próximas a uma tribo hostil à ocupação, as vantagens econômicas eram insuficientes para atrair as grandes unidades escravistas, como afirma o viajante:

“Apesar da extrema fertilidade da região, seus habitantes são pobres. Bastaria sua igreja para trair-lhes a indigência; pois que em vez de cobri-la com telhado de tábuas, contentaram-se com uma cobertura de esteiras. Não é gente rica a que se dispõe a penetrar no âmago de densas florestas, habitadas por homens que se consideram antropófagos. Os colonos de Passanha estabeleceram-se sem cabedais; faltam-lhes escravos, e se conseguem manter-se, é sem abastança” (Saint-Hilaire, 1975b: 177).

Serve como ilustração desse tipo de domicílio camponês, o 232º fogo arrolado na lista nominativa de Peçanha, de 1832, chefiado pelo lavrador José Ferreira (Quadro 8).

Quadro 9 – Exemplo de domicílio totalmente pertencente ao perfil 1 (Médio ou grande domicílio rural-camponês) – Peçanha, Minas Gerais – 1832

Fogo 232 Nº.	Habitantes	Idade [anos]	Qualidade [ou cor]	Estado [marital]	Ocupação
1	Joze Ferreira	32	pardo	casado	lavrador
2	Maria da Conceição	26	//	//	
3	Clemente	8	//		
4	Joze	6	//		
5	Manoel	3	//		
6	Maria	1	//		

Fonte dos dados básicos: lista nominativa de Sto. Antônio do Bom Sucesso de Peçanha, de 1832

Chamado de escravista, devido as suas características, o terceiro perfil extremo de domicílio antagoniza com o caso anterior em vários pontos e é emblemático das unidades produtivas mais pujantes daquele período. Tais domicílios se caracterizavam por serem grandes, com seis ou mais pessoas livres, além dos escravos. Também eram estruturados por um núcleo chefiado pelo cônjuge do sexo masculino e branco.

As escolhas nupciais que resultavam nos núcleos tinham um padrão mais definido que o caso anterior. Via de regra, as esposas também eram brancas (o que sinaliza a mesma origem socioeconômica) e raramente não eram mais jovens que os respectivos maridos. A presença de crianças tanto de 0 a 4, quanto de 5 a 9 anos contribuía para que esses domicílios fossem jovens, sendo que em muitos casos, a idade média dos livres ficava entre 14 e 16 anos.

Além do casal chefe, ocorriam casos com mais membros casados, o que sugere situações em que mais de uma família coabitava o domicílio. Havia, comparativamente aos domicílios camponeses, um maior equilíbrio entre os sexos, mas era freqüente a presença

de pessoas não brancas e livres, coabitando o domicílio escravista. Isto poderia sugerir a existência de agregados, fâmulos ou outros membros sem ligação consanguínea, unidos, provavelmente, pelos imperativos do domicílio enquanto unidade produtiva.

A presença de outros adultos livres, além do casal, conferia uma vulnerabilidade econômica menor *vis-à-vis* os domicílios camponeses, evidenciada pelas razões de dependência domiciliares mais baixas. Tal robustez econômica, obviamente, era ainda mais fortalecida pela presença dos escravos.

Nesse último aspecto, vale destacar que o perfil extremo escravista congrega todas as dimensões e características dos plantéis, nos aspectos estudados. Assim, não se distingue, por exemplo, um eventual grupo dos escravistas que recorreriam ao tráfico para a reposição ou incremento da força de trabalho escrava, do grupo que possivelmente utilizasse, exclusivamente, o expediente da reprodução natural dos seus cativos para atender a esses mesmos propósitos. Com isso, o presente experimento demonstrou que as semelhanças internas do grupo dos domicílios escravistas eram importantes e os uniam, no contexto de toda multiplicidade de formas de domicílios existentes na Minas Gerais Oitocentista.

Em relação a alguns atributos locacionais, verificou-se que a distribuição espacial desse perfil era muito próxima da distribuição do total de domicílios por níveis de desenvolvimento, níveis de centralidade urbana e, também, pela segmentação mais geral de campo e cidade, não observando, portanto, nenhuma especificidade relevante. Entretanto, observa-se uma identidade maior desse perfil com as áreas rurais dos pequenos povoados de até 49 fogos, e das regiões de tipo B, sobretudo do subtipo B.1, o que sugere os nexos entre as características gerais da população desse subtipo com o modelo de estrutura domiciliar.

Desse modo, se por um lado, tem-se a ocupação campesina a garantir a rápida expansão demográfica nas regiões de fronteira, por outro lado, tem-se os domicílios escravistas que pareciam dividir-se entre aqueles que se apropriavam economicamente da ocupação dessas novas áreas, mesmo localizando nos principais núcleos urbanos de Minas e aqueles que também respondiam pela ocupação nas áreas de exploração econômica incipiente, em especial, Araxá e Mata.

Tal diversificação espacial refletia, também, os variados cenários em que esses domicílios se inseriam, quer no urbano, nas atividades de mineração e comércio, quer no rural, enquanto unidades produtivas agropastoris. Não coincidentemente, eram esses os três setores de atividade econômica que dinamizavam a economia da Província.

Cabe citar, como exemplo de unidade domiciliar pertencente ao perfil 3, a do comerciante de ouro José Peixoto de Souza. Por ter sido hóspede, em 1840, o viajante George Gardner reservou em seu relato, uma sucinta, porém valiosa descrição das atividades comerciais e da magnitude dos seus negócios e patrimônio:

“Durante minha curta estada na imperial cidade [de Ouro Preto] fiquei em casa do senhor José Peixoto de Souza (...) É o principal comerciante na Província de Minas Gerais e possui a mais bela casa da cidade, cuja edificação custou £ 4.000 esterlinas, alto preço para uma casa no interior do Brasil. É homem de índole serviçal e bondosa, e, sendo agente de todas as companhias inglesas de mineração, sua residência é onde se hospedam, ao passar pela cidade, todos os funcionários a elas pertencentes (...) Ele começou a vida como simples faiscador de ouro e é hoje o principal mercador desse metal na província” (Gardner, 1975: 228).

Pela correspondência dos nomes e atividade econômica, provavelmente o domicílio retratado no Quadro 10, arrolado na lista nominativa de 1838, refira-se ao comerciante supracitado. Mas independente disso, deve-se considerar que essa unidade domiciliar personificava, de forma exemplar, o perfil escravista, na sua vertente mais urbana.

Intitulado como de autônomos, o segundo perfil distinguia-se dos outros dois perfis apresentados acima sobretudo pela chefia feminina, pela ausência de um núcleo e pelo caráter mais urbano. As características pessoais da chefe também se particularizavam por referir-se a pessoas de idade mais avançada, de 50 anos e mais, de cor negra (crioulo ou africano), ou parda, em alguns casos. Os domicílios listados nesse perfil tinham chefes em sua grande maioria solteiros, viúvos ou sem declaração de estado conjugal. Os poucos chefes casados listados nesse perfil não compartilhavam a vida domiciliar com seu cônjuge.

O tamanho do domicílio era reduzido, e na maior parte dos casos, unipessoal, ou composto por três pessoas. Como consequência, esses domicílios abrigavam nenhuma ou apenas uma pessoa uma vez casada, que era o chefe, na maior parte dos casos. A ausência de crianças, unida à existência de idosos, tornava um domicílio com idade média mais elevada, de 25 anos ou mais.

A elevada proporção de mulheres, e a coabitação de pretos com pardos, sugerem que esses domicílios nem sempre eram formados por pessoas de mesmo sangue, mas também por um consórcio de indivíduos com afinidades em relação ao desempenho de determinada atividade econômica.

Quadro 10 – Exemplo de domicílio totalmente pertencente ao perfil 3 (domicílio escravista) – Ouro Preto, Minas Gerais – 1838

Fogo 181, ou 32º fogo do 7º quarteirão	Habitantes	Idade [anos]	Qualidade [ou cor]	Estado [marital]	Relação com chefe (1)	Condição	Ocupação	Nacionalidade	Observações
Nº									
1	Alfêres Joze Peixoto de Souza	39	branco	casado	chefe	livre	negociante		sabe ler
2	D. Maria Joze	32	//	//	cônjuge	//			//
3	D. Maria Palmirina	16	//	//	filha	//			//
4	D. Virginia	14	//	solteira	filha	//			//
5	Joze Peixoto Junior	1	//	//	filho	//			não sabe ler
6	Francisco Lenoir	31	//	casado	genro	//		francês	sabe ler
7	Feliciano Lima	40	pardo	solteiro	agregado	//	feitor		não sabe ler
8	Manoel Goncalves	30	//	//	agregado	//	feitor		//
9	Joaquim	17	//	//		cativo			//
10	Joaquim de Nação	30	preto	//				africano	//
11	João de Nação	25	//	//				//	//
12	Manoel de Nação	25	//	//				//	//
13	Gregorio de Nação	50	//	//				//	//
14	Antonio de Nação	14	//	//				//	//
15	Tito de Nação	14	//	//				//	//
16	Casianno	6	pardo	//					//
17	Maria Rita de Nação	50	preta	//				africana	//
18	Joanna	23	parda	//					//
19	Benta	26	preta	//					//
20	Gertrudes	26	//	//					//
21	Roza	20	//	//					//
22	Maria	22	//	//					//
23	Joaquina	25	crioula	//					//
24	Carolina	25	preta	//					//
25	Joaquina	4	crioula	//					//
26	Candinha	4	//	//					//
27	Umbelina	3	//	//					//
28	Marcelino	1	//	//					//
29	Ismeria	meses	//	//					//

Fonte dos dados básicos: lista nominativa parcial de Ouro Preto, de 1838. (1) As categorias “chefe” e “cônjuge” são sugeridas e não explicitadas no documento.

Nesse aspecto, vale destacar que esse perfil era o único a se identificar com a atividade artesanal de fabricação de tecidos, enquanto função exercida pelo chefe. Além dessa atividade, que era exercida quase exclusivamente por mulheres, algumas chefes desempenhavam atividades no setor artesanal-urbano, de serviços, como de parteiras e mineração (faiscação), ao que se presume, com elevado grau de autonomia. Em alguns casos, a falta de prestígio socioeconômico desses domicílios ou, eventualmente, o caráter esporádico da ocupação refletiam-se na omissão da atividade, quando não na declaração dos chefes como não ocupados.

Os atributos locacionais desses domicílios os identificam, inequivocamente, como domicílios urbanos: concentravam-se, em geral, nas regiões de alto desenvolvimento – onde se assentava a parte mais expressiva da rede de cidades mineira – e em particular, nos distritos de alta centralidade urbana e, sobretudo, nas áreas urbanas dessas localidades. Quando localizadas no meio rural, estavam nos arredores dos núcleos maiores, de 100 ou mais fogos. Quanto aos tipos regionais, esse perfil de domicílio identificava-se com as regiões de povoamento consolidado (tipo A), tanto no subtipo A.1, quanto no A.2.

Várias passagens dos relatos de viagens relativas à descrição dos povoados, vilas e cidades sugerem esse perfil de unidades domiciliares e produtivas, como seus residentes permanentes, ao passo que os fazendeiros e seus dependentes ocupavam suas casas nos núcleos urbanos apenas em domingos e em datas festivas do calendário religioso. Exemplifica isso a já muito conhecida colocação de Saint-Hilaire sobre a flutuação sazonal populacional dos pequenos povoados mineiros:

“Durante a semana, a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem na cidade, nos dias de semana, os artesãos – alguns dos quais bastante habilidosos – as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da Província de Minas” (Saint-Hilaire, 1975c: 130).

Mesmo nos núcleos que sofriam com a involução da sua atividade central, nas áreas de mineração, essas unidades domiciliares pareciam resistir – sobretudo aquelas que exerciam a ubíqua atividade têxtil – segundo o viajante inglês:

“A aldeia de Conceição [do Mato Dentro] me pareceu bastante grande para conter somente dois mil habitantes. A maior parte deste esgotado distrito caminhava rapidamente para a decadência. (...) A única manufatura deste lugar é a do algodão, que se fia a mão e com o qual se fazem panos grosseiros para camisas” (Mawe, 1978: 149).

Ainda em relação ao segmento têxtil, como Mawe, um outro comerciante inglês, talvez inspirado na trajetória econômica de seu país, relata a existência dessas unidades domiciliares, como importante mesmo para a Capital de Minas, percebendo nelas, a possibilidade de mudança e retomada do progresso, pela industrialização:

“(...) o povo desta região [de Ouro Preto] acha-se alguns passos à frente do restante dos seus conterrâneos no que tange à indústria. Fiam e tecem lã e algodão; suas manufaturas são, porém, puramente de ordem doméstica; seu instrumental e maneiras de usá-lo; o que há de mais antigo

e atrasado. Talvez que quando se aplacar a fúria da mineração, possa este distrito tornar-se mais rico, por obra de suas empresas comerciais, das quais estas constituem o embrião” (Luccock, 1975; 337).

O fogo da fiandeira Angélica Rocha, residente na área urbana do distrito de Santa Luzia, então, um importante e florescente entreposto comercial na rota entre Rio de Janeiro e as regiões setentrionais de Minas¹¹⁷, é exemplar do perfil urbano e autônomo de domicílio.

Quadro 11 – Exemplo de domicílio totalmente pertencente ao perfil 2 (Pequeno domicílio urbano) – Santa Luzia, Minas Gerais – 1831

Fogo 283 Nº.	Habitantes	Idade [anos]	Qualidade [ou cor]	Estado [marital]	Ocupação
1	Angelica Maria da Rocha	52	parda	solteira	fiadeira
2	Mafalda	20	preta	//	//
3	Bernarda	17	//	//	//

Fonte dos dados básicos: lista nominativa de Santa Luzia, de 1831

A razão para o domínio dessas unidades compostas por indivíduos de cor nos povoados, em contraposição às propriedades rurais pertencentes, quase sempre, aos brancos era assim descrita por Burmeister:

“Nas povoações (...) ao lado dos brancos, vemos também mulatos e negros donos de terras, mas é porque uma casinha e uma pequena horta representam no interior, pouca riqueza e podem ser adquiridas com poucos recursos. (...) O artesanato conta, em geral, com elevado número de mulatos e negros livres” (Burmeister, 1980: 271).

O quarto perfil extremo, pelas características apontadas ainda no Quadro 8, focaliza os domicílios com chefes sob o ainda marginal regime de assalariamento. Eram compostos, via de regra, por até duas pessoas. O chefe frequentemente, tinha idade avançada, com 60 anos ou mais, era de cor, sobretudo, preta, e, na maior parte das vezes, solteiro. Quando casado, sua esposa, mais jovem, podia ter uma diferença de idade expressiva, de 16 anos ou mais, e ter cor diferente da do seu marido.

Como no caso anterior, a ausência de crianças, combinada com a existência de idosos, conferia ao domicílio uma média de idade mais elevada, igual ou superior a 25 anos. Ainda em relação à composição, eram domicílios formados exclusivamente por homens, quando não por um casal, mas nunca só por mulheres. Em relação à cor, se constituíam por pretos ou pretos e pardos na maioria.

Quanto aos atributos locacionais, eram domicílios mais predominantes nas regiões de baixo desenvolvimento, nos distritos de baixa centralidade e situavam-se nas áreas rurais

das localidades com pequenos núcleos urbanos, de até 49 fogos, ou nos distritos sem informação do tamanho do núcleo, em que se presume a natureza rural da maior parte da sua população. Na divisão das regiões segundo a dinâmica demográfica, esse perfil identificava-se com as porções mais pujantes, ou seja, com o tipo regional C e os subtipos B.1 e B.2.

Provavelmente, o aspecto que mais distingue os membros desse perfil domiciliar dos demais apresentados seja o seu quase completo alijamento dos meios de produção, o que freqüentemente os colocava em situação de vulnerabilidade social. Desprovidos de bens e, provavelmente, de boa saúde, devido à idade avançada, esses indivíduos livres tiravam seu sustento oferecendo sua força de trabalho, para qualquer atividade, mas em geral, as relativas à agropecuária, uma vez que residiam, em geral, no campo.

O aspecto do assalariamento contido nesse perfil foi possível ser traçado dado o caráter idiossincrático dos recenseadores do século XIX, que, por vezes, declaravam a inserção ocupacional no espaço originalmente destinado a registrar a profissão¹¹⁸. De fato, embora não se constituísse em informação que o governo determinasse o seu levantamento nos arrolamentos censitários, a inserção ocupacional (em especial, a do assalariado, comumente denominado “jornaleiro”, “agente”, “alugado”, ou “por ajuste”) era, por vezes, mencionada¹¹⁹. Isso acontecia, provavelmente, em decorrência de um preciosismo do recenseador (que registrava a inserção ocupacional como complemento da informação da profissão, como, por exemplo, “oficial de sapateiro alugado”), ou então, pelo caráter não específico das atividades do recenseado, o que tornava mais relevante a sua inserção *vis-à-vis* o conteúdo do seu trabalho. Exemplifica esse último caso, o domicílio rural, próximo de Ouro Preto, de Antônio Lourenço, no Quadro 12, que conservava muitas características desse perfil extremo.

Nesse perfil, em que obviamente se excluem os assalariados mais graduados e remunerados do governo, a vinculação com a situação de pobreza extrema era, por vezes, explicitada, como no caso de um domicílio urbano de Minas Novas (Quadro 13). Este

¹¹⁷ Em relação ao papel de Santa Luzia no comércio de exportação de produtos do Sertão, ver Saint-Hilaire (1975b: 327) e (1974a: 76).

¹¹⁸ Vale destacar que essa confusão conceitual persiste ainda no Recenseamento do Império de 1872, que arrolava os “criados e jornaleiros”, “empregados públicos” e “capitalistas e proprietários” no quadro de profissões.

¹¹⁹ Outras formas de inserções muito freqüentes nas listas nominativas seriam aprendiz e proprietário de escravos. Sobre questões mais gerais relativas à natureza e à qualidade da informação de ocupação, uma discussão mais detalhada encontra-se em Paiva (1996: 61-65).

caso, que mescla características dos perfis extremos 2 (perfil urbano/autônomo) e 4 (rural/assalariado), vê-se situação de assalariamento e indigência coabitando o mesmo fogo.

Quadro 12 – Exemplo de domicílio com elevado pertencimento ao perfil 4 (Pequenos domicílios rurais e assalariados) – Cachoeira do Campo, Minas Gerais – 1831

22° fogo do 6° quarteirão (rural)	Habitantes	Idade [anos]	Qualidade [ou cor]	Estado [marital]	Ocupação
N°					
1	Antônio Lourenço	40	pardo	casado	aluga-se para todo serviço fiar algodão
2	Francisca de Paula	52	parda	casada	

Fonte dos dados básicos: lista nominativa de Cachoeira do Campo, de 1831

Quadro 13 – Exemplo de domicílio que mescla características dos perfis 4 (rural/assalariado) e 2 (urbano/autônomo) – Minas Novas, Minas Gerais – 1839

82° fogo (urbano)	Habitantes	Idade [anos]	Qualidade [ou cor]	Estado [marital]	Ocupação
N°					
1	Josefa Soares da Conceição	70	crioula	solteira	Agência
2	Joze Joaquim	70	mestiço	solteiro	Indigente

Fonte dos dados básicos: lista nominativa de Minas Novas, de 1839

Conquanto a informação sobre a inserção ocupacional fosse declarada de forma esporádica, é provável que na maioria dos casos a ocupação seja desempenhada sob a condição de assalariamento, ou seja, um trabalho desempenhado para outrem, com os meios de produção deste, em troca de pagamento pecuniário, ou, o que parecia ser mais freqüente, em espécie.

Nos serviços, este perfil associava-se mais aos funcionários públicos, militares e uma parcela dos barbeiros, ao passo que, entre as profissões manuais e mecânicas, destacava-se a de carpinteiro.

Contudo, eram as atividades do campo as mais identificadas com esse perfil e, em especial, as relativas à criação de vacum. Esta constatação encontra amparo em alguns trechos de relatos de viagens, que mostram a inadequação do exercício da atividade de vaqueiro com o emprego do trabalho compulsório de cativos. Na região do Sertão (tipo C), Saint-Hilaire observou que:

“Em geral, não se gosta de confiar as funções de vaqueiro a escravos, porque os que as exercem vivem ordinariamente longe das vistas do senhor. Os vaqueiros são muito comumente os próprios filhos dos proprietários, ou então homens livres a quem se dá o terço do produto do rebanho” (Saint-Hilaire, 1975b: 314).

7.2.3 Os perfis puros e mistos de domicílios em uma sociedade polarizada em dois modelos paradigmáticos de organização domiciliar

Foi visto acima que a forma de inserção produtiva do fogo constituía um divisor de águas na conformação do domicílio, o que explicita a estreita relação entre o universo laboral e a organização da vida nas residências mineiras, e, em outras palavras, sinaliza uma forma específica de vinculação entre economia e demografia nessa sociedade.

Deve-se, agora, analisar a distribuição dos fogos segundo o seu perfil, que é, na verdade, a tarefa de detectar a posição dos domicílios em relação aos perfis extremos, descritos no item anterior. Como tratado no capítulo metodológico, essa disposição dos domicílios é aferida pelos escores dos graus de pertencimento de cada um dos perfis extremos. A suposição inicial é a de que um número maior de domicílios teria um elevado grau de pertencimento aos perfis extremos relacionados às formas de inserção produtiva mais comuns no período.

Inspirando-se no estudo de Sawyer et al. (2002: 762), foram considerados três níveis na constituição dos grupos de tipos puros (P_x), na tipologia proposta. O primeiro nível ($P1.x$) incluiria os domicílios com 100% de identificação com um determinado perfil extremo x , ou, em outras palavras, as unidades domiciliares com o mais elevado grau de pertinência ($g_x = 1$) ao perfil x ¹²⁰. O segundo nível ($P2.x$), já considerando os domicílios sem identificação plena (100%) ao perfil extremo, abarcaria os domicílios com, pelo menos, mais de 70% de pertinência ($g_x > 0,70$). Por fim, o terceiro nível ($P3.x$), excluindo os casos já contemplados nos dois primeiros níveis, abarcaria os domicílios com elevados graus de pertinência restantes do perfil x (superior a 60%), mas condicionado ao critério de que a soma dos graus de pertencimento de quaisquer outros dois perfis não excedesse a 30%.

Pela análise da Tabela 44, constata-se que quase 2/3 dos 84.810 fogos recenseados (63,2%) apresentavam combinação de atributos pertencentes a um dos quatro perfis puros. Dessa forma, conclui-se que os perfis puros foram capazes de retratar mais da metade dos arranjos domiciliares existentes.

¹²⁰ Como os graus de pertinência dos quatro perfis extremos sempre somam 100%, no caso dos domicílios incluídos no primeiro nível do tipo puro referente ao perfil extremo x , os graus de pertinência dos demais perfis extremos equivalem, necessariamente, a 0%.

Tabela 44 – Distribuição dos domicílios, segundo tipologia de predominância (1) de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

Grupos de domicílios	Predominância	Descrição dos perfis de domicílios	Distribuição	
			N.	%
Total			84.810	100,0
Perfis puros			53.602	63,2
	P1	Camponês	20.631	24,3
	P1.1		14.709	17,3
	P2.1		5.919	7,0
	P3.1		3	0,0
	P2	Autônomos	10.641	12,5
	P1.2		3.612	4,3
	P2.2		7.016	8,3
	P3.2		13	0,0
	P3	Escravistas	18.346	21,6
	P1.3		14.243	16,8
	P2.3		4.100	4,8
	P3.3		3	0,0
	P4	Assalariados	3.984	4,7
	P1.4		1.143	1,3
	P2.4		2.838	3,3
	P3.4		3	0,0
Perfis mistos			24.732	29,2
	De 2 e 3	Mistos de escravistas e autônomos	7.719	9,1
	MP2,3	Domicílios de idosas inativas urbanas	155	0,2
	MSP2,3	Domicílios de autônomos com excedente produtivo	5.081	6,0
	MP3,2	Domicílios matriarcais e/ou de chefe sem núcleo	2.483	2,9
	De 1 e 4	Mistos de camponeses e assalariados	7.272	8,6
	MP1,4	Domicílios camponeses de baixo excedente produtivo	1.979	2,3
	MSP1,4	Domicílios nucleares camponeses jovens	3.979	4,7
	MP4,1	Domicílios nucleares jovens e assalariados	1.314	1,5
	De 2 e 4	Mistos entre autônomos e assalariados	4.740	5,6
	MP2,4	Domicílios sem núcleo de autônomos suburbanos	1.360	1,6
	MSP2,4	Domicílios sem núcleo de autônomos rurais	2.405	2,8
	MP4,2	Domicílios sem núcleo de artífices e prestadores de serviços	975	1,1
	De 1 e 2	Mistos entre camponeses e autônomos	4.609	5,4
	MP1,2	Domicílios nucleares de fãscadores, sitiantes e outras atividades	923	1,1
	MSP1,2	Domicílios nucleares de artífices urbanos, têxteis e sitiantes	2.542	3,0
	MP2,1	Domicílios monoparentais femininos de artífices rurais	1.144	1,3
	Demais		392	0,5
	MSP3,4		338	0,4
	MP4,3		1	0,0
	MP3,1		2	0,0
	MP3,4		51	0,1
Amorfos			6.476	7,6

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) **Px**, o Perfil puro de x, inclui: P1.x: Domicílios com Nível 1 (100%) de predominância das características do Perfil Extremo x; P2.x Predominância de Nível 2 (Menos de 100% a mais de 70% das características do Perfil Extremo x); P3.x: Predominância de Nível 3 (De 70% a mais de 60% das características do Perfil Extremo x, sob condição da soma dos graus de pertinência de dois dos demais perfis não exceder a 30%); MPx,y: Domicílios com características mistas, mas com predominância do Perfil Extremo x sobre o de y; MSPx,y: Conjunto de domicílios com características mistas dos perfis extremos x e y, mas sem predominância definida. (Sobre a distribuição por distrito, ver Tabela 73, p. 349).

Dos quatro, os perfis puros relativos aos domicílios camponeses e escravistas eram os tipos que, de longe, refletiam as maiores parcelas dos casos analisados (24,3% e 21,6%, respectivamente). Nestes dois perfis, que são paradigmáticos do processo de povoamento

de Minas Gerais, os domicílios estavam concentrados no primeiro nível de pertinência, o que reflete a mais elevada identificação com os seus respectivos perfis extremos.

Na situação oposta, o perfil puro *avant la lettre* dos assalariados era o que possuía menor representação (4,7%), o que reflete a pequena expressão numérica dessa forma incipiente, porém, bem definida e singular de domicílios em que seus chefes tinham essa inserção produtiva. No primeiro nível de identificação com esse perfil extremo, a representatividade reduzia ainda mais e apenas 1,3% dos domicílios enquadravam-se aí.

Assim como era restrito o número de fogos que se caracterizavam por subsistirem com a comercialização da própria força de trabalho, assim também, tinha relativamente menor peso os domicílios afeitos ao trabalho autônomo (12,5%), certamente por serem mais adaptados ao limitado meio urbano.

Por último, mas não menos importante, deve-se considerar os perfis intermediários – denominados mistos – entre as quatro formas estilizadas de arranjos domiciliares expressas nos perfis extremos, que compõem a tipologia e representavam pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos fogos analisados. Empregando-se os critérios concebidos em Sawyer et al. (2002: 762), dois tipos de perfis mistos foram concebidos: 1) o primeiro ($MP_{x,y}$) em que considera a predominância das características de um perfil extremo x sobre o outro y ¹²¹; e 2) o segundo ($MSP_{x,y}$) em que se reconhece elevado grau de pertinência de dois perfis extremos x e y , mas que não se pode determinar ao certo, a predominância de um sobre o outro¹²².

A existência e a expressão assumidas pelos tipos mistos podem sugerir as relações de natureza entre os perfis extremos a que se referem. O elevado percentual de domicílios que conciliam características dos perfis de autônomos e assalariados, por exemplo, indica a maior possibilidade de compatibilização entre os dois perfis, ou até mesmo, que alguns domicílios, possivelmente, transitassem entre uma e outra situação, ao longo da sua existência. Por outro lado, a inexistência ou a baixa freqüência de domicílios de perfis mistos entre os dois maiores perfis, referentes aos escravistas e aos camponeses (de apenas

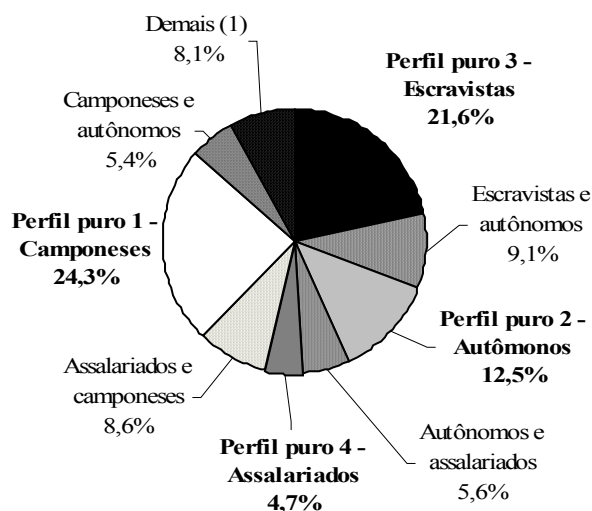
¹²¹ No perfil misto com predominância de x sobre y , incluiria os domicílios cujos graus de pertinências ao perfil extremo x tivessem escores superiores a 60% mas, no máximo, 70% ($0,70 \geq g_x > 0,60$) e os graus de pertinências ao perfil extremo y superiores a 30%, mas que não chegassem a 40% ($0,40 > g_y > 0,30$).

¹²² No perfil misto sem predominância dos de x e y , incluiria os domicílios cujos graus de pertinências aos perfis extremos x e y tivessem escores que variassem, simultaneamente, entre 40% e 60% ($0,60 \geq g_x \geq 0,40$ e $0,60 \geq g_y \geq 0,40$).

três domicílios no tipo MP3,1) sugestiona o antagonismo imanente dessas duas formas de arranjos domiciliares.

Entre os mistos, os tipos com maior frequência de domicílios eram os que conseguiam conciliar características dos escravistas e dos autônomos, com 9,1% do total (MP2,3, com 0,2%; MP3,2, de 2,9%; e MSP2,3, com 6,0%), pelo Gráfico 25. Também respondiam por parcelas expressivas dos domicílios os perfis mistos entre assalariados e camponeses (8,6%), sendo de reduzida representatividade os autônomos e assalariados (5,6%) e camponeses e autônomos (5,4%).

Gráfico 25 – Distribuição dos domicílios segundo perfis puros e mistos – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Inclui MSP3,4, MP3,1; MP3,4; MP4,3 e Amorfos. (Ver Tabela 44).

7.2.3.1 Formas mistas de domicílios entre os escravistas e autônomos

O perfil misto com predominância de escravistas sobre os autônomos (MP3,2) é, por definição, o perfil misto mais próximo do tipo puro dos escravistas e não deveria ser incomum que domicílios que se enquadrassem como escravistas (P3) viessem, com o passar dos anos, a se transformar nessa forma mista, pela morte do chefe, dada a maior longevidade feminina e o padrão de nupcialidade desse segmento social que os dados sugerem. Esse tipo misto respondia por 2,9% dos fogos recenseados e seria, em grande medida, o domicílio da matriarca, assim como o domicílio do perfil puro escravista era a estrutura domiciliar própria do patriarca.

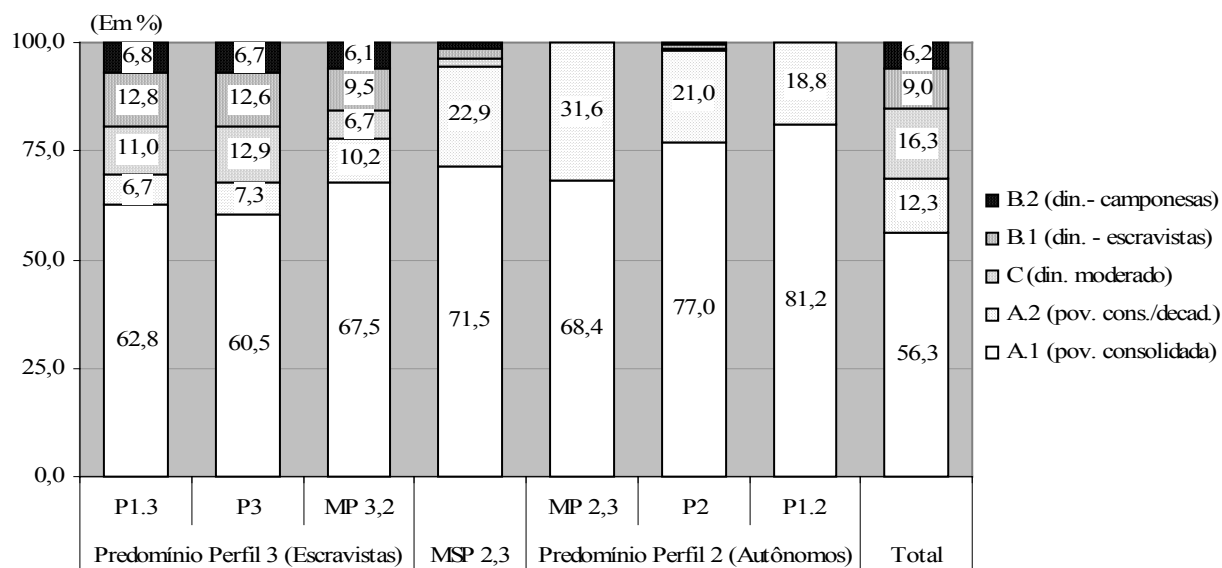
O cognome de domicílio matriarcal, contudo, é parcialmente válido, pois também incluíam no Perfil MP3,2 os poucos proprietários de escravos do sexo masculino (37,5%) que não haviam formado núcleo, pelas características descritas na Tabela 72 (Apêndice, pág. 340). Esses domicílios diferenciavam-se dos demais perfis por ter a segunda maior frequência de chefes viúvos (61,7%) e idade de 50 anos e mais (51,5%). Entre os poucos casados nesse perfil (10,4%), o cônjuge não coabitava o domicílio. Como no perfil puro dos escravistas, os chefes eram, em sua maioria, brancos (75,9%) e, apesar de desacompanhado do cônjuge, seus respectivos domicílios ainda abrigavam considerável número de livres (sendo 47,1%, de 3 a 5 indivíduos), com média de idade maior que o perfil puro.

Provavelmente pelo fato de ter menos crianças, esses fogos tinham razões de dependência menor que o perfil puro dos escravistas. Também era menor a razão de dependência domiciliar de condição, o que se explica: 1) pelo maior número de escravos *vis-à-vis* o perfil puro, dado, provavelmente, ao maior tempo de acumulação e 2) pelo menor número de indivíduos livres ali residentes.

Quanto às evidências que permitem obter indícios sobre o processo de reposição da mão-de-obra escrava, observa-se, de um lado, a menor presença de escravos africanos e uma frequência relativamente maior de pardos, o que sugere o afastamento do reabastecimento pelo tráfico atlântico de escravos. Por outro lado, o menor número tanto de ocorrências de crianças quanto de escravos adultos casados mostra uma suposta despreocupação com a reprodução natural do contingente mancipio. Como consequência, os plantéis de escravos das matriarcas/solteiros eram mais envelhecidos que os dos patriarcas, via de regra.

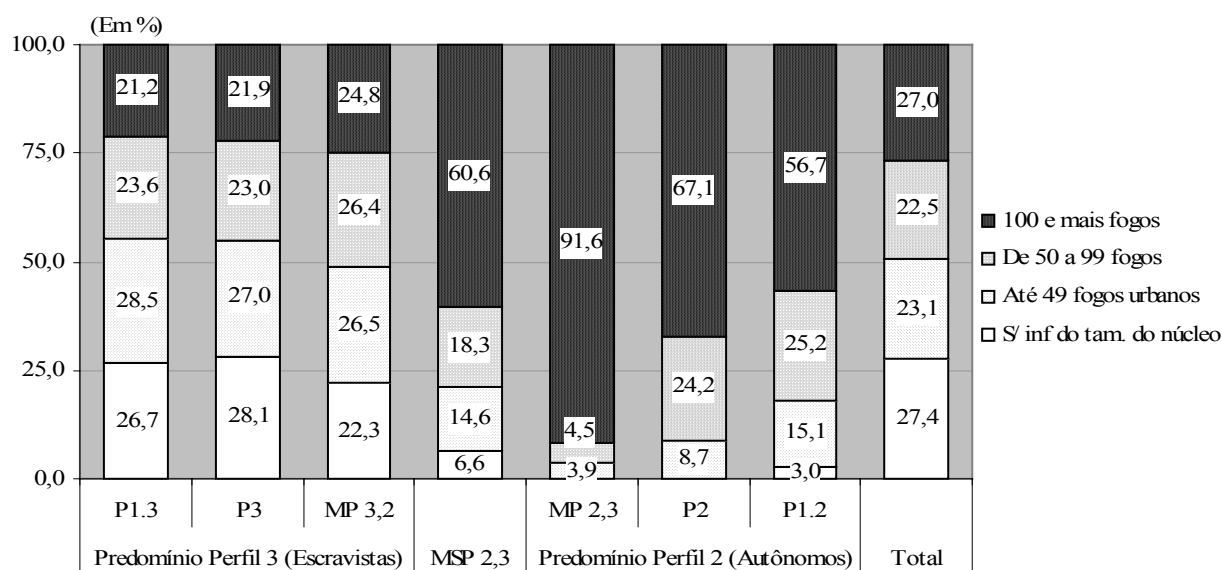
Em relação à distribuição espacial dos domicílios, pelo Gráfico 26, observa-se uma presença moderadamente maior do perfil MP3,2 nos subtipos A.2 e, em especial, no A.1, em detrimento de sua participação nos demais tipos e subtipos regionais, o que implica maior associação desse perfil com as regiões de antigo povoamento e também de maior desenvolvimento econômico. Além disso, constatou-se que esse perfil diferenciava-se do perfil puro dos escravistas, pela concentração relativamente maior nas áreas urbanas, especialmente naquelas com maiores núcleos urbanos (Gráfico 27). Tal mudança sugere, a título de hipótese, que alguns domicílios, ao se deslocarem do perfil puro para o misto MP3,2, experimentavam, também, a locomoção no espaço, com uma migração das áreas mais dinâmicas para as mais povoadas e do rural para o urbano.

Gráfico 26 – Distribuição dos domicílios, por tipo regional, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos de escravistas e autônomos – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 (Ver Tabela 72, pág. 340).

Gráfico 27 – Distribuição dos domicílios, por tamanho do núcleo dos distritos (1), segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos de escravistas e autônomos – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Fusão das frequências das variáveis F04 e F05 (Ver Tabela 72, pág. 340).

Subjacente às mudanças espaciais do perfil puro dos escravistas para o misto MP3,2, o setor de atividade econômica central do domicílio também se transferia, em parte, da agropecuária, comércio e mineração, para os serviços e as atividades manuais e mecânicas

como da tecelagem, ocorrendo em alguns casos, a omissão da informação ocupacional, o que pode ser sintomático da condição de inativo do chefe.

O MSP 2,3 é o segundo perfil misto entre escravistas e autônomos analisado e abarcava cerca do dobro de domicílios da situação anterior (6,0%). No tipo em questão, as diferenças destacadas em relação ao perfil puro dos escravistas se aprofundavam, mas algumas especificidades devem ser destacadas.

Em relação à estrutura e tamanho do domicílio no segmento dos livres, o tipo MSP2,3 lembrava o tipo puro dos autônomos, pela menor dimensão (sendo 42,8% chefes solitários e 20,0% com mais um membro livre) e pela elevada frequência da chefia feminina (71,8%), não branca (47,5%), com mais de 50 anos (62,4%) e solteira (47,4%).

Os setores de atividade centrais desse domicílio, em especial o da indústria têxtil (17,0%) permitem chamá-lo também de autônomo. Mas por residir nos centros urbanos das áreas economicamente mais desenvolvidas, tratavam-se de unidades econômicas com maior capacidade de geração de excedente produtivo *vis-à-vis* os domicílios do tipo puro dos autônomos, dada a posse de escravos. Metade dos seus plantéis eram pequenos, de até três cativos (50,2%) e a maioria não passava de sete escravos (72,3%).

Como seus proprietários, seus escravos eram mais velhos, com menor registro de casos com crianças (24,4%) e elevada frequência com idosos (14,2%). Observou-se em relação ao perfil puro dos escravistas, menor proporção de africanos e maior de pardos, como no perfil anterior. Talvez em decorrência do baixo número de escravos, o que limitava, em alguma medida, as escolhas matrimoniais, tinha-se um número menor de casados.

Por fim, deve-se considerar o perfil MP2,3, que pelas características apresentadas, deveria chamá-lo das idosas inativas urbanas. Trata-se de um grupo reduzido de 155 domicílios, formados por mulheres de cor (100%), de 50 anos e mais (79,4%), composto por viúvas (62,6%) ou solteiras (36,8%), sem a companhia de outros livres (8,5%), mas proprietária de um pequeno plantel de escravos em, pelo menos, 69,0% dos casos. Os demais 31% referiam-se aos domicílios da vila de São João del Rei, cujo censo não contemplou o segmento escravo das unidades domiciliares.

O perfil era notadamente urbano, residente nos grandes centros (91,6%) das áreas de desenvolvimento alto (92,3%) e médio (7,7%). Suas atividades eram próprias desse meio,

com destaque para a fiação e tecelagem (23,2%). A elevada parcela de omissão da informação de ocupação (55,5%) é uma particularidade do grupo e sugere a diminuição do exercício da atividade do chefe, em decorrência, talvez, da sua elevada idade, podendo chegar à inatividade.

7.2.3.2 Formas mistas de domicílios entre os camponeses e assalariados

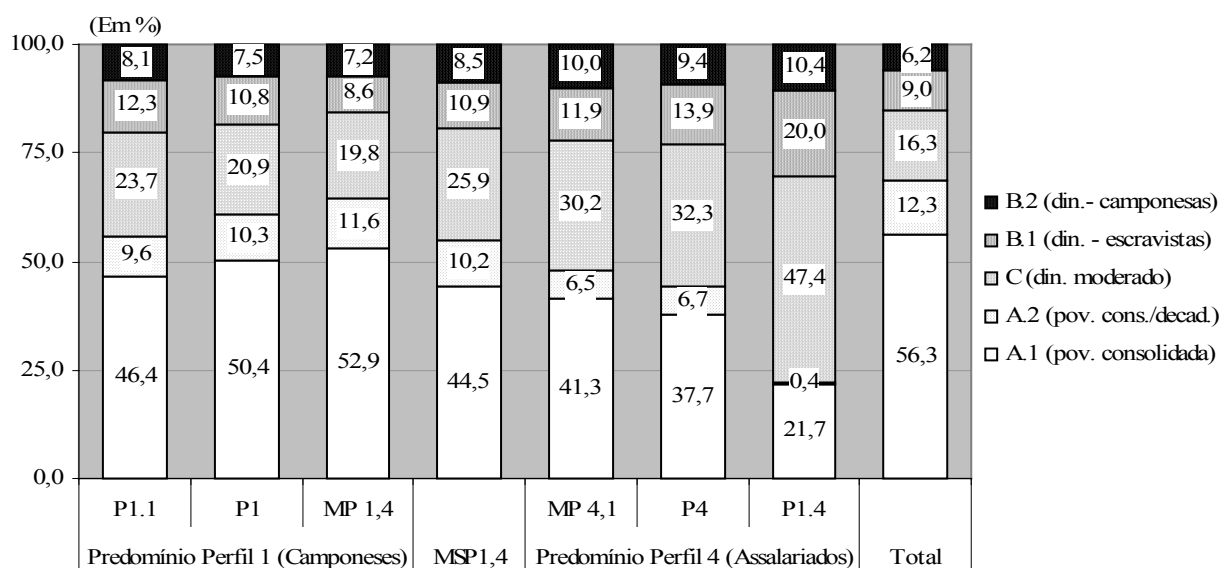
Os perfis que mesclavam características dos camponeses e assalariados respondiam por uma parcela relevante dos domicílios (8,6%). Entre esses perfis, o que mais se aproximava do tipo puro dos camponeses era o MP1,4, que pela descrição na Tabela 72 (Apêndice, pág. 340), poder-se-ia denominar domicílios nucleares camponeses de baixa capacidade em geração de excedente produtivo. Essa referência à menor eficiência produtiva justifica-se pelas idades dos seus chefes, em geral, mais baixa ou mais avançada da média dos chefes camponeses dos domicílios de tipo puro, que por sua vez, estavam, provavelmente, na fase mais produtiva de suas vidas, que seria entre os 30 e 39 anos.

Por terem uma composição de cor e condição semelhantes tanto entre os chefes quanto seus cônjuges, em relação ao tipo puro, é possível que o casal de camponeses, ao longo da sua vida conjugal transitasse pelos tipos MP1,4, para P1 e, novamente, para MP1,4. Em outras palavras, muitos dos domicílios do perfil misto, relativos aos chefes recém-casados, poderiam vir, com o tempo, a assumir a forma do perfil puro dos camponeses, ao constituírem sua prole. A mudança de perfil mais freqüente, porém, parecia ser o caminho inverso, com o egresso dos filhos e o envelhecimento do casal. Via de regra, o domicílio tinha apenas o casal com ou sem mais um membro (27,3% e 26,3%, respectivamente) e não possuía crianças (85,9%).

Observa-se pelo Gráfico 28, que o perfil MP1,4 apresentava-se mais concentrado nas regiões de povoamento mais consolidado (tipo A) do que o perfil puro (64,4% e 55,9%, respectivamente), que por sua vez tinha parcelas maiores ocupando as áreas de dinamismo demográfico moderado e elevado (tipos C e B). Tais evidências sugerem movimentos migratórios desses membros das regiões A para as C e B, na passagem de MP1,4 para P1; e anos mais tarde, um movimento inverso, com a migração de C e B para as regiões A, com o fechamento do ciclo, ao passar de P1 para MP1,4.

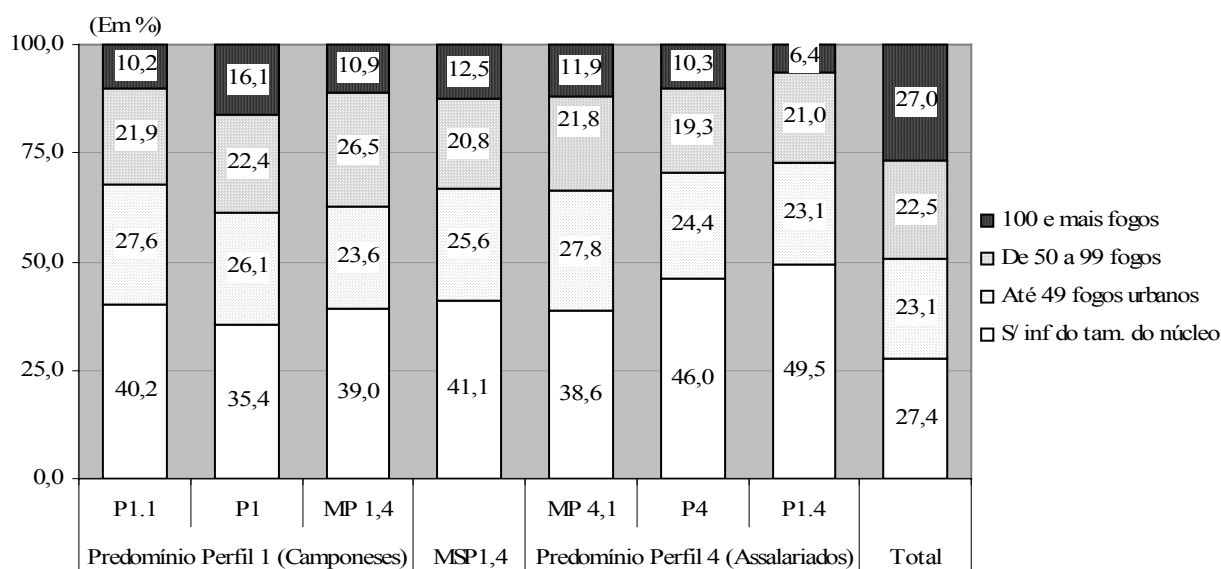
Contudo, tal qual o perfil puro dos camponeses, em relação à localização nos distritos, havia uma elevada identificação desse perfil misto com a área rural e com os distritos com menores núcleos urbanos (Gráfico 29), não ocorrendo nenhum caso na área urbana. O mesmo se mostrava com a estrutura ocupacional, que pareciam muito semelhantes.

Gráfico 28 – Distribuição dos domicílios, por tipo regional, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos de camponeses e assalariados – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 (Ver Tabela 72, pág. 340).

Gráfico 29 – Distribuição dos domicílios, por tamanho do núcleo dos distritos (1), segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos de camponeses e assalariados – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Fusão das frequências das variáveis F04 e F05 (Ver Tabela 72, pág. 340).

O tipo MSP1,4 é um perfil que guarda muitas semelhanças com o perfil misto anterior, mas se diferenciava deste por ter uma parcela ainda maior de chefes jovens, até 29 anos (38,9%), embora coexistisse uma concentração relevante de chefes idosos, de 60 anos e mais (20,6%), o que o caracterizava, também, como um perfil de unidades produtivas de baixa produtividade.

Como no tipo puro dos camponeses, no tipo MSP1,4 havia elevada concentração de chefes pardos (57,1%) e brancos (30,3%), mas, entretanto, crescia a parcela dos pretos (11,5%), o que o aproximava do perfil puro dos assalariados. A maioria dos domicílios do tipo MSP1,4 eram constituídos por apenas duas pessoas (60,2%), o que refletia a sua constituição nuclear (97,5%) e sem crianças (94,9%), dado o fato de se tratar de um casal muito jovem ou mais velho.

Em relação à distribuição espacial, havia uma proporção maior desses domicílios nos tipos regionais dinâmicos, em termos populacionais (tipo B, de 19,4%), e, em especial, nos moderadamente dinâmicos (tipo C, de 25,9%) mostrando uma maior identificação com o perfil dos assalariados (Gráfico 28). Quanto a situação do domicílio do perfil MSP1,4, como nos perfis puros dos camponeses e assalariados, prevalecia localização rural, sobretudo nos distritos de pequenos núcleos urbanos (Gráfico 29).

O perfil misto mais identificado com os assalariados (MP4,1) poderia ser denominado como domicílio nuclear jovem. Os chefes, na maioria dos casos, tinham até 39 anos (49,8%), eram casados (97,6%) e os domicílios tinham apenas dois membros (82,0%). Refletindo a proximidade com o perfil dos assalariados (e a menor similitude com os camponeses), os assalariados jovens tinham uma parcela maior de pretos (16,4%) e menor de brancos (14,5%).

Assim como a transição da situação dos camponeses para a dos assalariados pressupunha a diminuição de recursos, no aspecto locacional, essa mudança também implicava o deslocamento das regiões de alto e médio para as de baixo desenvolvimento econômico. Assim, a proporção de domicílios MP4,1 nas regiões de baixo desenvolvimento era maior do que para os perfis mistos com mais características dos camponeses. Tais regiões, no aspecto do dinamismo demográfico, correspondiam às de tipo C e, em menor grau, do tipo B (Gráfico 28).

As características ocupacionais dos chefes espelhavam a natureza essencialmente rural desses domicílios, dada a elevada proporção de agropecuaristas (56,2%). Contudo, também era representativa a parcela dos chefes declarados como inseridos no agregado das “demais” atividades (14,1%), das quais se sobressai o segmento dos indivíduos declarados como assalariados.

7.2.3.3 Formas mistas de domicílios entre os autônomos e assalariados

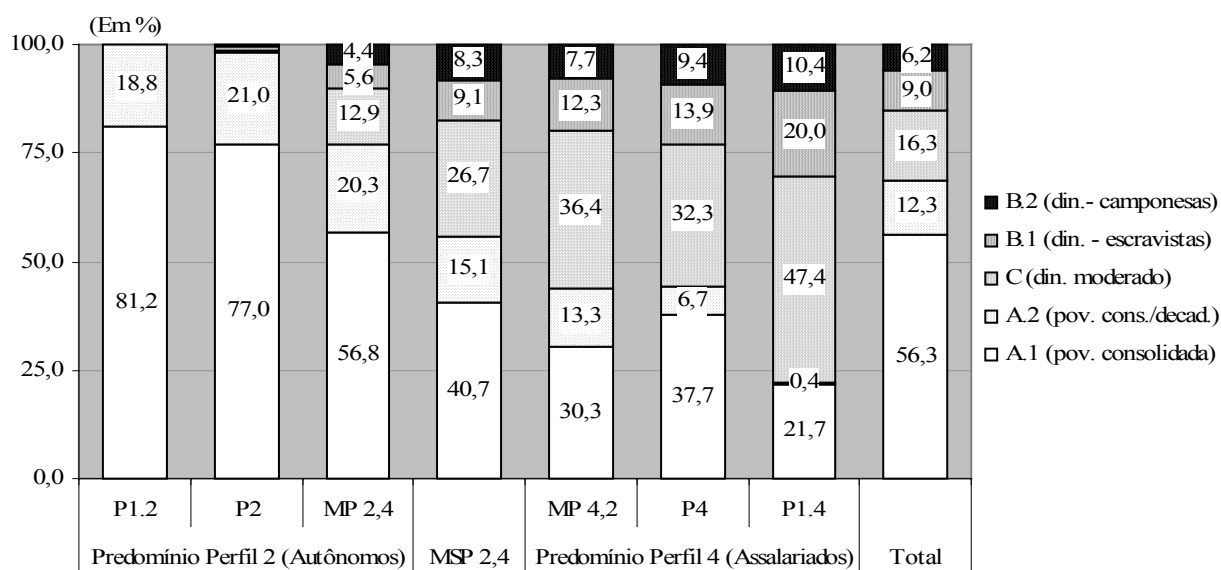
Os perfis mistos entre autônomos e assalariados representavam 5,6% dos domicílios analisados. Mais do que sugerir meras formas intermediárias ou fases de transição entre um e outro tipo puro, esses perfis mistos parecem apontar formas idiossincráticas de coexistência de atributos das duas formas de inserção na atividade produtiva investigadas aqui.

Os chefes dos domicílios autônomos suburbanos (MP2,4) tinham um perfil semelhante ao dos autônomos puros, a não ser pela proporção ligeiramente maior de brancos e pardos (e menor de pretos) e pelo aumento da parcela de chefes do sexo masculino (41,3%). Tal como os autônomos puros, eram domicílios menores, com número de membros, em geral, não superior a três pessoas (90,2%), sem crianças (98,2%), com idade média mais elevada.

Diferentemente dos autônomos puros, a parcela dos autônomos suburbanos localizada nas áreas dinâmicas (tipo B) e moderadamente dinâmicas (tipo C) tinham representatividade, embora a proporção de domicílios nas áreas de povoamento mais consolidado fosse acima da média (Gráfico 30). Pelas evidências apresentadas, apenas $\frac{1}{4}$ dos domicílios eram urbanos, mas mesmo nos casos em que eram rurais, eram mais freqüentes nos distritos com grandes núcleos urbanos, o que sugere a vinculação da sua inserção econômica com as funções urbanas (Gráfico 31).

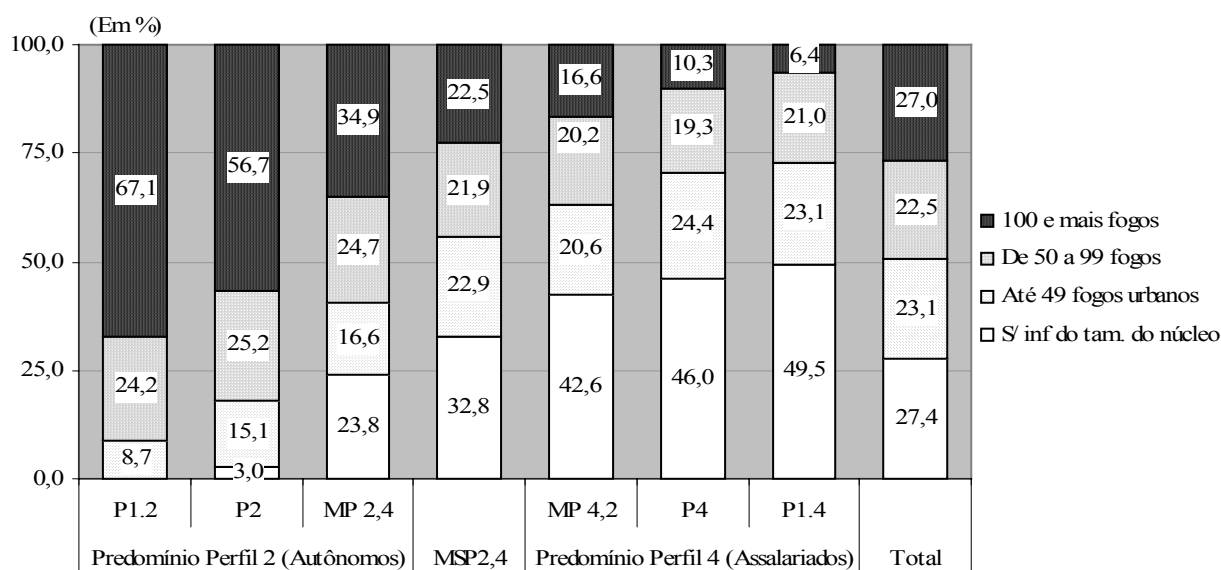
Em consonância com o meio onde situavam e a própria inserção produtiva de autônomos, desempenhavam atividades de artesãos, como do segmento têxtil (22,3%) e urbanos (11,7%). Em comparação ao perfil puro dos autônomos, era maior a proporção de chefes desse perfil misto ocupado nos serviços (5,1%), mineração (6,3%), comércio (6,3%), agricultura (15,7%). A parcela de chefes incluída no agregado das demais atividades também era maior (11,5%), como reflexo da maior freqüência de chefes declarados como assalariados.

Gráfico 30 – Distribuição dos domicílios, por tipo regional, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos de autônomos e assalariados – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 (Ver Tabela 72, pág. 340).

Gráfico 31 – Distribuição dos domicílios, por tamanho do núcleo dos distritos (1), segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos de autônomos e assalariados – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Fusão das frequências das variáveis F04 e F05 (Ver Tabela 72, pág. 340).

Os domicílios autônomos rurais (MSP2,4) eram chefiados por mulheres em cerca de metade dos casos (51,9%) e tinham uma parcela de brancos (19,0%) superior aos tipos puros de autônomos e assalariados, embora prevalecesse os de cor parda (57,3%). A idade do chefe, tal como os autônomos puros, tendia a ser mais avançada. Muitos domicílios

eram formados apenas pelos seus chefes (42,8%), quando não, coabitado por mais uma ou duas pessoas (46,9%), sem que houvesse, contudo, união conjugal, o que reflete, também, a quase completa ausência de crianças.

Diferentemente dos domicílios de autônomos puros, o perfil misto dos autônomos rurais localizavam-se relativamente mais nas regiões de médio desenvolvimento (40,7%) e com maior incidência nas de baixo desenvolvimento (23,2%), o que os aproximava do perfil puro dos assalariados.

Contudo, a elevada concentração (55,9%) nas regiões de povoamento mais consolidado (tipo A) fortalecia a identificação desse perfil misto com o tipo dos autônomos puros. Apesar de somente 10,0% de esses domicílios estarem situados nas áreas urbanas, havia, por certo, alguma relação dessas unidades com a vida urbana, dado que parcela expressiva era encontrada em distritos com núcleos de 50 ou mais fogos (44,4%) e pelo fato de apenas 25,1% dos chefes terem sido declarados como ocupados em atividades agropastoris.

Os domicílios denominados assalariados artífices (MP2,4) continham atributos pessoais dos seus chefes muito semelhantes aos dos domicílios assalariados puros, salvo a exceção de serem solteiros ou viúvos na sua maioria (82,3%) e pela maior proporção de pardos, em detrimento da parcela de pretos. Também se aproximavam dos assalariados puros pela dimensão dessas unidades, quase sempre com menos de três pessoas (89,1%), com seus membros de idade superior a 9 anos (99,9%).

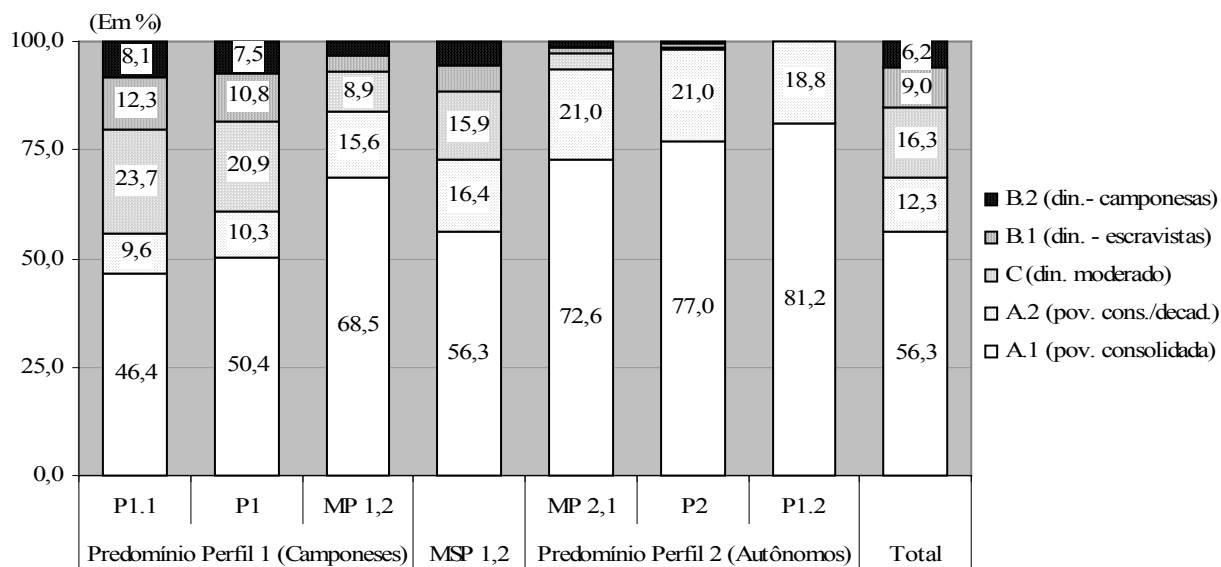
Em relação aos atributos locacionais, a similaridade com o perfil puro dos assalariados era elevada, embora tendesse a se aproximar do perfil dos autônomos por apresentar uma parcela ligeiramente maior de domicílios urbanos que entre os assalariados e, também, por conter chefes declarados como artífices ou entregues às atividades em ramos dos serviços.

7.2.3.4 Formas mistas de domicílios entre os camponeses e autônomos

Os domicílios nucleares de artífices urbanos, faiscadores, pequenos comerciantes e sitiantes (MP1,2) apresentavam um perfil dos indivíduos membros muito semelhante com os dos camponeses puros. As diferenças residiam, sobretudo, na maior presença de pretos (26,9%), de casados sem cônjuge coabitando o domicílio (21,7%) e maior ocorrência de pretos com pardos convivendo no mesmo domicílio (8,8%).

Contudo, o que mais distanciava esse perfil misto do camponês e o aproximava do perfil dos autônomos eram as características locais. Tais domicílios, pelo Gráfico 32, situavam-se com maior frequência, nas regiões demograficamente menos dinâmicas (tipo A), principalmente nas áreas urbanas dos distritos de maior centralidade e com núcleos urbanos maiores (Gráfico 33).

Gráfico 32 – Distribuição dos domicílios, por tipo regional, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos de camponeses e autônomos – Minas Gerais – Década de 1830



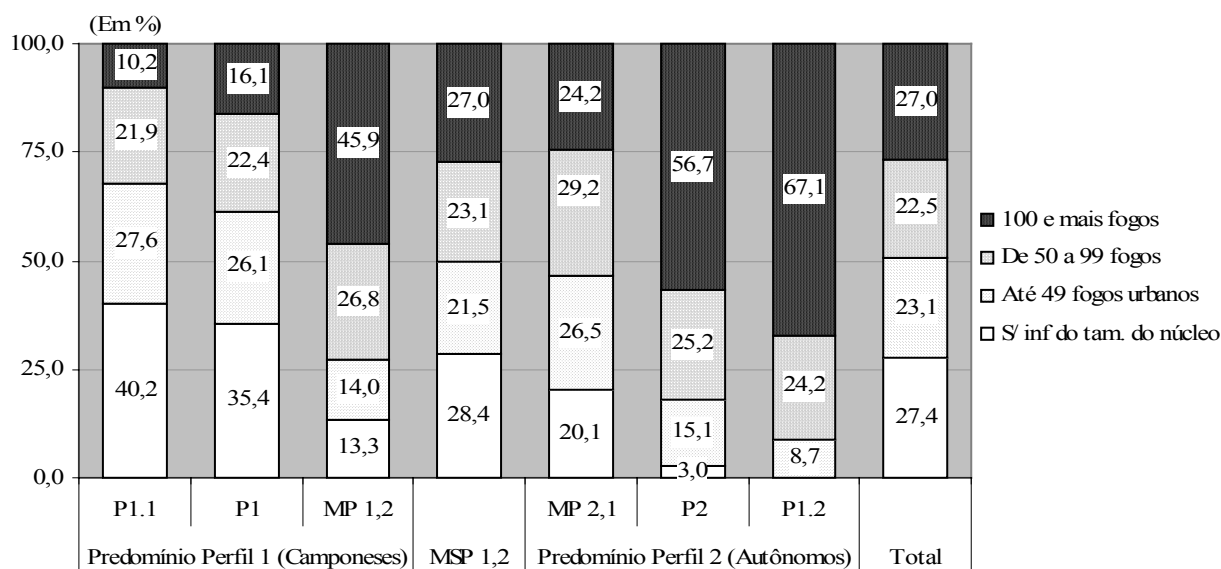
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 (Ver Tabela 72, pág. 340).

Uma das mais importantes peculiaridades do perfil misto MP1,2 era a de apresentar, entre os demais perfis puros e mistos, as maiores frequências de chefes ocupados na mineração (6,8%) – denominados fiscadores – e em atividades manuais e mecânicas nos segmentos urbanos (14,2%) e no agregado “outros” (9,9%), que inclui operários em metais e carpinteiros. Também eram elevadas as ocorrências de comerciantes (8,8%) e de agricultores e criadores (33,6%). Em relação a este último setor, a relação que esse perfil estabelecia com os núcleos sugere que se tratasse das chácaras e sítios localizados no entorno dos centros urbanos.

Os domicílios de artífices urbanos, têxteis e sitiantes (MSP1,2) caracterizavam-se por conter características que ora se assemelhavam ao camponês puro, ora ao autônomo, dado que comportava casos de domicílios estruturados por um núcleo e suas crianças, tal como o dos camponeses e exemplos de domicílios sem núcleos, formados por mulheres adultas, quase sempre com quatro ou mais pessoas (74,9%). Com isso, era um perfil com elevada

presença tanto de crianças quanto de idosos, o que resultava em domicílios com elevadas razões de dependência.

Gráfico 33 – Distribuição dos domicílios, por tamanho do núcleo dos distritos (1), segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos de camponeses e autônomos – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Fusão das frequências das variáveis F04 e F05 (Ver Tabela 72, pág. 340).

Esse perfil particularizava-se pela escassa relação entre as atividades econômicas dos seus chefes e a sua inserção locacional, uma vez que eram domicílios, em geral, não urbanos (70,3%) com atividades eminentemente urbanas, ou ao menos, pouco afeitas ao ambiente rural. Ainda mais, quando situados no rural, a maior incidência ocorria nos distritos de menores povoados.

O domicílio dos artífices rurais (MP2,1), pelas suas descrições, notabilizava-se pela chefia feminina (84,3%), via de regra, com menos de 50 anos (74,7%) e quase todos os chefes não formavam núcleo conjugal (99,7%). Apesar de relativamente mais novos, muitos desses chefes eram viúvos (40,0%) e, apesar de não terem cônjuges, tratavam-se de domicílios com presença de crianças (93,4%), com três ou mais membros (98,3%). Diferenciavam-se, também, dos autônomos puros pela menor frequência de pretos (11,7%) e pela maior parcela de pardos (60,8%) e brancos (24,9%).

Na questão locacional, o perfil MP2,1, como os autônomos puros, eram mais encontrados nas regiões de alto e médio desenvolvimento e naquelas de povoamento mais antigo (tipo A), mas aproximava-se do camponês por estarem preferencialmente nas áreas não urbanas

(82,4%) e dedicavam-se, particularmente, às atividades de fiação e tecelagem (40,3%) ou relacionadas ao cultivo e criação (19,1%).

7.3 Arranjos domiciliares e segmentos sociais e espaciais

A análise da conformação dos tipos puros e mistos, vista no item anterior, já sugeria a distribuição dos domicílios por segmentos sociais e espaciais. Cumpre lembrar que os atributos sociais e espaciais serviram como insumos para o experimento que originou os próprios tipos domiciliares. Entretanto, na medida em que esses grupos eram de diferentes tamanhos, por comportar números distintos de domicílios, vale aqui explicitar esse ponto.

Quanto aos sexos, observou-se que os fogos sob chefia masculina dividiam-se, sobretudo, entre os tipos camponeses (P1, em 32,9%) e os escravistas (P3, em 28,5%), embora tivesse também expressão, os domicílios que combinavam características dos camponeses e assalariados (11,6%), pela Tabela 45. Entre os domicílios sob chefia feminina, 40,2% referiam-se a domicílios de autônomos (P2) e outros 24,1% correspondiam com domicílios que mesclavam aspectos dos autônomos com escravistas.

Em relação à cor do chefe, a grande maioria dos domicílios chefiados por brancos era escravista (54,0%), sendo estes puros (40,6%) ou mistos com autônomos (13,4%). Os camponeses (21,7%) era o outro tipo que identificava parte expressiva desses domicílios. Entre os fogos de chefia parda, havia uma grande diversidade de perfis, mas com alguma prevalência dos camponeses (29,7%) e dos autônomos (14,7%). Por fim, os domicílios de chefes pretos enquadravam-se, sobretudo, nos perfis puros de autônomos (30,2%) e assalariados (P4, em 13,4%) e nas formas mistas de ambos (11,4%).

Considerando os níveis de desenvolvimento econômico regionais, tinha-se que a maioria dos domicílios situados nas regiões de alto desenvolvimento identificava-se com os escravistas (22,1%), com os autônomos (20,6%) e com a forma mista de ambos (13,9%). Nas regiões de médio desenvolvimento, os tipos de domicílio predominantes dividiam-se, sobretudo, entre os camponeses (31,3%) e os escravistas (22,8%), ao passo que nas regiões de baixo desenvolvimento, prevaleciam os domicílios cujas características se aproximavam dos perfis camponeses e/ou assalariados (52,2%), ainda que os escravistas ainda tivessem peso nessas regiões (16,8%).

Tabela 45 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo segmentos sociais e espaciais – Minas Gerais – Década de 1830

		(Em %)										
Atributos pesquisados	Categorias	Total		Perfis puros				Perfis mistos				Demais
		N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4	De 1 e 2	
Total		84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
Sexo do chefe	Masculino	62.624	100,0	32,9	2,8	28,5	6,0	3,8	11,6	3,7	3,5	7,2
	Feminino	22.186	100,0	0,2	40,2	2,2	0,9	24,1	0,0	10,8	11,0	10,5
Cor do chefe	Branco	33.695	100,0	21,7	4,7	40,6	1,5	13,4	6,5	2,4	3,5	5,7
	Preto	10.356	100,0	11,4	30,2	3,0	13,4	4,7	7,9	11,4	6,4	11,7
	Pardo	39.715	100,0	29,7	14,7	10,6	5,2	6,6	10,5	6,9	6,7	9,0
	S/inf	1.044	100,0	34,3	7,9	14,3	0,8	8,0	9,8	0,1	11,7	13,3
Posse de escravos	Sem escravos	57.159	100,0	36,1	18,6	0,0	7,0	0,0	12,7	8,3	8,1	9,2
	Escravista	26.449	100,0	0,0	0,0	67,7	0,0	26,4	0,0	0,0	0,0	6,0
	S/inf.	1.202	100,0	0,0	0,0	37,5	0,0	61,6	0,0	0,0	0,0	0,9
Nível de desenvolvimento regional	Alto	42.020	100,0	17,7	20,6	22,1	3,0	13,9	5,8	4,7	6,0	6,2
	Médio	31.228	100,0	31,3	6,2	22,8	5,0	5,2	10,7	5,6	5,3	7,8
	Baixo	11.562	100,0	29,3	0,4	16,8	10,1	2,1	12,8	8,9	3,7	15,9
Área de localização do domicílio	Área urbana	17.717	100,0	9,4	32,7	17,4	0,5	17,8	0,0	3,7	8,9	9,6
	Área rural	43.823	100,0	26,6	10,4	23,1	4,7	8,4	9,9	5,8	4,5	6,6
	S/ inf.	23.270	100,0	31,4	1,4	22,2	7,9	3,8	12,5	6,6	4,6	9,7
Tipo regional	A (pop. consolidada)	58.184	100,0	21,5	17,9	21,4	3,0	11,8	7,0	4,8	6,4	6,1
	C (din. moderado)	13.792	100,0	31,3	0,6	17,1	9,3	2,0	13,2	8,5	3,8	14,1
	B (dinâmicas)	12.834	100,0	29,5	1,0	27,7	7,2	4,4	10,7	5,8	3,0	10,7

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Como já tratado em outros momentos do texto, as diferenças de domicílios entre o campo e a cidade eram muito nítidas, sendo que nesta, 67,9% dos domicílios vinculavam-se com o perfil dos autônomos (32,7%), escravistas (17,4%) e nos perfis mistos de ambos (17,8%). Nas áreas rurais, as unidades domiciliares segmentavam-se entre camponeses (26,6%) e escravistas (23,8%), sendo que nos distritos sem informação de segmentação entre o urbano e rural – que contudo, mantinha características mais rurais – prevaleciam os domicílios camponeses (31,4%), embora fosse ainda muito expressivo o peso dos escravistas (22,2%).

Na análise das regiões segundo o nível de dinamismo demográfico, notou-se nas regiões mais populosas e de menor crescimento populacional (tipo A) uma divisão mais harmônica entre domicílios puros camponeses (21,5%), escravistas (21,4%) e autônomos (17,9%). Esse equilíbrio, nas regiões de crescimento mais acelerado, se desfaz, com a redução da importância dos autônomos e crescimento das parcelas dos domicílios mais identificados com os camponeses, sobretudo no tipo C (31,3%), e de escravistas, em especial, no tipo B (27,7%).

Em busca de um detalhamento espacial maior, para além dos agrupamentos regionais, como os de níveis de desenvolvimento e de dinâmica demográfica, procurou-se exprimir as

particularidades regionais e locais sobre a composição domiciliar por mapas que apontassem as proporções de cada perfil aos níveis regionais e distritais. Visando maior clareza, restringiu-se a representação gráfica de distritos aos casos que contivessem ou peso muito baixo, ou muito elevado dos perfis domiciliares tratados¹²³.

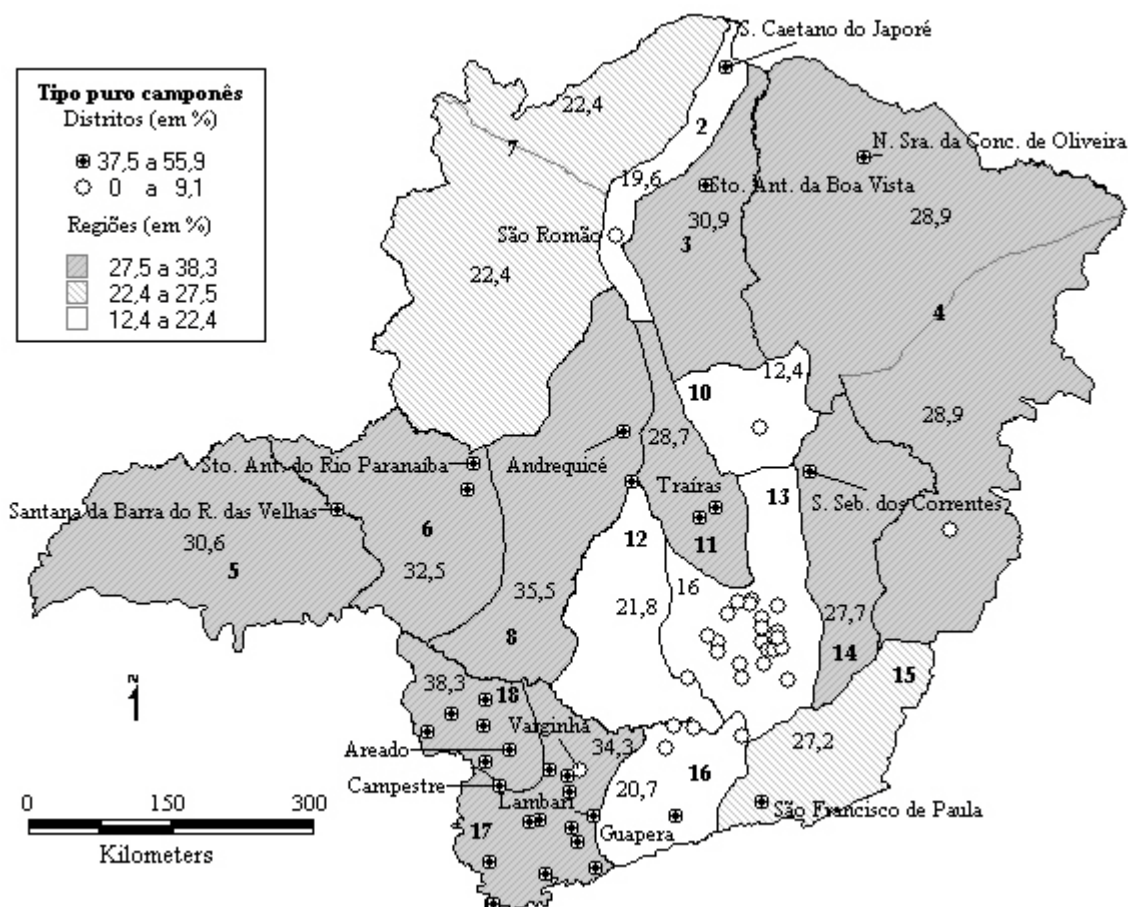
Pelo Mapa 27, as regiões do Sudoeste e Sertão do Alto São Francisco detinham as concentrações mais elevadas de domicílios camponeses (38,3% e 35,5%, respectivamente) devido às elevadas parcelas desses domicílios em distritos como Areado (54,4%) e Andrequicé (40,3%). Tais regiões representavam o paroxismo das características camponesas dos domicílios dos espaços no entorno das regiões de povoamento mais antigo.

Em algumas regiões era mais perceptível a heterogeneidade interna, como a Sul-Central, que teria distritos mais urbanizados, de povoamento mais antigo e com baixo número de fogos camponeses – como Varginha (0,8%) e Campanha (22,5%) – coexistindo com vários distritos grande concentração de domicílios camponeses, como Lambari (42,5%) e Campestre (43,6%). Ao lado dessa região, Sudeste também continha uma heterogeneidade interna e parecia dividida entre o norte (mais urbano e escravista) e o sul, mais camponês (como distritos como Guapera, onde 43,4% dos domicílios eram camponeses).

As regiões com elevada parcela de domicílios autônomos coincidiam com aquelas pertencentes ao tipo A (mais povoadas e de crescimento menor), com destaque para Diamantina (26,3%) e Mineradora Central Oeste (26,1%), pelo Mapa 28. Nesta última região, muitos distritos se destacavam por possuir as maiores concentrações de domicílios de autônomos da Província, como o distrito da própria capital de Minas Gerais, Ouro Preto (44,0%) e a sede do bispado de Mariana (42,4%). Entretanto, os pequenos distritos próximos aos grandes centros urbanos eram os que tinham concentrações de fogos autônomos ainda maiores, como Morro de Santana (próximo a Ouro Preto, com 46,9%), Passagem de Marina (48,6%) e Arraial Velho (próximo a Sabará, com 53,5%).

¹²³ Conquanto o número de distritos recenseados correspondesse a 313, foram destacados, nos mapas, apenas aqueles distritos que representassem os 10% dos casos com proporção mais elevada dos perfis domiciliares, e, também, os 10% dos que apresentassem menores parcelas dos perfis em questão. Dessa forma os mapas teriam, cada um, a representação de cerca de 60 distritos.

Mapa 27 – Parcela de domicílios camponeses (tipo puro P1) – Minas Gerais – Década de 1830



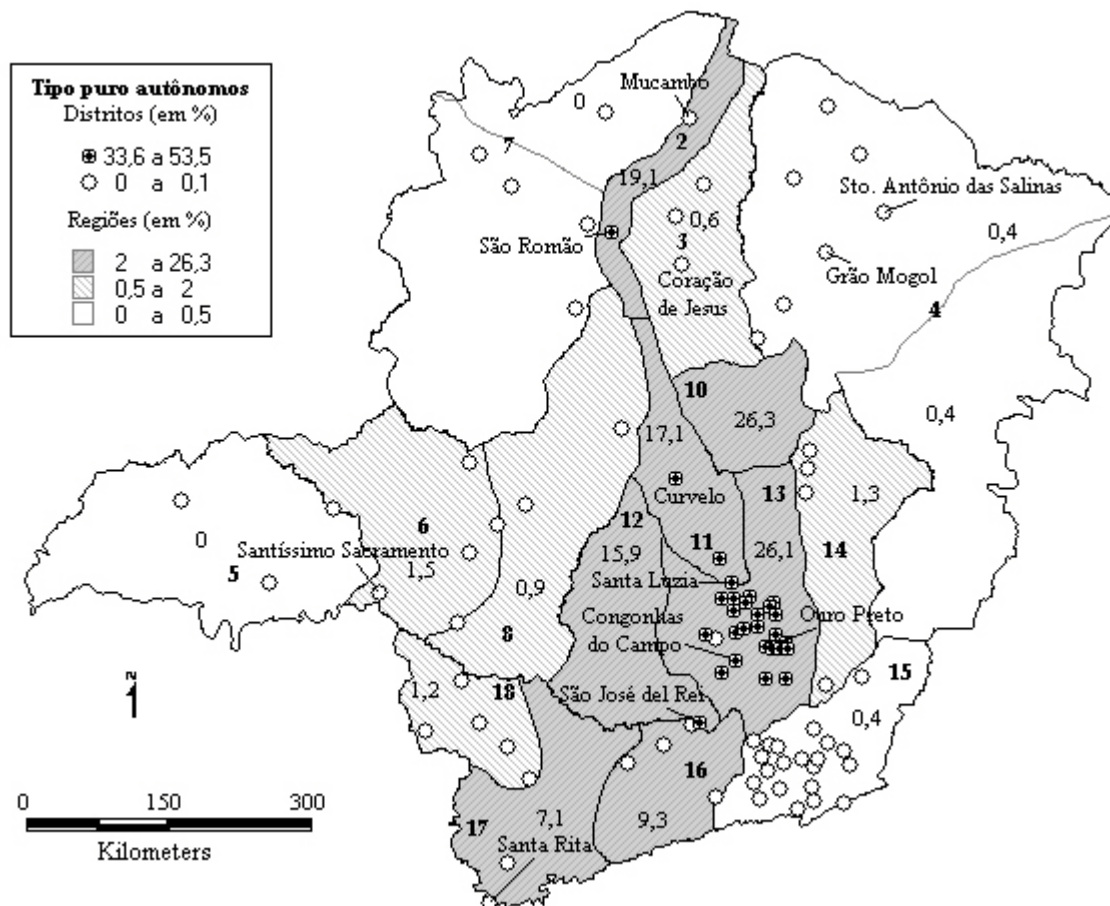
Regiões: 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. **Distritos:** ver Tabela 73 (pág. 349).

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Além das fronteiras das regiões do tipo A, havia um percentual muito baixo de domicílios autônomos, principalmente na região da Mata, que possuía vários distritos em que simplesmente inexistiam domicílios com esse perfil.

Os domicílios escravistas ocupavam parcelas mais representativas nas porções sul e central da província de Minas Gerais, como se observa pelo Mapa 29, chegando a responder por 35,2% dos fogos existentes no Triângulo. Na Mata, segunda maior concentração de escravistas, esse percentual era de 32,5%, com muitos distritos tendo percentagens muito elevadas em relação à média provincial, como Mercês do Cágado (atual Mar de Espanha, com 55,6%), Juiz de Fora (44,1%) e S. Seb. do Feijão Cru (atual Leopoldina, com 46,7%).

Mapa 28 – Parcela de domicílios de autônomos (tipo puro P2) – Minas Gerais – Década de 1830

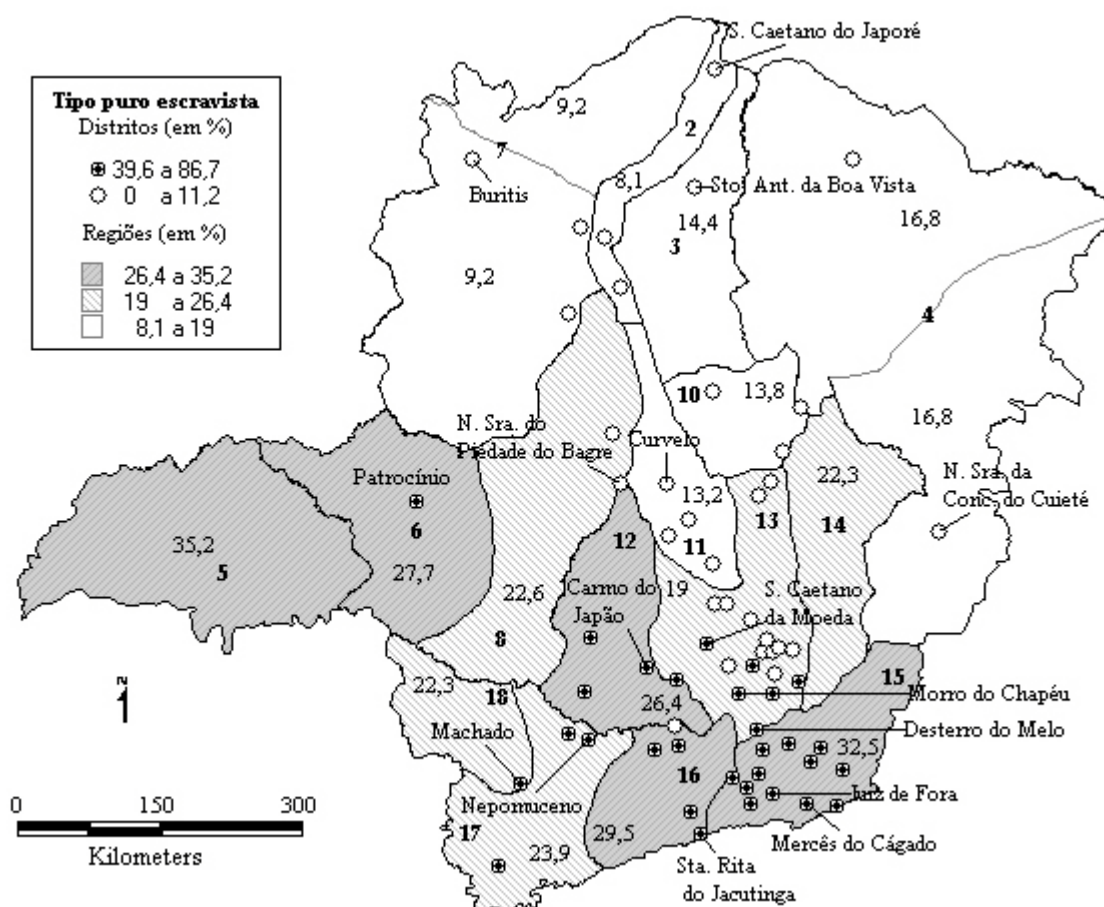


Regiões: 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. **Distritos:** ver Tabela 73 (pág. 349).

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Entre o grupo de regiões do tipo A, eram mais elevadas as proporções de domicílios escravistas na Intermediária Pitangui-Tamanduá (26,4%) e no Sudeste (29,5%). A Mineradora Central Oeste, por sua vez, não tinha parcela de fogos escravistas muito elevada (19,0%), embora possuísse distritos com alta concentração dessas unidades, sobretudo na sua porção meridional, como São Caetano da Moeda, pequeno lugarejo com 86,7% dos domicílios escravistas, Morro do Chapéu (41,0%) e Desterro do Melo (46,5%).

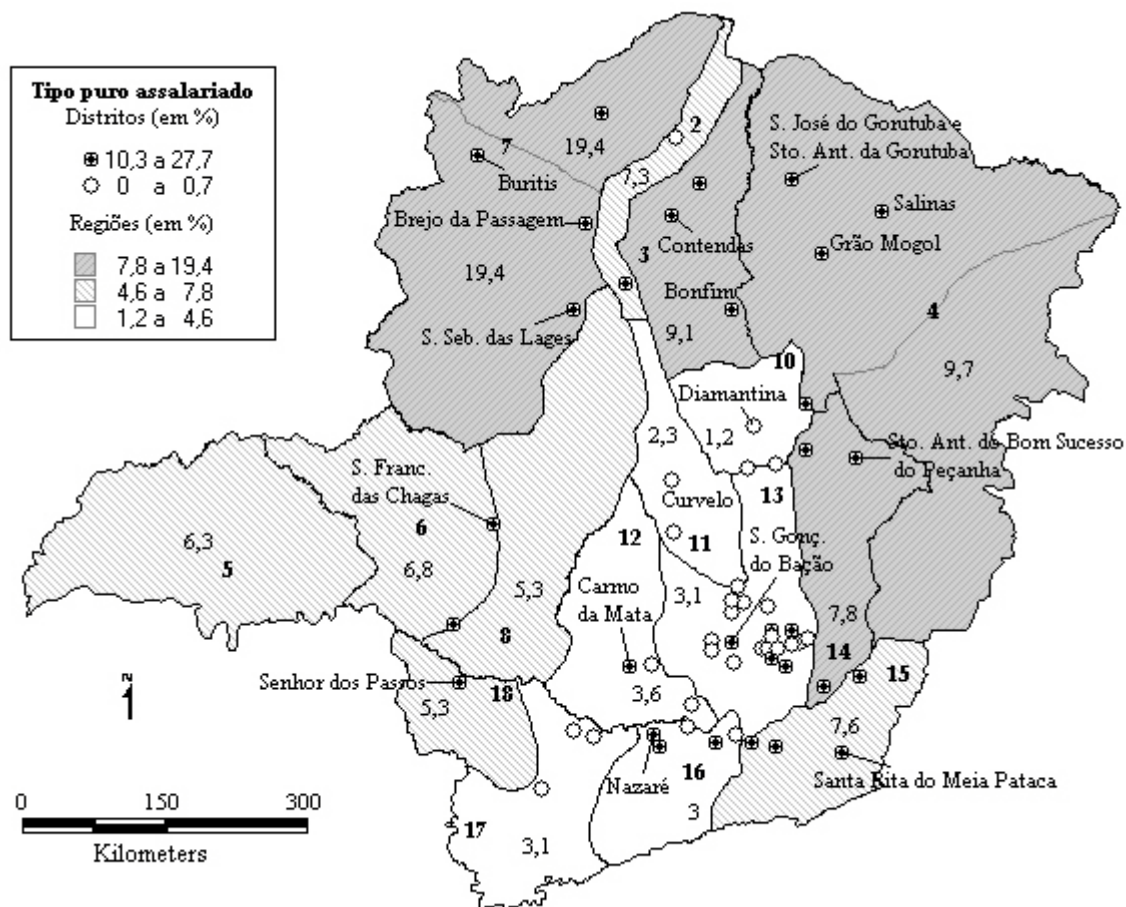
Mapa 29 – Parcela de domicílios de escravistas (tipo puro P3) – Minas Gerais – Década de 1830



Regiões: 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. **Distritos:** ver Tabela 73 (pág. 349).
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Da mesma forma que os domicílios escravistas tinham maior predominância nas localidades localizadas mais ao sul de Minas Gerais, assim, os assalariados a tinham nas porções setentrionais da Província, em especial, nas regiões de Paracatu e Extremo Noroeste (19,4%); Minas Novas e Sertão do Rio Doce (9,7%), o que refletia os elevados percentuais de assalariados em distritos como S. Seb. das Lages (25,2%), Brejo da Passagem (27,7%) e Grão Mogol (20,6%), pelo Mapa 30.

Mapa 30 – Parcela de domicílios de assalariados (tipo puro P4) – Minas Gerais – Década de 1830

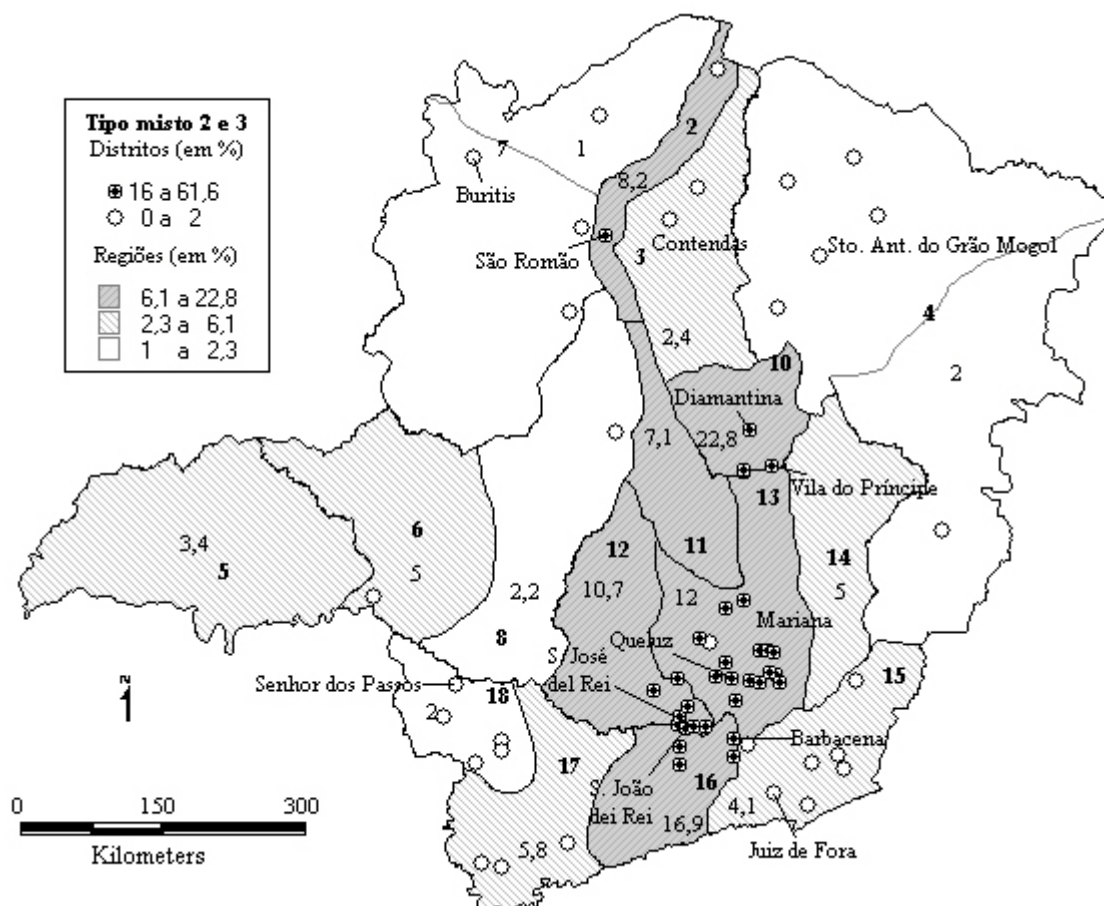


Regiões: 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. **Distritos:** ver Tabela 73 (pág. 349).
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Os perfis mistos entre os autônomos e os escravistas eram formas particulares de domicílios mais encontrados nos distritos mais urbanizados, em grande parte localizados em uma pequena área localizada entre a cidade de Mariana (25,3%) e as vilas de São João del Rei (61,6%) e Barbacena (17,8%), passando pelas vilas de Queluz (18,6%) e São José del Rei (16,1%), limite entre as regiões da Mineradora Central Oeste, Sudeste e Intermediária de Pitangui-Tamanduá (Mapa 31).

Contudo era a região de Diamantina que detinha parcela maior de domicílios com esse perfil (22,8%), refletindo as elevadas concentrações desses domicílios, sobretudo, na própria vila de Diamantina (34,9%) e também em vila do Príncipe (16,6%). Mais ao norte, no Vale do Alto Médio Rio São Francisco, o distrito ribeirinho da vila de São Romão também se destacava pela maior parcela de fogos com esse perfil (16,4%).

Mapa 31 – Parcela de domicílios mistos entre autônomos e escravistas – Minas Gerais – Década de 1830



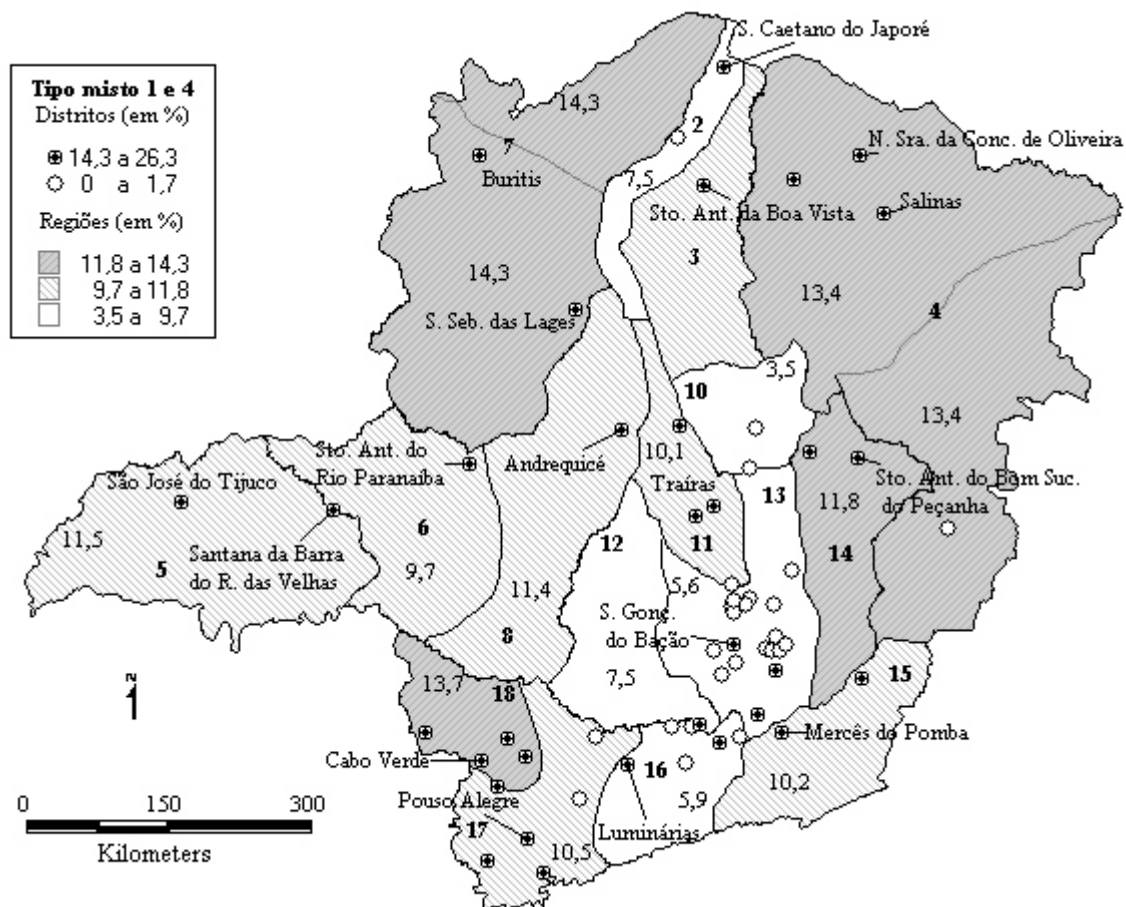
Os tipos mistos entre os autônomos e assalariados, talvez por constituírem fases de transição com as formas puras de um e de outro, guardavam uma identificação espacial estreita com estes últimos e, assim, possuíam maior representatividade nas regiões de crescimento demográfico mais rápido, quase sempre fora dos limites do tipo A, como mostra o Mapa 32.

Em especial, os fogos com esse perfil misto eram mais frequentes nas regiões de Paracatu e

Extremo Noroeste (14,3%), Sudoeste (13,7%), Minas Novas e Sertão do Rio Doce (13,4%) e Mineradora Central Leste (11,8%), em decorrência do fato de conterem distritos de elevadas parcelas com esse perfil, como Buritis (17,4%), Cabo Verde (15,9%), Salinas (21,0%).

Em especial, os fogos com esse perfil misto eram mais frequentes nas regiões de Paracatu e Extremo Noroeste (14,3%), Sudoeste (13,7%), Minas Novas e Sertão do Rio Doce (13,4%) e Mineradora Central Leste (11,8%), em decorrência do fato de conterem distritos de elevadas parcelas com esse perfil, como Buritis (17,4%), Cabo Verde (15,9%), Salinas (21,0%).

Mapa 32 – Parcela de domicílios mistos entre camponeses e assalariados – Minas Gerais – Década de 1830



Regiões: 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. **Distritos:** ver Tabela 73 (pág. 349).

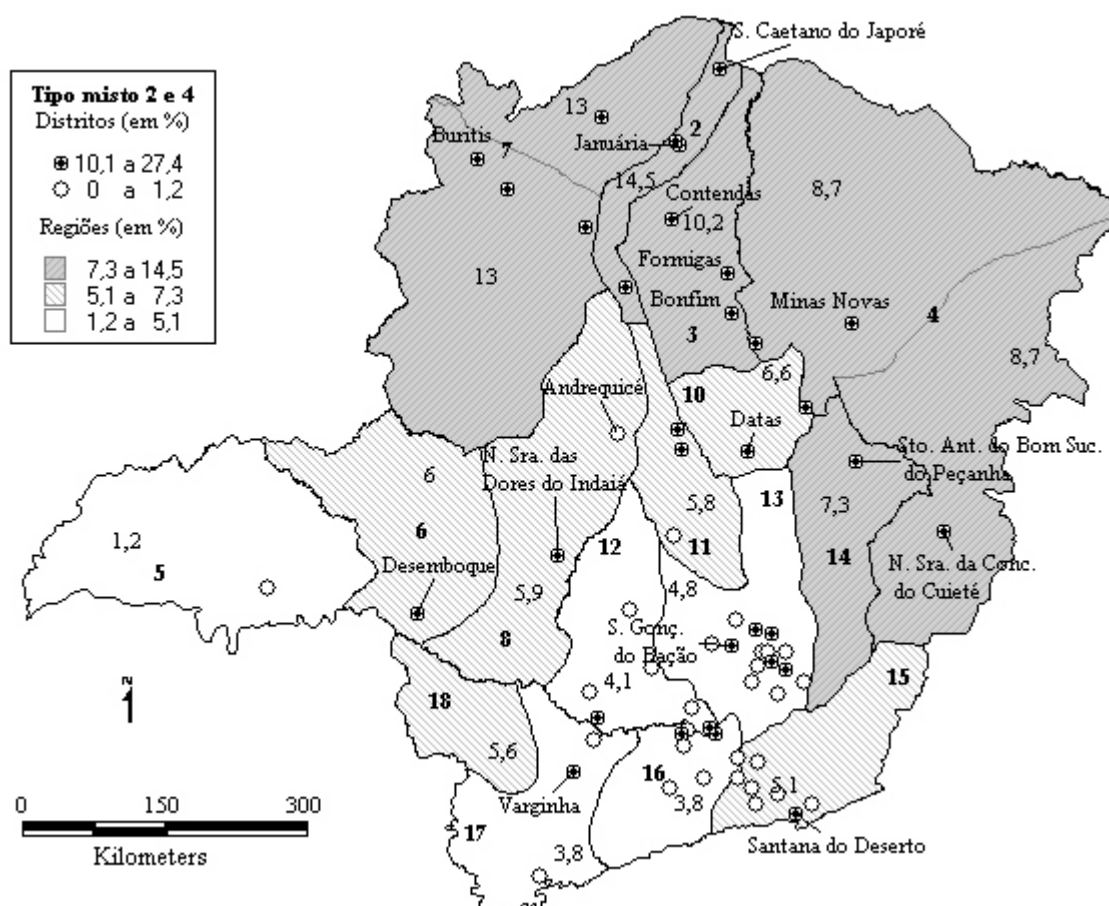
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Os domicílios mistos entre os autônomos e os assalariados é um grupo constituído por unidades domiciliares associadas à autônomos suburbanos, quando não rurais, artífices e prestadores de serviços. Em termos de macro-localização, identificavam-se, grosso modo, com as regiões onde predominava o tipo puro dos assalariados, em especial, Paracatu e Extremo Noroeste (13,0%), Vale do Alto Médio Rio São Francisco (14,5%), Sertão (10,2%), Minas Novas e Sertão do Rio Doce (8,7%) e Mineradora Central Leste (8,7%), pelo Mapa 33.

Mas na micro-localização, contudo, assemelhavam-se mais aos autônomos por estarem mais presentes nos distritos com núcleos urbanos de importância local, como a vila de Minas Novas (16,3%), Bonfim (atual Bocaiúva, com 15,0%), vila de Formigas (atual Montes Claros, com 11,3%) e vila de Januária (17,1%).

Nas demais regiões, onde havia menos prevalência desse perfil misto, as concentrações mais relevantes ocorriam não nos grandes centros, mas nos distritos mais periféricos, como Bento Rodrigues (próximo a Mariana, com 23,1%), Datas (em Diamantina, com 21,2%) e Rio das Mortes (próximo a S. João del Rei, com 14,2%).

Mapa 33 – Parcela de domicílios mistos entre autônomos e assalariados – Minas Gerais – Década de 1830

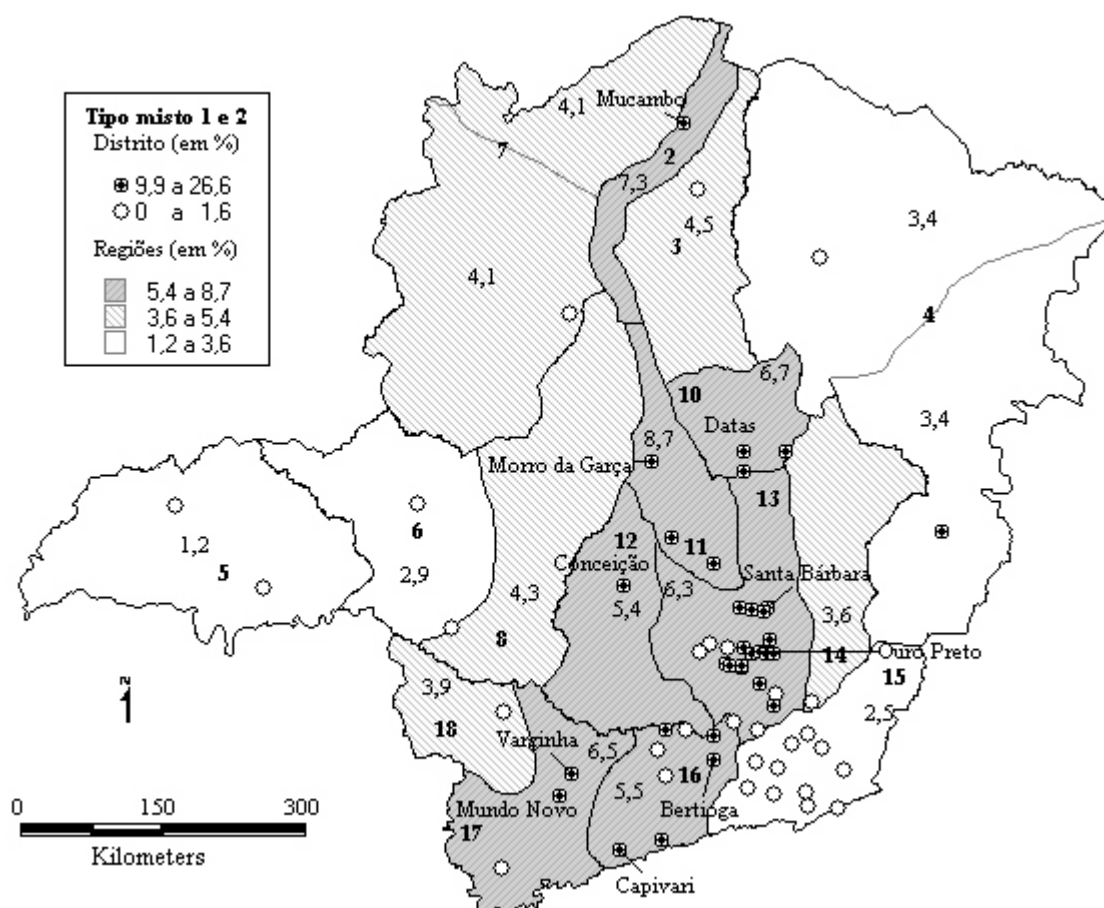


Por fim, os fogos identificados com os perfis mistos de camponeses e autônomos, exerciam atividades econômicas muitas vezes ligadas ao meio rural, mas detinham uma forma de inserção produtiva mais própria das áreas mais urbanizadas e esse último aspecto parecia determinar a localização desses perfis híbridos de domicílios.

Com efeito, como se observa no Mapa 34, esses domicílios, ao que tudo indica, pertencentes a sitiantes, fiscoadores e artífices eram mais encontrados nas regiões de tipo A, que tinham maior vocação urbana. Nessas regiões, tais fogos assumiam maior

representatividade nos distritos mais próximos aos grandes centros como Camargos (próximo a Mariana, com 13,8%), Cachoeira do Campo (próximo a Ouro Preto, com 10,1%), Mundo Novo (próximo a Campanha, com 10,5%), quando não nos próprios centros, como Santa Bárbara (12,2%) e até mesmo Ouro Preto (12,1%).

Mapa 34 – Parcela de domicílios mistos entre camponeses e autônomos – Minas Gerais – Década de 1830



Regiões: 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. **Distritos:** ver Tabela 73 (pág. 349).

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

7.4 Análise comparativa das tipologias fundadas nas concepções plurifuncional de domicílios e de Laslett

7.4.1 Os métodos plurifuncionais e de Laslett de tipologia de domicílios: um balanço

Nas duas seções anteriores procurou-se apresentar os domicílios mineiros dos anos 1830 à luz de duas tipologias fundadas em concepções distintas sobre o objeto em estudo. Acredita-se que esse procedimento traria uma melhor compreensão do objeto, e, que, ao mesmo tempo, gerasse elementos para se refletir sobre as vantagens e limitações de ambos os métodos. Indo mais além, o que se pretende, particularmente neste item, é vislumbrar em que medida as duas tipologias são complementares.

Para que este último objetivo se cumprisse, a contento, procurou-se confrontar as classificações de ambos os métodos. Posto que apenas um conjunto limitado de listas nominativas detinham uma qualidade mais razoável de informação de relação com chefe, da qual a classificação apriorística de Laslett é dependente, a comparação de métodos, logicamente, se circunscreveu a esse conjunto de 66 distritos e os resultados são apresentados na Tabela 46.

Tabela 46 – Domicílios da amostra (1), por perfis puros e mistos da tipologia sob o conceito bifuncional de domicílios, segundo tipologia apriorística de Laslett – Minas Gerais – Década de 1830

Categorias apriorísticas		(Em %)									
		Perfis puros				Perfis mistos				Demais	Total
		P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4	De 1 e 2		
Total	N. %	5.302 100,0	3.371 100,0	4.575 100,0	800 100,0	2.431 100,0	1.777 100,0	1.228 100,0	1.359 100,0	1.755 100,0	22.598 100,0
Solitários		0,0	36,0	0,6	38,8	42,8	0,2	49,8	1,8	16,7	15,6
Sem família		0,1	20,4	1,2	8,4	16,8	0,2	20,2	11,3	13,8	8,3
Família simples		83,3	35,0	77,7	52,4	31,4	90,2	27,6	64,4	57,7	62,7
Só núcleo		0,8	0,0	15,7	46,5	0,0	58,9	2,0	3,0	21,4	11,6
Núcleo e filhos		82,4	0,0	59,7	1,0	0,0	31,2	0,0	23,0	10,7	36,1
Monoparentais		0,1	35,0	2,3	4,9	31,4	0,1	25,6	38,4	25,5	15
Família estendida		15,1	7,1	17,0	0,1	7,6	8,3	2,3	17,4	8,4	11,3
Múltiplas famílias		1,5	1,6	3,5	0,4	1,4	1,0	0,1	5,1	3,5	2,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Amostra de 66 distritos com melhores listas de informação de parentesco. Ver Tabela 69, pág. 327.

Uma das primeiras constatações refere-se à pouca distinção do método de Laslett entre os domicílios camponeses (P1) dos escravistas (P3), que eram as duas formas paradigmáticas

de ocupação demográfica e de modo de organização produção da Província, uma vez que esses dois tipos de domicílios tinham estruturas semelhantes entre os livres. Como visto antes, tratavam-se de arranjos mais estruturados, posto que, em ambos os casos, havia predominância de domicílios constituídos de um núcleo com seus filhos, que, em alguns casos, eram incrementados com mais pessoas livres, parentes ou não do chefe, o que os transformava em domicílios de família estendida. Assim, os domicílios de famílias simples (com núcleo e seus filhos) e de famílias estendidas absorviam 97,5% dos domicílios camponeses e 76,7% dos escravistas.

Por sua vez, os domicílios de autônomos (P2) eram segmentados em categorias mais relacionadas a famílias fragmentadas ou incompletas, como os domicílios solitários (36,0%) e sem família (20,4%). Mesmo quando o domicílio de autônomos continha membros que chegavam a constituir uma família simples, sua incompletude se mostrava pela ausência do cônjuge, sendo, portanto, domicílios monoparentais (35,0%). Devido à semelhanças na composição quanto à relação de parentesco, o mesmo ocorria com os domicílios mistos entre os autônomos e escravistas (de 2 e 3) e os mistos entre os autônomos e assalariados (de 2 e 4).

O perfil dos fogos assalariados guarda algumas semelhanças com o dos autônomos, mas se mostram bem distintos na tipologia de Laslett ao se dividirem entre os solitários (38,8%) e os domicílios de família simples apenas com um núcleo (46,5%). A constituição de domicílios com núcleo sem a presença de filhos, muito peculiar numa sociedade de elevada fecundidade, também caracterizava os perfis mistos entre camponeses e assalariados (de 1 e 4), com 58,9%.

Por fim, surpreende que o perfil com a maior freqüência de domicílios que comportavam mais de uma família, ou uma família estendida não era nem os camponeses, nem os escravistas, mas sim o perfil misto de camponeses com autônomos (de 1 e 2) que, logicamente, não possuíam escravos, a lhes indicar situação econômica mais cômoda e condizente com maior número de membros.

De posse desses dados que confrontam as duas metodologias, pode-se constatar que o método plurifuncional de domicílios, pela análise de GoM, em grande medida, atende aos objetivos que normalmente se busca ao se empregar a tipologia de Laslett no estudo de domicílios, com a vantagem de não necessitar das quase sempre problemáticas ou

inexistentes informações de relações com o chefe dos documentos censitários do período, o que possibilita o uso ampliando de todas as listas nominativas disponíveis, ou ao menos todas que contenham uma qualidade minimamente aceitável.

O principal ganho na análise de domicílios a partir da metodologia proposta é, porém, explicitar as indissociáveis relações entre a inserção produtiva do domicílio, ou seja, o trabalho do fogo, sua estrutura e dimensão. Não se quer, com isso, ostentar a hipótese de um determinismo econômico subjacente à composição de domicílios e, por extensão, a variáveis demográficas tais como o comportamento reprodutivo da população. De fato, o que se pretende é apontar que o domicílio, enquanto unidade plurifuncional, se moldava e se desenvolvia no tempo movido pelo atendimento de necessidades e condicionantes oriundas de suas funções, principalmente as procriativas e produtivas.

7.4.2 Experiências brasileiras de tipologias de domicílios do século XIX

Percebe-se na historiografia que alguns estudos mostraram alguns nexos (ao menos os mais evidentes) entre a caracterização de natureza mais demográfica dos domicílios e os aspectos econômicos e produtivos destes, embora essas duas dimensões não aparecessem compondo um mesmo instrumento classificatório, tal como é a proposta apresentada neste trabalho.

Samara, no trabalho sobre a estrutura de 1.516 unidades domiciliares pertencentes à algumas freguesias da vila de São Paulo, em 1836, sistematizaria as relações entre estrutura e tamanho dos domicílios e as suas condições materiais e sociais ao dizer que:

“Mais do que o problema da cor, as condições socioeconômicas interferiam na estabilidade dos laços familiares. Indivíduos com menos posses, em geral, apresentavam famílias menos definidas e maior número de filhos ilegítimos. Os abastados tinham famílias legítimas, com mulher e filhos, além de uma gama mais variada de dependentes ligados por parentesco ou trabalho, em contraste com as camadas mais pobres da população” (Samara, 1989: 39-40).

De fato, tais conclusões vão ao encontro das evidências apresentadas no presente estudo de Minas Gerais, em especial no âmbito do urbano, como é o caso também de São Paulo. Contudo, já se tem elementos para se supor que não é exatamente a posse de recursos, mas

sim a inserção produtiva dos fogos que se relacionava mais estreitamente com os arranjos domiciliares.

Nesse ponto, a autora também contribui ao investigar a prevalência de atividades econômicas em cada tipo domiciliar e perceber algumas correspondências desses dois elementos, algumas das quais também verificadas em Minas Gerais. Destaca-se, em especial, a constatação de que domicílios com estruturas mais complexas eram mais comuns em setores do comércio e agricultura, em especial nos casos em que o chefe era branco (Samara, 1989: 40). Como já tratado antes, tais afinidades consubstanciavam o perfil extremo dos escravistas na proposta metodológica aqui defendida.

Por seu turno, Freitas (1986b) analisou os 243 domicílios arrolados na lista nominativa de Jundiá, de 1818, mediante aplicação de metodologia inspirada em Laslett e semelhante à de Samara (1989). Os resultados mais importantes devem ser aqui lembrados. Primeiramente, o autor constatou que nas áreas urbanas predominavam domicílios solitários (com ou sem escravos), ao passo que nas áreas rurais os domicílios eram maiores. Em segundo lugar, Freitas (1986b) aferiu que enquanto os fogos urbanos sob chefia feminina referiam-se, quase sempre, a domicílios solitários de mulheres solteiras voltadas ao artesanato, os fogos rurais chefiados por mulheres se tratavam de viúvas que substituíam seus finados maridos na chefia do domicílio e mantendo a inserção econômica agrária ou agropastoril. No presente estudo sobre os fogos de Minas Gerais, essas considerações refletem os perfis gerados, particularmente os perfis de autônomos e o misto com predomínio de escravistas sobre autônomos (MP 3,2).

Enquanto os dois estudos acima empregaram métodos semelhantes ao de Laslett, Andrade (2001) aproximou-se mais do método alternativo aqui apresentado, uma vez que empregou o método de GoM em parte das listas nominativas de 1831/32. Cabe, pois, fazer aqui, algumas considerações sobre as semelhanças e diferenças da elaboração ambas as tipologias apresentadas. Embora se tratassem de experimentos distintos, quer pelos objetivos almejados, quer pelas variáveis empregadas para a tipificação dos domicílios, surpreende o fato de ambas as análises terem gerado tipos semelhantes.

Nesse estudo, a autora se ateu mais às relações de gênero na constituição de domicílios, o que a levou a segmentar o conjunto de domicílios entre chefiados por homens e mulheres e estudá-los separadamente, elaborando tipologias independentes. Embora não se tenha

atentado para o papel da inserção produtiva na definição dos tipos domiciliares, pode-se perceber os perfis dos escravistas, dos camponeses e dos autônomos fundidos com os assalariados, respectivamente, nos perfis extremos P1, P2 e P3, entre os domicílios chefiados por homens (Andrade, 2001: 58), ao passo que entre os domicílios chefiados por mulheres, sobressaíam os tipos matriarcais e escravistas (P1), as autônomas (P2) e das camponesas mistas com assalariadas (P3) (Andrade, 2001: 57). Tais semelhanças de perfis entre os dois estudos sugerem como eram marcantes as diferenças sociais, econômicas e demográficas entre a essas formas particulares de inserção produtiva dos domicílios.

Vale ainda destacar, como nota, que a estratégia de Andrade de estudar separadamente os domicílios segundo sexo da sua chefia, se por um lado teve o ganho de apresentar mais tipos de chefes mulheres e assim, lançar mais luz sobre as possibilidades de arranjos domiciliares femininos, que era o principal objetivo da autora; por outro, teve a perda de impossibilitar mensurar, com mais exatidão, os espaços de fato reservados às mulheres naquela sociedade patriarcal. Acresce a isso, o problema de não se ter empregado nenhuma variável para mensurar o nível de urbanização dos domicílios, uma vez que se mostrou no presente estudo, que as estratégias de emancipação feminina, quando haviam, quase sempre envolviam a decisão de residir no espaço urbano.

7.4.3 A ascendência das decisões econômicas sobre tamanho e forma dos fogos: alguns registros na historiografia

Além desses trabalhos de tipificação de domicílios, tantos outros estudos evidenciaram que o exercício de determinadas atividades impunham no domicílio número e tipo de trabalhadores ideais para manter, ampliar, ou mesmo reduzir a produção, baseados em coeficientes técnicos entre os instrumentos de trabalho (ou meios de produção) disponíveis e a mão-de-obra requerida para colocá-los em operação, dada a tecnologia existente. Em geral, tais estudos não se referiam a todos os moradores, mas apenas ao segmento cativo. Subjacente a esse procedimento, estava a suposição de que apenas os escravos (e não todos os membros do domicílio, como o estudo atual sugere) seriam passíveis de se ajustarem ao cálculo econômico.

Para ilustrar isso, cabem aqui destacar os trabalhos de Costa e Luna (1982), Luna (1998) e Luna e Klein (2004), que analisaram o tamanho médio de plantéis de escravos por fogo de

toda a estrutura ocupacional, respectivamente em Vila Rica (em 1804); capitania/província de São Paulo (1777-1829) e províncias de Minas Gerais e São Paulo (1830). Quanto à análise de setores específicos, exemplifica-se aqui com o trabalho sobre os domicílios no comércio fixo e de tropa, realizado por Godoy, Rodarte e Paiva (2003), para Minas Gerais na década de 1830. Vale mencionar como uma das conclusões deste estudo a constatação de que o tamanho dos plantéis de escravos estava condicionado ao nível de emprego que cada tipo de comércio requeria: o comércio fixo demandava pouco ou nenhum trabalho cativo, ao passo que o comércio volante estava quase sempre condicionado a um número considerável de escravos.

Já os domicílios têxteis, enquadrados na metodologia proposta nos tipos autônomo e misto com predominância de autônomos sobre camponeses, provavelmente tinham formas e tamanhos influenciados pelas necessidades de trabalho impostos pela divisão do trabalho inerente ao setor. Segundo a análise de Macedo (2006: 224) sobre os domicílios do setor têxtil, em Minas Gerais, no século XIX, o maior número de fiandeiras *vis-à-vis* o de tecedeiras estava relacionado à questão técnica do “descompasso existente entre fiação (realizada por fusos e/ou rodas de fiar) e a tecelagem (realizada em teares parcialmente mecanizados)”. Dessa forma, domicílios com uma tecedeira tinham de abrigar fiandeiras e/ou articular a sua produção com outros domicílios produtores de fios.

Coube a Kuznezof (1986) fazer uma abordagem bastante original das relações entre economia e tamanho e forma dos domicílios, ao creditar as mudanças sofridas nos domicílios entre 1765 a 1836 na cidade de São Paulo à passagem de uma economia de subsistência (ou “modo de produção doméstico”) para outra baseada em trocas mercantilizadas, com o avanço do capitalismo e o recrudescimento da urbanização, a partir de várias ações do estado. Segundo esse trabalho que inspirou o presente estudo, tais mudanças econômicas eram capazes de provocar profundas transformações no âmago dos domicílios, como por exemplo, o crescimento da parcela de indivíduos sem relação de parentesco com o chefe, o que sugere, em alguma medida, um movimento de formação do mercado de trabalho e de reacomodação das unidades produtivas (que também eram unidades domiciliares) ao novo contexto econômico:

“It became common to include apprentices, clerks, cashiers, and other helpers in the productive base of the household within its actual residential arrangements. Since the mode of exchange production generally required somewhat specialized skills – unlike the rudimentary understanding necessary for subsistence production – frequently the new

work partners were only encountered among non-relatives. The common use of the downstairs portion of the sobrado or the front room of the casa térrea as a store contributed to the incomplete separation of residence from workplace in this period” (Kuznesof, 1986: 180-181).

Um trabalho mais recente de Zephir Frank (2006), com base no uso combinado de listas nominativas e inventários *post mortem* entre 1815 a 1860, na Corte, nas vilas de São João e São José del Rei (Minas Gerais) e na cidade de São Paulo, concluiu que a posse de escravos se constituía na principal forma ascensão social, principalmente entre pequenos e médios proprietários escravistas, já que ao longo desse período, foi reduzida as disparidades entre os extremos desse segmento. Assim, nas palavras do autor:

“A escravidão (...) teve o efeito perverso de diminuir a desigualdade entre os detentores de riqueza, ao mesmo tempo que aumentava a desigualdade social geral. O paradoxo da escravidão no Brasil durante o período estudado e que ele proporcionava tanto uma hierarquia social, quanto uma módica mobilidade social (para os proprietários)” (Frank, 2006: 41).

Os principais resultados desse trabalho corroboram a tipologia proposta de domicílio, uma vez que explicita as formas de inserção produtivas dos domicílios (entre escravistas e não escravistas) e a evolução das condições de vida e existência do próprio domicílio e de seus membros. Melhor dizendo, o trabalho do fogo, ou seja, o papel econômico do domicílio refletiria a capacidade de participação dessa unidade domiciliar na renda gerada na economia, que por sua vez, influiria no seu formato e tamanho, já que isso delimitaria o número de pessoas (considerados como consumidores) que a unidade poderia comportar. Num extremo, estariam os fogos escravistas (P3), com uma participação mais privilegiada, ao passo que, no outro extremo, estariam os domicílios de assalariados (P4), com uma inserção mais vulnerável, e, portanto com baixa capacidade de apropriação da renda.

As conclusões de Frank (2006) lançam mais luz sobre a questão levantada por Bergad (2004: 162) acerca do fato de ter aumentado a parcela de brancos na população de Minas Gerais, ao longo do século XIX, em detrimento do segmento dos negros. A prevalência de brancos na chefia de fogos escravistas teria propiciado melhores condições materiais desse segmento se reproduzir, o que vai ao encontro da hipótese formulada pelo próprio autor de que o maior crescimento populacional de brancos poderia ser resultado, entre outras coisas, da maior natalidade.

Os trabalhos citados aqui, apesar de não terem a pretensão de elaborar tipologias, apresentavam fatores econômicos que influíam sobre os tipos domiciliares, seja pelo

função produtiva, observando as necessidades de mão-de-obra impostas pela atividade econômica, seja pela função reprodutiva e pelo lado consumidor, por delimitarem o número de moradores com a restrição orçamentária. Posto isso, é forçoso concluir que essa nova forma de tipificar os domicílios proporciona poder de explicação – com fundamentação econômica – à composição de domicílios de Laslett.

8 CONCLUSÃO

As sociedades européias pré-industriais sobre as quais Frédéric Le Play, Peter Laslett e tantos outros pesquisadores se debruçaram para estudar domicílios e famílias eram bem distintas da que habitava a Minas Gerais Oitocentista, a começar pelo regime escravista, que introduzia um novo elemento nos domicílios mineiros. O interesse que essa particularidade suscitou em relação ao estudo aos domicílios dessa Província, contudo, foi acrescido pela suposição de que, em alguma medida, as características domicílios em Minas Gerais sintetizassem as dimensões e formas dos domicílios brasileiros¹²⁴.

A feliz coincidência de ter sido a província mais populosa do Brasil e, ao mesmo tempo, ter conservado grande parte dos registros censitários da década de 1830 propiciou a formação de um banco de dados de domicílios de proporções incomparáveis com os remanescentes de outros lugares do Império e também de outros países. Excluindo alguns poucos casos de registros de baixa qualidade, contaram-se 84.810 domicílios recenseados, cerca de 60% dos domicílios estimados em Minas Gerais e aproximadamente 10% dos brasileiros.

Vale lembrar que estudos anteriores sobre tipologias de domicílios brasileiros, com a exceção de Andrade (2001), utilizaram bases de dados de domicílios bem menores, de até 5 mil unidades. Como demonstrado no capítulo anterior, a magnitude alcançada pela base de dados de domicílios mineiros permitiu fazer inúmeros recortes espaciais, de atributos pessoais e socioeconômicos. Assim, foi possível deslindar muitas associações entre os diversos segmentos da população e perfis de domicílios.

¹²⁴ São elementos para supor que os tipos de domicílios de Minas Gerais refletissem as características dos domicílios brasileiros os fatos de: 1) ter sido a Província mais populosa do país (com um domicílio mineiro em cada cinco brasileiros); 2º) estar a Província geograficamente situada no coração do Brasil, por isso contento elementos físicos, sociais, econômicos e históricos mais ou menos presentes em outras províncias, ao menos nas mais populosas e 3º) terem sido as Minas e as muitas Gerais tão diversas entre si, ao ponto de possivelmente espelharem as diferenças das muitas regiões brasileiras.

Apesar de ser síntese do Brasil, na questão demográfica, Minas Gerais conservava algumas especificidades mesmo em relação às outras províncias que também respondiam por grande parte da população brasileira (em especial, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro com a Corte). Isso porque, diferentemente destas, logrou ampliar sua participação no total do país ao longo do século XIX, com intensidade só comparável à verificada no Rio Grande do Sul e em São Paulo, que, deve-se salientar, tinham contingentes populacionais mais modestos.

No presente trabalho, procurou-se entender essa dinâmica demográfica como reflexo de uma forma peculiar de interação da população e economia, que se procurou tratar como a “reinvenção das Minas pelas Gerais” no século XIX. Esse fenômeno pode ser sintetizado como uma reprodução diferenciada e, simultaneamente, um desdobramento dos antecedentes econômicos e demográficos do período colonial. Em linhas gerais, o rápido povoamento movido pelo *boom* minerador nos primeiros núcleos urbanos que cresceram e se formaram entre as décadas de 1690 e 1770 gerou as condições demográficas e econômicas para que, no século seguinte, a população seguisse em acelerado ritmo de crescimento. Esse crescimento demográfico no século XIX ocorria não mais nos grandes centros exclusivamente, mas também nas diversas outras áreas nas regiões periféricas e de atividade econômica incipiente.

Assim, a partir do último quartel do século XVIII, a continuidade do vigoroso crescimento populacional prosseguiu mesmo com a retração da mineração e esteve crescentemente associada à exploração de novas atividades econômicas. Dessa forma, sob domínio do capital mercantil, que havia sido gestado no grande surto de mineração aurífera do passado, famílias foram mobilizadas para a abertura dessas novas áreas de exploração. Parte considerável dos recursos gerados com a comercialização desses produtos afluía para as antigas áreas mineradoras, onde localizavam os grandes entrepostos comerciais e suas casas de negócios.

O efeito disso sobre essas regiões periféricas (principalmente as de tipo B) era seu excepcional crescimento populacional, reproduzindo, em menor escala, o que havia ocorrido tempos atrás nas regiões centrais, com a descoberta das minas. Por sua vez, estas também se reinventavam com nova orientação econômica e mantinham-se como o principal segmento do sistema de cidades da Província. Deu-se assim uma curiosa combinação de movimentos, com o crescimento centrífugo da população, concomitante a

um movimento centrípeto da riqueza gerada, pela ação do capital mercantil situado, principalmente, no centro mais urbanizado. Isso é demonstrado pela simples sobreposição entre os mapas que mostram os diferenciais regionais de desenvolvimento econômico e centralidade urbana (pág. 71) e do crescimento demográfico (pág. 99).

Com isso, ao contrário dos clássicos estudos sobre domicílios que procuram focar suas transformações pela influência da passagem de uma sociedade tradicional e rural para outra, urbana e industrial, este trabalho sobre Minas Gerais possibilitou analisar a composição dos domicílios num processo não exatamente o inverso do assistido na Europa, mas muito diverso, já que, como foi dito, o crescimento populacional não se concentrava nos grandes centros urbanos, mas sim nas regiões periféricas, com características mais rurais que o seu centro.

Supunha-se que tais fenômenos se espelhassem nas diferenças regionais de arranjos domiciliares. Mas para atender aos propósitos de se analisar o papel das unidades domiciliares no contexto econômico e demográfico apresentado na Minas Gerais do século XIX, compreendeu-se que as tipologias comumente utilizadas para analisar as estruturas domiciliares, em especial a de Laslett (1972a), eram insuficientes. Havia, inclusive, certo anacronismo em utilizar uma tipologia baseada em conceitos atuais de domicílio e família na classificação de fogos. Como se demonstrou aqui, eles eram formas arcaicas de organização doméstica que conciliavam funções de unidade reprodutiva e unidade produtiva, que mal poderiam ser comparados aos domicílios atuais.

Diante disso, adotou-se aqui um procedimento metodológico alternativo à corrente mais tradicional de análise de tipos de domicílios estudados. Tal proposta consistiu em desenvolver um método de tipificação dos fogos tendo como premissa a plurifuncionalidade dessas unidades, que procurava ressaltar as funções de reprodução humana e produção econômica, sobretudo. Essa natureza dualizada dos domicílios (unidade produtiva e reprodutiva, econômica e demográfica, simultaneamente) correspondia ao modo como a família antiga era vista pelos pesquisadores de Viena, com destaque para Mitterauer e Sieder (1982) e, mais tarde, pelo próprio Laslett¹²⁵ (1984).

¹²⁵ Cumpre dizer que a tipologia de Laslett (1972a) continua sendo paradigmática para a demografia histórica no Brasil, como bem salientou o recente artigo de Bacelar, Scott e Bassanezi (2005: 346), apesar do reconhecimento do próprio Laslett quanto à parcialidade de seu método de tipologia, no referido trabalho posterior (Laslett, 1984).

Nessa nova metodologia de classificação dos fogos, foram incluídas 35 variáveis relativas a atributos: 1) pessoais do chefe, tal como idade; 2) do casal chefe; 3) do conjunto dos membros livres; 4) de nível de dependência (por faixa etária e condição social); 5) dos escravos e 6) referentes às características locacionais e ocupacionais do domicílio, sendo tipos regionais segundo o dinamismo demográfico e condição do domicílio (urbanos ou rurais) variáveis construídas nesse mesmo estudo. Para essa tipificação, adotou-se o método *Grade of Membership* (GoM), que se baseia na teoria dos conjuntos nebulosos (*fussy sets*). Devido a essa característica, o método concebe que, entre tipos distintos de domicílios (ditos perfis extremos), existam formas híbridas – com graus de pertencimento parciais entre um e outro perfil extremo. Isso é visto aqui como vantagem do modelo, já que reflete, de forma mais acurada, a grande heterogeneidade dos fogos, principalmente se comparados às famílias de hoje, como admitiu Mitterauer e Sieder:

“With the reduction of family functions went a reduction in the types of familial role. The relative homogeneity of modern family forms contrasts with the multiplicity of roles in historical families.” (Mitterauer, Sieder, 1982: 19).

Quatro tipos de fogos com características bem marcantes emergiram dos resultados desse método: os escravistas, os camponeses, os autônomos e os assalariados. Os domicílios que incorporavam, em grande medida, algum desses tipos, isto é, domicílios puros (com elevado grau de pertencimento a um dos 4 perfis extremos) representavam 63,2% do total. Os demais casos referiam-se ou a formas mistas desses perfis (29,2%) ou estruturas sem identificação clara com nenhuma desses tipos de fogos, que era um segmento residual (7,6%).

Desses quatro perfis estilizados de domicílios, dois se destacavam por refletirem as características de uma quantidade maior de fogos: os escravistas (21,6%) e os camponeses (24,3%), ao passo que os outros dois tipos, autônomos e assalariados, representavam proporções bem mais modestas dos fogos existentes (12,5% e 4,7% respectivamente). Vale lembrar aqui as principais características dos tipos domiciliares.

Os fogos escravistas estavam mais associados aos três setores chaves da economia da Província: a mineração, o comércio e a agropecuária, sobretudo. Eram domicílios de grande extensão, inclusive por possuírem um plantel de escravos e, freqüentemente, terem agregados. No topo da pirâmide domiciliar, abrigavam um ou mais núcleos, entre eles o do chefe, com filhos e, às vezes, com outros parentes. Via de regra, eram domicílios chefiados

por homens brancos e a elevada parcela de domicílios multirraciais no segmento livre era explicada não pelo fato do mesmo chefe desposar uma mulher de outra cor, mas pela presença de agregados, sendo alguns ex-escravos.

Como já aponta sua denominação, os fogos camponeses eram mais diretamente ligados às atividades no campo. Um domicílio camponês em geral se limitava a ter o chefe com sua esposa e filhos. Vale ressaltar que isso nem sempre o convertia numa pequena unidade doméstica, na medida em que era comum o fogo desse tipo com seis ou mais pessoas. Em relação à cor, não eram freqüentes os domicílios desse tipo multirraciais. Predominavam os domicílios constituídos só por pardos, seguidos dos formados só por brancos.

Com esses dois tipos paradigmáticos do processo de povoamento da Província, este estudo foi capaz de mostrar que por trás da tão peculiar articulação entre economia e população, manifesta na escala macro, havia uma íntima relação com o nível micro, dos perfis domiciliares. Assim, não por coincidência, os fogos escravistas localizavam-se preferencialmente nas regiões mais urbanizadas e de maior desenvolvimento econômico, como a Mineradora Central Oeste (do tipo A) e também nas regiões de fronteira agrícola, sobretudo as mais promissoras de Araxá e Mata (subtipo B.1), ao passo que os fogos camponeses residiam quase todos nas áreas rurais e eram encontrados em proporção relativamente maior nas regiões de tipo C e subtipo B.2, que tinham feições menos escravistas e se caracterizavam pela acelerada expansão demográfica do segmento livre da população.

Diferentemente dos dois primeiros perfis, os fogos de autônomos eram notadamente urbanos. Mais adaptados a esses meios, desempenhavam determinadas atividades do setor artesanal e residiam, via de regra, nas regiões de povoamento consolidado (tipo A). A chefia feminina era uma das principais particularidades desse domicílio, cujo exemplo mais conspícuo desse perfil era o fogo das tecedeiras e fiandeiras. Seu tamanho médio era o menor entre os quatro tipos de fogos. Na maior parte dos casos, correspondia a apenas uma pessoa de cor preta ou parda. Pelas características que apresentavam, os fogos de autônomos eram unidades domésticas pouco propícias à reprodução humana (ao contrário do que ocorria com os domicílios escravistas e camponeses) dada a prevalência de casos sem núcleo familiar conjugal e com ausência completa de crianças ou, quando muito, com crianças mais crescidas, de 5 anos ou mais.

A clara identificação de fogos com esse perfil menos fecundo e feminino com as áreas mais urbanizadas introduz elementos da organização familiar pouco lembrados pela historiografia quando se listam as razões pelas quais as cidades mineiras cresciam menos que o campo, no século XIX. Também se evidencia por essa associação que estratégias de emancipação feminina (inclusive da pressão pela fecundidade) quase sempre implicavam o deslocamento das áreas rurais (onde predominavam os arranjos domiciliares sob chefia masculina) para as cidades. É nesse momento oportuno lembrar que:

“Ao contrário das outras invenções da modernidade burguesa que têm, de algum modo, caráter particularista – o Estado moderno, a racionalidade instrumental, o mercado capitalista... – a cidade é, plenamente, realidade emancipatória, possibilitadora de liberdade. Esta dimensão essencial da cidade ressalta-se, sobretudo, quando se a compara com o quadro feudal marcado pela ruralização e pela multiplicidade de constrangimentos sociais, políticos, culturais, econômicos e espaciais, que fragmentam, rigidamente, a sociedade em corporações, estamentos, classes, localismos infensos à mobilidade, à interação, à mudança” (Paula, 2000: 27).

Esse caráter libertador das cidades na Europa pré-moderna era muito bem traduzido no aforismo da Alemanha medieval de que “os ares da cidade libertam”, citado por Paula (2000: 27). No caso da Minas Gerais Oitocentista essa máxima parecia ter um sentido especial para as mulheres que queriam se ver livres da ordem patriarcal estabelecida, sobretudo, no campo.

Por fim, tem-se o quarto perfil de domicílio, que eram os fogos de assalariados. Eles caracterizavam-se por terem sido eminentemente rurais e constituídos, quase sempre, por apenas um núcleo sem filhos ou um solteiro vivendo sós. Esse domicílio, apesar de rural, tinha alguns aspectos que o aproximavam do perfil do domicílio de autônomo, como a cor da pele e idade mais avançada, em geral. Pelas evidências apresentadas, os domicílios assalariados pareciam ser os mais pobres. Eles eram formados por ex-escravos e, curiosamente, pareciam se inserir economicamente em ocupações em que o regime de cativo não respondia bem, como a de vaqueiro. Por possuírem esses atributos, constituíam a classe de domicílios que mais pareciam se afastar do conceito de domicílios “*das ganze Haus*” por inspirarem dependência, ausência de autonomia e baixa auto-suficiência.

No capítulo anterior supôs-se que os domicílios caracterizados como de forma mista entre um e outro perfil extremo, ora representavam formas particulares (e mais permanentes) de combinação de perfis, ora refletiriam etapas em processos evolutivos de transição entre

perfis extremos. Entre esses segmentos, os mais freqüentes eram os perfis mistos entre os escravistas e os autônomos (9,1% do total de domicílios). Os chamados “autônomos com excedente produtivo” (MSP2,3) e os “matriarcais e/ou de chefe sem núcleo” (MP3,2) seriam, supostamente, exemplos da combinação permanente de perfis e da transição entre tipos, respectivamente.

Como já sugerido pela denominação dada aos tipos de domicílios, na metodologia proposta de classificação, supõe-se que o trabalho do fogo – ou a inserção econômica – constituiria o principal ou um dos mais importantes aspectos econômicos relacionados a padrões distintos de combinação de características, inclusive demográficas, que formavam os perfis de domicílios. A ascendência da inserção econômica supostamente se dava, de um lado, observando o fogo sob o aspecto da produção, ou seja, como unidade produtiva que necessitava manter determinado nível de produção. Por outro lado, se dava como unidade de consumo, com seus imperativos de subsistência e procriação de seus membros. Estes eram restringidos pelas condições econômicas próprias tanto de sua atividade quanto da forma como o fogo se inseria (seja de forma mais autônoma ou independente, seja mais subordinada).

É forçoso fazer aqui, uma síntese sobre os ganhos de se aplicar essa metodologia baseada na plurifuncionalidade dos domicílios, aqui defendida como proposta alternativa ou mesmo complementar à forma mais tradicional de analisar a composição dos domicílios, desenvolvida por Laslett (1972a), que seria, primeiramente, a de não ignorar a função produtiva dos antigos domicílios.

Mas para se aferirem, de fato, os alcances e limites do método apresentado, procurou-se confrontar os resultados obtidos com a forma tradicional de classificação de Laslett (1972a). A primeira dificuldade para se realizar a comparação residiu no fato de esse método mais usual de classificação se basear nas relações (de parentesco ou não) de todos os membros com o chefe. Esta informação, quando presente nas listas nominativas, era quase sempre de baixa qualidade. Isso obrigou a criar um subconjunto de melhores listas com essa informação, que compreendeu apenas 22,5 mil domicílios, ou seja, $\frac{1}{4}$ dos recenseados puderam ser analisados. Depreende-se daí a segunda vantagem da proposta alternativa, que, diferentemente da tradicional, permite fazer uso de um maior conjunto de registros demográficos, por empregar na classificação de domicílios os dados mais comumente encontrados nos documentos censitários.

A comparação entre os dois métodos no subconjunto de listas nominativas com melhor informação de relações com o chefe (pág. 259) permitiu clarificar as estreitas relações entre inserção produtiva (e condições econômicas) com características demográficas dos domicílios, possibilitando aprofundar a análise das interações entre economia e demografia na sociedade. Defende-se aqui que essa é a principal vantagem da aplicação do novo modelo. As limitações desse método proposto residem, exatamente, no que ele tem de mais positivo: como é um método à posteriori, que gera um sistema de classificação de domicílios sensível ao contexto em que se inseriam, não poderia, a rigor, ser replicado para outras sociedades de forma a se poder fazer comparações, tal como ocorre com o método de Laslett (1972a). Isso não impede, contudo, que se reproduza a mesma experiência, por exemplo, em listas nominativas de outras províncias para averiguar se existem semelhanças entre os perfis extremos gerados em cada experiência. Caso positivo, como agenda futura de trabalho, poder-se-ia conceber um método “apriorístico” de classificação baseado na plurifuncionalidade dos fogos, fundado nessas diversas experiências.

A título de comentários finais, vale destacar que a preocupação de se conhecer as condições econômicas e demográficas da Minas Gerais Oitocentista, antes de se lançar ao estudo de seus domicílios, determinou a prospecção de várias informações dessas naturezas. Essas variáveis, por estarem estreitamente relacionadas ao tema central da tese, foram incluídas no rol de elementos para se gerar a tipologia de fogos. Inicialmente, tomaram-se os dados extraídos de trabalhos anteriores sobre as divisões regionais (Godoy, 1996), os diferenciais espaciais de desenvolvimento econômico (Paiva, 1996) as estimativas populacionais (Paiva, 1996 e Godoy, 2004) e níveis de urbanização das localidades mineiras (Rodarte, 1999).

Procurou-se, na seqüência, refinar os indicadores e criar outros. Nesse sentido, o presente estudo adotou quatro procedimentos. O primeiro, elaborar uma nova estimativa populacional para a década de 1830, com o uso de novas evidências empíricas. Segundo, propor, mediante apresentação de um método alternativo de correção de dados do censo de 1872, uma nova estimativa populacional para a década de 1870. Combinando esses dois elementos, passou-se ao terceiro procedimento, que foi posicionar Minas Gerais em relação às demais províncias do Império quanto às taxas de crescimento e contingentes populacionais. No plano interno da Província, esses elementos também permitiram hierarquizar as regiões conforme a dinâmica demográfica.

Como quarto procedimento, procurou-se classificar os domicílios entre urbanos e rurais. Para isso, este estudo empregou um método que combinava o uso dos registros censitários da década de 1830 – que originalmente não contavam com essa informação, na maior parte das vezes – com outros documentos históricos. A justificativa para essa iniciativa reside no fato de que já se antevia, a partir de outras evidências, que Minas Gerais possuía a especificidade de ter sido, mesmo na década de 1830, com baixa industrialização, uma sociedade de perfil eminentemente urbano, sendo, portanto, uma variável importante de se relacionar com os tipos de domicílios. Isso de fato foi reiterado com essa nova abordagem, que apontou ter, na Província, $\frac{1}{4}$ dos domicílios localizados em áreas urbanas, sendo que nas regiões centrais de Minas Gerais, esse segmento chegava a representar mais de 35% (págs.301 e 302). Como se mostrou aqui, esses dados (somente comparáveis aos encontrados em censos contemporâneos, a partir de 1940) permitiram a melhor compreensão de temas caros à história da família, tal como as relações de gênero em sociedades pré-industriais.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

Arquivo Público Mineiro – Listas nominativas

Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Presidência da Província, várias caixas

Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Mapas de População, várias caixas

Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Caeté, códices 15 e 16

Arquivo Público Mineiro, Sessão Provincial, código 81, p. 146 (manusc.)

Listas nominativas da década de 1830, organizadas em banco de dados pelo Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG, sob a coordenação de Clotilde Andrade Paiva, Marcelo Magalhães Godoy, Maria do Carmo Salazar Martins e Roberto Borges Martins

DGE

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – DGE. **Censo da freguesia de São Cristóvão:** município da Corte, de 1870. Rio de Janeiro: DGE, 1870. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br/coleção_digital_publicacoes.php>. Acesso em: 19 abr. 2008.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – DGE. **Recenseamento geral do império de 1872.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger; Tip. Commercial, 1876. 12 v.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – DGE. **Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao ministro e secretario de estado dos negócios do império pelo diretor geral conselheiro Manuel Francisco Correia.** Rio de Janeiro: Typ. de Hippólito José Pinto, 1877.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – DGE. **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1898.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – DGE. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890.** Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

SILVA, Joaquim Norberto S. **Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje.** São Paulo: IPE/USP, 1986. Edição fac-similada. Original publicado em 1870.

VIANNA, Oliveira. **Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil: recenseamento do Brasil, 1920.** São Paulo: IPE/USP, 1986. Edição fac-similada.

VIANNA, Oliveira. **Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil: recenseamento do Brasil, 1920.** São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar).

SILVA, Joaquim Norberto de S. e. **Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje.** São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar; 1ª ed.: 1870).

Outras publicações, livros de viajantes, dicionários

ALONSO, Martín. **Enciclopedia del idioma:** diccionario histórico y moderno de la lengua española (siglos XII al XX), etimológico, tecnológico, regional e hispanoamericano. Madri: Aguilar, 1958. 3 v.

BARBOSA, Waldemar de A. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BLUTEAU, Raphael de. **Vocabulário português e latino.** Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. 10 v.

BRASIL. Ministério da Agricultura Industria e Commercio. Directoria do Serviço de Estatística, **Divisão Administrativa em 1911 da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Directoria do Serviço de Estatística, 1913.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

CALDAS AULETE, Francisco J. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa.** 2. ed. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1925. Original publicado em 1881.

CÓDICE COSTA MATOSO, FIGUEIREDO, Luciano R. de A.; CAMPOS, Maria V. **Código Costa Matoso.** Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa.** 5. ed. Paris: Ângelo Francisco Carneiro Júnior, 1863. Original publicado em 1836.

FIGUEIREDO, Antônio Cândido de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1936. Original publicado em 1899.

FREITAS, Mário A. T. Os serviços de estatística no Estado de Minas Gerais. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Tomo 26, p. 170-229, 2. sem. 1932.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico**: população e habitação – quadros totais para o conjunto da União, e de distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federadas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. (Série Nacional, 2)

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

MATOS, Raimundo J. Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial; Arquivo Público Mineiro, 1979. v. 1, 2

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; 1978.

PINTO, Luiz M. da S. Relação das cidades, villas e povoações da província de Minas Geraes com declaração do número de fogos de cada uma (1830). **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto, v. 2, n. 1, p. 18-28. jan./mar. 1897.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Goiania: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, 1996. Edição Fac-similada, Goiânia: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana, 1996. Edição fac-similada da 1ª edição de 1832.

POHL, Johann E. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

RAPM. “Documentos” Diversos. **Revista do Arquivo Publico Mineiro**, Ouro Preto, v. 4, n. 4, p. 287-316, 1899.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 22. ed. Madri: Real Academia Española, 2001. Disponível em: <<http://buscon.rae.es/draeI/>> Acesso em: 25 abr. 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974b.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975a.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975c.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975b.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974a.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Lisboa: Imprensa Régia, 1831. Original publicado em, 1789.

SPIX, Johann B. Von; MARTIUS, Carl F. P. Von. **Viagem pelo Brasil**, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981a. v. 1, 2.

VIEIRA, Domingos. **Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa**. Porto: E. Chardrom & Bartholomeu H. de Moraes, 1871-1874.

Fontes secundárias

ALTMANN, Ana M. G.; FERREIRA, Carlos E. de C. Evolução do censo demográfico e registro civil como fontes de dados para análise da fecundidade e mortalidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 160, p. 399-454, out./dez. 1979.

ANDRADE, Cristiana V. de. **Domicílios mineiros oitocentistas: uma aplicação do método "Grade of Membership" (GoM)**. 2001. 95 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

BACELAR, Carlos A. P., SCOTT, A. S. V., BASSANEZI, Maria S. C. B. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

BARBOSA, Waldemar de A. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. 380 p. v. 3

BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes**. 9. ed. São Paulo: DIFEL, 1979. 282 p.

BERGAD, Laird. W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 392 p.

BERKNER, Lutz K. The stem family and the developmental cycle of peasant household: An eighteenth-century Austrian example. **American Historical Review**. Washington, v. 77, n. 2, p. 398-418, Apr. 1972.

BIRABEN, Jean-Noël. A southern French village: the inhabitants of Montplaisant in 1644 In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). **Household and family in the past time**. Cambridge: University Printing, 1972. p. 237-254.

BOTELHO, Tarcísio R. A família na obra de Frédéric Le Play. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 513-544, 2002.

BOTELHO, Tarcísio R. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 390 p.

BRUNNER, Otto. Das "ganze Haus" und die alteuropäische "Ökonomick", Zeitschrift für Nationalökonomie. In: BRUNNER, Otto. **Neue Wege der Verfassungs- und Sozialgeschichte**. 2nd ed, [S.l]: Göttingen, 1968. Apud LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre as áreas da Europa Ocidental. In: MARCÍLIO, Maria. L. (Org.) **População e sociedade: Evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 137-170.

BURCH, Thomas K. Some demographic determinants of average household size: na analytic approach. In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). **Household and family in the past time**. Cambridge: University Printing, 1972. p. 91-102.

CARDOSO, Ciro F. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 210 p.

CARRARA, Ângelo A. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: UFJF, 2007. 364 p.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO - CEBRAP. O banco de dados. In: _____. **Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890**. São Paulo: Cebrap, s.d. 3 p. Disponível em: <<http://www.cebrap.org.br/Recenseamentos/01/banco/index.html>> Acesso em: 15 nov. 2008.

CHAVES, Cláudia M. G. **Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999. 184 p.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany**.: Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

CORRÊA, Carolina P. **Porque sou um chefe de famílias e o senhor da minha casa**. 2005. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, M. S. K. *et al.* **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-38.

COSTA FILHO, Miguel. **A cana de açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963. 432 p.

COSTA, Iraci del N. da. **Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX**. São Paulo: IPE-USP, 1981. 335 p.

COSTA, Iraci del N. da; LUNA, Francisco V. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: LUNA, Francisco V. (Org.). **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: FIFE; Pioneira, 1982. p. 57-77

CUNHA, Alexandre M. **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação**. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DIAS, Maria O. L. da S. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos G. (Org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 160-184.

DUPÂQUIER, Jacques; JADIN, Louis. Structure of household and family in Corsica, 1769-71. In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). **Household and family in the past time**. Cambridge: University Printing, 1972. p. 237-254.

EVERSLEY, David E. C. Population, economy and society. In: GLASS, David V., EVERSLEY, David E. C. **Population in history**. London: London Edward Arnol, 1965. p. 23-69.

FERREIRA, Carlos M. de C. As teorias da localização e a organização espacial da economia. In: HADDAD, Paulo R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. p. 67-206.

FIGUEIREDO, Luciano R. A. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997. 198 p.

FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. 324 p.

FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. 118 p.

FRANK, Zephyr. Padrões de riqueza no sudeste do Brasil, 1815-1860. **História Econômica & História De Empresas**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 5-48, jul./dez. 2006.

FREITAS, José L. Família e domicílio: uma proposta de conceituação e categorização. Separata de: **Seminário permanente de estudos da família e da população no passado brasileiro**. São Paulo: ANPUH. Separata da IPE-USP, 1986a

FREITAS, José L. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci N. (Org.) **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986b. p. 205-221.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 12. ed.. Brasília: Universidade de Brasília, 1963. 589 p.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1961. 758 p. 2 v.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977. 248 p.

FURTADO, Júnia F. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999. 289 p.

GODOY, Marcelo M. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço**: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996. 112 p. (Texto para discussão, 109).

GODOY, Marcelo M. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio**: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. 2004. 697 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GODOY, Marcelo M.; RODARTE, M. M. S. Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do Século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11., 2004, Diamantina. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.

GODOY, Marcelo M.; RODARTE, M. M. S.; PAIVA, Clotilde A. Negociantes e tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6, 2003. Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: ABPHE, 2003.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980. 582 p.

GRAÇA FILHO, Afonso de A. **A princesa do oeste**: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. 255 p.

HAJNAL, John. European marriage patterns in perspective. In: GLASS, D. V.; EVERSLEY, D. E. **Population in history**. London: Edward Arnold, 1965. p. 101-143.

HAJNAL, John. Two kinds of preindustrial household formation system. **Population and Development Review**, New York, v. 8, n. 3, p. 449 - 494, Sept. 1982.

HÉLIN, Étienne. Size of households before the industrial revolution: the case of Liège in 1801. In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). **Household and family in the past time**. Cambridge: University Printing, 1972. p. 319-334.

HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977. 165 p.

HOLANDA, Sérgio B. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**: a época colonial: administração, economia e sociedade. 6. ed. São Paulo: Difel. 1985. p. 259-310. v. 2.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. 154 p.

HOOVER, Edgard M.; FISCHER, Joseph L. Estudo sobre o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia Regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 281-290.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio B. (Orgs.). **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Difel. 1985. p. 364-412. v. 2

KUZNESOF, Elizabeth A. History of the family and population in Brazil: problematics for the 21st century. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu, MG. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

KUZNESOF, Elizabeth A. **Household economy and urban development: São Paulo, 1765 to 1836**. Boulder: Westview, 1986. 216 p.

LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre as áreas da Europa Ocidental. In: MARCÍLIO, Maria. L. (Org.) **População e sociedade: Evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 137-170.

LASLETT, Peter. **Family life and illicit love in earlier generations: essays in historical sociology**. Cambridge: University Printing, 1977. 270 p.

LASLETT, Peter. Introduction: the history of the family. In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). **Household and family in the past time**. Cambridge: University Printing, 1972a. p. 1 - 89.

LASLETT, Peter. Mean household size in England since the sixteenth century. In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). **Household and family in the past time**. Cambridge: University Printing, 1972b. p. 125 - 203.

LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). **Household and family in the past time**. Cambridge: University Printing, 1972. 623 p.

LE PLAY, Frédéric, **La méthode sociale**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989. 653 p. Edição fac-similada.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. 136 p.

LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 404 p.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania de Minas Gerais**. 3. ed. Belo Horizonte: Instituto de História Letras e Arte, 1965. 231 p.

LIMA, Alceu A. **A voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1946. 252 p.

LUNA, Francisco V. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 99-169, jan./mar. 1998.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Hebert S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004.

MACEDO, Concessa V. A indústria têxtil, suas trabalhadoras e os censos da população de Minas Gerais do século XIX: uma reavaliação. **Vária História**. Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 207-232, jan./jun. 2006.

MALTHUS, Thomas R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**: ensaio sobre a população. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 387 p.

MANTON, Kenneth G.; VERTREES, James C., The use of grade of membership analysis to evaluate and modify diagnosis-related groups. **Medical Care**. v. 22, n. 12, p. 1067-1082, Dec. 1984.

MANTON, Kenneth G.; WOODBURY, Max A.; TOLLEY, H. Dennis. **Statistical application using fuzzy sets**. New York: John Wiley & Sons. 1994. 312 p.

MARCÍLIO, Maria L. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci del N. da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 11-27.

MARTINS, Maria do C. S. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: PAIVA, Clotilde A.; Libby, Douglas C. **20 anos do seminário sobre a economia mineira - 1982-2002**: Coletânea de trabalhos, 1982/2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002. v. 2, p. 51-90.

MARTINS, Roberto B. **Growing in silence**: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil. 1980, 337 f. Tese (Doutorado em Economia) – Vanderbilt University, Nashville, 1980.

MARTINS, Roberto B. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do A. (Orgs.). **História econômica da independência e do império**, São Paulo: ABPHE, 2002. p. 99-130.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 306 p.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: terra de quem? São Paulo: Nobel; EDUSP, 1991. 143 p.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 379 p.

MAXWELL, Kenneth, **A devassa da devassa; a inconfidência mineira**: Brasil-Portugal 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995. 317 p.

MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; RODARTE, M. M. S.; SANTOS JÚNIOR, José M. dos. Entre o escravismo e a gênese do mercado de trabalho: o processo de ocupação demográfica, na província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 – 1870 In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 6.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 8., 2007, Aracaju. **Anais Eletrônicos...** Aracaju: ABPHE, 2007. p. 1-20.

MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; SANTOS JÚNIOR, José M. dos; RODARTE, Mario M. S. Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação

demográfica, na província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12., 2006, Diamantina. **Anais Eletrônicos...** Diamantina: UFMG/FACE/Cedeplar, 2006. p. 1-24.

MELO, Frederico L. B. de. **Trajetórias do mercado de trabalho**: perfis socioocupacionais de indivíduos e casais da grande São Paulo. 2006. 176 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MENESES, José N. C. Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio, século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000. p. 123-146.

MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 442 p.

METCALF, Alida. **Families of planters, peasants and slaves**: strategies for survival in Santana do Parnaíba, Brazil, 1720-1820. Tese (Doutorado) – Universidade do Texas, Austin, 1983. *apud* FREITAS, José L. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci N. (Org.) **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE/USP, 1986b. p. 205-221.

MIRANDA-RIBEIRO, Adriana de; GARCIA, Ricardo A. Segregação social em Belo Horizonte: uma comparação entre dois métodos de *Fuzzy Clustering*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 14 p.

MITTERAUER, Michael, SIEDER, Reinhard. **The European family**: patriarchy to partnership from the middle Ages at the present. Chicago: The University of Chicago, 1982. 235 p.

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2001. 13 p. (Texto para discussão, 164).

MOREDA, Vicente P., REHER, David S. Demographic mechanisms and long-term swings in population in Europe, 1200-1850. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 1985, Florence, **Congres International de la Population...** Florence: IUSSP, 1985. p. 313-329.

MORTARA, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. V. Retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculo dos óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870-1920. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 39-89, jan./mar. 1941a.

MORTARA, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. VI. Sinopse da dinâmica da população do Brasil nos últimos cem anos. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 267-276, Abr./Jun. 1941b.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 361 p.

NORTH, Douglas C. Teorias da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 291-314.

NOTESTEIN, F. Economic problems of population change. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF AGRICULTURAL ECONOMISTS, 8, Londres. **Proceedings...** Londres: Oxford University, 1953. p. 13-31.

NOVAIS, Fernando. **A estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: (séculos XVI-XVIII)**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 106 p.

OLIVEIRA, Jane S. **Brasil mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000**. Rio de Janeiro: IBGE. 2003. 75 p. (Texto para discussão, 6).

PAIVA, Clotilde A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 229 f. Tese (Doutorado de História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde A., CARVALHO, José A. M. de; LEITE, Valéria da M. Demografia. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. 2. ed.. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 19-52.

PAIVA, Clotilde A.; ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de minas oitocentista: listas Nominativas. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 5., 1990, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1990. p. 85-106.

PAIVA, Clotilde A.; GODOY, Marcelo M. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SILVA, Francisco C. T.; MATTOS, Hebe M.; FRAGOSO, João (orgs.) **Escritos sobre a história e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001. p. 479-515

PAULA, João A. de. O mercado e o mercado interno no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-39, jan./jun. 2002.

PAULA, João A. de. **O Prometeu no sertão: economia e sociedade da capitania das Minas dos Matos Gerais**. 1988. 776 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

PAULA, João A. de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156 p.

PINTO, Alvaro. V. **El pensamiento critico en demografia**. Santiago do Chile: CELADE, 1973. 454 p.

PRADO JÚNIOR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. 390 p.

PRED, Allan. **Sistemas de cidades em economias adiantadas**. São Paulo: Zahar, 1979. 230 p.

RAMOS, Donald. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. **Jornal of the Family History**, v. 3, n. 4, p. 361-375, Winter. 1978.

RAMOS, Donald. From inho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family. **Hispanic American Historical Review**, North Carolina, v. 73, n. 4, p. 639-662, Nov. 1993. *apud* FURTADO, Júnia F. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Brasília, v. 14, n.1/2, p 101-124, jan./dez. 1997.

RESTITUTTI, Cristiano C. **As fronteiras da província**: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884. 2006. 335 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

RODARTE, Mario M. S. Arranjos domiciliares, urbanização e desenvolvimento econômico: um ensaio de tipologia domiciliar com as listas nominativas de Minas Gerais na década de 1830. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambú. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: ABEP, 2006a. 21 p.

RODARTE, Mario M. S. *et al.* **O banco de dados dos inquéritos provinciais da segunda metade do século XIX**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 33 p. (Texto para discussão, 206).

RODARTE, Mario M. S. **O Caso das Minas que não se esgotaram**: A pertinácia do Antigo Núcleo Central Minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista. 1999. 179 f. Dissertação (mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RODARTE, Mario M. S. Os correios nas Minas do oitocentos. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8., 1998, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1998. v. 1, p. 79-112.

RODARTE, Mario M. S.; GODOY, Marcelo M. Pródromos da formação do mercado interno brasileiro: um estudo de caso das relações entre capital mercantil, rede de cidades e desenvolvimento regional, Minas Gerais na Década de 1830. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. **Anais Eletrônicos...** Natal: ANPEC, 2005b.

RODARTE, Mario M. S.; PAULA, João A. de; SIMÕES, Rodrigo F. Rede de cidades em Minas Gerais no Século XIX. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 7-45, jan./jun. 2004.

RODARTE, Mario M. S.; SANTOS JÚNIOR, José M. dos; MELLO FILHO, Marcelo S. B. de. O urbano precocemente delineado: notas sobre o significado demográfico e econômico do urbano e do rural, na Minas Gerais oitocentista In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém-PA, **Anais Eletrônicos...** Belém: ANPUR, 2007. 19 p.

RODARTE, Mario. M. S.; GODOY, Marcelo M. Comércio e desenvolvimento econômico e urbano na província de Minas Gerais - Primeira metade do Século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 6.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 7., 2005, Conservatória. **Anais Eletrônicos...** Conservatória: ABPHE, 2005a.

SAMARA, Eni M. A constituição da família na população livre: São Paulo no século XIX. In: COSTA, Iraci N. (Org.) **Brasil: História econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 189-201.

SAMARA, Eni M. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero, 1989. 194 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 157 p.

SAWYER, Diana O.; LEITE, Iúri da C.; GARCIA, Ricardo A. Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 757-776, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 474 p.

SILVA, Flávio Marcus. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII. In: PAIVA, Clotilde A.; Libby, Douglas C. **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira, 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982/2000**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002. v. 2, p. 343-365.

SILVA, Leonardo V. da. Redescobrimo as Cidades Mineiras Oitocentistas. In: PAIVA, Clotilde A.; Libby, Douglas C. **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira, 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982/2000**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002. v. 2, p. 151-172.

SILVA, Leonardo V. da. **Redescobrimo o espaço urbano mineiro oitocentista: Santa Luzia, Tapera, Mercês do Pomba e Oliveira em 1831**. 1995. 46 f. Monografia (Graduação de História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1977. 475 p.

SIQUEIRA, Jack. A estatística na província de Minas Gerais: cuidados e preocupações. **Fundação João Pinheiro: Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, 11(11/12), p. 373-378, nov/dez 1981.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da família escrava, Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 299 p.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. **Estudos Econômicos** . São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-195, Set. 1988.

SMITH, Richard M. Fertility, economy, and household formation in England over three centuries. **Population and Development Review**. New York, v. 9, n. 4, p. 595-622, Dec.1981.

SOARES, José F.; FARIAS, Alfredo A.; CESAR, Cibele C. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 378 p.

SOUZA, Laura de M. **Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1986. 237 p.

THEBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006. 511 p.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996. 356 p.

UNITED NATIONS. **The concept of a stable population**: application to the study of populations of countries with incomplete demographic statistics. New York: United Nations, 1968. 237 p.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 363 p.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 313 p.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999. 591 p.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. 424 p.

WEBER, Max. **História geral da economia**. São Paulo: Centauro, 2006. 337 p.

ZADEH, Lotfi A. Fuzzy sets. **Information and Control**. v. 8, n. 3. p. 338-353, Jun. 1965.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990. 247 p.

APÊNDICE A – ESTIMATIVAS POPULACIONAIS BRASILEIRAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Tabela 47 – População total recenseada e estimada, por província, em ordem de tamanho populacional em 1872, e taxas de crescimento - Brasil e Províncias – 1818/1832/1872

Províncias e Brasil	1818 (1)	Contagem regional (2)		Estimativa 1832 (3)	Censo 1872 (4)	Taxas de crescimento		
		Ano	Total			1818-1832	1832-1872	1818-1872
Brasil	3.478.758	-	-	4.478.565	10.064.022	1,8	2,0	2,0
1-Minas Gerais	514.511	1832	756.657	756.657	2.083.545	2,8	2,6	2,6
2-Bahia	477.912	1830	560.000	574.991	1.380.821	1,3	2,2	2,0
3-RJ e Corte	510.000	-	-	587.723	1.094.576	1,0	1,6	1,4
Rio de Janeiro	390.669	1850	556.003	455.894	819.604	1,1	1,5	1,4
Corte	119.331	1838	137.578	131.829	274.972	0,7	1,9	1,6
4-Pernambuco	368.465	1854	950.000	532.546	841.539	2,7	1,2	1,5
5-São Paulo	238.323	1836	284.266	273.345	837.354	1,0	2,8	2,4
6-Ceará	201.170	1860	503.703	273.170	721.616	2,2	2,5	2,4
7-Rio Gde. do Sul	92.180	1857	282.547	137.804	446.962	2,9	3,0	3,0
8-Paraíba	96.448	1850	212.466	136.256	376.226	2,5	2,6	2,6
9-Maranhão	200.000	1854	360.000	251.364	360.640	1,6	0,9	1,1
10-Alagoas	111.973	1849	207.796	148.041	318.009	2,0	1,9	2,0
11-Pará	123.901	1853	187.094	146.106	275.237	1,2	1,6	1,5
12-Sergipe	114.996	1854	183.600	137.943	234.613	1,3	1,3	1,3
13-Rio Gde. do N.	70.921	1855	132.296	89.790	233.979	1,7	2,4	2,2
14-Piauí	61.226	1854	150.400	86.841	211.822	2,5	2,3	2,3
15-Goiás	63.168	1856	121.986	80.500	160.395	1,7	1,7	1,7
16-Santa Catarina	44.031	1854	105.000	61.736	159.802	2,4	2,4	2,4
17-Paraná	59.942	1854	72.400	64.509	126.722	0,5	1,7	1,4
18-Espírito Santo	72.845	1830	74.000	74.194	82.137	0,1	0,3	0,2
19-Mato Grosso	37.396	1828	38.357	38.748	60.417	0,3	1,1	0,9
20-Amazonas	19.350	1854	42.600	26.301	57.610	2,2	2,0	2,0

Fontes dos dados básicos: (1) Estimativa do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, adaptado para os limites provinciais da década de 1870 por Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986: 162-3) e exclui no cálculo, a suposição de existência de 800.000 índios;

(2) Minas Gerais: ver Tabela 2; Província 19: Inquérito provincial de Luiz D'Alincourt (Botelho, 1998: 129); Províncias 2 e 18: Estimativa de 1830 elaborada pela Comissão de Estatística Geográfica, Natural, Política e Civil (Vianna, 1986: 175); Província 5: Mapa da População da Província de São Paulo (Botelho, 1998: 81); Província 3 - Corte: Mapa da População do Município da Corte (Botelho, 1986: 72); Província 10: Mapa resumido da População da Província das Alagoas (Botelho, 1998: 103); Província 3 – Rio de Janeiro: Recenseamento da População da Província do Rio de Janeiro (Botelho, 1998: 74); Província 8: Mapa Estatístico da População Livre e Escrava da Província da Paraíba do Norte (Botelho, 1998: 109); Província 11: Mapa estatístico da população da Província do Grão Pará; Províncias 2, 4, 9, 12, 14, 16, 17, 18 e 20: Dados dos inquéritos provinciais organizados pelo Conselheiro Luiz Pereira do Couto Ferraz (Vianna, 1986: 177); Província 13: População do Rio Grande do Norte em 1855 (Botelho, 1998: 112); Província 15: Mapa da População de Goiás (Botelho, 1998: 132); Província 7: Resumo estatístico do mapa da população da província do Rio Grande do Sul relativo ao ano de 1857 para 1858 (Botelho, 1998: 91); Província 6: Mapa estatístico da Província do Ceará (Botelho, 1998: 115);

(3) Minas Gerais: ver Tabela 2; Demais províncias: estimativa obtida pelo uso da taxa de crescimento entre 1818 e as contagens regionais, sobre a população de 1818, em 14 anos.

(4) província de Minas Gerais: ver Tabela 3; Demais províncias: Dados corrigidos do Recenseamento do Império (Vianna, 1986: 182).

Tabela 48 - População livre recenseada e estimada, por província, em ordem de tamanho populacional em 1872, e taxas de crescimento - Brasil e Províncias – 1818/1832/1872

Províncias e Brasil	1818 (1)	Contagem regional (2)		Estimativa 1832 (3)	Censo 1872 (4)	Taxas de crescimento		
		Ano	Total			1818-1832	1832-1872	1818-1872
Brasil	2.488.743	-	-	3.198.064	8.549.802	1,8	2,5	2,3
1-Minas Gerais	463.342	1832	510.310	510.310	1.705.419	0,7	3,1	2,4
2-Bahia	330.649	1854	904.615	489.045	1.211.792	2,8	2,3	2,4
3-Corte e RJ	363.940	-	-	357.054	739.212	-0,1	1,8	1,3
Rio de Janeiro	299.685	1850	262.449	282.785	513.179	-0,4	1,5	1,0
Corte	64.255	1838	79.025	74.269	226.033	1,0	2,8	2,4
4-Pernambuco	270.832	1854	780.422	408.738	752.511	3,0	1,5	1,9
5-São Paulo	160.656	1836	200.250	190.683	680.742	1,2	3,2	2,7
6-Ceará	145.731	1860	468.268	215.047	689.773	2,8	3,0	2,9
7-Rio Gde. do Sul	63.927	1857	211.667	98.252	377.277	3,1	3,4	3,3
8-Paraíba	79.725	1850	183.920	114.927	354.700	2,6	2,9	2,8
9-Maranhão	66.668	1854	262.177	113.548	285.367	3,9	2,3	2,7
10-Alagoas	42.879	1849	168.006	79.449	312.268	4,5	3,5	3,7
11-Pará	90.901	1853	156.739	113.035	247.779	1,6	2,0	1,9
12-Sergipe	88.783	1854	145.312	107.533	204.524	1,4	1,6	1,6
13-Rio Gde. do N.	61.812	1855	112.052	77.415	220.959	1,6	2,7	2,4
14-Piauí	48.821	1854	122.047	69.719	186.897	2,6	2,5	2,5
15-Goiás	36.368	1856	109.658	54.615	149.743	2,9	2,6	2,7
16-Santa Catarina	34.859	1854	88.368	50.052	144.818	2,6	2,7	2,7
17-Paraná	49.751	1854	63.489	54.700	116.162	0,7	1,9	1,6
18-Espírito Santo	52.573	1854	38.479	46.564	59.478	-0,9	0,6	0,2
19-Mato Grosso	23.216	1828	25.642	26.682	53.750	1,0	1,8	1,6
20-Amazonas	13.310	1854	41.411	20.696	56.631	3,2	2,5	2,7

Fontes dos dados básicos: Ver Tabela 47.

APÊNDICE B – COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO, IDADE E CONDIÇÃO SOCIAL EM MINAS GERAIS, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Tabela 49 – Estimativa de 1832 e população recenseada, por região e tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830

Regiões/ tipos regionais	Estimativas em 1832			Listas nominativas de 1831/32 e 1838/41			Proporção (em %)		
	Condição			Condição			Condição		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
Tipo A	375.005	197.731	572.736	246.595	126.855	373.450	65,8	64,2	65,2
Tipo A.1	308.099	167.700	475.799	206.100	108.576	314.676	66,9	64,7	66,1
13. Mineradora Central Oeste (MCO)	126.810	68.605	195.415	85.179	42.789	127.968	67,2	62,4	65,5
12. Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT)	61.721	33.114	94.835	36.620	21.359	57.979	59,3	64,5	61,1
16. Sudeste	47.954	33.824	81.778	38.070	24.879	62.949	79,4	73,6	77,0
17. Sul Central	71.614	32.157	103.771	46.231	19.549	65.780	64,6	60,8	63,4
Tipo A.2	66.906	30.031	96.937	40.495	18.279	58.774	60,5	60,9	60,6
10. Diamantina	23.775	15.262	39.037	16.061	10.389	26.450	67,6	68,1	67,8
02. Vale Alto-Médio R. S. Francisco	10.149	3.651	13.800	4.916	1.440	6.356	48,4	39,4	46,1
11. Vale Médio Baixo R. das Velhas	32.982	11.118	44.100	19.518	6.450	25.968	59,2	58,0	58,9
Tipo B	96.582	48.591	145.173	59.787	29.304	89.091	61,9	60,3	61,4
Tipo B.1	48.241	27.545	75.786	35.181	18.124	53.305	72,9	65,8	70,3
15. Mata	29.882	21.237	51.119	20.878	13.087	33.965	69,9	61,6	66,4
06. Araxá	18.359	6.308	24.667	14.303	5.037	19.340	77,9	79,9	78,4
Tipo B.2	48.341	21.046	69.387	24.606	11.180	35.786	50,9	53,1	51,6
08. Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF)	15.670	5.162	20.832	5.586	1.741	7.327	35,6	33,7	35,2
05. Triângulo	7.383	4.146	11.529	2.466	1.474	3.940	33,4	35,6	34,2
14. Mineradora Central Leste (MCL)	25.288	11.738	37.026	16.554	7.965	24.519	65,5	67,9	66,2
Tipo C	100.512	29.776	130.288	59.171	15.226	74.397	58,9	51,1	57,1
04. Minas Novas e Sertão R. Doce	55.272	17.207	72.479	25.932	6.503	32.435	46,9	37,8	44,8
03. Sertão	11.628	2.446	14.074	10.885	2.183	13.068	93,6	89,2	92,9
07. Paracatu e Noroeste (P e N)	10.466	1.957	12.423	4.747	764	5.511	45,4	39,0	44,4
18. Sudoeste	23.146	8.166	31.312	17.607	5.776	23.383	76,1	70,7	74,7
Minas Gerais	572.099	276.098	848.197	365.553	171.385	536.938	63,9	62,1	63,3

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Estimativa populacional: ver Tabela 6, pág. 92)

Tabela 50 – Composição de sexo e idade da população livre, segundo tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830

Idades	Tipos regionais (em número)											
	A			B			C			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	35.067	32.997	68.064	9.522	8.925	18.447	9.473	8.749	18.222	54.062	50.671	104.733
10-19	26.078	26.939	53.017	6.615	6.741	13.356	6.971	6.850	13.821	39.664	40.530	80.194
20-29	17.756	22.365	40.121	4.680	5.327	10.007	4.825	5.500	10.325	27.261	33.192	60.453
30-39	13.264	16.088	29.352	3.458	3.391	6.849	3.155	3.315	6.470	19.877	22.794	42.671
40-49	11.154	12.303	23.457	2.729	2.393	5.122	2.512	2.276	4.788	16.395	16.972	33.367
50-59	8.186	8.342	16.528	1.842	1.451	3.293	1.615	1.399	3.014	11.643	11.192	22.835
60-69	5.036	5.156	10.192	1.027	729	1.756	897	720	1.617	6.960	6.605	13.565
70-79	1.972	2.036	4.008	335	280	615	315	251	566	2.622	2.567	5.189
80-89	762	826	1.588	146	120	266	143	132	275	1.051	1.078	2.129
90-	184	246	430	48	40	88	47	45	92	279	331	610
Total	119.459	127.298	246.757	30.402	29.397	59.799	29.953	29.237	59.190	179.814	185.932	365.746

Idades	Tipos regionais (em percentagem)											
	A			B			C			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	14,2	13,4	27,6	15,9	14,9	30,8	16,0	14,8	30,8	14,8	13,9	28,6
10-19	10,6	10,9	21,5	11,1	11,3	22,3	11,8	11,6	23,4	10,8	11,1	21,9
20-29	7,2	9,1	16,3	7,8	8,9	16,7	8,2	9,3	17,4	7,5	9,1	16,5
30-39	5,4	6,5	11,9	5,8	5,7	11,5	5,3	5,6	10,9	5,4	6,2	11,7
40-49	4,5	5,0	9,5	4,6	4,0	8,6	4,2	3,8	8,1	4,5	4,6	9,1
50-59	3,3	3,4	6,7	3,1	2,4	5,5	2,7	2,4	5,1	3,2	3,1	6,2
60-69	2,0	2,1	4,1	1,7	1,2	2,9	1,5	1,2	2,7	1,9	1,8	3,7
70-79	0,8	0,8	1,6	0,6	0,5	1,0	0,5	0,4	1,0	0,7	0,7	1,4
80-89	0,3	0,3	0,6	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,5	0,3	0,3	0,6
90-	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2
Total	48,4	51,6	100,0	50,8	49,2	100,0	50,6	49,4	100,0	49,2	50,8	100,0

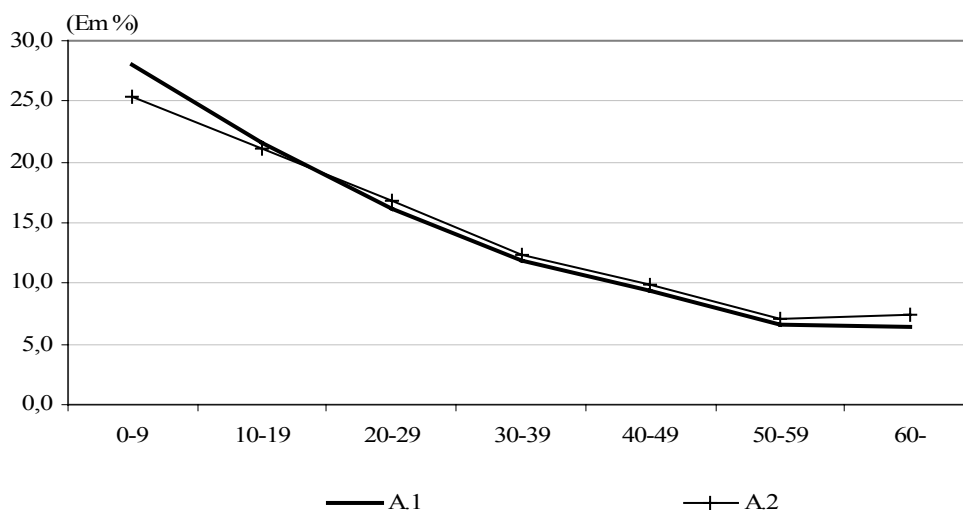
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 802 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

Tabela 51 – Composição de sexo e idade da população livre, segundo subtipos regionais do tipo A – Minas Gerais – Década de 1830

Idades	Tipo A (em número)						Tipo A (em percentagem)					
	A.1			A.2			A.1			A.2		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	29.761	27.994	57.755	5.306	5.003	10.309	14,4	13,6	28,0	13,1	12,4	25,5
10-19	21.813	22.669	44.482	4.265	4.270	8.535	10,6	11,0	21,6	10,5	10,5	21,1
20-29	14.812	18.507	33.319	2.944	3.858	6.802	7,2	9,0	16,2	7,3	9,5	16,8
30-39	11.015	13.352	24.367	2.249	2.736	4.985	5,3	6,5	11,8	5,6	6,8	12,3
40-49	9.315	10.121	19.436	1.839	2.182	4.021	4,5	4,9	9,4	4,5	5,4	9,9
50-59	6.810	6.854	13.664	1.376	1.488	2.864	3,3	3,3	6,6	3,4	3,7	7,1
60-69	4.143	4.195	8.338	893	961	1.854	2,0	2,0	4,0	2,2	2,4	4,6
70-79	1.630	1.620	3.250	342	416	758	0,8	0,8	1,6	0,8	1,0	1,9
80-89	642	669	1.311	120	157	277	0,3	0,3	0,6	0,3	0,4	0,7
90-	151	182	333	33	64	97	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2
Total	100.092	106.163	206.255	19.367	21.135	40.502	48,5	51,5	100,0	47,8	52,2	100,0

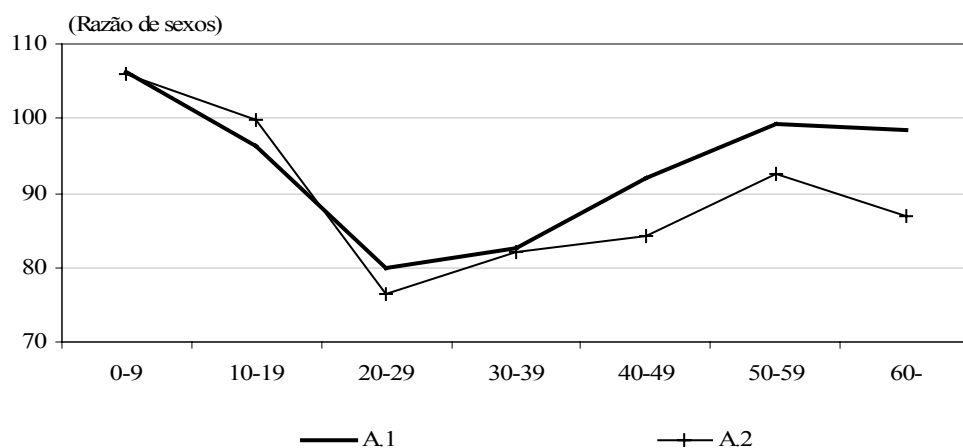
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 600 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

Gráfico 34 – Composição por idade da população livre, por subtipos do tipo A – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Tabela 51)

Gráfico 35 – Razão de sexos por idade da população livre, por subtipos do tipo A – Minas Gerais – Década de 1830



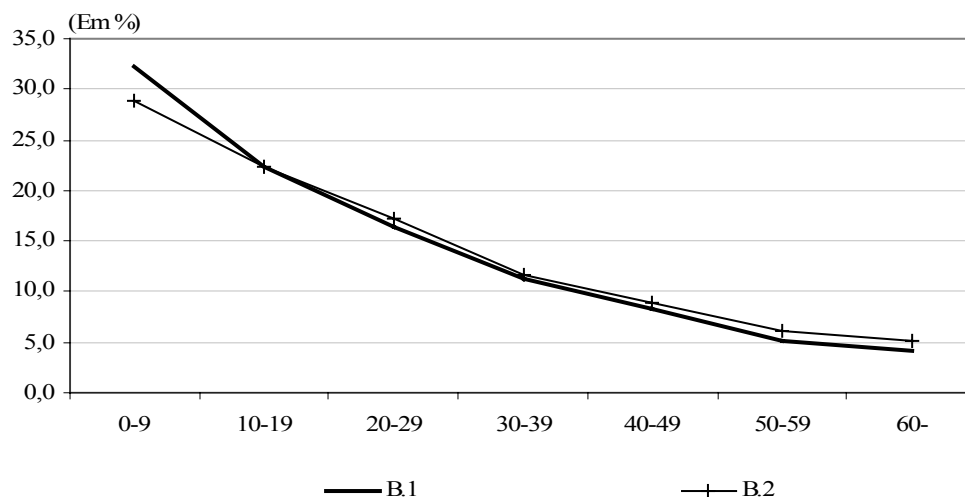
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Tabela 51)

Tabela 52 – Composição de sexo e idade da população livre, segundo subtipos regionais do tipo B – Minas Gerais – Década de 1830

Idades	Tipo B (em número)						Tipo B (em percentagem)					
	B.1			B.2			B.1			B.2		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	5.861	5.494	11.355	3.661	3.431	7.092	16,7	15,6	32,3	14,9	13,9	28,8
10-19	3.955	3.923	7.878	2.660	2.818	5.478	11,2	11,1	22,4	10,8	11,5	22,3
20-29	2.697	3.057	5.754	1.983	2.270	4.253	7,7	8,7	16,4	8,1	9,2	17,3
30-39	2.041	1.955	3.996	1.417	1.436	2.853	5,8	5,6	11,4	5,8	5,8	11,6
40-49	1.615	1.338	2.953	1.114	1.055	2.169	4,6	3,8	8,4	4,5	4,3	8,8
50-59	1.005	771	1.776	837	680	1.517	2,9	2,2	5,0	3,4	2,8	6,2
60-69	597	383	980	430	346	776	1,7	1,1	2,8	1,7	1,4	3,2
70-79	171	134	305	164	146	310	0,5	0,4	0,9	0,7	0,6	1,3
80-89	85	65	150	61	55	116	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,5
90-	19	23	42	29	17	46	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Total	18.046	17.143	35.189	12.356	12.254	24.610	51,3	48,7	100,0	50,2	49,8	100,0

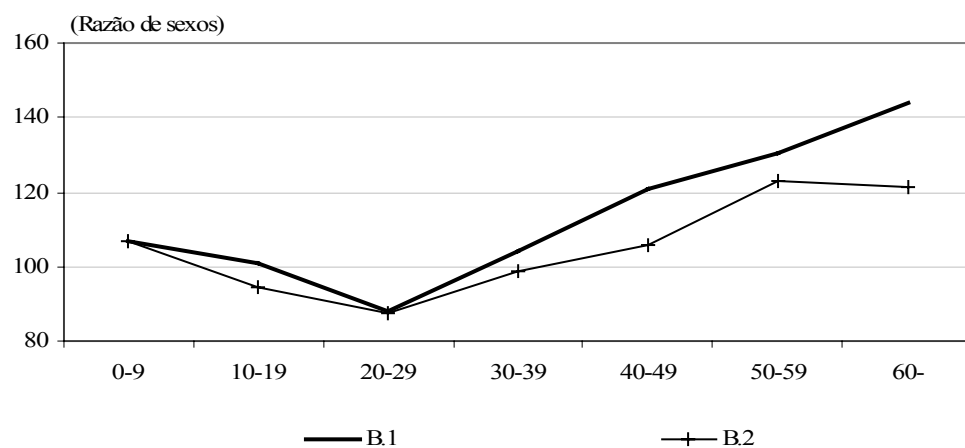
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 108 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

Gráfico 36 – Composição por idade da população livre, por subtipos do tipo B – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Tabela 52)

Gráfico 37 – Razão de sexos por idade da população livre, por subtipos do tipo B – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Tabela 52)

Tabela 53 – Composição de sexo e idade da população escrava, segundo tipos regionais – Minas Gerais – Década de 1830

Idades	Tipos regionais (em número)											
	A			B			C			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	11.648	11.051	22.699	2.871	2.676	5.547	1.553	1.573	3.126	16.072	15.300	31.372
10-19	17.650	12.174	29.824	4.247	2.768	7.015	1.990	1.602	3.592	23.887	16.544	40.431
20-29	20.070	11.551	31.621	5.415	2.732	8.147	2.161	1.444	3.605	27.646	15.727	43.373
30-39	12.910	7.244	20.154	3.026	1.549	4.575	1.443	911	2.354	17.379	9.704	27.083
40-49	7.390	4.106	11.496	1.493	760	2.253	835	495	1.330	9.718	5.361	15.079
50-59	4.326	2.036	6.362	727	319	1.046	480	220	700	5.533	2.575	8.108
60-69	2.387	830	3.217	362	158	520	230	99	329	2.979	1.087	4.066
70-79	702	226	928	102	20	122	78	38	116	882	284	1.166
80-89	256	71	327	38	16	54	33	17	50	327	104	431
90-	46	19	65	8	5	13	4	1	5	58	25	83
Total	77.385	49.308	126.693	18.289	11.003	29.292	8.807	6.400	15.207	104.481	66.711	171.192

Idades	Tipos regionais (em percentagem)											
	A			B			C			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	9,2	8,7	17,9	9,8	9,1	18,9	10,2	10,3	20,6	9,4	8,9	18,3
10-19	13,9	9,6	23,5	14,5	9,4	23,9	13,1	10,5	23,6	14,0	9,7	23,6
20-29	15,8	9,1	25,0	18,5	9,3	27,8	14,2	9,5	23,7	16,1	9,2	25,3
30-39	10,2	5,7	15,9	10,3	5,3	15,6	9,5	6,0	15,5	10,2	5,7	15,8
40-49	5,8	3,2	9,1	5,1	2,6	7,7	5,5	3,3	8,7	5,7	3,1	8,8
50-59	3,4	1,6	5,0	2,5	1,1	3,6	3,2	1,4	4,6	3,2	1,5	4,7
60-69	1,9	0,7	2,5	1,2	0,5	1,8	1,5	0,7	2,2	1,7	0,6	2,4
70-79	0,6	0,2	0,7	0,3	0,1	0,4	0,5	0,2	0,8	0,5	0,2	0,7
80-89	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2	0,1	0,3
90-	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	61,1	38,9	100,0	62,4	37,6	100,0	57,9	42,1	100,0	61,0	39,0	100,0

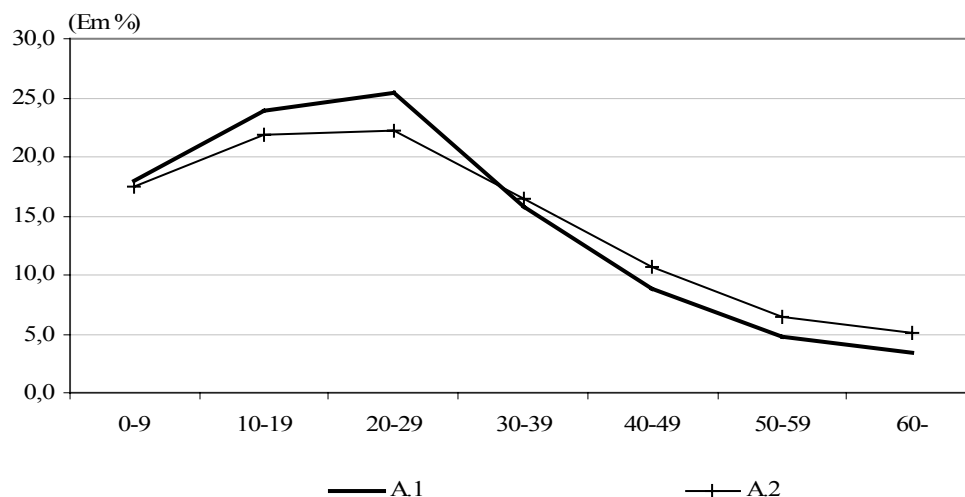
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 6.914 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

Tabela 54 – Composição de sexo e idade da população escrava, segundo subtipos regionais do tipo A – Minas Gerais – Década de 1830

Idades	Tipo A (em número)						Tipo A (em percentagem)					
	A.1			A.2			A.1			A.2		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	9.834	9.687	19.521	1.814	1.364	3.178	9,1	8,9	18,0	9,9	7,5	17,4
10-19	15.194	10.639	25.833	2.456	1.535	3.991	14,0	9,8	23,8	13,4	8,4	21,8
20-29	17.484	10.084	27.568	2.586	1.467	4.053	16,1	9,3	25,4	14,2	8,0	22,2
30-39	10.970	6.192	17.162	1.940	1.052	2.992	10,1	5,7	15,8	10,6	5,8	16,4
40-49	6.147	3.399	9.546	1.243	707	1.950	5,7	3,1	8,8	6,8	3,9	10,7
50-59	3.537	1.633	5.170	789	403	1.192	3,3	1,5	4,8	4,3	2,2	6,5
60-69	1.927	663	2.590	460	167	627	1,8	0,6	2,4	2,5	0,9	3,4
70-79	563	175	738	139	51	190	0,5	0,2	0,7	0,8	0,3	1,0
80-89	194	52	246	62	19	81	0,2	0,0	0,2	0,3	0,1	0,4
90-	36	11	47	10	8	18	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Total	65.886	42.535	108.421	11.499	6.773	18.272	60,8	39,2	100,0	62,9	37,1	100,0

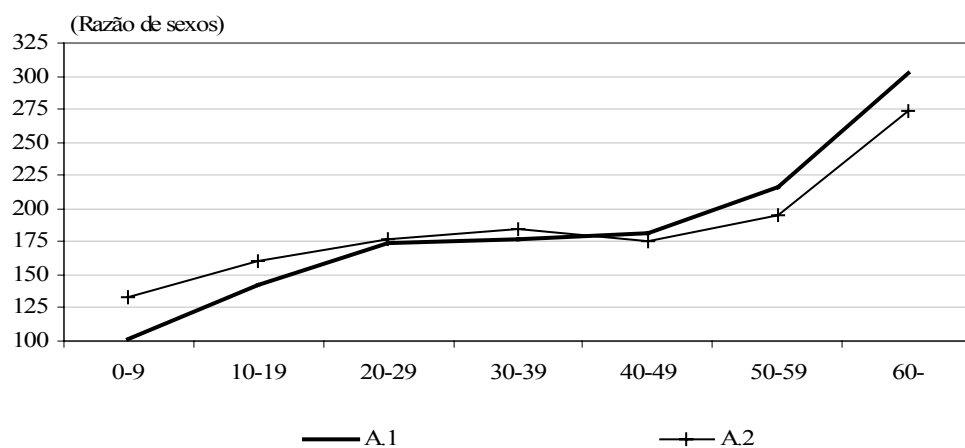
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 6.667 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

Gráfico 38 – Composição por idade da população escrava, por subtipos do tipo A – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Tabela 54)

Gráfico 39 – Razão de sexos por idade da população escrava, por subtipos do tipo A – Minas Gerais – Década de 1830



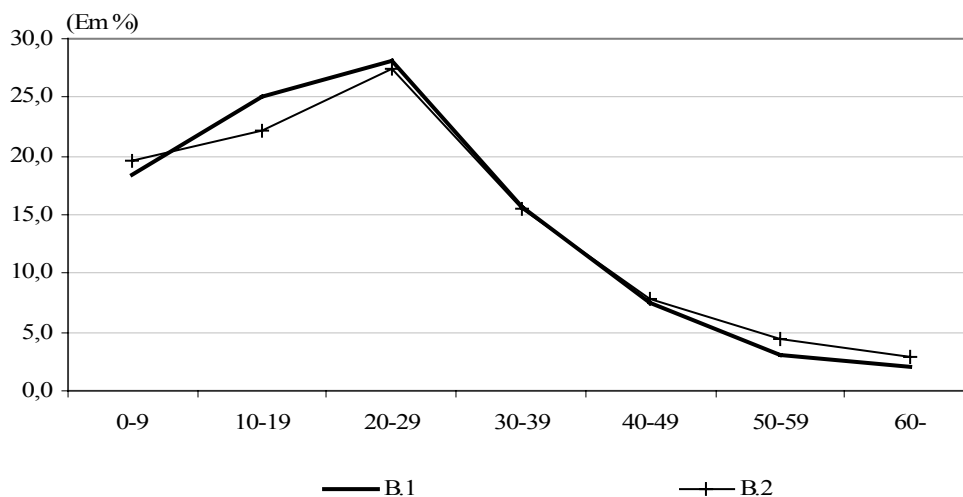
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Tabela 54)

Tabela 55 – Composição de sexo e idade da população escrava, segundo subtipos regionais do tipo B – Minas Gerais – Década de 1830

Idades	Tipo B (em número)						Tipo B (em percentagem)					
	B.1			B.2			B.1			B.2		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	1.705	1.642	3.347	1.166	1.034	2.200	9,4	9,1	18,5	10,4	9,3	19,7
10-19	2.774	1.768	4.542	1.473	1.000	2.473	15,3	9,8	25,1	13,2	8,9	22,1
20-29	3.416	1.668	5.084	1.999	1.064	3.063	18,9	9,2	28,1	17,9	9,5	27,4
30-39	1.892	944	2.836	1.134	605	1.739	10,4	5,2	15,7	10,1	5,4	15,6
40-49	911	461	1.372	582	299	881	5,0	2,5	7,6	5,2	2,7	7,9
50-59	386	173	559	341	146	487	2,1	1,0	3,1	3,1	1,3	4,4
60-69	190	83	273	172	75	247	1,0	0,5	1,5	1,5	0,7	2,2
70-79	55	12	67	47	8	55	0,3	0,1	0,4	0,4	0,1	0,5
80-89	20	10	30	18	6	24	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2
90-	4	2	6	4	3	7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	11.353	6.763	18.116	6.936	4.240	11.176	62,7	37,3	100,0	62,1	37,9	100,0

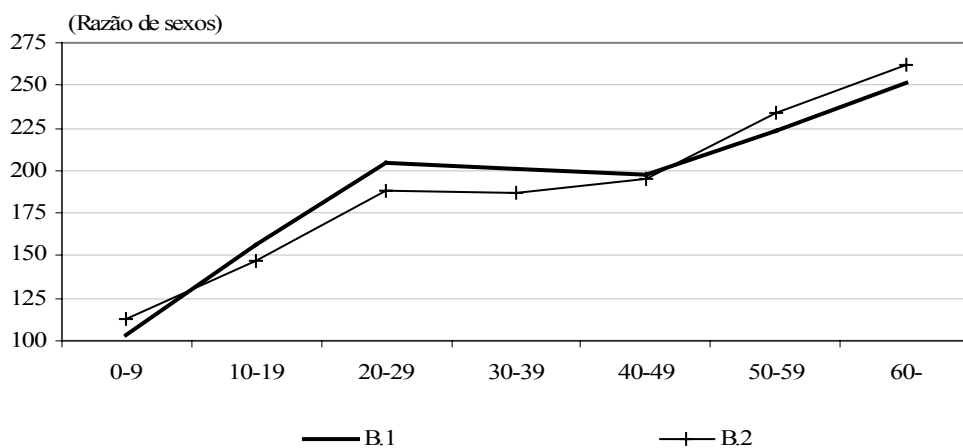
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 230 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

Gráfico 40 – Composição por idade da população escrava, por subtipos do tipo B – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Tabela 55)

Gráfico 41 – Razão de sexos por idade da população escrava, por subtipos do tipo B – Minas Gerais – Década de 1830



Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Tabela 55)

Tabela 56 – Composição de sexo e idade da população livre, segundo área – Minas Gerais – Década de 1830

Idades	Área do domicílio (em número)											
	Urbano			Rural			S/ inf.			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	8.323	7.765	16.088	29.112	27.298	56.410	16.627	15.608	32.235	54.062	50.671	104.733
10-19	6.936	6.952	13.888	20.882	21.899	42.781	11.846	11.679	23.525	39.664	40.530	80.194
20-29	4.563	6.297	10.860	14.385	17.349	31.734	8.313	9.546	17.859	27.261	33.192	60.453
30-39	3.488	4.931	8.419	10.506	11.935	22.441	5.883	5.928	11.811	19.877	22.794	42.671
40-49	2.954	4.085	7.039	8.876	8.806	17.682	4.565	4.081	8.646	16.395	16.972	33.367
50-59	2.330	2.964	5.294	6.294	5.722	12.016	3.019	2.506	5.525	11.643	11.192	22.835
60-69	1.498	1.927	3.425	3.808	3.390	7.198	1.654	1.288	2.942	6.960	6.605	13.565
70-79	669	795	1.464	1.356	1.305	2.661	597	467	1.064	2.622	2.567	5.189
80-89	233	355	588	569	518	1.087	249	205	454	1.051	1.078	2.129
90-	52	79	131	146	183	329	81	69	150	279	331	610
Total	31.046	36.150	67.196	95.934	98.405	194.339	52.834	51.377	104.211	179.814	185.932	365.746

Idades	Área do domicílio (em percentagem)											
	Urbano			Rural			S/ inf.			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	12,4	11,6	23,9	15,0	14,0	29,0	16,0	15,0	30,9	14,8	13,9	28,6
10-19	10,3	10,3	20,7	10,7	11,3	22,0	11,4	11,2	22,6	10,8	11,1	21,9
20-29	6,8	9,4	16,2	7,4	8,9	16,3	8,0	9,2	17,1	7,5	9,1	16,5
30-39	5,2	7,3	12,5	5,4	6,1	11,5	5,6	5,7	11,3	5,4	6,2	11,7
40-49	4,4	6,1	10,5	4,6	4,5	9,1	4,4	3,9	8,3	4,5	4,6	9,1
50-59	3,5	4,4	7,9	3,2	2,9	6,2	2,9	2,4	5,3	3,2	3,1	6,2
60-69	2,2	2,9	5,1	2,0	1,7	3,7	1,6	1,2	2,8	1,9	1,8	3,7
70-79	1,0	1,2	2,2	0,7	0,7	1,4	0,6	0,4	1,0	0,7	0,7	1,4
80-89	0,3	0,5	0,9	0,3	0,3	0,6	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3	0,6
90-	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Total	46,2	53,8	100,0	49,4	50,6	100,0	50,7	49,3	100,0	49,2	50,8	100,0

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 802 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

**Tabela 57 – Composição de sexo e idade da população escrava,
segundo área – Minas Gerais – Década de 1830**

Idades	Área do domicílio (em número)											
	Urbano			Rural			S/ inf.			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	2.564	2.442	5.006	9.301	8.902	18.203	4.207	3.956	8.163	16.072	15.300	31.372
10-19	4.659	3.221	7.880	13.515	9.339	22.854	5.713	3.984	9.697	23.887	16.544	40.431
20-29	5.041	3.031	8.072	15.724	8.916	24.640	6.881	3.780	10.661	27.646	15.727	43.373
30-39	3.155	1.967	5.122	9.861	5.423	15.284	4.363	2.314	6.677	17.379	9.704	27.083
40-49	1.778	1.072	2.850	5.513	3.043	8.556	2.427	1.246	3.673	9.718	5.361	15.079
50-59	1.161	584	1.745	3.160	1.443	4.603	1.212	548	1.760	5.533	2.575	8.108
60-69	691	237	928	1.672	622	2.294	616	228	844	2.979	1.087	4.066
70-79	194	66	260	512	154	666	176	64	240	882	284	1.166
80-89	65	19	84	217	56	273	45	29	74	327	104	431
90-	11	3	14	36	17	53	11	5	16	58	25	83
Total	19.319	12.642	31.961	59.511	37.915	97.426	25.651	16.154	41.805	104.481	66.711	171.192

Idades	Área do domicílio (em percentagem)											
	Urbano			Rural			S/ inf.			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	8,0	7,6	15,7	9,5	9,1	18,7	10,1	9,5	19,5	9,4	8,9	18,3
10-19	14,6	10,1	24,7	13,9	9,6	23,5	13,7	9,5	23,2	14,0	9,7	23,6
20-29	15,8	9,5	25,3	16,1	9,2	25,3	16,5	9,0	25,5	16,1	9,2	25,3
30-39	9,9	6,2	16,0	10,1	5,6	15,7	10,4	5,5	16,0	10,2	5,7	15,8
40-49	5,6	3,4	8,9	5,7	3,1	8,8	5,8	3,0	8,8	5,7	3,1	8,8
50-59	3,6	1,8	5,5	3,2	1,5	4,7	2,9	1,3	4,2	3,2	1,5	4,7
60-69	2,2	0,7	2,9	1,7	0,6	2,4	1,5	0,5	2,0	1,7	0,6	2,4
70-79	0,6	0,2	0,8	0,5	0,2	0,7	0,4	0,2	0,6	0,5	0,2	0,7
80-89	0,2	0,1	0,3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3
90-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	60,4	39,6	100,0	61,1	38,9	100,0	61,4	38,6	100,0	61,0	39,0	100,0

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. 6.914 indivíduos sem informação de idade e/ou sexo foram distribuídos pro rata.

APÊNDICE C – A DIMENSÃO DO URBANO E DO RURAL EM MINAS GERAIS, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Tabela 58 – Tamanho médio dos fogos, distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo a disponibilidade de informação de área e fonte – Minas Gerais – 1832

Fogo e pop. por disponibilidade de inf. de área e fonte	Área (Em número)			Área (Em percentagem)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Fogos	32.750	101.800	134.550	24,3	75,7	100,0
Com informação de área	24.208	71.087	95.295	25,4	74,6	100,0
Com lista nominativa (1)	17.717	43.823	61.540	28,8	71,2	100,0
Sem lista nominativa (2)	6.491	27.264	33.755	19,2	80,8	100,0
Sem informação de área (3)	8.542	30.713	39.255	21,8	78,2	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	5,6	6,7	6,4			
População	179.973	668.224	848.197	21,2	78,8	100,0
Com informação de área	134.117	468.010	602.127	22,3	77,7	100,0
Com lista nominativa (1)	99.157	291.765	390.922	25,4	74,6	100,0
Sem lista nominativa (5)	34.960	176.245	211.205	16,6	83,4	100,0
Sem informação de área (6)	45.856	200.214	246.070	18,6	81,4	100,0

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 13, pág. 129.

(1) Fogos e habitantes calculados diretamente da base de dados de listas nominativas de 1830, com informação de localização; (2) Fogos rurais e totais obtidos pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (3) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de fogos por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação; (4) Tamanho médio dos fogos obtido do conjunto de listas nominativas com informação de área; (5) Populações urbanas e rurais obtidas pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (6) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de habitantes por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação. (Ver Tabela 59)

Tabela 59 – Tamanho médio dos fogos, distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo a região e a disponibilidade de informação de área e fonte – Minas Gerais – 1832

(continua)

Fogo e pop. por disponibilidade de inf. de área e fonte	Área (Em número)			Área (Em percentagem)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Mineradora Central Oeste						
Fogos	12.061	19.484	31.545	38,2	61,8	100,0
Com informação de área	10.015	16.179	26.194	38,2	61,8	100,0
Com lista nominativa (1)	7.829	11.041	18.870	41,5	58,5	100,0
Sem lista nominativa (2)	2.186	5.138	7.324	29,8	70,2	100,0
Sem informação de área (3)	2.046	3.305	5.351	38,2	61,8	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	5,5	6,6	6,2			
População	66.498	128.917	195.415	34,0	66,0	100,0
Com informação de área	55.272	107.154	162.426	34,0	66,0	100,0
Com lista nominativa (1)	43.208	73.125	116.333	37,1	62,9	100,0
Sem lista nominativa (5)	12.064	34.029	46.093	26,2	73,8	100,0
Sem informação de área (6)	11.226	21.763	32.989	34,0	66,0	100,0
Sul Central						
Fogos	2.526	13.005	15.531	16,3	83,7	100,0
Com informação de área	1.629	8.387	10.016	16,3	83,7	100,0
Com lista nominativa (1)	1.087	4.918	6.005	18,1	81,9	100,0
Sem lista nominativa (2)	542	3.469	4.011	13,5	86,5	100,0
Sem informação de área (3)	897	4.618	5.515	16,3	83,7	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	6,1	6,8	6,7			
População	15.477	88.294	103.771	14,9	85,1	100,0
Com informação de área	9.988	56.979	66.967	14,9	85,1	100,0
Com lista nominativa (1)	6.665	33.411	40.076	16,6	83,4	100,0
Sem lista nominativa (5)	3.323	23.568	26.891	12,4	87,6	100,0
Sem informação de área (6)	5.489	31.315	36.804	14,9	85,1	100,0

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 13, pág. 129.

(1) Fogos e habitantes calculados diretamente da base de dados de listas nominativas de 1830, com informação de localização; (2) Fogos rurais e totais obtidos pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (3) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de fogos por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação; (4) Tamanho médio dos fogos obtido do conjunto de listas nominativas com informação de área; (5) Populações urbanas e rurais obtidas pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (6) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de habitantes por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação.

Tabela 59 – Tamanho médio dos fogos, distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo a região e a disponibilidade de informação de área e fonte – Minas Gerais – 1832

(continua)

Fogo e pop. por disponibilidade de inf. de área e fonte	Área (Em número)			Área (Em percentagem)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Interm. Pitangui-Tamanduá						
Fogos	3.674	9.755	13.429	27,4	72,6	100,0
Com informação de área	2.941	7.809	10.750	27,4	72,6	100,0
Com lista nominativa (1)	1.755	5.198	6.953	25,2	74,8	100,0
Sem lista nominativa (2)	1.186	2.611	3.797	31,2	68,8	100,0
Sem informação de área (3)	733	1.946	2.679	27,4	72,6	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	6,0	7,5	7,1			
População	21.884	72.951	94.835	23,1	76,9	100,0
Com informação de área	17.502	58.344	75.846	23,1	76,9	100,0
Com lista nominativa (1)	10.444	38.838	49.282	21,2	78,8	100,0
Sem lista nominativa (5)	7.058	19.506	26.564	26,6	73,4	100,0
Sem informação de área (6)	4.382	14.607	18.989	23,1	76,9	100,0
Sudeste						
Fogos	3.154	8.349	11.503	27,4	72,6	100,0
Com informação de área	2.279	6.032	8.311	27,4	72,6	100,0
Com lista nominativa (1)	2.110	4.950	7.060	29,9	70,1	100,0
Sem lista nominativa (2)	169	1.082	1.251	13,5	86,5	100,0
Sem informação de área (3)	875	2.317	3.192	27,4	72,6	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	5,8	7,6	7,1			
População	18.308	63.470	81.778	22,4	77,6	100,0
Com informação de área	13.251	45.937	59.188	22,4	77,6	100,0
Com lista nominativa (1)	12.268	37.695	49.963	24,6	75,4	100,0
Sem lista nominativa (5)	983	8.242	9.225	10,7	89,3	100,0
Sem informação de área (6)	5.057	17.533	22.590	22,4	77,6	100,0
Diamantina						
Fogos	2.356	4.367	6.723	35,0	65,0	100,0
Com informação de área	1.895	3.512	5.407	35,0	65,0	100,0
Com lista nominativa (1)	1.571	2.419	3.990	39,4	60,6	100,0
Sem lista nominativa (2)	324	1.093	1.417	22,9	77,1	100,0
Sem informação de área (3)	461	855	1.316	35,0	65,0	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	6,0	5,7	5,8			
População	14.139	24.898	39.037	36,2	63,8	100,0
Com informação de área	11.366	20.014	31.380	36,2	63,8	100,0
Com lista nominativa (1)	9.423	13.784	23.207	40,6	59,4	100,0
Sem lista nominativa (5)	1.943	6.230	8.173	23,8	76,2	100,0
Sem informação de área (6)	2.773	4.884	7.657	36,2	63,8	100,0

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 13, pág. 129.

(1) Fogos e habitantes calculados diretamente da base de dados de listas nominativas de 1830, com informação de localização; (2) Fogos rurais e totais obtidos pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (3) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de fogos por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação; (4) Tamanho médio dos fogos obtido do conjunto de listas nominativas com informação de área; (5) Populações urbanas e rurais obtidas pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (6) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de habitantes por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação.

Tabela 59 – Tamanho médio dos fogos, distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo a região e a disponibilidade de informação de área e fonte – Minas Gerais – 1832

(continua)

Fogo e pop. por disponibilidade de inf. de área e fonte	Área (Em número)			Área (Em percentagem)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
V. A. Médio R. S. Franc.						
Fogos	813	2.255	3.068	26,5	73,5	100,0
Com informação de área	496	1.375	1.871	26,5	73,5	100,0
Com lista nominativa (1)	410	368	778	52,7	47,3	100,0
Sem lista nominativa (2)	86	1.007	1.093	7,9	92,1	100,0
Sem informação de área (3)	317	880	1.197	26,5	73,5	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	4,5	4,5	4,5			
População	3.667	10.133	13.800	26,6	73,4	100,0
Com informação de área	2.236	6.178	8.414	26,6	73,4	100,0
Com lista nominativa (1)	1.848	1.653	3.501	52,8	47,2	100,0
Sem lista nominativa (5)	388	4.525	4.913	7,9	92,1	100,0
Sem informação de área (6)	1.431	3.955	5.386	26,6	73,4	100,0
V. Médio B. Rio das Velhas						
Fogos	1.537	5.541	7.078	21,7	78,3	100,0
Com informação de área	987	3.558	4.545	21,7	78,3	100,0
Com lista nominativa (1)	896	2.179	3.075	29,1	70,9	100,0
Sem lista nominativa (2)	91	1.379	1.470	6,2	93,8	100,0
Sem informação de área (3)	550	1.983	2.533	21,7	78,3	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	5,5	6,5	6,2			
População	8.466	35.634	44.100	19,2	80,8	100,0
Com informação de área	5.458	22.972	28.430	19,2	80,8	100,0
Com lista nominativa (1)	4.955	14.069	19.024	26,0	74,0	100,0
Sem lista nominativa (5)	503	8.903	9.406	5,3	94,7	100,0
Sem informação de área (6)	3.008	12.662	15.670	19,2	80,8	100,0
Mata						
Fogos	910	6.916	7.826	11,6	88,4	100,0
Com informação de área	358	2.721	3.079	11,6	88,4	100,0
Com lista nominativa (1)	203	1.351	1.554	13,1	86,9	100,0
Sem lista nominativa (2)	155	1.370	1.525	10,2	89,8	100,0
Sem informação de área (3)	552	4.195	4.747	11,6	88,4	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	5,5	6,7	6,5			
População	5.007	46.112	51.119	9,8	90,2	100,0
Com informação de área	1.973	18.170	20.143	9,8	90,2	100,0
Com lista nominativa (1)	1.119	9.021	10.140	11,0	89,0	100,0
Sem lista nominativa (5)	854	9.149	10.003	8,5	91,5	100,0
Sem informação de área (6)	3.034	27.942	30.976	9,8	90,2	100,0

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 13, pág. 129.

(1) Fogos e habitantes calculados diretamente da base de dados de listas nominativas de 1830, com informação de localização; (2) Fogos rurais e totais obtidos pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (3) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de fogos por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação; (4) Tamanho médio dos fogos obtido do conjunto de listas nominativas com informação de área; (5) Populações urbanas e rurais obtidas pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (6) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de habitantes por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação.

Tabela 59 – Tamanho médio dos fogos, distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo a região e a disponibilidade de informação de área e fonte – Minas Gerais – 1832

(continua)

Fogo e pop. por disponibilidade de inf. de área e fonte	Área (Em número)			Área (Em percentagem)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Sertão A. R. S. Franc.						
Fogos	226	2.982	3.208	7,0	93,0	100,0
Com informação de área	186	2.452	2.638	7,1	92,9	100,0
Com lista nominativa (1)	80	781	861	9,3	90,7	100,0
Sem lista nominativa (2)	106	1.671	1.777	6,0	94,0	100,0
Sem informação de área (3)	40	530	570	7,0	93,0	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	4,9	6,6	6,5			
População	1.096	19.736	20.832	5,3	94,7	100,0
Com informação de área	902	16.248	17.150	5,3	94,7	100,0
Com lista nominativa (1)	388	5.176	5.564	7,0	93,0	100,0
Sem lista nominativa (5)	514	11.072	11.586	4,4	95,6	100,0
Sem informação de área (6)	194	3.488	3.682	5,3	94,7	100,0
Araxá, Triângulo, Paracatu e Noroeste						
Fogos	1.971	6.018	7.989	24,7	75,3	100,0
Com informação de área	928	2.833	3.761	24,7	75,3	100,0
Com lista nominativa (1)	265	1.373	1.638	16,2	83,8	100,0
Sem lista nominativa (2)	663	1.460	2.123	31,2	68,8	100,0
Sem informação de área (3)	1.043	3.185	4.228	24,7	75,3	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	3,8	6,7	6,2			
População	7.690	40.929	48.619	15,8	84,2	100,0
Com informação de área	3.544	18.863	22.407	15,8	84,2	100,0
Com lista nominativa (1)	1.012	9.143	10.155	10,0	90,0	100,0
Sem lista nominativa (5)	2.532	9.720	12.252	20,7	79,3	100,0
Sem informação de área (6)	4.146	22.066	26.212	15,8	84,2	100,0
Minas Novas e S. do R. Doce						
Fogos	2.017	11.190	13.207	15,3	84,7	100,0
Com informação de área	1.457	8.081	9.538	15,3	84,7	100,0
Com lista nominativa (1)	647	2.377	3.024	21,4	78,6	100,0
Sem lista nominativa (2)	810	5.704	6.514	12,4	87,6	100,0
Sem informação de área (3)	560	3.109	3.669	15,3	84,7	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	4,6	5,7	5,4			
População	9.280	63.199	72.479	12,8	87,2	100,0
Com informação de área	6.724	45.790	52.514	12,8	87,2	100,0
Com lista nominativa (1)	2.986	13.469	16.455	18,1	81,9	100,0
Sem lista nominativa (5)	3.738	32.321	36.059	10,4	89,6	100,0
Sem informação de área (6)	2.556	17.409	19.965	12,8	87,2	100,0

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 13, pág. 129.

(1) Fogos e habitantes calculados diretamente da base de dados de listas nominativas de 1830, com informação de localização; (2) Fogos rurais e totais obtidos pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (3) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de fogos por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação; (4) Tamanho médio dos fogos obtido do conjunto de listas nominativas com informação de área; (5) Populações urbanas e rurais obtidas pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (6) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de habitantes por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação.

Tabela 59 – Tamanho médio dos fogos, distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo a região e a disponibilidade de informação de área e fonte – Minas Gerais – 1832

Fogo e pop. por disponibilidade de inf. de área e fonte	(fim)					
	Área (Em número)			Área (Em percentagem)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Mineradora Central Leste						
Fogos	633	4.724	5.357	11,8	88,2	100,0
Com informação de área	524	3.909	4.433	11,8	88,2	100,0
Com lista nominativa (1)	351	2.629	2.980	11,8	88,2	100,0
Sem lista nominativa (2)	173	1.280	1.453	11,9	88,1	100,0
Sem informação de área (3)	109	815	924	11,8	88,2	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	6,1	7,0	6,9			
População	3.881	33.145	37.026	10,5	89,5	100,0
Com informação de área	3.211	27.426	30.637	10,5	89,5	100,0
Com lista nominativa (1)	2.151	18.446	20.597	10,4	89,6	100,0
Sem lista nominativa (5)	1.060	8.980	10.040	10,6	89,4	100,0
Sem informação de área (6)	670	5.719	6.389	10,5	89,5	100,0
Sertão						
Fogos	294	2.375	2.669	11,0	89,0	100,0
Com informação de área	183	1.476	1.659	11,0	89,0	100,0
Com lista nominativa (1)	183	1.476	1.659	11,0	89,0	100,0
Sem lista nominativa (2)	-	-	-	-	-	-
Sem informação de área (3)	111	899	1.010	11,0	89,0	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	5,0	5,3	5,3			
População	1.480	12.594	14.074	10,5	89,5	100,0
Com informação de área	920	7.827	8.747	10,5	89,5	100,0
Com lista nominativa (1)	920	7.827	8.747	10,5	89,5	100,0
Sem lista nominativa (5)	-	-	-	-	-	-
Sem informação de área (6)	560	4.767	5.327	10,5	89,5	100,0
Sudoeste						
Fogos	578	4.839	5.417	10,7	89,3	100,0
Com informação de área	330	2.763	3.093	10,7	89,3	100,0
Com lista nominativa (1)	330	2.763	3.093	10,7	89,3	100,0
Sem lista nominativa (2)	-	-	-	-	-	-
Sem informação de área (3)	248	2.076	2.324	10,7	89,3	100,0
Tamanho médio dos fogos (em pessoas) (4)	5,4	5,8	5,8			
População	3.100	28.212	31.312	9,9	90,1	100,0
Com informação de área	1.770	16.108	17.878	9,9	90,1	100,0
Com lista nominativa (1)	1.770	16.108	17.878	9,9	90,1	100,0
Sem lista nominativa (5)	-	-	-	-	-	-
Sem informação de área (6)	1.330	12.104	13.434	9,9	90,1	100,0

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 13, pág. 129.

(1) Fogos e habitantes calculados diretamente da base de dados de listas nominativas de 1830, com informação de localização; (2) Fogos rurais e totais obtidos pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (3) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de fogos por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação; (4) Tamanho médio dos fogos obtido do conjunto de listas nominativas com informação de área; (5) Populações urbanas e rurais obtidas pelas médias de tamanho dos fogos em cada região; (6) Dados estimados obtidos pelo ajuste pro rata da distribuição de habitantes por área, das outras localidades com disponibilidade dessa informação.

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos			Habitantes			
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos	Total	Urbanos	Total			
					N	%	N	%	N	%	
Araxá	Distrito de Santa Anna do Pouso Alegre do Coromandel, Termo do Julgado de Sam	Coromandel	Sede de	Coromandel	76	22,5	338	255	13,1	1.952	
	Dominhos do Araxá, Comarca da Villa de Paracatu, da Provincia de Minas Gerais	Araxá	Sede de	Araxá	75	16,0	470	338	12,0	2.810	
	Distrito Parochial de São Domingos do Araxá	Desemboque	Distrito de	Sacramento	57	23,2	246	203	15,6	1.298	
	Desemboque	Patrocínio	Sede de	Patrocínio	41	17,1	240	130	7,9	1.651	
	Distrito do Patrocínio, Termo do Julgado do Araxá, da Comarca do Paracatu do Principe	Santana de Patos	Distrito de	Patos de Minas	16	4,7	344	86	3,5	2.444	
	Distrito da Capella de Santa Anna da Barra do Rio do Espirito Santo, Termo da Villa do Paracatu										
	Diamantina	Distrito da Parochia do Sancto Antonio do Tejuco, Villa Diamantina do Serro	Diamantina	Sede de	Diamantina	798	39,8	2.007	5.154	41,9	12.292
		Serro ou Villa do Principe	Serro	Sede de	Serro	537	61,7	870	2.734	59,8	4.570
		Distrito e Capella do Arrayal de Santo Antonio da Tapera, Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Mato Dentro, Termo e comarca da Villa do Principe	São Antônio da Tapera	Povoado de	Santo Antônio do Itambê	75	52,8	142	415	56,0	741
		Distrito da Capella de Santo Antônio do Arrayal da Gouveya, Filial da Parochia de Santo Antônio do Arrayal de Tejuco, Termo da Villa do Principe, Comarca do Serro Frio, Bispado de Mariana	Gouveia	Sede de	Gouveia	63	19,4	324	361	17,8	2.023
Distrito da Capella do Arrayal de Cornatahi, Termo da Villa do Principe		Curnatai	Distrito de	Buenópolis	60	10,5	572	357	12,9	2.774	
Intermediária de Pitangui-Tamanuá	Curato de Nossa Senhora das Mercês do Andrequicé, Filial de Santo Antônio do Tejuco, Comarca da Villa do Principe	Andrequicé	Povoado de	Presidente Kubitschek	38	50,7	75	402	49,8	807	
	Distrito de Nossa Senhora da Oliveira, Termo da Villa de São José e Comarca do Rio das Mortes	Oliveira	Sede de	Oliveira	225	58,6	384	1.196	43,6	2.743	
	Distrito da Parochia da Villa de São José, da Comarca do Rio das Mortes	Tiradentes	Sede de	Tiradentes	158	31,8	497	917	30,0	3.057	
	Distrito da Capella de São Vicente Ferrer da Formiga, Freguesia e Termo da Villa de São Bento de Tamanuá	Formiga	Sede de	Formiga	147	16,1	912	868	14,4	6.022	
	Distrito da Parochia do Bom Sucesso, Termo da Villa de São José	Bom Sucesso	Sede de	Bom Sucesso	145	32,7	443	774	25,2	3.070	
	Distrito da Capella de Nossa Senhora da Gloria do Passatempo, Termo da Villa de São José	Passa-Tempo	Sede de	Passa-Tempo	119	62,3	191	749	50,5	1.483	
	Curato de Nossa Senhora Apparçada do Cláudio, Termo da Villa de São José	Cláudio	Sede de	Cláudio	99	21,5	461	428	15,4	2.777	
	Capella de Santa Anna de São João Asima, Termo da Villa de Pitangui	Itaúna	Sede de	Itaúna	96	24,0	400	461	16,7	2.761	
	Distrito da Lagoa Dourada, Termo da Villa de São José	Lagoa Dourada	Sede de	Lagoa	86	27,7	310	436	20,1	2.171	
	Distrito da Parochia de Nossa Senhora da Conceição de Prados, Termo da Villa de São José	Prados	Sede de	Prados	84	27,3	308	787	31,1	2.532	
Distrito do Senhor Bom Juzus dos Perdões, Termo da Villa de São José do Rio das Mortes	Perdões	Sede de	Perdões	81	23,6	343	293	14,3	2.051		

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos		Habitantes			
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos	Total	Urbanos	Total		
					N	%	N	%		
Intermediária de Piangui-Tamanduá										
	Distrito da Capella de São Gonçalo do Para, Termo da Villa de Piangui	São Gonçalo do Pará	Sede de	São Gonçalo do Pará	65	24,8	262	340	22,7	1.500
	Distrito da Capella de Santo Antônio do Amparo, Termo da Villa de São José, Freguesia de Bom Sucesso	Santo Antônio do Amparo	Sede de	Santo Antônio do Amparo	60	24,3	247	379	19,7	1.924
	Distrito da Capella de Sam Thiago, Termo da Villa de Sam José	São Tiago	Sede de	São Tiago	57	42,9	133	463	40,1	1.154
	Distrito da Capella da Lage, Termo da Villa de São José, Comarca do Rio das Mortes	Resende Costa	Sede de	Resende Costa	53	43,8	121	236	19,0	1.243
	Distrito de Santo Antônio do Monte, Termo da Villa de São Bento do Tamanduá	Santo Antônio do Monte	Sede de	Santo Antônio do Monte	51	11,6	441	295	9,4	3.150
	Distrito da Capella de Santa Rita do Rio Abaixo, da Freguesia de São João de El Rey, Termo da Villa de São José	Ritapolis	Sede de	Ritapolis	39	30,0	130	206	15,5	1.328
	Distrito da Capella de Nossa Senhora de Candeas, Freguesia do Senhor Bom Jesus de Campo Belo, Termo da Villa de São Bento do Tamanduá	Candeias	Sede de	Candeias	39	22,7	172	272	21,3	1.275
	Distrito de Nossa Senhora do Deterro da Villa de São Bento Tamanduá	Mariândia	Distrito de	Itapeccerica	36	9,5	378	216	9,7	2.221
	Distrito de Santa Anna do Jacaré, Termo da Villa de São José, Comarca do Rio das Mortes	Santana do Jacaré	Sede de	Santana do Jacaré	35	34,7	101	255	42,1	605
	Distrito do Senhor Bom Jesus da Pedra do Andaya, Termo da Villa de São Bento do Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes	Pedra do Indaia	Sede de	Pedra do Indaia	30	22,4	134	302	27,7	1.089
	Cristais	Cristais	Sede de	Cristais	16	5,9	273	188	9,8	1.923
	Distrito da Capella de Nossa Senhora do Deterro, Do Termo da Villa de São José	Deterro de Entre-Rios	Sede de	Deterro de Entre-Rios	15	25,4	59	134	24,8	540
	Curato de São João Baptista, Termo da Villa de Sam José	Morro do Ferro	Distrito de	Oliveira	15	20,0	75	162	20,7	784
	Distrito de Senhora do Carmo do Japão, Termo de São José	Carmópolis de Minas	Sede de	Carmópolis de Minas	4	2,2	178	87	4,6	1.879
Mata										
	Distrito da Capella da Nossa Senhora das Mercês da Pomba, Termo da Cidade de Mariana	Mercês	Sede de	Mercês	80	22,7	353	343	18,4	1.860
	Distrito da Parochia de São Manoel do Pomba, Termo da Cidade de Mariana	Rio Pomba	Sede de	Rio Pomba	39	22,8	171	193	14,8	1.305
	Nossa Senhora das Dores do Pomba	Dores do Turvo	Sede de	Dores do Turvo	33	15,1	219	182	14,8	1.230
	Curato de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo e Torres, Freguezia e Termo de Barbacena	Correia de Almeida	Distrito de	Barbacena	20	15,5	129	197	25,5	774
	São Januário do Ubaí	Ubaí	Sede de	Ubaí	19	9,6	198	110	7,5	1.473
	Conceição do Rio Novo	Rio Novo	Sede de	Rio Novo	10	3,2	315	58	3,0	1.933

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

(continua)

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos			Habitantes		
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos	Total	Urbanos	Total		
					N	%	N	%		
Mata										
	Chapéu D'uvras	Paula Lima	Povoado de	Juiz de Fora	2	1,2	169	36	2,3	1.565
Minas Novas										
	Minas Novas	Minas Novas	Sede de	Minas Novas	329	43,1	763	1.336	32,3	4.142
	Rio Pardo	Rio Pardo de Minas	Sede de	Rio Pardo de Minas	100	15,4	651	679	16,3	4.161
	Nossa Senhora da Penha	Penha de França	Distrito de	Itamarandiba	64	11,1	575	218	8,6	2.532
	Tremedal	Monte Azul	Sede de	Monte Azul	60	7,5	798	404	9,1	4.426
	Olhos D'água	Olhos-d'Água	Sede de	Olhos-d'Água	27	17,1	158	124	13,4	928
Mineradora Central Leste										
	Distrito de Antônio Dias Abaixo, Termo da Vila de Caethé	Antônio Dias	Sede de	Antônio Dias	101	36,7	275	464	28,5	1.630
	Ponte Nova	Ponte Nova	Sede de	Ponte Nova	87	11,0	793	548	8,5	6.456
	Distrito da Capella de San Domingos da Prata, Parochia de Sam Miguel, Termo da Villa Nova da Rainha de Cethé, Comarca de Sabará ou Distrito da Capella de Sam Domingos da Prata, Freguesia de Sam Miguel, Termo da Villa de Caethé	São Domingos do Prata	Sede de	Domingos do Prata	41	14,6	280	519	24,0	2.160
	Distrito da Parochia de Santo Antônio do Pessanha, Termo da Villa do Principe, Comarca do Serro Frio	Pecanha	Sede de	Pecanha	39	9,4	414	152	8,5	1.789
	Distrito da Capella de Santa Anna dos Ferros, aquém do Rio Santo Antônio, Termo da Villa de Caethé	Ferros	Sede de	Ferros	38	13,8	275	168	7,3	2.291
	Distrito da Capella de Santa Rita do Turvo da Freguezia da Pomba, Termo da Cidade de Mariana	Vigosa	Sede de	Vigosa	22	7,4	297	99	5,4	1.831
	Distrito de São José do Barrozo da Freguesia da Pomba do Termo da Cidade de Mariana	Paula Cândido	Sede de	Paula	14	5,4	258	75	4,3	1.756
	Distrito de Nossa Senhora do Porto, Dores, São Miguel e Almas, Felial da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Mato Dentro, Termo da Villa do Principe, Comarca do Serro Frio	Senhora do Porto	Sede de	Senhora do Porto	9	2,3	388	126	4,7	2.684
Mineradora Central Oeste										
	Ouro Preto	Ouro Preto	Sede de	Ouro Preto	725	100,0	725	3.685	100,0	3.685
	Distrito de Pás da Parochia de Mariana, Distrito Parochial da Sé de Mariana	Mariana	Sede de	Mariana	513	86,4	594	2.576	87,4	2.946
	Distrito da Parochia de Nossa Senhora do Rosário da Itabira de Mato Dentro, Termo da Villa de Caeté, Comarca de Sabará	Itabira	Sede de	Itabira	263	18,1	1.455	1.286	16,2	7.958
	Distrito da Parochia de Santa Bárbara do Termo da Villa Nova da Rainha de Cethé	Santa Bárbara	Sede de	Santa Bárbara	255	88,9	287	1.354	89,4	1.515
	Distrito da Parochia do Areal de Guarapiranga, Termo da Ilal Cidade de Mariana	Piranga	Sede de	Piranga	249	66,8	373	1.255	62,6	2.006
	Distrito da Parochia da Villa do Caethé	Caeté	Sede de	Caeté	242	58,9	411	1.994	69,8	2.855

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

(continua)

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

(continua)

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos		Habitantes			
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos	Total	Urbanos	Total		
					N	%	N	%		
Mineradora Central Oeste										
	Distrito da Matriz de Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas, Termo da localidade de Mariana	Catas Altas	Sede de	Catas Altas	222	54,0	411	793	38,1	2.084
	Distrito de Suassui, Filial da Matriz de Congonhas do Campo, Termo da Vila de Queluz	São Brás do Suaçuí	Sede de	São Brás do Suaçuí	192	73,8	260	1.002	57,7	1.737
	Distrito da Passagem, Capela de Nossa Senhora da Glória, Filial da Sé, Termo da localidade de Mariana	Passagem de Mariana	Distrito de	Mariana	183	100,0	183	916	100,0	916
	Distrito da Capella Nova do Betim, da Freguesia do Curral de El Rei, do Termo da Fidelíssima Vila do Sabará	Betim	Sede de	Betim	176	43,0	409	676	29,1	2.327
	Aplicação de Nossa Senhora de Nazareth do Morro Vermelho ou Distrito da Capella do Morro Vermelho, Termo da Vila de Caethé	Morro Vermelho	Distrito de	Caeté	171	100,0	171	852	100,0	852
	Paroquia de Nossa Senhora da Boa Viagem da Iahibra do Campo	Iahibrito	Sede de	Iahibrito	163	74,4	219	748	64,8	1.155
	Distrito e Aplicação de Santo Antonio do Morro de Mateus Leme da Comarca do Rio das Velhas	Mateus Leme	Sede de	Mateus Leme	160	28,9	554	684	22,1	3.092
	Distrito da Paroquia da Villa de Queluz	Conselheiro Lafaiete	Sede de	Conselheiro Lafaiete	144	61,0	236	792	48,5	1.633
	Curral dei Rei	Belo Horizonte	Sede de	Belo	143	30,6	467	751	34,0	2.211
	Distrito da Paroquia de Congonhas, Termo da Fidelíssima Vila de Sabará, Comarca do Rio das Velhas	Nova Lima	Sede de	Nova Lima	140	82,8	169	715	84,1	850
	Distrito de São Gonçalo do Rio Abaixo, filial da Freguesia de Santa Bárbara, Termo de Caethé, Comarca de Sabará	São Gonçalo do Rio Abaixo	Sede de	São Gonçalo do Rio Abaixo	136	32,5	419	701	24,8	2.828
	Distrito da Capella da Contagem das Aboboras, termo da Vila de Sabará	Contagem	Sede de	Contagem	132	40,6	325	667	31,2	2.140
	Distrito da Matriz de Congonhas do Campo, Termo da Cidade de Ouro Preto	Congonhas	Sede de	Congonhas	131	76,2	172	961	75,2	1.278
	Distrito da Capella de Santa Quitéria da Boa Vista, Filial da Paroquia de Ouro Preto, Termo da Imperial Cidade	Boa Vista	Povoado de	Ouro Preto	125	77,6	161	715	74,2	963
	Distrito da Capella de Cocais, Termo de Caethé	Cocais	Distrito de	Barão de Cocais	124	33,3	372	1.072	36,6	2.927
	Distrito da Paroquia de Sant Caetano do Termo da Cidade de Mariana	Monsenhor Horta	Distrito de	Mariana	120	60,6	198	557	56,5	986
	Capella do Brumado Filial da Matris de Santa Barbara, Termo da Vila do Caethé, Comarca de Sabara	Brumal	Distrito de	Santa Barbara	113	69,8	162	756	74,7	1.012
	Distrito da Capella do Rio do Peixe, Termo da Vila do Principe	Alvorada de Minas	Sede de	Alvorada de Minas	113	26,2	432	475	20,9	2.277

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos				Habitantes			
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos		Total		Urbanos		Total	
					N	%	N	%	N	%	N	
Mineradora Central Oeste												
	Distrito de São Gonçallo de Catras Alias da Freguesia de Ilaverava, Termo de Queluz	Catras Alias da Noruega	Sede de	Catras Alias da Noruega	102	41,5	246	530	32,8	1.616		
	Distrito da Parochia do Furquim	Furquim	Distrito de	Mariana	101	44,1	229	510	33,6	1.517		
	Distrito de Sam Sebastian do Itaitiassu, Freguesia do Curral de El Rey, Comarca da Fidelíssima Villa do Sabará	Itaitiçu	Sede de	Itaitiçu	100	58,8	170	744	67,5	1.103		
	Distrito da Parochia da Ilaverava, Termo da Vila de Queluz	Ilaverava	Sede de	Ilaverava	93	34,4	270	484	24,0	2.014		
	Distrito da Parochia da Cachoeira do Campo, Termo da Imperial Cidade do Ouro Preto	Cachoeira do Campo	Distrito de	Ouro Preto	90	39,6	227	622	42,1	1.476		
	Distrito da Capella de Nossa Senhora da Piedade da Parapoeba, Termo da Fidelissima Villa do Sabará	Piedade do Parapoeba	Distrito de	Brunadinho	87	44,8	194	442	40,5	1.091		
	Distrito da Capella de São Francisco do Arraial da Parahúna, Termo da Villa do Principe	Costa Sena	Distrito de	Conceição do Mato Dentro	84	54,9	153	370	40,5	914		
	Distrito da Capella de Sancta Luzia do Rio Manso, Freguesia do Curral del Rey, Termo da Fidelissima Villa do Sabará	Rio Manso	Sede de	Rio Manso	78	44,3	176	345	36,1	957		
	Distrito da Aplicação da Capella da Senhora da Lappa, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará	Ravena	Distrito de	Sabará	77	45,0	171	539	41,1	1.310		
	Passagem do Ouro Branco	Passagem do Ouro	Localidade de	Ouro Branco	76	100,0	76	390	100,0	390		
	Distrito do Remédios da Parochia de Barbacena, Termo da Cidade de Mariana	Senhora dos Remédios	Sede de	Senhora dos Remédios	76	33,0	230	315	23,6	1.337		
	Distrito da Parochia do Sumidouro, Termo da Cidade de Mariana	Padre Viegas	Distrito de	Mariana	75	100,0	75	448	100,0	448		
	Distrito da Paroquia deSão Bartolomeu, Termo da Imperial Cidade do Ouro Preto	São Bartolomeu	Distrito de	Ouro Preto	71	37,2	191	361	29,8	1.211		
	Capella da Itambé, Termo da Villa Nova da Rainha de Caeté, Comarca de Sabará	Itambé do Mato Dentro	Sede de	Itambé do Mato Dentro	70	23,6	297	746	33,0	2.262		
	Distrito ou Parochia de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras do Termo da Comarca e Villa do Sabará	Acurui	Distrito de	Itabirito	67	34,0	197	286	29,9	957		
	Distrito do Brumado, Termo de Queluz	Entre-Rios de Minas	Sede de	Entre-Rios de Minas	65	25,4	256	610	26,0	2.349		
	Ouro Branco	Ouro Branco	Sede de	Ouro Branco	62	35,6	174	460	38,0	1.209		
	Distrito da Capela do Senhor do Bonfim do Termo da Real Vila de Queluz da Freguesia de Congonhas do Campo	Bonfim	Sede de	Bonfim	58	23,8	244	415	24,0	1.726		
	Distrito da Parochia de Carnargos, Termo da Cidade de Mariana	Carnargos	Distrito de	Mariana	58	89,2	65	254	72,2	357		
	Distrito de Sancta Rita da Fidelissima Villa do Sabará	Santa Rita	Povoado de	Nova Lima	57	100,0	57	410	100,0	410		

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

(continua)

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

(continua)

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos		Habitantes			
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos	Total	Urbanos	Total		
					N	%	N	%		
Mineradora Central Oeste										
	Distrito da Capella de San Gonçalo do Tijuco, Filial da Caxoeira do Campo, Termo da Imperial Cidade do Ouro Preto	Amarantina	Distrito de	Ouro Preto	55	37,7	146	334	38,1	876
	Piedade dos Gerais	Piedade dos Gerais	Sede de	Piedade dos Gerais	53	10,6	500	203	7,0	2.900
	Distrito da Conceição do Rio Acima, Termo de Caethé	Conceição do Rio Acima	Distrito de	Santa Bárbara	52	50,5	103	174	40,5	430
	Distrito da Capella de Nossa Senhora das Dores da Conquista, Freguesia de Congonhas do Campo, Termo da Real Villa, de Queluz	Iaguara	Sede de	Iaguara	52	29,4	177	272	19,8	1.375
	Distrito e Capella do Arraial da Senhora da Soledade, Freguesia de Congonhas do Campo, Termo da Cidade do Ouro Preto	Lobo Leite	Distrito de	Congonhas	52	78,8	66	320	77,7	412
	Distrito de Santo Antônio da Mouraria do Arraial Velho da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Rapozos, Termo da Fidelíssima Villa do Sabará	Arraial Velho	Povoado de	Sabará	50	49,5	101	344	61,4	560
	São José da Barra Longa	Barra Longa	Sede de	Barra Longa	49	22,1	222	292	18,5	1.579
	Morro de Santana	Morro de Santana	Barro	Ouro Preto	49	100,0	49	204	100,0	204
	Distrito da Capella de Nossa Senhora do Socorro, Freguesia de São João Batista do Morro Grande, Termo da Villa Nova da Rainha do Caethé	Socorro	Povoado de	Baão de Cocais	48	34,8	138	295	39,8	741
	Distrito da Parochia de Santo Antônio do Itatiaia, Termo da Imperial Cidade do Ouro Preto	Itatiaia	Localidade de	Ouro Branco	46	36,2	127	239	40,1	596
	Distrito da Parochia ou Capella do Rio do Peixe, Termo da Real Villa de Quiluz da Comarca da Imperial Cidade do Ouro Preto	Piracema	Sede de	Piracema	44	23,9	184	340	25,0	1.362
	Distrito da Capella de São Gonçalo do Uba, Freguesia do Forquim, Termo de Mariana	Acaíaca	Sede de	Acaíaca	42	27,3	154	236	25,9	912
	Distrito da Parochia de Santo Antônio do Rio Acima, Termo da Fidelíssima Villa de Sabará	Rio Acima	Sede de	Rio Acima	41	43,2	95	216	40,0	540
	Distrito da Capella de Nossa Senhora da Boa Morte, Filial de Congonhas do Campo, Termo de Ouro Preto	Moeda	Sede de	Moeda	40	37,4	107	221	19,6	1.130
	Distrito das Dores, Termo da Villa de Queluz	Capela Nova	Sede de	Capela Nova	39	23,4	167	268	26,8	1.001
	Distrito e Freguesia de São Sebastião, do Termo da Cidade de Mariana, Comarca do Ouro Preto, desta Província de Minas Gerais	Banderantes	Distrito de	Mariana	38	33,9	112	206	34,2	602
	Distrito de Santo Antônio do Bacalhau, Freguesia de Guarapiranga, Termo da Cidade de Mariana	Santo Antônio do Pirapetinga	Distrito de	Piranga	38	50,7	75	236	53,6	440
	Distrito da Capella do Divino Espirito Santo do Lamin, Freguesia de Santo Antônio da Haverava, Termo da Real Villa de Queluz	Lamin	Sede de	Lamin	37	16,2	228	201	11,7	1.723
	Distrito da Capella de Jesus, Maria e Jose do Aranha, Comarca da Fidelíssima Villa do Sabará, Freguesia do Curral d'El Rey	Aranha	Distrito de	Brunadinho	36	28,3	127	152	19,7	771
	Distrito da Capella do Redondo, Termo da Real Villa de Queluz	Alto Maranhão	Distrito de	Congonhas	34	19,3	176	314	29,2	1.077

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos			Habitantes		
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos		Total	Urbanos		Total
					N	%		N	%	
Mineradora Central Oeste										
Região	Distrito da Senhora da Penha de França da Freguesia da Senhora do Bão Sucesso da Vila Nova da Rainha de Caeté	Peneda	Distrito de	Caeté	33	19,1	173	222	22,7	976
	Distrito de São José da Paraopeba, Termo da Cidade do Ouro Preto	São José do Paraopeba	Distrito de	Brunadinho	33	37,1	89	206	30,5	676
	Distrito de São Gonçalo da Ponte	Belo Vale	Sede de	Belo Vale	32	62,7	51	178	33,6	530
	Distrito da Capela de Conceição de Turvo, Freguesia do Pomba, Termo da Cidade	Senador Firmino	Sede de	Senador Firmino	32	18,2	176	123	12,4	995
	Cachoeira do Brumado	Cachoeira do Brumado	Distrito de	Mariana	30	58,8	51	168	68,9	244
	Distrito e Paróquia de Santo Antônio da Casa Branca, Termo da Imperial Cidade do Ouro Preto	Glaura	Distrito de	Ouro Preto	29	24,8	117	180	26,2	686
	Distrito do Curato de São Sebastião de Macacos, Freguesia de Congonhas da Fidelíssima Vila do Sabara	São Sebastião das Águas Claras	Povoado de	Nova Lima	27	62,8	43	117	62,9	186
	Distrito de São Gonçalo do Rio Acima, Termo da Vila de Caeté	São Gonçalo	Povoado de	Barão de Cocais	25	42,4	59	130	35,9	362
	Distrito da Capela de Santo Antônio de Calambau, Freguesia de Guarapiranga, Termo da Ilial Cidade de Mariana	Presidente Bernardes	Sede de	Presidente Bernardes	24	15,7	153	155	11,0	1.407
	Distrito da Capela de Sancto Antonio Abaixo, Termo da Vila do Principe	Santo Antônio do Rio Abaixo	Sede de	Santo Antônio do Rio Abaixo	24	8,3	290	160	8,6	1.850
Distrito da Capela de Nossa Senhora da Aparecida de Corregos, Termo da Vila do Principe	Corregos	Distrito de	Conceição do Mato Dentro	19	8,7	218	84	7,5	1.113	
Distrito da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Manjalegos, Filial da Freguesia de Guarapiranga, Termo da Cidade de Mariana	Manja Léguas	Povoado de	Piranga	18	27,3	66	100	27,8	360	
São Domingos	Missionário	Distrito de	Alto Rio Doce	18	10,8	167	80	6,6	1.217	
Distrito da Capella de Santa Ana do Morro do Chapéo da Freguesia da Real Vila de Queluz	Santana dos Montes	Sede de	Santana dos Montes	18	17,1	105	122	11,9	1.026	
Distrito ou Capella de Santa Rita Fellal da Paroquia da Itataya, Termo da Imperial Cidade de Ouro Preto	Santa Rita de Ouro Preto	Distrito de	Ouro Preto	15	35,7	42	81	23,2	349	
Capela da Senhora de Santana	Santana do Paraopeba	Distrito de	Belo Vale	15	12,8	117	199	21,0	949	
Capela de Capanema	Capanema	Povoado de	Santa Bárbara	14	36,8	38	56	36,8	152	
Curato de Nossa Senhora da Conceição do Brumado do Termo da Fidelíssima Vila de Sabará	Conceição de Itaguá	Distrito de	Brunadinho	12	6,7	179	127	12,3	1.031	
Distrito da Glória, Termo da Vila de Queluz	Caranaba	Sede de	Caranaba	10	7,8	129	68	5,8	1.172	
São Caetano do Chopotó	Cipoiãna	Sede de	Cipoiãna	8	4,0	202	66	4,8	1.389	
Santo Amaro	Queluzito	Sede de	Queluzito	5	2,7	183	27	1,9	1.415	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

(continua)

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos		Habitantes			
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos	Total	Urbanos	Total		
					N	%	N	%		
Mineradora Central Oeste										
	Distrito de Nossa Senhora do Desterro do Melo, Freguesia de Guarapiranga, Termo de Mariana	Desterro do Melo	Sede de	Desterro do Melo	5	5,0	101	62	8,2	757
	Distrito da Capella do Mestre de Campos, Termo da Cidade de Mariana	Mestre Campo	Povoado de	Piranga	3	4,2	72	68	12,7	536
	Distrito da Capella de Braz Pires, Termo da Cidade de Mariana	Brás Pires	Sede de	Brás Pires	3	2,3	132	98	11,6	842
Sertão										
	Distrito da Capella da Villa de Formigas	Montes Claros	Sede de	Montes Claros	126	19,0	663	458	13,7	3.350
	Distrito e Aplicação do Arraval do Santissimo Coração de Jesus, e Capella, Termo, do Julgado da Barra do Rio das Velhas	Coração de Jesus	Sede de	Coração de Jesus	30	6,6	457	170	6,3	2.690
	Distrito da Capella do Baomim, Termo da Villa do Principe	Bocaiúva	Sede de	Bocaiúva	27	5,0	539	292	10,8	2.707
Sertão do Alto São Francisco										
	Distrito da Parochia de Nossa Senhora das Dores do Indaiá do Termo da Villa de Ptiangui	Dores do Indaiá	Sede de	Dores do	57	16,1	353	239	11,8	2.025
	Distrito de Bamohy	Bambu	Sede de	Bambu	23	4,5	508	149	4,2	3.539
Sertão do Rio Doce										
	Distrito da Parochia da Senhora da Conceição do Cuete, Termo da Cidade de Mariana	Cuete Velho	Distrito de	Conselheiro Pena	67	84,8	79	225	84,6	266
Sudeste										
	S. João del Rei	São João Del-Rei	Sede de	São João Del-Rei	891	74,1	1.202	2.897	71,8	4.033
	Distrito da Parochia da Nobre e mnuio leal Villa de Barbacena	Barbacena	Sede de	Barbacena	220	46,5	473	1.134	41,3	2.744
	Conceição da Barra	Conceição da Barra de Minas	Sede de	Conceição da Barra de Minas	168	84,0	200	1.045	89,0	1.174
	Distrito da Parochia da Aiuruoca Termo da Villa da Santa Maria de Baependi	Aiuruoca	Sede de	Aiuruoca	124	51,2	242	741	44,5	1.664
	Curato do Turvo, Freguesia da Aiuruoca, Termo da Villa de Santa Maria do Baependi	Andrelandia	Sede de	Andrelandia	87	16,5	528	1.114	24,1	4.627
	Distrito da Capella de Nossa Senhora do Carmos de Pouzo Alto, Termo da Villa de Santa Maria de Baependi	Carmo de Minas	Sede de	Carmo de Minas	67	14,5	463	306	9,0	3.402
	Pouso Alto	Pouso Alto	Sede de	Pouso Alto	64	11,7	549	263	6,1	4.305
	Distrito da Capella de São Vicente, Freguesia da Aiuruoca, Termo da Villa de Baependi	São Vicente de Minas	Sede de	São Vicente de Minas	62	35,2	176	379	27,7	1.367
	Distrito da Capella do Senhor Bom Jesus de Matozinhos do Bom Jardim, Termo da Vila de São João del Rey	Bom Jardim de Minas	Sede de	Bom Jardim de Minas	59	39,3	150	403	36,5	1.103
	Distrito da Capella de Nossa Senhora de Nazareth, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra, Termo da Vila de São José de El Rei	Nazareno	Sede de	Nazareno	58	24,1	241	353	23,4	1.508

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

(continua)

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos			Habitantes		
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos	Total	Urbanos	Total		
					N	%	N	%	N	%
Sudeste	Distrito da Capela da Alagoa da Freguesia da Aiuruoca Termo da Vila de Santa Maria do Bapendi	Alagoa	Sede de	Alagoa	57	20,0	285	294	20,6	1.426
	Distrito da Paróquia da Conceição de Carrancas, Termo da Vila de São João d'El Rey	Carrancas	Sede de	Carrancas	45	27,4	164	809	47,2	1.714
	Distrito da Capela dos Serranos da Freguesia da Aiuruoca, Termo da Vila de Santa Maria de Bapendy	Serranos	Sede de	Serranos	44	17,2	256	442	19,6	2.251
	São Tomé das Letras	São Tomé das Letras	Sede de	São Tomé das Letras	35	26,3	133	547	41,3	1.326
	Distrito de São Gonçalo do Brumado, do Termo de São João d'El Rey	São Gonçalo do Amarante (Cajuru)	Distrito de	São João Del-Rei	22	37,9	58	88	24,6	358
	Distrito da Madre d'Deus, Freguezia, e Termo da Villa de São João d'El Rey	Madre de Deus de Minas	Sede de	Madre de Deus de	21	50,0	42	123	35,7	345
	Curato de São Francisco de Assis da Orça, Termo da Villa de São João d'El Rey	Emboabas	Distrito de	São João Del-Rei	13	11,2	116	148	16,5	899
	Santa Rita do Ibitipoca	Santa Rita do Ibitipoca	Sede de	Santa Rita do Ibitipoca	12	9,3	129	108	8,4	1.280
	Distrito ou Curato da Capella de São Miguel do Cajuru, Freguesia e termo da Villa de São João de El Rey	Arcangelo	Distrito de	São João Del-Rei	10	11,8	85	240	26,0	922
	Quilombo	Bias Fortes	Sede de	Bias Fortes	9	6,7	135	55	4,1	1.340
	Capivari	Ianhandu	Sede de	Ianhandu	9	1,2	730	168	2,9	5.699
	Curral Novo	Curral Novo	Povoado de	Antônio	7	5,9	118	93	7,1	1.301
Distrito de Santa Anna de Garumbeo, Freguesia da Ibitujuca(?), Termo da Villa de São João de El Rey	Santana do Garumbéu	Sede de	Santana do Garumbéu	7	8,2	85	70	9,7	720	
Distrito da Capella do Spirito Santo, Freguezia de Carrancas, Termo da Vila de São João d'El Rey	Capela do Espirito Santo	Povoado de	São Vicente de Minas	6	12,5	48	290	55,3	524	
Conceição do Ibitipoca	Conceição da Ibitipoca	Distrito de	Lima Duarte	6	4,5	132	65	5,8	1.126	
Bertoga	Ibertoga	Sede de	Ibertoga	4	4,5	89	26	3,2	821	
Distrito Aplicacam de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, Termo da Villa de San João de El Rei	Piedade do Rio Grande	Sede de	Piedade do Rio Grande	2	1,3	160	34	2,6	1.290	
Distrito da Senhora da Conceição do Porto, Termo da Villa de São João d'El Rey	Nossa Senhora da Conceição do Porto do Rio Grande	Localidade de	Carrancas	1	1,4	71	33	4,8	694	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

(continua)

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

(continua)

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual		Fogos		Habitantes				
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos	Total	Urbanos	Total		
					N	%	N	%		
Sudoeste										
	Distrito da Paróquia da Villa de Sam Carlos de Jacuhy	Jacui	Sede de	Jacui	96	16,2	592	396	12,0	3.305
	Distrito das Paróquia de Caboverde, Termo da Villa de São Carlos de Jacuhy	Cabo Verde	Sede de	Cabo Verde	58	7,0	825	256	5,6	4.586
	Carmo	Carmo do Rio Claro	Sede de	Carmo do Rio Claro	36	18,6	194	335	25,9	1.291
	Distrito do Corato de Santa Rita do Rio Claro, Termo da Villa de São Carlos de Jacuhy	Nova Resende	Sede de	Nova Resende	36	22,2	162	304	29,9	1.016
	Distrito e Curato de São Joaquim do Termo da Villa de Jacui	Alterosa	Sede de	Alterosa	30	7,8	383	87	4,9	1.763
	Distrito de São Sebastian da Venânia, Termo da Villa de São Carlos de Jacuhy	Alpinópolis	Sede de	Alpinópolis	26	8,5	305	112	6,3	1.767
	Distrito da Capella de São José e Dora, do Termo da Villa de São Carlos de Jacuhy	Allenas	Sede de	Allenas	25	5,4	465	131	4,3	3.026
	Distrito de Santa Maria Magdalena do Aterrado do Termo da Villa de São Carlos de Jacuhy	Ibiraí	Sede de	Ibiraí	23	13,8	167	149	13,3	1.124
Sul Central										
	Distrito da Paróquia de Santo Antônio do Valle de Piedade da Villa da Campanha do Rio Verde	Campanha	Sede de	Campanha	398	46,0	865	2.203	40,1	5.500
	Distrito da Paróquia do São Gonçalo, Termo da Villa da Campanha	São Gonçalo do Sapucaí	Sede de	São Gonçalo do Sapucaí	149	25,0	597	958	26,8	3.580
	Distrito e Curato do Spirito Santo da Varginha, Freguezia d' Lavras, Termo e Comarca da Villa de São João d'El Rey	Varginha	Sede de	Varginha	78	20,9	374	473	25,5	1.857
	Santa Rita	Santa Rita do Sapucaí	Sede de	Santa Rita do Sapucaí	76	15,9	478	268	10,4	2.577
	Distrito da Paróquia de Santa Anna dosSapoceahy, Termo da Villa da Campanha, Província de Minas Gerais	Silvianópolis	Sede de	Silvianópolis	76	10,1	753	396	8,5	4.640
	Distrito do Curato da Cappella dos Três Corações de Jesus Maria José do Arraial do Rio Verde	Três Corações	Sede de	Três Corações	67	26,4	254	324	17,6	1.842
	Distrito da Capella de São João Nepomuceno, Freguesia de Santa Anna de Lavras, Termo da Villa de São João de El Rei, Comarca do Rio das Mortes	Nepomuceno	Sede de	Nepomuceno	63	36,6	172	781	30,0	2.607
	Paroquia de Nossa Senhora das Dores da Boa Esperança	Boa Esperança	Sede de	Boa	42	7,6	550	250	6,2	4.060
	São João do Douradinho	Douradinho	Distrito de	Machado	39	19,4	201	197	13,7	1.436
	Curato do Spirito Santo dos Coqueiros	Coqueiral	Sede de	Coqueiral	35	17,4	201	249	16,7	1.488
	Distrito da Matriz Nova de Itajubá do Termo da Villa da Campanha	Itajubá	Sede de	Itajubá	27	3,4	795	149	2,9	5.215
	Distrito da Paróquia de Santa Catharina, Termo da Villa da Campanha da Princesa	Natércia	Sede de	Natércia	23	6,2	369	274	10,9	2.514
	Distrito da Capella do Lambary, Termo da Villa da Campanha do Rio Verde	Jesuíânia	Sede de	Jesuíânia	12	3,8	315	73	3,5	2.077
	Distrito da Capella do Rozário da Freguesia das Lavras do Termo da Villa de São João d'El Rey	Rosário	Povoado de	Iumirim	2	2,5	81	70	10,2	683

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

Tabela 60 – Distribuição dos fogos e habitantes por área, segundo distritos – Minas Gerais –

(fim)

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Fogos		Habitantes			
		Localidade	Subordinação	Município	Urbanos	Total	Urbanos	Total		
					N.	%	N.	%		
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco										
	São Romão	São Romão	Sede de	São Romão	202	70,4	287	815	71,3	1.143
	Januária	Januária	Sede de	Januária	151	34,8	434	688	34,2	2.013
	Brejo do Amparo	Brejo do Amparo	Distrito de	Januária	57	100,0	57	345	100,0	345
	Distrito da Paróquia de Santa Luzia, Termo da Fidelíssima Villa do Sabará	Santa Luzia	Sede de	Santa Luzia	396	59,8	662	2.315	54,7	4.232
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas										
	Distrito da Capella do Fidalgo, Termo da Villa do Sabará	Fidalgo	Distrito de	Pedro Leopoldo	143	57,9	247	789	55,7	1.417
	Curvelo	Curvelo	Sede de	Curvelo	102	56,0	182	367	48,0	765
	Distrito da Paróchia de Nossa Senhora da Saúde da Alagoa Santa, Termo da Fidelíssima Villa do Sabará	Alagoa Santa	Sede de	Alagoa Santa	97	36,1	269	518	28,4	1.825
	Distrito e Capella Curada do Santissimo Sacramento de Taquarassu de Sima, Termo da Fidelíssima Villa de Nossa Senhora da Conceição do Sabará	Taquaragu de Minas	Sede de	Taquaragu de Minas	60	24,5	245	470	22,5	2.086
	Tabuleiro Grande	Parapoba	Sede de	Parapoba	51	10,5	484	276	11,5	2.405
	Distrito da Paróchia de Mattosinhos do Termo da Fidelíssima Villa do Sabará	Matozinhos	Sede de	Matozinhos	32	9,5	337	145	5,4	2.705
	Distrito da Capella de Santa Anna das Traças, Termo da Fidelíssima Villa do Sabará, Julgado do Corvello	Santana de Pirapama	Sede de	Santana de Pirapama	15	2,3	649	75	2,1	3.589

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830 com disponibilidade de informação de área em que localizam os fogos (ver Tabela 13).

APÊNDICE D – CENSO DE 1872

Tabela 61 – Somatória dos dados paroquiais não corrigidos contidos no primeiro “Quadro Geral da População” – Minas Gerais – 1872

Atributos	Categorias	Livres			Escravos			Soma Geral
		Homens	Mulheres	Soma	Homens	Mulheres	Soma	
1- Total	1 Almas	847.592	821.682	1.678.276	199.434	171.025	370.453	2.039.735
	2 Branco	423.255	408.543	831.497	0	0	0	831.498
	3 Pardo	301.878	296.166	598.810	57.274	49.329	105.769	703.952
2 - Raça	4 Preto	105.417	101.660	207.458	142.263	122.496	264.224	472.695
	5 Caboclo	17.274	15.226	32.499	0	0	0	32.499
	Total (1)	847.824	821.595	1.670.264	199.537	171.825	369.993	2.040.644
	6 Solteiro	573.528	555.560	1.126.914	174.129	149.301	323.381	1.451.033
3 - Estado Civil	7 Casado	230.637	219.055	449.902	18.239	15.438	33.651	483.453
	8 Viúvo	42.922	46.948	89.860	7.067	6.478	13.570	103.449
	Total (1)	847.087	821.563	1.666.676	199.435	171.217	370.602	2.037.935
	9 Católicos	843.840	820.970	1.661.125	199.934	171.115	370.568	2.036.589
4 - Religião	10 Acatólico	1.752	1.393	3.145	0	0	0	3.145
	Total (1)	845.592	822.363	1.664.270	199.934	171.115	370.568	2.039.734
	11 Brasileira	833.002	817.922	1.650.560	182.418	159.999	342.532	1.997.220
5 - Nacionalidade	12 Estrangeira	14.516	3.997	18.518	16.928	10.992	27.934	46.459
	Total (1)	847.518	821.919	1.669.078	199.346	170.991	370.466	2.043.679
	13 Sabem ler e escrever	146.177	78.252	224.539	99	46	145	224.684
6 - Instrução	14 Analfabetos	701.320	747.334	1.452.108	199.404	170.997	370.385	1.815.051
	Total (1)	847.497	825.586	1.676.647	199.503	171.043	370.530	2.039.735
	15 Frequentam escola	20.259	11.940	32.200	0	0	0	32.195
População 6-15 anos	16 Não frequentam escola	105.049	109.975	215.148	0	0	0	215.148
	17 Total	125.296	122.047	247.342	0	0	0	247.342
	18 Cegos	1.354	876	2.228	356	243	599	2.830
Defeitos físicos	19 Surdos-Mudos	2.363	1.536	3.896	362	281	639	4.535
	20 Aleijados	5.355	2.670	8.066	1.562	1.022	2.591	10.591
	21 Alienados	446	301	747	101	71	172	917
	27 Dementes	1.733	1.222	2.954	237	187	424	3.379
	22 Ausentes	5.544	2.355	7.885	1.776	1.101	2.879	10.764
Outros	23 Transeuntes	3.388	1.718	5.117	671	467	1.145	6.291
	24 Habitadas	275.625	-	-	-	-	-	-
Casas	25 Desabitadas	3.611	-	-	-	-	-	-
	26 Fogos	281.657	-	-	-	-	-	-

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento Geral do Império de 1872. Base de dados do Cedeplar

(1) Total gerado pela soma das categorias, não constante nas tabelas originais, e que podem divergir dos totais impressos no censo.

Tabela 62 – Somatória dos dados paroquiais não corrigidos contidos no 2º Quadro (população presente) e 3º Quadro (população ausente) – Minas Gerais – 1872

Idade	Homens										Mulheres						Soma				
	Livres					Escravos					Livres					Escravos					
	Branços	Pardos	Pretos	Caboclos	Pardos	Pretos	Branços	Pardos	Pretas	Caboclas	Pardas	Pretas	Branças	Pardas	Pretas	Caboclas		Pardas	Pretas		
1 1 mês	1.174	972	447	38	0	0	1.061	936	476	35	0	0	5.138								
2 2 meses	1.231	920	394	18	0	0	1.128	920	359	18	0	0	4.988								
3 3 meses	1.258	1.030	504	21	0	0	1.165	972	459	26	0	0	5.434								
4 4 meses	1.299	1.034	482	30	0	0	1.199	1.008	495	20	0	0	5.566								
5 5 meses	1.287	1.145	556	32	0	0	1.273	1.053	529	22	0	0	5.896								
6 6 meses	1.477	1.242	575	48	0	0	1.346	1.160	589	59	0	0	6.498								
7 7 meses	1.421	1.143	604	60	0	0	1.399	1.113	618	50	0	0	6.408								
8 8 meses	1.693	1.284	663	71	0	0	1.531	1.322	674	69	0	0	7.307								
9 9 meses	1.810	1.419	704	69	0	0	1.680	1.396	708	59	0	0	7.841								
10 10 meses	2.035	1.573	696	82	0	0	1.939	1.503	782	85	0	0	8.692								
11 11 meses	2.354	1.840	838	92	14	21	2.175	1.809	860	111	9	21	10.141								
12 1 ano	4.413	3.722	1.536	276	403	906	4.058	3.472	1.513	238	316	810	21.670								
13 2 anos	5.245	4.393	1.802	234	859	2.122	4.939	4.260	1.686	283	822	1.803	28.443								
14 3 anos	6.002	4.974	1.858	324	1.146	2.566	5.575	4.765	1.797	323	1.003	2.224	32.532								
15 4 anos	7.102	5.981	2.147	372	1.242	2.990	6.823	5.765	2.157	38.368	1.208	2.709	38.769								
16 5 anos	9.329	7.268	2.529	512	1.614	3.742	8.451	7.474	2.619	531	1.505	3.222	48.724								
17 6-10 anos	25.454	20.561	6.167	1.285	3.504	8.256	24.868	20.967	6.420	1.229	3.126	7.022	128.859								
18 11-15 anos	32.884	26.242	8.266	1.619	4.463	10.584	32.117	25.255	7.905	1.383	4.042	8.937	163.754								
19 16-20 anos	40.418	29.725	9.644	1.893	5.728	13.131	37.982	30.406	9.669	1.727	4.857	11.709	196.195								
20 21-25 anos	46.881	34.169	11.013	1.934	6.872	16.004	44.721	34.648	11.030	1.708	5.697	14.020	229.039								
21 26-30 anos	53.659	39.519	13.038	1.970	8.628	19.868	54.793	39.254	12.805	1.693	7.123	17.120	269.457								
22 31-40 anos	70.213	45.281	15.986	2.371	9.985	25.312	69.578	43.979	14.897	2.054	8.744	22.101	330.468								
23 41-50 anos	53.314	33.433	11.142	1.709	6.431	17.925	51.924	31.135	9.984	1.427	5.071	15.698	239.625								
24 51-60 anos	30.762	19.167	7.185	1.126	3.734	11.242	28.126	18.237	6.565	867	2.743	8.755	138.420								
25 61-70 anos	13.456	8.508	3.815	707	1.596	5.131	12.882	8.311	3.370	503	1.315	4.053	63.775								
26 71-80 anos	4.370	3.349	1.592	253	609	1.580	3.523	3.396	1.461	190	529	1.409	22.263								
27 81-90 anos	1.685	1.441	660	130	254	585	1.461	1.358	698	96	214	518	9.094								
28 91-100 anos	581	526	271	59	100	245	544	455	241	34	127	209	3.393								
29 Maiores de 100	186	183	109	15	46	71	151	163	107	9	40	83	1.165								
30 Não determinados	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2								
Total (1)	422.994	302.045	105.223	17.350	57.228	142.281	408.412	296.492	101.473	15.217	48.491	122.423	2.039.556								
31 raça	422.952	302.213	105.151	17.273	57.181	142.253	408.543	296.449	101.466	15.226	73.036	122.135	2.039.745								
32 condições	847.585	-	-	-	199.433	-	822.284	-	-	-	171.025	-	2.039.745								
33 sexo	1.047.026	-	-	-	-	-	992.709	-	-	-	-	-	2.039.745								
34 total	2.039.745	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.039.745								

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento Geral do Império de 1872. Base de dados do Cedeplar

(1) Total gerado pela soma das categorias, não constante nas tabelas originais, e que podem divergir dos totais impressos no censo.

Tabela 63 – Somatória dos dados paroquiais não corrigidos contidos na primeira parte do 4º Quadro (homens brasileiros) – Minas Gerais – 1872

Provincia de origem	Livres												Escravos											
	Solteiros						Casados						Solteiros						Casados					
	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos				
1 Brasileiros adotivos	10	0	0	0	22	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
2 Estrang. Naturalizados	5	0	0	0	13	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
3 Amazonas	2	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
4 Pará	7	6	0	13	1	1	0	8	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0			
5 Maranhão	19	14	8	5	10	16	6	6	4	4	1	0	0	0	6	23	0	0	2	0	0			
6 Piauí	9	31	4	11	10	21	2	5	2	1	0	0	0	0	9	9	3	5	0	0	4			
7 Ceará	55	43	4	10	17	15	5	8	4	4	13	1	3	28	27	6	3	0	0	0	0			
8 Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
9 Paraíba	47	29	4	4	18	21	9	12	2	15	0	1	21	34	6	10	10	0	0	0	0			
10 Pernambuco	122	38	116	4	64	31	5	5	14	5	29	0	59	251	13	73	1	1	22	22				
11 Alagoas	23	21	10	11	18	10	9	0	1	5	4	1	10	16	8	10	1	1	0	0	0			
12 Sergipe	17	12	19	9	13	13	4	4	2	5	3	0	7	17	4	6	2	2	1	1	1			
13 Bahia	867	626	189	52	577	423	125	50	132	110	30	9	329	613	81	132	16	16	32	32				
14 Espírito Santo	26	15	14	2	8	13	14	10	17	14	0	1	18	12	0	16	0	0	2	2				
15 Rio de Janeiro	1.216	484	235	27	1.063	429	148	22	262	129	49	9	719	950	91	139	38	38	65	65				
16 São Paulo	717	335	95	25	450	216	69	15	101	50	20	1	210	398	34	79	15	15	17	17				
17 Paraná	134	80	33	26	135	32	7	19	23	20	3	4	2	4	4	3	3	3	3	3				
18 Santa Catharina	7	5	10	3	10	1	2	0	6	1	0	0	3	2	4	0	0	3	1	0				
19 Rio Grande do Sul	28	8	4	0	22	7	3	0	2	0	0	0	2	2	0	1	1	0	0	0				
20 Minas Geraes	279.510	202.231	68.556	9.827	106.459	81.836	26.425	5.013	17.503	14.397	7.016	2.041	48.622	110.010	4.719	8.560	2.122	2.918	2.918	2.918				
21 Goyaz	113	86	63	22	79	72	33	13	29	29	14	9	30	39	14	17	4	4	7	7				
22 Mato Grosso	21	15	5	1	17	9	5	0	0	0	1	0	2	1	0	0	0	1	0	0				
23 Totais - Raças	282.955	204.079	69.369	10.052	109.010	83.170	26.931	5.190	18.107	14.801	7.172	2.082	50.074	112.411	4.986	9.064	2.204	3.071	3.071	3.071				
24 Totais - Estado	566.457	-	-	-	224.299	-	-	-	42.162	-	-	-	162.485	-	14.050	-	5.275	-	-	-				
25 Totais - Condição	832.918	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181.810	-	-	-	-	-	-	-				
26 Totais - Sexos	1.014.728	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento Geral do Império de 1872. Base de dados do Cedeplar.

Tabela 64 – Somatória dos dados paroquiais não corrigidos na segunda parte do 4º Quadro (mulheres brasileiras) – Minas Gerais – 1872

Provincia de origem	Livres												Escravas									
	Solteiras						Casadas						Solteiras			Casadas			Vítuas			
	Branças	Pardas	Pretas	Caboclas	Branças	Pardas	Pretas	Caboclas	Branças	Pardas	Pretas	Caboclas	Branças	Pardas	Pretas	Caboclas	Branças	Pardas	Pretas	Branças	Pardas	Pretas
1 Brasileiros adotivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2 Estrang. Naturalizados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3 Amazonas	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4 Pará	1	6	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5 Maranhão	5	9	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6 Piauhý	6	8	1	0	0	0	3	0	0	0	0	1	2	0	0	2	1	0	0	0	0	0
7 Ceará	20	5	6	0	0	0	19	6	0	0	5	10	6	0	3	5	16	0	0	0	0	0
8 Rio Grande do Norte	0	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9 Parahyba	5	18	14	3	17	7	17	7	1	13	9	9	3	0	0	3	8	0	0	0	0	0
10 Pernambuco	52	24	98	2	33	14	52	1	52	0	0	6	1	4	0	45	133	6	6	55	4	5
11 Alagoas	3	14	14	0	0	5	7	7	7	0	0	0	0	0	0	6	11	13	1	2	0	3
12 Sergipe	13	3	3	0	14	6	7	7	7	0	0	6	0	0	0	6	13	0	0	0	0	0
13 Bahia	627	462	148	41	339	338	72	24	103	72	43	7	4	265	423	54	108	8	8	27	0	27
14 Espírito Santo	20	21	14	3	14	14	7	0	7	11	7	1	1	10	19	4	9	0	0	0	0	3
15 Rio de Janeiro	792	363	190	27	842	310	100	14	229	133	62	5	616	855	78	108	46	54	0	0	0	54
16 São Paulo	569	265	76	25	406	194	48	24	121	64	15	6	175	288	29	49	7	18	0	0	0	18
17 Paraná	10	12	11	2	9	13	1	2	9	16	3	0	4	5	3	0	0	0	0	0	0	3
18 Santa Catharina	5	6	3	0	3	3	2	0	2	6	1	0	0	4	2	2	2	0	0	0	0	1
19 Rio Grande do Sul	3	2	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Minas Geraes	277.092	197.391	66.332	8.837	105.121	79.413	25.155	4.327	19.129	16.936	7.477	1.944	40.788	98.424	4.357	7.814	1.980	2.939	0	0	0	0
21 Goyaz	71	74	43	15	86	59	23	3	37	35	16	6	18	36	2	6	2	2	2	2	2	10
22 Matto Grosso	8	4	0	0	7	1	3	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23 Totais - Raças	279.302	198.690	66.965	8.954	106.914	80.388	25.479	4.413	19.670	17.305	7.631	1.971	41.954	100.247	4.545	8.165	2.047	3.063	-	-	-	-
24 Totais - Estado	553.911	-	-	-	217.194	-	-	-	46.577	-	-	-	142.201	-	12.710	-	-	5.110	-	-	-	-
25 Totais - Condição	817.682	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160.021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26 Totais - Sexos	977.703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento Geral do Império de 1872. Base de dados do Cedeplar.

Tabela 65 – Somatória dos dados paroquiais não corrigidos contidos no 6º Quadro (nacionalidade estrangeira) – Minas Gerais – 1872

Nacionalidade	Homens						Mulheres						Soma
	Católicos			Acatólicos			Católicas			Acatólicas			
	Solteiros	Casados	Vítuos	Solteiros	Casados	Vítuos	Solteiras	Casadas	Vítuas	Solteiras	Casadas	Vítuas	
1 Africanos escravos	10.949	4.191	1.791	0	0	0	6.901	2.732	1.382	0	0	0	27.945
2 Africanos livres	979	854	288	0	0	0	648	508	270	0	0	0	3.547
3 Alemães	48	90	5	536	0	0	11	8	1	183	480	22	1.808
4 Austríacos	10	3	1	0	0	0	1	4	0	0	0	0	19
5 Argentinos	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
6 Belgas	0	5	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	9
7 Bolivianos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8 Chineses	10	16	1	0	0	0	2	4	0	0	0	0	33
9 Dinamarqueses	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	4
10 Franceses	88	64	11	1	0	0	12	5	4	0	0	0	185
11 Gregos	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
12 Espanhóis	142	106	11	0	0	0	2	5	0	0	0	0	266
13 Holandeses	0	0	0	19	0	0	1	1	0	2	36	2	76
14 Húngaros	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
15 Ingleses	15	11	3	103	72	19	0	0	0	53	30	10	316
16 Italianos	972	589	70	0	0	0	27	38	5	0	0	0	1.701
17 Japoneses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18 Mexicanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Norte-americanos	2	1	1	240	269	5	0	0	0	163	399	8	1.088
20 Orientais	8	2	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	12
21 Paraguaiois	57	48	6	0	0	0	7	0	1	0	0	0	119
22 Persas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23 Portugueses	6	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
24 Portugueses	4.129	3.763	291	0	0	0	523	414	90	0	0	0	9.211
25 Russos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
26 Suíços	34	11	3	25	14	2	1	1	0	3	2	0	96
27 Suecos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
28 Turcos	0	0	0	3	2	0	0	0	0	1	0	0	6
29 Totais - Estado Civil	17.452	9.761	2.486	930	764	58	8.138	3.722	1.755	405	947	42	46.490
30 Totais - Religião	29.699	-	-	1.752	-	-	13.625	-	-	1.394	-	-	46.490
31 Totais - Sexo	31.451	-	-	-	-	-	15.019	-	-	-	-	-	46.490

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento Geral do Império de 1872. Base de dados do Cedeplar.

Tabela 66 – Somatória dos dados paroquiais não corrigidos contidos no 7º Quadro (de profissões) – Minas Gerais – 1872

Grupos	Ocupação	Brasileiros - livres										Estrangeiros - livres						Escravos		Soma			
		Homens					Mulheres					Homens			Mulheres			Homens	Mulheres				
		Solteiros	Casados	Vítuos	Solteiros	Casados	Vítuos	Solteiros	Casados	Vítuos	Solteiros	Casados	Vítuos	Solteiros	Casados	Vítuos	Solteiros	Casados	Vítuos		Homens	Mulheres	
Religiosos	1 Seculares	449	0	0	0	0	0	0	0	0	0	115	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	570
	2 Regulares - Homens	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
	3 Regulares - Mulheres	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4 Juizes	20	55	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	77
Juristas	5 Advogados	73	213	23	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	312
	6 Notários e escrivães	108	270	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	396
	7 Procuradores	64	99	9	0	0	0	0	0	0	0	9	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	189
	8 Oficiais de justiça	132	311	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	478
Profissões liberais	9 Médicos	48	120	4	0	0	0	0	0	0	0	6	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	195
	10 Cirurgiões	2	22	2	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29
	11 Farmacêuticos	122	164	13	0	0	0	0	0	0	0	18	22	2	0	0	0	0	0	0	0	0	341
	12 Parteiros	0	0	0	54	60	229	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	351
	13 Professores e homens de letras	303	609	57	129	181	40	52	50	8	5	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1.434
	14 Empregados públicos	165	373	45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	583
	15 Artistas	341	406	33	34	26	0	27	35	5	8	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	925
	16 Militares	1.136	593	156	0	0	0	5	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.895
	17 Marinheiros	59	49	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	158
	18 Pescadores	35	55	13	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	107
	19 Capitalistas e proprietários	972	4.364	516	132	178	624	88	81	22	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.994
Profissões industriais e comerciais	20 Manufatureiros e fabricantes	181	187	36	37	47	15	3	2	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	0	0	0	516
	21 Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	3.955	6.903	663	54	48	189	1.504	1.490	150	9	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.974

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento Geral do Império de 1872. Base de dados do Cedeplar.

(continua)

Tabela 66 – Somatória dos dados paroquiais não corrigidos contidos no 7º Quadro (de profissões) – Minas Gerais – 1872

Grupos	Ocupação	Brasileiros - livres								Estrangeiros - livres				Escravos		Soma	
		Homens				Mulheres				Homens		Mulheres		Homens	Mulheres		
		Solteiros	Casados	Vívidos	Solteiros	Casados	Vívidos	Solteiros	Casados	Vívidos	Solteiros	Casados	Vívidos				Solteiros
	22 Costureiras	0	0	0	91.334	41.350	8.332	0	0	1	2	316	362	71	215	16.942	158.982
	23 canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros	2.088	1.704	248	1	0	2	1.056	793	69	6	0	0	0	1.625	0	7.593
	24 em metais	1.910	3.098	350	643	664	212	191	174	30	0	0	0	0	545	37	7.854
	25 em madeiras	2.971	5.704	518	0	0	0	267	250	29	0	0	0	7	962	22	10.730
	26 em tecidos	3.990	1.695	157	35.860	17.567	4.417	35	9	6	76	55	37	972	5.482	70.457	2.955
	27 de edificações	752	1.065	132	0	1	1	389	263	21	0	3	1	327	0	1.534	2.955
	28 em couros e peles	585	730	96	0	0	0	20	31	2	0	0	0	70	0	1.534	0
	29 em tinturaria	0	2	0	2	1	2	0	0	0	0	0	0	2	2	0	9
	30 de vestuários	1.273	1.538	200	0	1	3	61	53	20	2	2	2	3	208	0	3.362
	31 de chapéus	35	41	4	58	23	11	0	3	0	0	0	0	4	4	1	180
	32 de calçado	1.792	2.368	353	0	0	82	81	81	14	1	2	1	428	1	5.119	1.180
	33 Lavradores	153.344	90.713	18.602	57.382	35.437	10.836	1.338	2.033	289	264	461	197	78.440	36.266	485.094	2.254
	34 Criadores	1.125	816	114	13	2	82	8	10	2	0	0	0	4	76	0	2.254
	35 Criados e jornalheiros	92.917	52.795	10.070	7.817	3.599	689	961	690	35	42	155	2	19.864	7.809	198.422	2.254
	36 Serviço doméstico	20.306	11.183	1.074	114.058	88.227	11.967	862	179	19	728	802	183	35.783	46.211	330.434	2.254
	37 Sem profissão	280.758	36.513	9.908	244.165	29.344	8.876	344	141	14	139	91	33	60.412	57.951	722.683	2.254
	Total (1)	572.019	224.758	43.458	551.774	216.756	46.527	7.445	6.426	744	1.597	1.944	550	199.911	170.803	2.038.195	2.254
	38 Estado	566.590	224.311	42.173	553.926	217.194	46.567	7.439	6.335	744	1.639	1.942	416	-	-	-	-
	39 Sexos	833.074	-	-	817.687	-	-	14.518	-	-	3.997	-	-	-	-	-	-
	40 Condições	1.651.761	-	-	-	-	-	18.515	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	41 Nacionalidades	183.091	-	-	160.013	-	-	16.933	-	-	11.012	-	-	-	-	-	-

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento Geral do Império de 1872. Base de dados do Cedeplar

(1) Total gerado pela soma das categorias, não constante nas tabelas originais, e que podem divergir dos totais impressos no censo.

(fim)

APÊNDICE E – TIPOLOGIA APRIORÍSTICA

Tabela 67 – População livre adulta, por faixa etária, segundo tipos regionais, sexo e estado marital – Minas Gerais – Década de 1830

Tipos regionais	Sexo e estado marital	Faixa etária										Total		
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-59	60-69	70-	N.	%
Tipo A														
	Homens	15.826	10.172	9.938	7.759	7.858	5.366	7.154	3.963	8.164	5.021	2.910	84.131	-
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
	Solteiro	99,8	96,8	70,2	41,9	30,1	23,6	22,3	19,1	19,5	22,8	28,6	45.426	54,0
	Casado	0,2	3,2	29,5	57,4	68,6	74,3	74,4	76,3	73,7	65,2	52,2	36.268	43,1
	Viúvo	0,0	0,0	0,3	0,6	1,3	2,2	3,3	4,6	6,8	12,1	19,2	2.437	2,9
	Mulheres	14.822	12.037	12.773	9.522	9.820	6.220	8.115	4.153	8.314	5.141	3.097	94.014	-
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
	Solteiro	98,2	76,1	47,1	36,8	34,9	33,5	34,9	32,6	36,3	40,4	44,9	49.421	52,6
	Casado	1,7	23,6	51,7	60,3	60,3	59,3	53,1	52,9	40,8	25,7	12,4	36.659	39,0
	Viúvo	0,0	0,3	1,2	3,0	4,9	7,2	12,0	14,5	22,9	33,9	42,7	7.934	8,4
Tipo B														
	Homens	4.018	2.586	2.567	2.103	2.150	1.302	1.778	947	1.839	1.026	527	20.843	-
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
	Solteiro	99,8	96,8	69,3	38,1	23,4	16,7	13,9	13,0	11,5	12,7	18,8	10.628	51,0
	Casado	0,1	3,2	30,5	61,3	75,2	81,5	82,5	83,4	81,6	76,1	64,3	9.713	46,6
	Viúvo	0,1	0,0	0,2	0,5	1,4	1,8	3,6	3,6	6,9	11,2	16,9	502	2,4
	Mulheres	3.750	2.977	3.180	2.137	2.124	1.260	1.589	799	1.448	726	440	20.430	-
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
	Solteiro	98,2	74,3	43,5	32,8	31,1	29,9	31,1	28,8	32,3	36,5	41,3	9.243	45,2
	Casado	1,8	25,4	55,3	64,3	63,7	63,0	56,4	56,2	44,1	28,3	14,3	9.679	47,4
	Viúvo	0,0	0,3	1,2	2,9	5,2	7,1	12,5	15,0	23,6	35,2	44,4	1.508	7,4
Tipo C														
	Homens	4.293	2.668	2.594	2.224	1.883	1.267	1.565	943	1.613	895	504	20.449	-
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
	Solteiro	99,8	95,2	61,5	33,0	20,7	16,0	14,8	12,8	14,0	15,3	17,7	10.554	51,6
	Casado	0,2	4,8	38,0	65,9	77,3	80,9	82,3	82,3	79,7	73,4	64,1	9.397	46,0
	Viúvo	0,0	0,0	0,4	1,0	2,0	3,1	2,9	4,9	6,3	11,3	18,3	498	2,4
	Mulheres	3.849	2.986	3.165	2.325	2.059	1.249	1.530	741	1.397	719	426	20.446	-
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
	Solteiro	98,1	68,5	35,6	24,8	23,4	22,0	23,7	20,9	21,3	22,5	27,5	9.375	45,9
	Casado	1,9	31,2	63,0	71,8	70,2	70,9	63,0	62,5	50,8	36,7	22,8	9.500	46,5
	Viúvo	0,0	0,2	1,4	3,4	6,4	7,0	13,3	16,6	27,9	40,8	49,8	1.571	7,7

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver população total na Tabela 31, pág. 194)

Tabela 68 – População livre adulta, por faixa etária, segundo situação no domicílio, sexo e estado marital – Minas Gerais – Década de 1830

Áreas	Sexo e estado marital	Faixa etária											Total		
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-59	60-69	70-	N.	%	
Urbano															
	Homens	4.097	2.826	2.593	1.960	2.006	1.477	1.844	1.105	2.325	1.496	953	22.682	-	
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	
	Solteiro	99,6	97,8	77,7	52,2	40,2	30,1	30,0	25,2	23,1	25,7	33,2	13.205	58,2	
	Casado	0,4	2,1	22,0	47,2	58,5	67,4	66,6	70,2	69,3	62,2	47,2	8.736	38,5	
	Viúvo		0,1	0,3	0,6	1,3	2,5	3,4	4,5	7,6	12,1	19,6	741	3,3	
	Mulheres	3.809	3.129	3.555	2.732	2.907	2.014	2.619	1.458	2.956	1.924	1.225	28.328	-	
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	
	Solteiro	98,2	79,3	57,9	46,4	45,9	43,2	44,5	42,2	45,9	48,4	51,3	16.450	58,1	
	Casado	1,7	20,3	40,8	49,7	48,5	49,6	43,0	43,8	32,4	21,9	8,8	9.169	32,4	
	Viúvo	0,1	0,4	1,3	3,9	5,6	7,2	12,5	14,1	21,7	29,7	39,8	2.709	9,6	
Rural															
	Homens	12.778	8.059	7.970	6.380	6.356	4.126	5.661	3.194	6.285	3.800	2.066	66.675	-	
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	
	Solteiro	99,9	96,3	68,5	38,9	26,7	20,1	18,3	15,9	17,2	19,8	25,1	34.890	52,3	
	Casado	0,1	3,7	31,2	60,5	71,9	77,8	78,3	79,4	76,5	68,3	56,2	29.981	45,0	
	Viúvo	0,0	0,0	0,3	0,5	1,3	2,0	3,4	4,7	6,3	11,9	18,7	1.804	2,7	
	Mulheres	12.055	9.795	10.067	7.238	7.447	4.461	5.832	2.956	5.712	3.382	2.000	70.945	-	
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	
	Solteiro	98,4	75,3	42,6	31,8	29,6	28,3	28,9	26,0	29,6	33,0	39,9	35.346	49,8	
	Casado	1,6	24,5	56,2	65,5	65,7	64,7	59,7	59,0	46,6	30,3	15,2	29.994	42,3	
	Viúvo		0,2	1,2	2,7	4,7	7,0	11,4	15,0	23,8	36,7	45,0	5.605	7,9	
S/inf.															
	Homens	7.262	4.541	4.536	3.746	3.529	2.332	2.992	1.554	3.006	1.646	922	36.066	-	
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	
	Solteiro	99,9	96,1	63,5	34,2	21,3	17,5	16,2	13,8	13,7	16,6	20,2	18.513	51,3	
	Casado	0,1	3,9	36,2	64,8	76,9	80,0	80,8	82,2	79,1	71,9	61,8	16.661	46,2	
	Viúvo	0,0		0,2	1,0	1,8	2,5	3,0	4,0	7,2	11,5	18,0	892	2,5	
	Mulheres	6.557	5.076	5.496	4.014	3.649	2.254	2.783	1.279	2.491	1.280	738	35.617	-	
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	
	Solteiro	97,8	69,4	35,9	25,3	22,4	21,1	23,3	19,9	22,2	28,0	28,7	16.243	45,6	
	Casado	2,2	30,4	62,9	71,9	71,9	71,4	61,9	64,1	52,1	32,5	20,9	16.675	46,8	
	Viúvo		0,2	1,2	2,8	5,7	7,5	14,8	15,9	25,7	39,5	50,4	2.699	7,6	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (Ver população total na Tabela 31, pág. 194)

Tabela 69 – Distribuição da população, por relação com chefe do fogo, segundo distritos de paz da amostra * – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Relação com o chefe (em %)							Total de habitantes	
		Localidade	Subordinação	Município	Chefe	Conjuge	Filhos	Outro parente do chefe	Livre s/ inf. da relação c/ chefe	Agredidos	Escravos	%	N.
Araxá	Distrito da Capella de Santa Anna da Barra do Rio do Espírito Santo, Santana de Patos		distrito de	Patos de Minas	14,1	11,3	41,2	1,0	6,9	0,3	25,2	100,0	2.444
	Distrito de Santa Anna do Pouso Alegre do Coromandel, Termo do Julgado de São Domingos do Araxá, Comarca da Villa de Paracatu	Coromandel	sede de	Coromandel	17,3	12,3	37,3	0,7	10,6	0,1	21,6	100,0	1.952
	Distrito do Santíssimo Sacramento, Freguesia do Desemboque, Comarca da Villa do Paracatu do Principe	Sacramento	sede de	Sacramento	13,1	10,6	37,3	0,2	1,7	5,1	31,9	100,0	1.762
	Diamantina												
	Distrito da Parochia do Sancto Antonio do Tejuco, Villa Diamantina do Serro	Diamantina	sede de	Diamantina	16,3	4,2	16,5	1,3	3,0	5,8	52,9	100,0	12.292
Distrito da Capella de Santo Antônio do Arrayal da Gouveya, Filial da Parochia de Santo Antônio do Arrayal de Tejuco, Termo da Villa do Principe, Comarca do Serro Frio, Bispaado de Mariana	Gouveia	sede de	Gouveia	16,0	8,6	31,1	4,1	0,5	9,5	30,2	100,0	2.023	
Intermediária de Piangui-Tamandua													
Distrito e Capella do Arrayal de Santo Antonio da Tapera, Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Mato Dentro, Termo e comarca da Villa do Principe	São Antonio da Tapera	povoado de	Santo Antônio do Itambé	19,2	10,0	34,5	7,2	6,1	3,9	19,2	100,0	741	
Intermediária de Piangui-Tamandua													
Curato de Nossa Senhora Aparecida do Cláudio, Termo da Villa de São José	Cláudio	sede de	Cláudio	16,6	8,9	22,4	1,9	17,9	3,8	28,6	100,0	2.777	
Distrito da Parochia de Nossa Senhora da Conceição de Prados, Termo da Villa de São José	Prados	sede de	Prados	12,2	6,4	21,9	3,2	10,7	1,5	44,1	100,0	2.532	
Distrito do Senhor Bom Juzus dos Perdões, Termo da Villa d' São José do Rio das Mortes	Perdões	sede de	Perdões	16,7	9,0	23,5	0,8	18,3	0,2	31,5	100,0	2.051	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. * Ver Tabela 29 (pág. 185)

Tabela 69 – Distribuição da população, por relação com chefe do fogo, segundo distritos de paz da amostra * – Minas Gerais – Década de 1830

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Relação com o chefe (em %)							Total de habitantes		
		Localidade	Subordinação	Município	Chefe	Conjuge	Filhos	Outro parente do chefe	Livre s/ inf. da relação c/ chefe	Agregados	Escravos	%	N.	
Intermediária de Piangui-Tamandua														
	Distrito de Senhora do Carmo do Japão, Termo de São José	Carmópolis de Minas	sede de	Carmópolis de Minas	9,5	6,5	23,6	1,8	1,8	1,3	55,7	100,0	1.879	
	Distrito da Cana Verde, Termo da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes	Cana Verde	sede de	Cana Verde	20,0	14,1	37,9	2,1	1,6	0,1	24,3	100,0	1.160	
	Distrito da Capela do Padre Gaspar, que pertence a Freguesia e ao Termo da Vila de São José	Padre Gaspar	localidade de	Tiradentes	16,3	11,1	36,5	1,7	1,9	2,2	30,2	100,0	718	
	Distrito da Capela da Ressaca, Termo da Vila de Sam Jose	Ressaca	povoado de	Lagoa Dourada	12,6	7,5	27,1	2,5	2,8	1,0	46,5	100,0	680	
Mata														
	Distrito da Capella de São Francisco de Paula, Freguesia de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira, Termo da nobre e mui leal Villa de Barbacena	Torreões	distrito de	Juiz de Fora	8,5	7,2	29,9	0,1	6,0	0,8	47,6	100,0	1.926	
	Curato de São José da Parahiba, Termo da nobre e muito leal Villa da Barbacena	Além Parahiba	sede de	Além Parahiba	10,6	7,8	33,8	1,2	1,1	1,2	44,3	100,0	1.356	
	Distrito da Capella de São José do Paraupeba da Pomba, Termo de Mariana	Tocantins	sede de	Tocantins	12,2	9,1	34,6	0,9	0,6	4,7	37,8	100,0	1.139	
Minas Novas														
	Rio Pardo	Rio Pardo de Minas	sede de	Rio Pardo de Minas	15,6	10,8	38,2	0,4	7,9	1,1	26,0	100,0	4.161	
Mineiradora Central Leste														
	Distrito da Capella de Santa Anna dos Ferros, aquém do Rio Santo Antônio, Termo da Villa de Caeté	Ferros	sede de	Ferros	12,0	8,1	24,3	2,2	8,7	2,7	41,9	100,0	2.291	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. * Ver Tabela 29 (pág. 185)

(continua)

Tabela 69 – Distribuição da população, por relação com chefe do fogo, segundo distritos de paz da amostra* – Minas Gerais – Década de 1830

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Relação com o chefe (em %)							Total de habitantes	
		Localidade	Subordinação	Município	Chefe	Conjuge	Filhos	Outro parente do chefe	Livre s/ inf. da relação c/ chefe	Agredados	Escravos	%	N.
Mineradora Central Leste													
	Distrito da Capella de San Domingos da Prata, Parochia de Sam Miguel, Termo da Villa Nova da Rainha de Cehtë, Comarca de Sabará ou Distrito da Capella de Sam Domingos da Prata, Freguesia de Sam Miguel, Termo da Villa de Caethé	São Domingos do Prata	sede de	São Domingos do Prata	13,0	7,5	27,6	1,2	6,3	2,4	42,0	100,0	2.160
	São Sebastião das Correntes	Sabinópolis	sede de	Sabinópolis	14,0	9,9	37,6	1,0	0,4	8,0	29,1	100,0	2.128
Mineradora Central Oeste													
	Ouro Preto	Ouro Preto	sede de	Ouro Preto	19,7	7,3	27,2	4,6	10,2	8,2	22,9	100,0	3.685
	Distrito e Aplicação de Santo Antonio do Morro de Mateos Leme da Comarca do Rio das Velhas	Mateus Leme	sede de	Mateus Leme	17,9	8,2	33,0	0,5	10,1	2,6	27,7	100,0	3.092
	Distrito de Pas da Parochia de Mariana, Distrito Parochial da Sé de Mariana	Mariana	sede de	Mariana	20,2	6,0	15,5	1,5	18,5	10,1	28,1	100,0	2.946
	Distrito da Parochia da Villa do Caethé	Caethé	sede de	Caethé	14,4	5,6	23,0	3,7	8,1	6,9	38,2	100,0	2.855
	Distrito de São Gonçalo do Rio Abaixo, feial da Freguezia de Santa Bárbara, Termo de Caethé, Comarca de Sabará	São Gonçalo do Rio Abaixo	sede de	São Gonçalo do Rio Abaixo	14,8	8,2	29,8	2,1	1,1	5,4	38,5	100,0	2.828
	Distrito de São Gonçallo de Cattas Altas da Freguesia de Itaverava, Termo de Queluz	Catas Altas da Noruega	sede de	Catas Altas da Noruega	15,2	4,8	23,0	2,9	21,8	0,1	32,2	100,0	1.616
	Distrito da Parochia de Santa Bárbara do Termo da Villa Nova da Rainha de Cehtë	Santa Bárbara	sede de	Santa Bárbara	18,9	7,8	32,1	0,6	7,3	7,7	25,6	100,0	1.515
	Distrito da Capella de Noca Senhora das Dores da Conquista, Freguesia de Congonhas do Campo, Termo da Real Villa, de Queluz	Itaguara	sede de	Itaguara	12,9	8,6	29,3	1,7	0,5	0,1	46,9	100,0	1.375
	Distrito da Aplicação da Capella da Senhora da Lappa, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará	Ravena	distrito de	Sabará	13,1	7,2	32,1	0,9	2,2	14,7	29,8	100,0	1.310

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. * Ver Tabela 29 (pág. 185)

(continua)

Tabela 69 – Distribuição da população, por relação com chefe do fogo, segundo distritos de paz da amostra* – Minas Gerais – Década de 1830

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Relação com o chefe (em %)							Total de habitantes		
		Localidade	Subordinação	Município	Chefe	Conjuge	Filhos	Outro parente do chefe	Livre s/ inf. da relação c/ chefe	Agregados	Escravos	%	N.	
Mineradora Central Oeste														
	Distrito da Capella de São Domingos, Freguesia do Somidor, Termo da Cidade de Mariana	Diogo de Vasconcelos	sede de	Diogo de Vasconcelos	13,6	7,2	21,9	0,6	16,2	6,0	34,5	100,0	1.308	
	Distrito da Capella da Tapera, Freguesia de Guarapiranga, Termo da Ial Cidade de Mariana	Porto Firme	sede de	Porto Firme	7,6	4,7	22,6	1,9	0,5	13,5	49,2	100,0	1.239	
	Capella do Pinheiro do Sumidouro, Termo da Ial cidade de Mariana	Pinheiros Altos	distrito de	Piranga	19,5	7,3	23,6	2,0	30,9	5,8	11,0	100,0	1.113	
	Distrito de Nossa Senhora da Saúde	Dom Silvério	sede de	Dom Silvério	16,6	9,3	28,4	1,1	8,4	2,7	33,5	100,0	1.097	
	Distrito da Capella de Nossa Senhora das Neves da Boa Vista, Filial da Igreja Matris de São Caetano, Termo da Ial Cidade de Mariana, Comarca do Ouro Preto	Cláudio Manuel	distrito de	Mariana	13,5	5,8	9,1	0,8	27,7	2,1	41,1	100,0	1.005	
	Distrito da Capella Curada de Nossa Senhora da Conceição da Noroega, da Freguesia de Santo Antonio da Haverava e Termo da Real Villa de Queluz	N. Sra. da Conc. da Noruega	localidade de	Catas Altas da Noruega	10,3	5,4	21,2	2,5	11,3	1,2	48,1	100,0	994	
	Distrito da Parochia de Sam Caetano do Termo da Cidade de Marianna	Monseñor Horta	distrito de	Mariana	20,1	6,6	18,3	0,5	25,5	3,8	25,4	100,0	986	
	Distrito ou Parochia de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras do Termo da Comarca e Villa do Sabará	Acurui	distrito de	Iatibrito	20,6	6,9	26,6	2,9	6,3	13,0	23,7	100,0	957	
	Distrito da Capella de Sancta Luzia do Rio Manso, Freguesia do Curral del Rey, Termo da Fidelissima Villa do Sabara	Rio Manso	sede de	Rio Manso	18,4	8,5	34,1	4,0	1,3	2,5	31,3	100,0	957	
	Capella da Senhora de Santiana	Santiana do Paraopeba	distrito de	Belo Vale	12,3	7,8	23,2	3,9	15,6	1,2	36,0	100,0	949	
	Distrito da Capella de Nossa Senhora da Oliveira, da Freguesia da Piranga, Termo da Cidade de Mariana	Senhora de Oliveira	sede de	Senhora de Oliveira	10,4	8,0	16,0	0,4	15,0	5,8	44,5	100,0	839	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. * Ver Tabela 29 (pág. 185)

(continua)

Tabela 69 – Distribuição da população, por relação com chefe do fogo, segundo distritos de paz da amostra* – Minas Gerais – Década de 1830

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Relação com o chefe (em %)							Total de habitantes		
		Localidade	Subordinação	Município	Chefe	Cônjuge	Filhos	Outro parente do chefe	Livre s/ inf. da relação c/ chefe	Agregados	Escravos	%	N.	
Mineradora Central Oeste														
	Destrito de Nossa Senhora do Desterro do Mello, Freguesia de Guarapiranga, Termo de Mariana	Desterro do Melo	sede de	Desterro do Melo	13,3	10,3	33,0	1,2	0,3	0,4	41,5	100,0	757	
Paracatu														
	Distrito de Bambuhy	Bambuí	sede de	Bambuí	14,4	10,4	38,5	4,6	7,7	1,6	22,9	100,0	3.539	
	Destrito da Capella da Villa de Formigas	Montes Claros	sede de	Montes Claros	19,8	11,2	35,8	0,7	17,3	0,1	15,0	100,0	3.350	
	Destrito da Capella do Baomfim, Termo da Villa do Principe	Bocaina	sede de	Bocaina	19,9	10,4	38,3	0,8	4,2	0,3	26,2	100,0	2.707	
	Buritis	Buritis	sede de	Buritis	28,4	14,6	48,1	0,0	0,7	1,8	6,4	100,0	1.740	
	Morrinhos	Arnos	sede de	Arnos	17,8	9,4	36,7	0,1	0,8	8,8	26,4	100,0	1.192	
	Andrequicé (de Três Marias)	Andrequicé (de Três Marias)	distrito de	Três Marias	24,0	12,9	55,6	2,8	2,6	0,0	2,0	100,0	495	
Sudeste														
	Curato do Turvo, Freguesia da Airruoca, Termo da Villa de Santa Maria do Baependi	Andrelândia	sede de	Andrelândia	11,4	8,2	13,5	0,1	23,3	0,2	43,3	100,0	4.627	
	Destrito da Capella de Nossa Senhora do Carnos de Pouzo Alto, Termo da Villa de Santa Maria de Baependi	Carmo de Minas	sede de	Carmo de Minas	13,6	8,6	22,3	0,3	8,5	5,5	41,1	100,0	3.402	
	Destrito da Parochia da Nobre e muito leal Villa de Barbacena	Barbacena	sede de	Barbacena	17,2	8,3	29,2	1,6	5,0	3,1	35,7	100,0	2.744	
	Conceição do Ibitipoca	Conceição da Ibitipoca	distrito de	Lima Duarte	11,7	8,3	33,4	2,8	3,7	1,1	38,9	100,0	1.126	
	Destrito da Capella de São José do Favacho, Termo da Villa de Santa Maria de Baependy	Favaxo	localidade de	São Tomé das Letras	9,0	6,0	22,3	0,7	4,9	0,4	56,8	100,0	1.036	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. * Ver Tabela 29 (pág. 185)

(continua)

Tabela 69 – Distribuição da população, por relação com chefe do fogo, segundo distritos de paz da amostra* – Minas Gerais – Década de 1830

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Relação com o chefe (em %)							Total de habitantes		
		Localidade	Subordinação	Município	Chefe	Conjuge	Filhos	Outro parente do chefe	Livre s/ inf. da relação c/ chefe	Agregados	Escravos	%	N.	
Sudeste	Curato de São Francisco de Assis da Onça, Termo da Villa de São João d'El Rey	Emboabas	distrito de	São João Del-Rei	12,9	8,9	22,1	0,1	18,9	0,2	36,8	100,0	899	
	Distrito da Capella do Varadouro, Termo da Villa de Santa Maria do Varadouro	Varadouro	localidade de	Aiuruoca	12,4	7,3	10,6	0,7	15,5	1,7	52,0	100,0	606	
	Baependi													
Sudoeste	Distrito de São Sebastian da Ventania, Termo da Villa de São Carlos do Jacuhy	Alpinópolis	sede de	Alpinópolis	17,3	13,0	40,2	0,3	0,5	1,3	27,4	100,0	1.767	
Sul Central	Distrito da Paroquia de Santo Antônio do Valle de Piedade da Villa da Campanha do Rio Verde	Campanha	sede de	Campanha	15,7	8,9	33,3	0,9	2,4	4,7	34,1	100,0	5.500	
	Distrito da Matriz Nova de Itajubá do Termo da Villa da Campanha	Itajubá	sede de	Itajubá	15,2	11,5	38,1	0,3	1,1	2,5	31,2	100,0	5.215	
	Distrito da Paroquia de Santa Anna dos Sapocahy, Termo da Villa da Campanha, Provincia de Minas Gerais	Silviano-polis	sede de	Silviano-polis	16,2	12,2	32,9	0,9	14,5	1,7	21,7	100,0	4.640	
	Distrito da Capela de São José do Campo da Formiga, Freguesia de Pouso Alegre, Termo da Villa da Campanha da Princeza, Comarca do Rio das Mortes	Paraisópolis	sede de	Paraisópolis	17,2	14,6	44,2	0,4	3,9	0,1	19,6	100,0	2.022	
	Carino do Escaramuça	Paraguacu	sede de	Paraguacu	15,2	12,3	40,1	0,0	5,2	0,6	26,6	100,0	1.649	
	Termo da Villa da Campanha, neste curato do Senhor Bom Jesus das Antas	Bueno Brandão	sede de	Bueno Brandão	19,4	16,3	48,5	0,1	1,3	4,0	10,3	100,0	1.605	
	Distrito da Paroquia de Nossa Senhora da Soledade da Freguesia de Itajubá do Termo da Villa da Campanha	Delfim Moreira	sede de	Delfim Moreira	15,3	12,1	38,7	0,1	0,2	3,5	30,0	100,0	1.438	
	Capela de Sam Sebastião e Sam Roque do Bom Retiro	Bom Repouso	sede de	Bom Repouso	14,5	12,7	41,5	0,2	0,0	4,2	27,0	100,0	574	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. * Ver Tabela 29 (pág. 185)

(continua)

Tabela 69 – Distribuição da população, por relação com chefe do fogo, segundo distritos de paz da amostra* – Minas Gerais – Década de 1830

(fim)

Região	Denominação do distrito de paz, e de sua subordinação administrativa	Designação atual			Relação com o chefe (em %)							Total de habitantes	
		Localidade	Subordinação	Município	Chefe	Conjuge	Filhos	Outro parente do chefe	Livre s/ inf. da relação c/ chefe	Agregados	Escravos	%	N.
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas													
Monteiros		Lagoa Bonita	distrito de	Cordisburgo	21,5	14,2	49,0	2,0	2,7	3,1	7,4	100,0	3.631
Tabuleiro Grande		Paraopeba	sede de	Paraopeba	20,1	11,9	32,3	1,2	14,1	1,2	19,3	100,0	2.405
Distrito da Capella do Livramento, Comarca da Fidelíssima Villa do Sabará		Tomás Gonzaga	distrito de	Curvelo	19,9	12,4	47,8	1,3	5,5	1,5	11,6	100,0	1.360

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. * Ver Tabela 29 (pág. 185)

Tabela 70 – Distribuição dos domicílios, segundo presença de agregados e escravos, por tipo – Minas Gerais – Década de 1830

Tipos de domicílios	Sem agregados e sem escravos		Com agregados e sem escravos		Sem agregados e com escravos		Com agregados e com escravos		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Total	13.781	100,0	1.446	100,0	6.283	100,0	1.088	100,0	22.598	100,0
1. Solitários	1.744	12,7	510	35,3	1.023	16,3	245	22,5	3.522	15,6
1a - Viúvos	299	2,2	70	4,8	293	4,7	74	6,8	736	3,3
1b - Solteiro ou estado marital desconhecido	1.285	9,3	407	28,1	666	10,6	152	14,0	2.510	11,1
1c - Casado sem a presença do cônjuge (1)	160	1,2	33	2,3	64	1,0	19	1,7	276	1,2
2. Sem família	1.189	8,6	130	9,0	441	7,0	107	9,8	1.867	8,3
2a - Irmãos co-residentes	45	0,3	6	0,4	32	0,5	14	1,3	97	0,4
2b - Outros parentes co-residentes	91	0,7	7	0,5	35	0,6	13	1,2	146	0,6
2c - Pessoas sem informação de relação de parentesco	1.034	7,5	109	7,5	358	5,7	73	6,7	1.574	7,0
2d - Pessoas com e sem informação de relação de parentesco (1)	19	0,1	8	0,6	16	0,3	7	0,6	50	0,2
3. Família simples	9.105	66,1	680	47,0	3.831	61,0	551	50,6	14.167	62,7
3a - Apenas o núcleo familiar	1.755	12,7	149	10,3	616	9,8	104	9,6	2.624	11,6
3b - Núcleo familiar com criança(s)	5.138	37,3	293	20,3	2.419	38,5	312	28,7	8.162	36,1
Monoparentais	2.212	16,1	238	16,5	796	12,7	135	12,4	3.381	15,0
3c - Viúvas com criança(s)	186	1,3	25	1,7	120	1,9	26	2,4	357	1,6
3d - Viúvas com criança(s)	763	5,5	71	4,9	392	6,2	61	5,6	1.287	5,7
3e - Outros monoparentais (2)	1.263	9,2	142	9,8	284	4,5	48	4,4	1.737	7,7
4. Família estendida	1.500	10,9	89	6,2	818	13,0	156	14,3	2.563	11,3
4a - Extensão ascendente	34	0,2	2	0,1	18	0,3	7	0,6	61	0,3
4b - Extensão descendente	290	2,1	24	1,7	118	1,9	28	2,6	460	2,0
4c - Extensão lateral	37	0,3	4	0,3	33	0,5	5	0,5	79	0,3
4d - Combinações de 4a, 4b e 4c	16	0,1	0	0,0	8	0,1	2	0,2	26	0,1
4e - Extensões sem informação de relação de parentesco (1)	1.123	8,1	59	4,1	641	10,2	114	10,5	1.937	8,6
5. Múltiplas famílias	243	1,8	37	2,6	170	2,7	29	2,7	479	2,1
5a - Unidades secundárias ascendentes	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	1	0,0
5b - Unidades secundárias descendentes	29	0,2	6	0,4	25	0,4	4	0,4	64	0,3
5c - Unidades do mesmo nível	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5d - "fêrêches"	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5e - Outras famílias múltiplas	214	1,6	30	2,1	145	2,3	25	2,3	414	1,8
Com combinações de 5a, 5b e 5c (1)	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	1	0,0
Com pessoas sem informação de parentesco (1)	64	0,5	5	0,3	59	0,9	7	0,6	135	0,6
Com chefe sem núcleo (1)	150	1,1	25	1,7	85	1,4	18	1,7	278	1,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Categorias não previstas na tipologia de Laslett (1972a);

(2) Classe também não contemplada na tipologia de Laslett (1972a), referente a chefes com seus filhos, podendo aqueles serem casados (mas sem cônjuges) ou solteiros.

APÊNDICE F – GOM

Tabela 71 – Frequências marginais, probabilidades estimadas (lambdas) e fatores delineadores dos perfis extremos de domicílios*, segundo variáveis de escolha – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Atributos	Categorias	Frequência		Lambdas				Fatores (Lambdas / Frequência)			
		Absoluta	Relativa	λ_1	λ_2	λ_3	λ_4	1	2	3	4
Total de domicílios		84.810	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
A) Atributos do chefe											
A01 - Sexo do Chefe	Masculino	62.624	0,7384	1,0000	0,0000	1,0000	1,0000	1,3543	0,0000	1,3543	1,3543
	Feminino	22.186	0,2616	0,0000	1,0000	0,0000	0,0000	0,0000	3,8227	0,0000	0,0000
A02 - Grupo etário do chefe	até 29	15.507	0,1828	0,2985	0,0723	0,1297	0,1999	1,6325	0,3954	0,7093	1,0933
	30-39	19.557	0,2306	0,3372	0,1569	0,2305	0,1292	1,4623	0,6804	0,9996	0,5603
	40-49	19.302	0,2276	0,2454	0,2319	0,2554	0,1450	1,0782	1,0189	1,1222	0,6371
	50-59	15.162	0,1788	0,1189	0,2331	0,2077	0,1775	0,6651	1,3039	1,1618	0,9929
	60 e mais	15.117	0,1782	0,0000	0,3058	0,1768	0,3484	0,0000	1,7156	0,9919	1,9546
	S/inf	165	0,0019	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
A03 - Cor do chefe	Branco	33.695	0,3973	0,3805	0,1575	0,7798	0,1196	0,9577	0,3964	1,9627	0,3010
	Preto (1)	10.356	0,1221	0,0000	0,2844	0,0000	0,3256	0,0000	2,3291	0,0000	2,6665
	Pardo(2)	39.715	0,4683	0,5952	0,5511	0,2110	0,5549	1,2710	1,1769	0,4506	1,1850
	S/inf	1.044	0,0123	0,0243	0,0070	0,0092	0,0000	1,9740	0,5686	0,7474	0,0000
A05 - Estado conjugal do chefe	Pres. solteiro(3)	634	0,0075	0,0000	0,0297	0,0000	0,0000	0,0000	3,9730	0,0000	0,0000
	Solteiro	18.596	0,2193	0,0000	0,5150	0,0000	0,3772	0,0000	2,3487	0,0000	1,7203
	Casado	53.541	0,6313	1,0000	0,0000	1,0000	0,6228	1,5840	0,0000	1,5840	0,9865
	Viúvo	12.039	0,1420	0,0000	0,4553	0,0000	0,0000	0,0000	3,2074	0,0000	0,0000
B) Atributos do casal chefe											
B01 - Cônjuge coabita domicílio?	Não aplica	31.269	0,3687	0,0000	0,8417	0,0000	0,5811	0,0000	2,2829	0,0000	1,5761
	Não	3.605	0,0425	0,0000	0,1583	0,0000	0,0000	0,0000	3,7241	0,0000	0,0000
	Sim	49.936	0,5888	1,0000	0,0000	1,0000	0,4189	1,6984	0,0000	1,6984	0,7114
B02 - Cônjuge tem mesma cor do chefe?	Não aplica	34.431	0,4060	0,0000	1,0000	0,0000	0,5926	0,0000	2,4632	0,0000	1,4597
	Sim	45.351	0,5347	0,8920	0,0000	0,9431	0,3515	1,6681	0,0000	1,7637	0,6573
	Não	3.245	0,0383	0,0612	0,0000	0,0366	0,0559	1,5995	0,0000	0,9566	1,4610
	S/inf.	1.783	0,0210	0,0468	0,0000	0,0203	0,0000	2,2261	0,0000	0,9656	0,0000
B03 - Diferença das idades do marido e da esposa do núcleo chefe	Não aplica	34.874	0,4112	0,0000	1,0000	0,0000	0,7013	0,0000	2,4319	0,0000	1,7055
	Esposa mais velha	5.370	0,0633	0,1031	0,0000	0,0759	0,0648	1,6283	0,0000	1,1987	1,0234
	0 a 7 anos	20.985	0,2474	0,4860	0,0000	0,4244	0,0000	1,9641	0,0000	1,7152	0,0000
	8 a 15 anos	15.535	0,1832	0,2906	0,0000	0,3505	0,1124	1,5865	0,0000	1,9135	0,6136
	16 e mais	7.899	0,0931	0,1203	0,0000	0,1492	0,1214	1,2916	0,0000	1,6019	1,3034
	S/ inf	147	0,0017	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (*) Fatores hachurados equivalem a valores iguais ou superiores a 1,2 e caracterizam os perfis extremos correspondentes, sintetizados no Quadro 8, na p. 222. (1) Inclui africanos e crioulos; (2) Inclui mestiços, cabras, caboclos e índios; (3) Chefes sem informação de estado marital, que se verifica, em especial, nas faixas etárias mais jovens.

Tabela 71 – Frequências marginais, probabilidades estimadas (lambdas) e fatores delineadores dos perfis extremos de domicílios*, segundo variáveis de escolha – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Atributos	Categorias	Frequência		Lambdas				Fatores (Lambdas / Frequência)			
		Absoluta	Relativa	λ_1	λ_2	λ_3	λ_4	1	2	3	4
Total de domicílios		84.810	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
C) Atributos dos membros livres do domicílio											
C01 - Quantos livres no domicílio?	1 pessoa (unipessoal)	9.753	0,1150	0,0000	0,3813	0,0000	0,1942	0,0000	3,3157	0,0000	1,6887
	2 pessoas	16.685	0,1967	0,0000	0,1493	0,1430	0,7818	0,0000	0,7589	0,7269	3,9739
	3 pessoas	13.715	0,1617	0,1995	0,2188	0,1350	0,0239	1,2337	1,3530	0,8348	0,1478
	4 pessoas	11.398	0,1344	0,1904	0,1387	0,1307	0,0000	1,4167	1,0320	0,9725	0,0000
	5 pessoas	9.455	0,1115	0,1708	0,0752	0,1279	0,0000	1,5321	0,6745	1,1472	0,0000
	6 pessoas	7.268	0,0857	0,1415	0,0341	0,1072	0,0000	1,6512	0,3979	1,2509	0,0000
	7 a 8 pessoas	9.480	0,1118	0,1838	0,0027	0,1808	0,0000	1,6443	0,0242	1,6175	0,0000
	9 pessoas e mais	7.056	0,0832	0,1140	0,0000	0,1754	0,0000	1,3702	0,0000	2,1082	0,0000
	C02 - Idade média dos livres no domicílio?	Até 13 anos	8.601	0,1014	0,2132	0,0000	0,1147	0,0000	2,1023	0,0000	1,1310
14 a 16 anos		11.087	0,1307	0,2653	0,0000	0,1624	0,0000	2,0294	0,0000	1,2423	0,0000
17 e 18 anos		6.808	0,0803	0,1537	0,0230	0,0878	0,0000	1,9147	0,2865	1,0938	0,0000
19 a 21 anos		9.283	0,1095	0,1732	0,0795	0,1195	0,0131	1,5824	0,7263	1,0918	0,1197
22 a 24 anos		8.000	0,0943	0,1002	0,0937	0,0958	0,0844	1,0622	0,9933	1,0156	0,8947
25 a 30 anos		12.362	0,1458	0,0604	0,1929	0,1401	0,2572	0,4144	1,3234	0,9612	1,7645
31 a 35 anos		6.822	0,0804	0,0000	0,1089	0,0757	0,1992	0,0000	1,3538	0,9411	2,4764
36 a 50 anos		12.476	0,1471	0,0000	0,2787	0,1214	0,2908	0,0000	1,8946	0,8253	1,9768
51 anos e mais		7.511	0,0886	0,0000	0,2137	0,0519	0,1553	0,0000	2,4130	0,5860	1,7536
S/ inf.	1.860	0,0219	0,0341	0,0096	0,0307	0,0000	1,5549	0,4377	1,3998	0,0000	
C03 - Possui registro de crianças no domicílio?	Não	41.315	0,4871	0,0000	0,8289	0,3815	1,0000	0,0000	1,7015	0,7831	2,0528
	Crianças de 0-4 anos	10.820	0,1276	0,2786	0,0222	0,1258	0,0000	2,1837	0,1740	0,9861	0,0000
	Crianças de 5-9 anos	13.156	0,1551	0,2351	0,1490	0,1678	0,0000	1,5156	0,9605	1,0817	0,0000
	Cr. de 0-4 e de 5-9 anos	19.519	0,2301	0,4862	0,0000	0,3248	0,0000	2,1125	0,0000	1,4113	0,0000
C04 - Possui idosos?	Não	66.880	0,7886	1,0000	0,6487	0,7832	0,5951	1,2681	0,8226	0,9932	0,7546
	Sim	17.930	0,2114	0,0000	0,3513	0,2168	0,4049	0,0000	1,6617	1,0255	1,9152
C06 - Proporção de mulheres livres	S/ mulheres	6.881	0,0811	0,0000	0,1498	0,0000	0,3031	0,0000	1,8463	0,0000	3,7358
	Menos 50%	23.243	0,2741	0,4420	0,0667	0,4038	0,0000	1,6128	0,2434	1,4734	0,0000
	50%	22.426	0,2644	0,1725	0,0670	0,2803	0,6969	0,6524	0,2534	1,0600	2,6355
	51% e menos de 75%	17.218	0,2030	0,2954	0,1486	0,2508	0,0000	1,4550	0,7320	1,2354	0,0000
	75% e mais	5.943	0,0701	0,0900	0,0920	0,0651	0,0000	1,2844	1,3129	0,9290	0,0000
	Só mulheres	9.065	0,1069	0,0000	0,4760	0,0000	0,0000	0,0000	4,4533	0,0000	0,0000
S/ inf	34	0,0004	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	
C07 - Cor dos membros livres do domicílio	Branco	27.406	0,3231	0,3215	0,1140	0,6187	0,1103	0,9949	0,3528	1,9146	0,3413
	Pardos	35.226	0,4154	0,5281	0,5034	0,1729	0,4955	1,2715	1,2120	0,4163	1,1930
	Pretos	8.143	0,0960	0,0000	0,2161	0,0000	0,2721	0,0000	2,2507	0,0000	2,8339
	Branco e pardos	4.940	0,0582	0,0555	0,0269	0,1044	0,0324	0,9528	0,4618	1,7923	0,5562
	Pardos e pretos	4.194	0,0495	0,0230	0,1040	0,0118	0,0896	0,4651	2,1031	0,2386	1,8119
	Br. e pr. c/ ou s/ pardos	1.951	0,0230	0,0084	0,0212	0,0553	0,0000	0,3651	0,9216	2,4039	0,0000
	S/ inf	2.950	0,0348	0,0635	0,0144	0,0370	0,0000	1,8256	0,4140	1,0637	0,0000
C08 - Membros livres casados no domicílio	Nenhum casado	29.156	0,3438	0,0000	0,8290	0,0000	0,5118	0,0000	2,4114	0,0000	1,4887
	1 pessoa	3.871	0,0456	0,0000	0,1710	0,0000	0,0000	0,0000	3,7465	0,0000	0,0000
	2 pessoas	49.651	0,5854	0,9623	0,0000	0,9528	0,4882	1,6437	0,0000	1,6275	0,8339
	3 ou mais casados	2.132	0,0251	0,0377	0,0000	0,0472	0,0000	1,4997	0,0000	1,8776	0,0000
C09 - Possui livres viúvos?	Não	71.028	0,8375	1,0000	0,4464	0,9596	1,0000	1,1940	0,5330	1,1458	1,1940
	Sim	13.782	0,1625	0,0000	0,5536	0,0404	0,0000	0,0000	3,4067	0,2486	0,0000
C10 - Quantos livres uma vez casados?	S/ casado ou viúvo	17.611	0,2077	0,0000	0,4693	0,0000	0,4395	0,0000	2,2600	0,0000	2,1165
	1 pessoa	14.482	0,1708	0,0000	0,5198	0,0000	0,0000	0,0000	3,0441	0,0000	0,0000
	2 pessoas	49.013	0,5779	0,9384	0,0000	0,9229	0,5605	1,6238	0,0000	1,5969	0,9699
	3 ou mais pessoas	3.704	0,0437	0,0616	0,0109	0,0771	0,0000	1,4104	0,2496	1,7653	0,0000

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (*) Fatores hachurados equivalem a valores iguais ou superiores a 1,2 e caracterizam os perfis extremos correspondentes, sintetizados no Quadro 8, na p. 222.

Tabela 71 – Frequências marginais, probabilidades estimadas (lambdas) e fatores delineadores dos perfis extremos de domicílios*, segundo variáveis de escolha – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Atributos	Categorias	Frequência		Lambdas				Fatores (Lambdas / Frequência)			
		Absoluta	Relativa	λ_1	λ_2	λ_3	λ_4	1	2	3	4
Total de domicílios		84.810	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
D) Atributos de dependência do domicílio											
D01 - Razão de dependência domiciliar de livres (RDDL)	0 dep. / 100 n.d.	37.151	0,4380	0,0000	0,7644	0,3161	1,0000	0,0000	1,7450	0,7216	2,2828
	1 a 49 d. / 100 n. d.	11.041	0,1302	0,1885	0,0868	0,1809	0,0000	1,4479	0,6667	1,3896	0,0000
	50 a 99 d. / 100 n. d.	14.969	0,1765	0,3450	0,0397	0,2120	0,0000	1,9547	0,2249	1,2011	0,0000
	100 a 199 d. / 100 n. d.	15.318	0,1806	0,3412	0,0702	0,2030	0,0000	1,8891	0,3887	1,1239	0,0000
	200 e mais d. / 100 n. d.	4.471	0,0527	0,0911	0,0294	0,0574	0,0000	1,7281	0,5577	1,0888	0,0000
	S/ inf.	1.860	0,0219	0,0342	0,0096	0,0305	0,0000	1,5594	0,4377	1,3907	0,0000
D02 - Possui escravos no domicílio?	Não	57.159	0,6740	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4838	1,4838	0,0000	1,4838
	Sim	26.449	0,3119	0,0000	0,0000	0,9482	0,0000	0,0000	0,0000	3,0404	0,0000
	S/ inf. (4)	1.202	0,0142	0,0000	0,0000	0,0518	0,0000	0,0000	0,0000	3,6549	0,0000
D03 - Razão de dependência domiciliar de condição (RDDC= livres/ 100 escravos)	Sem escravos	57.159	0,6740	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4838	1,4838	0,0000	1,4838
	1 a 49 l./100 escravos	5.894	0,0695	0,0000	0,0000	0,2093	0,0000	0,0000	0,0000	3,0117	0,0000
	50 a 99 l./ 100 escravos	4.776	0,0563	0,0000	0,0000	0,1749	0,0000	0,0000	0,0000	3,1058	0,0000
	100 a 199 l./ 100 e.	6.268	0,0739	0,0000	0,0000	0,2204	0,0000	0,0000	0,0000	2,9822	0,0000
	200 a 299 l./ 100 e.	3.396	0,0400	0,0000	0,0000	0,1298	0,0000	0,0000	0,0000	3,2416	0,0000
	300 e mais l./ 100 e.	6.115	0,0721	0,0000	0,0000	0,2159	0,0000	0,0000	0,0000	2,9944	0,0000
	S/ inf. (4)	1.202	0,0142	0,0000	0,0000	0,0498	0,0000	0,0000	0,0000	3,5138	0,0000

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (*) Fatores hachurados equivalem a valores iguais ou superiores a 1,2 e caracterizam os perfis extremos correspondentes, sintetizados no Quadro 8, na p. 222. (4) Inclui todos os domicílios da vila de São João del Rei, cuja lista nominativa omitiu o segmento cativo das unidades domiciliares.

Tabela 71 – Frequências marginais, probabilidades estimadas (lambdas) e fatores delineadores dos perfis extremos de domicílios*, segundo variáveis de escolha – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Atributos	Categorias	Frequência		Lambdas				Fatores (Lambdas / Frequência)			
		Absoluta	Relativa	λ_1	λ_2	λ_3	λ_4	1	2	3	4
Total de domicílios		84.810	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
E) Atributos dos membros escravos do domicílio											
E01 - Qual o tamanho do plantel de escravos?	Não possui escravos	57.159	0,6740	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4838	1,4838	0,0000	1,4838
	Um escravo	6.498	0,0766	0,0000	0,0000	0,2340	0,0000	0,0000	0,0000	3,0541	0,0000
	Dois ou três escravos	7.091	0,0836	0,0000	0,0000	0,2520	0,0000	0,0000	0,0000	3,0140	0,0000
	4 a 7 escravos	6.493	0,0766	0,0000	0,0000	0,2339	0,0000	0,0000	0,0000	3,0551	0,0000
	8 e mais escravos	6.367	0,0751	0,0000	0,0000	0,2300	0,0000	0,0000	0,0000	3,0637	0,0000
	S/ inf. (4)	1.202	0,0142	0,0000	0,0000	0,0502	0,0000	0,0000	0,0000	3,5420	0,0000
E02 - Idade média do plantel de escravos	Não aplica	57.159	0,6740	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4838	1,4838	0,0000	1,4838
	Até 13 anos	2.876	0,0339	0,0000	0,0000	0,1054	0,0000	0,0000	0,0000	3,1081	0,0000
	14 a 16 anos	2.824	0,0333	0,0000	0,0000	0,1038	0,0000	0,0000	0,0000	3,1173	0,0000
	17 a 19 anos	3.323	0,0392	0,0000	0,0000	0,1193	0,0000	0,0000	0,0000	3,0448	0,0000
	20 a 22 anos	3.702	0,0437	0,0000	0,0000	0,1307	0,0000	0,0000	0,0000	2,9942	0,0000
	23 a 25 anos	3.017	0,0356	0,0000	0,0000	0,1099	0,0000	0,0000	0,0000	3,0894	0,0000
	26 a 28 anos	2.202	0,0260	0,0000	0,0000	0,0835	0,0000	0,0000	0,0000	3,2160	0,0000
	29 a 39 anos	4.475	0,0528	0,0000	0,0000	0,1530	0,0000	0,0000	0,0000	2,8996	0,0000
	40 anos e mais	2.637	0,0311	0,0000	0,0000	0,0978	0,0000	0,0000	0,0000	3,1454	0,0000
	S/ inf. (5)	2.595	0,0306	0,0000	0,0000	0,0965	0,0000	0,0000	0,0000	3,1538	0,0000
E03 - Possui crianças escravas no domicílio? (6)	Não aplica	57.159	0,6740	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4838	1,4838	0,0000	1,4838
	Não	15.363	0,1811	0,0000	0,0000	0,5398	0,0000	0,0000	0,0000	2,9799	0,0000
	Sim	11.086	0,1307	0,0000	0,0000	0,4089	0,0000	0,0000	0,0000	3,1282	0,0000
	S/ inf. (4)	1.202	0,0142	0,0000	0,0000	0,0513	0,0000	0,0000	0,0000	3,6196	0,0000
E04 - Possui escravos idosos no domicílio? (7)	Não aplica	57.159	0,6740	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4838	1,4838	0,0000	1,4838
	Não	22.823	0,2691	0,0000	0,0000	0,7973	0,0000	0,0000	0,0000	2,9628	0,0000
	Sim	3.626	0,0428	0,0000	0,0000	0,1511	0,0000	0,0000	0,0000	3,5341	0,0000
	S/ inf. (4)	1.202	0,0142	0,0000	0,0000	0,0516	0,0000	0,0000	0,0000	3,6408	0,0000
E05 - Proporção de escravas mulheres no plantel	Não aplica	57.159	0,6740	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4838	1,4838	0,0000	1,4838
	S/ mulheres	5.988	0,0706	0,0000	0,0000	0,2206	0,0000	0,0000	0,0000	3,1244	0,0000
	Menos 50% do plantel	9.505	0,1121	0,0000	0,0000	0,3259	0,0000	0,0000	0,0000	2,9079	0,0000
	50% e mais	7.446	0,0878	0,0000	0,0000	0,2658	0,0000	0,0000	0,0000	3,0275	0,0000
	Só mulheres	3.504	0,0413	0,0000	0,0000	0,1372	0,0000	0,0000	0,0000	3,3208	0,0000
	S/ inf. (5)	1.208	0,0142	0,0000	0,0000	0,0506	0,0000	0,0000	0,0000	3,5525	0,0000
E06 - Proporção de escravos africanos no plantel	Não aplica	57.159	0,6740	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4838	1,4838	0,0000	1,4838
	S/ africanos	7.316	0,0863	0,0000	0,0000	0,2565	0,0000	0,0000	0,0000	2,9735	0,0000
	Menos 50% do plantel	6.390	0,0753	0,0000	0,0000	0,2289	0,0000	0,0000	0,0000	3,0380	0,0000
	50% e mais	6.148	0,0725	0,0000	0,0000	0,2215	0,0000	0,0000	0,0000	3,0555	0,0000
	Só africanos	5.546	0,0654	0,0000	0,0000	0,2028	0,0000	0,0000	0,0000	3,1012	0,0000
	S/ inf. (5)	2.251	0,0265	0,0000	0,0000	0,0904	0,0000	0,0000	0,0000	3,4060	0,0000
E07 - Proporção de escravos pardos no plantel	Não aplica	57.159	0,6740	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4838	1,4838	0,0000	1,4838
	S/ pardos	17.744	0,2092	0,0000	0,0000	0,5953	0,0000	0,0000	0,0000	2,8453	0,0000
	Menos 50% do plantel	5.025	0,0593	0,0000	0,0000	0,1992	0,0000	0,0000	0,0000	3,3620	0,0000
	50% e mais	1.486	0,0175	0,0000	0,0000	0,0629	0,0000	0,0000	0,0000	3,5899	0,0000
	Só pardos	1.145	0,0135	0,0000	0,0000	0,0488	0,0000	0,0000	0,0000	3,6146	0,0000
	S/ inf. (5)	2.251	0,0265	0,0000	0,0000	0,0938	0,0000	0,0000	0,0000	3,5341	0,0000
E08 - Proporção de escr. adultos (8) uma vez casados	Não aplica	58.728	0,6925	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000	1,4441	1,4441	0,0000	1,4441
	S/ uma vez casado	15.420	0,1818	0,0000	0,0000	0,5603	0,0000	0,0000	0,0000	3,0817	0,0000
	Até 50% do plantel	3.289	0,0388	0,0000	0,0000	0,1368	0,0000	0,0000	0,0000	3,5275	0,0000
	Mais de 50%	2.196	0,0259	0,0000	0,0000	0,0928	0,0000	0,0000	0,0000	3,5840	0,0000
	S/ inf. (5)	5.177	0,0610	0,0000	0,0000	0,2101	0,0000	0,0000	0,0000	3,4419	0,0000

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (*) Fatores hachurados equivalem a valores iguais ou superiores a 1,2 e caracterizam os perfis extremos correspondentes, sintetizados no Quadro 8, na p. 222. (4) Inclui todos os domicílios da vila de São João del Rei, cuja lista nominativa omitiu o segmento cativo das unidades domiciliares. (5) Inclui domicílios com omissão da informação para todo ou parte dos escravos; (6) Inclui indivíduos de 0 a 9 anos; (7) Inclui indivíduos de 60 anos e mais; (8) Considera-se indivíduos de 15 anos e mais.

Tabela 71 – Frequências marginais, probabilidades estimadas (lambdas) e fatores delineadores dos perfis extremos de domicílios*, segundo variáveis de escolha – Minas Gerais – Década de 1830

Atributos	Categorias	Frequência		Lambdas				Fatores (Lambdas / Frequência)			
		Absoluta	Relativa	λ_1	λ_2	λ_3	λ_4	1	2	3	4
Total de domicílios		84.810	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
F) Atributos ocupacionais e locacionais do domicílio											
F01 - Nível de desenvolvimento	Alto	42.020	0,4955	0,3341	0,8462	0,5236	0,2743	0,6743	1,7079	1,0568	0,5536
	Médio	31.228	0,3682	0,4917	0,1538	0,3754	0,4241	1,3354	0,4177	1,0195	1,1518
	Baixo	11.562	0,1363	0,1742	0,0000	0,1010	0,3016	1,2778	0,0000	0,7409	2,2123
F02 - Nível de centralidade urbana	Alta (Nível 1 e 2)	8.394	0,0990	0,0000	0,3032	0,0858	0,0000	0,0000	3,0634	0,8669	0,0000
	Média	16.902	0,1993	0,1972	0,2221	0,1954	0,1731	0,9895	1,1144	0,9805	0,8686
	Baixa centralidade S/ inf (9)	36.365	0,4288	0,4334	0,3268	0,4667	0,5432	1,0108	0,7622	1,0884	1,2668
F03 - Área de localização do domicílio	Área urbana	17.717	0,2089	0,0000	0,6151	0,1592	0,0000	0,0000	2,9444	0,7621	0,0000
	Área rural	43.823	0,5167	0,5967	0,3849	0,5613	0,5535	1,1548	0,7449	1,0863	1,0712
	S/ inf	23.270	0,2744	0,4033	0,0000	0,2795	0,4465	1,4699	0,0000	1,0187	1,6273
F04 - Se fogo é urbano, qual o tamanho do núcleo?	Não aplica	67.093	0,7911	1,0000	0,3647	0,8438	1,0000	1,2641	0,4610	1,0666	1,2641
	100 e mais fogos urb.	10.967	0,1293	0,0000	0,3903	0,0924	0,0000	0,0000	3,0183	0,7145	0,0000
	50 a 99 fogos urbanos	4.344	0,0512	0,0000	0,1613	0,0367	0,0000	0,0000	3,1491	0,7165	0,0000
	Até 49 fogos urbanos	2.406	0,0284	0,0000	0,0837	0,0271	0,0000	0,0000	2,9504	0,9553	0,0000
F05 - Se fogo é rural, qual o tamanho do núcleo?	Não aplica	17.717	0,2089	0,0000	0,6215	0,1593	0,0000	0,0000	2,9751	0,7626	0,0000
	100 e mais fogos urb.	11.890	0,1402	0,1219	0,2107	0,1259	0,0916	0,8695	1,5029	0,8980	0,6534
	50 a 99 fogos urbanos	14.766	0,1741	0,2168	0,1122	0,1870	0,1649	1,2452	0,6444	1,0741	0,9471
	Até 49 fogos urbanos	17.167	0,2024	0,2515	0,0556	0,2457	0,3127	1,2425	0,2747	1,2138	1,5448
S/ inf do tam. do núcleo	23.270	0,2744	0,4098	0,0000	0,2821	0,4308	1,4936	0,0000	1,0281	1,5701	
F06 - Localiz. do domic. segundo o tipo regional	A (pop. consolidada)	58.184	0,6861	0,5975	1,0000	0,6883	0,3936	0,8709	1,4576	1,0033	0,5737
	C (din. moderado)	13.792	0,1626	0,2238	0,0000	0,1228	0,3286	1,3762	0,0000	0,7551	2,0206
	B (dinâmicas)	12.834	0,1513	0,1787	0,0000	0,1889	0,2778	1,1809	0,0000	1,2483	1,8358
F07 - Localização do domicílio segundo o subtipo regional	A.1 (pop. consolidada)	47.722	0,5627	0,4882	0,7311	0,6190	0,3723	0,8676	1,2993	1,1001	0,6616
	A.2 (decadente)	10.462	0,1234	0,1083	0,2689	0,0692	0,0338	0,8779	2,1798	0,5610	0,2740
	C (din. moderado)	13.792	0,1626	0,2237	0,0000	0,1229	0,3248	1,3756	0,0000	0,7557	1,9973
	B.1 (din. - escravistas)	7.597	0,0896	0,1043	0,0000	0,1221	0,1448	1,1644	0,0000	1,3631	1,6165
	B.2 (din. - camponesas)	5.237	0,0617	0,0755	0,0000	0,0669	0,1243	1,2227	0,0000	1,0834	2,0130
F08 - Setor de atividade econômica pela ocupação do chefe	Serviços (10)	2.876	0,0339	0,0153	0,0648	0,0243	0,0408	0,4512	1,9109	0,7166	1,2031
	Mineiro	3.246	0,0383	0,0164	0,0532	0,0474	0,0451	0,4285	1,3900	1,2384	1,1784
	Artesanar-tecidos (11)	8.355	0,0985	0,0000	0,3919	0,0000	0,0000	0,0000	3,9781	0,0000	0,0000
	Artesanar-urbanos (12)	5.748	0,0678	0,0461	0,1401	0,0312	0,0590	0,6802	2,0671	0,4603	0,8705
	Artesanar-outros (13)	3.847	0,0454	0,0548	0,0124	0,0438	0,0870	1,2081	0,2734	0,9656	1,9180
	Comerciante	5.677	0,0669	0,0361	0,0609	0,1062	0,0748	0,5393	0,9098	1,5865	1,1175
	Agricultor	41.270	0,4866	0,7243	0,0000	0,6890	0,3865	1,4884	0,0000	1,4159	0,7943
	Demais atividades (14)	5.413	0,0638	0,0604	0,0336	0,0220	0,2183	0,9463	0,5264	0,3447	3,4203
	Desocupado	851	0,0100	0,0048	0,0238	0,0039	0,0131	0,4784	2,3719	0,3887	1,3055
S/inf	7.527	0,0888	0,0419	0,2192	0,0323	0,0756	0,4721	2,4698	0,3639	0,8518	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (*) Fatores hachurados equivalem a valores iguais ou superiores a 1,2 e caracterizam os perfis extremos correspondentes, sintetizados no Quadro 8, na p. 222. (9) inclui distritos com listas nominativas adicionadas posteriormente ao exercício de hierarquização segundo centralidade urbana, em Rodarte (1999), pertencentes ao segundo e terceiro acervos de listas nominativas (vide Tabela 19, p. 149); (10) inclui funcionários públicos e profissionais liberais como religiosos, juizes, advogados, notários e escrivães, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores, empregados públicos, artistas; (11) contém costureiras, fiandeiras, operários em tecidos, e no serviço doméstico; (12) inclui operários de edificações, oleiros, em couros e peles, alfaiates, de calçado; (13) contém capitalistas e proprietários, manufatureiros e fabricantes, operários, em metais, carpinteiros, e outras atividades manuais; (14) inclui assalariados; extrativistas; carreiro; feitor e outras atividades.

Tabela 72 – Distribuição dos domicílios, por atributos do chefe, demais membros e do domicílio, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº atributos pesquisados	Categorias	Total	Predominância do tipo 1 (Camponeses)				Predominância do tipo 2 (autônomos)				Predominância do tipo 3 (escrivistas)			Predominância do tipo 4 (assalariados)				Perfis mistos, sem predominância					Ano-fo					
			P1.1	P1	MP 1.2	MP 1.4	Total	P1.2	P2	MP 2.1	MP 2.3	MP 2.4	Total	P1.3	P3	MP 3.2	Total	P1.4	P4	MP 4.1	MP 4.2	Total		MSP 1.2	MSP 1.4	MSP 2.3	MSP 2.4	MSP 3.4
Total		(Em N.) 84.810	14.709	20.631	923	1.979	23.533	3.612	10.641	1.144	155	1.360	13.300	14.243	18.346	2.483	20.882	1.143	3.984	1.314	975	6.274	2.542	3.979	5.081	2.405	338	6.476
		(Em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
A) Atributos do chefe																												
A01 Sexo do chefe																												
	Masculino	73,8	100,0	99,8	88,9	100,0	99,4	0,0	16,3	15,7	0,0	41,3	18,6	100,0	97,3	37,5	90,2	100,0	95,0	99,9	63,1	91,1	45,9	100,0	28,2	48,1	99,1	63,9
	Feminino	26,2	0,0	0,2	11,1	0,0	0,6	100,0	83,7	84,3	100,0	58,8	81,4	0,0	2,7	62,5	9,8	0,0	5,0	0,1	36,9	8,9	54,1	0,0	71,8	51,9	0,9	36,1
A02 Grupo etário do chefe																												
	até 29	18,3	28,2	25,7	14,2	27,9	25,4	7,6	10,6	17,6	1,3	12,4	11,2	12,5	14,2	7,0	13,4	24,0	19,6	22,5	19,4	20,2	13,7	38,9	6,5	11,5	25,1	21,1
	30-39	23,1	35,5	33,4	28,4	9,4	31,2	14,6	17,6	30,7	3,9	13,2	18,1	24,4	24,3	16,0	23,3	18,4	17,9	27,3	16,9	19,7	28,4	16,8	11,9	15,9	22,5	19,2
	40-49	22,8	25,0	25,1	28,2	20,4	24,8	22,4	23,0	26,4	15,5	21,3	23,0	27,2	25,7	24,8	25,6	13,0	18,1	18,1	21,3	18,6	28,5	11,1	19,2	20,0	21,0	18,6
	50-59	17,9	11,2	12,2	20,3	24,1	13,5	23,8	21,7	15,6	27,1	23,2	21,4	20,9	19,8	25,6	20,5	14,3	17,6	11,5	16,8	16,2	17,4	12,5	22,9	21,7	14,2	18,0
	60 e mais	17,8	0,0	3,4	8,9	18,1	4,9	31,4	27,0	9,1	52,3	29,9	26,0	14,8	15,7	25,9	16,9	30,4	26,7	20,5	25,5	25,2	11,6	20,6	39,5	30,9	17,2	22,8
	S/inf	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	0,6	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,6	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,1	0,1	0,0	0,4
A03 Cor do chefe																												
	Branco	39,7	38,7	35,4	20,9	39,6	35,2	11,7	14,9	24,9	0,6	15,0	15,6	79,0	74,5	75,9	74,7	15,0	13,0	14,5	14,6	13,5	27,7	30,3	51,8	19,0	63,3	26,1
	Crioulo/africano/preto	12,2	0,0	5,7	26,2	7,3	6,7	33,5	29,4	11,7	45,2	26,6	27,8	0,0	1,7	1,0	1,6	32,5	34,9	16,4	25,2	29,5	11,3	11,5	7,7	23,6	2,1	18,6
	Pardo(1)	46,8	59,7	57,1	50,9	50,4	56,3	54,8	55,0	60,8	54,2	58,4	55,8	20,2	23,0	21,2	22,8	52,6	51,9	68,9	60,2	56,8	58,1	57,1	39,8	57,3	34,0	53,2
	S/inf	1,2	1,6	1,7	2,0	2,8	1,8	0,0	0,8	2,5	0,0	0,0	0,8	0,8	0,8	1,9	1,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,2	3,0	1,1	0,7	0,0	0,6	2,1
A04 Condição do chefe (*)																												
	Presumido livre(2)	37,3	31,7	34,7	41,7	31,6	34,7	59,3	54,2	46,1	68,4	43,8	52,6	28,6	28,6	29,4	28,7	32,3	36,7	42,1	32,1	37,1	36,8	35,1	47,0	38,4	23,7	37,3
	Livre	56,5	64,8	61,1	46,5	63,4	60,8	27,3	32,8	48,3	5,2	42,6	34,8	70,3	69,5	69,0	69,5	57,7	50,6	49,8	57,9	51,6	55,3	59,9	46,6	52,1	74,0	54,8
	Forro/quartado	6,3	3,4	4,2	11,8	5,0	4,5	13,4	13,0	5,7	26,5	13,6	12,6	1,2	1,9	1,5	1,8	10,0	12,8	8,1	9,9	11,3	7,9	5,1	6,4	9,5	2,4	7,9
A05 Estado conjugal do chefe																												
	Presumido solteiro(3)	0,7	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	1,1	1,6	2,4	0,6	1,8	1,7	0,0	0,1	1,6	0,3	0,0	0,8	0,0	1,6	0,8	1,9	0,0	1,5	1,7	0,0	2,0
	Solteiro	21,9	0,0	0,0	2,2	0,2	0,1	67,3	59,5	45,5	36,8	57,1	57,8	0,0	1,8	26,3	4,9	72,9	49,2	3,5	62,9	41,7	22,7	2,4	47,4	53,9	100,0	38,9
	Casado	63,1	100,0	100,0	91,1	99,8	99,6	0,0	5,9	12,0	0,0	10,0	6,8	100,0	94,9	10,4	84,6	27,1	49,1	96,5	16,1	53,9	40,6	97,6	4,8	13,6	0,0	41,2
	Viuvo	14,2	0,0	0,0	6,1	0,0	0,3	31,6	33,0	40,0	62,6	31,2	33,8	0,0	3,3	61,7	10,2	0,0	0,9	0,0	19,4	3,6	34,8	0,0	46,3	30,7	0,0	17,9

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (*) Variáveis não incluídas no modelo: (1) Inclui mestiços, cabras, caboclos e índios; (2) Chefes sem informação de condição social; (3) Chefes sem informação de estado marital, que se verifica, em faixas etárias mais jovens.

Tabela 72 – Distribuição dos domicílios, por atributos do chefe, demais membros e do domicílio, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº atributos pesquisados	Categorias	Total	Predominância do tipo 1 (Camponeses)					Predominância do tipo 2 (autônomos)					Predominância do tipo 3 (escrivistas)			Predominância do tipo 4 (assalariados)				Perfis mistos, sem predominância					Anon-fo			
			P1.1	P1	MP 1.2	MP 1.4	Total	P1.2	P2	MP 2.1	MP 2.3	MP 2.4	Total	P1.3	P3	MP 3.2	Total	P1.4	P4	MP 4.1	MP 4.2	Total	MSP 1.2	MSP 1.4		MSP 2.3	MSP 2.4	MSP 3.4
Total		84.810	14.709	20.631	923	1.979	23.533	3.612	10.641	1.144	155	1.360	13.300	14.243	18.246	2.483	20.882	1.143	3.984	1.314	975	6.274	2.542	3.979	5.081	2.405	338	6.476
		(Em N.)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		(Em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
B) Atributos do casal chefe																												
B01 Se casado, cônjuge coabita no domicílio?																												
Não aplica																												
Sim																												
Total																												
36,9 0,0 0,0 8,9 0,2 0,4 100,0 94,1 88,0 100,0 90,0 93,2 0,0 5,1 89,6 15,4 72,9 50,9 3,5 83,9 46,1 59,4 2,4 95,2 86,4 100,0 58,8																												
4,3 0,0 0,7 21,7 0,0 1,4 0,0 5,9 11,7 0,0 10,0 6,7 0,0 2,2 10,4 3,2 0,0 3,1 0,0 11,8 3,8 14,4 0,1 4,8 13,4 0,0 8,3																												
58,9 100,0 99,3 69,4 99,8 98,2 0,0 0,0 0,3 0,0 0,0 0,0 100,0 92,7 0,0 81,4 27,1 46,0 96,5 4,3 50,1 26,2 97,5 0,0 0,2 0,0 32,9																												
B02 Se casado e coabita, conj. tem mesma cor?																												
Não aplica																												
Sim																												
Total																												
41,1 0,0 0,7 29,0 0,2 1,7 100,0 99,2 97,2 100,0 100,0 99,1 0,0 7,2 98,1 18,2 72,9 53,8 3,4 95,7 49,8 70,9 2,5 99,3 99,7 99,4 65,2																												
53,5 91,8 90,0 62,1 88,9 88,8 0,0 0,0 0,3 0,0 0,0 0,0 0,0 93,1 86,1 0,0 75,7 21,6 39,0 87,2 2,9 43,4 22,9 87,0 0,0 0,2 0,0 28,9																												
3,8 4,7 5,9 6,8 6,3 5,9 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 4,7 4,7 0,0 4,1 5,5 7,0 8,2 1,4 6,4 3,1 6,9 0,0 0,0 3,7																												
1,6 3,4 3,5 2,1 4,6 3,5 0,0 0,8 2,5 0,0 0,0 0,8 2,2 2,0 1,9 2,0 0,0 0,3 1,1 0,0 0,4 3,0 3,5 0,7 0,0 0,6 2,2																												
B03 Se casado e coabita, a diferença das idades do marido e da esposa do																												
Não aplica																												
Esposa mais velha																												
0 a 7 anos																												
8 a 15 anos																												
16 e mais																												
Total																												
41,1 0,0 0,7 30,6 0,2 1,8 100,0 100,0 99,7 100,0 100,0 100,0 0,0 7,3 100,0 18,6 72,9 54,0 3,5 95,7 49,9 73,8 2,5 100,0 99,8 100,0 67,1																												
6,3 10,2 10,0 6,5 11,4 10,0 0,0 0,0 0,1 0,0 0,0 0,0 0,0 9,5 9,0 0,0 7,9 1,9 9,1 14,9 0,1 8,9 3,4 10,2 0,0 0,0 0,0 4,9																												
24,7 48,7 46,5 25,4 49,3 45,9 0,0 0,0 0,1 0,0 0,0 0,0 0,0 38,2 35,6 0,0 31,3 0,0 5,4 34,8 0,0 10,7 9,9 48,6 0,0 0,0 0,0 12,2																												
18,3 30,2 29,9 21,6 24,7 29,2 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 34,2 31,2 0,0 27,4 6,0 15,5 30,8 1,0 16,5 8,7 26,4 0,0 0,1 0,0 9,9																												
9,3 10,8 12,6 15,8 14,1 12,8 0,0 0,0 0,1 0,0 0,0 0,0 0,0 17,8 16,5 0,0 14,5 19,2 16,1 15,8 3,2 14,0 4,0 12,1 0,0 0,1 0,0 5,9																												
0,2 0,1 0,3 0,2 0,4 0,3 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,3 0,3 0,0 0,2 0,0 0,0 0,2 0,0 0,0 0,2 0,3 0,0 0,0 0,1																												
B04 Se casado e coabita, há diferença de condição? (*)																												
Não aplica																												
Sim																												
Total																												
41,1 0,0 0,7 30,6 0,2 1,8 100,0 100,0 99,7 100,0 100,0 100,0 0,0 7,3 100,0 18,6 72,9 54,0 3,5 95,7 49,9 73,8 2,5 100,0 99,8 100,0 67,1																												
58,1 99,0 98,1 67,4 98,4 96,9 0,0 0,0 0,3 0,0 0,0 0,0 0,0 99,7 92,2 0,0 81,0 25,9 44,0 94,2 3,9 48,3 25,4 95,8 0,0 0,2 0,0 31,9																												
0,8 1,0 1,2 2,1 1,4 1,3 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,3 0,4 0,0 0,4 1,2 2,0 2,3 0,4 1,8 0,8 1,7 0,0 0,0 1,0																												

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (*) Variáveis não incluídas no modelo.

Tabela 72 – Distribuição dos domicílios, por atributos do chefe, demais membros e do domicílio, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº Atributos pesquisados	Categorias	Total	Predominância do tipo 1 (Camponeses)				Predominância do tipo 2 (autônomos)				Predominância do tipo 3 (escrivistas)			Predominância do tipo 4 (assalariados)			Perfis mistos, sem predominância					Ano-fo						
			P1.1	P1	MP 1.2	MP 1.4	Total	P1.2	P2	MP 2.1	MP 2.3	MP 2.4	Total	P1.3	P3	MP 3.2	Total	P1.4	P4	MP 4.1	MP 4.2		Total	MSP 1.2	MSP 1.4	MSP 2.3	MSP 2.4	MSP 3.4
Total		84.810	14.709	20.631	923	1.979	23.533	3.612	10.641	1.144	155	1.360	13.300	14.243	18.346	2.483	20.882	1.143	3.984	1.314	975	6.274	2.542	3.979	5.081	2.405	338	6.476
		(Em N.)																										
		(Em %)																										
100,0		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
C) Atributos dos membros livres																												
C01 Quantos livres no domicílio?																												
1 pessoa		11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	43,5	27,9	0,5	86,5	42,8	27,8	0,0	0,0	9,6	1,2	56,4	31,7	0,0	51,5	28,1	0,2	0,0	42,8	41,9	65,4	10,0
2 pessoas		19,7	0,0	0,1	0,0	26,3	2,3	15,9	20,4	1,2	7,1	37,4	20,4	10,4	13,8	12,3	13,6	43,6	62,9	82,0	37,6	63,0	0,6	60,2	20,0	36,8	26,6	34,6
3 pessoas		16,2	18,8	19,3	23,4	27,6	20,2	21,5	20,2	21,3	5,2	10,0	19,1	12,5	12,9	18,3	13,6	0,0	2,2	6,5	5,8	3,7	24,3	14,3	14,9	10,0	4,4	18,0
4 pessoas		13,4	19,4	18,8	14,7	17,7	18,5	10,0	12,9	17,9	1,3	7,1	12,6	12,6	15,0	13,1	0,0	2,0	5,3	4,4	3,1	15,5	11,5	9,4	7,7	2,1	14,2	
5 pessoas		11,1	17,0	17,2	19,9	11,8	16,8	6,8	8,8	18,4	0,0	1,8	8,8	13,0	12,8	13,8	12,9	0,0	0,5	2,4	0,4	0,9	20,0	5,4	5,3	1,9	0,6	8,3
6 pessoas		8,6	14,3	14,1	12,6	6,2	13,4	2,3	4,7	14,0	0,0	1,0	5,1	11,3	10,8	10,3	10,8	0,0	0,5	1,8	0,2	0,7	13,1	4,0	3,3	1,1	0,3	7,3
7 a 8 pessoas		11,2	18,5	18,5	17,2	6,8	17,4	0,0	3,4	17,8	0,0	0,0	4,2	19,9	18,5	11,2	17,6	0,0	0,2	1,6	0,0	0,4	18,2	3,3	2,7	0,4	0,6	5,8
9 pessoas e mais		8,3	12,0	12,2	12,1	3,5	11,4	0,0	1,8	8,8	0,0	0,0	2,2	20,2	18,3	9,5	17,3	0,0	0,1	0,5	0,0	0,2	8,1	1,3	1,5	0,1	0,0	1,9
C02 Idade média																												
Até 13 anos		10,1	23,8	20,2	12,1	0,0	18,2	0,0	3,4	24,2	0,0	0,0	4,8	12,5	12,5	6,8	11,8	0,0	0,0	0,3	0,1	0,1	22,5	0,5	1,8	0,0	0,6	8,1
14 a 16 anos		13,1	31,6	27,4	15,8	1,9	24,8	0,0	4,4	21,7	0,0	0,0	5,3	18,8	17,6	7,1	16,3	0,0	0,4	0,4	0,0	0,4	19,0	1,3	2,0	0,2	1,8	7,0
17 e 18 anos		8,0	15,9	14,8	10,6	7,5	14,1	1,1	4,2	14,3	0,0	0,7	4,7	9,9	9,6	5,7	9,1	0,0	0,7	0,9	0,4	0,7	10,7	4,4	1,9	1,1	0,9	5,6
19 a 21 anos		10,9	15,0	15,3	15,5	15,3	15,3	5,9	8,9	17,2	0,0	3,5	8,9	12,8	12,4	10,9	12,2	0,0	3,0	3,0	4,9	3,3	11,8	14,0	4,3	3,6	3,3	8,6
22 a 24 anos		9,4	7,3	9,6	15,4	8,3	9,7	8,6	10,2	8,1	0,6	5,9	9,5	9,9	9,7	11,1	9,9	8,2	6,4	10,8	8,2	7,6	7,0	17,0	5,7	7,1	6,8	9,1
25 a 30 anos		14,6	3,8	7,4	17,6	28,7	9,6	19,5	18,3	7,4	3,9	19,3	17,3	13,0	13,3	19,5	14,0	22,5	19,1	28,0	21,4	21,3	10,1	23,4	13,7	18,4	21,3	17,7
31 a 35 anos		8,0	0,0	1,2	3,3	19,2	2,8	12,3	10,9	2,2	1,3	13,7	10,3	6,8	7,0	10,3	7,4	9,4	13,0	14,9	12,5	13,3	4,6	14,6	10,7	14,5	12,7	12,0
36 a 50 anos		14,7	0,0	0,6	3,9	16,2	2,0	28,4	22,8	1,7	32,9	32,9	22,1	9,5	10,4	18,9	11,4	31,1	32,3	28,3	33,2	31,6	9,3	19,7	29,4	32,6	32,5	19,7
51 anos e mais		8,9	0,0	0,0	0,5	1,9	0,2	23,2	15,7	0,2	61,3	23,7	15,7	3,3	4,3	7,2	4,6	28,8	25,2	12,9	19,1	21,6	2,3	4,8	29,9	21,9	20,1	10,5
S/ inf.		2,2	2,7	3,4	5,3	1,0	3,3	0,9	1,3	3,0	0,0	0,4	1,3	3,5	3,4	2,5	3,3	0,0	0,0	0,5	0,1	0,1	2,5	0,3	0,6	0,5	0,0	1,6
C03 Possui crianças? Não consta																												
De 0-4 anos		48,7	0,0	5,5	13,1	85,9	12,6	90,0	71,0	6,6	100,0	98,2	68,6	30,0	32,9	55,1	35,6	100,0	99,5	97,3	99,9	99,1	20,8	94,9	85,1	98,5	98,2	65,6
De 5-9 anos		12,8	29,5	27,1	19,2	3,1	24,8	0,4	7,0	18,1	0,0	0,0	7,2	13,2	13,9	9,1	13,3	0,0	0,1	1,0	0,0	0,3	13,7	1,3	3,3	0,0	0,3	10,2
De 10-14 anos		15,5	21,8	22,0	32,8	8,0	21,3	9,6	15,8	33,5	0,0	1,8	15,7	17,9	17,3	22,1	17,9	0,0	0,3	0,6	0,1	0,3	29,3	2,3	8,7	1,5	1,5	15,3
De 15-19 anos		23,0	48,8	45,4	34,9	3,1	41,4	0,0	6,2	41,9	0,0	0,0	8,5	38,9	35,9	13,8	33,2	0,0	0,1	1,1	0,0	0,3	36,2	1,4	2,9	0,0	0,0	8,9
C04 Possui idosos? Não																												
Sim		78,9	100,0	94,7	83,5	77,3	92,8	66,1	69,3	87,8	47,7	67,9	70,5	81,5	80,2	67,7	78,7	69,6	72,0	77,5	73,1	73,3	82,5	77,3	57,5	67,2	80,2	71,8
		21,1	0,0	5,3	16,5	22,7	7,2	33,9	30,7	12,2	52,3	32,1	29,5	18,5	19,8	32,3	21,3	30,4	28,0	22,5	26,9	26,7	17,5	22,7	42,5	32,8	19,8	28,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830.

Tabela 72 – Distribuição dos domicílios, por atributos do chefe, demais membros e do domicílio, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº atributos pesquisados	Categorias	Total	Predominância do tipo 1 (Camponeses)				Predominância do tipo 2 (autônomos)				Predominância do tipo 3 (escrivistas)			Predominância do tipo 4 (assalariados)				Perfis mistos, sem predominância				Ano-fo								
			P1.1	P1	MP 1.2	MP 1.4	Total	P1.2	P2	MP 2.1	MP 2.3	MP 2.4	Total	P1.3	P3	MP 3.2	Total	P1.4	P4	MP 4.1	MP 4.2		Total	MSP 1.2	MSP 1.4	MSP 2.3	MSP 2.4	MSP 3.4		
Total		84.810	14.709	20.631	923	1.979	23.533	3.612	10.641	1.144	155	1.360	13.300	14.243	18.346	2.483	20.882	1.143	3.984	1.314	975	6.274	2.542	3.979	5.081	2.405	338	6.476		
		(Em N.)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
		(Em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
C) Atributos dos membros livres																														
C05	Outro livre ao menos 14 anos mais velho que o chefe? (*)	Não aplica (4)	22,7	0,0	0,1	0,0	26,3	2,3	43,5	27,9	0,5	86,5	42,8	27,8	10,4	13,5	9,6	13,0	83,6	76,1	81,6	55,8	74,1	0,2	60,2	42,8	42,1	65,4	28,2	
		S/ inf	0,4	0,1	0,7	0,7	0,3	0,6	0,2	0,2	0,2	0,0	0,2	0,2	0,6	0,6	0,5	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,2	0,0	0,5
		Não	73,0	99,2	96,6	90,5	68,7	94,0	53,0	67,2	94,8	12,3	53,9	67,6	85,3	81,6	82,8	81,7	15,2	21,9	18,0	42,1	24,2	92,2	38,2	53,5	54,5	29,3	65,1	
		Sim	4,0	0,7	2,7	8,9	4,7	3,1	3,3	4,7	4,5	1,3	3,1	4,5	3,7	4,4	7,1	4,7	1,2	2,0	0,5	2,2	1,7	7,3	1,6	3,7	3,2	5,3	6,2	
C06	Proporção de mulheres livres	S/ mulheres Menos 50%	8,1	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	9,3	1,2	0,0	29,6	10,6	0,0	0,2	12,0	1,7	62,6	38,1	0,2	47,2	31,6	1,2	0,0	21,1	34,8	84,3	14,0	
		50%	27,4	44,6	44,6	46,8	33,7	43,7	6,3	10,6	30,8	0,0	2,3	11,4	41,7	39,9	26,5	38,3	0,0	1,7	6,5	0,5	2,5	38,9	17,0	7,0	3,7	1,5	18,0	
		51% e menos de 75%	26,4	17,3	16,6	11,1	39,8	18,4	1,7	13,3	10,6	0,6	25,7	14,2	24,9	27,8	19,6	26,8	37,4	57,8	88,3	27,9	59,5	8,7	70,5	11,7	26,0	12,7	40,0	
		75% e mais	20,3	28,9	29,7	32,0	20,9	29,0	12,7	16,2	33,1	0,6	6,4	16,5	26,4	25,3	22,5	24,9	0,0	0,8	4,3	2,5	1,8	34,5	10,2	10,4	5,6	1,5	14,3	
		Só mulheres	7,0	9,1	9,0	9,6	5,6	8,8	8,1	9,4	15,7	0,6	2,4	9,1	6,9	6,6	11,0	7,1	0,0	0,1	0,8	0,4	0,3	13,7	2,3	6,0	2,6	0,0	5,4	
		S/ inf	10,7	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	71,1	41,1	8,4	98,1	33,7	38,2	0,0	0,1	8,5	1,1	0,0	1,5	0,0	21,5	4,3	2,9	0,0	43,8	27,4	0,0	8,2	
		S/ inf	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
C07	Cor dos membros livres	Branco	32,3	34,2	30,7	12,7	34,6	30,3	9,3	11,4	19,1	0,6	12,6	12,1	64,4	59,6	53,2	58,7	13,0	10,4	12,3	12,4	11,1	21,6	26,4	43,9	16,0	54,1	20,1	
		Pardo	41,5	54,6	51,5	40,5	44,3	50,5	50,3	49,4	54,5	52,3	53,4	50,3	16,6	19,0	17,1	18,8	48,9	47,0	63,0	56,5	51,8	49,5	51,4	35,5	53,2	31,4	46,2	
		Pretos	9,6	0,0	4,2	22,4	5,2	5,0	27,7	22,7	7,5	44,5	22,9	21,7	0,0	1,3	0,4	1,2	28,7	30,1	12,9	22,3	25,3	7,6	8,4	6,6	20,0	1,5	14,1	
		Branco e pardos	5,8	4,8	5,0	5,9	5,0	5,1	1,9	2,7	4,4	0,0	1,9	2,8	9,9	10,0	12,2	10,3	2,7	3,6	4,6	1,9	3,6	5,2	4,5	5,5	2,5	7,1	5,2	
		Pardos e pretos	4,9	1,3	3,0	8,8	4,5	3,4	9,3	10,8	7,6	2,6	7,5	10,1	1,0	1,6	2,7	1,8	6,6	7,9	5,9	5,3	7,1	7,7	5,1	3,7	6,4	1,5	7,8	
		Br. e pr. c/ ou s/ pardos	2,3	0,6	0,8	2,2	0,9	0,9	1,1	1,6	1,8	0,0	1,2	1,5	4,4	4,7	10,3	5,4	0,0	0,5	0,0	1,0	0,4	1,7	0,4	3,3	0,8	2,7	1,9	
		S/ inf	3,5	4,5	4,8	7,6	5,6	5,0	0,4	1,4	5,1	0,0	0,5	1,6	3,7	3,8	4,1	3,8	0,0	0,5	1,3	0,5	0,7	6,6	3,8	1,5	1,0	1,8	4,7	
C08	Quantos livres casados? 1 pessoa 2 pessoas 3 ou mais casados	Nenhum casado	34,4	0,0	0,0	5,0	0,0	0,2	99,0	89,8	78,1	100,0	87,6	88,7	0,0	2,7	78,8	12,0	72,9	50,0	2,7	82,1	45,1	52,7	2,0	92,1	84,5	99,7	54,3	
		1 pessoa	4,6	0,0	0,2	20,3	0,0	0,9	1,0	8,0	12,4	0,0	11,9	8,7	0,0	1,6	14,2	3,1	0,0	3,1	0,0	13,2	4,0	15,1	0,0	6,9	14,4	0,0	8,0	
		2 pessoas	58,5	98,2	97,0	67,9	96,2	95,8	0,0	1,9	7,1	0,0	0,5	2,2	94,3	90,1	5,5	79,8	27,1	46,9	96,7	4,7	50,8	28,2	96,0	0,8	1,1	0,3	36,4	
		3 ou mais casados	2,5	1,8	2,9	6,8	3,8	3,1	0,0	0,3	2,4	0,0	0,0	0,5	5,7	5,5	1,4	5,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,1	3,9	2,0	0,2	0,0	0,0	1,4	
C09	Possui livres vivos? Não Sim	Não Sim	83,7	100,0	98,6	87,9	99,9	98,2	66,7	64,8	58,0	36,8	67,2	64,1	97,9	94,0	35,0	87,0	100,0	98,8	100,0	79,3	96,0	60,5	99,8	52,0	67,7	100,0	78,2	
		Sim	16,3	0,0	1,4	12,1	0,1	1,8	33,3	35,2	42,0	63,2	32,8	35,9	2,1	6,0	65,0	13,0	0,0	1,2	0,0	20,7	4,0	39,5	0,2	48,0	32,3	0,0	21,8	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (*) Variáveis não incluídas no modelo; (4) Inclui domicílios unipessoais e nucleares de duas pessoas.

Tabela 72 – Distribuição dos domicílios, por atributos do chefe, demais membros e do domicílio, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº Atributos pesquisados	Categorias	Total	Predominância do tipo 1 (Camponeses)				Predominância do tipo 2 (autônomos)				Predominância do tipo 3 (escravistas)			Predominância do tipo 4 (assalariados)			Perfis mistos, sem predominância				Ano-fo									
			P1.1	P1	MP 1.2	MP 1.4	Total	P1.2	P2	MP 2.1	MP 2.3	MP 2.4	Total	P1.3	P3	MP 3.2	Total	P1.4	P4	MP 4.1		MP 4.2	Total	MSP 1.2	MSP 1.4	MSP 2.3	MSP 2.4	MSP 3.4		
Total		84.810	14.709	20.631	923	1.979	23.533	3.612	10.641	1.144	155	1.360	13.300	14.243	18.346	2.483	20.882	1.143	3.984	1.314	975	6.274	2.542	3.979	5.081	2.405	338	6.476		
		(Em N.)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
		(Em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
C) Atributos dos membros livres																														
C10	Quantos livres	Nenhum	20,8	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	65,7	56,9	41,5	36,8	55,7	55,3	0,0	0,7	22,1	3,5	72,9	48,9	2,7	61,6	41,2	20,7	2,0	45,9	53,1	99,7	37,0	
	uma vez	1 pessoa	17,1	0,0	0,2	23,2	0,0	1,0	34,2	38,5	45,6	63,2	42,1	39,8	0,0	3,1	64,5	10,4	0,0	4,1	0,0	32,7	7,7	44,7	0,0	51,0	43,8	0,0	23,3	
	casados?	2 pessoas	57,8	98,2	95,7	63,5	96,1	94,5	0,0	2,9	7,3	0,0	2,2	3,2	92,6	87,6	7,3	77,9	27,1	47,0	96,7	5,6	51,0	25,2	95,8	2,4	3,0	0,3	34,7	
		3 ou mais	4,4	1,8	4,2	12,7	3,9	4,5	0,1	1,6	5,5	0,0	0,1	1,8	7,4	8,5	6,2	8,2	0,0	0,0	0,6	0,0	0,1	9,4	2,2	0,8	0,1	0,0	4,9	
D) Atributos de dependência																														
D01	Razão de dependência	0 dep./100 n. d.	43,8	0,0	4,5	9,9	75,0	10,7	85,8	65,8	5,2	98,1	93,6	63,8	24,5	27,1	47,5	29,6	100,0	94,6	88,4	97,3	93,7	14,3	86,2	80,3	94,1	95,6	56,1	
		1 a 49 d./100 n. d.	13,0	15,6	16,6	22,1	12,7	16,5	5,8	10,3	23,4	0,6	1,8	10,4	19,4	18,7	19,2	18,7	0,0	0,2	1,2	0,2	0,4	23,3	5,8	6,3	1,0	0,0	10,3	
		50 a 99 d./100 n. d.	17,7	35,8	33,5	32,1	7,6	31,3	3,5	9,4	29,2	0,6	0,1	10,0	23,6	22,7	13,7	21,6	0,0	0,2	0,9	0,0	0,3	26,9	4,2	5,1	0,4	0,3	9,5	
		livres (RDDL)	18,1	37,4	34,0	21,6	3,1	30,9	3,3	9,4	19,9	0,6	3,9	9,6	22,4	21,8	12,0	20,6	0,0	5,0	8,8	2,4	5,4	18,0	3,0	5,8	3,9	4,1	17,5	
		200 e mais d./100 n. d.	5,3	8,6	7,9	9,1	0,6	7,4	0,8	3,8	19,3	0,0	0,2	4,7	6,6	6,3	5,0	6,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	15,0	0,6	2,0	0,0	0,0	5,0	
		S/inf.	2,2	2,7	3,4	5,3	1,0	3,3	0,9	1,3	3,0	0,0	0,4	1,3	3,5	3,4	2,5	3,3	0,0	0,0	0,5	0,1	0,1	2,5	0,3	0,6	0,5	0,0	1,6	
D02	Possui escravos	Não	67,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	98,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	81,6
		Sim	31,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	69,0	0,0	0,8	98,1	97,5	97,6	97,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	87,5	0,0	100,0	18,3
		S/inf. (5)	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,0	0,0	0,4	1,9	2,5	2,4	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	0,2	
D03	D03 - Razão de dependência	Sem escravos	67,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	98,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	81,6
		1 a 49 l./100 escravos	6,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,8	0,0	0,3	17,3	16,1	27,3	17,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,6	0,0	35,8	6,6
		domiciliar de 50 a 99 l./100 e.	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,9	0,0	0,2	18,7	17,4	19,4	17,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,2	0,0	23,7	3,3
		100 a 199 l./100 e.	7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	24,5	0,0	0,3	24,4	23,0	21,5	22,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,1	0,0	28,1	4,5
		(RDDC= 200 a 299 l./100 e.	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0	13,0	14,0	9,2	13,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0	0,0	8,6	2,3
		300 e mais l./100 e.	7,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6	0,0	0,0	24,8	26,9	20,3	26,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,7	0,0	3,8	1,6
		escravos)	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,0	0,0	0,4	1,9	2,5	2,4	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	0,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (4) Inclui domicílios unipessoais e nucleares de duas pessoas. (5) Inclui todos os domicílios da vila de São João del Rei, cuja lista nominativa omitiu o segmento cativo das unidades domiciliares.

Tabela 72 – Distribuição dos domicílios, por atributos do chefe, demais membros e do domicílio, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº Atributos pesquisados	Categorias	Total	Predominância do tipo 1 (Camponeses)				Predominância do tipo 2 (autônomos)				Predominância do tipo 3 (escrivistas)				Predominância do tipo 4 (assalariados)				Perfis mistos, sem predominância					Ano-fo						
			P1.1	P1	MP 1.2	MP 1.4	Total	P1.2	P2	MP 2.1	MP 2.3	MP 2.4	Total	P1.3	P3	MP 3.2	Total	P1.4	P4	MP 4.1	MP 4.2	Total	MSP 1.2		MSP 1.4	MSP 2.3	MSP 2.4	MSP 3.4		
Total		84.810	14.709	20.631	923	1.979	23.533	3.612	10.641	1.144	155	1.360	13.300	14.243	18.346	2.483	20.882	1.143	3.984	1.314	975	6.274	2.542	3.979	5.081	2.405	338	6.476		
		(Em N.)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
		(Em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
E) Atributos dos membros escravos																														
E01 Qual o tamanho do plantel de escravos?		67,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	98,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	81,6
Um escravo		7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,8	0,0	0,3	18,4	23,1	20,3	22,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	23,9	0,0	33,4	5,7
Dois ou três escravos		8,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,4	0,0	0,3	25,6	25,2	23,9	25,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	26,3	0,0	32,5	5,6
4 a 7 escravos		7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,6	0,0	0,1	26,6	24,1	24,1	24,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,1	0,0	19,2	4,0
8 e mais escravos		7,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0	27,6	25,1	29,4	25,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,3	0,0	14,8	3,0
S/ inf. (6)		1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,0	0,0	0,4	1,9	2,5	2,4	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	10,0	0,2
E02 Idade média do plantel		67,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	98,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	81,6
Até 13 anos		3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,3	0,0	0,1	7,1	12,1	6,0	11,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7	0,0	11,2	1,5
14 a 16 anos		3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	0,0	0,0	12,7	12,1	7,0	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,4	0,0	9,8	1,8
17 a 19 anos		3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	15,4	13,8	11,8	13,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,6	0,0	10,9	1,9
20 a 22 anos		4,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8	0,0	0,1	16,6	14,9	11,6	14,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,3	0,0	13,9	2,4
23 a 25 anos		3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	0,0	0,0	12,9	11,8	11,6	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,1	0,0	12,1	1,6
26 a 28 anos		2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	8,6	8,2	10,5	8,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0	0,0	9,2	1,5
29 a 39 anos		5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,7	0,0	0,1	14,7	14,4	22,8	15,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,8	0,0	18,9	4,2
40 anos e mais		3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,6	0,0	0,1	7,0	7,0	12,5	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,1	0,0	13,0	3,0	
S/ inf. (6)		3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	52,9	0,0	0,6	5,0	5,7	6,2	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,1	0,0	0,9	0,5	
E03 Possui crianças escravas no domicílio? (7)																														
Não		67,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	98,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	81,6
Sim		18,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	56,8	0,0	0,7	51,5	52,3	54,6	52,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,1	0,0	76,0	12,9
S/ inf. (6)		13,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,3	0,0	0,1	46,6	45,3	43,1	45,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	24,4	0,0	24,0	5,4
E04 Possui escravos idosos no domicílio? (8)																														
Não		67,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	98,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	81,6
Sim		26,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,2	0,0	0,7	86,2	85,9	76,8	84,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	73,3	0,0	88,5	15,4
S/ inf. (6)		4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8	0,0	0,1	12,0	11,7	20,9	12,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,2	0,0	11,5	2,9
Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (6) Inclui todos os domicílios da vila de São João del Rei, cuja lista nominativa omitiu o segmento cativo das unidades domiciliares e domicílios com omissão da informação para todo ou parte dos escravos; (7) Inclui indivíduos de 0 a 9 anos; (8) Inclui indivíduos de 60 anos e mais.																														

Tabela 72 – Distribuição dos domicílios, por atributos do chefe, demais membros e do domicílio, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº atributos pesquisados	Categorias	Total	Predominância do tipo 1 (Camponeses)				Predominância do tipo 2 (autônomos)				Predominância do tipo 3 (escravistas)				Predominância do tipo 4 (assalariados)				Perfis mistos, sem predominância				Ano-fo						
			P1.1	P1	MP 1.2	MP 1.4	Total	P1.2	P2	MP 2.1	MP 2.3	MP 2.4	Total	P1.3	P3	MP 3.2	Total	P1.4	P4	MP 4.1	MP 4.2	Total		MSP 1.2	MSP 1.4	MSP 2.3	MSP 2.4	MSP 3.4	
Total		84.810	14.709	20.631	923	1.979	23.533	3.612	10.641	1.144	155	1.360	13.300	14.243	18.346	2.483	20.882	1.143	3.984	1.314	975	6.274	2.542	3.979	5.081	2.405	338	6.476	
		(Em N.)																											
		(Em %)																											
E) Atributos dos membros escravos																													
E05 Proporção de escravas																													
Não aplica																													
S/ mulheres		67,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	98,8	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	81,6
Mulheres no plantel		7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,6	0,0	0,3	17,0	19,4	19,5	19,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	53,0	7,0
50% e mais		11,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,7	0,0	0,1	41,6	37,7	37,3	37,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	24,2	0,0	25,7	4,7
Só mulheres		8,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,8	0,0	0,2	30,0	28,1	30,0	28,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	23,1	0,0	12,7	4,5
S/ inf. (6)		4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,2	9,6	12,3	10,8	12,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,3	0,0	8,6	2,0
E06 Proporção de escravos africanos no plantel																													
Não aplica																													
S/ africanos		67,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	98,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	81,6
Menos 50% do plantel		8,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,6	0,0	0,3	22,1	26,0	24,8	25,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	26,7	0,0	29,6	6,5
50% e mais		7,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	0,0	0,1	26,7	24,6	30,4	25,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,6	0,0	14,5	3,2
Só africanos		7,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1	0,0	0,1	27,8	24,9	21,5	24,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,2	0,0	21,3	3,5
S/ inf. (6)		6,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,8	0,0	0,2	19,7	20,1	17,8	19,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19,2	0,0	33,4	4,7
E07 Proporção de escravos pardos no plantel																													
Não aplica																													
Menos 50% do plantel		67,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	98,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	81,6
50% e mais		20,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	0,0	0,5	67,5	67,5	59,6	66,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	53,9	0,0	70,4	12,6
Só pardos		5,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	20,5	19,0	25,0	19,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,0	0,0	15,4	2,9
S/ inf. (6)		1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	0,0	0,0	5,2	5,2	6,1	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3	0,0	7,1	1,3
E08 Proporção de escravos adultos (9) uma vez casados no																													
Não aplica																													
S/ uma vez casado		69,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	9,0	100,0	98,9	0,0	6,6	2,1	6,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	3,6	100,0	7,7	82,6
Até 50% do plantel		18,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,3	0,0	0,6	57,4	53,6	55,0	53,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	62,5	0,0	61,5	11,3
Mais de 50%		3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	14,7	13,4	15,2	13,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7	0,0	5,9	1,4
S/ inf. (6)		2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6	0,0	0,0	10,4	9,1	8,1	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	3,6	1,0
		6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,4	0,0	0,4	17,6	17,3	19,5	17,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,6	0,0	21,3	3,6

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (6) Inclui todos os domicílios da vila de São João del Rei, cuja lista nominativa omitiu o segmento cativo das unidades domiciliares e domicílios com omissão da informação para todo ou parte dos escravos; (9) Inclui indivíduos de 15 anos e mais.

Tabela 72 – Distribuição dos domicílios, por atributos do chefe, demais membros e do domicílio, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Nº atributos pesquisados	Categorias	Total	Predominância do tipo 1 (Camponeses)				Predominância do tipo 2 (autônomos)				Predominância do tipo 3 (escrivistas)			Predominância do tipo 4 (assalariados)				Perfis mistos, sem predominância					Ano-fo						
			P1.1	P1	MP 1.2	MP 1.4	Total	P1.2	P2	MP 2.1	MP 2.3	MP 2.4	Total	P1.3	P3	MP 3.2	Total	P1.4	P4	MP 4.1	MP 4.2	Total		MSP 1.2	MSP 1.4	MSP 2.3	MSP 2.4	MSP 3.4	
Total		84.810	14.709	20.631	923	1.979	23.533	3.612	10.641	1.144	155	1.360	13.300	14.243	18.346	2.483	20.882	1.143	3.984	1.314	975	6.274	2.542	3.979	5.081	2.405	338	6.476	
		(Em N.)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
		(Em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
F) Atributos ocupacionais e locais																													
F01	Nível de desenvolvimento regional	Alto	49,5	30,6	36,1	64,9	35,8	37,2	86,8	81,3	66,7	92,3	58,0	77,8	52,0	50,6	60,5	51,7	15,0	31,3	33,9	30,8	31,8	46,0	32,5	82,8	36,0	5,0	39,9
		Médio	36,8	50,7	47,4	27,1	49,3	46,8	13,2	18,2	31,2	7,7	31,5	20,6	39,4	38,9	33,6	38,3	41,9	39,3	41,4	35,3	39,1	41,0	46,0	15,4	40,7	56,8	34,2
		Baixo	13,6	18,7	16,4	8,0	14,9	16,0	0,0	0,5	2,1	0,0	10,4	1,6	8,6	10,6	5,8	10,1	43,1	29,4	24,7	33,9	29,1	13,1	21,5	1,9	23,2	38,2	25,9
F02	Nível de centralidade urbana	Alta (Níveis 1 e 2)	9,9	0,0	3,6	18,6	0,0	3,9	25,1	21,9	7,0	70,3	10,1	20,0	7,7	8,5	8,3	8,4	0,0	1,1	0,0	2,7	1,1	9,3	0,9	36,7	6,8	0,0	10,7
		Média	19,9	20,0	19,7	18,1	20,7	19,7	27,0	24,6	22,8	14,8	18,8	23,7	20,7	19,8	20,0	19,8	18,5	16,9	18,3	20,9	17,8	19,4	19,8	19,0	18,8	17,5	16,9
		Baixa centralidade	42,9	44,8	43,7	39,4	43,7	43,5	37,5	39,5	46,5	13,5	47,4	40,6	48,2	46,1	47,0	46,2	41,0	46,5	52,0	36,1	46,0	38,7	45,1	32,1	44,4	44,1	39,7
		S/inf (10)	27,3	35,1	33,0	23,8	35,7	32,9	10,5	14,0	23,7	1,3	23,8	15,7	23,4	25,7	24,7	25,6	40,5	35,5	29,7	40,3	35,0	32,6	34,2	12,2	30,1	38,5	32,7
F03	Área de localização do domicílio	Área urbana	20,9	0,0	8,1	66,4	0,0	9,7	62,6	54,4	17,6	87,7	25,4	48,6	16,0	16,8	17,4	16,8	0,0	2,2	0,0	7,2	2,5	29,7	0,1	50,9	10,0	0,0	26,3
		Área rural	51,7	59,8	56,5	20,3	61,0	55,4	37,4	42,7	62,3	12,3	50,8	44,8	57,3	55,1	60,3	55,7	50,5	51,8	61,4	50,3	53,6	41,9	58,8	42,6	57,2	46,7	42,1
		S/inf.	27,4	40,2	35,4	13,3	39,0	34,8	0,0	3,0	20,1	0,0	23,8	6,5	26,7	28,1	22,3	27,5	49,5	46,0	38,6	42,6	43,9	28,4	41,1	6,6	32,8	53,3	31,6
F04	Se fogos é urbano, qual o tamanho do núcleo?	Não aplica	79,1	100,0	91,9	33,6	100,0	90,3	37,4	45,6	82,4	12,3	74,6	51,4	84,0	83,2	82,6	83,2	100,0	97,8	100,0	92,8	97,5	70,3	99,9	49,1	90,0	100,0	73,7
		100 e mais fogos	12,9	0,0	3,8	42,3	0,0	5,0	44,9	36,6	8,0	79,4	11,9	32,1	8,6	9,7	9,9	9,7	0,0	1,2	0,0	5,1	1,6	19,2	0,1	37,7	3,9	0,0	13,9
		De 50 a 99 fogos	5,1	0,0	2,6	16,3	0,0	2,9	12,5	12,6	5,8	4,5	9,9	11,6	4,2	4,2	4,8	4,2	0,0	0,6	0,0	1,1	0,6	7,1	0,0	8,3	3,9	0,0	7,7
		Até 49 fogos urbanos	2,8	0,0	1,7	7,9	0,0	1,8	5,2	5,2	3,8	3,9	3,7	4,9	3,2	2,9	2,7	2,9	0,0	0,4	0,0	0,9	0,4	3,5	0,0	4,9	2,3	0,0	4,7
F05	Se fogos é rural, qual o tamanho do núcleo?	Não aplica	20,9	0,0	8,1	66,4	0,0	9,7	62,6	54,4	17,6	87,7	25,4	48,6	16,0	16,8	17,4	16,8	0,0	2,2	0,0	7,2	2,5	29,7	0,1	50,9	10,0	0,0	26,3
		100 e mais fogos	14,0	10,2	12,3	3,7	10,9	11,9	22,3	20,1	16,3	12,3	23,0	20,0	12,6	12,2	14,9	12,5	6,4	9,1	11,9	11,5	10,0	7,9	12,4	22,8	18,6	3,6	13,5
		De 50 a 99 fogos	17,4	21,9	19,8	10,5	26,5	20,0	11,7	12,6	23,4	0,0	14,9	13,6	19,4	18,8	21,6	19,1	21,0	18,7	21,8	19,1	19,4	16,0	20,8	10,0	18,0	17,2	12,4
		Até 49 fogos urbanos	20,2	27,6	24,4	6,1	23,6	23,6	3,4	10,0	22,6	0,0	12,9	11,2	25,4	24,0	23,8	24,0	23,1	24,0	27,8	19,7	24,1	18,0	25,6	9,7	20,6	26,0	16,2
		S/inf do núcleo	27,4	40,2	35,4	13,3	39,0	34,8	0,0	3,0	20,1	0,0	23,8	6,5	26,7	28,1	22,3	27,5	49,5	46,0	38,6	42,6	43,9	28,4	41,1	6,6	32,8	53,3	31,6
F06	Tipo regional	A (pop. consolidada)	68,6	55,9	60,7	84,1	64,4	62,0	100,0	98,0	93,6	100,0	77,1	95,5	69,5	67,7	77,8	68,8	22,1	44,4	47,9	43,6	45,0	72,7	54,7	94,4	55,9	8,9	54,2
		C (din. moderado)	16,3	23,7	20,9	8,9	19,8	20,4	0,0	0,8	3,6	0,0	12,9	2,3	11,0	12,9	6,7	12,2	47,4	32,3	30,2	36,4	32,5	15,9	25,9	2,1	26,7	38,8	27,6
		B (dinâmicas)	15,1	20,4	18,4	7,0	15,8	17,7	0,0	1,2	2,8	0,0	10,0	2,2	19,5	19,4	15,5	19,0	30,4	23,3	21,9	20,0	22,5	11,4	19,4	3,5	17,4	52,4	18,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (10) inclui distritos com listas nominativas adicionadas posteriormente ao exercício de hierarquização segundo centralidade urbana, em Rodarte (1999), pertencentes ao segundo e terceiro acervos de listas nominativas (vide Tabela 19, p. 149).

Tabela 72 – Distribuição dos domicílios, por atributos do chefe, demais membros e do domicílio, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos – Minas Gerais – Década de 1830

(fim)

Nº atributos pesquisados	Categorias	Total	Predominância do tipo 1 (Camponeses)					Predominância do tipo 2 (autônomos)					Predominância do tipo 3 (escravistas)			Predominância do tipo 4 (assalariados)				Perfis mistos, sem predominância					Ano-fo			
			P1.1	P1	MP 1.2	MP 1.4	Total	P1.2	P2	MP 2.1	MP 2.3	MP 2.4	Total	P1.3	P3	MP 3.2	Total	P1.4	P4	MP 4.1	MP 4.2	Total	MSP 1.2	MSP 1.4		MSP 2.3	MSP 2.4	MSP 3.4
Total		84.810	14.709	20.631	923	1.979	23.533	3.612	10.641	1.144	155	1.360	13.300	14.243	18.346	2.483	20.882	1.143	3.984	1.314	975	6.274	2.542	3.979	5.081	2.405	338	6.476
		(Em N.)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
		(Em %)																										
F) Atributos ocupacionais e locais																												
F07 Subtipo regional	A.1 (pov. consolidada)	56,3	46,4	50,4	68,5	52,9	51,3	81,2	77,0	72,6	68,4	56,8	74,5	62,8	60,5	67,5	61,2	21,7	37,7	41,3	30,3	37,3	56,3	44,5	71,5	40,7	8,3	42,9
	A.2 (pov. cons./decad.)	12,3	9,6	10,3	15,6	11,6	10,7	18,8	21,0	21,0	31,6	20,3	21,0	6,7	7,3	10,2	7,6	0,4	6,7	6,5	13,3	7,7	16,4	10,2	22,9	15,1	0,6	11,4
	C (din. moderado)	16,3	23,7	20,9	8,9	19,8	20,4	0,0	0,8	3,6	0,0	12,9	2,3	11,0	12,9	6,7	12,2	47,4	32,3	30,2	36,4	32,5	15,9	25,9	2,1	26,7	38,8	27,6
	B.1 (din. - escravistas)	9,0	12,3	10,8	3,9	8,6	10,4	0,0	0,6	1,3	0,0	5,6	1,2	12,8	12,6	9,5	12,3	20,0	13,9	11,9	12,3	13,2	5,9	10,9	2,1	9,1	31,7	9,1
	B.2 (din. - camponeses)	6,2	8,1	7,5	3,1	7,2	7,3	0,0	0,5	1,5	0,0	4,4	1,0	6,8	6,7	6,1	6,7	10,4	9,4	10,0	7,7	9,2	5,4	8,5	1,4	8,3	20,7	9,0
F08 Setor de atividade econômica pela ocupação do chefe	Serviços (11)	3,4	1,7	1,8	6,1	1,6	2,0	4,5	4,2	3,9	0,6	5,1	4,2	1,9	2,1	4,6	2,4	6,6	4,6	2,2	8,4	4,7	4,5	1,7	7,2	6,1	10,7	5,1
	Mineiro	3,8	1,4	1,9	6,8	1,6	2,1	1,8	4,4	2,0	1,9	6,3	4,3	4,6	4,5	4,6	3,9	3,9	4,6	2,6	3,3	4,0	4,5	2,1	6,6	3,4	2,4	5,3
	Artesanal-tecidos (12)	9,9	0,0	0,9	2,9	0,2	0,9	51,7	42,1	40,3	23,2	22,3	39,7	0,0	1,7	9,8	2,7	0,0	1,2	0,2	6,7	1,8	16,8	0,3	17,0	14,0	0,3	8,6
	Artesanal-urbanos (13)	6,8	3,9	5,1	14,2	4,3	5,4	10,6	11,8	9,1	6,5	11,7	11,5	2,9	3,5	4,8	3,6	8,0	6,4	4,8	9,2	6,5	12,9	4,4	9,8	9,5	2,1	8,6
	Artesanal-outros (14)	4,5	4,1	5,2	9,9	6,0	5,5	0,4	2,2	2,9	0,0	4,3	2,5	4,6	2,8	4,4	8,0	6,5	6,2	5,8	6,2	6,3	4,1	4,8	2,2	4,4	2,1	6,0
	Comerciante	6,7	3,0	4,0	8,8	3,2	4,1	3,1	4,7	4,3	1,9	6,3	4,8	10,6	10,1	8,6	9,9	7,4	6,9	4,7	9,7	6,9	7,1	3,1	9,1	8,4	15,7	8,6
	Agricultor	48,7	75,6	69,6	33,6	72,2	68,4	0,0	5,9	19,1	0,6	15,7	8,0	70,5	67,3	55,8	65,9	41,4	42,4	56,2	30,2	43,4	32,1	68,9	20,3	25,1	58,9	34,5
	Demais atividades (15)	6,4	5,3	6,6	10,3	6,2	6,7	1,1	4,2	3,0	7,1	11,5	4,8	1,7	2,3	1,7	2,2	12,8	16,3	14,1	13,7	15,5	4,9	7,9	5,4	12,1	4,4	11,5
	Desocupado	1,0	0,3	0,4	1,3	0,7	0,5	3,8	2,7	0,6	2,6	2,2	2,5	0,4	0,4	0,6	0,5	1,0	1,2	1,3	2,7	1,5	1,0	0,9	0,9	2,1	0,0	1,1
	S/inf	8,9	4,6	4,5	6,2	4,1	4,5	23,1	17,9	14,8	55,5	14,6	17,8	2,7	3,4	6,8	3,8	10,8	9,9	7,8	10,3	9,5	12,0	5,9	21,5	15,1	3,6	10,7

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (11) inclui funcionários públicos e profissionais liberais como religiosos, juizes, advogados, notários e escriturais, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores, empregados públicos, artistas; (12) contém costureiras, fiandeiras, operários em tecidos, e no serviço doméstico; (13) inclui operários de edificações, oleiros, em cursos e peltes, alfaiates, de calçado; (14) contém capitalistas e proprietários, manufatureiros e fabricantes, operários, em metais, carpinteiros, e outras atividades manuais; (15) inclui assalariados, extrativistas, carreiro, feitor e outras atividades.

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Araxá	Total				84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
	Patrocínio	Patrocínio	sedes de	Patrocínio	240	100,0	17,5	3,3	39,6	7,1	7,1	4,6	9,6	1,3	9,9
	Santana da Barra do Rio do Espírito Santo	Santana de Patos	distrito de	Patos de Minas	344	100,0	37,5	0,3	34,9	3,2	3,8	9,6	3,2	2,0	5,5
	Coromandel	Coromandel	sedes de	Coromandel	338	100,0	35,2	4,4	27,8	3,0	5,0	7,7	8,3	3,6	5,0
	São Domingos do Araxá	Araxá	sedes de	Araxá	470	100,0	28,3	2,8	26,6	6,8	7,9	8,3	5,7	4,0	9,6
	São Francisco das Chagas	Rio Paranaíba	sedes de	Rio Paranaíba	339	100,0	33,3	0,0	26,5	11,5	4,7	8,8	5,3	2,7	7,2
	São Pedro de Alcântara	Ibiá	sedes de	Ibiá	202	100,0	34,2	0,0	28,2	6,9	5,9	7,9	4,0	3,5	9,4
	Santíssimo Sacramento	Sacramento	sedes de	Sacramento	231	100,0	32,0	0,0	39,4	3,5	0,9	7,8	2,2	2,2	12,0
	São João Batista da Serra da Canastra	Serra da Canastra	distrito de	São Roque de Minas	83	100,0	31,3	0,0	25,3	10,8	3,6	12,0	8,4	0,0	8,6
	Santana da Barra do Rio das Velhas	Indianópolis	sedes de	Indianópolis	441	100,0	41,5	0,0	17,9	8,8	2,3	15,4	3,4	2,7	8,0
	Desemboque	Desemboque	distrito de	Sacramento	246	100,0	18,3	4,5	23,6	8,9	9,8	6,5	13,8	3,7	10,9
	Santo Antônio do Rio Paranaíba	Patos de Minas	sedes de	Patos de Minas	206	100,0	42,2	0,0	18,9	5,8	2,9	18,4	5,8	3,4	2,6
Diamantina															
	Diamantina do Serro ou Santo Antônio do Tijoco	Diamantina	sedes de	Diamantina	2.007	100,0	3,1	33,1	11,2	0,3	34,9	0,0	4,8	4,8	7,8
	Santo Antônio da Tapera	São Antônio da Tapera	povoado de	Santo Antônio do Itambé	142	100,0	21,8	26,1	9,2	2,1	12,7	4,2	4,2	10,6	9,1
	São Gonçalo do Milho Verde	São Gonçalo do Rio das Pedras	distrito de	Serro	202	100,0	25,7	3,5	25,2	4,0	9,9	7,4	9,4	6,9	8,0
	Gouveia	Gouveia	sedes de	Gouveia	324	100,0	21,3	17,6	20,1	2,8	15,4	7,4	6,8	6,2	2,4
	Nossa Senhora das Mercês do Andrequicé	Andrequicé	povoado de	Presidente Kubitschek	75	100,0	20,0	9,3	28,0	0,0	18,7	0,0	2,7	16,0	5,3
	Curimatã	Curimatã	distrito de	Buenópolis	572	100,0	26,7	23,1	10,1	2,1	7,5	11,4	7,7	8,4	3,0
	Datas	Datas	sedes de	Datas	302	100,0	9,6	3,0	21,5	4,3	12,3	6,0	21,2	10,3	11,8
	Serro ou Vila do Príncipe	Serro	sedes de	Serro	870	100,0	16,6	30,9	14,0	0,5	16,6	3,2	4,8	7,6	5,8
Intermediária de Piraíngui-Tamanduá															
	Nossa Senhora da Abadia	Martinho Campos	sedes de	Martinho Campos	300	100,0	33,0	5,7	21,7	4,7	6,7	9,0	6,0	9,0	4,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Intermediária de Piraí-Tamanduá															
	Total				84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará		262	100,0	25,2	16,4	26,3	3,8	8,8	9,2	0,8	4,6	4,9
	Santana do Rio de São João Acima	Itaúna	Itaúna		400	100,0	17,5	17,8	26,0	4,3	12,8	6,5	3,0	5,3	6,8
	Nossa Senhora da Piedade do Bagre	Felixlândia	Felixlândia		368	100,0	44,6	5,7	9,0	4,9	4,1	12,0	5,2	8,4	6,1
	Lagoa Dourada	Lagoa Dourada	Lagoa Dourada		310	100,0	11,6	25,8	24,5	5,5	14,8	4,5	5,5	2,6	5,2
	Santa Rita do Rio Abaixo	Ritápolis	Ritápolis		130	100,0	19,2	13,8	28,5	4,6	18,5	3,8	1,5	6,9	3,2
	Nossa Senhora da Glória do Passatempo	Passa-Tempo	Passa-Tempo		191	100,0	18,3	19,9	30,9	2,6	15,7	2,1	2,1	4,2	4,2
	Santana do Jacaré	Santana do Jacaré	Santana do Jacaré		101	100,0	30,7	9,9	15,8	4,0	8,9	11,9	4,0	8,9	5,9
	Ressaca	Ressaca	Lagoa Dourada		86	100,0	14,0	3,5	34,9	4,7	5,8	14,0	9,3	3,5	10,3
	Olhos D'Água	Olhos D'Água (de Prados)	Prados		93	100,0	12,9	8,6	24,7	7,5	16,1	7,5	12,9	3,2	6,6
	Cláudio	Cláudio	Cláudio		461	100,0	16,5	22,6	21,3	3,7	11,5	8,9	3,9	7,8	3,8
	Senhora do Carmo da Mata	Carmo da Mata	Carmo da Mata		93	100,0	23,7	3,2	19,4	17,2	6,5	8,6	3,2	5,4	12,8
	Cana Verde	Cana Verde	Cana Verde		232	100,0	37,1	5,2	18,5	4,3	3,9	12,5	11,2	3,4	3,9
	Lage	Ressende Costa	Ressende Costa		121	100,0	12,4	23,1	33,1	0,0	17,4	1,7	0,8	8,3	3,2
	Prados	Prados	Prados		308	100,0	11,4	21,4	31,8	2,9	14,0	6,2	3,9	4,2	4,2
	Senhor Bom Jesus dos Perdões	Perdões	Perdões		343	100,0	21,3	23,0	21,0	1,5	10,2	7,6	4,4	7,6	3,4
	Carmo do Japão	Carmópolis de Minas	Carmópolis de Minas		178	100,0	16,9	4,5	47,2	0,0	14,6	6,7	1,1	6,2	2,8
	São José	Tiradentes	Tiradentes		497	100,0	9,3	35,2	14,5	4,4	16,1	3,4	7,2	6,0	3,9
	Capela Nova de Desterro	Desterro de Entre-Rios	Desterro de Entre-Rios		59	100,0	6,8	10,2	42,4	8,5	18,6	1,7	8,5	1,7	1,6
	Bom Sucesso	Bom Sucesso	Bom Sucesso		443	100,0	21,4	22,6	24,6	2,7	13,1	4,7	2,9	4,5	3,5
	Santo Antônio do Amparo	Santo Antônio do Amparo	Santo Antônio do Amparo		247	100,0	23,1	15,0	31,2	3,6	6,1	8,9	1,6	5,3	5,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Total					84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
Intermediária de Piraquara-Tamanduá															
	Padre Gaspar	Padre Gaspar	localidade de Tiradentes		117	100,0	23,9	6,0	23,9	6,8	6,0	16,2	5,1	3,4	8,7
	Senhora da Oliveira	Oliveira	de		384	100,0	16,4	25,0	26,6	1,3	13,8	2,9	1,6	7,3	5,1
	São Tiago	São Tiago	de		133	100,0	15,0	17,3	27,8	4,5	14,3	9,8	1,5	4,5	5,3
	São João Batista	Morro do Ferro	distrito de		75	100,0	9,3	4,0	38,7	9,3	21,3	5,3	1,3	4,0	6,8
	Senhor Bom Jesus da Pedra do Indaia	Pedra do Indaia	de		134	100,0	18,7	4,5	48,5	2,2	11,2	6,7	1,5	3,0	3,7
	Candeias	Candeias	de		172	100,0	19,8	3,5	45,3	1,7	11,0	10,5	0,0	1,7	6,5
	Santo Antônio do Monte	Santo Antônio do Monte	de		441	100,0	22,4	12,9	34,2	2,5	7,3	10,2	3,2	4,1	3,2
	São Vicente Ferrer da Formiga	Formiga	de		912	100,0	24,1	15,2	29,8	2,4	10,3	8,3	4,4	2,6	2,9
	Destro de Tamanduá	Mariandia	distrito de		378	100,0	31,0	13,8	21,7	5,0	6,9	7,4	3,4	6,9	3,9
	Conceição	Conceição do Pará	de		172	100,0	22,1	0,6	28,5	6,4	4,1	8,1	8,7	9,9	11,6
	Cristais	Cristais	de		273	100,0	34,1	8,1	28,6	0,7	6,6	7,7	5,1	7,0	2,1
Mata	Espirito Santo	Guarará	de		171	100,0	27,5	0,0	36,3	8,2	2,3	13,5	3,5	0,0	8,7
	N. Senhora da Piedade da Borda do Campo e Torres	Correia de Almeida	distrito de		129	100,0	34,1	0,0	20,2	10,9	0,8	14,0	3,9	1,6	14,5
	Santo Antônio de Juiz de Fora	Juiz de Fora	de		118	100,0	24,6	0,0	44,1	5,9	1,7	5,1	0,8	0,8	17,0
	São Francisco de Paula do Rio do Peixe	Torreões	distrito de		163	100,0	42,9	0,0	39,9	2,5	3,1	4,3	0,6	1,8	4,9
	São José da Paraiaba	Além Paraiaba	de		144	100,0	30,6	0,0	39,6	6,3	4,9	5,6	2,1	0,0	10,9
	São Miguel e Almas de João Gomes	Santos Dumont	de		111	100,0	29,7	0,0	37,8	9,9	4,5	9,0	0,9	0,0	8,2
	Capela Nova da Senhora das Mercês do Cágado	Mar de Espanha	de		90	100,0	20,0	0,0	55,6	5,6	1,1	3,3	1,1	1,1	12,2
	Santa Rita do Meia Pataca	Cataguases	de		113	100,0	27,4	0,0	36,3	13,3	1,8	11,5	1,8	1,8	6,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MP.y.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Total					84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
Mata															
	São José do Paraopeba	Tocantins	sede de	Tocantins	139	100,0	26,6	0,0	36,7	8,6	3,6	10,1	1,4	1,4	11,6
	São Manoel do Pomba	Rio Pomba	sede de	Rio Pomba	171	100,0	18,7	2,3	40,4	3,5	4,7	8,2	9,4	1,2	11,6
	Mercês do Pomba	Mercês	sede de	Mercês	353	100,0	21,8	2,8	25,8	8,8	5,4	14,4	6,8	3,1	11,1
	Santana do Deserto	Santana do Deserto	sede de	Santana do Deserto	343	100,0	25,7	0,0	17,5	9,9	5,2	10,5	10,2	5,2	15,8
	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	sede de	São João Nepomuceno	213	100,0	20,2	0,0	39,0	8,5	5,2	7,5	5,2	1,9	12,5
	Santo Antônio da Ponte de Ubá	Astolfo Dutra	sede de	Astolfo Dutra	88	100,0	29,5	0,0	39,8	6,8	4,5	13,6	2,3	0,0	3,5
	Chapêu Divvas	Paula Lima	povoado de	Juiz de Fora	169	100,0	21,9	0,0	42,0	8,3	5,3	12,4	1,2	1,8	7,1
	Rosário	Rosário de Minas	distrito de	Juiz de Fora	100	100,0	33,0	0,0	42,0	4,0	2,0	10,0	1,0	1,0	7,0
	Bom Retiro e Livramento	Oliveira Fortes	sede de	Oliveira Fortes	63	100,0	19,0	0,0	44,4	1,6	3,2	6,3	3,2	1,6	20,7
	Conceição do Rio Novo Piauí	Rio Novo Piauí	sede de	Rio Novo Piauí	315	100,0	29,2	0,0	26,7	7,3	6,7	8,9	8,9	3,8	8,5
	Nossa Senhora das Dores do Pomba	Dores do Turvo	sede de	Dores do Turvo	219	100,0	26,0	0,0	39,3	6,8	3,7	11,0	2,3	1,4	9,5
	Arapiados	Araponga	sede de	Araponga	192	100,0	23,4	0,0	27,6	10,9	1,6	19,3	6,3	2,1	8,8
	São Sebastião do Feijão Cru	Leopoldina	sede de	Leopoldina	135	100,0	25,2	0,0	46,7	5,9	1,5	4,4	3,0	1,5	11,8
	São Januário do Ubá	Ubá	sede de	Ubá	198	100,0	30,3	1,0	27,8	3,0	6,1	8,6	7,1	6,1	10,0
	Descoberto	Descoberto	sede de	Descoberto	166	100,0	30,7	0,0	41,0	6,6	1,2	7,2	4,2	1,8	7,3
	Senhor do Bonfim	Aracitaba	sede de	Aracitaba	335	100,0	32,2	0,0	20,3	10,4	4,2	13,7	7,2	4,2	7,8
Minas Novas															
	Iacambira	Iacambira	sede de	Iacambira	523	100,0	34,4	0,0	23,7	4,6	1,3	10,5	2,9	3,4	19,2
	São. Antônio das Salinas	Salinas	sede de	Salinas	591	100,0	29,1	0,0	17,4	10,8	0,3	21,0	6,3	2,5	12,6
	São. Ant. do Grão Mogol	Grão-Mogol	sede de	Grão-Mogol	462	100,0	21,2	0,0	12,8	20,6	0,9	13,9	9,1	0,6	20,9
	Minas Novas	Minas Novas	sede de	Minas Novas	763	100,0	27,0	0,5	11,7	4,7	4,3	11,0	16,3	2,2	21,0
	Rio Pardo	Rio Pardo de Minas	sede de	Rio Pardo de Minas	651	100,0	29,5	0,5	22,4	3,8	4,5	14,3	5,1	6,0	13,9
	Tremedal	Monte Azul	sede de	Monte Azul	798	100,0	34,6	0,0	16,3	10,0	2,1	10,3	8,0	4,9	13,8

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MP.y.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Minas Novas	Total				84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
	Olhos d'água	Olhos-d'Água	sede de	Olhos-d'Água	158	100,0	31,6	0,0	11,4	9,5	3,2	7,0	10,8	8,2	18,3
	Nossa Senhora da Conceição da Oliveira	N. Sra. da Conc. da Oliveira	localidade de	Rio Pardo de Minas	162	100,0	37,7	0,0	8,0	8,6	0,0	13,0	6,2	1,9	24,6
	S. José do Gorutuba e Sto. Antônio da Gorutuba	Gorutuba	distrito de	Porteirinha	1.204	100,0	27,2	0,0	21,3	10,4	0,9	18,4	4,2	2,5	15,1
	Nossa Senhora da Penha	Penha de França	distrito de	Iamaramitã	575	100,0	27,1	0,7	9,9	17,0	2,3	7,3	18,8	1,7	15,2
Mineradora Central Leste															
	Antônio Dias Abaixo	Antônio Dias	sede de	Antônio Dias	275	100,0	25,1	7,6	18,2	4,7	8,7	10,2	9,1	5,5	10,9
	Santana dos Ferros	Ferros	sede de	Ferros	275	100,0	26,9	0,4	25,1	8,4	4,4	11,3	8,0	3,6	11,9
	São Domingos do Prata	São Domingos do Prata	sede de	São Domingos do Prata	280	100,0	16,4	1,1	29,3	9,3	11,1	8,6	9,6	2,9	11,7
	Santa Rita do Turvo ou Santa Rita do Pomba	Viçosa	sede de	Viçosa	297	100,0	20,5	0,0	28,6	10,4	4,7	12,8	8,1	1,7	13,2
	São José do Barroso	Paula Cândido	sede de	Paula Cândido	258	100,0	25,6	1,6	29,5	7,4	3,1	10,1	7,0	1,2	14,5
	São Sebastião dos Correntes	Sabinópolis	sede de	Sabinópolis	298	100,0	39,3	0,0	18,1	6,0	3,0	14,1	4,0	1,7	13,8
	Nossa Senhora do Porto, Dolores e São Miguel e Almas	Senhora do Porto	sede de	Senhora do Porto	388	100,0	33,2	0,0	20,4	9,8	4,4	12,9	4,6	3,1	11,6
	Santo Antônio do Bom Sucesso do Pecanha	Pecanha	sede de	Pecanha	414	100,0	29,5	2,2	13,3	10,4	2,4	14,7	11,6	3,4	12,5
	Ponte Nova	Ponte Nova	sede de	Ponte Nova	793	100,0	26,0	1,1	25,0	4,8	5,4	9,7	6,1	5,8	16,1
	Senhora Mãe dos Homens do Turvo	Materlândia	sede de	Materlândia	280	100,0	33,6	0,0	15,7	10,7	3,9	15,7	6,1	3,6	10,7
Mineradora Central Oeste															
	Cocais	Cocais	distrito de	Barão de Cocais	372	100,0	14,8	25,5	18,8	2,7	14,0	5,6	6,7	6,2	5,7
	Iambé	Iambé do Mato Dentro	sede de	Iambé do Mato Dentro	297	100,0	24,6	18,5	28,6	0,7	9,1	8,8	2,4	5,1	2,2
	Nossa Senhora do Socorro	povoado de	Barão de Cocais	138	100,0	13,0	14,5	11,6	5,8	5,1	7,2	6,5	12,3	24,0	

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MP.y.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

(continua)

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Total					84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
Mineradora Central Oeste															
	Santo Antônio do														
	Ribeirão de Santa	Santa Bárbara	sedes de	Santa Bárbara	287	100,0	8,0	42,2	12,2	2,4	14,3	0,7	1,7	12,2	6,3
	São Gonçalo do Rio	São Gonçalo do	sedes de	São Gonçalo do	419	100,0	16,9	24,8	22,4	3,1	11,5	6,9	4,5	5,7	4,2
	Abaixo	Rio Abaixo		Rio Abaixo											
	Senhora da Penha de	Peneda	distrito de	Caeté	173	100,0	15,0	23,1	19,7	8,7	7,5	6,9	6,9	4,6	7,6
	França														
	Brumado	Brumal	distrito de	Santa Bárbara	162	100,0	13,0	34,0	13,6	0,0	11,1	3,1	1,9	13,0	10,3
	São Gonçalo do Rio	São Gonçalo	povoado de	Barão de Cocais	59	100,0	13,6	25,4	23,7	1,7	10,2	8,5	5,1	5,1	6,7
	Acima														
	Nossa Senhora do Rosário	Tabira	sedes de	Tabira	1.455	100,0	19,3	27,0	17,7	1,1	8,2	1,4	7,4	3,7	14,2
	da Iabira de Mato Dentro														
	Caeté	Caeté	sedes de	Caeté	411	100,0	6,8	37,5	11,7	1,2	17,5	1,2	3,4	9,7	11,0
	Nossa Senhora de Nasaré	Morro Vermelho	distrito de	Caeté	171	100,0	4,1	43,9	13,5	0,6	13,5	0,0	2,9	12,9	8,6
	do Morro Vermelho														
	Conceição do Rio Acima	Conceição do Rio	distrito de	Santa Bárbara	103	100,0	7,8	39,8	7,8	3,9	8,7	5,8	9,7	3,9	12,6
		Acima													
	Conceição do Turvo	Senador Firmino	sedes de	Senador Firmino	176	100,0	27,3	14,8	25,0	3,4	6,8	8,5	4,5	4,0	5,7
	Mariana	Mariana	sedes de	Mariana	594	100,0	4,0	42,4	11,8	0,3	25,3	0,0	1,9	8,4	5,9
	Desterro do Melo	Desterro do Melo	sedes de	Desterro do Melo	101	100,0	20,8	5,9	46,5	3,0	11,9	7,9	3,0	1,0	0,0
	Pinheiro	Pinheiros Altos	distrito de	Piranga	217	100,0	12,0	4,1	16,1	12,9	6,9	8,8	18,4	7,8	13,0
	Santo Antônio do	Santo Antônio do	distrito de	Piranga	75	100,0	10,7	28,0	9,3	6,7	21,3	5,3	8,0	4,0	6,7
	Bacallau	Prapetinga													
	São Domingos	Diogo de Vasconcelos	sedes de	Diogo de Vasconcelos	178	100,0	23,0	3,9	19,1	6,7	9,6	11,2	7,3	8,4	10,8
	Nossa Senhora das Neves	Claudio Manuel	distrito de	Mariana	136	100,0	16,9	5,9	11,8	11,0	8,1	12,5	8,8	9,6	15,4
	da Boa Vista														
	Bento Rodrigues	Bento Rodrigues	localidade de	Mariana	91	100,0	6,6	8,8	15,4	12,1	11,0	2,2	23,1	6,6	14,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Mineradora Central Oeste															
	Total				84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
	Santo Antônio Calambao	Presidente Bernardes	sedes de	Presidente Bernardes	153	100,0	22,2	17,6	29,4	2,6	6,5	4,6	3,9	6,5	6,7
	Tapera	Porto Firme	sedes de	Porto Firme	94	100,0	25,5	2,1	41,5	2,1	7,4	8,5	1,1	6,4	5,4
	São José do Crato	São José do Crato (Crasto)	localidade de	Barra Longa	37	100,0	13,5	5,4	27,0	0,0	13,5	2,7	8,1	8,1	21,7
	Passagem, Capela de Nossa Senhora da Glória	Passagem de Mariana	distrito de	Mariana	183	100,0	4,9	48,6	8,7	0,0	14,8	0,0	0,5	15,8	6,7
	Guarapiranga	Piranga	sedes de	Piranga	373	100,0	6,2	37,8	14,5	1,6	16,6	7,2	2,9	5,1	8,1
	Nossa Senhora da Conceição do Manjã Léguas	Manjã Léguas	povoado de	Piranga	66	100,0	9,1	18,2	16,7	3,0	18,2	21,2	3,0	3,0	7,6
	São Gonçalo de Ubatã	Acacia	sedes de	Acacia	154	100,0	16,9	28,6	9,7	6,5	12,3	3,9	6,5	9,7	5,9
	Nossa Senhora da Conceição da Varzea	Vargem	povoado de	Mariana	104	100,0	15,4	1,9	11,5	21,2	10,6	10,6	17,3	4,8	6,7
	Mestre de Campos	Mestre Campo	povoado de	Piranga	72	100,0	22,2	9,7	19,4	8,3	13,9	9,7	4,2	6,9	5,7
	Furquim	Furquim	distrito de	Mariana	229	100,0	17,0	32,3	13,1	0,4	14,4	7,4	5,2	5,2	5,0
	Nossa Senhora da Oliveira	Senhora de Oliveira	sedes de	Senhora de Oliveira	87	100,0	25,3	1,1	47,1	1,1	6,9	11,5	1,1	1,1	4,8
	São Sebastião	Bandeirantes	distrito de	Mariana	112	100,0	6,3	37,5	14,3	5,4	13,4	3,6	4,5	8,0	7,0
	São Gonçalo	Barreiros de Alvinópolis	distrito de	Alvinópolis	94	100,0	21,3	9,6	19,1	8,5	10,6	8,5	6,4	6,4	9,6
	Nossa Senhora da Saúde	Dom Silvério	sedes de	Dom Silvério	182	100,0	20,9	6,0	22,5	7,7	9,3	13,7	5,5	7,7	6,7
	Sumidouro	Padre Viegas	distrito de	Mariana	75	100,0	12,0	45,3	6,7	0,0	20,0	0,0	1,3	13,3	1,4
	Remédios	Senhora dos Remédios	sedes de	Senhora dos Remédios	230	100,0	23,9	11,3	23,0	0,9	9,6	14,3	3,5	5,2	8,3
	Camargos	Camargos	distrito de	Mariana	65	100,0	4,6	43,1	7,7	0,0	13,8	1,5	4,6	13,8	10,9
	São Caetano	Monsenhor Hora	distrito de	Mariana	198	100,0	12,1	44,4	10,6	3,0	13,6	1,5	4,5	6,6	3,7
	Nossa Senhora do Rosário do Brás Pires	Brás Pires	sedes de	Brás Pires	132	100,0	21,2	13,6	28,0	5,3	9,1	9,8	4,5	4,5	4,0

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

(continua)

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Total					84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
Mineradora Central Oeste															
Nossa Senhora da															
Conceição das Catas															
	Catas Altas	sedes de	Catas Altas		411	100,0	10,9	44,5	11,7	1,5	14,8	3,2	3,9	3,9	5,6
Altas															
	Cachoeira do Campo	Cachoeira do Campo	distrito de	Ouro Preto	227	100,0	25,6	21,1	12,3	1,8	11,5	5,3	5,7	10,1	6,6
	Congonhas do Campo	Congonhas	sedes de	Congonhas	172	100,0	12,2	31,4	16,9	1,7	17,4	1,7	1,2	9,9	7,6
	Nossa Senhora da Boa Morte	Moeda	sedes de	Moeda	107	100,0	15,9	24,3	20,6	4,7	15,0	1,9	2,8	9,3	5,5
Nossa Senhora da Boa Viagem da Itabira do Campo															
	Itabrito	sedes de	Itabrito		219	100,0	9,1	40,2	13,7	3,7	12,3	2,7	3,2	5,9	9,2
Santa Quitéria da Boa Vista															
	Boa Vista	povoado de	Ouro Preto		161	100,0	9,9	28,0	26,1	1,9	8,1	1,9	1,2	14,3	8,6
	Santa Rita	distrito de	Ouro Preto		42	100,0	4,8	14,3	42,9	2,4	11,9	7,1	0,0	4,8	11,8
Santo Antônio da Casa Branca															
	Glaura	distrito de	Ouro Preto		117	100,0	16,2	21,4	19,7	6,0	12,0	10,3	2,6	6,0	5,8
Santo Antônio da Itatiaia															
	Itatiaia	localidade de	Ouro Branco		127	100,0	11,8	27,6	12,6	6,3	10,2	6,3	3,9	13,4	7,9
	São Bartolomeu	distrito de	Ouro Preto		191	100,0	7,9	19,9	27,7	3,1	15,7	7,9	5,2	5,2	7,4
	São Caetano da Moeda	distrito de	Moeda		15	100,0	0,0	0,0	86,7	0,0	0,0	6,7	0,0	0,0	6,6
São José do Parapeba															
	São José do Parapeba	distrito de	Brumadinho		89	100,0	7,9	34,8	19,1	3,4	16,9	3,4	5,6	3,4	5,5
São Gonçalo do Bação															
	Baço	distrito de	Itabrito		149	100,0	13,4	6,7	13,4	13,4	7,4	26,2	12,1	1,3	6,1
	São Gonçalo do Tijucu	distrito de	Ouro Preto		146	100,0	22,6	22,6	24,0	5,5	10,3	2,1	4,1	3,4	5,4
	Senhora da Soledade	distrito de	Congonhas		66	100,0	3,0	47,0	13,6	1,5	10,6	4,5	6,1	6,1	7,6
	Ouro Preto	sedes de	Ouro Preto		725	100,0	4,4	44,0	16,0	0,0	16,7	0,0	1,1	12,1	5,7
Brumado															
	Entre-Rios de Minas	sedes de	Entre-Rios de Minas		256	100,0	16,0	15,2	35,5	1,6	14,1	5,9	5,1	4,7	1,9
Catas Altas															
	Catas Altas da Noruega	sedes de	Catas Altas da Noruega		246	100,0	9,3	34,6	16,7	0,8	17,1	2,8	6,9	6,9	4,9

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

(continua)

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Mineradora Central Oeste															
	Total				84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
	Dores	Capela Nova	sede de	Capela Nova	167	100,0	37,1	19,2	14,4	2,4	7,8	7,2	3,6	6,6	1,7
	Glória	Caranhalba	sede de	Caranhalba	129	100,0	18,6	6,2	38,0	3,9	17,1	8,5	1,6	1,6	4,5
	Ilaverava	Ilaverava	sede de	Ilaverava	270	100,0	13,0	27,8	23,3	2,6	17,8	7,4	1,1	2,2	4,8
	Nossa Senhora das Dores da Conquista	Itaguara	sede de	Itaguara	177	100,0	16,4	15,3	35,6	3,4	14,7	5,1	1,7	3,4	4,4
	Queluz	Conselheiro Lafaiete	sede de	Conselheiro Lafaiete	236	100,0	8,1	27,1	27,5	3,0	18,6	3,0	1,3	6,8	4,6
	Rio do Peixe	Piracema	sede de	Piracema	184	100,0	13,6	17,9	29,9	3,3	10,3	7,1	3,3	8,2	6,4
	Santana	Santana do Parapoíba	distrito de	Belo Vale	117	100,0	20,5	13,7	32,5	2,6	8,5	12,8	4,3	0,9	4,2
	Santana do Morro do Chapéu	Santana dos Montes	sede de	Santana dos Montes	105	100,0	15,2	10,5	41,0	2,9	11,4	6,7	2,9	4,8	4,6
	Suaçuí	São Brás do Suaçuí	sede de	São Brás do Suaçuí	260	100,0	10,0	40,4	16,5	1,2	16,5	1,2	1,9	3,5	8,8
	Redondo	Alto Maranhão	distrito de	Congonhas	176	100,0	13,6	21,0	17,0	8,5	13,6	8,5	6,8	5,1	5,9
	Lamin	Lamin	sede de	Lamin	228	100,0	30,3	10,5	23,7	3,5	10,1	7,9	5,7	3,5	4,8
	São Gonçalo da Ponte	Belo Vale	sede de	Belo Vale	51	100,0	7,8	31,4	33,3	0,0	11,8	0,0	2,0	2,0	11,7
	Senhor do Bonfim	Bonfim	sede de	Bonfim	244	100,0	19,3	15,6	26,6	2,9	15,2	9,4	3,3	2,9	4,8
	Nossa Senhora da Conceição da Noruega	Nossa Senhora da Conceição da Noruega	localidade de	Catas Altas da Noruega	102	100,0	26,5	3,9	24,5	4,9	8,8	6,9	6,9	10,8	6,8
	Capela Nova do Betim	Betim	sede de	Betim	409	100,0	15,9	30,8	21,3	2,9	10,3	4,2	4,4	2,9	7,3
	Congonhas, Nossa Senhora do Pilar	Nova Lima	sede de	Nova Lima	169	100,0	13,0	32,0	16,6	1,8	18,9	1,2	3,6	7,7	5,2
	Contagem das Aboboras	Contagem	sede de	Contagem	325	100,0	16,3	23,1	26,5	3,1	12,0	5,5	4,6	2,8	6,1
	Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras	Acuruí	distrito de	Itabirito	197	100,0	9,1	36,5	11,7	6,1	10,2	5,6	8,6	5,6	6,6
	Nossa Senhora da Lapa	Ravena	distrito de	Sabará	171	100,0	15,2	18,7	29,8	0,0	15,2	5,8	1,2	6,4	7,7
	Santa Rita	Santa Rita	povoado de	Nova Lima	57	100,0	14,0	42,1	14,0	0,0	14,0	0,0	1,8	8,8	5,3
	Santo Antônio do Morro de Mateus Leme	Mateus Leme	sede de	Mateus Leme	554	100,0	19,9	31,8	13,5	1,6	10,5	4,9	7,2	5,1	5,5

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalentes à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

(continua)

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Mineradora Central Oeste															
Santo Antônio da															
	Mouraria do Arraial Velho	Arraial Velho	povoado de	Sabará	101	100,0	6,9	53,5	6,9	0,0	13,9	1,0	8,9	5,0	3,9
	Santo Antônio do Rio Acima	Rio Acima	sede de	Rio Acima	95	100,0	23,2	28,4	13,7	2,1	7,4	7,4	1,1	9,5	7,2
	São Sebastião dos Macacos	São Sebastião das Águas Claras	povoado de	Nova Lima	43	100,0	4,7	30,2	14,0	9,3	14,0	4,7	9,3	4,7	9,1
	Nossa Senhora da Piedade do Parapeba	Piedade do Parapeba	distrito de	Brunadinho	194	100,0	9,8	33,5	18,6	1,5	13,9	4,6	3,1	8,8	6,2
	Jesus Maria José do Aranha	Aranha	distrito de	Brunadinho	127	100,0	18,1	17,3	22,0	7,1	14,2	7,9	2,4	7,1	3,9
	Santa Luzia do Rio Manso	Rio Manso	sede de	Rio Manso	176	100,0	14,2	30,7	22,7	3,4	11,9	3,4	4,0	1,7	8,0
	Brunado do Parapeba	Conceição de Itaguá	distrito de	Brunadinho	179	100,0	17,9	15,6	25,7	10,1	10,6	5,6	5,6	3,4	5,5
	São Sebastião do Itaituçu	Itaituçu	sede de	Itaituçu	170	100,0	22,9	14,7	32,9	1,2	6,5	4,7	2,4	5,9	8,8
	Santo Antônio do Rio do Peixe	Alvorada de Minas	sede de	Alvorada de Minas	432	100,0	30,8	27,3	7,2	2,1	6,5	12,3	4,6	3,9	5,3
	Parauína	Costa Sena	distrito de	Conceição do Mato Dentro	153	100,0	9,8	27,5	20,3	0,7	18,3	7,8	5,9	3,3	6,4
	Santo Antônio Abaixo	Santo Antônio do Rio Abaixo	sede de	Santo Antônio do Rio Abaixo	290	100,0	36,6	12,1	17,2	4,5	5,2	11,7	4,5	3,8	4,4
	Nossa Senhora da Aparecida dos Côrregos	Côrregos	distrito de	Conceição do Mato Dentro	218	100,0	33,9	11,9	8,3	6,9	8,7	13,3	6,9	4,6	5,5
	São Domingos	Missionário	distrito de	Alto Rio Doce	167	100,0	34,1	6,0	29,3	4,8	4,2	10,8	1,8	4,8	4,2
	São José da Barra Longa	Barra Longa	sede de	Barra Longa	222	100,0	20,3	29,7	18,5	0,5	9,9	4,5	5,0	6,3	5,3
	Cachoeira do Brumado	Cachoeira do Brumado	distrito de	Mantina	51	100,0	11,8	45,1	11,8	7,8	5,9	5,9	0,0	7,8	3,9

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Total					84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
Mineradora Central Oeste															
	Miguel Rodrigues	Miguel Rodrigues	povoado de	Diogo de Vasconcelos	50	100,0	20,0	10,0	22,0	6,0	10,0	8,0	6,0	2,0	16,0
	São Caetano do Chopotó	Cipotânea	sedes de	Cipotânea	202	100,0	14,9	7,9	25,2	4,0	15,8	9,9	6,4	9,9	6,0
	Ouro Branco	Ouro Branco	sedes de	Ouro Branco	174	100,0	16,1	23,6	21,3	3,4	9,8	2,3	4,6	10,9	8,0
	Passagem do Ouro Branco	Passagem do Ouro Branco	localidade de	Ouro Branco	76	100,0	11,8	44,7	5,3	0,0	2,6	0,0	6,6	15,8	13,2
	Morro de Santana	Morro de Santana	bairro	Ouro Preto	49	100,0	10,2	46,9	12,2	0,0	6,1	0,0	0,0	14,3	10,3
	Piedade dos Gerais	Piedade dos Gerais	sedes de	Piedade dos Gerais	500	100,0	23,4	18,6	22,4	3,2	6,0	9,2	5,8	5,6	5,8
	Santo Amaro	Queuzito	sedes de	Queuzito	183	100,0	22,4	10,9	26,2	2,7	9,8	10,9	4,4	6,0	6,7
	Curral del Rei	Belo Horizonte	sedes de	Belo Horizonte	467	100,0	15,4	33,6	8,6	3,0	10,3	4,3	9,2	7,7	7,9
	Capela de Capanema	Capanema	povoado de	Santa Bárbara	38	100,0	7,9	34,2	18,4	2,6	13,2	5,3	13,2	2,6	2,6
Noroeste															
	Santo Antônio da Vereda	Santo Antônio da Vereda	localidade de	Januária	179	100,0	22,3	0,0	11,2	21,8	0,0	12,3	11,2	6,1	15,1
Paracatu															
	Morrinhos	Atrinos	sedes de	Atrinos	212	100,0	22,6	0,0	19,8	9,4	2,4	9,9	12,7	5,7	17,5
	Buritis	Buritis	sedes de	Buritis	495	100,0	25,5	0,0	6,3	16,2	0,8	17,4	18,2	4,4	11,2
	São Sebastião das Lages	Paredão de Minas	distrito de	Buritzeiro	222	100,0	19,8	0,0	5,4	25,2	0,9	16,7	6,3	1,4	24,3
	Brejo da Passagem	Brejo da Passagem	localidade de	São Romão	249	100,0	18,5	0,0	8,0	27,7	0,8	11,2	10,4	3,2	20,2
Sertão															
	Santíssimo Coração de Jesus	Coração de Jesus	sedes de	Coração de Jesus	457	100,0	31,1	0,0	20,4	3,9	2,4	11,2	7,0	6,6	17,4
	Bonfim	Bocaitiva	sedes de	Bocaitiva	539	100,0	23,0	0,4	14,1	13,9	3,0	10,4	15,0	3,3	16,9
	Fornigas	Montes Claros	sedes de	Montes Claros	663	100,0	29,6	2,1	14,6	5,1	4,4	10,0	11,3	7,2	15,7
	Contendas	Brasília de Minas	sedes de	Brasília de Minas	510	100,0	29,0	0,0	12,7	12,7	0,8	11,4	11,0	3,5	18,9
	Santo Antônio da Boa Vista	Santo Antônio da Boa Vista	distrito de	São João da Ponte	391	100,0	46,3	0,0	9,5	10,7	0,3	16,1	4,1	0,5	12,5
Sertão do Alto São Francisco															
	Nossa Senhora das Dores do Indaíá	Dores do Indaíá	sedes de	Dores do Indaíá	353	100,0	31,2	2,5	24,1	7,6	2,8	9,3	10,5	3,4	8,6

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1, x, P2, x e P3, x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx,y, MPy,x e MSPx,y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Sertão do Alto São Francisco															
Total					84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
Sertão do Alto São Francisco															
Bambui	Bambui	Bambui	sedes de	Bambui	508	100,0	37,2	0,2	23,4	2,6	2,0	12,8	4,7	4,3	12,8
Andrequicé (de Três Marias)	Andrequicé (de Três Marias)	Três Marias	distrito de	Três Marias	119	100,0	40,3	0,0	1,7	4,2	0,8	14,3	0,8	8,4	29,5
Tiros	Tiros	Tiros	sedes de	Tiros	193	100,0	35,8	0,0	30,6	8,8	2,6	9,8	3,6	3,1	5,7
Sertão do Rio Doce															
Nossa Senhora da Conceição do Cueté	Cueté Velho	Conselheiro Pena	distrito de	Conselheiro Pena	79	100,0	7,6	6,3	6,3	3,8	1,3	0,0	25,3	19,0	30,4
Sudeste															
Nossa Senhora do Rosário da Alagoa	Alagoa	Alagoa	sedes de	Alagoa	285	100,0	26,3	16,8	16,8	2,5	9,5	9,8	8,8	6,7	2,8
Aituroca	Aituroca	Aituroca	sedes de	Aituroca	242	100,0	24,0	10,7	25,2	1,2	13,2	4,5	3,7	9,5	8,0
Espirito Santo	Cristina	Cristina	sedes de	Cristina	278	100,0	30,9	2,2	38,5	2,2	5,4	10,4	2,5	4,7	3,2
Nossa Senhora do Carmo do Pouso Alto	Carmo de Minas	Carmo de Minas	sedes de	Carmo de Minas	463	100,0	28,7	15,3	23,3	1,9	8,2	9,1	4,8	4,3	4,4
Senhora Santana da Guapera	Carvalhos	Carvalhos	sedes de	Carvalhos	129	100,0	43,4	2,3	31,0	3,1	3,1	5,4	3,9	7,0	0,8
São José do Favacho	Favaxo	São Tomé das Letras	localidade de	São Tomé das Letras	93	100,0	22,6	4,3	37,6	2,2	7,5	7,5	6,5	4,3	7,5
São Vicente	São Vicente de Minas	São Vicente de Minas	sedes de	São Vicente de Minas	176	100,0	26,1	12,5	34,7	2,3	12,5	4,0	1,1	2,8	4,0
Serranos	Serranos	Serranos	sedes de	Serranos	256	100,0	20,7	11,7	28,1	5,9	14,8	11,7	2,0	2,3	2,8
Turvo	Andrelandia	Andrelandia	sedes de	Andrelandia	528	100,0	23,5	8,7	37,7	1,5	9,1	6,4	1,3	7,2	4,6
Varadouro	Varadouro	Aituroca	localidade de	Aituroca	75	100,0	22,7	1,3	25,3	4,0	8,0	12,0	8,0	9,3	9,4
Barbacena	Barbacena	Barbacena	sedes de	Barbacena	473	100,0	8,5	25,2	24,1	0,2	17,8	0,2	5,3	6,8	11,9
Alberto Dias	Ressaquinha	Ressaquinha	sedes de	Ressaquinha	131	100,0	22,9	3,8	38,2	4,6	9,9	9,2	3,8	0,8	6,8
Santana do Barroso	Barroso	Barroso	sedes de	Barroso	90	100,0	15,6	4,4	26,7	5,6	8,9	7,8	14,4	10,0	6,6
Nossa Senhora da Conceição de Carrancas	Carrancas	Carrancas	sedes de	Carrancas	164	100,0	17,1	22,6	23,8	7,9	7,3	4,3	5,5	3,7	7,8
Espirito Santo	Capela do Espirito Santo	São Vicente de Minas	povoado de	São Vicente de Minas	48	100,0	12,5	22,9	25,0	8,3	14,6	6,3	8,3	0,0	2,1

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Sudeste	Total				84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
	Nossa Senhora de Nazaré	Nazaréno	sedes de	Nazaréno	241	100,0	19,1	21,2	20,7	10,8	7,9	6,6	5,8	3,7	4,2
	Piedade do Rio Grande	Piedade do Rio Grande	sedes de	Piedade do Rio Grande	160	100,0	13,8	8,1	38,8	6,9	9,4	8,1	4,4	4,4	6,1
	Santana do Garambêu	Santana do Garambêu	sedes de	Santana do Garambêu	85	100,0	30,6	3,5	29,4	4,7	14,1	9,4	0,0	5,9	2,4
	São Francisco de Assis do Onça	Emboabas	distrito de	São João Del-Rei	116	100,0	22,4	6,9	35,3	6,9	11,2	6,9	3,4	1,7	5,3
	São Gonçalo do Brumado	São Gonçalo do Amarante (Cajuru)	distrito de	São João Del-Rei	58	100,0	13,8	29,3	6,9	8,6	17,2	1,7	3,4	5,2	13,9
	São Miguel do Cajuru	Arcangelo	distrito de	São João Del-Rei	85	100,0	10,6	5,9	47,1	4,7	16,5	4,7	0,0	4,7	5,8
	Senhora da Conceição do Porto	Nossa Senhora da Conceição do Porto	localidade de	Carrancas	71	100,0	4,2	7,0	40,8	18,3	11,3	7,0	2,8	2,8	5,8
	Senhor Bom Jesus do Matozinhos do Bom Jardim	Bom Jardim de Minas	sedes de	Bom Jardim de Minas	150	100,0	23,3	4,7	41,3	3,3	7,3	5,3	2,0	6,7	6,1
	Madre de Deus	Madre de Deus de Minas	sedes de	Madre de Deus de Minas	42	100,0	11,9	14,3	28,6	2,4	21,4	0,0	4,8	7,1	9,5
	São João del-Rei	São João Del-Rei	sedes de	São João Del-Rei	1.202	100,0	0,0	0,0	37,5	0,0	61,6	0,0	0,0	0,0	0,9
	Santa Rita do Ibitipoca	Santa Rita do Ibitipoca	sedes de	Santa Rita do Ibitipoca	129	100,0	22,5	7,0	37,2	2,3	10,1	7,0	1,6	3,1	9,2
	Conceição do Ibitipoca	Conceição da Ibitipoca	distrito de	Lima Duarte	132	100,0	28,0	4,5	34,1	3,0	10,6	8,3	2,3	3,0	6,2
	Ilhéus	Padre Brito	distrito de	Barbacena	72	100,0	11,1	1,4	31,9	16,7	6,9	18,1	5,6	2,8	5,5
	Quilombo	Bias Fortes	sedes de	Bias Fortes	135	100,0	25,9	2,2	51,1	1,5	8,9	5,2	0,0	3,7	1,5
	Curral Novo	Curral Novo	povoado de	Antônio Carlos	118	100,0	19,5	5,1	33,9	5,1	17,8	11,0	0,8	3,4	3,4
	Bertioga	Ibertioga	sedes de	Ibertioga	89	100,0	15,7	9,0	30,3	5,6	10,1	5,6	2,2	11,2	10,3

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equívalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Total					84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
Sudeste															
	Cabeceira do Rio Grande e Vertente do Rio Preto	Cabeceira do Rio Grande e Vertente do Rio Preto	localidade de	Bocaina de Minas	159	100,0	22,6	1,3	18,9	4,4	8,8	2,5	9,4	17,6	14,5
	Livramento	Liberdade	sedes de	Liberdade	129	100,0	31,0	2,3	34,9	1,6	5,4	6,2	3,9	7,0	7,7
	Santa Rita do Jacutinga	Santa Rita do Jacutinga	sedes de	Santa Rita do Jacutinga	130	100,0	25,4	0,8	43,1	3,8	6,2	8,5	2,3	3,1	6,8
	Capivari	Ianhandu	sedes de	Ianhandu	730	100,0	37,0	7,9	22,3	1,4	6,0	4,0	4,5	11,6	5,3
	Pouso Alto	Pouso Alto	sedes de	Pouso Alto	549	100,0	31,5	13,3	18,0	1,8	9,8	10,7	5,1	6,6	3,2
	São Domingos da Bocaina	São Domingos da Bocaina	distrito de	Lima Duarte	90	100,0	32,2	0,0	26,7	5,6	6,7	13,3	4,4	6,7	4,4
	Conceição da Barra	Conceição da Barra de Minas	sedes de	Conceição da Barra de Minas	200	100,0	4,5	33,5	15,5	3,0	8,0	1,5	8,5	12,0	13,5
	Santo Antônio do Rio das Mortes	Rio das Mortes	distrito de	São João Del-Rei	113	100,0	20,4	6,2	16,8	2,7	11,5	12,4	14,2	6,2	9,6
	São Tomé das Letras	São Tomé das Letras	sedes de	São Tomé das Letras	133	100,0	34,6	15,0	21,8	3,0	7,5	3,0	3,0	7,5	4,6
	Luminárias	Luminárias	sedes de	Luminárias	70	100,0	25,7	0,0	27,1	5,7	7,1	17,1	2,9	2,9	11,5
	Capela do Saco	Capela do Saco	povoado de	Carrancas	87	100,0	16,1	0,0	43,7	10,3	8,0	6,9	5,7	1,1	8,2
Sudoeste															
	Cabo Verde	Cabo Verde	sedes de	Cabo Verde	825	100,0	37,5	1,3	19,6	4,1	1,7	15,9	6,4	5,6	7,9
	Sacra Família do Machado	Machado	sedes de	Machado	96	100,0	24,0	0,0	40,6	5,2	3,1	8,3	3,1	3,1	12,6
	Santa Rita do Rio Claro	Nova Resende	sedes de	Nova Resende	162	100,0	44,4	0,0	23,5	4,3	2,5	11,1	2,5	3,1	8,6
	São Carlos do Jacuí	Jacuí	sedes de	Jacuí	592	100,0	38,3	3,4	16,2	5,4	1,9	13,7	6,9	4,1	10,1
	São Joaquim do Senhor	Alterosa	sedes de	Alterosa	383	100,0	36,0	1,3	19,1	7,8	1,3	17,2	5,7	3,7	7,9
	São Sebastião da Vantania	Alpinópolis	sedes de	Alpinópolis	305	100,0	39,3	1,6	22,6	6,2	3,3	11,5	7,9	2,0	5,6
	São José e Dores	Altenas	sedes de	Altenas	465	100,0	35,5	0,4	25,6	4,1	2,2	15,3	3,7	5,2	8,0
	Senhor dos Passos	Passos	sedes de	Passos	254	100,0	37,4	0,0	28,0	11,4	0,4	11,8	6,3	2,8	1,9

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Sudoeste	Total				84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
	São Francisco do Tejuco	Monte Santo de Minas		Monte Santo de Minas	216	100,0	49,1	0,0	19,4	3,2	2,8	16,7	1,4	3,2	4,2
	Preto														
	Santa Maria Madalena do Aterrado	Ibiraci		Ibiraci	167	100,0	27,5	0,6	35,3	5,4	3,6	7,8	3,6	5,4	10,8
	Areado	Areado		Areado	250	100,0	54,4	0,0	16,8	2,8	1,2	13,6	4,4	2,0	4,8
	Carmo	Carmo do Rio Claro		Carmo do Rio Claro	194	100,0	30,4	0,5	31,4	6,2	2,6	6,7	8,8	1,5	11,9
Sul Central															
	Mutuca	Elói Mendes		Elói Mendes	310	100,0	39,4	1,6	28,4	4,5	6,1	7,7	2,6	5,2	4,5
	Irajubá	Irajubá		Irajubá	795	100,0	35,7	5,5	26,7	2,9	4,4	12,2	3,9	4,5	4,2
	Lambari	Jesuânia		Jesuânia	315	100,0	42,5	6,7	21,6	1,3	2,9	12,4	4,4	5,7	2,5
	Santa Catarina	Natércia		Natércia	369	100,0	41,7	5,1	24,9	2,2	6,2	8,4	3,3	4,1	4,1
	Santa Rita	Extrema		Extrema	277	100,0	46,2	0,0	17,7	4,3	2,5	11,9	4,0	9,0	4,4
	Campanha do Rio Verde	Campanha		Campanha	865	100,0	22,5	22,9	20,6	0,8	11,8	0,7	3,5	7,5	9,7
	São Gonçalo	São Gonçalo do Sapucaí		São Gonçalo do Sapucaí	597	100,0	22,9	21,6	16,8	4,4	11,9	8,5	4,9	5,0	4,0
	São José do Campo da Formiga	Paraisópolis		Paraisópolis	348	100,0	42,2	0,6	25,0	2,0	3,2	17,0	1,1	5,7	3,2
	São Sebastião da Capitiba	Petrópolis		Petrópolis	223	100,0	38,6	2,7	30,0	3,1	1,8	13,9	4,0	3,6	2,3
	São Sebastião e São Roque do Bom Retiro	Bom Repouso		Bom Repouso	83	100,0	31,3	0,0	49,4	6,0	1,2	8,4	1,2	1,2	1,3
	Bom Jesus das Antas	Bueno Brandão		Bueno Brandão	311	100,0	55,9	0,3	12,2	2,6	1,9	15,8	1,9	6,1	3,3
	Três Corações de Jesus	Três Corações		Três Corações	254	100,0	26,4	14,2	25,6	3,5	7,5	6,3	1,6	7,1	7,8
	Maria José do Rio Verde	Silvianópolis		Silvianópolis	753	100,0	41,3	8,4	19,9	3,1	4,5	10,9	2,1	6,8	3,0
	Santana do Sapucaí														
	Nossa Senhora da Soledade	Delfim Moreira		Delfim Moreira	220	100,0	39,5	1,4	26,8	5,5	5,0	13,6	1,8	3,2	3,2
	Espirito Santo dos Coqueiros	Coqueiral		Coqueiral	201	100,0	27,9	5,0	42,8	0,0	6,0	8,0	1,5	5,0	3,8

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MP.y.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(continua)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Sul Central	Total				84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
	Espirito Santo da Varginha	Varginha	sede de	Varginha	374	100,0	0,8	11,5	16,0	1,6	11,0	5,1	14,2	26,5	13,3
	Nossa Senhora das Dores da Boa Esperança	Boa Esperança	sede de	Boa Esperança	550	100,0	36,9	6,4	28,9	2,7	4,0	10,7	1,3	5,3	3,8
	Rosário	Rosário	povoado de	Iumirim	81	100,0	19,8	9,9	39,5	2,5	9,9	11,1	1,2	2,5	3,6
	São João Nepomuceno	Nepomuceno	sede de	Nepomuceno	172	100,0	17,4	2,3	58,1	0,0	12,8	0,6	0,0	6,4	2,4
	Carmo do Escaramuça	Paraguacu	sede de	Paraguacu	251	100,0	42,2	2,0	26,7	3,6	4,0	11,6	2,8	4,8	2,3
	Santa Rita	Santa Rita do Sapucaí	sede de	Santa Rita do Sapucaí	478	100,0	34,9	14,2	15,9	4,4	3,3	13,2	3,6	5,0	5,5
	Mundo Novo	Mundo Novo	localidade de	Monsenhor Paulo	172	100,0	37,8	0,6	18,0	5,8	3,5	11,6	5,8	10,5	6,4
	São João do Douradinho	Douradinho	distrito de	Machado	201	100,0	32,3	4,5	26,4	0,5	6,5	12,4	4,5	6,0	6,9
	Dourado	Espirito Santo do Dourado	sede de	Espirito Santo do Dourado	468	100,0	38,7	1,7	20,5	3,4	5,3	9,6	7,7	7,1	6,0
	N. Sra. do Carmo do Campestre	Campestre	sede de	Campestre	369	100,0	43,6	0,5	20,9	4,1	2,2	16,0	4,3	4,6	3,8
	Pouso Alegre	Pouso Alegre	sede de	Pouso Alegre	1.159	100,0	33,9	0,8	26,2	4,5	4,7	14,5	4,2	6,1	5,1
Triângulo															
	Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso	Campo Florido	sede de	Campo Florido	327	100,0	30,0	0,0	37,6	5,8	4,0	9,8	0,6	1,2	11,0
	São José do Tijucu	Inuituba	sede de	Inuituba	179	100,0	31,8	0,0	30,7	7,3	2,2	14,5	2,2	1,1	10,2
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco															
	Januária	Januária	sede de	Januária	434	100,0	16,4	29,7	11,3	1,8	9,2	5,1	17,1	5,5	3,9
	Nossa Senhora da Conceição da Extrema	Ibahi	sede de	Ibahi	297	100,0	13,1	4,0	6,4	20,9	4,0	8,1	27,3	5,1	11,1
	Mucambo	Levinópolis	distrito de	Januária	119	100,0	28,6	0,0	21,0	7,6	13,4	8,4	6,7	10,1	4,2
	Brejo do Amparo	Brejo do Amparo	distrito de	Januária	57	100,0	17,5	24,6	15,8	0,0	10,5	0,0	12,3	5,3	14,0
	São Caetano do Japoré	Manga	sede de	Manga	277	100,0	39,4	2,2	0,0	8,3	0,0	14,8	10,1	9,7	15,5
	São Romão	São Romão	sede de	São Romão	287	100,0	8,7	41,8	5,9	2,1	16,4	4,5	5,6	9,4	5,6
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas															
	Matozinhos	Matozinhos	sede de	Matozinhos	337	100,0	26,1	20,5	19,3	2,1	8,0	10,4	4,7	4,2	4,7

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) Px: Domicílios com predominância das características do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Tabela 73 – Distribuição dos domicílios, por perfis puros e mistos, segundo distritos – Minas Gerais – Década de 1830

(fim)

Região	Distrito de Paz (Década de 1830)	Designação atual (1996)			Total de domicílios		Perfis puros				Perfis mistos			Demais	
		Localidade	Subordinação	Município	N.	%	P1	P2	P3	P4	De 2 e 3	De 1 e 4	De 2 e 4		De 1 e 2
Total															
					84.810	100,0	24,3	12,5	21,6	4,7	9,1	8,6	5,6	5,4	8,1
 Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas															
	Nossa Senhora da Saúde da Lagoa Santa	Lagoa Santa	sede de	Lagoa Santa	269	100,0	15,2	27,5	15,2	3,7	8,9	8,6	5,9	7,4	7,6
	Tratras	Santana de Pirapama	sede de	Santana de Pirapama	649	100,0	39,0	9,6	14,8	2,6	5,4	14,6	2,8	7,4	3,8
	Nossa Senhora das Maravilhas do Morro da Garça	Morro da Garça	sede de	Morro da Garça	206	100,0	32,0	4,4	21,4	1,9	5,8	8,7	6,8	12,6	6,4
	Taquaraçu de Cima	Taquaraçu de Minas	sede de	Taquaraçu de Minas	245	100,0	17,1	20,4	28,2	1,6	11,4	5,7	4,1	5,3	6,2
	Livramento	Tomás Gonzaga	distrito de	Curvelo	271	100,0	35,1	4,1	14,4	3,0	6,6	12,2	10,7	8,5	5,4
	Santa Luzia	Santa Luzia	sede de	Santa Luzia	662	100,0	11,0	35,5	14,8	0,8	13,9	0,5	5,4	9,4	8,7
	Nossa Senhora da Soledade do Pilar	Pilar (de Corinto)	localidade de	Corinto	164	100,0	18,9	3,0	15,2	7,3	4,9	15,2	15,2	9,1	11,2
	Fidalgo	Fidalgo	distrito de	Petro Leopoldo	247	100,0	16,2	39,7	8,5	2,0	8,5	2,0	4,0	10,5	8,6
	Curvelo	Curvelo	sede de	Curvelo	182	100,0	27,5	35,7	3,8	0,0	2,7	4,9	4,9	9,3	11,2
	Tabuleiro Grande	Parapoeba	sede de	Parapoeba	484	100,0	35,7	13,4	10,3	0,0	6,0	11,8	0,0	13,2	9,6
	Monteiros	Lagoa Bonita	distrito de	Cordisburgo	781	100,0	43,3	3,5	5,0	4,0	2,6	17,5	10,0	7,9	6,2

Fonte dos dados básicos: APM - Listas nominativas da década de 1830. (1) P.x: Domicílios com predominância do Perfil Extremo x (Soma de P1.x, P2.x e P3.x). Perfis mistos de x e y equivalem à soma de MPx.y, MPy.x e MSPx.y. (Sobre tipologia mais desagregada, ver Tabela 44, p. 234).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)